



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO**

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

TIPO DE AUDITORIA : AVALIAÇÃO DE GESTÃO
EXERCÍCIO : 2003
PROCESSO N° : 35000.000454/2004-05
UNIDADE AUDITADA : INSS/COGEFIN/DF
CÓDIGO : 510001
CIDADE : BRASILIA
RELATÓRIO N° : 139816
UCI 170972 : CG DE AUDITORIA DA ÁREA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Senhor Coordenador Geral,

Em atendimento à determinação contida na Ordem de Serviço n° 139816, e consoante o estabelecido nas Instruções Normativas n° 12/96-TCU e n° 02/2000-SFC/MF, apresentamos o Relatório de Auditoria que trata dos exames realizados sobre os atos e conseqüentes fatos de gestão, praticados no período de 01Jan2003 a 31Dez2003 sob responsabilidade dos dirigentes da Unidade Gestora em referência, arrolados no processo supracitado.

I - ESCOPO DO TRABALHO

2. Os trabalhos foram realizados na Sede da Unidade Gestora em Brasília no período de 1.3.2004 a 14.5.2004, em estrita observância às normas de auditoria aplicáveis ao Serviço Público Federal, com o objetivo de avaliar e emitir opinião sobre a gestão dos responsáveis tratados neste processo, do exercício anteriormente aludido. Nenhuma restrição foi imposta aos nossos exames, conforme descrito no item a seguir, sobre as áreas da Unidade Gestora auditada, quais sejam:

- CONTROLES DA GESTÃO
- GESTÃO ORÇAMENTÁRIA
- GESTÃO FINANCEIRA
- GESTÃO PATRIMONIAL
- GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS
- GESTÃO DO SUPRIMENTO DE BENS/SERVIÇOS
- GESTÃO OPERACIONAL

3. Os trabalhos de auditoria foram realizados por amostragem, sendo que a seleção de itens auditados observou os seguintes critérios relevantes, em cada área de atuação, destacando:

NOSSA MISSÃO: *Zelar pela boa e regular aplicação dos recursos públicos*

Endereço DSPAS/SFC/CGU/PR - SAS Qd. 01 Bl. A 6º Andar sala 604 - Ed. Darcy Ribeiro - Brasília/DF - CEP:70.070-905 - Cx. Postal: 3772
Telefone: (0**61) 412.7100 - 412.7193 -FAX 412.7386

D:\2004\Apoio\Avaliação Gestão\INSS\Relatório139816\INSS2004.doc

CONTROLES DA GESTÃO: Foram analisadas as providências adotadas pelo INSS, com vistas ao atendimento das recomendações emanadas pelo Tribunal de Contas da União e pela Secretaria Federal de Controle Interno-SFC; Atuação da SFC; Avaliação dos Controles Internos e trabalhos da auditoria Interna do INSS; e análise do processo de prestação de contas.

GESTÃO OPERACIONAL: Foram avaliadas as realizações das unidades e sua relação com os objetivos do INSS; Programação dos objetivos e metas; Avaliação dos Resultados quanto a eficácia operacional.

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA: Analisamos a execução orçamentária e financeira das unidades, tendo por base a previsão contida na Lei Orçamentária Anual.

GESTÃO FINANCEIRA: Análise da execução financeira dos recursos disponíveis e exigíveis do INSS, tendo por base a previsão contida na Lei Orçamentária Anual.

GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS: Foram objetos de análise os fatos relacionados a quantitativo de pessoal; cessão de servidores; ajuda de custo; Procedimento Administrativo Disciplinar; Assistência a Saúde; Gratificações e Indenizações, Precatórios, e pagamento de auxílio-transporte.

GESTÃO DO SUPRIMENTO DE BENS E SERVIÇOS: A avaliação da gestão do suprimento de bens e serviços incidirá basicamente na verificação da eficácia e oportunidade das aquisições, bem como do cumprimento dos procedimentos formais, internos e externos nos processos licitatórios realizados pelas unidades.

II - RESULTADO DOS EXAMES

4 CONTROLES DA GESTÃO

4.1 SUBÁREA - CONTROLES EXTERNOS

4.1.1 ASSUNTO - ATUAÇÃO DO TCU/SECEX

4.1.1.1 CONSTATAÇÃO:

Diligências, recomendações e determinações do TCU pendentes de atendimento.

A SFC realizou levantamento junto ao Gestor com o intuito de verificar o atendimento às diligências, recomendações, determinações e solicitações efetuadas pelo TCU, sendo identificadas as seguintes pendências:

Diligências/Decisões/TCU Anteriores ao exercício de 2000:

- 1) Acórdão TCU (Relação 78/1999 - TCU) da TC nº 009.752/93-5 - Prestação de Contas de 1992 do Instituto Nacional do Seguro Social, julgado regular com ressalva, dando quitação aos responsáveis, conforme determinação do TCU-4ª SECEX, exarada no Ofício 344/99, de 28/09/1999, com encaminhamento de determinações (determinação PENDENTE - item 4.1.1.2.1 deste relatório).

Diligências/Decisões/TCU do exercício de 2000:

- 2) Decisões nºs 585/2002 - 2ª Câmara e 586/2002 - 2ª Câmara - TC 013.838/2000-9 - Concorrência Pública nº 05/1999/PMA/INSS - Trata-se da representação acerca de possíveis irregularidades ocorridas no Instituto Nacional do Seguro Social, na implantação do Programa de Melhoria no Atendimento da Previdência Social - PMA (decisões na fase de audiência no TCU dos responsáveis - para Deliberações - item 4.1.1.3.1 deste relatório).
- 3) Decisão nº 1049/2000-TCU-Plenário - Relatório de Auditoria INSS e DATAPREV, dívida administrativa e judicial (decisão PENDENTE - item 4.1.1.3.2 deste relatório).
- 4) Decisão nº 250/2000/TCU 2ª Câmara - TC 014.608/99-5 - Auditoria Interna - Posto INSS Manaus, correção das falhas nos dados cadastrais dos segurados no

âmbito do Sistema Único de Benefícios - SUB (decisão PENDENTE - item 4.1.1.3.3 deste relatório).

- 5) Decisão nº 108/2000 - TCU - Plenário - TC 004.810/98-8 - Certidão de Tempo de Serviço Rural (decisão PENDENTE - item 4.1.1.3.4 deste relatório).

Diligências/Decisões/TCU do exercício de 2001:

- 6) Decisão nº 1099/2001-TCU-Plenário - Morosidade na Apuração de Processo Disciplinar nº 35000.000650/99-71, alusivo a indícios de prática de ato de improbidade administrativa (decisão Atendida - processo de TCE encaminhado ao TCU - item 4.1.1.4.1 deste relatório).
- 7) Decisão nº 154/2001 - TCU - 2ª Câmara - INSS/FUB, abstenção de incluir no objeto cláusula que fuja ao escopo definido na Lei de Licitações, em especial a terceirização de serviços de recepção e atendimento ao público nas agências do Instituto (decisão Encerrada pelo TCU - item 4.1.1.4.2).

Diligências/Decisões/TCU do exercício de 2002:

- 8) Decisão nº 88/2002-TCU-Plenário - Representação formulada pela XEROX (decisão COM PROVIDÊNCIAS ADOTADAS - item 4.1.1.5.1 deste relatório).
- 9) Decisão nº 084/2002 - TCU - Plenário - Irregularidades na Condução de Defesa da Autarquia em Reclamação Trabalhista (decisão PENDENTE - item 4.1.1.5.2 deste relatório).
- 10) Decisão nº 201/2002 - TCU - Plenário - TC 010.805/2000 - Denúncia acerca da Contratação Terceirizada de Mão-de-Obra (decisão REGULARIZADA com providências adotadas - item 4.1.1.5.3 deste relatório).
- 11) Decisão nº 027/2002 -TCU - Plenário - TC 016.101/2000-4 - Atuação de representantes da Autarquia em ações judiciais (decisão PENDENTE - item 4.1.1.5.4 deste relatório).
- 12) Decisão nº 394/2002 - TCU - 2ª Câmara - TC-005.512/2001-0 Sigiloso - INSS-SP/MIRAMAR - Contrato de permuta de terrenos realizado entre o INSS-SP e a empresa MIRAMAR Empreendimentos Imobiliários Ltda.(decisão PENDENTE com providências adotadas pelo Gestor - item 4.1.1.5.5 deste relatório).
- 13) Decisão nº 026/2002- TCU - Plenário (TC nº 001.157/1998-1) e Outros 27 (vinte e sete) Decisões/Acórdãos - Sobre Adiantamento Pecuniário-PCCS (decisões PENDENTES - item 4.1.1.5.6 deste relatório).
- 14) Decisão nº 493/2002 - TCU - 2ª Câmara -TC 004.029/1999-2 - regularização dos pagamentos a título de Adiantamento Pecuniário - PCCS (decisão PENDENTE - item 4.1.1.5.7 deste relatório).
- 15) Decisão nº 501/2002 - TCU - 2ª Câmara - regularização dos pagamentos a título de Adiantamento Pecuniário - PCCS (decisão PENDENTE - item 4.1.1.5.8 deste relatório).
- 16) Decisão nº 1.367/2002 - TCU - Plenário (TC nº 009.033/1993-9) - Decisões Judiciais - Pagamentos em duplicidade de Adiantamento Pecuniário - PCCS(decisão PENDENTE - item 4.1.1.5.9 deste relatório).
- 17) Decisão nº 160/2002 - TCU - 2ª Câmara - UNESCO/CTIS - Impropriedades na Terceirização de Mão-de-Obra (decisão PENDENTE - item 4.1.1.5.10 deste relatório).
- 18) Decisão nº 586/2002 - TCU - 2ª CÂMARA - TC 008.683/2002-9 - Irregularidades em Licitações/Contratos - GEX/INSS/PR (decisão PENDENTE - item 4.1.1.5.11 deste relatório).
- 19) Decisão nº 527/2002 - TCU - 2ª Câmara (TC 004.085/2002-2 e Apenso TC 008.683/2002-9) e Acórdão nº 1.297/2003 - TCU - 2ª Câmara - Irregularidades em Licitações/Contratos (decisão PENDENTE - item 4.1.1.5.12 deste relatório).
- 20) Decisão nº 1098/2002 - TCU - Plenário (TC 003.501/2001-7) - Inexistência de ação efetiva da gestão de segurança, verificada junto ao INSS e DATAPREV (decisão PENDENTE - item 4.1.1.5.13 deste relatório).
- 21) Decisão nº 1566/2002 - TCU - PLENÁRIO - TC 010.498/1997-4 - Impropriedades constatadas quando da avaliação dos controles de bens imóveis (decisão PENDENTE - item 4.1.1.5.14 deste relatório).

- 22) TC nº 010.905/2002-6 - Ofício/TCU/4ª Secex/nº 317, de 22/05/2003, para o Diretor de Auditoria de Programas da Área Social/SFC/CGU- PR e Ofício/TCU/4ª Secex/nº 316, de 22/05/2003, para o Diretor-Presidente do INSS (TC aguardando análise do TCU - item 4.1.1.5.15 deste relatório).

Diligências/Decisões/TCU do exercício de 2003:

- 23) Acórdão nº 1257/2003 - TCU - 2ª Câmara (TC nº 000.158/2003-00) - Ações judiciais contra o INSS, com possível responsabilidade funcional de servidores (Acórdão com providências, tratado diretamente com o TCU - item 4.1.1.6.1 deste relatório).
- 24) Acórdão nº 1.614/2003 - TCU - Segunda Câmara (TC nº 018.595/2002 - 8) - Falhas e Irregularidades no processo de concessão e manutenção de benefícios previdenciários, bem como nos seus sistemas informatizados (Relatórios de Auditoria/SFC nº 099921, de 22.8.2002, nº 101350, de 16.2.2002, nº 101351, de 30/10/2002, nº 107380, de 4.11.2002 e nº 107381, de 4.11.2002) - (Acórdão PENDENTE - item 4.1.1.6.2 deste relatório).
- 25) Acórdão nº 2.169/2003 - TCU - 2ª Câmara (TC nºs 002.428/2001-0 e 011.578/2002-3) - Trata-se de credenciamento de Advogados pelo INSS (Acórdão PENDENTE - item 4.1.1.6.3 deste relatório).
- 26) Acórdão nº 314/2003 - TCU - Plenário (TC nº 015.889/2001-5) - Servidores demitidos devido a desvio de recursos públicos (Acórdão PENDENTE - item 4.1.1.6.4 deste relatório).
- 27) Acórdão nº 681/2003 - TCU - Plenário (TC nº 003.808/2003 - 0) - Imóveis do INSS em poder de Terceiros. (Acórdão PENDENTE - item 4.1.1.6.5 deste relatório).
- 28) Acórdão nº 816/2003 - TCU - 2ª Câmara (TC nº 013.636/2002-0 e TC nº 009.060/2003-4) e Acórdão nº 1.850/2003 - TCU - 2ª Câmara - Convênio celebrado entre Ministério da Previdência e Assistência Social/INSS e o Centro Educacional de Tecnologia em Administração - CETEAD. (Acórdão PENDENTE - item 4.1.1.6.6 deste relatório).
- 29) TC nº 001.276/2003-9 - SIGILOSO - Possível fraude praticada por particular contra o INSS. (TC com providências aguardando pronunciamento do TCU - item 4.1.1.6.7 deste relatório).
- 30) Acórdão nº 1.637/2003 - Plenário - TCU - TC nº 005.989/2003-3 - Irregularidades em procedimentos licitatórios. (TC com os responsáveis em audiência com o TCU - item 4.1.1.6.8 deste relatório).
- 31) TC nº 011.590/2003-8 - Trata-se de Relatório de Auditoria realizada no INSS, com o objetivo de avaliar a legalidade e oportunidade das aquisições de bens e serviços de informática no período de 1997 a 2002. (TC com os responsáveis em audiência no TCU - item 4.1.1.6.9 deste relatório).
- 32) TC nº 012.065/2003-2 - Morosidade no repasse dos valores referentes à Compensação Financeira ao Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro - Rioprevidência. (TC com providências aguardando pronunciamento do TCU - item 4.1.1.6.10 deste relatório).
- 33) TC nº 012.074/2003-1 - Representação oriunda da Procuradoria da República do Estado do Rio de Janeiro, versando sobre possíveis irregularidades ocorridas na Gerência Executiva/INSS/RJ Sul (TC PENDENTE com providências em andamento - item 4.1.1.6.11 deste relatório).
- 34) Acórdão nº 1.258/2003 - TCU - Segunda Câmara (TC nº 000.163/2003- 0) - Irregularidades na área da Arrecadação Previdenciária ocorridas na Gerência Executiva/INSS/MS (Acórdão PENDENTE com providências - item 4.1.1.6.12 deste relatório).
- 35) Acórdão nº 918/2003 - TCU - Segunda Câmara (TC nº 010.205/2001-0) - Apuração de responsabilidade, no âmbito do INSS, na contratação da empresa BANKING Solutions do Brasil Ltda (Acórdão PENDENTE - item 4.1.1.6.13 deste relatório).
- 36) Acórdão nº 94/2003 - TCU - Plenário (TC nº 014.188/2001-5) - Benefícios em duplicidade, referente a espécie 22 - Pensão por Morte de ex-servidores públicos (Acórdão PENDENTE - item 4.1.1.6.14 deste relatório).

- 37) Acórdão nº 1.888/2003 - TCU - Plenário (TC nº 002.766/2003-4 - Sigiloso e apenso TC nº 013.583/2003-2) - Citação para audiência do Sr. Taiti Inenami, Sra. Áurea Mendes Viana Alves Neta e dos Srs. José Roberto Sfair Macedo, Osvaldo de Oliveira Nunes, Raul Christiano de Sanson Portella, Paulo Roberto Tannus Freitas, Vainer Cosme Augusto de Oliveira, Arnaldo Nogueira de Lima, Dimas Luís Rodrigues da Costa e João Ângelo Loures (Acórdão com os responsáveis em audiência no TCU - item 4.1.1.6.15 deste relatório).
- 38) Acórdão 2.011/2003 e Acórdão 214/2004 - TCU 2ª Câmara TC 016.101/2000-4, referente às Decisões Plenárias nºs 362/97, 392/97, 054/98, 690/98, 707/99, 743/99, 040/00, 243/00 e 240/00, assim como das Relações nºs 023/98-1ªC, 17/98-2ªC e 004/97-2ªC (Acórdão PENDENTE - item 4.1.1.6.16 deste relatório).
- 39) Acórdão nº 1.180/2003 - TCU - 2ª Câmara - Representação formulada por sócio-gerente de empresa interessada em processo licitatório. Possíveis irregularidades praticadas pelo INSS na contratação de sistema de informações gerenciais por inexigibilidade de licitação - (Acórdão PENDENTE - item 4.1.1.6.17 deste relatório).
- 40) Acórdãos nºs 1.711/2003 e 1.754/2003 - TCU - Plenário - Devedores da Previdência Social (Acórdãos PENDENTES - item 4.1.1.6.18 deste relatório).

JUSTIFICATIVA:

As justificativas apresentadas pelo Gestor estão detalhadas nos itens 4.1.1.2.1 a 4.1.1.6.15 deste Relatório de Auditoria de Gestão.

AVALIAÇÃO DA SFC:

Verifica-se que das 67 Diligências/Acórdãos mencionados, **56** encontram-se pendentes de atendimento ou com providências em andamento e **11** foram atendidas.

RECOMENDAÇÃO:

Recomendamos ao INSS que adote providências no sentido de atender as Diligências/Determinações/Recomendações do TCU, apurar responsabilidade pelos pagamentos efetuados indevidamente e instaurar processo de Tomada de Contas Especial, com vistas ao ressarcimento dos valores pagos, bem como encaminhar a esta Secretaria informações sobre as providências adotadas para o atendimento das determinações do TCU.

4.1.1.2 INFORMAÇÃO:

Diligências/Decisões/TCU anteriores a 2000

4.1.1.2.1 TC 009.752/93-5 - Relação TCU nº 78-1999 - Prestação de Contas de 1992

Foi citado no Relatório de Auditoria de Gestão nº 117146/2003:

"Com referência à Prestação de Contas do Instituto Nacional do Seguro Social, exercício de 1992, conforme determinação do TCU - 4ª Secex, exarada no Ofício 344/99, de 28.9.1999, deverão constar no Relatório de Auditoria referente às contas do INSS a partir de 1999, as seguintes informações:

- a) a conclusão a que chegou a Comissão de Sindicância instaurada pela DATAPREV, consoante informado no item 18 do Parecer/CISET/MPAS nº 13/93;*
- b) as providências adotadas pelo INSS e os resultados alcançados visando à regularização dos convênios, processos nºs: 011.696/91-86,*

- 021.108/90, 008.342/91-45, 008.725/91-12, 008.343/91-78, 014.870/91-45, 000.700/91-90 e 009.808/91-75;
- c) a situação do imóvel cedido à Associação Nacional dos Procuradores das Autarquias Federais - ANPAF;
 - d) compatibilização do quantitativo de cargos em comissão e de funções gratificadas, com os limites estabelecidos pela Lei nº 8.422/92;
 - e) as providências adotadas pelo INSS e os resultados porventura alcançados relativamente aos fatos constantes dos Relatórios de Auditoria de Acompanhamento nºs 004/92, 005/92, 007/92, 008/92 e 002/92, com especial destaque para as seguintes questões:
 - e.1) trabalhos das comissões de inquérito e sindicância instaurados em decorrência de irregularidades verificadas na Superintendência Estadual do Rio de Janeiro;
 - e.2) apuração de responsabilidades e ressarcimento dos valores pagos indevidamente pela Direção Geral/DF;
 - e.3) apuração de responsabilidades e ressarcimento dos valores pagos pela Superintendência Estadual de Alagoas à empresa J.F. Serviços de Vigilância Ltda.
 - f) resultado dos procedimentos administrativos instaurados para apurar responsabilidades por atos que configuram fracionamento de despesa, com fuga ao processo licitatório;
 - g) resultado dos trabalhos desenvolvidos pela comissão instituída pela Portaria/INSS/SEAL/nº 112/93.

Com intuito de atualizar informações sobre as medidas adotadas pelo gestor, visando a implementação das recomendações ora mencionadas, esta Secretaria solicitou informações a respeito das alíneas "a", "b", "c", "e" e "g".

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Alínea "a":

O Corregedor informou tratar-se de processo disciplinar instaurado pela DATAPREV, fugindo, portanto, à competência da Corregedoria do INSS. Em face do exposto, o assunto está sendo tratado diretamente com a DATAPREV. O Coordenador-Geral de Auditoria Interna da DATAPREV encaminhou o documento CE CGAU.P nº 098/2002 de 3.12.2002, informando sobre as providências adotadas, bem como cópia do relatório da Comissão de Sindicância que apurou os fatos, cujos resultados determinaram a dispensa, por justa causa, do empregado Humberto Guimarães.

Alínea "b":

Processo 35000.021108/90 - ENAP - foi abordado e dado como solucionado no Relatório 087911, referente a Avaliação da Gestão 2001. Quanto aos Processos 35000.011696/91-86 SINE, firmado com a Prefeitura de Mar Vermelho/AL e 35000.009808/91-75 SINE, firmado com o Governo do Estado de Rondônia, o Gestor informou que até a presente data os mesmos não foram localizados, mas que mantém esforços no sentido de localizá-los e informar a esta SFC.

Processo nº 35000.008342/91-45 - SINE, firmado com o Governo do Estado de Pernambuco para o estabelecimento de cooperação técnica e financeira mútua, visando a operacionalização do Programa Seguro Desemprego. O Gestor informou que conforme Parecer datado de 16.4.1993, da Divisão de Auditoria Contábil e Financeira/INSS, fls. 331 e 332 do processo supramencionado, foi evidenciado que todas as pendências foram cumpridas, inclusive com devolução de valores ao INSS, não havendo necessidade de instauração de TCE, sendo aprovado pela Nota de Sistema 94NS000293, de 7.11.1994, e homologado pela 99NS000057, de 9.3.1999.

Processo nº 35000.008725/91-12 - SINE, firmado com o Governo do Estado de Mato Grosso para o estabelecimento de cooperação técnica e financeira mútua, visando a operacionalização do Programa Seguro Desemprego. Houve instauração de Processo de TCE nº 3234/95-19, sendo autuado o devedor e ressarcido o devido valor ao INSS em 25.4.1995, tendo o processo sido encaminhado ao TCU em 2.10.1995.

Processo nº 35000.008343/91-78 - SINE, firmado com o Governo do Estado do Rio Grande do Norte para o estabelecimento de cooperação técnica e financeira mútua, visando a operacionalização do Programa Seguro Desemprego. Houve instauração de TCE, Processo nº 35000.010315/94-58, tendo sido ressarcido ao INSS o valor de R\$ 1.816,81 (um mil oitocentos e dezesseis reais e oitenta e um centavos), havendo a conseqüente baixa contábil com registro na conta de responsabilidade.

O processo encontra-se sobrestado na Coordenação de Contabilidade do INSS, para análise complementar e posterior encaminhamento ao TCU.

Processo nº 35000.014870/91-45, firmado com a Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil, representada pelo Banco do Brasil S/A, para possibilitar a revisão de benefícios previdenciários existentes em manutenção. O Gestor informou que da prestação de contas do referido Convênio, resultou em instauração de Tomada de Contas Especial, conforme Processo 35000.003449/95-85, haja vista entendimentos à época de que o valor devolvido pelo Banco do Brasil S/A não correspondia ao correto. Foi questionado o fato de que o Banco do Brasil S/A não cumpriu cláusulas pactuadas no Convênio, quando da sua execução e, por esse motivo, o INSS teria direito ao ressarcimento de todo valor repassado. Assim, a Procuradoria-Geral do INSS emitiu a Nota Técnica PGC/CCON nº 525/98, com o entendimento que os procedimentos adotados pelo Banco do Brasil S/A, mesmo contrariando cláusulas do Convênio, o desobrigou a devolver os valores totais. O processo encontra-se arquivado na Coordenação de Contabilidade do INSS.

Processo nº 35000.000700/91-90, firmado com a Fundação Nacional de Educação e Integração de Surdos - FENIS, visando o apoio administrativo no desenvolvimento de estudos e projetos para a melhor integração do deficiente auditivo. O Gestor informou que apesar de empenhado o valor orçamentário, não houve repasse financeiro, sendo registrada a baixa na conta convênios a liberar. Informou, ainda, que desconhece as razões pelo não prosseguimento do acordo.

Alínea "c":

Por meio do Ofício/DIROFL/nº 1652, de 18.10.2002, o Gestor informou que o referido imóvel foi alienado por concorrência pública realizada no exercício de 1996.

Alínea "e" e "g":

O Gestor por meio do Ofício/INSS/AUDGER nº 00017, de 21.1.2003, prestou os seguintes esclarecimentos:

Com relação a alínea "e", o Gestor deixou de informar sobre o assunto relativo à subalínea "e2" se pronunciando apenas sobre as subalíneas "e1" e "e3". Em relação a "e1" o Gestor informou o seguinte:

1) Processos 35301.067505-08, 35301.045335-91, 35301.059113/92-94, 35301.059114/92-57, 35301.045127/91, 35301.047092/91 e 35301.065159/92-70, todos apensados ao processo 35301.094147/92-34, cujo resultado foi a demissão dos servidores Nilson Forny Viana, Itamar Neves da Silva e Adelino Francisco Pacheco;

2) 35301.055952/92-61 apensado ao processo nº 35301.065248/92-06, cujo o resultado foi a demissão dos servidores Nilson Forny Viana, Orlando Reis Filho, Jussara Pessoa Salema G. Ribeiro, Carlos Jusué Gonçalves, Maria Marta da Silva Lopes e Ubirajara de Jesus Oliveira);

3) 35301.047352/91 foi julgado;

4) 35301.065486/92-86 foi instaurado e está em fase de Notificação Prévia. Quanto a "e3" foi informado que não foram localizados os Processos nºs 35001.004484/90 e 35001.009725/92.

No tocante a alínea "g" foi localizada a Portaria INSS/SEAL/nº 129/93, instituída para apuração de responsabilidade, a qual se reporta ao Relatório de Auditoria de Acompanhamento nº 02/93, que resultou na aplicação da penalidade "Advertência" ao servidor Itamar de Albuquerque Medeiros Diegues, Engenheiro, Mat. Nº 1.316.877, conforme Portaria/INSS/SEAL/nº 204, de 24.11.1993.

AVALIAÇÃO DA SFC:

Em face das respostas do Gestor considera-se PENDENTES as alíneas "b" e "e", esta última em suas subalíneas "e1", "e2" e "e3".

Com relação à alínea "b", apenas 03 (três) processos estão PENDENTES: 35000.011696/91-86 SINE, firmado com a Prefeitura de Mar Vermelho/AL 35000.009808/91-75 SINE, firmado com o Governo do Estado de Rondônia e 35000.014870/91-45, firmado com a Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil, sendo que este último ensejou a TCE nº 35000.003449/95-85."

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

No item relativo às medidas adotadas pelo Gestor após Registro de Negociação, referente ao Relatório de Auditoria de Gestão nº 117146/2003, consta a seguinte informação:

"Alínea "b" - Portaria INSS/DCPRES/nº 2.058, de 10.7.2003 - constituído Grupo de Trabalho visando a regularização definitiva de todos os convênios em situação "a comprovar" com vigência expirada, inclusive os relativos aos convênios 097129, 097198, 097292, 3319 e 097130, além dos convênios em situação "a aprovar". Informamos que o Grupo de Trabalho encontra-se reunido em tempo integral no sentido de solucionar esta pendência. Prazo: Dez/2003.

Alínea "c" - com referência ao patrimônio não existem pendências.

Alíneas "e" - serão instauradas comissões de TCE após a conclusão pela Corregedoria-Geral, dos PAD's correspondentes."

Ainda sobre o assunto, o Gestor, por meio do Ofício/CORREG/INSS/nº 00032, de 14.4.2004, encaminhou o documento "Exposição de Motivos da Corregedoria Geral", esclarecendo o seguinte:

"Em relação ao **PAD 35301.047352/91**, informamos que, de acordo com a comissão processante, foi constatada a culpabilidade do servidor Nilson Forny Viana (...), porém os autos foram arquivados pelo Sr. Superintendente Estadual - RJ, em 7.5.1998, em razão do servidor acusado não mais pertencer aos quadros funcionais da Instituição (...).

Quanto ao **PAD 35301.065486/92-86**, informamos que, na verdade, se trata de processo apenso ao **PAD 35301.094147/92-34**, o qual foi instaurado pela PT/INSS/SERJ/Nº 421, de 16.8.2003 (...) e culminou com a aplicação de penalidade dos servidores Nilson Forny Vianna (demissão), Adelino Francisco Pacheco (demissão), Itamar Neves da Silva (demissão) e Jussara Pessoa Salema Garção Ribeiro (advertência) (...).

No que diz respeito à questão dos valores pagos indevidamente pela Direção Central/DF, conforme mencionado na alínea e.2, ressaltamos que tal assunto não se trata de questão afeta à Corregedoria, mais sim à Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística.

No que trata dos **Processos nº 35001.004484/90 e nº 35001.009752/92**, relativos à empresa JF Serviços de Vigilância em Alagoas, informamos que foi solicitado, à Gerência Executiva do INSS em Maceió, o encaminhamento dos autos à Corregedoria-Geral, para fins de análise".

AVALIAÇÃO DA SFC:

Verifica-se que o Gestor está adotando providências para a regularização da questão, e deverá encaminhar os resultados a esta SFC. O assunto permanece PENDENTE quanto à alínea "e", referente à TCE.

4.1.1.3 INFORMAÇÃO:

Diligências/Decisões/TCU do exercício de 2000

4.1.1.3.1 TC 013.838/2000-9 - Concorrência Pública nº 05/1999/PMA/INSS

Foi citado no Relatório de Auditoria de Gestão nº 117146/2003:

"Trata-se da representação acerca de possíveis irregularidades ocorridas no Instituto Nacional do Seguro Social, na implantação do Programa de Melhoria no Atendimento da Previdência Social - PMA.

A matéria não foi objeto de manifestação definitiva por parte do Tribunal, encontrando-se em fase de audiência dos responsáveis.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Atendendo solicitação desta Secretaria, o Diretor de Orçamento, Finanças e Logística, por meio do Ofício DIROFL/nº 1666/2002, de 22.10.2002, esclareceu que o Ofício 01-199/2001/SECEX/PR, expedido pelo TCU e dirigido ao Departamento de Administração do INSS, foi encaminhado diretamente para o endereço residencial do ex-Diretor de Administração, não tendo conhecimento das informações prestadas ao Egrégio Tribunal."

AVALIAÇÃO DA SFC:

O assunto encontra-se na esfera do TCU para deliberações aos responsáveis (TC 013.838/2000-9 apensada à TC 004.085/2002-2, gerando a TC 017.401/2002-1).

4.1.1.3.2 Decisão nº 1049/2000-TCU-Plenário - Relatório de Auditoria INSS e DATAPREV

Foi citado no Relatório de Auditoria de Gestão nº 117146/2003:

"Em julgamento ao Processo nº 001.983/1998-9, o Tribunal de Contas da União proferiu a Decisão mencionada, com a seguinte determinação ao INSS: "8.2.3. adotem providências para viabilizar a migração de todos os dados referentes à dívida (administrativa e judicial), contidos no sistema antecessor (ATARE) para o Sistema de Registro e Controle de Débitos, Parcelamento e Cobrança - SICOB;"

JUSTIFICATIVA:

"Em atendimento ao solicitado, informamos que a migração dos processos do antigo sistema ATARE para o SICOB iniciou em abril de 1999, quando foram migrados 11.529 processos de débito no valor de R\$5.548.194.006,00 (cinco bilhões, quinhentos e quarenta e oito milhões, cento e noventa e quatro mil e seis reais) e 74.112 processos de parcelamento no valor de R\$ 7.311.009.728,00 (sete bilhões, trezentos e onze milhões, nove mil e setecentos e vinte e oito reais).

Na época, maio/1999, por problemas de inconsistência, deixaram de ser migrados 3.478 processos de débito no valor de R\$ 1.238.038.656,00 (um bilhão, duzentos e trinta e oito milhões, trinta e oito mil, seiscentos e cinquenta e seis reais) e 11.916 processos de parcelamento no valor de R\$ 7.861.801.508,00 (sete bilhões, oitocentos e sessenta e um milhões, oitocentos e um mil e quinhentos e oito reais).

No período de maio/1999 a setembro/2001 foram migrados 2.679 processos de débito no valor de R\$ 848.983.014,00 (oitocentos e quarenta e oito milhões, novecentos e oitenta e três mil, e quatorze reais) e 10.850 processos de parcelamento no valor de R\$ 7.652.587.068,00 (sete bilhões, seiscentos e cinquenta e dois milhões, quinhentos e oitenta e sete mil e sessenta e oito reais).

No período de outubro/2001 a setembro/2002 foram migrados e/ou baixados por liquidação 585 processos de débito no valor de R\$ 365.380.471,00 (trezentos e sessenta e cinco milhões, trezentos e oitenta mil e

quatrocentos e setenta e um reais) e 475 processos de parcelamento no valor de R\$ 158.277.263,00 (cento e cinquenta e oito milhões, duzentos e setenta e sete mil, duzentos e sessenta e três reais).

Hoje restam ainda a serem migrados e/ou baixados 796 processos, sendo 214 de débito no valor de R\$ 23.675.171,00 (vinte e três milhões, seiscentos e setenta e cinco mil, cento e setenta e um reais) e 582 de parcelamento no valor de R\$ 50.937.176,00 (cinquenta milhões, novecentos e trinta e sete mil, cento e setenta e seis reais). No que se refere ao resíduo de débitos e parcelamentos ainda não migrados, informamos que tais processos estão a exigir uma análise mais criteriosa, visto que possuem inconsistências passíveis de saneamento, de relativa complexidade, além do que muitos deles já se encontram quitados, necessitando tão-somente das providências quanto à confirmação do recolhimento e respectiva apropriação/baixa nos sistemas. Em relação a esses processos, estão sendo adotadas as seguintes providências pela Diretoria de Arrecadação:

- disponibilização de três servidores do INSS para tratar exclusivamente do assunto "migração" os quais estão atuando no Rio de Janeiro em conjunto com os servidores alocados pela DATAPREV;
- migração com periodicidade semanal dos processos ajustados pela DATAPREV;
- inclusão no plano operacional 2002 de ação específica visando "zerar" os estoques de processos ativos e não migrados no PRODIN."

Sobre o assunto foram emitidas Solicitações de Auditoria, com esclarecimentos prestados pelo gestor, conforme a seguir.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

SA nº 09, de 24.11.2003, ao Coordenador-Geral de Recuperação de Créditos:

"Encaminhar a esta DSPAS/SFC/CGU/PR os resultados dos trabalhos de migração de todos os dados relativos à dívida administrativa contidos no sistema ATARE para o Sistema de Registro e Controles de Débitos Parcelamento e Cobrança - SICOB e, também a posição da liquidação do estoque de processos ativos e não migrados no PRODIN."

Resposta do Gestor: Por meio do Ofício nº 40/INSS/DC/CGRCP, de 5.12.2003, o Gestor informou que:

"(...)

1. Durante o ano de 2003 foram executados vários processamentos de migração, sendo que dos 581 processos existentes em 10 de janeiro de 2003, restam no momento 17 processos de parcelamento a serem migrados para os quais estão sendo ultimados os procedimentos para baixa/migração completa.
2. A migração dos processos de débito foi encerrada em 30 de setembro de 2003, quando o último processo ativo foi migrado".

Diante do exposto, foi emitida a SA nº 28, de 15.12.2003, solicitando os números dos processos/débitos migrados e/ou baixados até a presente data. Como resposta, o gestor, por intermédio do Ofício nº 43/INSS/DC/CGRCP, de 16.12.2003 informou que atualmente restam 2 (dois) parcelamentos a serem migrados.

SA nº 10, de 24.11.2003, à Procuradoria Federal Especializada:

"Encaminhar a esta DSPAS/SFC/CGU/PR os resultados dos trabalhos de migração de todos os dados relativos à dívida judicial contidos no sistema ATARE para o Sistema de Registro e Controles de Débitos Parcelamento e Cobrança - SICOB".

Resposta do Gestor: Por meio do Ofício nº 02/INSS/PFE, de 2.1.2004, o Gestor informou que:

"Em resposta à Solicitação de Auditoria nº 137636-10, informamos que a Coordenação-Geral de Recuperação de Créditos da Diretoria da Receita Previdenciária, responsável pelo acompanhamento da migração dos dados contidos no sistema ATARE para o SICOB, optou por criar um sistema intermediário, para efetivar correções nos processos com problemas para depois migrá-los para o SICOB. Cumpramos ressaltar que, conforme manifestação da Coordenação-Geral de Recuperação de Créditos, (...), o referido sistema de migração somente contemplou os processos administrativos, não estando adaptado para migrar débitos judiciais."

Visando complementar as informações emitimos as Solicitações de Auditoria nºs 139816-013 e nº 139816-017, ambas de 23.3.2004, endereçadas à Coordenação-Geral de Recuperação de Créditos Previdenciários e à Procuradoria Federal Especializada.

Em resposta à SA nº 139816-013, o Gestor, por intermédio do Ofício nº 12/INSS/DC/CGRCP, de 30.3.2004, informou que:

"Em atenção a vossa Solicitação de Auditoria nº 139816-013, de 23 de março de 2004, onde é solicitado o estoque de processos administrativos a serem migrados, informamos que não existe mais nenhum processo administrativo a ser migrado para o sistema SICOB. (...)".

No que se refere à SA nº 139816-017, o Gestor, por meio do Ofício nº 384/INSS/DCGAB, de 13.4.2004, encaminhou o Despacho CGMT nº 259/04, de 6.4.2004, informando o que segue:

"(...)"

2. Em resposta à solicitação apresentada, informamos que, por ocasião da migração realizada em julho de 1999, os créditos que se encontravam no antigo Sistema DÍVIDA foram migrados para o Sistema DÍVIDA atual, observado os seguintes critérios:

- a) foram migrados todos os créditos ativos, em fase de Procuradoria, mesmo apresentando inconsistências;*
- b) foram migrados todos os créditos inativos há menos de 05 (cinco) anos;*
- c) Os créditos inativos há mais de 05 (cinco) anos permaneceram na antiga base; podendo ser consultados através do sistema antigo (Sistema DÍVIDA Antiga, cujo acesso continua possível).*

3. Ressalte-se que, caso seja necessário reativar um crédito considerado inativo há mais de 05 (cinco) anos, este poderá ser cadastrado, com o mesmo número, no Sistema DÍVIDA atual; aproveitando-se as informações já cadastradas. Tais casos, entretanto, somente podem ser identificados mediante exame do processo físico, caso a caso.

4. Cumpramos informar, ainda, que está sendo realizado um trabalho, em conjunto com a DATAPREV, no que tange à migração dos históricos das fases de Procuradoria; bem como dos dados concernentes à inscrição de créditos devolvidos ao ATARE antes da migração, sem que ocorra o cancelamento da correspondente inscrição."

AValiação DA SFC:

No que se refere aos débitos administrativos, o processo de migração encontra-se concluído.

Já em relação aos créditos da cobrança judicial, o fato de a migração ter ocorrido mesmo apresentando inconsistências requer, ainda, que a Unidade proceda a depuração caso a caso, com vistas à regularização dos registros, isto é a migração não pode ser considerada concluída enquanto os processos não tiverem as inconsistências devidamente regularizadas.

4.1.1.3.3 Decisão nº 250/2000 - TCU - 2ª Câmara - TC 014.608/99-5 - Auditoria Interna Posto INSS Manaus.

Foi citado no Relatório de Auditoria de Gestão nº 117146/2003:

"A questão foi tratada no Relatório de Auditoria de Avaliação da Gestão de 2001. O TCU, por meio da Decisão nº 250/2000, da Sessão de 13/07/2000 (Ofício nº 1.370/SGC/TCU/2ª Câmara, de 17/07/2000), determinou à Presidência do INSS que:

"8.2.1. empreenda gestões junto à Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social - DATAPREV, para a correção das falhas nos dados cadastrais dos segurados no âmbito do Sistema Único de Benefícios - SUB, notadamente quanto à possibilidade de inserção de dados pessoais de forma incompleta ou inconsistente, resultando em perda de eficácia nas críticas do Sistema, visto que as deficiências verificadas nos dados cadastrais podem suscitar a concessão de mais de um benefício a um mesmo titular, além de tornar o SUB vulnerável a erros administrativos e fraudes.

8.2.2. adote providências fitando garantir eficácia às recomendações da Auditoria Interna da Autarquia, notadamente em relação à Gerência Executiva do INSS/AM, instaurando, se necessário, as devidas apurações disciplinares dos administradores eventualmente omissos."

Embora o Gestor tenha informado, por meio do Ofício/INSS/DCGAB/nº 487, de 1.4.2002, a adoção de providências para a correção das falhas apontadas, o assunto continua pendente de regularização, conforme verificado nos trabalhos de validação da base de dados de benefícios que vêm sendo realizados por esta Secretaria. O levantamento das inconsistências e avaliação dos dados de benefícios, tendo como referência setembro de 2001, com consultas ao Sistema de Benefícios em 2002, tem apontado vários problemas nos registros contidos no banco de dados.

Assim sendo, solicitamos fossem informadas as medidas efetivamente implementadas, bem como estudos, planos e cronogramas formulados para regularizar de forma definitiva a questão.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Em resposta, o Gestor informou, em 11.10.2002, que foi implementada na versão 8.1 do PRISMA/SUB, 07 (sete) itens com o título AUDITORIA, de forma a melhorar o gerenciamento e monitoramento dos trabalhos realizados na área de benefícios, tais como: captação do nome do dependente com o mesmo número de caracteres utilizados na captação do nome do titular; na atribuição de NIT (Número de Identificação do Trabalhador) não será aceito caractere inválido; na revisão de pensão, campo "Nome da mãe", serão feitas críticas de "único nome" e "sobrenome abreviado"; só permite inclusão de NB (Número do Benefício) de 09 dígitos com DER (Data de Entrada do Requerimento) até 31.12.1995, se despacho 04 (judicial) ou 03 (recurso); concessão e formatação de salário maternidade para segurada com mais de 45 anos, que não seja adoção, somente será permitida com a matrícula do Gerente; visualização em tela ou impressora, quando for solicitado Relatório de Auditoria do NB; implementação de crítica 2 no registro de certidão de nascimento, casamento e óbito, quando for informado nº de livro com caractere diferente (C - óbito, A - nascimento, B - casamento).

Para a implementação da versão 8.2 do mesmo sistema, foram definidos mais 05 (cinco) itens, visando impossibilitar a ocorrência das inconsistências verificadas, como: implementação de crítica 2 para os casos de NIT ou de

CPF já utilizados na concessão de outro benefício; confirmação de NIT para os casos de informação de número incorreto; não é permitida alteração do nome do segurado onde exista CADPF - Cadastro de Pessoa Física - onde não existir CADPF a alteração somente será realizada com a matrícula do gerente ou substituto; nas críticas do caractere alfabético do livro de certidões de nascimento, casamento ou óbito não emitir crítica para datas anteriores a 31.12.1973 (Lei nº 6015).

Para correção das falhas existentes nos dados cadastrais dos segurados no Sistema Único de Benefícios, bem como para os casos de atualização de NIT, foi desenvolvido o sistema Identificação Única de Benefícios - IUB, que tem o objetivo de possibilitar a atualização do banco de dados do SUB, permitindo, também, o controle gerencial de todo o processo. Esse sistema será utilizado para atualização/complementação dos dados cadastrais de Titulares, Procuradores, Representantes Legais e Instituidores, perfazendo um volume de dados de pessoas a serem recadastradas de 4.781.171.

O Instituto, por meio do Ofício nº 95/INSS/DIRBEN, de 18.12.2002, informou que estabeleceu o seguinte cronograma para o atendimento da referida Decisão:

"(...)

- A atualização dos dados cadastrais por meio do Sistema de Identificação Única de Beneficiários - IUB - os trabalhos foram iniciados em 16.12.2002 com execução durante todo o exercício de 2003, sendo que periodicamente repassaremos relatório do andamento dos trabalhos;

- Revisão dos benefícios com espécies incompatíveis (Acumulação Indevida);

- Os trabalhos tiveram início em 16.12.2002 e término em 15.4.2003;

- Revisão dos 215 benefícios Assistenciais - LOAS constantes dos ANEXOS III dos Relatórios de Auditoria DSPAS/SFC nº 107380 e 107381/2002, oriundos do batimento dos Sistemas SISBEN e SIAPE - os trabalhos iniciaram em 16.12.2002 e término em 31.1.2003, para as Gerências Executivas retornarem as informações e até 28.2.2003 estaremos repassando o relatório."

Por meio do Ofício/INSS/DCPRES nº 127 de 31.1.2003, o Gestor informou ainda sobre a emissão da Orientação Interna INSS/DIRBEN nº 75, de 19.12.2002, estabelecendo procedimentos a serem adotados pelas Gerências-Executivas/INSS na atualização dos dados cadastrais de benefícios.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

No item relativo às medidas adotadas pelo Gestor após o Registro de Negociação referente ao Relatório de Auditoria de Gestão nº 117146/2003, foi informado que:

"Objetivando agilizar os trabalhos de atualização de dados cadastrais por meio do IUB, acumulação indevida, benefícios com caracteres inválidos, nome ou sobrenome com mais de 13 caracteres, prenome ou nome do titular inválido e titular com único nome, foi emitido o MEMORANDO/INSS/CGBENEF nº 49, de 8.7.2003.

Tendo em vista o movimento de paralisação dos servidores do INSS, os trabalhos de atualização de dados do IUB bem como, os relativos a acumulação indevida, titular com único nome, ficaram praticamente parados.

Em virtude desse fato os trabalhos de acumulação indevida devem ser concluídos até 30.10.2003.

A Gerência de Manaus possui um quantitativo de 73.650 pessoas com dados cadastrais a serem atualizados, destas 9.927 já tiveram os dados cadastrais atualizados, restando ainda 63.723 pessoas com dados cadastrais a serem atualizados por meio do IUB.

Tendo em vista que a paralisação dos servidores acarretou um atraso na conclusão dos trabalhos estimamos que os mesmos deverão ser concluídos até 31.3.2004."

AVALIAÇÃO DA SFC:

O assunto encontra-se com providências em andamento, cuja conclusão estava prevista para até 31.3.2004. Até a presente data o gestor não encaminhou o resultado dos trabalhos a esta SFC. Portanto o assunto permanece PENDENTE de regularização.

4.1.1.3.4 Decisão nº 108/2000 - TCU - Plenário - TC 004.810/98-8 - Certidão de Tempo de Serviço Rural

Foi citado no Relatório de Auditoria de Gestão nº 117146/2003:

"O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul/RS solicitou o exame, pela Diretoria do Seguro Social/INSS, da legalidade de certidões de tempo de serviço rural averbado para fins de aposentadoria. A Diretoria de Benefícios emitiu a Ordem de Serviço INSS/DSS/nº 617, de 26.11.1998, disciplinando a emissão de certidões de tempo de serviço com o cômputo de tempo de atividade rural e determinou a revisão de todas as certidões expedidas em desacordo com este ato a partir de 14.10.1996, porém com relação ao objeto da presente TC, o Instituto não se manifestou se havia ou não regularizado a situação, conforme citado no Relatório de Auditoria de Gestão 7911/2002.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

"Solicitamos às Gerências Executivas no Estado do Rio Grande do Sul que nos informem as providências adotadas em relação às Certidões encaminhadas pelo TCE/RS para ratificação.

Os ofícios recebidos do TCE/RS são encaminhados às APS/UAA para as devidas providências e o tempo de atividade rural é reconhecido pelo INSS mediante Carteira de Trabalho - CTS ou Contrato de Trabalho Coletivo - CTC, emitidos a partir de 14.10.1996, somente será considerado para compensação previdenciária, caso esse período tenha sido ou venha ser indenizado ao INSS pelo requerente."

O INSS comunicou ao TCE/RS o resultado da avaliação das CTS/CTC.

"Anexamos cópias dos seguintes documentos: Respostas das Gerências, Circular 176/99 (trata da Circular 142/99 - antecipação de tutela na Ação Civil Pública 1999.71.01.7799/4 Comprovação de Atividade Rural) e Portaria MPAS nº 4.273, de 12.12.97".

Por meio do Ofício nº 139/INSS/DCPRES, de 31.1.2003, o Gestor informou ainda que solicitou à DATAPREV Regional, em 3.10.2002, um relatório contendo todas as CTC, contemplando tempo de atividade rural, da jurisdição da Gerência Executiva de Porto Alegre/RS, emitidas a partir de 14.10.1996, para análise.

AVALIAÇÃO DA SFC:

O Gestor esclareceu que foram tomadas providências no sentido de reexaminar a legalidade das Certidões de Tempo de Serviço Rural averbadas para fins de aposentadoria, atendendo a solicitação do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul - TCE/RS, bem como aperfeiçoar as rotinas e procedimentos visando restringir a averbação de certidões ilegais, entretanto, o assunto continua PENDENTE uma vez que a Gerência Executiva/RS não informou sobre os processos ratificados ou retificados, emitidos a partir de 1996.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

No item relativo às medidas adotadas pelo Gestor após o Registro de Negociação referente ao Relatório de Auditoria de Gestão nº 117146/2003, consta a seguinte informação:

"Com o objetivo de agilizar os trabalhos de avaliação das Certidões de Tempo de Serviço/Certidão de Tempo de Contribuição e conhecermos o universo de Certidões encaminhadas ao INSS, oficiamos por meio da Gerência Executiva o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul para que o citado órgão envie ao INSS arquivo contendo as mencionadas CTS/CTC.

Anexo, cópia dos e-mail com o resultado dos trabalhos de avaliação de CTS/CTC.

Das informações obtidas elaboramos um resumo das CTS/CTC analisados no Estado do Rio Grande do Sul por Solicitação do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

Total de CTS/CTC: 5.084

Regulares: 3.669

Irregulares: 175

Em análise: 1.240"

Ainda por intermédio do Ofício nº 375/INSS/DCGAB, de 8.4.2004, o Gestor encaminhou documento da Divisão de Controle Interno de Benefícios, datado de 5.4.2004, com os seguintes esclarecimentos:

"(...)

- 1. O expediente em epígrafe, indaga qual o prazo para conclusão dos trabalhos de avaliação das Certidões de Tempo de Serviço Rural encaminhadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul ao INSS.*
- 2. O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul informa que está encaminhando para apreciação das Gerências Executivas todas as certidões de Tempo de serviço expedidas pelo INSS, não apenas as que contêm tempo de serviço rural.*
- 3. A atitude do TCE/RS decorre de constatação de irregularidade em Certidão de Tempo de Serviço constante em processo de aposentadoria submetida a exame por aquela Corte de Contas como tendo sido emitida pelo INSS.*
- 4. A citada Corte de Contas informa que está impossibilitada de precisar o número de certidões de tempo de serviço rural já enviadas ao INSS, documento anexo.*
- 5. Isto posto, depreende-se que não há como se fixar prazo para a conclusão dos trabalhos pois se trata de atividade constante, ou seja, uma rotina utilizada pelo TCE/RS.*
- 6. Por fim, sugerimos encaminhar o presente dossiê ao Gabinete do Diretor-Presidente com trânsito pela Diretoria de Benefícios.*

AVALIAÇÃO DA SFC:

Conforme justificativa apresentada pelo Gestor, estão sendo adotadas as devidas providências para atendimento da recomendação, necessitando de encaminhamento/fixação do prazo para regularização, que, por sua vez, está na dependência da rotina utilizada pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul. O assunto permanece PENDENTE.

4.1.1.4 INFORMAÇÃO:

Diligências/Decisões/TCU do exercício de 2001

4.1.1.4.1 **Decisão nº 1099/2001-TCU-Plenário - Morosidade na Apuração de Processo Disciplinar nº 35000.000650/99-71, alusivo a indícios de prática de ato de improbidade administrativa**

Foi mencionado no Relatório de Auditoria de Gestão nº 117146/2003:

"Informações prestadas no Relatório de Auditoria de Gestão de 2001:

'O processo foi instaurado com o fim de apurar irregularidades no pagamento de verbas relativas à incorporação do PCCS (Plano de Classificação de Cargos e Salários). A Procuradora Chefe da Divisão do Contencioso-Geral - PG, Thelma Suely F. Goularte, declinou a possibilidade de irregularidades administrativas na condução da RT 1457/89, relacionada a pagamentos irregulares de valores não devidos e incorporação de PCCS não determinados judicialmente.

Constam como envolvidos os servidores Alélia Marcelino de Paula; Alice Prudente de Oliveira; Augusto Brito Filho; Gerseni Maria de Carvalho Gondim; Gerci Moreira da Silva Abraão; João Rodrigues de Miranda; José Afonso Pires Ferreira Júnior; Lourdes Maria Frazão; Maria Alves Figueiredo; Maria Cecília S. S. Landim; Maria de Lourdes Thees Perilo da Veiga Jardim; Orlando Alves Pedrosa; Selma Terezi Camargo Miranda, e Verônica Maria Monteiro da Rocha, os quais, entretanto, não foram indiciados ante a inexistência de provas que evidenciassem a prática de ilícito por parte desses servidores, segundo relatório da nobre Comissão Processante.

Ainda como envolvidas, constam as ex-servidoras Divina Oliveira Jardim, à época do relatório, ocupando cargo de juíza do trabalho na 10ª Região, e Margarida Maria Gonzaga Pereira, aposentada dos quadros do INSS em 12.3.93, designada para Cargo em Comissão, ocupado de 12.3.93 a 1.12.94, na função de Chefe da Divisão de Recursos Humanos em Goiás.

Restaram indiciadas estas duas últimas acusadas, as quais foram previamente citadas. As envolvidas foram inquiridas e reinquiridas, ultimando-se a instrução em 11 de julho de 2000, onde foram indiciadas, ambas como incursas na violação do inciso IX do art. 117 da Lei nº 8.112/90. As indiciadas foram devidamente citadas para apresentarem defesas.

Finda a instrução, emitiu-se relatório final em 15 de agosto de 2000, sugerindo-se a absolvição da indiciada Divina Oliveira Jardim, sob o argumento de impossibilidade jurídica de aplicar-se a pena de demissão, e propondo, em relação a ex-servidora Margarida Maria Gonzaga Pereira, a conversão da exoneração a pedido em destituição de cargo em comissão, nos termos do parágrafo único do art. 135, da Lei nº 8.112/90. O Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social baixou a Portaria nº 480, de 17 de maio de 2002, determinando fosse convertida a exoneração a pedido de Margarida Maria Gonzaga Pereira, matrícula nº 6887805, em destituição de cargo em comissão de Chefe de Divisão de Recursos Humanos - INSS/GO, por se valer do cargo para lograr proveito pessoal e de outrem em detrimento da dignidade da função pública".

Com intuito de atualizar informações sobre as medidas adotadas pelo gestor, visando atender as determinações do Tribunal de Contas da União, solicitamos que fosse dada ciência a esta SFC das providências implementadas.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Em atenção à nossa solicitação, por intermédio do Ofício INSS/AUDGER nº 00427, de 22.11.2002, endereçado pelo Auditor-Geral Substituto do INSS a esta SFC, o Gestor informou que a Corregedoria analisou e julgou o Processo Administrativo Disciplinar, emitindo Parecer/CJ/nº 2740/2002, sugerindo a absolvição da indiciada Divina Oliveira Jardim, sob o argumento de impossibilidade jurídica de aplicar-se a pena de demissão, e propondo, em relação a ex-servidora Margarida Maria Gonzaga Pereira, a

conversão da 6.1.3.1 exoneração a pedido em destituição de cargo em comissão, nos termos do parágrafo único do art. 135, da Lei nº 8.112/90. Ressaltou, também, que os Processos nºs 35000.000650/99-71 e 37284.002217/2001-14 foram encaminhados à Procuradoria da Previdência Social em Goiânia/GO, a qual cabe adotar as medidas cabíveis.

AVALIAÇÃO DA SFC:

Apesar das medidas adotadas pelo INSS, o assunto ainda carece de providências por parte da Procuradoria em Goiânia/GO. Dessa forma, devem ser encaminhadas as informações das medidas adotadas por essa Procuradoria-GO, bem como a abertura da competente Tomada de Contas Especial. Decisão PENDENTE."

Com o objetivo de obter informações atualizadas sobre a regularização das pendências referentes à Decisão nº 1099/2001 - TCU Plenário, esta SFC emitiu em 23.3.2004 a Solicitação de Auditoria nº 139816-20, reiterada, em 4.5.2004 por meio da Solicitação de Auditoria nº 139816-91.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Em 19.5.2003 por meio do Ofício nº 528 /INSS/DCPRES, foi encaminhado a esta SFC o Memorando/SC/PFE/INSS/Goiânia-GO nº 008 de 7.7.2003, no qual consta despacho do Procurador Orlando Alves Pedrosa do Setor de Inscrição e Cobrança do INSS em Goiânia - 08-201.41, datado de 22.7.2003, informando o seguinte:

"1. Em atenção à solicitação contida neste expediente, informamos que não existe neste Setor de Inscrição e Cobrança nenhum processo de procedimento vinculado ao processo 35000.000650/99-71, relativo ao comando SIPPS 1326774.

2. Na consulta ao Sistema de Protocolo, constata-se que referido comando foi recebido pela Seção de Cotencioso Judicial em 25.4.2003, conforme extrato anexo.

3. No entanto, consta neste Setor procedimento administrativo referente a Tomada de contas Especial nº 35069.001579/2003-80, comando 9281634 para inscrição em dívida ativa e ajuizamento, em razão de apuração de danos causados aos cofres do INSS, tendo como responsável a Sra. Divina de Oliveira Jardim, de conformidade com as conclusões do processo administrativo disciplinar nº 35000.000650/99-71 e por determinação do TCU consoante Ofício TCU/SECEX/GO nº 1055, de 12.11.2002".

AVALIAÇÃO DA SFC:

O processo de TCE nº 35069.001579/2003-80 já foi encaminhado para o TCU.

4.1.1.4.2 Decisão nº 154/2001 - TCU - 2ª Câmara - INSS/FUB

Foi citado no Relatório de Auditoria de Gestão nº 117146/2003:

"Em julgamento à TC nº 011.244/99-2, o Tribunal de Contas da União proferiu a Decisão mencionada, com a seguinte determinação ao INSS:

"8.2.1. nos eventuais contratos e respectivos termos aditivos oriundos de dispensa de licitação com fulcro no art. 24, inciso XIII da Lei nº 8.666/93, abstenha-se de incluir no objeto cláusula que fuja ao escopo definido no referido inciso da Lei de Licitações, em especial a terceirização de serviços de recepção e atendimento ao público nas agências do Instituto;"

No entanto, apesar dos termos da Decisão supracitada, a terceirização desses serviços vem sendo continuamente realizada pelo INSS. Assim sendo, solicitamos informações acerca das providências efetivamente adotadas para cumprimento da determinação do TCU.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Por intermédio do Ofício DIROFL/nº 1.714, de 28.10.2002, o Gestor prestou os seguintes esclarecimentos:

"Atendendo à Solicitação de Auditoria - SA nº 101249-17, de 16.09.2002, com relação à Decisão nº 154/2001 TCU 2ª Câmara - INSS/FUB, informamos que o INSS está abstendo-se de incluir no objeto da licitação de serviços, cláusulas que fujam do escopo definido no art. 24, inciso XIII da Lei nº 8.666/93.

Adicionalmente, informamos que foi rescindido o Contrato nº 24/98, firmado entre o INSS e a FUB em 17.08.2001, tendo sido providenciada pelo INSS a abertura de processo licitatório, conforme consta no Relatório da 4ª SECEX/TCU."

O Gestor encaminhou, também, às Gerências Executivas e à Unidade de Administração e Logística, Memorando Circular nº 007, de 22.2.2002, sobre normatização de procedimentos e condutas a serem seguidos pelas Gerências Executivas do INSS quanto às licitações de obras e serviços.

Para substituição da mão-de-obra terceirizada, o INSS divulgou o Edital nº 01/2003, de 15.1.2003, para a realização do concurso público em conformidade com a Lei nº 8.112/90, o qual foi realizado pelo Centro de Seleção e Promoção de Eventos - CESPE/UNB, em 16.3.2003.

O Gestor informou, ainda, por meio do Ofício nº 330/INSS/DCGAB, de 24.3.2003, sobre a orientação dada às suas Unidades quanto ao processo de transição/substituição da mão-de-obra terceirizada, que se dará à medida que os concursados tomarem posse, em cumprimento à Decisão supracitada.

AValiação DA SFC:

Apesar das informações prestadas pelo gestor, o assunto ainda continua PENDENTE, haja vista o contrato emergencial vigente ainda no exercício 2003 firmado com a CTIS."

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

No item relativo às medidas adotadas pelo Gestor após o Registro de Negociação referente ao Relatório de Auditoria de Gestão nº 117146/2003, consta a seguinte informação:

"Informamos que esta pendência já foi regularizada. Esclarecemos que o contrato celebrado com a CTIS já foi encerrado, inexistindo, portanto, mão-de-obra terceirizada no INSS. Anexamos cópia do Termo de Rescisão do Contrato nº 24/98".

AValiação DA SFC:

Por meio do Acórdão/TCU nº 1.692/2003- 2ª Câmara, o TCU proferiu como encerrada a TC nº 011.244/1999-2.

4.1.1.5 INFORMAÇÃO:

Diligências/Decisões/TCU do exercício de 2002

4.1.1.5.1 Decisão nº 88/2002-TCU-Plenário - Representação formulada pela XEROX

Foi citado no Relatório de Auditoria de Gestão nº 117146/2003:

"Em julgamento à TC nº 012.332/99, o Tribunal de Contas da União proferiu a Decisão mencionada, determinando ao INSS que confira, nas notas fiscais, o correto lançamento tributário, incluindo-se neste

procedimento, a verificação da adequabilidade da alíquota de ICMS adotada, notificando o fornecedor na hipótese de incorreção, para que este promova a retificação e, caso isso não ocorra, comunicar o fato ao órgão de fiscalização tributária competente, conforme preceitua o inciso VI do artigo 116 da Lei nº 8.112/90.

Assim sendo, solicitamos fossem informadas as providências efetivamente adotadas para cumprimento da determinação do TCU.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Por intermédio do Ofício DIROFL/nº 1594, de 10.10.2002, o Gestor informou que encaminhou Memo/Conjunto/INSS/CGOFC/CGLOG/nº 02, de 1.10.2002, às Gerências Executivas, solicitando a adoção dos seguintes procedimentos:

"(...)

- informar aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União, Estados e Municípios, as características e os valores pagos em suas contratações, conforme estabelece o § 3º do artigo 55, da Lei nº 8.666/93;
- conferir, nas notas fiscais, o correto lançamento dos valores tributários, incluindo-se a verificação da adequabilidade da alíquota de ICMS adotada, notificando o fornecedor, na hipótese de incorreção, para que este promova a retificação e, caso isso não ocorra, comunicar o fato ao órgão de fiscalização tributária competente, de acordo com o inciso VI, do artigo 116, da Lei nº 8.112/90.

Dessa forma, ficará a cargo dos respectivos Gerentes Executivos o cumprimento e acompanhamento da determinação do Tribunal de Contas da União, ficando a Coordenação de Apoio à Diretoria Colegiada incumbida dos procedimentos no que se refere às execuções no âmbito da Diretoria Colegiada."

AVALIAÇÃO DA SFC:

Diante do exposto, verifica-se que o Gestor adotou providências visando orientar as suas respectivas Gerências Executivas e cumprir a determinação emanada do TCU."

Foi recomendado por esta SFC, no Registro de Negociação referente ao Relatório nº 117146/2003, que a Unidade adotasse providências no sentido de supervisionar/monitorar o cumprimento da mencionada Decisão do TCU. O item foi considerado atendido no que diz respeito às providências da Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística/INSS junto às Gerências-Executivas/INSS, necessitando apenas de monitoramento por parte da mesma, visando verificar o cumprimento das determinações.

4.1.1.5.2 Decisão nº 084/2002 - TCU - Plenário - Irregularidades na Condução de Defesa da Autarquia em Reclamação Trabalhista

Foi citado no Relatório de Auditoria de Gestão nº 117146/2003:

"Em julgamento à TC 004.723/2001, o Tribunal de Contas da União resolveu: "(...) determinar ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS que adote, se ainda não o fez, as providências cabíveis para a apuração da responsabilidade e a promoção do ressarcimento dos eventuais danos causados aos cofres da autarquia, em razão das falhas verificadas na condução de sua defesa na Reclamação Trabalhista nº 240/92, nos termos da presente representação" (item 8.2).

Por meio do Ofício nº 1347/DSPAS/SFC/Casa Civil/PR, de 12.3.2002, foi solicitado ao INSS informações sobre as medidas adotadas em cumprimento à Decisão, sobre o qual não houve manifestação. Assim sendo, reiteramos o assunto, por meio da SA nº 101249-29, de 16.9.2002.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Por intermédio do Despacho 01.200.2 nº 501/2002, datado de 27.9.2002, a Coordenação-Geral do Contencioso Judicial/Procuradoria Geral do INSS, encaminhou as seguintes informações:

"Trata-se de Solicitação de Auditoria encaminhada ao Sr. Procurador-Geral, com cópia para a Sra. Diretora-Presidente do INSS, em que a Coordenação-Geral de Auditoria de Programas da Área de Previdência e Assistência Social solicita informações sobre as medidas adotadas quanto ao cumprimento das determinações do TCU, relativamente a apuração de responsabilidade e a promoção do ressarcimento de eventuais danos causados aos cofres do INSS, em razão de (...) falhas na condução da defesa nos autos da Reclamação Trabalhista nº 240/92, movida por Odélio Vilarinho Prudêncio, em curso na cidade de Presidente Prudente/SP. Para o atendimento da solicitação e levando em conta que as atividades de Procuradoria são descentralizadas, mantive contato com a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Presidente Prudente/SP que ofereceu, conforme o despacho de fls. 08/11, as informações sobre o caso. Esta Coordenação ao examinar processos de acompanhamento de feitos judiciais, exerce a orientação que julgar necessária, e, nos casos em que seja indicado, sugere a abertura de Procedimentos Administrativos Disciplinares, transferindo a continuidade natural desses procedimentos aos setores competentes de Corregedoria e Auditoria, posto que esta Coordenação não tem atribuições de controle nem de acompanhamento de processos dessa natureza. Não obstante, em face da Solicitação de Auditoria da Secretaria Federal de Controle Interno, requisitei à Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS/Presidente Prudente/SP cópia do respectivo dossiê, que, tão logo recebida, será encaminhada ao Gabinete desta Procuradoria-Geral.

Complementando as informações prestadas através do Despacho 01.200.2 nº 501/2002, de 27 de setembro de 2002, bem como outras informações prestadas anteriormente, dentre elas, as constantes do Despacho 01.200.23 nº 34/2002, esclarecemos que esta Coordenação, ao analisar o processo administrativo, concluiu ter havido negligência na defesa dos interesses da Autarquia, sugerindo, inclusive, que os autos fossem remetidos à Auditoria-Geral para as providências a seu cargo, como também, que a PPS/SP ajuizasse ação regressiva para responsabilizar civilmente os causadores da lesão.

Diante do posicionamento desta Coordenação, orientações foram repassadas à PFE e o Ministério Público Federal tomou as providências cabíveis e ingressou com ação criminal nº 108/2001, contra os procuradores do INSS, que atuaram no processo à época dos fatos. Entretanto, o referido processo foi arquivado por força da prescrição.

Com relação ao prejuízo ocasionado, impende demonstrar que o mesmo se deu, por falta dos recibos de pagamento do médico reclamante que, devido à sua relação contratual, os seus pagamentos eram efetuados diretamente pelo Setor Financeiro, em conjunto com o Setor de Perícias Médicas, o que impediu que se pudesse efetuar cálculos, impugná-los e sequer embargar o processo de execução.

O INSS alegou erro material quando, então, o reclamante juntou ao processo judicial algumas cópias desses comprovantes de pagamento, tornando possível a elaboração de novos cálculos, tanto pelo INSS, como pelo Juízo trabalhista, que restaram maiores do que aqueles homologados anteriormente, levando o Juiz a ignorar a alegação de erro material.

Logo, não houve prejuízo para os cofres da Autarquia e, se prejuízo houve, o mesmo ocorreu somente em relação à cobrança de período prescrito.

O INSS foi intimado para pagar em 1997, não efetuando nenhum depósito. Em 1998 foi ameaçado seqüestro, também sem pagamento.

Em setembro de 2002, o precatório foi quitado, conforme documento anexo. Entretanto, s.m.j. que, diante do arquivamento da Representação Criminal proposta pelo MPF, por prescrição, diante da apresentação de

contracheques pelo autor da ação, com valores maiores do que os contracheques do paradigma, pagamento do precatório e decisão judicial alterando a situação jurídica do reclamante para a de servidor efetivo do quadro, a pendência judicial chegou ao fim, sem prejuízos maiores para os cofres da Autarquia".

AVALIAÇÃO DA SFC:

Na justificativa do Gestor não foi informado adoção de providências para apuração de responsabilidade administrativa determinada pelo TCU. Portanto, o assunto continua PENDENTE até o encaminhamento do resultado da sua implementação."

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

No item relativo às medidas adotadas pelo Gestor após o Registro de Negociação referente ao Relatório de Auditoria de Gestão nº 117146/2003, consta a seguinte informação:

"A PGF/INSS/Coordenação-Geral de Administração das Procuradorias, por meio do Despacho 01.200.23 nº 45, de 9.7.2003, apresentou as seguintes informações a respeito das irregularidades na condução da defesa da Autarquia em Reclamação Trabalhista impetrada por Odélio Vilarinho Prudêncio, contra a Autarquia: "A avaliação da SFC foi no sentido de que o assunto continua pendente, tendo em vista que não foi informado adoção de providências para apuração de responsabilidade administrativa determinada pelo TCU. Esta Autarquia adotou diversas providências na área do contencioso judicial, que foram repassadas à PFE e MPF, que ingressou com ação criminal, ação essa arquivada por prescrição, além de sugerir que os autos fossem remetidos à Auditoria-Geral, para providências a seu cargo.

Esclarecemos, também, que os procuradores federais que atuaram no processo em 1992, já não se encontram mais em atividade, além do que, os esforços e recursos impetrados pelos atuais procuradores da causa surtiram efeitos, pois, conforme já esclarecido anteriormente, via Despacho 88/2002, não houve prejuízo para os cofres da Autarquia, ou, se houve prejuízo, o mesmo ocorreu somente em relação à cobrança do período prescrito.

Vale ressaltar que a ação criminal impetrada pelo MPF nº 108/2001, foi arquivada por prescrição e, como não é competência desta Coordenação, abertura de procedimentos administrativos disciplinares, atribuições de controle e acompanhamento de processos dessa natureza, foi transferida a adoção desses procedimentos aos setores competentes de Corregedoria/Auditoria, que melhor poderão esclarecer os fatos que, a partir daí, fogem da nossa competência.

A pendência do TCU diz respeito à não adoção de providência para apuração de responsabilidade administrativa determinada.

A apuração de responsabilidade administrativa é competência da Corregedoria, visto que esta Procuradoria sugeriu que os autos fossem para lá encaminhados, para providências.

(...)."

AVALIAÇÃO DA SFC:

Embora o gestor tenha se manifestado no sentido de esclarecer as medidas judiciais adotadas, que culminaram com o arquivamento da Ação por prescrição no âmbito do MPF, não foram informadas as medidas administrativas adotadas para apuração de responsabilidades, conforme as determinações contidas na Decisão nº 84/2002 - TCU-Plenário, Processo TC nº 004.723/2001-0. Portanto o assunto permanece PENDENTE de regularização.

4.1.1.5.3 Decisão nº 201/2002 - TCU - Plenário - TC 010.805/2000 - Contratação Terceirizada de Mão-de-Obra

Conforme citado no Relatório de Auditoria de Gestão nº 117146/2003 e em registro de negociação junto ao INSS, transcrevemos os fatos já com a avaliação desta CGU/SFC/DS/DSPAS, como regularizado.

Em julgamento à TC 010.805/2000, o Tribunal de Contas da União resolveu: "8.2 determinar ao INSS a imediata revisão da IN INSS/DC nº 43, de 13/02/2001, adequando-a ao disposto no Decreto nº 2.271/97, notadamente o art. 1º, § 2º; 8.3 determinar à Secretaria Federal de Controle Interno que acompanhe o cumprimento da determinação contida no subitem 8.2 desta decisão, informando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência, sobre as providências adotadas;" Tendo em vista as Instruções Normativas INSS/DC nº 54, de 20.08.2000 e nº 061, de 20.11.2001, que tratam do mesmo assunto da IN INSS/DC nº 43, esta Secretaria Federal de Controle Interno encaminhou ao INSS Ofício solicitando posicionamento do Instituto sobre o assunto, em especial o item 8.2 da Decisão nº 201/2002 TCU - Plenário e que observasse a aplicação do contido na decisão dessa Corte quanto ao teor da IN INSS/DC nº 061, de 22.11.2001.

JUSTIFICATIVA:

"Informamos que a Instrução Normativa INSS/DC nº 61, de 22 de novembro de 2001, foi editada com o prazo de validade de 180 (cento e oitenta dias). Portanto já expirou o prazo de validade da mencionada Instrução Normativa.

Em substituição a IN INSS/DC nº 61, de 22.11.2001, foi editada a Instrução Normativa nº 72, de 22 de maio de 2002, contendo autorização semelhante à anterior, sem prazo de vigência.

O Tribunal de Contas da União por meio da Decisão nº 1.248/2002 - TCU - Plenário - Pedido de Reexame, Processo TC nº 010.805/2000-4, 4ª SECEX/SEUR, determinou: "O Tribunal Pleno, diante das razões expostas pelo relator, decide:

8.1 conhecer do Pedido de Reexame interposto pelo INSS e, dando-lhe provimento parcial, alterar a redação do subitem 8.2 da Decisão nº 201/2002 - Plenário, que passa a ter o seguinte teor:

8.2 determinar ao INSS que adote as devidas providências, no prazo de 180 dias, no sentido de fazer cessar a utilização de mão-de-obra terceirizada para a execução de atividade fim da Autarquia consistente na habilitação e formatação de benefícios no sistema de processamento de dados da Previdência Social".

Pelo Ofício/INSS/DCPRES nº 2019, de 20/12/2002, o Gestor solicitou autorização para realização de concurso público para provimento de três mil e oitocentos cargos efetivos, sendo 1.525 (um mil e quinhentos e vinte e cinco) de Analista Previdenciário, de nível superior, e 2.275 (dois mil e duzentos e setenta e cinco) de Técnico Previdenciário, de nível intermediário criados pelo art. 4º da Medida Provisória nº 86, de 18/12/2002, no Quadro de Pessoal da Autarquia na Carreira Previdenciária de que trata a Lei nº 10.355, de 26/12/2001.

O Gestor encaminhou, ainda, o Ofício nº 330/INSS/DCGAB, de 24/03/2003, esclarecendo sobre a orientação dada às suas Unidades quanto ao processo de transição/substituição da mão-de-obra terceirizada, que se dará à medida que os concursados tomarem posse, em cumprimento à Decisão supracitada.

AValiação DA SFC:

Situação regularizada com a substituição dos terceirizados pelos concursados, ocorrida em 2003.

4.1.1.5.4 Decisão nº 027/2002 -TCU - Plenário - TC 016.101/2000-4

Foi citado no Relatório de Auditoria de Gestão nº 117146/2003 o seguinte:

"Trata-se de verificar o cumprimento de determinações emanadas pelo Tribunal de Contas da União, por meio das Decisões Plenárias nºs 362/97, 392/97, 054/98, 690/98, 707/99, 743/99, 040/00, 243/00 e 240/00, assim como as Relações nºs 023/98-1ªC, 17/98-2ªC e 004/97- 2ªC, referentes à defesa dos interesses do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. O assunto em questão foi motivo de relato no Relatório de Gestão nº 087911/2002, onde esta SFC considerou pendentes de providências por parte do INSS os itens 8.1 a 8.4.

"(...)

8.1 as providências adotadas em decorrência do determinado no item 2 da Decisão nº 362/97-TCU-Plenário, relativo a atuação deficiente da representação da Autarquia nos autos da Reclamação Trabalhista nº 651/91-6, em fase de execução na Junta de Conciliação e Julgamento de Sertãozinho/SP;

8.2 as providências adotadas visando ao cumprimento do referido no item 8.1.1 da Decisão nº 743/99-TCU-Plenário, relativamente à apuração das responsabilidades e promoção do ressarcimento dos eventuais danos causados aos cofres da Autarquia em razão da atuação irregular de seus representantes nas ações judiciais que especifica;

8.3 os resultados das providências informadas no Ofício/INSS/DCGAB 309, de 11.4.2000, e no Ofício/INSS/AUDGER/CORREG/01.100.4/nº 35/2000, relacionadas ao determinado no item 8.2 da Decisão nº 40/00-TCU-Plenário, notadamente no tocante à conclusão das apurações de responsabilidades dos servidores que especifica e à quantificação dos eventuais prejuízos causados ao Instituto;

8.4 as medidas administrativas e judiciais cabíveis porventura adotadas em relação aos eventuais prejuízos apurados em decorrência da atuação da advogada Marina Ribeiro Viana no Processo nº 1.768/90-2ª JCJ/Niterói/RJ, em cumprimento ao item 1.b da Decisão nº 392/97-TCU- Plenário, bem como os resultados do levantamento dos possíveis danos materiais causados ao Instituto pela referida advogada nos demais processos em que tenha atuado, objeto da Relação nº 17/98-TCU-2ª Câmara, e as providências adotadas visando ao ressarcimento de tais prejuízos;"

Justificativa do Gestor ao Relatório de Gestão 087911/2002:

Por meio do Ofício INSS/AUDGER nº 00089, de 28.3.2002, foi informado que:

"(...)

a) com referência ao item 8.1 (atuação deficiente da Representação da Autarquia nos Autos da Reclamação Trabalhista nº 651/91 em fase de Execução na Junta de Conciliação e Julgamento de Sertãozinho/SP), que o mesmo foi encaminhado em 10/07/2001 para a Procuradoria do INSS de Ribeirão Preto/SP e até a presente data não retornou a Corregedoria.

b) no tocante ao item 8.4, foi solicitado maiores esclarecimentos da respectiva Decisão nº 392/97 TCU, tais como servidores envolvidos, devido a não localização do mencionado documento no INSS."

O Ofício nº 695 DCGAB/INSS, de 2.5.2002, encaminhando o Despacho 01.2002 nº 71/2002, de 19.3.2002, da Coordenação- Geral do Contencioso Judicial, informou que:

"O primeiro item (8.1) se refere a atuação da defesa nos autos da Reclamação Trabalhista nº 651/91-6, movida por Cleunice A. P. Nogueira e Outra, em curso na JCJ de Sertãozinho/SP. Sobre este item, registre-se, tramitou por esta Coordenação a Decisão nº 362/97-TCU (Ofício nº 664-SGS-TCU, processo TCU - 001.517/97-0) e a solicitação de Auditoria nº 02/00, que recebeu os esclarecimentos conforme os despachos que se juntam às fls. 05/29, e foi encaminhado à Auditoria- Geral, em 22/.08.2001 (fls. 29), onde se opera apuração de responsabilidade de servidor.

O segundo (8.2, fls. 01), relativo à Decisão nº 743/99- TCU/Plenário (Processo 011.021/1997-7), que determinou que se "... apure as responsabilidades e promova o ressarcimento de eventuais danos causados aos cofres da autarquia em decorrência de atuação irregular de seus representantes nas ações judiciais nºs. 1955/89-39ª JCJ/RJ, 89.00078879-23ª Vara Federal/RJ, 0007717237-24ª Vara Federal/RJ, 754/89-23ª JCJ, 516/89-39ª JCJ/RJ, 0093.07656-24ª Vara Federal, 1340/89-26ª JCJ/RJ, 0007739907-28ª Vara Federal/RJ, 87.000041610-23ª Vara Federal/RJ, 1154/89-38ª JCJ/RJ e 89.25865-6-28ª Vara Federal'.

O assunto, tramitado nesta Procuradoria-Geral no ano passado, mereceu atendimento conforme os despachos que se juntaram as fls. 30/46, e as informações devem ser encaminhadas à Corregedoria-Geral, em virtude da Sindicância objeto da Portaria/INNS/PG/nº 37, de 30.7.98.

Sobre o terceiro item (8.3 fls. 01), relativo aos resultados das providências informadas no Ofício INSS/DCGAB nº 309, de 11.4.2000, e no Ofício INSS/AUDGER/CORREG/01.100.4/nº 35/2000, quanto à Decisão nº 40/2000-TCU-Plenário, registro que a participação desta Coordenação no episódio limitou-se à prestação das informações, conforme os documentos de fls. 47/63. A apuração de responsabilidade e a conseqüente quantificação de prejuízos, portanto, deverá ter seus resultados informados pela Auditoria-Geral à luz das conclusões do processo 35301.009.111/99-01. Quanto ao 4º item (8.4 fls. 02), relativamente à atuação da advogada Marina Ribeiro Vianna, no processo nº 1.768/90, em curso na 2ª JCJ de Niterói/RJ, haverá que ser respondido pela Coordenação-Geral das Procuradorias que é responsável pelo gerenciamento das atividades de defesa dos advogados credenciados."

Assim sendo, solicitamos ao Gestor informações quanto ao efetivo cumprimento das providências enumeradas.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

A Procuradoria Federal Especializada do INSS manifestou-se por meio do Despacho 01.200.23 nº 90/2002, da seguinte forma:

"(...)

1. Esta Coordenação se manifestou no sentido de que as ações objeto de providências, foram impetradas em outras localidades, (Rio de Janeiro, Niterói, Sertãozinho e Campos dos Goytacazes/Itaperuna) o que torna difícil o atendimento do pleito, visto a localização dos fatos e indisponibilidade e dificuldade de servidores naquelas localidades, para informar a posição atual dessas ações, sem deixar de perder prazos e atuar em ações judiciais que não param de ser impetradas contra a Autarquia.

2. As informações dessas PFEs, referentes às ações de sua alçada, quando chegam a esta Coordenação, não atendem de forma concreta aos questionamentos, não só desta Coordenação, como também da Controladoria-Geral da União, motivo pelo qual vários expedientes sobre o mesmo tema são reiterados a esta Procuradoria, pela absoluta falta de conclusão e objetividade.

3. Visando atender prontamente a solicitação da Controladoria-Geral e também, por economia processual, entendemos que esses questionamentos deveriam ser feitos diretamente às Procuradorias Federais Especializadas, onde os fatos ocorreram, ou então, que fosse deslocado um servidor desta Coordenação para colher in loco essas informações, com a finalidade de repassá-las àquela Controladoria, evitando, desta forma, diversos expedientes requerendo providências, sobre o mesmo assunto.

4. Como por exemplo, (item 8.5), temos o questionamento acerca da ação judicial impetrada por José Escondino da Silva e outros, (Campos dos Goytacazes/Itaperuna - RT 358/89), que já foi objeto de vários expedientes, dentre eles a Solicitação de Auditoria 101249-28, já tendo sido esclarecido e atualizado o fato, através do Despacho 01.200.23 nº 88/2002, motivo pelo qual não há nada que se acrescentar neste despacho.

5. Diante do exposto e com a sugestão do item 4 acima, sugerimos encaminhar este Despacho à Secretaria Federal de Controle Interno, atendendo às suas determinações".

Por intermédio do Ofício/INSS/DCPRES nº 127 de 31.1.2003 e Despacho 01.200.23 nº 28/2003, o Gestor informou ainda que no tocante ao item 8.1 - RT 651/91-6, referente a Cleunice Aparecida Nogueira e outro, de Sertãozinho/SP, o assunto encontra-se na AGU, desde 8.11.2002, para parecer conclusivo de sua alçada.

AVALIAÇÃO DA SFC:

O cumprimento da Decisão continua PENDENTE de regularização, uma vez que o INSS não informou quanto aos resultados das apurações de responsabilidade e à quantificação dos eventuais prejuízos causados (Tomada de Contas Especial), referentes aos itens 8.1 a 8.3 e nem das medidas administrativas e judiciais referentes ao item 8.4."

Dado o tempo decorrido sem informações sobre a instauração do PAD, emitimos a SA nº 137636-22 (item 1), de 8.12.2003, à Corregedoria-Geral do INSS, solicitando o resultado do Processo Administrativo Disciplinar - PAD, conforme determinação contida na Decisão/TCU nº 027/2002, para apuração de responsabilidade de representantes da autarquia que atuaram em ações judiciais.

A Corregedoria-Geral, por meio do Ofício INSS/CORREG/nº 278, de 12.12.2003, sugeriu o encaminhamento do assunto à Procuradoria Federal Especializada - PFE/INSS, tendo em vista que a Portaria de instauração é oriunda daquele Órgão.

Ainda sobre a questão, a Corregedoria-Geral, por intermédio do Ofício INSS/CORREG/nº 00032, de 14.4.2004, encaminhou o documento "Exposição de Motivos", relatada a seguir no item da justificativa do gestor.

Foi emitida as SAs nºs 139816-68 e 97, datadas de 15.4.2004 e 4.5.2004, a Procuradoria Federal Especializada, porém até o momento não houve resposta.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

No item relativo às medidas adotadas pelo Gestor após o Registro de Negociação referente ao Relatório de Auditoria de Gestão nº 117146/2003, consta que a PFE/INSS/Coordenação-Geral de Administração das Procuradorias, por meio do Despacho 01.200.23 nº 45, de 9.7.2003, apresentou as seguintes informações sobre a atuação deficiente da representação da Autarquia nos autos da RT - PCCS/651/91-6, em fase de execução, em Sertãozinho/SP, impetrada por Cleunice A. P. Nogueira e outra, contra a Autarquia:

"Além das orientações na área do contencioso judicial, repassadas à PFE/Ribeirão Preto, informamos à Auditoria-Geral, através do Despacho 01.200.2 nº 213/2001, das dificuldades para operar a defesa do Instituto, escassez de recursos humanos e materiais para enfrentar a crescente demanda de ações judiciais e operacionalizar a defesa da Previdência Social sem falhas, e como exigem os órgãos de controle interno e externo, que também devem ser informados dessa realidade. Também em 2002, através do despacho 01.200.23 nº 14/2002, voltamos a nos manifestar nos autos, visto o entendimento de que não houve má-fé nem desinteresse nas ações comandadas pelo advogado credenciado, levando em consideração a narrativa do procurador que foi buscar, com isenção de ânimo e pré-julgamento, as condições históricas a que estavam submetidos os procuradores e advogados credenciados que atuaram nos processos judiciais, que tão somente se limitaram a observar a legislação vigente à época dos fatos, com alteração do entendimento dessa legislação somente em 1998, quando, então, a ação rescisória não poderia mais atingir seus propósitos. Além disso, conforme documento exarado pela Coordenação-Geral das Procuradorias, em novembro de 2001, acostado às fls. 242/246, o

entendimento da Corregedoria-Geral do INSS foi no sentido de que não há como se responsabilizar ninguém no caso em exame, visto que as falhas ocorridas devem ser imputadas inteiramente à falta de condições de trabalho, vivenciada por todos os que atuaram diretamente no feito, seja administrativa ou judicialmente.

E mais, ante a farta documentação constante do presente, e dos apensos, que comprovam a realidade vivida à época, por todos os que trabalhavam vinculados à Procuradoria de Ribeirão Preto/SP, somos pelo deferimento do que foi sugerido em 18.12.97, pelo Sr. Corregedor-Geral, no item 8, do despacho de fls. 243/244.

Diante do acima exposto, o processo foi devolvido à Gerência-Executiva em Ribeirão Preto/SP, para ciência e arquivamento, pelo Senhor Procurador-Geral do INSS, em 29.11.2001.

Entendemos que os fatos acima deveriam ter sido informados ao TCU, pela Auditoria-Geral/Corregedoria, visto que os autos já se encontram arquivados, conforme documento de fls. 245 e, portanto, achamos que esse item também deve ser excluído da lista de pendências da SFC.

8.1 - Complementando as informações acima, nos manifestamos no sentido de que não houve má-fé nem desinteresse nas ações comandadas pelo advogado credenciado, levando em consideração a narrativa do procurador que foi buscar, com isenção de ânimo e pré-julgamento, as condições históricas a que estava submetidos os procuradores e advogados credenciados que atuaram nos processos indicados que tão somente se limitaram a observar a legislação vigente à época dos fatos, com alteração dessa legislação somente em 1998, quando, então, a ação rescisória não poderia mais atingir seus propósitos.

Além disso, conforme documento exarado pela Coordenação- Geral das Procuradorias, em novembro de 2001, o entendimento da Corregedoria-Geral do INSS foi no sentido "de que não há como se responsabilizar ninguém no caso em exame, visto que as falhas ocorridas devem ser imputadas inteiramente à falta de condições de trabalho, vivenciada por todos que atuaram diretamente no feito, seja administrativa ou judicialmente".

E mais, "adiante a farta documentação constante do presente, e dos apensos, que comprovam a realidade vivida à época, por todos os que trabalhavam vinculados à Procuradoria de Ribeirão Preto/SP, somos pelo deferimento do que foi sugerido em 18.12.97, pelo Sr. Corregedor-Geral, no item 8, do despacho de fls. 243/244 (cópia)".

Diante do acima exposto, o processo foi devolvido à Gerência Executiva em Ribeirão Preto/SP, para ciência e arquivamento, pelo Senhor Procurador-Geral do INSS, em 29.11.2001.

Entendemos que os fatos acima deveriam ter sido informados ao TCU, pela Auditoria-Geral/Corregedoria, visto que os autos já se encontram arquivados desde 2001.

8.2 - A pendência informada pelo TCU, diz respeito à apuração de responsabilidades e ressarcimento de eventuais danos causados aos cofres da Autarquia, em razão da atuação irregular de seus representantes nas ações judiciais no Rio de Janeiro.

Informamos ao TCU que encaminhamos informações à Corregedoria-Geral, em virtude da Sindicância, objeto da Portaria/INSS/PG/nº 037, de 30.7.98. Já respondido acima, isto é, competência da Auditoria/Corregedoria.

Entretanto, as ações enumeradas e passíveis de apuração de responsabilidade e ressarcimento de danos aos cofres da Autarquia, em decorrência da atuação irregular dos procuradores, são:

87.000 4161-0 Vicente Leite Brandão - ação extinta e arquivada, não tendo sido verificado nenhum prejuízo ao erário.

00.930 765-6 - Miguel Francelino da Câmara e outro - Não foi verificada nenhuma falha na atuação da procuradoria, os cálculos foram elaborados com base nos valores apresentados pelo INSS e o pagamento do precatório foi autorizado pelo Coordenador-Geral do INSS, e não houve prejuízo para o erário.

1154/89 - Antenor Noce e outros - PCCS - Atualmente o feito encontra-se em fase de liquidação por perícia.

00.0771723-7 - Maria Aryce Toestes Cabral e outros 52 - O TRF foi informado da existência de erro material e da pendência de julgamento do agravo de instrumento, determinando a suspensão do precatório, situação que permanece até hoje, não tendo havido depósito da quantia requisitada. Logo, inexistiu prejuízo ao erário.

89.025865-6 - Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES/FAPIES - O precatório expedido em 1996 foi liquidado em 2000 e complementado em 2001. Após os autos baixarem à primeira instância, o autor iniciou nova execução referente a juros moratórios, pois o precatório foi pago fora do tempo. O INSS opôs Embargos à execução impugnando a aplicação da taxa SELIC juntamente com juros de mora nos cálculos e a ausência de atualização dos valores depositados pela Autarquia. Esta ação está pendente de julgamento.

00.773990-7 - Djair José do Amaral e outros 11 - Em virtude do trânsito em julgado da decisão, o precatório foi pago em novembro de 2002. O valor foi executado na forma determinada na sentença do mérito.

89.000.7887-9 - Antônio Carlos Ferreira e outros 22 - Os cálculos fixados na execução foram elaborados de acordo com o entendimento pacífico do TRF da 2ª Região (súmula 17) O precatório foi liquidado, considerando que o valor por autor (R\$ 5.000,00) está dentro da média.

516/89 - Nelson Fernandes Soares e outros 9 - A quantia que foi fixada em execução estava em consonância com o Acórdão proferido na RT e, por tal motivo, o precatório foi liquidado. Os autos encontram-se baixados.

1955/89 - Anthero Gonçalves Filho e outros 2 - Em 1997 o valor requisitado por precatório foi sequestrado na sua integralidade. A RT prossegue com pedido de pagamento de diferenças de CM e juros de mora dos valores pagos por intermédio do precatório, sendo que a Autarquia continua insistindo na exclusão das parcelas relativas ao período de 12/90 a 08/91. Foram opostos Embargos à Execução que vieram a ser rejeitados e, posteriormente, interposto Agravo de Petição, que se encontra pendente de julgamento.

754/89 - Anthero Gonçalves Filho e outros 2 - Os autores insistem em executar o cálculo elaborado pelo perito e a Autarquia vem impugnando-o seguidamente, sem que até o momento tenha havido decisão do Juízo fixando o quantum devido. Encontra-se em fase de liquidação por perícia.

1340/89 - Bernardo Kramer e outros 50- Os autores retiveram o processo por dois anos, para finalmente devolverem os autos com a discordância da conta confeccionada pelo INSS. Processo sem andamento e não foi realizado nenhum pagamento judicial até o momento.

Os processos acima foram objeto de sindicância determinada pela Portaria/INSS/PG/nº 37, de 30-07-98, portanto as informações solicitadas devem ser prestadas pela Auditoria/Corregedoria.

8.3 - Assunto afeto à Corregedoria/Auditoria-Geral".

A Corregedoria-Geral, por meio do Ofício INSS/CORREG/nº 278, de 12.12.2003, sugeriu o encaminhamento do assunto à Procuradoria Federal Especializada - PFE/INSS, tendo em vista que a Portaria de instauração é oriunda daquele Órgão.

Ainda sobre a questão, a Corregedoria-Geral, por intermédio do Ofício INSS/CORREG/nº 00032, de 14.4.2004, encaminhou o documento "Exposição de Motivos", com os seguintes esclarecimentos:

"(...) Pendências dos itens 8.1 e 8.3

Em relação ao item 8.1, que trata da determinação de apurar atuação deficiente da representação do INSS no julgamento da Reclamação Trabalhista nº 651/91, em fase de execução na JCJ de Sertãozinho-SP,

novamente esta Corregedoria elege sua falta de competência para tratar do assunto, por se tratar de irregularidade com suposto envolvimento de Procuradores Federais. Com o advento da Lei nº 10.480/2002, a apuração de falta disciplinar praticada por tal categoria funcional ficou a cargo da Procuradoria Geral Federal.

Quanto ao **PAD 35301.009111/99-01**, citado no item 8.3, trata-se também de irregularidade com suposto envolvimento de Procurador Federal, no entanto este foi instaurado e obteve julgamento antes da publicação da citada Lei nº 10.480/2002. O procedimento disciplinar foi instaurado na forma de sindicância, por meio da PT/INSS/AUDITORIA REGIONAL/nº 161, de 8.5.2000, a fim de apurar possível irregularidade por parte dos Procuradores Federais Zaratrusta Sannur Sondhal, Carlos Eduardo Nunes e Meire Monteiro, em razão de perda de prazo na Reclamação Trabalhista 303, que tramitava na 2ª JCY de Petrópolis-RJ. A sindicância foi concluída em 6.6.2000 (...), com a proposta de arquivamento do feito. Tal sugestão foi acolhida pela Procuradoria Geral/INSS em seu Despacho/DCPES/nº 243/2001 (...). Após, os autos foram encaminhados à Corregedoria Regional-RJ, que exarou o Despacho Decisório nº 00029/2002, determinando o arquivamento do processo (...).".

AValiação DA SFC:

O cumprimento da Decisão continua PENDENTE de regularização, e o assunto, segundo informou o Corregedor Geral, está a cargo da Procuradoria Geral Federal.

4.1.1.5.5 Decisão nº 394/2002 - TCU - 2ª Câmara - TC-005.512/2001-0 Sigiloso - INSS-SP/MIRAMAR (Ofício/4ª SECEX/nº 366, de 18/10/01 (Ofícios nºs 356 a 365/2001-4ª SECEX - tratam de audiências), Processo Disciplinar nº 35366.000011/2000-81, Relatório de Auditoria nº 053596A/2000

Consta do Relatório de Auditoria de Gestão nº 117146/2003:

"No Relatório de Gestão 087911/2002, foi relatado em linhas gerais o seguinte:

"Contrato de permuta de terrenos realizado entre o INSS-SP e a empresa MIRAMAR Empreendimentos Imobiliários Ltda. Foi instaurado Processo de Sindicância nº 35366.000011/00-81 para apuração das irregularidades apontadas no Relatório de Auditoria nº 053596A, de 3.6.2000.

Justificativa do Gestor: Em resposta, o Ofício/INSS/AUDGER nº 00001, de 8.1.2002, informou que o Processo Disciplinar nº 5366.000011/00- 81 encontrava-se na Consultoria Jurídica do MPAS para julgamento. O Ofício nº 623 DSPAS/SFC/Casa Civil/PR, de 08/02/2002, solicitou esclarecimentos à Consultoria Jurídica sobre o Processo Disciplinar 35366.000011/00-81. Como resposta foi recebido o Ofício/CJ/Nº 48/2002, de 25.2.2002, encaminhando cópia do Parecer 2656/02, de 30.2.2002, sugerindo a absolvição do servidor JOSÉ WEBER DE HOLANDA ALVES, Procurador Federal, e aplicação das penas de suspensão: por 80 dias ao servidor JOSÉ ANTÔNIO FURLAN, Procurador Federal, face a violação aos incisos I e III do artigo 116 da Lei nº 8.112/90; por 60 dias ao servidor FAUSTO HESCHELLES, Arquiteto, por violação dos incisos I e III do artigo 116 da Lei nº 8.112/90; por 15 dias ao servidor LAERTE HORTA, Auditor Fiscal, por dupla violação ao inciso III do artigo 116 da Lei nº 8.112/90; e por 30 dias à servidora MARIA HELENA JACINTO DE CARVALHO, Procuradora Federal, por violações ao dever inserto no artigo 116, inciso III da Lei nº 8.112/90. O Ofício INSS/DCPRES/nº 477, de 28.3.2002, tendo como anexo o documento 01-300.12 - Divisão de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário, de

13.3.2002, informou que com referência ao contrato INSS e a empresa MIRAMAR a situação é a seguinte:

Medidas tomadas pelo INSS:

- a) já estão sendo tomadas medidas de forma a regularizar e concluir o contrato entre o INSS e a empresa MIRAMAR.
- b) as 7 (sete) construções compromissadas pela empresa Miramar em fazer já foram executadas 6 (seis), faltando 1 (uma) - a construção da APS em Mauá/SP.
- c) em face do pronunciamento da Procuradoria Geral de que o contrato está em vigor e que se "diligencie para a eficaz e plena conclusão da obra contratada" deverá o INSS estabelecer condições para conclusão da obra de construção da APS em Mauá/SP.

Medidas que estão sendo implementadas, cuja execução está a cargo do INSS/SP:

- a) deverá ser levantado se há alguma das pendências citadas pela Secretaria Federal de Controle Interno da Presidência da República no Ofício nº 2887/DSPAS/SFC/MF, para, se houver, corrigi-las;
 - b) deverá ser feito encontro de contas para verificar se há pendências de pagamentos a favor do INSS ou da empresa para efetivar o respectivo Terno Aditivo;
 - c) há que se estabelecer os valores reais da torna a ser paga pela empresa MIRAMAR ao INSS;
 - d) deverão ser observados quais serviços foram executados nas referidas construções feitas pela empresa MIRAMAR face às adequações ao Programa de Melhoria do Atendimento na Previdência Social em virtude da determinação do Sr. Diretor de Administração do INSS em 1.12.1999, constante às fls. 872 do processo nº 35366.003272/94-51 (volumes de I a III) e apensos, e o que representou em valores dentro desta permuta INSS-MIRAMAR. Deverão ser levantados os serviços extras que por acaso houver, assim como quaisquer diminuições de serviços previstos inicialmente;
 - e) deverá ser verificada a forma de passar as respectivas escrituras pertinentes a permuta em tela, registrando-as nos respectivos Cartórios.
- Em face da conclusão do Processo Disciplinar foi recomendado, por meio do Ofício nº 972/DSPAS/SFC/Casa Civil/PR, de 27.2.2002, a imediata abertura de Tomada de Contas Especial, visando a apuração e ressarcimento dos possíveis prejuízos causados ao INSS, e que fosse informado as providências até 12.3.2002.

O assunto continua pendente quanto ao contido no Ofício nº 972 DSPAS/SFC/Casa Civil/PR, de 28.2.2002, que determina a imediata abertura de Tomada de Contas Especial, visando a apuração e ressarcimento dos possíveis prejuízos causados ao INSS".

Por meio da Decisão nº 394/2002 - TCU - 2ª Câmara, de 8.8.2002, TC nº 005.512/2001-0, o Tribunal decidiu o seguinte:

"(...)

8.3.1. Promova, se já não o fez, as alterações cabíveis na Ordem de Serviço DAP/INSS nº 19, de 9.8.95, que aprovou o modelo de publicação para aviso de procura de imóveis, de forma a que seja observado o disposto no artigo 3º da Lei nº 8.666/93, na medida em que o modelo anexo à citada Ordem de Serviço não dá a devida publicidade e observância aos princípios da igualdade e da isonomia para a busca da proposta mais vantajosa para a administração previdenciária, não explicitando as principais informações da permuta que se pretende realizar, tais como: identificação expressa do imóvel a ser permutado; informação quanto às localidades em que a autarquia tem interesse em adquirir imóveis; e comprovação de regularidade no título dominial dos imóveis a serem permutados (subitem 8.6 da instrução de fls. 169 do volume principal);"

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

RESPOSTA DO INSS AO ITEM 8.3.1: Mediante o Ofício/INSS/DIROFL/nº 1.900, de 3.12.2002, o INSS informou o seguinte:

"(...)O Instituto está revendo todas as normas relativas ao patrimônio imobiliário, tendo sido submetidas para análise da Procuradoria Geral as seguintes normas: 'Locação de Imóveis do INSS', 'Alienação de Imóveis do INSS mediante Concorrência Pública' e 'Dação de Imóveis do INSS em Pagamento à União'.

Com relação a OS/DAP/INSS/nº 19/95 informamos que estamos distribuindo, nesta data, uma nova orientação às Gerências Executivas".

AVALIAÇÃO DA SFC:

Conforme informação apresentada pelo INSS, as providências estão sendo tomadas, portanto, o assunto ainda continua PENDENTE, devendo ser objeto de avaliação por parte desta Secretaria após a sua conclusão.

Quanto ao item 8.3.2, o TCU determinou ao INSS o seguinte:

"8.3.2. Informe, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas visando cumprir a determinação contida no item anterior, bem como a situação atual do contrato de permuta celebrado com a empresa MIRAMAR Empreendimentos Imobiliários Ltda., principalmente no tocante à aplicação das penalidades previstas na Cláusula Décima do citado contrato."

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

RESPOSTA DO INSS AO ITEM 8.3.2: Mediante o Ofício INSS/DIROFL/Nº 1.900, de 3.12.2002, o INSS informou o seguinte:

"Quanto ao Contrato de Permuta do INSS e MIRAMAR, esclarecemos que:

- O contrato está em vigor, conforme parecer da Procuradoria Geral do INSS - Despacho PROCGER/CGCONS nº 086/2002 - por prorrogação automática até a entrega da obra;

- As penalidades não foram aplicadas à empresa MIRAMAR, visto que os inquéritos administrativos relativos ao assunto, até o momento, não atribuíram responsabilidades à empresa MIRAMAR; Já foram entregues e encontram-se em operação 6(seis) Agências, sendo que a última construção está em fase final, com inauguração prevista para dezembro/2002. Os trabalhos de escrituração dos referidos imóveis estão sendo promovidos pelas respectivas Gerências;

- Após entrega da última construção será procedido o encontro de contas objetivando o pagamento da torna."

Esta Secretaria solicitou ao INSS informações que vão desde a confirmação do endereço dos imóveis até a efetiva escrituração dos mesmos, gerando a Nota Técnica/DSPAS/SFC/CGU-PR nº 917/2002, com as seguintes

conclusões e recomendações:

"Por ocasião dos trabalhos de auditoria em 2000, esta Secretaria concluiu, também, que a permuta foi oportuna, tendo em vista os benefícios advindos com instalações próprias, sobretudo pelo não pagamento de aluguéis, e o fato do Instituto não ter interesse na ocupação do terreno situado em Santos/SP. No entanto, durante as negociações ocorreram fatos prejudiciais ao INSS, os quais continuam pendentes de regularização, a saber:

I. A demora na entrega dos imóveis ao INSS pela empresa MIRAMAR fez com que o INSS continuasse a pagar aluguéis no período de 1997 a 2002, gerando uma despesa em torno de R\$ 1.103.675,38;

II. Os imóveis situados em Caçapava/SP, Ribeirão Pires/SP e São Sebastião/SP foram ocupados, respectivamente, 10 meses, 23 meses e 42 meses após o recebimento, o que gerou uma despesa com aluguel em torno de R\$ 446.177,84, demonstrando um ato de gestão antieconômica;

III. O INSS transferiu o terreno para o nome da referida empresa sem que o Instituto tivesse recebido a parcela relativa à torna e os postos construídos. A empresa construiu o seu Shopping. Portanto, a empresa MIRAMAR também foi culpada pela intempestividade na entrega dos imóveis, bem como na construção dos postos. No entanto, não houve aplicação de penalidades à empresa;

IV. A empresa MIRAMAR não efetuou o pagamento da torna (diferença) em favor do INSS, até a presente data, conforme estabelecido na Cláusula Quinta do Contrato nº 01/97;

V. Os laudos de avaliação dos imóveis realizados pela CEF, apresentados pelo INSS no Quadro ANEXO I, são datados de 1997/1998/1999, relativos apenas aos terrenos. O INSS não apresentou os laudos de avaliação dos imóveis já construídos, pelo nível de rigor maior ou igual ao estabelecido no subitem 7.6 da NBR 5676 (Avaliação Rigorosa ou Rigorosa Especial), conforme recomendação da SFC contida no Capítulo VI - letra "a" do Relatório de Auditoria nº 053596A/SFC, de modo a permitir o encontro de contas para levantar o valor real da torna ao INSS.

1. Dessa forma, recomendamos ao INSS o seguinte:

- a) Proceder avaliação, por meio da CEF, pelo nível de rigor maior ou igual ao estabelecido no subitem 7.6 da NBR 5676 (Avaliação Rigorosa ou Rigorosa Especial), dos imóveis construídos, oferecidos em permuta, como forma de ajustar os valores da negociação (torna/diferença);
- b) Apurar os prejuízos obtidos pelo INSS, relativos aos pagamentos de aluguéis, em função da demora na entrega dos imóveis, com vistas ao ressarcimento por parte da empresa MIRAMAR;
- c) Adotar providências no sentido de agilizar o recebimento do imóvel situado em Mauá/SP, de modo a evitar gastos com aluguel;
- d) Apurar responsabilidade e, se for o caso, instaurar processo de Tomada de Contas Especial, pela intempestividade na ocupação dos imóveis situados em Caçapava/SP, Ribeirão Pires/SP e São Sebastião/SP, tendo em vista que os mesmos foram ocupados, respectivamente, 10 meses, 23 meses e 42 meses após o recebimento, o que gerou uma despesa com aluguel em torno de R\$ 446.177,84, demonstrando um ato de gestão antieconômica."

O Instituto, objetivando atender as recomendações supracitadas, informou por meio do Ofício/INSS/DIOFL nº 143, de 2.2.2003, que foi constituída uma Comissão mediante a Portaria INSS/DCPRES nº 145, de 20.1.2003, cuja data da elaboração do Relatório Final ficou estabelecida até o dia 20.3.2003.

AVALIAÇÃO DA SFC:

Face as informações prestadas pelo INSS, o assunto continua PENDENTE até que seja enviado o resultado dos trabalhos da Comissão, a fim de que possamos fazer a devida avaliação."

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

No item relativo às medidas adotadas pelo Gestor após o Registro de Negociação referente ao Relatório de Auditoria de Gestão nº 117146/2003, consta a seguinte informação:

"A Diretoria de Orçamento, Finanças e logística, por meio do Ofício nº. 1.083/INSS/DCGAB, datado de 4.9.2003, assinado por seu Diretor Presidente, encaminhou as seguintes informações:

- Foram feitas pela CEF avaliações dos imóveis construídos oferecidos em permutas, encontrando-se tais avaliações em análise pelo setor de engenharia do INSS.
- A construção da APS de Mauá já foi realizada e está sendo ocupada pelo INSS.
O INSS já está ocupando todas as 07 construções de prédios para APS feitas pela empresa Miramar.
- Após o exame das avaliações e encontro de contas, visando recebimento da torna, serão apurados os prejuízos, se houver. Havendo prejuízos será instaurado processo de Tomada de Contas Especial.
- Quanto às normas referentes ao patrimônio imobiliário, foi constituído grupo de trabalho por Portaria Ministerial - PT/MPS/nº 622, publicada no DOU nº 94 de 19.5.2003.
- Com relação à Ordem de Serviço DAP/INSS/nº 19, de 9.8.1995, foi alterada no final do ano passado por ato do Diretor de Orçamento, Finanças e Logística - OI/DOFL/nº 11/2002.

Seguem em anexo cópia da PT MPS/nº 622, publicada no DOU nº 94 de 19.5.2003 e Ordem de Serviço DAP/INSS/nº 19, de 9.8.1995."

Foi expedido Aviso nº 536/CGU-PR, de 11/08/2003, solicitando informações à Advocacia-Geral da União - AGU.

Em resposta, a AGU encaminhou o Aviso nº 741/AGU, de 28/11/2003, com cópia dos autos do Processo nº 35366.000011/00-81, que trata de procedimento disciplinar cujo objeto refere-se a contrato celebrado entre o INSS e a empresa Miramar Empreendimentos Imobiliários Ltda.

Em decorrência dos trabalhos desenvolvidos pela Comissão de Acompanhamento e Revisão de Apurações relativas ao INSS e DATAPREV, foi encaminhado o Ofício nº 1.873/CGU-PR, de 28/10/2003, solicitando ao Diretor-Presidente do INSS, informações sobre o resultado dos trabalhos da Comissão instituída para apuração das questões relacionadas à avaliação do imóvel, torna, prejuízos e multas porventura existentes na transação efetuada entre o INSS e a empresa MIRAMAR e, no caso de constatação de prejuízos, instauração da competente TCE. Por intermédio do Ofício nº 1.390/INSS/DCGAB, de 26.11.2003, o Gestor solicitou prorrogação de prazo até 19/12/2003, para o atendimento das informações requeridas. A prorrogação foi autorizada pelo Ofício nº 2.854/2003/CGU-PR, de 09.12.2003.

Por ocasião dos trabalhos de Auditoria de Gestão, esta Equipe de Auditoria emitiu a Solicitação de Auditoria nº 139816-022, de 23.3.2004. O Gestor, por meio do Ofício nº 315/INSS/DCGAB, de 26.3.2004, encaminhou documento da Gerência Executiva em Santos - 21-033, de 23.3.2004, informando o que segue:

"(...) foi agendada reunião para o dia 30.3.2004, às 10 horas, com o senhor Armênio Mendes, Diretor Presidente da Miramar Empreendimentos Imobiliários, como encaminhamento das providências a serem adotadas, conforme determinação contida no documento 01.001.001 - Gabinete do Diretor Presidente de 10.2.2004, publicado no BS nº 32, de 16.2.2004. Ressaltando-se ainda, que todas as ações implementadas serão devidamente científicas a este Gabinete."

Em aditamento ao Ofício nº 315/INSS/DCGAB, de 26.3.2004, o INSS, por meio do Ofício nº 464/INSS/DCGAB, de 28.4.2004, encaminhou MEMO/GEXSAN/21033/61/2004, de 23.4.2004, e, Ofício 21.033/44 GEXSANTOS/INSS, de 14.4.2004, informando, respectivamente o que segue:

Ofício nº 464/INSS/DCGAB

"(...) que a empresa Miramar Empreendimentos Imóveis Ltda. já foi notificada conforme cópia anexa do ofício 21.033/44 e a mesma já apresentou as escrituras dos imóveis permutados em nome do INSS, (...)"

Comunicado do Grupo MENDES, datado de 15.4.2004 à GEXSANTOS/INSS

"(...) entregamos aos cuidados de V. Sas., cópias das Certidões das Matrículas dos três imóveis abaixo enumerados, os quais encontram-se registrados em nome de nossa empresa MIRAMAR EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, para que os senhores possam providenciar as lavraturas das escrituras a favor do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL."

01. SÃO VICENTE

Avenida Martins Fontes, nº 526, Bairro Centro

02. SÃO SEBASTIÃO

Rua Sebastião Silvestre Neves, nº 82, Bairro Centro

03. RIBEIRÃO PIRES

Rua Kaethe Richers, nº 624, Bairro Centro.

Ofício 21.033/44/GEXSANTOS/INSS

"(...) objetivando a finalização do instrumento contratual de permuta e outras avenças (procedimento administrativo nº 35366.003272/1994-51), declinar as prestações ainda não adimplidas por V.Sa.

1- Após conciliadas as posições do Instituto Nacional do Seguro Social e de Miramar Empreendimentos Imobiliários restou fixado o valor da torna (cláusula quinta do instrumento contratual respectivo) em R\$ 22.685.976,50 (vinte e dois milhões, seiscentos e oitenta e cinco mil, novecentos e setenta e seis reais e cinquenta centavos), valor obtido para a competência outubro de 2003 e sujeito à correção pelo IGPM até a data efetiva da quitação, a tudo acrescendo-se juros no montante de 1%(hum por cento ao mês), consoante os termos da cláusula sexta do precitado ajuste.

2- Remanescem sem escrituração em favor do Instituto Nacional do Seguro Social os imóveis permutados localizados nos Municípios de São Vicente, Ribeirão Pires e São Sebastião.

AValiação DA SFC:

Diante do exposto verifica-se que vêm sendo adotadas providências no sentido de recuperar a perda de recursos em razão da permuta de imóvel citado neste Relatório, pertencente ao Instituto. No entanto, apesar das medidas em andamento, o valor da torna de R\$ 22.685.976,50 (vinte e dois milhões, seiscentos e oitenta e cinco mil, novecentos e setenta e seis reais e cinquenta centavos), atualizado até outubro/2003, bem como a escrituração dos supracitados imóveis, em nome do INSS, continuam PENDENTES de regularização.

4.1.1.5.6 Decisão nº 026/2002 - TCU - Plenário (TC nº 001.157/1998-1)- PCCS

No que concerne ao assunto PCCS, nas Decisões e Acórdãos listados a seguir, deverá ser observado, no que couber, as medidas preconizadas na Decisão nº 026/2002 - TCU - Plenário, com a redação dada pela Decisão nº 1.367/2002 - TCU - Plenário.

- Decisão nº 368/2002 - TCU - 1ª Câmara (TC nº 852.426/1997-6);
- Decisão nº 369/2002 - TCU - 1ª Câmara (TC nº 015.458/1999-7);
- Decisão nº 493/2002 - TCU - 2ª Câmara (TC nº 004.029/1999-2);
- Decisão nº 1.367/2002 - TCU - Plenário (TC nº 009.033/1993-9);
- Decisão nº 386/2002 - TCU - 1ª Câmara (TC nº 853.923/1997-3);
- Decisão nº 455/2002 - TCU - 1ª Câmara (TC nº 853.357/1997-8);
- Decisão nº 456/2002 - TCU - 1ª Câmara (TC nº 856.739/1998-7);
- Decisão nº 483/2002 - TCU - 1ª Câmara (TC nº 853.358/1997-4);
- Decisão nº 484/2002 - TCU - 1ª Câmara (TC nº 855.996/1997-8);
- Decisão nº 485/2002 - TCU - 1ª Câmara (TC nº 856.511/1998-6);
- Decisão nº 486/2002 - TCU - 1ª Câmara (TC nº 856.512/1998-2);
- Decisão nº 501/2002 - TCU - 2ª Câmara (TC nº 007.058/2001-0);
- Decisão nº 507/2002 - TCU - 1ª Câmara (TC nº 855.984/1997-0);
- Decisão nº 1.434/2002 - TCU - Plenário (TC nº 016.289/1999-4);
- Acórdão nº 1.717/2003 - TCU 2ª Câmara (TC nº 852.501/1977-8);
- Acórdão nº 1.722/2003 - TCU 2ª Câmara (TC nº 004.877/2003-2);
- Acórdão nº 1.716/2003 - TCU 2ª Câmara (TC nº 008.666/1997-0);
- Acórdão nº 1.716/2003 - TCU 2ª Câmara (TC nº 018.091/2002-1);
- Acórdão nº 1.956/2003 - TCU 2ª Câmara (TC nº 015.460/1999-1);
- Acórdão nº 1.958/2003 - TCU 2ª Câmara (TC nº 008.722/1997-8);
- Acórdão nº 576/2003 - TCU 2ª Câmara (TC nº 015.699/2001-0);
- Acórdão nº 393/2003 - TCU 2ª Câmara (TC nº 015.639/2001-2);

- Acórdão nº 204/2003 - TCU 2ª Câmara (TC nº 850.071/1997-6);
- Acórdão nº 1.366/2003 - TCU 2ª Câmara (TC nº 015.640/2001-3);
- Acórdão nº 1.652/2003 - TCU 2ª Câmara (TC nº 850.065/1997-6);
- Acórdão nº 552/2004 - TCU 1ª Câmara (TC nº 001.122/1996-7);
- Acórdão nº 444/2004 - TCU 2ª Câmara (TC nº 007.774/2003-9);
- Acórdão nº 445/2004 - TCU 2ª Câmara (TC nº 017.258/2003-1);
- Acórdão nº 554/2004 - TCU 2ª Câmara (TC nº 008.548/1997-8).

Ainda sobre o assunto PCCS, constou do Relatório de Auditoria de Gestão nº 117146/2003, as seguintes informações:

"A decisão em questão trata do julgamento da TC 001.157/1998-1, referente ao ressarcimento de "Adiantamento Pecuniário - PCCS" recebido em duplicidade por ativos, inativos e pensionistas, susado desde a vigência da Lei nº 8.460/92. Trata-se também do julgamento da TC 009.033/1993-9 (Débitos Trabalhistas INPS, INAMPS e IAPAS) relativa ao Relatório Consolidado das inspeções realizadas no INSS, com finalidade de se apurar, em todo o território nacional, a ocorrência de possíveis irregularidades relativas a pagamentos de débitos trabalhistas referentes aos extintos INPS, INAMPS e IAPAS, a saber:

8.1- Determinar à Diretoria de Auditoria de Programas da Área Social da Secretaria Federal de Controle Interno que:

8.1.1 - informe nas próximas contas do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS:

a) as atividades desenvolvidas pelo INSS quanto ao prosseguimento no trâmite do Processo nº 013.89.1085-01, do TRT - 5ª Região (Reclamação Trabalhista relativa ao antigo PCCS do INSS), em que são parte o INSS e a União; e SINDIPREV - Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde e Previdência no Estado da Bahia, em vista do montante atual bruto da dívida nos termos propostos pelo litigante, que atingiria aproximadamente o valor de R\$ 1.000.000.000,00;

b) o resultado das ações de revisões que se encontram na Justiça do Trabalho - TRT - 19ª Região/AL - RT's 521/89, 1701/89, 603/90 e 2345/90, bem como as medidas adotadas em razão do que foi constatado na Auditoria Operacional realizada por esta Secretaria na área de Recursos Humanos do INSS/AL, em 1996;

c) o cumprimento das determinações contidas adiante nos itens 8.2 a 8.6. Sobre o assunto PCCS, o Tribunal de Contas da União proferiu, também, as seguintes Decisões:

- Decisão nº 368/2002 - TCU - 1ª Câmara (TC nº 852.426/1997-6);
- Decisão nº 369/2002 - TCU - 1ª Câmara (TC nº 015.458/1999-7);
- Decisão nº 493/2002 - TCU - 2ª Câmara (TC nº 004.029/1999-2);
- Decisão nº 1.367/2002 - TCU - Plenário (TC nº 009.033/1993-9);
- Decisão nº 386/2002 - TCU - 1ª Câmara (TC nº 853.923/1997-3);
- Decisão nº 455/2002 - TCU - 1ª Câmara (TC nº 853.357/1997-8);
- Decisão nº 456/2002 - TCU - 1ª Câmara (TC nº 856.739/1998-7);
- Decisão nº 483/2002 - TCU - 1ª Câmara (TC nº 853.358/1997-4);
- Decisão nº 484/2002 - TCU - 1ª Câmara (TC nº 855.996/1997-8);
- Decisão nº 485/2002 - TCU - 1ª Câmara (TC nº 856.511/1998-6);
- Decisão nº 486/2002 - TCU - 1ª Câmara (TC nº 856.512/1998-2);
- Decisão nº 501/2002 - TCU - 2ª Câmara (TC nº 007.058/2001-0);
- Decisão nº 507/2002 - TCU - 1ª Câmara (TC nº 855.984/1997-0);
- Decisão nº 1.434/2002 - TCU - Plenário (TC nº 016.289/1999-4).

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

RESPOSTA DO INSS AO ITEM 8.1.1 LETRA "a" da Decisão 026/2002 - TCU - Plenário:

Despacho/INSS 01.200.23 nº 54/2002:

"(...)

Este item trata da RT 013 89 1985-01, TRT 5ª Região, proposta pelo SINDPREV/BA contra o INSS cujo montante atual bruto da dívida nos termos propostos pelo litigante, atingiria o valor de R\$ 1.000.000.000,00 (UM BILHÃO DE REAIS).

O SINDPREV/BA impetrou Mandado de Segurança contra o Coordenador-Geral de Administração de Recursos Humanos do INSS e, em 4 de abril de 2002, a Juíza Federal Solange Salgado assim decidiu:

Isto posto, presentes os pressupostos elencados no inciso II do art.7º da Lei 1.533.51, CONCEDO a liminar para determinar à autoridade impetrada que se abstenha de efetuar na remuneração dos servidores substituídos relacionados às fls. 49/96 o descadastramento das rubricas 'RT 13891085/01/89 PCCS ATIVO' e 'RT 13891085/89 PCCS APOSENTADO' e a supressão dos pagamentos mensais da 'parcela remuneratória PCCS'.

O INSS prestou as informações solicitadas em abril de 2002, e as medidas inerentes à defesa do Instituto estão sendo adotadas.

Foi elaborado Agravo com Pedido de Recebimento no Efeito Suspensivo e protocolado em 26 de abril de 2002, requerendo:

suspensão imediata da decisão agravada, comunicando-se, assim, a r. decisão agravada, ainda sem decisão final por parte do Poder Judiciário, estando os autos conclusos ao Relator, com Embargos de Declaração, em 28.8.2002."

Despacho/INSS 01.200.23 nº 62/2002:

"(...)

2.Com relação ao Mandado de Segurança impetrado pelo SINDPREV /BAHIA, contra o Coordenador-Geral de Administração de Recursos Humanos, já nos manifestamos anteriormente através do Despacho 54/2002, cuja cópia anexamos às fls. 02/06, cuja decisão judicial foi no sentido de conceder a liminar aos autores, para determinar à autoridade impetrada que se abstenha de efetuar na remuneração dos servidores, o descadastramento das rubricas do PCCS.

3.Mais uma vez, o INSS depende de decisão judicial conclusiva para adotar as providências cabíveis.

RESPOSTA DO INSS AO ITEM 8.1.1 LETRA "b" da Decisão 026/2002 - TCU - Plenário:

Despacho/INSS 01.200.23 nº 62/2002:

"(...)

Quanto às Reclamações Trabalhistas acima mencionadas e que se encontram na Justiça do Trabalho de Alagoas, também foram repassadas determinações à PPS/AL, através do FAX, conforme pronunciamento de fls. 2/6. Orientando aquela PPS a manter o TCU informado do andamento dessas Reclamações Trabalhistas, até a conclusão das demandas judiciais.

De qualquer forma, entendemos que cópia deste Despacho deve ser encaminhada, novamente, à PPS/Alagoas, para cumprimento desta determinação, no sentido de manter o TCU informado do andamento dessas Reclamações Trabalhistas."

"8.2 - determinar à Presidência do INSS que:

8.2.1 - mantenha o Tribunal informado, por intermédio das prestações de contas anuais da Autarquia, quanto aos resultados que vêm sendo alcançados em vista da expedição do Memorando-Circular nº CJ/PG/INSS nº 06, de 5.6.97 - item 3.1, l.87, deste processo;

8.2.2. - providencie a instauração de tomada de contas especial para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação dos prejuízos a serem ressarcidos que vierem a ser identificados na reanálise dos processos judiciais, mesmo nos casos daqueles já arquivados, que tratam da condenação do INSS ao pagamento da verba Adiantamento Pecuniário do PCCS, instituído pela Lei nº 7.686/88 (Memorando-Circular nº CJ/PG/INSS nº 06, de 5.6.97) - item 3.2, fl. 87, deste processo;

8.2.3 - após a realização do levantamento em todos os processos, conforme Memorando-Circular CJ/PG/INSS nº 06/97, nos casos em que ficarem constatados que alguns valores estão sendo pagos em duplicidade, em

virtude de decisões judiciais com cálculos que desconsiderem, dentre outros desembolsos feitos pela autarquia, a incorporação efetuada pela Lei nº 8.460/92 ou a correção de acordos pagos anteriormente, proceda à suspensão imediata desses pagamentos, subtraindo-os das rubricas das folhas de pagamentos relativas às referidas sentenças, realizando-se, além disso, a identificação dos prejuízos, instaurando-se a devida TCE conforme a proposta do item anterior - item 3.3, fls. 87 e 88, destes autos;

8.2.4 - nos feitos que envolvam reclamações trabalhistas acerca da rubrica salarial denominada "Adiantamento do PCCS", quando ainda não tenha ocorrido o trânsito em julgado, adote ações com a finalidade de se trazer aos respectivos autos a comprovação dos pagamentos de mesma natureza feitos anteriormente aos servidores, para consequentemente efetuar o recálculo dos valores porventura devidos - item 3.4, fl. 88, deste processo;

8.2.6 - de modo a se evitar situações de ambigüidade, que possam induzir o pagamento indevido, que na instrução dos processos de reclamações trabalhistas, referentes ao pagamento das diferenças decorrentes do adiantamento do PCCS (Lei nº 7.686/89), conste quadro "Resumo do Processo", contendo, de forma inequívoca, declaração expressa do contador do INSS de que os valores ali referidos já contemplaram o desconto, de maneira atualizada, das parcelas pagas administrativamente aos reclamantes - item 3.7, fls. 88 e 89, deste processo;

8.2.13 - na realização do levantamento em todos os processos, conforme Memorando-Circular CJ/PG/INSS nº 06, de 5.6.97, seja efetuado o devido exame no que concerne a casos onde, à época dos pagamentos aos servidores beneficiados, não se efetivaram os descontos referentes a Imposto de Renda e Previdência Social, a fim de que se adote as devidas providências para a regularização dessas situações - item 3.13, fl. 91, deste processo;

8.2.16 - proceda a revisão geral das importâncias pagas pela Superintendência do INSS/RN, decorrentes de acordo com a Procuradoria (80% de reajuste de adiantamento do PCCS, outubro 88 a junho 89) para servidores do ex-IAPAS/RN e ex-INPS/RN, observando o desconto de forma atualizada (CM e juros) das importâncias históricas pagas em julho/89, sendo que, ao constatar valores pagos a maior, providenciar o ressarcimento, nos termos da orientação contida no Memorando-Circular CJ/PG/INSS nº 06, de 5.6.97, mantendo a SECEX/RN informada dos resultados da revisão acima mencionada - item I, fl. 137, TC - 600.303/97-7;

8.3 - determinar à Superintendência do INSS/PA, que se mantenha atenta às decisões da Justiça relativas ao adiantamento do PCCS da entidade, a fim de não permitir o pagamento da correção relativa ao período de nov/88 a jul/89 nos casos em que ela já tiver sido paga - item 5, fl. 91, deste processo;

8.4 - determinar à Superintendência do INSS/AC, que considere, à época dos pagamentos de precatórios oriundos de reclamações trabalhistas do antigo PCCS, as atualizações dos valores já despendidos antecipadamente aos reclamantes - item 6, fl. 91, destes autos;"

RESPOSTA DO INSS AOS ITENS 8.2.1 a 8.2.4, 8.2.6, 8.2.13, 8.2.16, 8.3 e 8.4 da Decisão 026/2002 - TCU - Plenário:

Despacho 01.200.2 nº 68/2002:

"(...)

2. Os itens 8.2.1 a 8.2.4, 8.2.6, 8.2.13, 8.2.16, 8.3 e 8.4, dizem respeito ao pagamento a servidores de parcela denominada "adiantamento do PCCS", instituída pela Lei nº 7.686/88.

3. Quanto a esses itens a Decisão TCU nº 026/2002 determinou à Presidência do INSS que informe sobre os resultados alcançados com a expedição do Memorando-Circular nº CJ/PG/INSS nº 06, de 05.06.97, recomendou a instauração de tomada de contas especial para a

identificação de prejuízos a serem ressarcidos e a adoção doutras medidas com relação as ações judiciais sobre a matéria.

4. Relativamente a instauração da tomada de contas especial recomendada não cabe a esta Coordenação manifestar-se.

Porém, quanto aos prejuízos a serem ressarcidos, sugerimos seja ouvida a Coordenação-Geral de Administração de Recursos Humanos que dispõe de relação de beneficiários e de valores mantidos em rubrica específica que continuam a ser pagos.

5. Quanto ao gerenciamento da questão "Adiantamento do PCCS" sim. O assunto mereceu o exame desta Coordenação que, desde a expedição do Memorando-Circular nº CJ/PG/INSS nº 06/97, vem orientando a adoção de medidas no sentido do reexame da matéria considerando que o pagamento da parcela, desde o mês de setembro/92 representa duplo pagamento, em razão da aplicação das disposições dos artigos 4º e 9º da Lei 8.460/92.

6. Informa-se que em conjunto com a Diretoria de Recursos Humanos, foi promovido o levantamento de todos os processos relacionados com a parcela que, requisitados, recebam a manifestação desta Procuradoria no sentido da imediata suspensão dos pagamentos.

7. A posição desta Procuradoria-Geral sobre a questão, portanto, é eminentemente técnica e se mantém, absoluta, no sentido de que o pagamento é irregular e deve, urgentemente, ser suspenso.

8. Juntou-se, as fls. 08/27, o Memorando 01.200.2 nº 094/2001, elaborado atendendo recomendação dos Srs. Procurador-Geral e Diretor- Presidente do INSS que contém, além do exame da matéria e da orientação às Procuradorias, a posição, a seu favor, dos Tribunais Regionais Federais das 1ª, 3ª, 4ª e 5ª Regiões e do Superior Tribunal de Justiça - STJ."

Ainda sobre a Decisão nº 026/2002 - TCU - Plenário (TC nº 001.157/1998-1) o Gestor se manifestou por intermédio do Memorando/INSS 01.200.2 nº 094/2001 e Despacho/INSS 01.200.21 nº 048/2002 com os seguintes teores:

"(...)

11. Sobre o assunto, por meio do Memorando 01.200.2 nº 094/2001, da Procuradoria-Geral do INSS, apresentou, ainda, um estudo que demonstrou que todos os servidores da previdência social (nível superior, intermediário e auxiliar) tiveram totalmente incorporado nos seus vencimentos o PCCS (legal e judicial), com um acréscimo, ainda, variando de 7,56% a 46%, gerando a seguinte conclusão e recomendação:

'45. De todo o exposto tem-se, pois, que, em decorrência dos dispositivos da Lei 8.460/92, nenhum servidor dos quadros funcionais da Previdência Social faz jus à percepção da verba PCCS, seja por força de decisão administrativa, seja por força de decisão judicial.

Neste sentido a jurisprudência de nossos Tribunais que, em sua esmagadora maioria, reafirmaram a assertiva de que a administração, ao proceder e dar continuidade a este pagamento, o faz em total afronta à legislação e à constituição, por duplicidade de pagamento e malferimento ao princípio da igualdade.

46. Assim, sugerimos a imediata adoção das medidas necessárias à correção da irregularidade.'

E no seu Despacho 01.200.21 nº 048/2002, a Coordenação-Geral do Contencioso Judicial da Procuradoria Geral, sugeriu que:

'(...)

2. Em atenção às mesmas sugiro seja o presente Memorando 01.200.2 nº 094/2001 remetido à Coordenação-Geral de Administração de Recursos Humanos para: ciência do inteiro teor e conclusão final do referido memo devidamente aprovado pelo Sr. Procurador-Geral e Diretor- Presidente do INSS; e comunicação da mesma aos servidores beneficiários de decisões judiciais relativas a PCCS quando de eventual defesa administrativa, concedendo-se-lhes, assim, as garantias básicas decorrentes do due process of law relativamente às disposições da Portaria MPO nº 17/2001.

3. Neste procedimento sugerimos, s.m.j., que a referida comunicação seja procedida via mensagem no contracheque dos servidores, ou carta, com AR, constando da mesma o seguinte:

'Comunicamos que a parcela PCCS não será cadastrada no SICAJ à vista das disposições da Portaria Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão nº 17/2001 ficando, desde logo, aberto prazo para o oferecimento ou não de defesa administrativa.'

12.Sobre esse fato, por meio do Ofício nº 1.825/INSS/DCGAB, de 21.11.2002, o INSS informou o seguinte:

(...)

b)As demais ações relativas ao PCCS, esclarecemos que por meio da Portaria Conjunta nº 01/INSS e Procuradoria-Geral da União, publicada no DOU nº 60, de 28 de março de 2002, foi constituído Grupo de Trabalho com a finalidade de analisar os processos administrativos referentes as ações judiciais de PCCS;

c)Em 09/04/2002, a Srª Presidente deste Instituto solicitou à Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a manutenção dos pagamentos efetuados a esse título, até a manifestação conclusiva desse Grupo de Trabalho;

d)Concluídos os trabalhos, a Comissão apresentou relatório, sendo o mesmo submetido ao Senhor Ministro desta Pasta, o qual solicitou avaliação do documento à Consultoria Jurídica do MPAS;

e)A Consultoria Jurídica do MPAS emitiu parecer no sentido que fosse encaminhada consulta à Advocacia-Geral da União para dirimir dúvidas quanto à aplicação da decadência de que trata o art. 54 da Lei nº 9.784/99;

f)Essa consulta foi encaminhada em 16.5.2002 e, dessa forma, não havendo definição quanto à regularidade do pagamento, a Senhora Presidente encaminhou novo ofício ao Senhor Secretário de Recursos Humanos, solicitando que esses pagamentos fossem mantidos até pronunciamento final da AGU;

g)Registramos, ainda, a determinação do então Diretor-Presidente, dirigida ao Senhor Procurador-Geral, no sentido de que seja adotada 'medidas judiciais cabíveis, vedada a utilização de meios meramente administrativos, conforme consta do Termo de Acordo em anexo.' Constata-se que as determinações do TCU não foram cumpridas, apesar do Parecer conclusivo da Procuradoria-Geral do INSS.

Por meio do Memorando 01.200.2 nº 094/2001, a Procuradoria-Geral do INSS, apresentou um estudo onde demonstrou que todos os servidores da previdência social (nível superior, intermediário e auxiliar) tiveram totalmente incorporado nos seus vencimentos o PCCS (legal e judicial), com um acréscimo, ainda, variando de 7,56% a 46%, gerando a seguinte conclusão e recomendação:

'45. De todo o exposto tem-se, pois, que, em decorrência dos dispositivos da Lei 8.460/92, nenhum servidor dos quadros funcionais da Previdência Social faz jus à percepção da verba PCCS, seja por força de decisão administrativa, seja por força de decisão judicial.

Neste sentido a jurisprudência de nossos Tribunais que, em sua esmagadora maioria, reafirmaram a assertiva de que a administração, ao proceder e dar continuidade a este pagamento, o faz em total afronta à legislação e à constituição, por duplicidade de pagamento e alferimento ao princípio da igualdade.

46. Assim, sugerimos a imediata adoção das medidas necessárias à correção da irregularidade.'

Itens:

8.2.5 - com o intuito de se aperfeiçoar a sistemática de pagamentos de precatórias, dada a inobservância na ordem da liquidação observada por este Tribunal na Superintendência estadual do INSS/MG, passe a ser mantido junto à Presidência desse Instituto, em vista do que dispõe o art. 100 da Constituição Federal c/c o art. 4º da Lei nº 8.197/91, um

controle de requisições encaminhadas pelos Presidentes dos Tribunais (créditos alimentares/outros), por intermédio de registro em livro próprio ou em meio informatizado, podendo ocorrer descentralização dos pagamentos, assegurado o direito de preferência aos credores de obrigação de natureza alimentar, obedecida, entre eles, a ordem cronológica de apresentação das respectivas requisições judiciais - item 3.5, fl. 88, destes autos;

8.2.7 - instaure Tomada de Contas Especial, conforme exposição do Relatório Final do Processo Administrativo Disciplinar nº 35.000.033695/93-17, considerando serem adequadas as conclusões da Comissão Permanente de Inquérito, tendo em vista prejuízos patrimoniais efetivamente causados à Instituição pelos Sr. Renê Manoel da Silva Gomes, Therezinha Araújo Pereira de Souza, Lauro Evandro Romão da Cunha, Reynaldo Lacerda de Souza Gayoso e Sérgio Jardim de Bulhões Sayão - item 3.8, fl. 89, deste processo;

8.2.8 - a fim de se evitar a interposição de ação de seqüestro da quantia necessária à satisfação do débito pelas partes preteridas de seu direito de precedência, que as Procuradorias Estaduais do INSS observem a ordem cronológica para pagamento de precatórios, para que não se faça confronto ao art. 100, § 2º, da Constituição Federal - item 3.9, fl. 89, destes autos;

8.2.9 - providencie junto à Superintendência Estadual do INSS/RO que, no tocante à Ação Reclamatória de Lindete Souza Oliveira e outros (Processo nº 897.937/89/1ª JCJ): efetue o recolhimento da contribuição previdenciária, relativa aos pagamentos efetuados aos exeqüentes, nos montantes de CR \$27.180.542,84 e CR\$ 93.402.673,14, devidamente atualizados a partir de 30.3.94 e 28.4.94, respectivamente; promova, administrativamente, a cobrança das quantias recebidas a maior em função de sistemática equivocada quando da atualização do precatório realizada pelo Setor de Apoio à Procuradoria, totalizando CR\$ 13.628.834,04, o equivalente a 19.017,42 UFIR's, valor histórico de 28.4.94, a ser devidamente atualizado;

recolha dos exeqüentes, na forma da lei, a quantia de CR\$ 140.688.485,43, o equivalente a 196.314,08 UFIRs, valor histórico de 28.4.94, a ser devidamente atualizada, a qual decorreu de conversão para UFIR tendo por base o valor da média aritmética mensal CR\$413.620,34, quando deveria ser pela UFIR do dia 31.03.93 CR\$ 415.142,11, conforme determinação judicial; recolha dos exeqüentes, na forma da lei, a quantia de CR\$ 130.676.927,93, o equivalente a 182.344,14 UFIRs, valor histórico de 28.4.94, a ser devidamente atualizada, proveniente do algoritmo equivocado para o cálculo dos juros de mora e da reincidência destes e de correção monetária, abatendo nessa oportunidade as quantias porventura já recolhidas no item 'b' supra; busque, também, a reparação da aplicação indevida de juros de mora no mesmo período em que os créditos dos reclamantes sofreram correção monetária pela Taxa Referencial (TR), atentando, quanto ao trâmite de novas ações, para o caráter de imprestabilidade da TR como fator de atualização do valor da moeda, conforme reiteradas decisões do STJ e STF;

8.2.10 - no tocante à Ação Reclamatória de Adão Magalhães e outros: providencie o recolhimento da contribuição devida à previdência social, incidente sobre os valores recebidos na Ação Trabalhista nº 1503 a 1526, de 21.6.89, em que figuraram como acordantes Adão Magalhães da Cruz e outros dezenove servidores (Justiça do Trabalho da 14ª Região - 2ª JCJ de Porto Velho); faça o levantamento da situação dos servidores que desistiram da ação judicial e que por isso não figuraram no acordo referido no item "a" supra, promovendo-se, se for o caso, o recolhimento da contribuição previdenciária relativa aos valores que porventura tenham sido recebidos a título de diferenças de Adiantamento Pecuniário;

8.2.11 - providencie junto à Secretaria Estadual do INSS/RS para que seja efetuado desconto, de maneira atualizada, no precatório complementar a

ser pago ao reclamante do processo nº 8.414/90, da parcela referente ao adiantamento pecuniário do PCCS (Lei nº 7.686/89), já paga ao reclamante no acordo celebrado em 1990, de modo a evitar-se prejuízo ao INSS - item 3.11, fl. 91, deste processo;

8.2.12 - providencie junto à Superintendência Estadual do INSS/RS a implantação de mecanismos para que a Procuradoria Estadual do INSS em São Paulo detenha o devido controle das ações judiciais que tramitam no interior do Estado - item 3.12, fl. 91, destes autos;

8.2.14 - verifique junto à Procuradoria Estadual do INSS em Pernambuco a atuação dos representantes do INSS nas Reclamações Trabalhistas: RT nº 999/89 - JCJ Limoeiro/PE, RT nº 490/91 - 9ª JCJ/Recife-PE e RT nº 0936/89 - 5ª JCJ/Recife-PE, promovendo a identificação do Procurador-Chefe da Procuradoria Estadual, responsável à época pela supervisão dos trabalhos, dos Procuradores, dos advogados contratados e dos demais responsáveis, a fim de que sejam apuradas as responsabilidades, promovendo o ressarcimento dos eventuais danos causados aos cofres da Autarquia, nos termos do art. 194, inciso III, do Regimento Interno do TCU c/c o art. 43, inciso II, da Lei nº 8.443/92, tendo em vista as seguintes irregularidades constatadas nas referidas RTs - item 20, fls. 439 e 440. TC - 500.290/97-0:

RT nº 999/89 - JCJ Limoeiro/PE: a Sra. Diva Guerra Brandão, que sempre teve sua relação trabalhista regida pela Lei nº 4.711/52 (regime estatutário), ganhou causa na Justiça do Trabalho, sem que a Procuradoria houvesse contestado, em tempo hábil, a incompetência absoluta do juízo laboral para dirimir as questões que dizem respeito ao regime em tela; RT nº 490/91 - 9ª JCJ/Recife/PE: a Sra. Verônica Maria de Negueiros, que ganhou causa na RT 999/89 - JCJ Limoeiro/PE, em 04 de julho de 1990, ajuizou, outra vez, por meio do Sindicato, a mesma ação (mesma parte, mesmo pedido, mesma causa de pedir) na 9ª JCJ Recife - PE (TR 490/91), obtendo ganho de causa pela 2ª vez sem que a Procuradoria houvesse argüido em tempo hábil a litispendência;

RT nº 0936/89 - 5ª JCJ/Recife - PE, de Augusto César D'Almeida e outros, em que fora observado que os cálculos das diferenças salariais relativas aos meses de nov/88 a jul/89 estão indevidamente incluídos, uma vez que já haviam sido pagas administrativamente, tendo ficado a cargo da Procuradoria tão somente o acordo referente ao pagamento dos juros e correção monetária do período referido, de acordo com a Portaria INPS/PG nº 26/90, bem como, a informação trazida aos autos pela então Superintendente da Regional do INSS/PE, Sra. Ana Maria Tinoco Machado de Albuquerque, sobre a duplicidade de pagamentos por decisão judicial, em que o primeiro pagamento fora implantado na folha de dezembro de 1990 e o segundo, realizado através do precatório, em 1993;

8.2.15 - implemente medidas visando ao controle e acompanhamento dos procedimentos judiciais adotados nas Procuradorias da Autarquia, nas fases de conhecimento, de execução e principalmente dos cálculos nos precatórios, notadamente o cumprimento da Ordem de Serviço Conjunta INSS/PG/DRH/nº 35/94, que dispõe sobre procedimentos a serem adotados em ações judiciais de pessoal, de forma que sejam defendidos sempre os interesses do INSS e sejam aplicadas medidas punitivas quando constatada negligência ou desídia por parte dos seus representantes - item 20, fl. 440, TC - 500.290/97-0;

8.5 - determinar à Superintendência do INSS/RN, que mantenha a SECEX/RN-TCU informada do andamento das RT's nº 143/90 e 144/90, até a conclusão destas demandas judiciais - item 2, fl. 137, TC - 600.303/97-7; e

8.6 - determinar à Superintendência do INSS/AM, que providencie, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.112/90, o ressarcimento aos cofres da Entidade, da quantia, devidamente atualizada, recebida administrativamente, em julho/89, pelo servidor Heleno Teixeira Montenegro, a título de diferença de PCCS (Cz\$ 3.818,96), não abatida do

acordo judicial firmado por meio do Processo JF/1ª Vara 89.0002469- 8 - item 7, fl. 819 TC - 225.255/97-9 (...)."

RESPOSTA DO INSS AOS ITENS 8.2.5, 8.2.7 a 8.2.12, 8.2.14, 8.2.15, 8.5 e 8.6 da Decisão 026/2002 - TCU - Plenário:

Despacho/INSS 01.200.23 nº 20/2002:

"(...)"

3. Também determinou que cópia da decisão 26/2002 fosse encaminhada as Procuradorias da Previdência Social em Porto Velho/RO, Manaus/AM, Natal/RN, Porto Alegre/RS, Recife/PE, São Paulo/SP e Procuradoria do Tribunais/DF, para que prestassem informações atualizadas sobre a sua área de atuação. (fls. 34/48)

5. Com relação a Procuradoria dos Tribunais em Brasília solicitamos informar o andamento e a posição atual do Agravo de Instrumento nº 2001 01 00 036957-0, interposto contra despacho liminar proferido nos autos do MS 2001 34 00023502-0/DF, impetrado pelo Sindicato dos Trabalhadores da Previdência e Saúde no Estado do Rio Grande do Norte. Vale ressaltar que a Decisão no referido Mandado de Segurança foi no sentido de determinar que o INSS procedesse ao registro e cadastro de todos os servidores amparados pela RT, garantindo-lhes a continuidade dos pagamentos ameaçados pela Portaria 17/2001, com prazo de 48 horas para cumprimento da decisão.

Referida Decisão foi cumprida, conforme petição protocolada em 24.4.2002. Esta Coordenação, em 6.6.2002 despachou com o Relator do processo, visando a reversão da sentença judicial, com oferecimento de Memorial e em seguida encaminhou os autos à PPS/Distrito Federal, para prosseguimento das providências a seu cargo.

Em 29.5.2002, o processo foi incluído na pauta de julgamento do dia 25-06/2002, conforme documentos de fls. 74/75.

6. Procuradoria da Previdência Social em Manaus/AM - item 8.6 da Decisão 26/2002 - ressarcimento da quantia recebida indevidamente pelo Procurador aposentado Dr. Heleno Teixeira Montenegro, a título de PCCS, em julho de 1989, no valor de CZ\$ 3.818,96.

O valor acima foi atualizado, perfazendo o total de R\$ 10.075,47 e o servidor foi comunicado deste valor através da Carta 26/2002, ficando ciente dessa reposição ao erário.

O processo foi encaminhado a Seção de Recursos Humanos para as providências determinadas pelo TCU. (fls. 49/60).

7. Procuradoria da Previdência Social em Recife/PE - item, 8.2.14 da Decisão 26/2002, que determina apuração de responsabilidade e ressarcimento de danos, na atuação frente as RT'S de Diva Guerra Brandão, Verônica Maria de Negreiros Augusto César D'Almeida.

Os esclarecimentos prestados foram os seguintes:

Processo 999/89 - Antônio Leal Neto/Diva Guerra Brandão - Foram adotadas providências no curso deste processo, alegando a incompetência absoluta da justiça especializada.

Foi suscitado Conflito de Competência, pelo Juízo Federal, que declarou a competência do TRT da 6ª Região para conhecer e julgar o Processo.

Processo 936/89 - Augusto César de Almeida e outros - Processo pago via Precatório 150/911 liquidado através da AP 696/93, Ordem Bancária 930B05562, não havendo indícios de pagamento em duplicidade.

Processo 490/89 - Sindicato dos Servidores Públicos Federais da Saúde e Previdência Social - SINDPREV - Este processo substitui a totalidade dos servidores, então ativos, do extinto INPS e buscou a incorporação do PCCS e não foram liberados valores decorrentes dessa RT, restando impossível a alegada duplicidade de incorporação e/ou pagamento e que existem inconsistências nos sistemas SCAP, MCP e PROCnet sem que isso leve, necessariamente ao pagamento em duplicidade, por litispendência. Esclarece, também, que descabe indicação prematura de culpabilidade dos servidores que atuaram nos feitos, a época, ante a falta do devido

processo legal, mas foi determinada a adoção de medidas relativas a apuração de eventual falta funcional dos mesmos (fls. 61/66).

8. Procuradoria da Previdência Social em São Paulo/SP - A recomendação do TCU, na Decisão 26/2002, item 8.2.12, foi no sentido de que a Superintendência do INSS/SP implantasse mecanismos para obter controle das ações judiciais que tramitam no interior do Estado, bem como levantamento de todos os processos para exame com a finalidade de detectar se os descontos, referentes a IR e Previdência Social foram efetivados, adotando-se as providências para a regularização dessas situações.

A PPS/SP, esclarece que essa recomendação está prejudicada, haja vista a nova estrutura do INSS e que cada PPS's ficou subordinada ao controle centralizado da própria PG, não tendo, portanto, competência para atender as determinações do TCU (fls. 67/68).

9. Procuradoria da Previdência Social em Porto Velho/RO - itens 8.2.9 e 8.2.10 que determina à Superintendência Estadual do INSS/RO que efetue o recolhimento da contribuição previdenciária relativa aos pagamentos efetuados aos autores da RT de Lindete Souza Oliveira e outros (Proc. 897 937/89-1ª JCJ) e RT de Adão Magalhães da Cruz e outros, promova a cobrança administrativa das quantias recebidas indevidamente e recolha dos exequentes as importâncias pagas a maior.

Em resposta, a PPS/Porto Velho/RO esclarece que essas recomendações demandam cuidadoso estudo para verificação de sua viabilidade e operacionalização, já que envolvem atos promovidos no curso de processos judiciais, além de questões relativas a orientações jurisprudenciais que devem ser analisadas com a devida minúcia, além do que, naquela Procuradoria são apenas 4 procuradores e uma advogada credenciada para acompanhar mais de 6.000 processos e comparecer a audiências situadas a distâncias que variam de 200 a 800 quilômetros da Capital.

Sugere, ainda, que seja designado procurador específico para atuar e adotar as providências para o cumprimento das determinações do TCU, até que sejam disponibilizados novos procuradores naquela Procuradoria. (fls. 69/71).

10. Procuradoria da Previdência Social em Porto Alegre/RS - item 8.2.11 que determine a adoção de providências para que seja efetuado desconto no precatório complementar a ser pago ao reclamante do processo 8416.18/90-1, Sérgio Pedro Augusto Soccal Schimer, da parcela referente ao adiantamento pecuniário do PCCS, já paga em acordo celebrado em 1990, a fim de evitar-se prejuízo ao INSS.

A determinação acima já foi repassada a PPS/RS, restando um precatório com inclusão no orçamento de 2002, no valor de R\$ 91.407,79. (fls. 72/73).

11. Procuradoria da Previdência Social em Natal/RN - RT's 143/90 e 144/90 (TC 600.303/97-7) - O TCU determinou a essa PPS que mantenha a SECEX/RN-TCU informada do andamento dessas Reclamações Trabalhistas, até a conclusão das demandas judiciais.

A determinação acima já foi repassada a PPS/RN, através do FAX n.º 01.200.2 n.º 40/2002, de 18 de março de 2002 (fls. 40)."

11. Com relação aos itens 8.2.5 e 8.2.8 da mencionada Decisão, permanecem as informações constantes do Relatório de Auditoria de Gestão nº 087911/2002.

Despacho/INSS 01.200.23 N° 60/2002, de 10/10/2002:

"(...)

2. O assunto em tela mereceu o exame desta Coordenação, que vem orientando a adoção de medidas no sentido do reexame da matéria, considerando que o pagamento da parcela, desde o mês de setembro de 1992 representa duplo pagamento, em razão da aplicação das disposições dos artigos 4º e 9º da Lei nº 8.460/92.

3. Foi promovido, também, o levantamento de todos os processos relacionados com a referida parcela e a manifestação desta Procuradoria foi no sentido da imediata suspensão desse pagamento por sua ilegalidade.

4. As orientações às Procuradorias, para defesa do Instituto, também foram acompanhadas de Decisões dos Tribunais Regionais Federais das 1ª, 3ª, 4ª e 5ª Regiões, como também do Superior Tribunal de Justiça, STJ, favoráveis à Autarquia.

5. Entretanto, como se trata de sentença judicial, deve-se proceder ao reexame da força executória do Julgado, como orientado no Memorando-Circular Conjunto INSS/CGARH/CGFC/CGCJUD nº 10, de 9.5.2002, levando em consideração que, a partir de setembro de 1992, a parcela denominada PCCS foi legalmente incorporada aos vencimentos dos servidores, e que, apesar da executoriedade da decisão judicial, o pagamento dessa parcela, a partir dessa data, representa duplicidade.

6. A questão não é tão simples como se quer fazer entender, por se tratar de decisão judicial, onde os autores das ações, como é óbvio, não se quedam inerte, atravessando petições no sentido de manter a vantagem incorporada aos seus vencimentos, obtendo liminares preventivas ao menor sinal de perigo que possa advir da Autarquia, sem deixar de mencionar as garantias do contraditório e da ampla defesa, asseguradas na CF/88, art. 5º, LV.

7. O INSS também quer ver essa pendência solucionada de forma segura e legal, mas que, infelizmente, ainda continua sem conclusão final por depender do Poder Judiciário e não do Instituto.

(...)

9. Também foram repassadas orientações às Procuradorias, no sentido da análise criteriosa dos processos judiciais, com a finalidade de se adotar providências e medidas relativas à apuração de eventual falha funcional, bem como promoção de cobrança administrativa de quantias recebidas indevidamente por autores de ações, após análise criteriosa e cuidadosos estudos, já que essas ações envolvem atos promovidos no curso de processos judiciais, além de questões jurisprudenciais que devem ser analisadas com a devida minúcia, evitando-se, dessa forma, prejuízo ainda maior aos cofres da Autarquia.

10. Mais uma vez consignamos que as orientações e determinações estão sendo repassadas aos Estados, em que pesem não surtirem efeitos imediatos, por dependência do Poder Judiciário."

Ainda sobre o assunto, o Tribunal de Contas da União encaminhou a esta SFC Ofício/Secex/ES/nº 868/2003, de 11.12.2003, dando ciência do Acórdão nº 2.176/2003 - TCU - 2ª Câmara, que determinou que deverá constar do próximo Relatório de Avaliação de Gestão do INSS informações acerca da observância, pelo Instituto, dos procedimentos estabelecidos na Decisão nº 26/2002 - TCU - Plenário, em cumprimento ao item 8.2.1 da Decisão nº 493/2002 - TCU - 2ª Câmara.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

No item relativo às medidas adotadas pelo Gestor após o Registro de Negociação referente ao Relatório de Auditoria de Gestão nº 117146/2003, consta a seguinte informação:

"A PFE/INSS/Coordenação-Geral de Administração das Procuradorias informou, mediante Despacho 01.200.23 nº 45/2003, que com relação aos processos que envolvem a parcela denominada PCCS e a determinação de providências pelo TCU, deixamos de nos manifestar, tendo em vista ocorrência de fato novo, isto é, a constituição de um grupo de trabalho, conforme Portaria nº 784/2003, publicada no DOU de 6.6.2003, de autoria dos Senhores Ministros do Planejamento, Orçamento e Gestão e Previdência Social, portaria essa com a finalidade de rever a vantagem paga, no âmbito do INSS, a título de Adiantamento Pecuniário do Plano de Classificação de Cargos e Salários/PCCS.

Esse Grupo de Trabalho é composto por representantes do Ministério da Previdência Social, INSS, Federação Nacional dos Sindicatos de

Trabalhadores em Saúde, Trabalho e Previdência Social - FENASPS, Confederação Nacional dos Servidores em Seguridade Social - CNTSS e coordenado pelo representante do Ministério da Previdência Social, Dr. Walter Shigueruemura.

Em 25 de agosto, o Senhor Ministro da Previdência Social informou aos servidores do INSS e MPAS, da propositura ao Congresso Nacional, de lei que reestruturará a carreira previdenciária, incorporando os 47,11% para os que não percebem o PCCS, enquadrando os que recebem nas devidas referências. A incorporação será em 4 parcelas: dezembro/2003, setembro/2004, maio e dezembro de 2005."

Com vistas a atender a determinação contida no Acórdão nº 2.176/2003 - TCU - 2ª Câmara, no item 1.1. que diz: "faça constar do próximo Relatório de Avaliação de Gestão do INSS, informações acerca da observância dos procedimentos estabelecidos na Decisão nº 026/2002 - TCU - Plenário (...)", emitimos a S.A. nº 139816-071, de 16.4.2004, solicitando informações atualizadas sobre a regularização do PCCS conforme as decisões e acórdãos citados anteriormente.

Em resposta o Gestor informou, por meio do Ofício/INSS/DIRRH/nº 420, de 20.4.2004, o seguinte:

- 1) Em cumprimento as Decisões nºs 1.367 e 026/2002 TCU-Plenário foi expedido o Memorando-Circular Conjunto/INSS/01.200.2/01.300.3 nº 11 de 21/11/2002 às Procuradorias Federais, Subprocuradoria-Geral, Procuradorias dos Tribunais e Unidades de Recursos Humanos contendo recomendações para revisões dos processos de acompanhamento de ações de pessoal que geraram a criação de rubrica de pagamento da parcela Adiantamento do PCCS, confrontando com a Lei 8.460/92, com o objetivo de se verificar se tal pagamento judicial importa em duplo pagamento.
- 2) foi interposto pedido de reexame pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social - CINTSS, e Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência do Serviço Público Federal no Estado de Santa Catarina - SINDPREV/SC, contra as decisões nº 26/2002 - TCU - Plenário, Sessão de 30/01/2002, Ata nº 02/2002 e 1367/2002 - TCU - Plenário, Sessão de 16/10/2002, Ata nº 38/2002, o qual foi concedido efeito suspensivo sobre a condenação original, nos termos do artigo 48 c/c o artigo da Lei nº 8443/92;
- 3) Em razão do efeito suspensivo dado ao recurso interposto pelos Sindicatos, foi expedido o Memorando-Circular Conjunto/INSS nº 01/2003 suspendendo as orientações contidas no citado MEMORANDO-CIRCULAR CONJUNTO/INSS/ nº 11/2002 até Decisão TCU;
- 4) Importante registrar que existem Decisões Judiciais, abrangendo os estados da Bahia, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, São Paulo e Santa Catarina, no sentido de que nenhuma providência que leva à suspensão do pagamento do PCCS deve ser tomada, até julgamento do mérito da ação;
- 5) Informamos que foi editada MP/Nº 146, DE 14/12/2003, CONVERTIDA NA Lei nº 10.855, de 01/04/2004, na qual prevê em seu art. 3º § 2º e 4º, que a opção pela Carreira do Seguro Social implica renúncia às parcelas de valores incorporados à remuneração por decisão administrativa ou judicial, atribuindo-se precedência ao aditamento pecuniário de que trata o art. 8º da Lei nº 7.685/88, que venceram após o início dos efeitos financeiros referidos no § 1º deste artigo.

AValiação DA SFC:

O assunto permanece PENDENTE, apesar do tempo decorrido, e o INSS deverá informar a esta SFC acerca de sua regularização.

4.1.1.5.7 Decisão nº 493/2002 - TCU - 2ª Câmara -TC 004.029/1999-2 - PCCS

Foi citado no Relatório de Auditoria de Gestão nº 117146/2003 o seguinte:

"Em julgamento à TC nº 004.029/1999-2, item 8.2, o Tribunal de Contas da União proferiu as Decisões mencionadas, com as seguintes determinações à Superintendência Estadual do INSS no Espírito Santo:

=> Decisão nº 493/2002 - TCU - 2ª Câmara - TC nº 004.029/1999-2

"8.2.1 adote junto à Superintendência Estadual do INSS/ES as providências necessárias, conforme Decisão nº 26/2002-TCU-Plenário, à regularização dos pagamentos a título de Adiantamento Pecuniário - PCCS, efetuados aos seguintes funcionários:

NOME	MATRÍCULA	AÇÃO
Rosângela Francisca Gonçalves	0937910	RT 1571/89/São Paulo
Haroldo Alves Bahia	0886959	RT 890001425-1/MG (16/JCJ)
Roseana Taqueti Silva	0891759	RT 890001425-1/MG (16/JCJ)
Gerson Rivadávia de Medeiros	0925948	RT 12288326/RS
Olívia Domingos de Oliveira Barbosa	0602025	RT 1472/89/São Paulo
José Soares Miranda	0886762	RT 378/89/ES
Dayse Solange Melo Alves Silva	0898271	RT 13891085-01/89/13ª JCJ/BA-TRT/5ª
Hilda Alves dos Santos	0882101	RT 13891085-01/89/13ª JCJ/BA-TRT/5ª
Luzia Cilene Lopes da Silva	0881815	RT 13891085-01/89/13ª JCJ/BA-TRT/5ª
Regina Célia da Silva	0699272	RT 13891085-01/89/13ª JCJ/BA-TRT/5ª
Maria da Glória Barbosa Valentim	0903807	RT 603/90/AL
Maria Helena Santos Barros Leal	0885551	RT 901469-01/CE
Vera Lúcia Goecking Câmara	0895811	RT 919/89 – URP abril/maio/88
Antônio Danilo do Nascimento	0886909	RT 922/89/8ª JCJ/MG
Edmarta Santos Ramos Gonçalves	0893267	RT 922/89/8ª JCJ/MG
INATIVOS		
Maria Ivone Tavares do Amaral	0883156	RT 901469-01/CE
Rita de Cássia Rossi Guerra	0882572	RT 13891085-01/89/13ª JCJ/BA
Maria Márcia da Costa Palmela	0895122	RT 919/90/MG

8.2.2 no pagamento aos seguintes servidores de parcela, reconhecida por sentença trabalhista, relativa à URP, observe os estritos termos da decisão judicial proferida quanto à limitação temporal:

NOME	MATRÍCULA	AÇÃO
Vera Lúcia Goecking Câmara	0895811	RT 919/89 – URP abril/maio/88
Antônio Danilo do Nascimento	0886909	RT 922/89/8ª JCJ/MG
Edmarta Santos Ramos Gonçalves	0893267	RT 922/89/8ª JCJ/MG
Odiza de Sampaio Vieira	6948824	Sentença da JCJ/Rio Branco-Acre, de 30/10/90- Autos 3517 a 3585. Mantida pelo Acórdão 273/91 TRT/14ª
José Soares Rodrigues	0937608	Ação Ordinária – AO 91752 – 8/TRF-5-1ª V/CE
Maria Helena Santos Barros Leal	0885551	AO 91752-8 (MC XII-851/89)
Maria de Lourdes Siviero	0936158	RT 320/89 (JCJ-15ª Região-Araras/SP)
Antônio José Loureiro	0886903	RT 1067/90/1ª JCJ/ES
Benedito Antônio de Souza	0886880	RT 1067/90/1ª JCJ/ES
Bento Leandro Rodrigues	0886755	RT 1067/90/1ª JCJ/ES
Luciene de Souza Coelho Pereira	0886813	RT 1067/90/1ª JCJ/ES
Luzienne Mary Anechini Cintra	0953213	RT 1067/90/1ª JCJ/ES
Maria da Penha Zamperlini Frigini	0886971	RT 1067/90/1ª JCJ/ES
Vicente de Paula Pereira	0886973	RT 1067/90/1ª JCJ/ES
INATIVOS		
Maria Márcia da Costa Palmela	0895122	RT 919/90/MG

Adelino Caliman	0887045	RT 1067/90/1ª JCJ/ES
Roberto Jackes Granhem Cavalcante	0886553	RT 1067/90/1ª JCJ/ES

8.2.3. adote as medidas necessárias à suspensão do pagamento ao Sr. José Costa Bertora, por força da Medida Cautelar 9218462-4 de 29.06.02/18ª Vara/Justiça Federal/RJ, da parcela de 45%, referente ao aumento das remunerações concedidas pela Lei nº 8.237/91 aos militares, tendo em vista a vasta jurisprudência no sentido de considerá-lo inaplicável aos servidores civis;

8.2.4. informe a este Tribunal, no prazo de 60 (sessenta) dias, as medidas em cumprimento à presente deliberação.

"RESPOSTA DO INSS: Ofício nº 1.825/INSS/DCGAB, de 21.11.2002 (reposta à SA nº 101249-54 - ref. Decisão nº 493/2002 - TCU - 2ª Câmara):

"(...)

2. Em atendimento ao solicitado informamos o seguinte:

Quanto as ações RT 12288326-89 (RS), RT 13891085-01/89(BA) e RT 1571/89 (SP) relativas ao PCCS, os Sindicatos regionais impetraram as AO nº. 2001.26649-5 10ª VF/RS, MS nº 2002.008202-3 1ªVF/DF e AO nº 2002.5739-1 4ª VF/SP, respectivamente, as quais os juízos proferiram decisões favoráveis as entidades;

- a) As demais ações relativas ao PCCS, esclarecemos que por meio da Portaria Conjunta nº 01/INSS e Procuradoria-Geral da União, publicada no DOU nº 60, de 28 de março de 2002, foi constituído Grupo de Trabalho com a finalidade de analisar os processos administrativos referentes as ações judiciais de PCCS;
- b) Em 9.4.2002, a Srª Presidente deste Instituto solicitou à Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a manutenção dos pagamentos efetuados a esse título, até a manifestação conclusiva desse Grupo de Trabalho;
- c) Concluídos os trabalhos, a Comissão apresentou relatório, sendo o mesmo submetido ao Senhor Ministro desta Pasta, o qual solicitou avaliação do documento à Consultoria Jurídica do MPAS;
- d) A Consultoria Jurídica do MPAS emitiu parecer no sentido que fosse encaminhada consulta à Advocacia-Geral da União para dirimir dúvidas quanto à aplicação da decadência de que trata o art. 54 da Lei nº 9.784/99;
- e) Essa consulta foi encaminhada em 16.05.2002 e, dessa forma, não havendo definição quanto à regularidade do pagamento, a Senhora Presidente encaminhou novo ofício ao Senhor Secretário de Recursos Humanos, solicitando que esses pagamentos fossem mantidos até pronunciamento final da AGU;
- f) Registramos, ainda, a determinação do então Diretor-Presidente, dirigida ao Senhor Procurador-Geral, no sentido de que seja adotada 'medidas judiciais cabíveis, vedada a utilização de meios meramente administrativos, conforme consta do Termo de Acordo em anexo'.
- g) Quanto as Reclamações Trabalhistas nºs 1067/90 26,06%(ES), 320/89 26,05%(SP), 3517 a 3585/90 26/05%(AC), não constam servidores deste Instituto recebendo a referida vantagem;
- h) Cabe esclarecer, que a RT 919/89 que os servidores recebem a vantagem somente referente ao PCCS;
- i) Esclarecemos que a servidora ODIZA DE SAMPAIO VIEIRA CASSOLI percebe a vantagem judicial referente aos 26,05% pela RT 6573 a 6609/90 1ª JC/AC, conforme ficha financeira anexa."

JUSTIFICATIVA:

O INSS vem adotando providências com o objetivo de atender as determinações proferidas pelo TCU, orientando as Procuradorias Estaduais e as Unidades de Recursos Humanos para que recorram a quaisquer decisões sobre adiantamento.

AVALIAÇÃO DA SFC:

Analisando as providências adotadas, constatou-se que o caso do PCCS continua PENDENTE de regularização, uma vez que, em análise das fichas financeiras dos servidores feita em março/2003, foi constatado o pagamento nas rubricas específicas de PCCS. Esse assunto foi encaminhado à AGU, em 16/05/2002, para apreciação e manifestação e, até o fechamento deste Relatório de Auditoria, não houve pronunciamento da mesma."

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

No item referente às medidas adotadas pelo Gestor após o Registro de Negociação relativo ao Relatório de Auditoria de Gestão nº 117146/2003, consta a seguinte informação:

"A PFE/INSS/Coordenação-Geral de Administração das Procuradorias informou, mediante Despacho 01.200.23 nº 45/2003, que "Com relação aos processos que envolvem a parcela denominada PCCS e a determinação de providências pelo TCU, deixamos de nos manifestar, tendo em vista ocorrência de fato novo, isto é, a constituição de um grupo de trabalho, conforme Portaria nº 784/2003, publicada no DOU de 6.6.2003, de autoria dos Senhores Ministros do Planejamento, Orçamento e Gestão e Previdência Social, portaria essa com a finalidade de rever a vantagem paga, no âmbito do INSS, a título de Adiantamento Pecuniário do Plano de Classificação de Cargos e Salários/PCCS.

Esse grupo de Trabalho é composto por representantes do Ministério da Previdência Social, INSS, Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho e Previdência Social - FENASPS, Confederação Nacional dos Servidores em Seguridade Social - CNTSS e coordenado pelo representante do Ministério da Previdência Social, Dr. Walter Shigueruemura.

Em 25 de agosto, o Senhor Ministro da Previdência Social informou aos servidores do INSS e MPAS, da propositura ao Congresso Nacional, de lei que reestruturará a carreira previdenciária, incorporando os 47,11% para os que não percebem o PCCS, enquadrando os que recebem nas devidas referências. A incorporação será em 4 parcelas: dezembro/2003, setembro/2004, maio e dezembro de 2005."

AValiação DA SFC:

As providências para regularização do PCCS no âmbito do INSS estão em andamento, com a sinalização de uma Lei para reestruturação da Carreira com a incorporação dos 47,11% para os que não percebem o PCCS e enquadrando os que já recebem indevidamente. Foi criado mais um Grupo de Trabalho, constituído pela Portaria/MP/MPS nº 784/2003, para solucionar o problema que vem se arrastando ano após ano. Assunto permanece PENDENTE de regularização.

4.1.1.5.8 Decisão nº 501/2002 - TCU - 2ª Câmara - PCCS

Consta do Relatório de Auditoria de Gestão nº 117146/2003:

"Em julgamento à TC nº 007.058/2001-0, item 8.3, o Tribunal de Contas da União proferiu a Decisão mencionada, com as seguintes determinações à Superintendência Estadual do INSS em Minas Gerais:

"8.3.1 com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 191 do Regimento Interno desta Corte, que faça cessar, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, os pagamentos decorrentes do ato de fls. 01/02, contados a partir da ciência da presente decisão, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

8.3.2 que sejam observadas, no que couber, as medidas preconizadas na Decisão/TCU nº 26/2002-Plenário, relativamente à parcela PCCS, acrescida nos proventos por força de sentença judicial."

Assim sendo, solicitamos informações acerca do cumprimento da determinação do TCU, recomendando que sejam adotadas as mesmas providências para os servidores que também recebem as mencionadas ações e não constam na relação/TCU acima, tendo em vista as irregularidades apontadas.

JUSTIFICATIVA:

Por intermédio do Ofício nº 1.825/INSS/DCGAB e Memorando, de 6.11.2002, o Gestor prestou as seguintes informações:

"(...)

- a) Quanto às ações RT 12288326-89 (RS), RT 13891085-01/89 (BA) e RT 1571/89 (SP) relativas ao PCCS, os Sindicatos regionais impetraram as AO nº 2001.26649-5 10ª VF/RS, MS nº 2002.008202-3 1ª VF/DF e AO nº 2002.5739-1 4ª VF/SP, respectivamente, as quais os Juízos proferiram decisões favoráveis as entidades (...);
- b) As demais ações relativas ao PCCS, esclarecemos que por meio da Portaria Conjunta nº 01/INSS e Procuradoria-Geral da União, publicada no DOU nº 60, de 28 de março de 2002, foi constituído Grupo de Trabalho com a finalidade de analisar os processos administrativos referentes as ações judiciais de PCCS;
- c) Em 9.4.2002, a Sra. Presidente deste Instituto solicitou à Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a manutenção dos pagamentos efetuados a título de PCCS, até manifestação conclusiva desse Grupo de Trabalho;
- d) Concluídos os trabalhos, a Comissão apresentou relatório, sendo o mesmo submetido ao Senhor Ministro desta pasta, o qual solicitou avaliação do documento à Consultoria Jurídica do MPAS;
- e) A Consultoria Jurídica do MPAS emitiu parecer no sentido que fosse encaminhada consulta à Advocacia-Geral da União para dirimir dúvidas quanto à aplicação da decadência de que trata o art. 54 da Lei 9.784/99;
- f) Essa consulta foi encaminhada em 16.5.2002 e, dessa forma, não havendo definição quanto à regularidade do pagamento, a Senhora Presidente encaminhou novo Ofício ao Senhor Secretário de Recursos Humanos, solicitando que esses pagamentos fossem mantidos até pronunciamento final da AGU;
- g) Registramos, ainda, a determinação do então Diretor-Presidente, dirigida ao Senhor Procurador-Geral, no sentido de que sejam adotadas medidas judiciais cabíveis, vedada a utilização de meios meramente administrativos, conforme consta do Termo de Acordo (...);
- h) Quanto às Reclamações Trabalhistas nºs 1067/90, 26,6% (ES), 320/89, 26,5% (SP), 3517 a 3585/90, 26,05%(AC), não constam servidores deste Instituto recebendo a referida vantagem;
- i) Cabe esclarecer, com relação a RT 919/89, que os servidores recebem a vantagem somente referente ao PCCS;
- j) Esclarecemos que a servidora ODIZA DE SAMPAIO VIEIRA CASSOLI percebe vantagem judicial referente aos 26,05% pela RT 6573 a 6609/90 1ª JCJ/AC (...)"

AVALIAÇÃO DA SFC:

Analisando as providências adotadas, constatou-se que o caso do PCCS continua PENDENTE de regularização, uma vez que, em análise das fichas financeiras dos servidores feita em março/2003, foi constatado o pagamento nas rubricas específicas de PCCS. Esse assunto foi encaminhado à AGU, em 16/05/2002, para apreciação e manifestação e, até o fechamento deste Relatório de Auditoria, não houve pronunciamento da mesma."

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

No item relativo às medidas adotadas pelo Gestor após o Registro de Negociação referente ao Relatório de Auditoria de Gestão nº 117146/2003, consta a seguinte informação:

"A PFE/INSS/Coordenação-Geral de Administração das Procuradorias informou, mediante Despacho 01.200.23 nº 45/2003, que "Com relação aos processos que envolvem a parcela denominada PCCS e a determinação de providências pelo TCU, deixamos de nos manifestar, tendo em vista ocorrência de fato novo, isto é, a constituição de um grupo de trabalho, conforme Portaria nº 784/2003, publicada no DOU de 6.6.2003, de autoria dos Senhores Ministros do Planejamento, Orçamento e Gestão e Previdência Social, portaria essa com a finalidade de rever a vantagem paga, no âmbito do INSS, a título de Adiantamento Pecuniário do Plano de Classificação de Cargos e Salários/PCCS.

Esse grupo de Trabalho é composto por representantes do Ministério da Previdência Social, INSS, Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho e Previdência Social - FENASPS, Confederação Nacional dos Servidores em Seguridade Social - CNTSS e coordenado pelo representante do Ministério da Previdência Social, Dr. Walter Shigueruemura.

Em 25 de agosto, o Senhor Ministro da Previdência Social informou aos servidores do INSS e MPAS, da propositura ao Congresso Nacional, de lei que reestruturará a carreira previdenciária, incorporando os 47,11% para os que não percebem o PCCS, enquadrando os que recebem nas devidas referências. A incorporação será em 4 parcelas: dezembro/2003, setembro/2004, maio e dezembro de 2005".

AValiação DA SFC:

A SFC emitiu SA Nº 139816-69, de 15.4.2004 e constatou que as providências para regularização do PCCS no âmbito do INSS estão em andamento, com a sinalização de uma Lei para reestruturação da Carreira com a incorporação dos 47,11% para os que não percebem o PCCS e enquadrando os que já recebem indevidamente. Foi criado mais um Grupo de Trabalho, constituído pela Portaria/MP/MPS nº 784/2003, para solucionar o problema que vem se arrastando ano após ano. O assunto permanece PENDENTE de regularização.

4.1.1.5.9 Decisão nº 1.367/2002- TCU - Plenário (TC nº 009.033/1993-9) - PCCS

"O Tribunal Pleno, diante das razões expostas pelo Relator, DECIDE:

8.1 - conhecer dos presentes Embargos de Declaração, com fulcro nos arts. 34, § 1º, e 30 da Lei nº 8.443/92 c/c os arts. 235, § 1º, e 237 do Regimento Interno do TCU, para, no mérito, dar-lhe provimento parcial com vistas a reformar o item "8.2.3" da Decisão nº 26/2002 TCU - Plenário, no sentido de adequá-lo ao entendimento que predomina neste Tribunal, esclarecendo, de forma mais abrangente, o alcance da determinação ali contida, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"8.2.3 - após a realização do levantamento em todos os processos, conforme Memorando-Circular CJ/PG/INSS nº 06/97, nos casos em que ficarem constatados que alguns valores estão sendo pagos em duplicidade, em virtude de decisões judiciais com cálculos que desconsideram, dentre outros desembolsos feitos pela autarquia, a incorporação efetuada pela Lei nº 8.460/92 ou a correção de acordos pagos anteriormente, adote todas as medidas legais cabíveis visando obter a suspensão desses pagamentos, realizando-se, além disso, a identificação dos representantes do INSS que tenham sido os responsáveis por esses prejuízos, instaurando-se a devida TCE;"

JUSTIFICATIVA:

RESPOSTA DO INSS: Memorando-Circular Conjunto/INSS/01.200.2/01.300.3 nº 11, de 21.11.2002: (ref. Decisão nº 1.367/2002-TCU - Plenário):
(...)

12. Tendo em vista a determinação constante da Decisão nº 1.367/2002-TCU-Plenário, a Coordenação-Geral de Contencioso Judicial e a Coordenação-Geral de Administração de Recursos Humanos do INSS, mediante o Memorando-Circular Conjunto, acima referenciado, recomendaram:

"1. Às Procuradorias Federais Especializadas/INSS que: prossigam nos trabalhos de revisão dos processos de acompanhamento de ações de pessoal que geraram a criação de rubrica de pagamento da parcela Adiantamento do PCCS, em continuidade, promovendo a limitação do cumprimento do julgado até a competência agosto/92, tendo em vista a incorporação operada pela aplicação da Lei nº 8.460/92, a partir do mês de setembro/92; mantenham rotina de interação permanente com a Unidade Local de Recursos Humanos para o fornecimento das rubricas de pagamento em continuidade com a indicação do procedimento judicial a que se referem, para a revisão quanto à força executória do julgado; promovida a revisão e constatada a continuidade do pagamento da parcela PCCS, por força de decisão judicial, em competências posteriores a agosto/92, encaminhem o processo de acompanhamento da ação judicial à Unidade Local de Recursos Humanos, para a expedição de carta, com Aviso de Receção-AR, a cada percepente da parcela, comunicando-lhe que o pagamento será suspenso, em virtude da alteração legal posterior à decisão judicial, concedendo-lhe o prazo de trinta (30) dias para apresentação de defesa; orientem a Unidade Local de Recursos Humanos, no exame e na decisão a ser proferida em face das defesas apresentadas; estabeleçam o gerenciamento prioritário das ações relativas à parcela do Adiantamento do PCCS, formulando pedido de preferência no julgamento de mérito nos mandados de segurança porventura interpostos que originaram decisões liminares pela manutenção do pagamento.

Encaminhem, semanalmente, informações sobre a posição dos processos judiciais relativos à parcela do Adiantamento do PCCS, à Divisão do Contencioso de Pessoal desta Coordenação-Geral do Contencioso Judicial para fins de gerenciamento na Direção-Geral;

Quando a ação judicial ascender à segunda instância, fazer imediata comunicação à respectiva Procuradoria dos Tribunais, para fins de especial acompanhamento.

2. Às Unidades de Recursos Humanos, que: forneçam à Procuradoria Federal Especializada/INSS da Gerência-Executiva da origem da ação judicial, relação das rubricas de pagamento da parcela Adiantamento do PCCS, em continuidade, declinando os processos judiciais a que se referem para a necessária análise da força executória do julgado; recebido o dossiê de acompanhamento da ação, devidamente analisado pela Procuradoria Federal Especializada/INSS, com orientação de suspensão do pagamento das rubricas a ele relativas, promovam a comunicação, por carta, com Aviso de Recebimento - AR, a cada percepente da parcela, conforme a alínea "c", do item anterior, na forma do anexo I, deste Memorando-Circular; recebida a defesa administrativa apresentada pelo percepente da parcela, promovam o seu exame e profiram a decisão, suspendendo o pagamento, se for o caso, ouvida, obrigatoriamente, a Procuradoria Federal responsável pelo acompanhamento da ação que lhe deu origem; considerem, no exame recomendado, a remuneração percebida pelo servidor anteriormente à Lei 8.460/92 (com a parcela do PCCS) e após a edição dessa Lei, excluído o PCCS. Na hipótese de se constatar que a remuneração anterior seja superior à nova remuneração, a diferença será mantida como Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada, nos termos do art. 9º da Lei 8.460, de 1992.

Comuniquem, ao interessado, o resultado do julgamento administrativo proferido.

3. À Subprocuradoria-Geral e às Procuradorias de Tribunais, que: promovam, de ordem do Sr. Procurador-Geral, no âmbito da sua atuação e conforme informado pelas PFE-INSS de origem, especial acompanhamento dos processos relativos ao pagamento, em continuidade, da parcela

Adiantamento do PCCS, apresentando, além dos recursos pertinentes, pedidos de preferência nos respectivos julgamentos, informando, semanalmente, a situação de cada processo a esta Coordenação-Geral do Contencioso Judicial para o gerenciamento nesta Direção-Geral."

Decisão nº 386/2002- TCU - 1ª Câmara (TC nº 853.923/1997-3); Decisão nº 455/2002-TCU - 1ª Câmara (TC nº 853.357/1997-8); Decisão nº 456/2002- TCU - 1ª Câmara (TC nº 856.739/1998-7); Decisão nº 483/2002- TCU - 1ª Câmara (TC nº 853.358/1997-4); Decisão nº 484/2002- TCU - 1ª Câmara (TC nº 855.996/1997-8); Decisão nº 485/2002- TCU - 1ª Câmara (TC nº 856.511/1998-6); Decisão nº 486/2002- TCU - 1ª Câmara (TC nº 856.512/1998-2); Decisão nº 501/2002- TCU - 2ª Câmara (TC nº 007.058/2001-0); Decisão nº 507/2002- TCU - 1ª Câmara (TC nº 855.984/1997-0); Decisão nº 1.434/2002- TCU - Plenário (TC nº 016.289/1999-4): determinam ao INSS que:

"(...) sejam observadas, no que couber, as medidas preconizadas na Decisão/TCU nº 26/2002 - Plenário, relativamente à parcela PCCS, incluída nos proventos/pensões dos interessados por força de errônea interpretação de sentença judicial".

Sobre a questão, emitimos a S.A. nº 137636-22 (item "3"), de 8.12.2003, solicitando "informações sobre abertura de Processo Administrativo Disciplinar - PAD, para identificar os representantes do Instituto que tenham sido responsáveis por pagamentos em duplicidade a título de Adiantamento Pecuniário - PCCS.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Sobre o assunto, a Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística/INSS, por meio dos Ofícios nºs 1.083, 1.142 e 1.202/INSS/DCPRES, datados de 4.9.2003, 17.9.2003 e 2.10.2003, respectivamente, informou que os trabalhos relativos à instauração da Tomada de Contas Especial seriam implementados após a conclusão dos trabalhos afetos à Corregedoria-Geral.

A Solicitação de Auditoria nº 137636-22/2003 foi respondida por meio do Ofício INSS/CORREGER/nº 278, de 12.12.2003, porém não foram atendidos os questionamentos solicitados.

AValiação DA SFC:

O assunto permanece PENDENTE de regularização, uma vez que o PCCS continua sendo pago e, ainda, não foram adotadas providências, por parte do INSS, para apuração de responsabilidades e instauração de TCE. Constata-se, ainda, que as determinações do TCU não foram cumpridas, apesar do Parecer conclusivo da Procuradoria-Geral do INSS, que, por meio do Memorando 01.200.2 nº 094/2001, apresentou um estudo onde demonstrou que todos os servidores da Previdência Social (nível superior, intermediário e auxiliar) tiveram totalmente incorporado nos seus vencimentos o PCCS (legal e judicial), com um acréscimo, ainda, variando de 7,56% a 46%, gerando a seguinte conclusão e recomendação:

"45. De todo o exposto tem-se, pois, que, em decorrência dos dispositivos da Lei 8.460/92, nenhum servidor dos quadros funcionais da Previdência Social faz jus à percepção da verba PCCS, seja por força de decisão administrativa, seja por força de decisão judicial. Neste sentido a jurisprudência de nossos Tribunais que, em sua esmagadora maioria, reafirmaram a assertiva de que a administração, ao proceder e dar continuidade a este pagamento, o faz em total afronta à legislação e à Constituição, por duplicidade de pagamento e malferimento ao princípio da igualdade.

46. Assim, sugerimos a imediata adoção das medidas necessárias à correção da irregularidade."

Para as mencionadas decisões o INSS deverá encaminhar as informações das providências adotadas, a esta SFC, para avaliação.

4.1.1.5.10 Decisão nº 160/2002 - TCU-2ª Câmara - UNESCO/CTIS (Processo TC nº 014.077/2000-8)

Consta do Relatório de Auditoria de Gestão nº 117146/2003, as seguintes informações:

"No que se refere à terceirização de mão-de-obra, o Tribunal de Contas da União proferiu a Decisão mencionada, em julgamento à TC nº 014.077/2000-8, com as seguintes determinações ao INSS:

"8.1.1 Cumprir as determinações exaradas no Ofício nº 3.419 DSPAS/SFC/MF, de 14.8.2000;

8.1.2 Em futuras contratações de mão-de-obra terceirizada, objetivando garantir a economicidade dos contratos dessa espécie, efetuar previamente estudos com vistas a quantificar as reais necessidades dos recursos humanos demandados."

Quanto ao processo administrativo instaurado para apurar quem deu causa à dispensa de licitação, esta Secretaria, por meio do Ofício nº 1.057/DSPAS/SFC/Casa Civil/PR, de 28.2.2002, recomendou a imediata abertura de Tomada de Contas Especial, visando apuração e ressarcimento dos possíveis prejuízos causados ao INSS, cujas providências não foram informadas até a presente data.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

"Em atendimento à Solicitação de Auditoria nº 101249-16, informamos o que segue:

- para cumprir as determinações contidas no item 8.1.1:

a) foi solicitado a realização de concurso público para provimento de cargos, conforme Avisos nºs 98/2002, 266/2002, Ofício nº 211/2002, e Nota Técnica encaminhada ao Sr. Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social (...), contendo estudo detalhado das reais necessidades de recursos humanos para o INSS;

b) foi aberta a licitação na Modalidade Concorrência nº 01/2002, processo nº 35000.000431/2002-21, tendo a mesma sido revogada, publicação no DOU nº 220, de 13.11.2002, em atendimento a Decisão nº 1.248/2002-Plenário, publicada no DOU de 4.10.2002.

No tocante a este tipo de Contratação informamos que o INSS vem buscando alternativas para solucionar o problema de recursos humanos existente. Na Decisão nº 1.521/2002 o próprio TCU esclarece que enquanto não for aprovado o Concurso Público para o INSS não teremos uma solução definitiva.

c) Com referência ao Ofício nº 3419/DSPAS/SFC/MF, de 14.8.2000 e recomendação contida no Ofício nº 1057/DSPAS/SFC/Casa Civil/PR, de 22.2.2002, informamos que foi encaminhado Memorando CGOFC/INSS/nº 154/2002, de 9.12.2002 (...), solicitando expedição de portaria de designação de servidores para instauração de Tomada de Contas Especial. Esclarecemos que após o término dos trabalhos estaremos informando a essa Secretaria sobre o resultado das apurações.

d) Ao término dos trabalhos da TCE acima mencionada, será procedido o encontro de contas de importâncias devidas em função dos gastos realizados pela UNESCO.

- com relação ao item 8.1.2:

a) Foi elaborado projeto básico pela Diretoria de Recursos Humanos do INSS, tanto para Concorrência nº 01/2002, quanto na Nota Técnica encaminhada pelo Sr. Ministro da Previdência e Assistência Social ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, contemplando estudo das necessidades reais de recursos humanos do INSS. Esclarecemos que a Controladoria e Diretoria de Recursos Humanos, permanentemente, vêm aperfeiçoando um modelo de avaliação das Unidades do INSS, incluindo a

fixação do quantitativo ideal de servidores de cada unidade, com estudos que prevêem a utilização de um modelo teórico para quantificação dos recursos necessários à cada unidade. Alerta-se que, atualmente, as Diretorias de Recursos Humanos e de Benefícios consideram as demandas de serviços para quantificar as necessidades de cada unidade. Ressalte-se ainda, que essas mensurações não são fixas, podendo ser alteradas com o tempo em função de sazonalidades associadas ao perfil da população e de mudanças geo-econômicas.

Informamos ainda, que em termos globais, a necessidade efetiva de pessoal para o Instituto está calculada em cerca de 18.000 servidores, e que essa demanda já foi encaminhada aos órgãos competentes com solicitação de aprovação de concurso público.

b) Com referência a recomendação contida no Ofício nº 1057 DSPAS/SFC/Casa Civil PR, de 22.2.2002, informamos que foi encaminhado Memorando CGFC/INSS/nº 154/2002, de 9.12.2002 (...), solicitamos expedição de portaria de designação de servidores para instauração de Tomada de Contas Especial.

Esclarecemos que após o término dos trabalhos estaremos informando a essa Secretaria sobre o resultado das apurações."

AVALIAÇÃO DA SFC:

Quanto ao item 8.1.1 da citada Decisão, continua PENDENTE de regularização, uma vez que o processo de Tomada de Contas Especial encontra-se na fase de solicitação de instauração.

Ainda com relação ao contido no item 8.1.1 da supramencionada Decisão, a alínea "a" do item 3, do Ofício nº 3.419/DSPAS/SFC/MF, de 14.8.2002, foi atendida com a edição da Medida Provisória nº 86, de 18.12.2002 - DO de 19.12.2002, com a criação de 3.800 (três mil e oitocentos) cargos, sendo 1.525 (um mil quinhentos e vinte e cinco) Analistas Previdenciários e 2.275 (dois mil duzentos e setenta e cinco) Técnicos Previdenciários, conforme Edital nº 1/2003 de 15.1.2003. O Centro de Seleção e de Promoção de Eventos - CESPE, da Universidade de Brasília - UnB realizou concurso público em 16.3.2003.

Diante do exposto, cabe salientar que o INSS mantém ainda as contratações de mão-de-obra terceirizada e que, em decorrência deste fato, solicitamos informações quanto à adoção de medidas visando saneamento da questão em pauta, considerada de forma irregular por esta SFC e pelo TCU. O Gestor informou que a mão-de-obra terceirizada será substituída à medida em que os novos servidores tomarem posse.

Dessa forma, o assunto continua PENDENTE até a substituição total da mão-de-obra terceirizada pelos concursados."

Sendo assim, foi recomendado por esta SFC que a Unidade adotasse providências imediatas de modo a regularizar as situações de pendências existentes.

No item relativo às medidas adotadas pelo Gestor após o Registro de Negociação referente ao Relatório de Auditoria de Gestão nº 117146/2003, consta que a Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística/INSS informou que estão em andamento os trabalhos referentes ao processo de Tomada de Contas Especial pela Portaria nº 1.123 INSS/DCPRES, de 15.5.2003, com prazo para conclusão até dezembro/2003.

Por meio da SA nº 139816-070, de 16.4.2004, foram solicitadas informações atualizadas sobre os resultados do processo da TCE.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Por meio do Ofício nº 508 /DIROFL/INSS, datado de 14.5.2004, o Diretor de Orçamento, Finanças e Logística - Substituto, informou o seguinte:

"1. Em atenção a Solicitação de Auditoria nº 139816-070, de 16.4.2004, informamos que estão em andamento os trabalhos referentes ao processo de

Tomada de Contas Especial relativa à Portaria nº 1.123 INSS/DCPRES, de 15.5.2003.

2. Consoante informações do Presidente da Comissão da referida TCE, a UNESCO foi oficiada e aguarda-se o envio de cópias de documentos comprobatórios relativos à prestação de contas não efetivadas à época apropriada.

3. Outrossim, tão logo os trabalhos sejam concluídos, estaremos encaminhando os resultados do processo”.

AValiação DA SFC:

O assunto continua PENDENTE de regularização, devendo ser encaminhado a esta SFC os resultados do processo da TCE.

4.1.1.5.11 Decisão nº 586/2002 - TCU - 2ª CÂMARA - TC 008.683/2002-9

Foi citado no Relatório de Auditoria de Gestão nº 117146/2003, o que segue:

"Trata a mencionada Decisão de apuração de irregularidades detectadas na área de Licitações e Contratos da Gerência Executiva/INSS/PR, em decorrência de trabalhos de auditoria realizados pela SECEX/PR, no período de 20.5 a 10.6.2002, ficando determinado:

(...)

8.1. à presidência do INSS, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/92 que:

8.1.1. solicite à DATAPREV, antes da abertura de qualquer licitação para a compra/locação de equipamentos de informática, um parecer acerca do parque de informática do INSS e dos produtos necessários a sua modernização, com a indicação dos benefícios das novas tecnologias em confronto com um estudo de viabilidade econômica, de maneira a evitar a celebração de contratos de locação de equipamentos sem a previsão de cláusula de atualização ou a adoção de política de sistemas de informação inadequado e desvantajoso à Administração, consoante detectado nos Contratos nº 100/2000, assinado com a UNISYS Brasil Ltda., e 101/2000, celebrado com a MICROSENS Informática Ltda., para o Pólo VII (PR e MS);"

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Em relação ao subitem 8.1.1, por meio do Memo-Circular/INSS /DIROFL/nº 101, de 30/12/2002 e do Memo-Circular/INSS/CGLOG/nº 04, de 3.1.2003, o Gestor expediu orientações as suas Unidades e às Gerências Executivas no sentido de que os processos licitatórios para aquisição/locação de bens de informática sejam precedidos de parecer técnico da Coordenação Geral de Tecnologia e Informação - CGTI/INSS.

Quanto aos subitens 8.1.2 e 8.1.3. o TCU determinou:

"8.1.2. adote as providências pertinentes a respeito da solicitação de imóvel da propriedade do INSS pela Universidade Federal do Paraná, localizado na Rua Marechal Deodoro, 1290, região central de Curitiba, contendo 4 pavimentos, com 3.426,93 m2, avaliado em R\$ 1.135.000,00 pela CEF em 18/03/2002, tendo em vista que a UFPR está em situação irregular perante o Instituto pois continua na posse de 3 imóveis permutados com o INSS em 1985;

8.1.3. providencie a averbação em Cartório de Registro de Imóveis, do imóvel situado à rua Coronel Dulcídio, 638, Bairro Batel, em Curitiba, objeto de permuta com a Universidade Federal do Paraná, conforme Escritura Pública de Permuta, lavrada pelo 7º Tabelionato em 13/12/1985 - matrícula nº 18.864 do Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição de Curitiba."

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Em relação aos subitens 8.1.2 e 8.1.3, o Gestor expediu Memo-Circular/INSS/DIROFL/nº 102, de 30/12/2002 para a Gerência Executiva em Curitiba/PR e a Coordenação Geral de Logística, solicitando providências para a regularização dos imóveis citados nos subitens 8.1.2 e 8.1.3 da Decisão/TCU/nº 586/2002, solicitando, ainda, para a Coordenação Geral de Logística que orientasse as demais Gerências Executivas do INSS no sentido de realizar uma análise completa dos imóveis sob suas responsabilidades, adotando as medidas necessárias para regularizar os eventuais problemas detectados.

Quanto ao subitem 8.1.4 o TCU determinou:

"8.1.4. adote providências no sentido de orientar suas unidades executivas no sentido de que:

- a) abstenham-se de proceder à repactuação contratual antes de decorrido um ano de vigência do respectivo contrato, em cumprimento às Decisões/TCU nº 457/1995 - Plenário e 360/2001 - Segunda Câmara;
- b) não celebrem contratos com a previsão de efeitos financeiros retroativos, contrariando o princípio da legalidade previsto no art. 3º da Lei nº 8.666/93 e decisões desta Corte, tais como as contidas no Acórdão/TCU nº 71/1996 - Plenário (item 2.11); Acórdão 250/2002 - Segunda Câmara (alínea e.3); e Decisão 161/1997 - Plenário (item 2.1), dentre outras;
- c) pesquisem os preços de objetos a serem licitados no mercado local para estimar o valor de uma licitação, consoante previsto no art. 15, V, c/c art. 43, IV, da Lei nº 8.666/93, não obstante serem divulgados valores parâmetros pela Administração Central, de forma a evitar o superdimensionamento dos preços na estimativa inicial e
- d) frustrar a contratação de proposta mais vantajosa à Administração, consoante constatado no Contrato nº 001/2000, celebrado entre a Gerência Executiva de Curitiba e a empresa Diana Paolucci S/C Indústria e Comércio, para o fornecimento de uniformes ao PMA, e no Contrato nº 14/2001 da CETESUL, firmado para a contratação de serviços de manutenção de ar condicionado;
- e) não existe a necessidade de fixar a vigência coincidindo com o ano civil, nos contratos de serviços continuados cuja duração ultrapasse o exercício financeiro em curso, uma vez que não pode ser confundido o conceito de duração dos contratos administrativos (art. 57 da Lei nº 8.666/93) com a condição de comprovação de existência de recursos orçamentários para o pagamento das obrigações executadas no exercício financeiro em curso (art. 7º, § 2º, III, da Lei nº 8.666/93), pois nada impede que contratos desta natureza tenham a vigência fixada para 12 meses, ultrapassando o exercício financeiro inicial, e os créditos orçamentários fiquem adstritos ao exercício financeiro em que o termo contratual é pactuado, conforme dispõe o art. 30 e §§, do Decreto 93.872/86;
- f) licitem a contratação de serviços de natureza continuada considerando todo o período de 60 meses previstos no art. 57, II da Lei nº 8.666/93, pois, "...Para que o ganho da Administração se efetive, é imprescindível que o dimensionamento da duração do contrato se dê logo de início, ou seja, no período de realização dos procedimentos licitatórios. Caso contrário - se esse tempo de duração contratual for redimensionado após a realização do certame licitatório - não haverá ganhos adicionais para a Administração, contrariando o espírito norteador do dispositivo (...)", conforme consta da Decisão Plenária nº 605/96 - Ata 38/96 (Relator: Ministro Carlos Átila Álvares da Silva);
- g) indiquem, em edital licitatório, a dotação orçamentária que suportará a despesa a ser licitada, tomando o cuidado para que corresponda ao orçamento do exercício em curso, e não a exercícios passados, em obediência ao disposto no art. 7º, § 2º, III da Lei nº 8.666/93 e art. 30, do Decreto nº 93.872/86;

- h) promovam o levantamento dos bens imóveis de propriedade do INSS e certifiquem-se de que todos estão averbados no Cartório de Registro de Imóveis competente;
- i) emitam empenho para a aquisição de material de consumo, descrevendo de forma mais detalhada a respectiva despesa, assim como as informações disponibilizadas no Sistema de divulgação Eletrônica de Compras e Contratações - SIDECA, módulo do COMPRASNET (IN/MARE nº 03/97 e IN/SEAP nº 03, de 31.3.1999), pois a frequência com que determinadas empresas são contratadas em confronto à descrição genérica do produto pode indicar ausência de controle de estoque e de planejamento das compras, além de eventual fracionamento de despesas, conforme verificado nos contratos celebrados com a empresa NC Papéis Comercial Ltda., CNPJ 59.363.937/0001-74;"

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

O Gestor emitiu Memo-Circular/INSS/CGLOG/nº 006, de 3.1.2003, a todas as Unidades envolvidas para que adotem providências no sentido de cumprir o determinado no subitem 8.1.4, da Decisão em referência.

AValiação DA SFC:

Em cumprimento ao que determina o subitem 8.2, da Decisão nº 586/2002 e diante das justificativas apresentadas pelo gestor, verificamos ausência de comunicação à DATAPREV conforme determinado no subitem 8.1.1, da Decisão em pauta.

Quanto aos subitens 8.1.2 e 8.1.3, não houve retorno sobre a adoção de providências por parte da Gerência Executiva de Curitiba/PR, portanto o assunto continua PENDENTE.

Em relação ao subitem 8.1.4, o cumprimento das providências solicitadas pelo Gestor as suas Unidades, deverá ser objeto de auditoria para verificar a eficácia da implementação da providência adotada pelo INSS."

A SFC por meio da S.A. nº 139816-072, em 16.4.2004, solicitou informações sobre a regularização dos subitens 8.1.2 e 8.1.3 da Decisão nº 586/2002, apensada na TC nº 04.085/2002-2 do TCU, porém até a presente data não houve resposta do Gestor.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

O Gestor não se pronunciou sobre o assunto.

AValiação DA SFC:

O assunto continua PENDENTE atendimento.

4.1.1.5.12 Decisão nº 527/2002 - TCU - 2ª Câmara (Processo TC 004.085/2002-2 e Apenso TC 008.683/2002-9) e Acórdão nº 1.297/2003 - TCU - 2ª Câmara

L

Em relação a essa Decisão, no Relatório de Auditoria de Gestão nº 117146/2003, foi citado o seguinte:

"Esta Decisão trata das irregularidades apontadas no Relatório de Auditoria realizada pela 4ª SECEX, no período de 01.04 a 03.05.2002, na área de licitações e contratos do INSS.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

O Gestor, por meio do Ofício nº 325/INSS/DCGAB, de 21.3.2003, complementado pelo de nº 370/INSS/DCGAB de 1.4.2003, apresentou justificativas/esclarecimentos quanto às determinações constantes da mencionada Decisão:

"(...)

8.4. determinar ao INSS:

8.4.1. adotar procedimentos e ferramentas que tornem possível amplo e efetivo controle sobre a execução de todos os seus contratos, mantendo

atualizadas as informações sobre os limites contratuais, os quantitativos adquiridos e os valores pagos;"

Resp.: "O controle sobre a execução dos contratos, bem como a atualização das informações, é realizado por meio do Sistema de Gestão Integrada de Contrato - SGIC e pela empresa fornecedora do sistema, COMP LINE."

"8.4.2. cumprir as Leis nº 4.320/64 e 8.666/93, arts. 14 e 7º, §2º, incisos III e IV, especialmente quanto à correta previsão de recursos orçamentários para cobrir os contratos do Instituto, ao pleno atendimento ao Plano Plurianual e à utilização de programas de trabalhos correlacionados com o objeto contratual;

8.4.3. descrever, quando do preenchimento das notas de empenho, do material adquirido de forma clara e completa, indicando o item, quantidade, unidade, objeto, marca, preço unitário, preço total e outras especificações necessárias ao perfeito conhecimento do objeto, além da correta indicação da licitação e processo correspondentes, facilitando o posterior controle pelos órgãos competentes;"

Resp.: "As Coordenações estão adotando providências para o cumprimento das determinações (subitens 8.4.2 e 8.4.3), conforme Memorando- Circular INSS/CGOFC/CGL nº 01/2003, de 12/03/2003, encaminhado às Gerências Executivas do INSS e Superintendências."

"8.4.4 que em futuras licitações, quando exigir valor mínimo de capital social, que seja o mesmo proporcional aos itens para os quais serão apresentadas propostas, em obediência ao princípio da proporcionalidade e ao disposto na Lei nº 8.666/93, art. 31, §§ 2º e 3º;

8.4.5. abster-se de se valer de contratos verbais, em obediência ao disposto na Lei nº 8.666/93, art. 62;"

Resp.: "As recomendações já estão sendo acatadas, conforme Memorando- Circular INSS/DIROFL nº 18/2003".

"8.4.6. relativamente ao processo nº 35000.005539/2000-86, que trata da contratação de sistema de gerenciamento de contratos, adotar as providências cabíveis, visando à comprovação do cumprimento integral do Contrato nº 020/2000 e da regularidade dos pagamentos efetuados, inclusive, se necessário, instaurando tomada de contas especial, para que sejam apuradas as responsabilidades e quantificado o débito porventura existente, informando a este Tribunal no prazo de 90 (noventa) dias as medidas adotadas;"

Resp.: "Processo nº 35000.005539/2000-86 - Contrato nº 020/2000:

Em que pese não ter sido ainda possível acessar o processo de que trata a contratação do Sistema de Gestão Integrada de Contrato - SGIC, atualmente, o sistema funciona devido ao fato de estar sendo devidamente alimentado. Para tanto, tornou-se necessária a convocação do fornecedor, para assistência técnica continuada sem qualquer ônus para o INSS. Ressalta-se que essa assistência técnica é realizada até o presente momento.

Esclarecemos, sobre a regularidade nos pagamentos efetuados, o detalhamento abaixo:

2000OB004173 (cópia em anexo), o valor de R\$ 434.640,00 (quatrocentos e trinta e quatro mil e seiscentos e quarenta reais), de 11/08/2000;

2000OB006196 (cópia em anexo), o valor de R\$ 434.640,00 (quatrocentos e trinta e quatro mil e seiscentos e quarenta reais), de 04/10/2000;

2002OB000048 (cópia em anexo), o valor de R\$ 2.716,50 (dois mil, setecentos e dezesseis reais e cinquenta centavos), de 03/01/2003, a título de reconhecimento de dívida.

Informamos, ainda, que está sendo providenciada a instauração de Sindicância com o objetivo de localizar o processo original em epígrafe e serão estartados procedimentos para apuração das responsabilidades, tão logo, seja localizado o processo."

"8.4.7. informar, no prazo de 90 (noventa) dias, as providências adotadas para obter da empresa Novadata Sistemas e Computadores S/A os equipamentos pagos e não entregues, relativos ao Contrato nº 040/98

(processo 35000.004900/1998-05), ou, alternativamente, para reaver os recursos públicos despendidos irregularmente, inclusive com a instauração de tomada de contas especial, caso necessária."

Resp.: "Considerando que o processo nº 35000.0049001/1998-05 encontra-se na Corregedoria, conforme consulta ao Sistema Informatizado de Protocolo - IPPS, foi encaminhado o referido Ofício à Auditoria-Geral, por meio do Memorando INSS/DIROFL nº 117/2003 (...)."

"8.5. recomendar ao INSS que, em futuras licitações, quando o fornecimento do objeto destinar-se a várias regiões do país, que o objeto seja fracionado por região geográfica ou Estado da Federação, considerando-se os benefícios que tal fracionamento pode trazer, principalmente, em relação ao aumento do caráter competitivo do certame, à economicidade da contratação e à melhoria nos instrumentos de controle;" **Resp.:** "Com relação as futuras licitações de âmbito nacional, no que se refere ao fracionamento por região geográfica ou Estado da Federação, foi encaminhado o Memorando DIRFL nº 104/2002, de 30/12/2002 (...)."

AValiação DA SFC:

Diante do exposto, verifica-se que o Gestor vem adotando providências para o saneamento das questões tratadas na mencionada Decisão, porém se faz necessário instituir mecanismo de acompanhamento que possibilite periodicamente avaliar as ações executadas pelas unidades, objetivando minimizar as ocorrências constantes da citada Decisão. As questões tratadas nos subitens 8.4.6 e 8.4.7, continuam PENDENTES de regularização."

Ainda sobre o assunto, foi expedido o **Acórdão nº 1.297/2003 - TCU - 2ª Câmara**, em razão de Pedido de Reexame interposto pelo Ministério Público junto ao TCU, versando sobre a reforma da Decisão nº 527/2002, no sentido de "que seja autorizada a citação dos responsáveis pelos valores indicados no relatório de auditoria da 4ª Secex, que levou em conta os preços ofertados pela empresa Madeflex Indústria e Comércio Ltda., em pesquisa realizada do INSS", assim como, também, "sejam os indícios de evasão fiscal levados imediatamente ao conhecimento dos órgãos competentes, e as irregularidades que acenam no sentido da existência de ilícitos penais comunicadas, de imediato, ao Ministério Público Federal, para as providências que se fizerem necessárias nas respectivas esferas de competências". Diante do referido Pedido, o Tribunal, por meio do Acórdão nº 1.297/2003 - TCU - 2ª Câmara, decidiu:

"9.1. não conhecer do presente Pedido de Reexame, nos termos dos arts. 279 e 286 do Regime Interno;
(...)"

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

No item relativo às medidas adotadas pelo Gestor após o Registro de Negociação referente ao Relatório de Auditoria de Gestão nº 117146/2003, consta que a Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística/INSS, por meio dos Ofícios nºs 1.083, 1.142 e 1.202/INSS/DCPRES, datados de 4.9.2003, 17.9.2003 e 2.10.2003, respectivamente, informou que:

"(...) com referência ao item 8.4.6, foi instaurada Sindicância, conforme Portaria CI nº 00128/2003.

Não sendo possível ainda acessar ao Processo de que trata da contratação do SGIC, informamos que atualmente o Sistema permite inserção das informações relacionadas abaixo, por parte das 100 Gerências Executivas e Diretoria Colegiada:

➤ Número do Contrato; Número do Processo; Objeto do Contrato; Natureza do Serviço Contratado; Fornecedor ou Prestador de Serviços; Gestor do Contrato; Itens de Serviços Contratados; Valores do Contrato; Data da

Contratação e Vigência; Tipo de Contrato; Forma e Cronograma de Pagamentos; Forma de Prestação de Serviços ou Cronograma Físico; Bem ou Imóvel beneficiado pelos Serviços Contratados; Garantias e Cauções; Aditivos e Renovações; Controle de Vigência, Prorrogações e Renovações; Registro de Pagamentos Realizados; Controle da Situação do Contrato (ativo e inativo); Informe de Serviços Executados por Bem ou Imóvel Beneficiário; Registro de Negociações, Reajustes, Repactuações e Correção de Valores Contratados; Cálculo de Preço Unitário por item de Serviço ou Área de Imóvel."

No que se refere ao resultado dos Processos Administrativos Disciplinares, o Gestor, por meio do Ofício INSS/CORREG/nº 0032, de 14.4.2004, encaminhou Exposição de Motivos da Corregedoria-Geral, com as seguintes informações:

"(...)

IV) Item 4.1.1.5.10 - O item solicita o resultado dos **PADs 35000.005539/00-86 e 35000.004900/98-05**. O primeiro, que trata de irregularidades relativas à contratação da empresa **COMP LINE**, foi instaurado sob o nº 35000.000454/03-16, por meio da PT/INSS/CORREG/nº 101, de 6.2.2004, publicada no BS/INSS/DG/nº 27, de 9.2.2004 e atualmente encontra-se em fase de instrução. O segundo, referente à empresa **NOVADATA**, foi primeiramente instaurado em 19.6.2002, porém após análise dos autos, a Consultoria Jurídica/MPS, determinou a anulação parcial do feito para a realização de perícia técnica (cópia Parecer/CJ/nº 3.172/2003 - anexo IV). Por essa razão, o procedimento disciplinar foi reaberto em 16.2.2004, pela PT/INSS/CORREG/nº 00118, publicada no BS/INSS/DG/nº 32, de 16.2.2004 (cópia - anexo IV).

(...)"

AValiação DA SFC:

Os itens 8.4.6 e 8.4.7 da Decisão/TCU nº 527/2002 continuam PENDENTES de apresentação dos resultados dos PAD.

4.1.1.5.13 Decisão nº 1098/2002 - TCU - Plenário (TC 003.501/2001-7)

Foi citado no Relatório de Auditoria de Gestão nº 117146/2003:

"A Decisão em epígrafe é proveniente da Auditoria realizada pela Secretaria Adjunta de Fiscalização - ADFIS, no período de 19.3 a 22.6.2001, junto ao INSS e DATAPREV, e trata da inexistência de uma ação efetiva da gestão de segurança, dando cumprimento ao item 8.4.1. da Decisão nº 633/2000 - TCU - Plenário.

"(...)

8.3. determinar ao Comitê de Tecnologia e Informação do INSS (CTINF) que coordene a elaboração de metodologia para classificação das informações, nos termos do item 5.2 da Norma ISO/IEC 17799/2000 e promova estudo para alteração ou complementação da Portaria MPAS nº 862, de 23 de março de 2001, contemplando os subitens "a" a "i" do item 8.2 (...).

8.4. determinar ao INSS que envie os resultados do trabalho de melhoria de controle e das funcionalidades da transação AEB (SUB/ONL), desativando-a em caso de impossibilidade de correção, no prazo de 60 dias a contar dessa Decisão."

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Visando ao atendimento da determinação contida no item 8.3 da referida Decisão, o Gestor encaminhou por meio do Ofício nº 1528/INSS/DCGAB, de 23.12.2003, documentos anexos informando que:

"(...) encontram-se em apreciação no Comitê de Tecnologia e Informação da Previdência Social os seguintes documentos:

- Metodologia para Classificação das Informações, contempladas na Proposta de Política de Segurança da Informação elaborada pela Empresa MODULO SECURITY;
- Relação dos gestores de sistemas informatizados e correspondente relação nominal dos Gestores de Sistemas, em complemento à Portaria Ministerial Nº 862/2001".

No que se refere ao item 8.4 da Decisão 633/2000 - TCU/Plenário, o gestor, por intermédio do Memorando/INSS/CGBENEF/s/nº, datado de 21.3.2003, complementado pelo Ofício nº 370/INSS/DCGAB, de 1.4.2003, informou que estão sendo implementados na versão 8.4 do PRISMA/SUB, itens relativos a funcionalidade do aplicativo Atualização Especial de Benefícios - AEB, com os devidos controles. A implantação dessa versão está prevista para o dia 31.3.2003.

O Gestor comunicou, ainda, que em razão da complexidade das mudanças que estão sendo implementadas necessita de mais 45 (quarenta e cinco) dias para a conclusão dos trabalhos e a desativação da transação AEB (SUB/ONL), ou seja, até 15.5.2003.

Está previsto que o acesso a essa transação será restrito a servidores devidamente autorizados no PRISMA e SCA (Sistema de Controle de Acesso), sendo que todas as operações realizadas no AEB serão gravadas e disponibilizadas no Relatório de Auditoria de Benefício.

AValiação DA SFC:

Verifica-se que o Gestor está adotando providências para regularização das questões objeto dos subitens 8.3. e 8.4, porém, a implementação da determinação ainda está em fase de conclusão, prevista para 15.5.2003. Dessa forma, continuam PENDENTES os mencionados subitens da Decisão em referência."

Foi emitidas SAS nºs 139816-74 e 100, datadas de 19.4.2004 e 4.5.2004, solicitando informações sobre o atendimento das determinações da mencionada Decisão TCU, que até a presente data não houve manifestação por parte do INSS.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

No item relativo às medidas adotadas pelo Gestor após o Registro de Negociação referente ao Relatório de Auditoria de Gestão nº 117146/2003, consta que a Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística/INSS, por meio dos Ofícios nºs 1.142 e 1.202/INSS/DCPRES, datados de 17.9.2003 e 2.10.2003, respectivamente, informou que em relação à AEB já foi desativado do PLENUS e está em produção no PRISMA, com todas as críticas de controle necessárias, desde 3.4.2003, com a implantação da Versão 8.4, na fase piloto, sendo que entrou em produção em todo País em 19.5.2003. O servidor para utilizar o AEB deverá estar autorizado no SCA e no PRISMA.

Por meio da Portaria/DCPRES/INSS/nº 2.083, de 16.7.2003, foi constituído Grupo de Trabalho com o objetivo de elaborar instruções de procedimentos e homologação do Sistema de Autorização de Acesso - SAA, instituído no exercício de 2001, pela Portaria/MPAS/nº 862/2001. O prazo para conclusão dos trabalhos foi previsto para 17.12.2003, porém, conforme informações prestadas em 15.12.2003, pelo Grupo de Trabalho ao Coordenador-Geral de Auditoria da Área de Previdência Social/DSPAS, será encaminhado Relatório Preliminar e os trabalhos deverão ser prorrogados por mais 90 (noventa) dias.

Em 30.4.2004, por meio do Ofício nº 449/INSS/DCGAB, o Gestor encaminhou uma cópia do Relatório do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria INSS nº 2.083/2003 e um Despacho/CGTI de nº 057/2004 informando que:

"As ações efetivas de gestão de segurança, questionadas por meio da Decisão nº 1098/2002 do TCU, referentes a elaboração de critérios de classificação da informação e adequação da Portaria MPAS nº 862/2001, constituíram escopo do trabalho da empresa Módulo Security Solutions

S.A., contratada para auxiliar na elaboração do Projeto de Segurança da Informação a ser aplicado em toda a Previdência Social. Os produtos dos trabalhos do Módulo Security foram validados pelo Sub-Comitê de Segurança da Informação do MPS, em reunião realizada em novembro de 2003.

1. O Sistema de Autorização de Acesso (SAA) encontra-se 80% concluído, tendo como pendência a implantação das funcionalidades, função e frequência do módulo Administração de Recursos Humanos do INSS, cuja conclusão está estimada em sete meses, conforme Relatório Final do grupo de trabalho constituído por meio da Portaria INSS nº 2.083/2003, com a finalidade de elaborar as instruções de procedimentos e homologar o SAA.

1.1. Após a conclusão dos trabalhos do grupo referido no item anterior, o SAA passou por um replanejamento estratégico em função de priorização da implantação do Projeto Migração instituído com o objetivo de efetuar a migração dos sistemas de Receita Previdenciária, Dívida Ativa e do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS) para um novo ambiente computacional, conforme a Portaria MPS nº 125/2004, prorrogada pela Portaria nº 227/2004.

1.2. Este replanejamento decorreu da necessidade de realizar a migração de sistemas e bancos de dados corporativos para plataforma aberta e minimizar a dependência tecnológica de fabricante e fornecedores, conforme recomendações do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), Projeto Novo Modelo de Gestão (NMG), e as recomendações de entidades consultoria a órgãos de controle interno e externo.

1.3. Nesse novo contexto, por tratar-se de pré-requisito para a migração dos sistemas para o novo ambiente operacional, a implantação do SAA deverá ser conduzida como um subprojeto deste projeto de migração e contará com o acompanhamento contínuo de um gestor permanente e não mais na figura de grupo de trabalho temporário e sob supervisão do SubComitê de Segurança da Informação do MPS. Pretende-se com este novo enfoque, proporcionar maior celeridade e priorização na sua implementação, que deverá resultar na Instituição de uma administração centralizada de todas as autorizações de acesso para as aplicações e sistemas corporativos da Previdência Social, bem como uma maior alocação de recursos para efetivação da implementação das ações de segurança na Organização.

1.4. A indefinição quanto ao novo ambiente operacional que receberá os sistemas a serem migrados impactou a estimativa de implantação da SAA, entretanto, avaliou-se como medida mais produtiva de forma a evitar possíveis retrabalhos. Dessa forma, uma vez que já há a definição deste novo ambiente operacional, os trabalhos já foram retomados e a discussão quanto a definição de uma nova estratégia de implantação do sistema estão no bojo do novo grupo de migração. A condução destes trabalhos deverá contemplar o legado já desenvolvido pelo antigo Grupo de Trabalho do SAA, bem como recomendações e conclusões já apresentadas. As adequações previstas para os sistemas legados de forma a ajustá-los ao SAA deverão ser conduzidos à luz da definição dos sistemas prioritários a serem migrados e deverão ser elaborados estudos de forma a avaliar a necessidade de reestruturações do sistema SAA de forma a permitir sua operação neste novo ambiente. As ações a serem conduzidas deverão impactar o cronograma de implantação do sistema inicialmente acordado, que necessitará ser avaliado, revisto e negociado com as autoridades fiscalizadoras e de controle interno e externo."

AValiação DA SFC:

Com base nas providências adotadas para regularização da situação resultantes dos trabalhos do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria INSS nº 2.083/2003, este item encontra-se em processo de regularização.

RECOMENDAÇÃO:

O INSS deverá encaminhar os resultados dos trabalhos que estão pendentes de conclusão (implantação das funcionalidades, função e frequência do módulo Administração de Recursos Humanos do INSS), para avaliação desta SFC.

4.1.1.5.14 Decisão nº 1566/2002 - TCU - PLENÁRIO - TC 010.498/1997-4

Foi citado no Relatório de Auditoria de Gestão nº 117146/2003, o seguinte:

"Refere-se ao Relatório de Auditoria realizada pela Secretaria de Fiscalização de Obras e Patrimônio da União, com o objetivo de avaliar a área de controle de gestão dos bens imóveis do INSS.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

O gestor, por meio do Ofício/DIROFL nº 248, de 28.2.2003, complementado pelo Ofício nº 325/INSS/DCGAB, de 21.3.2003, apresentou justificativas/informações quanto ao determinado na citada Decisão, conforme segue:

"8.1. determinar à Presidência do INSS que adote, junto a cada unidade da estrutura da autarquia abaixo indicada, as medidas a seguir elencadas, se já não foram implementadas:

8.1.1. Auditoria Geral:

8.1.1.1 "Estabeleça mecanismos de controle contábil que permitam a visualização da composição patrimonial (Bens Imóveis) do INSS, com precisão e clareza, em atenção ao artigo 85 da Lei nº 4.320/64 e aos itens 02 e 03 da letra "f", da IN/STN 08/93;

8.1.1.2. alimente tempestivamente o Sistema SIAFI com as informações gerenciais referentes ao aludido patrimônio (IN/DTN nº 05/92)".

Resp.: *"1 - Trata-se de Solicitação de Auditoria nº 117146-01, emitida pela Secretaria Federal de Controle Interno, na qual solicita, informar as providências adotadas para atender a Decisão nº 1566/2002 - TCU - Plenário (TC nº 001.843/2002-3).*

2 - (...)

3 - Diante desta solicitação, e para que possamos demonstrar o fluxo operacional e responsabilidades desta operação, temos a esclarecer que: Os inventários físicos são realizados pelas Seções/Serviços de Logística das Gerências Executivas e sintetizados pela Coordenação- Geral de Logística por meio do Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário - SGPI.

Os lançamentos contábeis realizados no Sistema de Administração Financeira - SIAFI são realizados pelas Seções/Serviços de Orçamento, Fianças e Contabilidade das Gerências Executivas e supervisionados pela Coordenação Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade.

4 - A Auditoria-Geral e Auditorias Regionais compete a análise dos procedimentos em dois níveis:

Nível Tático: No âmbito desta Coordenação-Geral, quando analisa os relatórios de gestão e prestação de contas para elaboração do Relatório e Parecer de Auditoria.

Nível Operacional: No âmbito das Divisões de Gestão Interna, das Auditorias Regional, quando em ações ordinárias nas Gerências-Executivas.

5 - Como exemplo, informamos que no exercício de 2002, analisamos 549 registros contábeis e detectamos 105 disfunções. Como sempre, para tais

disfunções, foram elaboradas recomendações de auditoria e encaminhadas à Diretoria de Orçamento Finanças e Logística, para providências cabíveis. 6 - Destarte, e considerando que, na espécie, a recomendação em comento deveria ser endereçada à Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística, para que a mesma implemente ações corretivas, em conformidade com as suas atribuições regimentais, sugerimos o encaminhamento, da mesma, a citada Diretoria, para conhecimento e providências, cabendo, a esta Coordenação-Geral de Auditoria em Gestão Interna, realizar verificações de auditoria, de forma periódica e de caráter preventivo".

"8.1.2 Diretoria de Administração Patrimonial:

8.1.2.1. proceda à supervisão das atividades relacionadas ao patrimônio imobiliário, evitando a ocorrência de falhas nos registros do patrimônio e de suas mutações;"

Resp.: "A Coordenação, através da Divisão de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário tem orientado as Gerências no sentido de manter atualizados os registros referentes ao patrimônio imobiliário e suas mutações".

8.1.2.2. atualize os sistemas de gerenciamento na área de patrimônio, buscando a precisão das transações e dos eventos pertinentes;"

Resp.: "O único sistema existente é o SGPI (Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário), que foi desenvolvido à época (1989) em uma plataforma hoje ultrapassada. Vem sendo atualizado por servidor lotado na GEX Rio de Janeiro - Centro, visto que nunca se conseguiu adquirir um outro sistema por falta de recursos orçamentários".

8.1.2.3. atualize o sistema de cadastro de imóveis, demonstrando a verdadeira composição patrimonial e a situação dos imóveis sob a administração da autarquia;"

Resp.: "A atualização do cadastro vem sendo feita atualmente no SGPI, cuja base serve para geração do respectivo inventário contábil anual. Considerando as deficiências identificadas no referido Sistema, resolvemos iniciar um treinamento dos servidores das Gerências-Executivas em parceria com a Secretaria do Patrimônio da União - SPU, que irá executá-lo através das suas projeções nos Estados. Concluída a fase de treinamento, será dado início ao registro dos imóveis. Por determinação da Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística, os imóveis que fazem parte do patrimônio imobiliário do INSS deverão ser lançados no 'SPIU-NET' da SPU".

8.1.2.4. crie ou aperfeiçoe rotinas de fiscalização do patrimônio imobiliário".

Resp.: "Apesar da grande defasagem de Recursos Humanos nas Gerências-Executivas e na Divisão de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário, a fiscalização do Patrimônio Imobiliário consta das diversas circulares orientativas às Gerências-Executivas. Os imóveis funcionais não estão afetos a essa Coordenação".

8.1.2.5. execute adequadamente os contratos relativos à administração patrimonial, em obediência ao disposto no art. 66 da Lei nº 8.666/93".

Resp.: "As Gerências-Executivas têm sido orientadas no sentido de que, em havendo descumprimento dos contratos, os mesmos devem ser submetidos à Procuradoria para as providências jurídicas e administrativas cabíveis a cada caso".

"8.1.3. Diretoria de Administração Financeira:

8.1.3.1. faça cumprir as normas legais e regulamentares visando ao gerenciamento do sistema contábil, uma vez que o SIAFI não vem sendo fonte segura e tempestiva de informações gerenciais referentes ao patrimônio imobiliário do INSS e às suas alienações (IN/DTN nº 05/92);

8.1.3.2. atente para a consistência dos dados contábeis dos eventos relativos ao patrimônio imobiliário do Instituto, procurando analisar tal consistência em seus balancetes, a fim de que os serviços de contabilidade proporcionem, com precisão e clareza, o conhecimento da composição patrimonial (art. 85, Lei nº 4.320/64; itens 2 e 03, letra 'f', da IN/STN nº 08/93; art. 6º da Resolução CFC nº 750/93);

- 8.1.3.3. acompanhe e controle de forma efetiva a elaboração do inventário de bens imóveis, procedendo, inclusive, à devida conferência desse inventário com a escrituração contábil (art. 96 da Lei nº 4.320/64);
- 8.1.3.4. efetue, de imediato, para a Conta Única, as transferências dos créditos financeiros recebidos em decorrência da alienação de bens imóveis (item 03, NE/DTN nº 24/91; subitem 3.10.1.3 da IN/STN nº 05/96);
- 8.1.3.5. atualize o Relatório Contábil do INSS, incluindo todas as incorporações ainda pendentes de lançamento em nível nacional;
- 8.1.4. Núcleo Executivo de Administração Patrimonial no DF:
- 8.1.4.1. apure a responsabilidade pelos juros e multas relativas aos atrasos nos pagamentos das cotas de condomínios, ocorrência verificada no Processo nº 35000.15258/91-51;
- 8.1.4.2. providencie autorização, na forma da legislação em vigor, para as cessões de imóveis aos seguintes órgãos: AFIP, SINDISAC e ANASPS, ou suste imediatamente as cessões dos mesmos, visto que atualmente estão irregulares;
- 8.1.4.3. consulte sempre a SPU antes de efetuar a locação de imóveis de terceiros, com a finalidade de se verificar a eventual disponibilidade de imóveis da União que sejam compatíveis às suas necessidades, conforme determina o § 5º do artigo 4º do Decreto-lei nº 1184, de 12/08/71;
- 8.1.4.4. efetue levantamento de todos os ocupantes de imóveis residenciais no Distrito Federal que estão inadimplentes em relação aos pagamentos das taxas de ocupação e efetue as revogações das permissões de uso desses imóveis, em obediência ao inciso X do artigo 16 do Decreto nº 980/93;
- 8.1.4.5. providencie as medidas necessárias no sentido de que as taxas de ocupação dos imóveis residenciais do INSS sejam equivalentes a dois milésimos dos valores de avaliação dos imóveis, conforme determina o artigo 14 do Decreto nº 980/93;
- 8.1.4.6. providencie os ressarcimentos dos valores que, indevidamente, não foram cobrados a título de taxa de ocupação, em virtude da orientação da SAF de que fossem cobradas taxas equivalentes a um milésimo do valor do imóvel, em desacordo com o artigo 14 do Decreto nº 980/93;
- 8.1.4.7. suste imediatamente as cessões de imóveis residenciais para todas as pessoas que foram aposentadas ou dispensadas/exoneradas dos cargos em comissão/função de confiança na administração pública, em obediência aos incisos V e I, respectivamente, do artigo 16 do Decreto nº 980/93;
- 8.2. determinar à Superintendência Estadual do INSS no Espírito Santo que:
- 8.2.1. instaure tomada de contas especial a fim de que sejam apurados os fatos, identificados os responsáveis e quantificado o prejuízo decorrente do não ingresso aos cofres da Autarquia da importância de CR\$ 27.377,22 (vinte e sete mil, trezentos e setenta e sete cruzeiros reais e vinte e dois centavos), correspondente ao recolhimento de 5%, referente a sinal e princípio de pagamento dos Lotes 03, 04 e 05 da Rua Rio Verde, s/n - Morro do Atalaia, Bairro Paul, Vila Velha/ES, conforme Ordem de Recebimento nº 014/93, emitida em 23.12.93, pela Superintendência Estadual do INSS/ES;
- 8.2.2. adote as medidas cabíveis, inclusive, se for o caso, instaure tomada de contas especial, para que se defina a responsabilidade pelo recebimento, como dação em pagamento, de terreno povoado por um bairro inteiro, no Município de Cariacica, denominado Piracema;L
- 8.2.3. providencie o pagamento, por parte dos ocupantes de imóveis cedidos pelo INSS no Espírito Santo, das despesas de manutenção;
- 8.3. determinar à Superintendência Estadual do INSS no Rio Grande do Norte que:
- 8.3.1. adote providências para melhorar o estado de conservação do prédio situado na Rua Benjamim Constante R84/90 - Macau/RN;
- 8.3.2. regularize as cessões feitas dos imóveis pertencentes ao INSS, de modo a sustar as que permanecem informais;

8.3.3. viabilize alternativa para o imóvel situado na Av. Salgado Filho, 1789, considerando que o mesmo, como consequência de Decisão Judicial, está sendo locado por valor superior ao de avaliação;

8.4. determinar à Superintendência do INSS em Tocantins que vistorie periodicamente os imóveis, com a finalidade de acompanhar o estado de conservação dos mesmos;"

"8.5. determinar à Superintendência do INSS no Mato Grosso do Sul que: 8.5.1. consulte previamente à SPU antes de locar ou comprar imóveis, com a finalidade de verificar a possível existência de imóvel similar pertencente à União, conforme determina o Decreto-lei nº 1184, de 12.08.71, no § 5º do seu artigo 4º;"

Resp.: "A Seção de Logística (área de Patrimônio Imobiliário) tem adotado as providências necessárias, efetuando consulta prévia, através de ofício, junto ao SPU, quando da ocorrência de nova locação de imóvel de terceiros".

"8.5.2. conserve adequadamente o prédio localizado na Rua Manoel Cavassa nºs 343 e 352, no Município de Corumbá, caso o mesmo ainda não tenha sido alienado;"

Resp.: "O referido prédio foi alienado através de Concorrência Pública INSS/SEMS nº 001/98, objeto do Processo 35092.002115/98-55, homologado e adjudicado à Sra. Lídia Cavalcante e efetuada a baixa contábil junto ao SIAFI".

"8.5.3 observe os procedimentos legais para a operacionalização de cessões de uso de imóvel ou espaços físicos de propriedade do INSS a terceiros e de propriedade de terceiros ao INSS, constantes da Resolução INSS/PR nº 463, de 23.06.97, em especial no caso da cessão do imóvel situado na Rua Sete de Setembro, 940, no Município de Aquidauana, ao servidor Carlos de Oliveira Júnior".

Resp.: "A Seção de Logística tem dado cumprimento ao que determina o artigo 10 da Lei nº 9.702/98, inclusive tendo negado solicitações de várias entidades, inclusive de órgãos públicos. Quanto à ocupação da área física em Aquidauana - MS pelo servidor Carlos de Oliveira Júnior, à época Chefe da Agência, havia a cobrança de taxa relativa à ocupação, sendo descontada em folha de pagamento. O referido espaço físico foi desocupado em outubro de 2000, através de assinatura de Termo de Rescisão Contratual".

"8.6. determinar à Superintendência do INSS na Bahia que:

8.6.1. providencie, junto ao Banco do Brasil, o pagamento das despesas de manutenção do imóvel cedido a esse Banco pelo INSS no Município de Jequié;

8.6.2. observe o prazo de duração dos contratos, conforme o disposto no dispõe o artigo 57 da Lei nº 8.666/93;

8.6.3. providencie a documentação comprobatória exigida no art. 3º, § 3º, da Portaria MPAS nº 2835, de 04.12.95, do reembolso das despesas efetuadas com o rateio dos tributos e condomínio (água, luz, telefone, etc.), na proporção da área cedida pelo INSS à DATAPREV, desde a sua efetiva ocupação do 5º e 6º andares, do Edifício Octacílio Gualberto, Praça da Sé, Salvador/BA, conforme Termo de Cessão, de 16/08/96 (processo 35013.006064/95-21);"

"8.7. determinar à Superintendência do INSS no Amapá que:

8.7.1. faça constar, sempre, nos processos licitatórios os comprovantes das publicações feitas acerca dos certames, em cumprimento ao inciso II do artigo 38 da Lei nº 8.666/93;

8.7.2. proceda à regularização dos imóveis localizados nos seguintes endereços: Quadra 01, Lote 01, Distrito de São Joaquim do Pacuí, Município de Macapá; Rua Ferreira Gomes, Quadra 24, Setor 16, Município de Ferreira Gomes; Rua Presidente Kennedy, Quadra 13, Lote 20, Município de Oiapoque; Rua Rio Jari, nº 1183 - Lote 440, Quadra 05, Setor 05; Rua Cônego Domingos Maltez, s/nº, Município de Calçoene; e Rua Jovino Dinoá, nº 1044, Município de Macapá;

8.7.3. envie esforços no sentido de conjuntamente com a Procuradoria Estadual do INSS no Pará, utilizem os meios e instrumentos, necessários à regularização da situação dominial do imóvel situado na Rua Hermógenes de Matos, nº 321, Quadra 14, Lote 399, Setor 04, Município de Mazagão, alienado ao Sr. Francisco Soares Nascimento Júnior;"

Resp.: (QUADRO A SEGUIR)

Município	Endereço	Situação de Uso	Condição de documentação em 19/12/2002	Observação/Sugestão
Macapá	Rua Jovino Dioná 1044	Invasão pelo Governo do Estado	Documentação regular RG Nº 02/4166	A proposta de permuta por outro imóvel foi concretizada, conforme processo administrativo de nº 37042.000350/97-50. A Gerência-Executiva solicitou providências da Procuradoria/INSS/AP quanto às medidas judiciais cabíveis para reforma do imóvel
Município	Endereço	Situação de Uso	Condição de documentação em 19/12/2002	Observação/Sugestão
Macapá	Distrito de São Joaquim do Pacuí, Q-1, L-1	m desuso	Possui termo de cessão, alvará e habite-se. Não tem título de domínio	Situação dominial indefinida porque não há delimitação da área do município (Prefeitura) e terras da União (INCRA)
Laranjal do Jari	Av. Rio Jari, 1183	Funcional a Unidade Avançada de Atendimento da Previdência Social	Possui termo de cessão, alvará e habite-se. Não tem título de domínio	Foi requerido título de domínio. Aguardando documento.
Mazagão	Rua Emógenes de Matos, 321	Alienado	Possui termo de cessão, alvará e habite-se. Não tem título de domínio	Situação dominial indefinida porque não há delimitação da área do município (Prefeitura) e terras da União (INCRA)
Ferreira Gomes	Rua Ferreira Gomes s/n Q-24, Setor 16	Alienado	Possui termo de cessão, alvará e habite-se. Não tem título de domínio	Situação dominial indefinida porque não há delimitação da área do município (Prefeitura) e terras da União (INCRA)
Oiapoque	Rua Presidente Kennedy, s/n, Q-13, L-20	Alienado	Possui termo de cessão, alvará e habite-se. Não tem título de domínio	Situação dominial indefinida porque não há delimitação da área do município (Prefeitura) e terras da União (INCRA)
Calçolene	Rua Cônego Domingos Maltez, s/n	Terreno em edificação	Possui apenas termo de cessão	Será feita uma visita a Prefeitura para verificar a regularização do imóvel.

"8.8. determinar à Superintendência do INSS no Rio Grande do Sul que:

8.8.1. providencie judicialmente a retirada dos ocupantes dos imóveis objeto do Processo nº 35239.001617/96-59, nos casos em que permanecerem nos imóveis sem base contratual e sem pagar aluguel, alienando-os posteriormente, caso sejam prescindíveis ao INSS;

8.8.2 processe modificação no valor do aluguel de imóvel alugado em Maraú, objeto do Processo nº 35239.012170/91, de modo a torná-lo compatível com a avaliação;

8.8.3. formalize os termos de cessões nos casos em que existirem imóveis cedidos a terceiros, de modo a evitar informalidades e pendências de regularização;"

Resp.: "Imóveis próprios ocupados por terceiros:

1. São Pedro do Sul/RS - Rua Fernando Ferrari, s/n - ocupado pela Prefeitura Municipal de São Pedro do Sul - SUS - (sem termo de cessão atualizado ou locação);

2. Vera Cruz/RS - Rua Padre Feijó esquina Rua Júlio Wild, s/n - ocupado pela Prefeitura de Vera Cruz - SUS - (sem termo de cessão atualizado ou locação);

3. Santa Maria/RS - Rua André Marques, 675 - ocupado pela 4ª Delegacia Regional da Saúde do Rio Grande do Sul (já houve tentativa, sem sucesso, de acordo para desocupação para instalação da Procuradoria do INSS);

4. Santa Maria/RS - Rua Tuiuti, 1926 - ocupado pela Prefeitura Municipal de Santa Maria - SUS (sem termo de cessão atualizado ou locação);

5. Santa Maria/RS - Rua Serafim Valandro, s/nº - ocupado pela Prefeitura Municipal de Santa Maria/RS - SUS - (sem termo de cessão atualizado ou locação);

6. Santa Maria/RS - Rua Otávio Mangabeira, s/nº - ocupado pela Prefeitura Municipal de Santa Maria/RS - SUS - (sem termo de cessão atualizado ou locação);

7. São Sepe - SUS - (sem termo de cessão atualizado ou locação)."

Resp.: "Imóveis próprios ocupados pelo INSS e por terceiros:

1. Tupanciteta/RS - Rua Capitão Amorim, s/nº - ocupado pelo INSS e Prefeitura Municipal de Tupanciteta - SUS - (sem termo de cessão atualizado ou locação);
2. Santa Cruz do Sul/RS - Rua Ramiro Barcelos, 1430 - ocupado pelo INSS e pela Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul - SUS - (sem termo de cessão atualizado ou locação);
3. Rio Pardo/RS - Rua Adolfo Pritsch, 504 - ocupado pelo INSS e Prefeitura Municipal de Rio Pardo - SUS - (sem termo de cessão atualizado ou locação). OBS.: em obras do PMA; está sendo feita a separação de energia elétrica;
4. Sobradinho/RS - Rua Pedro Alves Cabral, s/nº - ocupado pelo INSS e pela Prefeitura Municipal de Sobradinho - SUS - (sem termo de cessão atualizado ou locação). OBS.: as contas de energia elétrica já estão separadas conforme a área que cada órgão utiliza;
5. Júlio de Castilhos/RS - Rua Fernando Abott, s/nº - ocupado pelo INSS e pela Prefeitura Municipal de Júlio de Castilhos - SUS - (sem termo de cessão atualizado ou locação);
6. Santiago/RS - Rua Francisco Camargo, 128 - ocupado pelo INSS e pela Prefeitura Municipal de Santiago - SUS - (sem termo de cessão atualizado ou locação);
7. Candelária/RS - Rua Vinte de Setembro, s/nº ocupado pelo INSS e pela Prefeitura Municipal de Candelária/RS - SUS - (sem termo de cessão atualizado ou locação);
8. Cachoeira do Sul/RS - Rua Gal Portinho, 1785 - (ocupado pelo INSS e pela Prefeitura Municipal de Cachoeira do Sul - SUS - (sem termo de cessão atualizado ou locação). OBS.: em obras do PMA está sendo feita a separação de energia elétrica;
9. Cacequi/RS - Rua Sete de Setembro, 1276 - (ocupado pelo INSS e pela Prefeitura Municipal de Cacequi - SUS - (sem termo de cessão atualizado ou locação);
10. Venâncio Aires/RS - Rua Jacob Becker, 1733 - (ocupado pelo INSS e pela Prefeitura Municipal de Venâncio Aires - SUS - (sem termo de cessão atualizado ou locação).

Como o ex-INAMPS (saúde) fazia parte do Ministério da Previdência, e através do SUS foi repassado aos Municípios, até a presente data a situação de locação e/ou venda da maioria dos prédios não foi regularizada; o que se tentou, foi fazer convênio com as Prefeituras para divisão de água e energia elétrica, mas sem êxito junto à maioria das Prefeituras."

"8.8.4 adote as ações judiciais cabíveis, com a finalidade de se obter a desocupação do imóvel cedido por meio do Processo nº 35239.005464/95- 19, que não foi obtido êxito pela via administrativa;"

"8.8.5. providencie a venda ou a reforma do imóvel situado em Caxias do Sul, Rua Visconde de Pelotas, nº 2260, que está em péssimo estado, sem uso e que, naquela cidade, o INSS tem tido necessidade de alugar móvel de terceiros;"

Resp.: "Informa que foi providenciada a reforma do referido imóvel (o imóvel estava ocupado e houve reintegração de posse através da Ação Civil Pública nº 1999.71.07.002379-1), através do Processo nº 35000.002098/2000-14, em que a Agência da Previdência Social de Caxias do Sul foi incluída no Programa de Melhoria do Atendimento da Previdência Social - PMA, tendo funcionando neste imóvel desde o dia 18/01/2001. Conclusão da reforma do prédio (2º piso), através do Processo nº 35249.000058/2002-03, onde passarão a funcionar todos os Serviços da Gerência, inclusive a Procuradoria, que ocupava imóvel alugado de terceiros (o contrato nº 35239.007864/91 foi denunciado em 01/2003)".

"8.8.6. implemente o rateio das despesas, junto aos ocupantes, do imóvel cedido no Município de Estrela, Rua Rio Branco, nº 553;

8.8.7. adote ações judiciais com a finalidade de desocupar o imóvel situado no número 1603 da Rua General Câmara, em Santana do Livramento, visto que está invadido;"

"8.8.8. inclua os imóveis incorporados ao patrimônio do INSS, nos Municípios de Santo Antônio das Missões, de Cruz Alta e de Rolante, em registros no Inventário e no SIAFI;"

Resp.: "Conforme documentos em anexo, o terreno do Município de Cruz Alta/RS e o imóvel de Santo Antônio das Missões/RS já constam no SIAFI e no Relatório Contábil - 2002 como patrimônio do INSS".

"8.8.9. promova as medidas judiciais cabíveis para a solução das infiltrações de água existentes nas lojas 01 e 02 da Avenida Getúlio Vargas, 5501 - Canoas/RS, vez que tal problema compromete o estado de conservação do imóvel, tornando-o insalubre, bem assim a prestação dos serviços à comunidade;"

"8.9. determinar à Superintendência do INSS na Paraíba que adote medidas judiciais com a finalidade de desocupar os invasores dos lotes nºs 20, 21 e 22 da Quadra B da Travessia Solon de Lucena, em Cabedelo".

Resp.: "Informa que os imóveis objeto da ocorrência E.12, ou seja, terrenos de lotes 20, 21 e 22 da Quadra "B", da Travessa Solon de Lucena, Centro, Cabedelo/PB, foram alienados através das Concorrências nºs 02/1999, 02/2000 e 01/2002, respectivamente, não pertencendo mais ao patrimônio do INSS".

"8.10. determinar à Superintendência do INSS em Sergipe que promova a formalização da cessão do imóvel sito à Praça Abelardo do Rosário, s/n, Centro, em Tobias Barreto/SE, caso o mesmo ainda não tenha sido alienado".

Resp.: "Informa que a Prefeitura Municipal de Tobias Barreto devolveu o referido imóvel, tendo este Instituto, por diversas vezes, incluído o mesmo no Plano de Desimobilização, entretanto sem obter êxito na venda do bem, apesar da revisão do valor de alienação hoje avaliado em R\$ 22.700,78. Em todas as sessões de concorrências para alienações, não compareceram interessados".

"8.11. determinar à Superintendência do INSS em Santa Catarina que:

8.11.1. providencie o pagamento das despesas de manutenção de imóveis cedidos por parte dos cessionários, ou então a desocupação dos mesmos nos casos em que esses se recusarem a fazer os desembolsos previstos na Portaria MPAS nº 2835/95;"

Resp.: "No prédio da Gerência-Executiva em Joinville, a área foi cedida ao Posto do Banco do Brasil S/A, o qual vem rateando as despesas de água/esgoto e energia elétrica, mensalmente.

O prédio da Agência da Previdência Social de Mafra é ocupado pelo SUS paga integralmente as faturas mensais de água e energia elétrica.

O prédio da Agência da Previdência Social em Canoinhas é ocupado pelo SUS, que comunicou extra-oficialmente que iria desocupar o prédio no final de 2002, o que ainda não ocorreu. Não foi possível ratear as despesas com água e energia.

No prédio da Agência da Previdência Social de São Bento do Sul, o SUS ocupa em torno de 50% da área total. O prédio está em reforma para cumprir o Programa de Melhoria e está sendo adequada nova área. As despesas não estão sendo rateadas, entretanto, está sendo executado projeto para separação de medição de energia elétrica.

No prédio da Agência da Previdência Social em Jaraguá do Sul, o SUS ocupa 50% da área total, e o mesmo paga mensal e integralmente a fatura de água. O SUS está construindo prédio próprio, estimando-se a desocupação do atual imóvel para final de 2005.

Diante da Decisão do TCU, essa Gerência aguardará informações de como proceder para formalizar os devidos rateios das despesas com manutenção, em decorrência da Lei nº 9.702/98, art. 10 que prejudica a cobrança dos valores devidos". (Informações da Gerência-Executiva de Joinville/SC).

"Na APS/UAA, onde não existe a divisão dos medidores de luz e água, o SUS está pagando à proporção de 50% as respectivas despesas mensais de luz e água". (Informações da Gerência-Executiva de Chapecó/SC).

8.11.2. proceda à escritura de venda da Sala 14 do número 1.500 da Avenida Atlântica, em Balneário Camboriú, utilizando, se necessário, as vias judiciais;

8.11.3. reforme ou aliene os imóveis de propriedade do INSS, nesse Estado, que estejam vagos e em estado ruim de conservação;

8.11.4. adote todas as medidas necessárias, inclusive as de natureza judicial, para reaver o imóvel ocupado pela Secretaria Estadual de Saúde/SC, localizado no Centro de Florianópolis;

8.11.5. Superintendência do INSS em Roraima, execute a manutenção do imóvel situado na Av. Zanny, s/nº, Caracarái;"

8.12 determinar à Superintendência do INSS no Pará que:

8.12.1. providencie a alienação do terreno situado na Rodovia Dionísio Bentes, s/nº, Município de Tomé-Açu, em obediência à Lei nº 7.787/89;"

Resp.: "O imóvel localizado na Rodovia Dionísio Bentes, s/n, localidade de Quatro Bocas, no Município de Tomé-Açu/PA, foi alienado através de Concorrência/INSS/DA/ nº 02/99, de 06/12/1999, em conformidade com a Lei nº 8.666/93, publicada no DOU nº 40, de 25/02/2000, seção 3, página 29".

8.12.2. consulte previamente a SPU antes de efetuar a locação de imóveis de terceiros, em obediência ao Decreto-lei nº 1.184/71;"

Resp.: "Sempre foi de praxe desta Gerência promover consulta prévia ao SPU antes de efetuar qualquer locação de imóveis de terceiros;"

8.12.3. agilize o trâmite dos processos relativos a imóveis desse Estado pendentes de regularização;"

Resp.: "Procedemos ao levantamento das pendências relativas aos imóveis de propriedades do INSS no Estado do Pará, para as devidas providências quanto às suas regularizações, aguardando recursos para a conclusão".

8.12.4. estude a viabilidade de locar os imóveis utilizados como reserva técnica, de forma a assegurar sua vigilância permanente e a receber receitas patrimoniais;"

Resp.: "Estamos providenciando estudo dos imóveis de propriedade do INSS enquadrados como reserva técnica, para fins de locação, conforme orientação do TCU."

8.12.5. reavalie, se ainda não o fez, o contrato de locação do imóvel localizado na Praça Magalhães, 211, Reduto, em Belém, a fim de compatibilizar o aluguel pago pelo órgão com os preços de mercado (item 7, fl. 334, TC 450.268/97-7)".

Resp.: "Foi rescindido em 27/05/1999 o contrato de locação do imóvel localizado na Praça Magalhães, nº 211, bairro Reduto, na cidade de Belém/PA, cujo processo Contrato nº 12.300.1/15/95."

8.13. determinar à Superintendência do INSS no Rio de Janeiro que:

8.13.1. adote as providências cabíveis junto aos mutuários que estão inadimplentes com as prestações dos imóveis vendidos a prazo no Estado do Rio de Janeiro;"

Resp.: "Todos os processos referentes a mutuários inadimplentes e administrados por essa Gerência, encontram-se na Procuradoria para adoção de providências quanto a cobrança."

8.13.2. formalize os processos de alienação de imóveis de acordo com a Lei nº 8.666/93, mantendo a ordem cronológica dos atos praticados e fazendo a inclusão tempestiva de todos os documentos comprobatórios desses atos;"

Resp.: "Serão observadas as recomendações elaboradas pelo TCU, na formalização dos processos."

8.13.3. caso ainda não efetivada a devolução ou regularização dos espaços irregularmente ocupados situados na Rua Feliciano Sodré, nº 154, São Gonçalo/RJ, sejam tomados os procedimentos administrativos e judiciais cabíveis;

8.14. determinar à Superintendência do INSS no Mato Grosso que:

- 8.14.1. caso ainda localizado o volume I do Processo nº 35087.027441/96-76, instaure processo administrativo com a finalidade de apurar as responsabilidades;
- 8.14.2. registre todas as transações com bens imóveis em processos administrativos;
- 8.14.3. promova o acerto dos registros contábeis no SIAFI e no inventário de bens imóveis;
- 8.14.4. utilize corretamente o Plano de Contas, de forma a contemplar os lançamentos contábeis nas contas "14131.00.00 - Bens Imóveis não destinados a uso", "14211.97.00 - Bens Imóveis a alienar" e "14211.94.00 - imóveis em poder de terceiros", bem como especificar cada uma das obras quando do uso da conta "14211.91.00 - obras em andamento".
- 8.15. determinar à Superintendência do INSS em Pernambuco que:
- 8.15.1. adote as medidas pertinentes, inclusive judiciais, no sentido de solucionar a questão da adjudicação ocorrida em 1972, pelo INSS, de lotes inexistentes em Jaboatão (Processo nº 324/70);
- 8.15.2. proceda à regularização dos demais imóveis cujos atos dependam apenas do INSS;
- 8.15.3. providencie, se ainda não o fez, melhorias no edifício-sede do INSS em Recife, de forma a não colocar em risco a segurança das pessoas e o patrimônio público;
- 8.16. determinar à Superintendência do INSS em Minas Gerais que:
- 8.16.1. planeje corretamente as locações de imóveis de terceiros, efetuando: consulta à SPU a cada renovação contratual; empenho global e prévio da despesa; submissão dos procedimentos à Procuradoria Jurídica; demonstração dos cálculos dos reajustamentos dos contratos; ocupação de imóvel somente com contrato formal; cálculo do valor de locação com base em média na qual se utilize preços de aluguéis de imóveis cujas áreas sejam compatíveis a que se pretenda locar;
- 8.16.2. instaure tomada de contas especial com a finalidade de apurar responsabilidade e de obter ressarcimento aos cofres públicos no caso dos prejuízos verificados na locação de imóvel de terceiros por preço superior ao de avaliação, situação ocorrida em Betim/MG, Processo nº 35097.010317/94- 42;
- 8.16.3. formalize as cessões de imóveis e providencie o ressarcimento das respectivas despesas de manutenção;
- 8.16.4. providencie a inclusão de todos os imóveis do INSS no Estado no inventário de bens imóveis e no SIAFI;
- 8.16.5. se já não tiver feito, proceda à alienação ou retomada dos seguintes imóveis invadidos, os quais encontravam-se em situação "Pendente de Regularização" (letra c, fl. 356, TC 375.409/97-1):
- 4 lotes no Bairro Vera Cruz, em Belo Horizonte:
Códigos SGPI 10053-11-00000-5 e 10054-11-00000-4; 10073-11- 00000-5 e 10074-11-00000-4.
 - 26 lotes no Bairro Gameleira, em Belo Horizonte:
Códigos SGPI 10587-11-00000-6 a 10612-11-00000-2.
 - 1 caixa d'água na Favela Prado Lopes, em Belo Horizonte:
Código SGPI 10165-11-0000-4.
 - 1 gleba na Rua Cândido de Souza, Bairro Nova Cintra, em Belo Horizonte:
Código SGPI 10165-11-00000-4.
 - 4 lotes na Av. Macapá x Rua Nova Frigurgo, em Ipatinga:
Códigos SGPI 10517-11-00000-6 a 10520-11-00000-3;
- 8.17. determinar à Superintendência do INSS no Maranhão que:
- 8.17.1. regularize a cessão do prédio da Avenida Alexandre de Moura, Bairro do Apicum, São Luís;
- 8.17.2. adote, caso ainda não tenha feito, as medidas judiciais cabíveis com vistas à cobrança dos aluguéis em atraso;
- 8.17.3. abstenha-se de renovar os contratos de locação com as prefeituras inadimplentes, adotando, se for o caso, as medidas necessárias para reaver a posse dos respectivos imóveis; e

8.17.4. regularize as pendências relacionadas à obra de reforma do Edifício João Goulart;

8.18. determinar à Superintendência do INSS em Goiás que implemente as ações cabíveis, judiciais se necessárias, junto aos compradores dos seus imóveis que estão inadimplentes;

8.19. determinar à Superintendência do INSS em São Paulo que:

8.19.1. consulte a SPU antes de locar imóveis de terceiros;

8.19.2. atualize o inventário dos bens imóveis do INSS nesse Estado, juntamente com os respectivos registros no SIAFI;"

"8.20. determinar à Superintendência do INSS no Piauí que:

8.20.1. processe a juntada e formalize, por meio de processos, toda a documentação relativa à administração dos imóveis do INSS nesse Estado;"

Resp.: "A Gerência está adotando providências referentes à formalização de processos relativos à administração dos imóveis localizados naquele Estado, cujos números e comandos serão informados oportunamente. Atualmente todos os documentos dos imóveis do INSS/PI são arquivados em pastas individuais."

"8.20.2. priorize solução para o terreno localizado na Rua Riachuelo, em Teresina/PI, adquirido junto a pessoa que não era o verdadeiro proprietário, implementando ações judiciais se necessárias, com a finalidade de obter a posse do imóvel ou de se ressarcir de eventuais prejuízos provocados por estelionato;"

Resp.: "Existe processo na Procuradoria Federal Especializada do INSS, para regularizar a situação do terreno localizado na Rua Riachuelo, até então não devolvido à Seção de Logística; entretanto, solicitou-se uma certidão vintenária ao Cartório do 4º Ofício de Notas e Registro de Imóveis da Capital, a fim de se agilizar o processo de regularização que será conduzido pela Comissão já constituída através da Portaria/INSS/GEXTER/PI nº 008/2003, cópia anexa".

"8.20.3. regularize a situação jurídica dos imóveis do INSS no Estado;"

Resp.: "A Comissão, através da Portaria acima mencionada, já está adotando as providências necessárias com o objetivo de regularizar a situação jurídica dos imóveis desta Autarquia. Após a conclusão dos trabalhos, será formalizado relatório conclusivo e encaminhada cópia ao TCU."

"8.20.4. agilize a negociação da proposta de compra das casas residenciais, situadas no Conjunto Broder Ville, em Parnaíba-PI (total de 133 casas), com a Prefeitura Municipal de Parnaíba do processo enviado à Direção Geral do INSS-PI - Diretoria de Engenharia e Patrimônio que, à época da auditoria, encontrava-se em fase final de negociação."

Resp.: "As casas do Conjunto Broder Ville, na cidade de Parnaíba/PI foram vendidas para a Prefeitura Municipal daquela cidade através do Processo nº 35226.006816/98-09 (fls.03/224). Ressalte-se que aquela Prefeitura vem cumprindo a parte contratual, no que diz respeito à liquidação das parcelas mensais".

"8.21. determinar à Superintendência do INSS no Amazonas que:

8.21.1. adote as ações cabíveis, judiciais se necessárias, para solucionar as pendências relativas a imóveis do INSS em Manaus que estão invadidos;"

Resp.: "Cinco imóveis encontram-se em situação de invasão. Destes, 4 (quatro) estão sob a responsabilidade da Procuradoria Federal Especializada INSS/AM, para ações cabíveis, e 1 (um) no aguardo de desmembramento da área, para efeito de alienação. De acordo com informações prestadas pela Seção de Logística, há 3 (três) ocorrências registradas que guardam alguma relação com os parâmetros do pedido em apreço, a saber:

a) Terreno localizado na Rua Recife, nº 2800, Bairro Parque Dez, em Manaus, recebido em doação do Estado do Amazonas com a expressa declaração de que sobre o imóvel pediam litígios dominiais. Com efeito, existe ação de usucapião que tramita perante a 2ª Vara Cível de Manaus,

processo nº 157/1986, proposta por Raimundo Cincinato dos Santos (posseiro) contra Sebastião Gomes Correa e Nuno Nery da Fonseca (supostos proprietários). Nesse efeito, o INSS informou ao Juízo a respeito de seu interesse na lide, protestando pelo declínio da competência para a Justiça Federal, para que possa aviar a pertinente oposição. Aguarda-se decisão judicial, que, deferindo ou indeferindo a arguição de incompetência ensejará de imediato o manejo da oposição.

b) Terreno localizado na Rua Pedro Ferreira Gonçalves, qdª 083, setor 001, lote 260, em Parintins/AM, doado pelo município. O INSS, nunca chegou a tomar posse do referido imóvel, que se encontra ocupado por João Bosco Pessoa da Silva e Paulo Roberto Sicsu, o que ensejou a propositura de ação reivindicatória contra ambos, perante o Juízo de direito de Parintins, atualmente em fase instrutória (processo nº 086/2000);

c) Terreno localizado na Av. Ipase, entre as ruas B e C, Conjunto Residencial João Batista Mascarenhas de Moraes em Manaus: o INSS e o Sr. Raimundo Alves Tribuzi Filho celebraram contrato de locação do imóvel, que veio a ser reclamado pelo INSS após expirado o prazo de validade do pacto. Com a negativa de devolução, o INSS ajuizou ação de despejo (processo nº 88.26167-1 - 2ª Vara Federal, em que saiu vitorioso, tendo sido compelido o Réu a desocupar o imóvel. Quatro meses após a desocupação o Réu invadiu o terreno, dando ensejo à "notitia criminis" ao MPF, que promoveu a pertinente ação penal, atualmente em fase de instrução (processo nº 1998.32.00.002001-9).

Será ajuizada ação de reintegração de posse, já que se encontra exaurida a ação de despejo.

Na verdade, este foi o único imóvel do qual o INSS chegou a ter posse, vindo a ser dele esbulhado, estando em andamento medidas de natureza criminal (ação criminal) e civil contra o autor do esbulho (por meio de ação de reintegração).

Quanto aos demais, a propriedade está sendo discutida judicialmente.

Outra situação, relativamente ao terreno localizado na margem direita do Rio Negro, com acesso pela Estrada da Ponte Negra, Km 04, 17759,55m2) em Manaus, transmitido ao IAPAS à guisa de dação em pagamento de débito da empresa Estaleiros da Amazônia S/A - ESTANAVE, foi leiloadado em processo trabalhista, sendo arrematado e adjudicado ao arrematante (RT - 10345-90-06-6ª Vara do Trabalho). As medidas processuais outrora aviadas (embargos de terceiro nº 07/93 - 6ª Vara do Trabalho - AR-35/1996 TRT da 11ª Região) não surtiram efeito, tendo transitado em julgado as decisões judiciais a ela relativas. A questão está sendo novamente estudada para se tentar verificar a possibilidade de resgate do imóvel, ainda que parcialmente, ou alguma medida judicial tendente a ressarcir o erário previdenciário, notadamente quando estão em andamento as execuções fiscais correspondentes ao débito relativo à dação em pagamento; porém, não se trata de "invasão", mas de casual discussão acerca da propriedade do bem, da qual o INSS não dispõe até a presente ocasião".

"8.21.2. providencie o pagamento, corrigido monetariamente, do valor que deixou de ser pago pelo Sr. José Jerônimo da Silva quando adquiriu o imóvel situado na Rua Frei José dos Inocentes, Casa 01 do Conjunto Mecena, Boa Vista/RR (CR\$ 38.718,60, em 30.12.93);"

Resp.: "Os autos, que têm por objeto o imóvel localizado na Rua Frei José dos Inocentes, não se encontram na Gerência de Manaus, pois o processo e toda a documentação foram destinados à Gerência Executiva de Boa Vista/RR, quando de sua autonomia;"

"8.21.3. inclua nos processos licitatórios de alienações de imóveis, que vierem a ocorrer nesse Estado, os imóveis locados para terceiros que não tiverem previsão de uso futuro, em cumprimento à Lei nº 7.787/89;"

Resp.: "A Gerência encontra-se observando e cumprindo as legislações pertinentes, inclusive a Lei nº 7.787/80;"

"8.21.4. rateie corretamente as despesas de manutenção dos imóveis locados ou cedidos a terceiros, especialmente no que se refere aos

localizados no edifício-sede do INSS, Av. Sete de Setembro nº 280 - Centro;"

Resp.: "O rateio das despesas com manutenção está sendo procedido corretamente;"

"8.21.5. observe os ditames da Lei nº 8.666/93 quando realizar a alienação de imóveis, em especial os arts. 38, caput, e inciso I, e 43, § 2º;"

Resp.: "A Gerência encontra-se observando e cumprindo as legislações pertinentes, inclusive a Lei nº 8.666/93;"

"8.21.6 publique, no Diário Oficial da União, as sínteses das lavraturas das escrituras dos imóveis, conforme exige o artigo 37 da Resolução INSS/PR nº 370/96;"

Resp.: "Todas as sínteses de escrituração dos imóveis são publicadas pela Gerência Executiva no Diário Oficial da União, conforme exige o artigo 37 da Resolução INSS/PR nº 370/96;"

"8.21.7 instaure processo administrativo com a finalidade de apurar responsabilidades pela penhora do terreno recebido em 1989 da Estaleiros Amazônia S/A - ESTANAVE, ocorrida em virtude de não ter sido adotado o tempestivo registro, no cartório competente, da dação em pagamento do imóvel";

Resp.: "Não existe, nos arquivos da Seção de Logística, registro acerca da instauração de processo administrativo; há apenas a informação sobre o encaminhamento à Procuradoria Federal Especializada do INSS/AM".

"8.22. Superintendência do INSS em Rondônia:

8.22.1. providencie os registros, nos cartórios competentes, dos imóveis incorporados ao patrimônio do INSS em Rondônia;

8.22.2 resolva, em definitivo, a situação que se arrasta por mais de 6 (seis) anos com relação à propriedade do lote situado na Avenida Rogério Creser, esquina com Avenida Rio Branco, s/nº, Porto Velho (nº RIP 10004-26-00000-7), observando, para tanto, a legislação que rege a matéria;

8.23. determinar à Superintendência do INSS no Paraná que adote providências para adequar aos preceitos do Decreto nº 99.509/90 a cessão do imóvel em posse da Associação dos Servidores da Previdência Social, reexaminando a conveniência de ser mantida a referida cessão, sendo indispensável que, para tanto, seja obtida autorização legal;

8.24. determinar à Superintendência do INSS no Acre que observe, em futuros contratos de locação de imóveis, a exigência de realização de avaliação prévia, conforme dispõe o art. 24, inciso X, da Lei nº 8.666/93;"

"8.25. determinar, ainda, à Presidência do INSS, que adote providências com vistas à implementação das seguintes medidas pela administração central da autarquia e/ou por seus órgãos subordinados:

8.25.1. nos editais de venda de imóveis do INSS, inclusão de cláusula de atualização dos valores das propostas, observando sempre o valor de mercado dos imóveis alienados;"

Resp.: "Está sendo incluída tal cláusula no Edital, cuja minuta e demais normas de alienação de imóveis estão sob análise da Procuradoria-Geral do INSS."

"8.25.2. edição de norma definindo procedimentos a serem adotados nos casos em que existirem imóveis pendentes de regularização jurídica;"

Resp.: "Tal orientação cabe à Procuradoria-Geral, pois implica em regularização de natureza jurídica, mas foi emitida circular às GEX sobre orientação quanto a regularização de imóveis."

"8.25.3. no caso dos imóveis utilizados como reserva técnica, quando a previsão de uso for a médio ou longo prazo, ocupação dos referidos bens, quando houver essa possibilidade, de forma a aumentar as receitas patrimoniais e impedir possíveis invasões;"

Resp.: "Está sendo constituído um Grupo de Trabalho para rever e instituir novas normas de Administração Patrimonial, incluindo a

definição do que seria reserva técnica e os procedimentos quanto a sua temporalidade;"

"8.25.4. sempre que possível, desocupação prévia dos imóveis que forem postos à venda, de forma a não afastar possíveis interessados;"

Resp.: "As Gerências Executivas têm sido orientadas a agir de acordo com a legislação em vigor, observando, quando pertinente, a desocupação, atentando sempre para a possibilidade de não havendo êxito à alienação, tal desocupação vir a propiciar invasão do imóvel."

"8.25.5. para toda e qualquer cessão de imóveis do INSS, destinada a instituições não pertencentes à Administração Pública, exigência de prévia autorização mediante ato do Presidente da República, tendo em vista o teor do § 3º do art. 18 da MP nº 1.567/97, em suas diversas reedições, convertida na Lei nº 9.636, de 15.05.98, c/c a Lei nº 7.787/89;"

Resp.: "O INSS, desde a vigência da Lei nº 9.702/98 (de vigência posterior àquelas citadas neste item) não está autorizando novas cedências, a não ser em dois casos excepcionais que foram submetidos à Diretoria Colegiada na gestão passada e aprovada com base em Parecer emitido pela Procuradoria-Geral do INSS, fato esse que não deverá ocorrer na atual gestão."

"8.25.6. exigência junto à Caixa Econômica Federal de apresentação semestral da prestação de contas dos recursos arrecadados com a venda de imóveis residenciais do Instituto, adotando as providências legais cabíveis em caso de não-atendimento da exigência;"

Resp.: "A Caixa Econômica Federal vem prestando as informações mensalmente ao INSS."

"8.25.7 apuração dos prejuízos causados ao INSS em virtude das seguintes irregularidades, bem como o ressarcimento junto a cada um dos responsáveis dos valores apurados, atualizados monetariamente e acrescidos dos juros de mora devidos, instaurando, se for o caso, as respectivas tomadas de contas especiais:

8.25.7.1. execução de despesas de condomínio relativas a imóveis residenciais do INSS localizados no Bloco D da SQN 310 e no Condomínio Napoleão de Queiroz, sito na OAS 04, em Brasília - DF, uma vez que os mesmos encontravam-se ocupados, não cabendo despesa à autarquia, de acordo com a alínea "c" do inciso I do artigo 15 da Lei nº 8.025/90;

8.25.7.2. não-revisão das taxas de ocupação dos imóveis administrados pelo INSS, em 23/01/95, data do reajuste geral dos servidores públicos, de acordo com o estatuído no artigo 16 da Lei nº 8.025/90;

8.25.7.3. não-cessação das permissões de uso de imóveis residenciais quando os ocupantes estiveram inadimplentes no pagamento das taxas de ocupação, descumprindo-se o inciso X do art. 16 do Decreto nº 980/93;

8.25.7.4. remessa a este Tribunal de informações atualizadas acerca do processo nº 35000.003945/95-57, que, à época da auditoria, se encontrava desaparecido, devendo ser informadas as providências porventura tomadas para ressarcir a autarquia de eventual prejuízo decorrente desse desaparecimento."

Resp.: "Por se referirem a ações relativas a imóveis funcionais, não dizem respeito à Coordenação-Geral de Logística. No tocante a avaliações dos referidos imóveis, informamos que não há solicitação alguma registrada na Coordenação. O desaparecimento do citado processo não deveria ter impedido, ao longo do tempo, que a avaliação fosse feita, pois poderia ter sido formalizado novo processo, se este fosse o objetivo."

O Grupo de Trabalho com a finalidade de rever normas e orientações relativas a Gestão Patrimonial está sendo constituído; observamos que algumas das normas já foram elaboradas e estão em análise na Procuradoria-Geral."

8.26. determinar à Diretoria de Auditoria de Programas da Área Social da Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União

que informe nas próximas contas do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, a adoção das medidas implementadas, bem como dos resultados alcançados, para o saneamento das determinações constantes desta deliberação, e, ainda, que informe a situação patrimonial dos seguintes imóveis localizados no Estado de Minas Gerais:

8.26.1. imóveis com situação "Regularizado para Alienação":

- 74 lotes no Bairro Vera Cruz, em Belo Horizonte:

Códigos SGPI 10001-11 - 000007 a 10050-11 - 00000-8; 10052- 11-00000-6; 10055-11-00000-3 a 10072-11-00000-6; 10075-11- 00000-3 a 10079-11-00000-7.

- 1 gleba na Rua Avelino Foscolo e outras, V. Magnesita, em Belo Horizonte:

Código SGPI 10446-11-00000-6

- 1 casa na Rua Exp. João Batista Rotelo, Bairro São Geraldo, em Belo Horizonte:

Código SGPI 10302-11-00000-9

- 2 apartamentos - Rua José Bonifácio, 240, em Belo Horizonte:

Códigos SGPI 10484-11-10482-8 e 10485-11-10482-7

- 1 apartamento - Av. Antonio Carlos, 1197, em Belo Horizonte:

Código SGPI 10516-00000-7;

imóveis que são passíveis de alienação:

- terreno-gleba em Ipatinga:

Código SGPI 10521-11-00000-2

- terreno na Rua Padre Eustáquio, em Belo Horizonte:

Código SGPI 10252-11-00000-8

- terreno-gleba em São João Del Rey:

Código SGPI 10154-11-00000-5;

AVALIAÇÃO DA SFC:

Quanto ao item 8.2.6 a Unidade de Controle Interno desta Controladoria Geral da União no Estado de Minas Gerais, conforme a Ordem de Serviço nº 117268/2002, realizou auditoria na Gerência Executiva/INSS/BH, com a finalidade de apurar as questões tratadas no item em apreço:

"(...)

- Imóveis disponíveis para alienação, de acordo com a Lei nº 9.702, de 17/11/98:

a) 74 lotes/terrenos localizados no bairro Vera Cruz, em Belo Horizonte: códigos SGPI 10001-11 - 000007 a 10050-11 - 00000-8; 10052-11-00000-6; 10055-11-00000-3 a 10072-11- 00000-6; 10075-11-00000-3 a 10079-11-00000-7;

b) 01 casa na Rua Exp. João Batista Rotelo, bairro São Geraldo, em Belo Horizonte: código SGPI 10302-11-00000-9;

c) 02 apartamentos localizados na Rua José Bonifácio, nº 240, em Belo Horizonte: códigos SGPI 10484-11-10482-8 e 10485-11- 10482-7;

d) 01 apartamento situado à Av. Antônio Carlos, nº 1197, em Belo Horizonte: código SGPI 10516-00000-7;

e) terreno-gleba em São João Del Rei, código SGPI 10154-11- 00000-5: e,

f) terreno-gleba localizado na quadra 1A, lote 1, bairro Bom Jardim, rua Máximo Rosa Gomes (antiga rua Copo de Leite), em Ipatinga/MG: código SGPI 10521-11-00000-2.

Segundo informações da Gerência Executiva do INSS em Belo Horizonte - GEXBHZ, os imóveis supracitados nas alíneas "a", "b", "c" e "d" não são utilizados pelo INSS, bem como não possuem justificativas para serem mantidos como reserva técnica pela autarquia, conforme determinado pela Lei 7.787/89. Esclareceu, ainda, que esses imóveis encontram-se invadidos.

A Gerência Executiva em Barbacena - GEXBBC informou que o imóvel constante no item "e" supracitado encontra-se pendente de avaliação pela Caixa Econômica Federal, estando aguardando a emissão do laudo técnico antes de proceder à alienação.

Já a Gerência em Governador Valadares esclareceu que o imóvel localizado em Ipatinga, item "f" supra, não teve o processo de alienação instruído

por falta de recursos humanos e/ou treinamento de pessoal do setor encarregado para a execução do serviço.

- Imóveis com pendências administrativas e/ou judiciais:

a) lote 07 da quadra 19, localizado na rua Padre Eustáquio, bairro Padre Eustáquio, em Belo Horizonte: código SGPI 10252-11-00000-8;

b) 01 gleba na Rua Avelino Foscolo e outras, V. Magnesita, em Belo Horizonte: Código SGPI 10446-11-00000-6. Segundo informações da GEXBHZ, trata-se de áreas remanescentes quando ocorreu a regularização e alienação das unidades do Conjunto Residencial Cidade Industrial;

Ainda de acordo com a GEXBHZ, esses imóveis não estão sob o seu uso, encontram-se invadidos e serão destinados à alienação.

Em face dos exames realizados e à vista das respostas das Gerências Executivas do INSS envolvidas, podemos concluir que os imóveis arrolados no item 8.26 da Decisão TCU nº 1.566/2002 encontram-se pendentes de medidas administrativas visando suas alienações."

Por todo o exposto, as justificativas/informações apresentadas pelo gestor, quanto aos assuntos constantes nos subitens 8.1.1.1, 8.1.1.2, 8.1.2.1, 8.1.2.2, 8.1.2.3, 8.1.2.4, 8.1.2.5, 8.7.2, 8.7.3, 8.8.3, 8.12.3, 8.12.4, 8.13.1, 8.20.1, 8.20.2, 8.20.3, 8.21.1, 8.21.2, 8.21.5, 8.21.7, 8.25.1, 8.25.2, 8.25.3, 8.25.4, 8.25.5 e 8.25.7, da Decisão nº 1566/2002 continuam PENDENTES.

Quanto aos subitens 8.5.1, 8.5.2, 8.5.3, 8.8.5, 8.8.8, 8.9, 8.10, 8.11.1, 8.12.1, 8.12.2, 8.12.5, 8.13.2, 8.20.4, 8.21.3, 8.21.4, 8.21.6 e 8.25.6, verifica-se que o Gestor adotou providências no sentido de sanear-los, porém, as questões necessitam de monitoramento.

Em relação aos subitens 8.1.3.1, 8.1.3.2, 8.1.3.3, 8.1.3.4, 8.1.3.5, 8.1.4.1, 8.1.4.2, 8.1.4.3, 8.1.4.4, 8.1.4.5, 8.1.4.6, 8.1.4.7, 8.2.1, 8.2.2, 8.2.3, 8.3.1, 8.3.2, 8.3.3, 8.6.1, 8.6.2, 8.6.3, 8.8.1, 8.8.2, 8.8.4, 8.8.6, 8.8.7, 8.8.9, 8.11.2, 8.11.3, 8.11.4, 8.11.5, 8.13.3, 8.14.1, 8.14.2, 8.14.3, 8.14.4, 8.15.1, 8.15.2, 8.15.3, 8.16.1, 8.16.2, 8.16.3, 8.16.4, 8.16.5, 8.17.1, 8.17.2, 8.17.3, 8.17.4, 8.18, 8.19.1, 8.19.2, 8.22.1, 8.22.2, 8.23 e 8.26.1, o Gestor não apresentou justificativas, continuando, portanto, PENDENTES de saneamento."

Por meio da SA nº 139816-075, de 19.4.2004, esta SFC solicitou ao INSS informações sobre as providências adotadas para regularização das pendências.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

No item relativo às medidas adotadas pelo Gestor após o Registro de Negociação referente ao Relatório de Auditoria de Gestão nº 117146/2003, consta que a Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística/INSS, por meio dos Ofícios nºs 1.083, 1.142 e 1.202/INSS/DCPRES, datados de 4.9.2003, 17.9.2003 e 2.10.2003, informou que estão sendo providenciadas as regularizações das pendências existentes junto às respectivas gerências executivas e suas setoriais contábeis, com previsão de conclusão em dezembro/2003.

Em relação à SA nº 139816-075, datado de 19/04/2004, o INSS solicitou por meio do Ofício nº 430 /DIROFL/INSS, datado de 23.4.2003, prorrogação de prazo.

AValiação DA SFC:

O assunto continua PENDENTE, e não houve encaminhamento das providências até o momento, apesar da previsão de conclusão para dezembro/2003.

4.1.1.5.15 TC nº 010.905/2002-6 - Ofício/TCU/4ª Secex/nº 317, de 22/05/2003

O Ofício/TCU/4ª Secex/nº 317, de 22.5.2003, para o Diretor de Auditoria de Programas da Área Social/SFC/CGU-PR, refere-se à solicitação de envio de análise

e informação, por parte desta SFC, quanto ao cumprimento pelo INSS da legislação aplicável às entidades de previdência privada, consoante ao disposto no art. 16, inciso III, alínea "i", da IN TCU nº 12/1996.

Em atendimento a essa diligência, por meio do Ofício nº 3.899 DSPAS/DS/SFC/CGU-PR, de 16.6.2003, esta Secretaria informou ao Tribunal que o INSS é patrocinador apenas do Plano de Saúde e Assistência Social, onde contribui com a importância de R\$ 30,00 (trinta reais) por participante, conforme Convênio de Adesão assinado em 16/05/2001. Quanto ao Programa Previdencial, o INSS não atua como patrocinador, e sim como repassador do valor descontado de cada participante à GEAP, que conforme previsto na Cláusula Quarta do Segundo Termo Aditivo ao Convênio, o INSS deverá repassar à Fundação até o 7º dia subsequente ao dia do pagamento de seus servidores ativos, inativos e pensionistas, todas as importâncias arrecadadas.

O Ofício/TCU/4ª Secex/nº 316, de 22.5.2003, para o Diretor- Presidente do INSS, trata dos seguintes assuntos:

- a) *providências adotadas com vistas ao ressarcimento de valores indevidos pagos aos beneficiários da Ação Trabalhista do Processo nº 862/89, da 9ª Vara de Trabalho de Brasília - DF, relativo ao Precatório nº 482/93, bem assim quanto à apuração das responsabilidades pelos erros de cálculo desse precatório, conforme determinado pelo Tribunal mediante a Decisão nº 863/2001 - Plenário;*
- b) *excesso verificado na locação de imóveis de terceiros ao INSS, exercício de 2001 (meta código 3.67);*
- c) *apuração de responsabilidades em razão do pagamento de juros e multas pela Instituição, e a realização de despesas com pagamento de benefícios fora do processo normal, conforme apontado no Relatório de Auditoria de Avaliação nº 087911/2002, da SFC;*
- d) *providências adotadas visando à regularização de convênios em situação "a comprovar" e "a aprovar", com prazos de vigência expirada, conforme apontado no Relatório de Auditoria de Avaliação nº 087911/2002, da SFC;*
- e) *estágio atual dos convênios 097129, 097198, 097292, 3319 e 97130, que se encontravam na situação "a comprovar" com vigência expirada, conforme apontado no Relatório de Auditoria de Avaliação nº 087911/2002, da SFC;*
- f) *comprovar o efetivo cumprimento dos itens 8.2.b e 8.2.i da Decisão nº 309/2001 - TCU/Plenário, e as providências adotadas ante o resultado do relatório de refiscalização da VARIG S/A.*

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Por meio dos Ofícios nºs 737 e 850 /INSS/DCGAB, datados de 17.6.2003 e 10.7.2003, respectivamente, o Gestor apresentou as justificativas/esclarecimentos ao TCU.

AValiação DA SFC:

As providências foram encaminhadas ao TCU, pelo INSS, para as devidas avaliações.

4.1.1.6 INFORMAÇÃO:

Diligências/Decisões/Acórdãos do TCU do exercício de 2003

- 4.1.1.6.1 Acórdão nº 1257/2003 - 2ª Câmara - TCU (TC nº 000.158/2003-00) - Ações judiciais contra o INSS, com possível responsabilidade funcional de servidores**

Trata-se de Representação formulada pela 4ª SECEX, com base em expediente proveniente da Justiça Federal de Primeira Instância - Seção Judiciária de Pernambuco, versando sobre ações judiciais contra o Instituto, com possível responsabilidade funcional de servidores da Gerência Executiva do INSS em Recife - PE.

O Acórdão nº 1257/2003 - 2ª Câmara - TCU, determinou à mencionada Gerência:

"1.1 - que adote, caso ainda não tenha feito, no prazo de 90 (noventa) dias, as medidas administrativas cabíveis visando apurar responsabilidades e promover o ressarcimento dos eventuais danos causados aos cofres da Autarquia decorrentes de possíveis pagamentos de multas e de honorários advocatícios em razão do não atendimento às solicitações de remessas dos processos de aposentadoria de João Barbosa da Silva à Justiça Federal de Pernambuco, mantendo este Tribunal informado das providências adotadas."

Sobre o assunto, emitimos a SA nº 137636-24, de 11.12.2003, com o seguinte teor:

"De acordo com o documento originário do TCU, acima referenciado, esse Instituto deverá manter informado àquele Tribunal, bem como esta Secretaria Federal de Controle Interno, sobre a posição atual em que se encontra a apuração dos fatos ocorridos na GEX/INSS/Recife, tendo em vista o prazo de 90 (noventa) dias para adoção das medidas administrativas preconizadas no mencionado Acórdão.

O assunto é proveniente da Gerência Executiva do INSS em Recife, referente a ações judiciais contra o Instituto, com possível responsabilidade funcional de servidores em razão do não atendimento às solicitações de remessa dos processos de aposentadoria de João Barbosa da Silva à justiça Federal de Pernambuco".

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Em resposta à SA nº 137636-24, de 24/11/2003, o gestor encaminhou, por meio do Ofício nº 1.527/INSS/DCGAB, de 23/12/2003, documentação fornecida pela Gerência-Executiva Recife, acerca da diligência objeto do Ofício nº 575/2003-4ª Secex - Tribunal de Contas da União, esclarecendo quanto às providências adotadas.

Consta dessa documentação que a Gerência-Executiva do INSS em Recife encaminhou ao Tribunal de Contas da União - TCU, por intermédio do Ofício/INSS/GEXREC nº 125, de 11.9.2003, dados funcionais do servidor aposentado João Barbosa da Silva, extraídos do SIAPE e atualizados até 21.08.2003, bem como o resultado de pesquisa realizada no site INTRAPREV, onde foi verificado que o servidor pertence ao quadro funcional da Gerência-Executiva de Irajá/RJ.

AValiação DA SFC:

O INSS apresentou as informações diretamente ao Tribunal de Contas da União, para as devidas avaliações.

4.1.1.6.2 Acórdão nº 1.614/2003 - TCU - Segunda Câmara (TC nº 018.595/2002 - 8) - Falhas e Irregularidades no processo de concessão e manutenção de benefícios previdenciários, bem como nos seus sistemas informatizados (Relatórios de Auditoria/SFC nº 099921, de 22/08/2002, nº 101350, de 16/12/2002, nº 101351, de 30/10/2002, nº 107380, de 04/11/2002 e nº 107381, de 04/11/2002)

Nos Relatórios acima mencionados foram constatadas falhas e irregularidades nos processos de concessão e manutenção dos seguintes benefícios previdenciários: Pensões por Morte espécies 21 e 93, Abono de Permanência em Serviço das espécies 47 e 48, Prestação Continuada a Pessoas Deficientes e Prestação Continuada a Pessoas Idosas das espécies 87 e 88.

Foram constatadas, ainda, falhas na lógica e crítica dos Sistemas Informatizados utilizados pela Previdência Social (SISBEN, SISOBÍ, SUB, PRISMA e CNIS).

Tendo em vista que essas questões foram tratadas no Relatório de Auditoria de Gestão nº 117146/2003, referente ao exercício de 2002 e, considerando que o TCU determinou a esta SFC por meio do Acórdão nº 1.614/2003 - 2ª Câmara, subitem 1.1. que: "informe nas contas do INSS relativas ao exercício de 2003 a situação atual das providências adotadas pelo INSS em função das recomendações proferidas com vistas a corrigir e prevenir as inconsistências apontadas nos citados relatórios de auditoria", solicitamos ao Gestor por meio da SA nº 137636-25, de 10.12.2003, que informasse se as recomendações constantes dos Relatórios de Auditoria/SFC nºs 099921, 101350, 101351, 107380 e 107381/2002 já foram implementadas, uma vez que o INSS esclareceu em 4.9.2003, pelo Ofício nº 1.083/INSS/DCGAB, que até 30.11.2003 concluiria os trabalhos de implementação das recomendações consignadas nos Relatórios citados.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Em resposta à SA nº 137636-25, de 10.12.2003, o gestor, por meio do Ofício nº 04/INSS/DIRBEN, de 9.1.2004, informou o que segue:

"2 - A Diretoria de Benefícios objetivando atender as recomendações constantes nos mencionados relatórios, adotou as seguintes providências:
2.1 - Quanto aos Relatórios de Auditoria nº **101350** e nº **101351** que tratam das Falhas e Irregularidades no processo de concessão e manutenção de benefícios previdenciários das Pensões por Morte espécies 21 e 93 e dos pagamentos de Abono de Permanência em Serviço das espécies 47 e 48, respectivamente.

2.1.1 - Elaborou a Orientação Interna Conjunta INSS/DIRBEN/PROCGER nº 60, de 30.11.2002, que define os procedimentos a serem adotados na revisão de benefícios com acumulação indevida. Ressaltamos que Pensões por Morte - espécies 21 e 93 e Abono de Permanência em Serviço - espécies 47 e 48, constam no acervo que está sendo trabalhado pelas APS.

2.1.2 - A DATAPREV gerou arquivo contendo benefícios de espécies incompatíveis (acumulação indevida), com um total de **36.334** benefícios que devem ser revistos, inclusive Pensões por Morte - espécies 21 e 93 e Abono de Permanência em Serviço - espécies 47 e 48.

2.1.3 - Esclarecemos que por força do disposto nos art. 53 e 54 da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999, cuja aplicabilidade dos citados art., foram normatizados por meio dos Pareceres CJ/MPAS nº 2.434 e 2.440, ambos de 17 de abril de 2001 e do § 2º do art. 514 da INSTRUÇÃO NORMATIVA INSS/DC nº 099, de 05 de dezembro de 2003, "Para os benefícios concedidos ou revistos até 19.11.1998, não se aplicam o novo prazo decadencial, previsto no art. 103-A, da Lei nº 8.213/9, acrescentado pela MP nº 138, mas o disposto nos art. 53 e 54 da Lei nº 9.784/99, tendo decaído o direito do INSS de revê-los, salvo comprovada má fé".

2.1.4 - Persistindo o entendimento de que os art. 53 e 54 da Lei nº 9.784/99, se aplica de imediato aos benefícios concedidos e mantidos na data de sua vigência, 01.02.99, ficarão sem avaliação **26.293** (vinte e seis mil duzentos e noventa e três) benefícios, ressalvados os casos comprovados de má fé.

2.1.5 - Os vinte e seis mil, duzentos e noventa e três benefícios representam aproximadamente uma despesa mensal de **R\$ 15.927.057,74** (quinze milhões, novecentos e vinte e sete mil, cinqüenta e sete reais e setenta e quatro centavos), levando-se em conta a expectativa de vida da população brasileira e projetando-se essa expectativa por mais 10 (dez) anos que no final destes teríamos pago a soma de aproximadamente **R\$ 2.102.371.621,78** (dois bilhões, cento e dois milhões, trezentos e setenta e um mil, seiscentos e vinte e um reais e setenta e oito centavos) considerando os valores atuais.

2.1.6 - Se for mantido o entendimento anteriormente citado, ficarão convalidados os vinte e seis mil, duzentos e noventa e três benefícios com acumulação indevida.

2.2 - Para monitoramento e identificação de benefícios com pagamento após o óbito do beneficiário, foi disponibilizado na versão 8.6 do Sistema PRISMA, consulta em nível de Brasil, UF, Gerência e APS, na opção HISCREOBI - Histórico de Créditos após Óbito.

2.2.1 - A consulta deve ser realizada com a adoção dos seguintes procedimentos: acessar o **PLENUS** digitar a opção **BENEF** e teclar enter, em seguida digitar **SISBEN** e teclar enter, nesta tela digitar **HISCREOBI** e teclar enter.

2.3 - Informamos a seguir os resultados das avaliações da acumulação indevida referente aos 10.041 processos que estão sendo trabalhados pelas APS, incluindo os resultados da acumulação indevida de abono de permanência e pensão por morte, constantes dos Relatórios de Auditoria acima mencionados.

Dos **10.041** foram revistos **5.507**, restando a analisar **4.534** benefícios.

2.4 - Com relação aos Relatórios de Auditoria nº **107380** e nº **107381**, que tratam das Falhas e Irregularidades no processo de concessão e manutenção de benefícios de Prestação Continuada a Pessoas Deficientes e a Pessoas Idosas, respectivamente.

2.4.1 - Expediu Memorando Circular/DIRBEN/nº 031/2002, determinando às Gerências Executivas do INSS nos estados, que analisem os 215 benefícios relacionados nos anexos III dos Relatórios 107380 e 107381, que trata de suspeição de acumulação indevida de benefícios de prestação continuada a portadores de deficiência e a pessoa idosa (B87 e B88);

2.4.2 - Expediu Memorando Circular/DIRBEN/nº 01/2003, determinando que as Gerências Executivas realizem pesquisas no sentido de verificar se houve recebimento de benefícios após o óbito do beneficiário, referente aos 1.400 benefícios relacionados no anexo I dos Relatórios 107380 e 107381;

2.5 - Demonstramos abaixo os resultados das avaliações objeto do Memorando Circular/DIRBEN/nº 031/2002 (acumulação indevida).

2.5.1 - Total de benefícios a serem revistos referentes ao anexo III batimento SISBEN x SIAPE (Deficiente espécie 87e Idoso espécie 88) - 215
Total de benefícios revistos - 155

Total a revisar - 60

2.6 - Relacionamos a seguir os resultados da avaliação dos benefícios relacionados no Memorando Circular/DIRBEN 01/203 (suspeita de recebimento indevido após óbito).

2.6.1 - Total de benefícios a serem revistos referente ao anexo I batimento SISBEN x SISOBÍ (Deficiente espécie 87 e Idoso espécie 88) - 1.400

Total de benefícios revistos - 356

Total a revisar - 1.044

Nota: dos **356** benefícios revistos, **110** tratam-se de homônimos.

2.7 - Quanto às recomendações sobre a operacionalização para a concessão dos benefícios de prestação continuada a portadores de deficiência e pessoa idosa, informamos o que segue:

2.7.1 - A partir de 12.12.2001, com a implementação da versão 8.3 do Sistema PRISMA, foi disponibilizado no módulo de perícia médica uma opção

específica que permitirá o cadastramento de Conclusão Médico Pericial - CPM, com as peculiaridades do benefício assistencial da LOAS;

2.7.2 - Já está disponível no Sistema Único de Benefícios - SUB módulo denominado REVBPC, onde serão armazenados todos os benefícios assistenciais que foram revistos. Os benefícios serão marcados com a informação para a próxima revisão contado dois anos após a data da última perícia revisional realizada, será informado também o resultado conclusivo da revisão.

2.8 - A partir de novembro/2003, com a implantação da versão 8.6 do PRISMA/SABI está sendo efetuado o batimento dos dados do titular e dos membros do grupo familiar dos requerentes de Benefícios de Prestação Continuada, com o CNIS para verificação de vínculos e renda per capita familiar. Caso haja informações de vínculos e remunerações o sistema calcula a renda per capita e não estando a renda dentro dos parâmetros legais, o sistema emite crítica automática.

2.9 - Foi incluída na demanda da Versão 8.7 do PRISMA, prevista para março de 2004, item que permitirá a conclusão revisional do BPC.

2.10 - Quanto às recomendações constantes no Relatório de Auditoria nº **099921**, de 22/08/2002, que trata das Falhas e Irregularidades no processo de concessão e manutenção de benefícios previdenciários, bem como nos seus sistemas informatizados, foram adotadas as providências necessárias à implementação das mesmas.

2.10.1 - Com relação aos acertos de contribuições, vínculos e remunerações, atualizações de dados cadastrais e NIT's irregulares, foi estimado que os trabalhos estariam concluídos em 30/06/2004.

Contudo, quando do retorno às atividades, após o término da greve dos servidores do INSS, em agosto de 2003, a máquina do CV2, (onde roda o CNIS) não suportou a demanda das atividades, ocasionando a paralisação de vários sistemas.

2.10.2 - Para minimizar os problemas causados e garantir o mínimo de atendimento ao público foram inibidos os acessos aos sistemas conforme abaixo:

Acesso inibido das 8:00 às 17:00 horas.

- CNIS FOR WINDOWS
- PREVICIDÃO
- IUB - Identificação Única de Beneficiários
- Desabilitado o FERRCNIS das 109 APS que possuem o CNISVR e HIPNET instalados. Os mencionados Sistemas que permitem alterações de vínculos e remunerações.

2.10.2.1 - Liberada a atualização dos dados cadastrais, por meio dos sistemas de Benefícios PRISMA e SABI, desobrigando a utilização do CADPF para acerto de dados cadastrais divergentes no CNIS.

2.10.3 - A inibição dos mencionados sistemas provocaram dentre outros os seguintes prejuízos:

2.10.3.1 - Retrabalho para as APS uma vez que os benefícios concedidos ou atualizados no período em que os sistemas permaneceram inibidos, passarão a constar no IUB;

2.10.3.2 - Dificuldade para atender as demandas judiciais por parte da Procuradoria;

2.10.3.3 - Dificuldade da Receita Previdenciária em atender sua clientela, pois não dispõe de consultas a dados cadastrais, vínculos e remunerações.

2.10.4 - Visando minimizar os problemas, quando do requerimento de benefícios, foi disponibilizada no PRISMA e SABI em 20.10.03, consulta a dados cadastrais, vínculos e remunerações existentes no CNIS, por meio da opção OBTENÇÃO DE DADOS DO CNIS.

2.10.5 - A situação permanecia crítica objetivando o retorno dos serviços que foram desabilitados foi feito o acompanhamento da performance da

máquina do CV2 (onde roda o CNIS) e uma vez por semana recebíamos as informações em reuniões ou por meio das vídeo conferências.

2.10.6 - A medida que a DATAPREV informava que o CV2 suportava o retorno de um dos serviços inibidos liberávamos de acordo com a prioridade definida conforme abaixo:

2.10.6.1 - Em 22.09.03 foi liberado o acesso ao CNIS for Windows para a Procuradoria a partir das 15:00 horas.

2.10.6.2 - Em 22.10.2003, foi liberado o acesso ao CNIS for Windows para os servidores da Receita Previdenciária autorizados no SCA, a partir das 15:00 horas.

2.10.6.3 - Com a substituição da máquina CV2, em 02/11/2003, foi possível a retomada dos seguintes serviços:

2.10.6.4 - Em 04.11.2003, foi liberado o acesso do CNIS for Windows para os servidores da Arrecadação autorizados no SCA, durante todo o dia.

2.10.6.5 - Em 04.11.2003, foi liberado o acesso ao IUB, no horário do expediente.

2.10.6.6 - Em 06.11.2003, foi liberado o acesso ao PREVCIDADÃO (quiosque).

2.10.6.7 - Em 10.11.2003, foi liberado o acesso ao CNISVR nas 109 agências que já o utilizavam.

2.10.7 - Dos serviços que foram inibidos e a DATAPREV ainda não promoveu seu retorno são:

2.10.7.1 - Retorno da obrigatoriedade do CADPF para Concessão nos sistemas Prisma e SABI.

2.10.7.2 - Volta da obrigatoriedade do CADPF/batimento do NIT com o CNIS para a Atualização nos sistemas PRISMA e SABI.

2.10.7.3 - A atualização dos dados cadastrais dos segurados e beneficiários sem a utilização dos dados cadastrais do CADPF, provoca retrabalho e não atende a recomendações dessa SFC.

2.11 - Considerando que apenas parte dos serviços que foram inibidos retornaram, estimamos que a conclusão dos trabalhos se dará em 31.12.2004.

2.12 - Apresentamos a seguir o resultado parcial referente aos benefícios com caractere inválido, com nome ou sobrenome com mais de 13 caracteres, titular com um único nome e atualização por meio do IUB.

- Com caractere inválido:
 Brasil - **2.615**
 Atualizados - **562**
 A atualizar - **2.053**
 - Benefícios com nome ou sobrenome com mais de 13 caracteres:
 Brasil - **3.335**
 Atualizados - **718**
 A atualizar - **2.617**
 - Titular com um único nome:
 Brasil - **2.873**
 Atualizados - **935**
 A atualizar - **1.938**
 - Atualização de dados cadastrais - IUB
 Brasil - **6.183.445**
 Atualizados - **745.715**
 A atualizar - **5.437.730**
- 3 - (...).".

Com o intuito de complementar e atualizar as informações apresentadas inicialmente pelo Gestor, esta SFC emitiu em 19.4.2004 a Solicitação de Auditoria nº 139816-076, solicitando informações quanto às determinações contidas no Acórdão nº 1.614/2003 - TCU - Segunda Câmara (TC nº 018.595/2002-8).

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Em resposta, o INSS manifestou-se por meio do Ofício nº 492/INSS/DCGAB em 11.5.2004 da seguinte forma:

"Com relação ao Relatório de Auditoria nº 099921/02 informamos:

a) A assinatura de contrato com o SERPRO para fornecimento de informações relativas à base total de CPF da SRF, com atualizações mensais, ainda não foi assinado. O processo 35000.000513/2003-56 encontra-se no Gabinete do Diretor presidente para atender recomendações da Consultoria da Procuradoria-Geral do INSS.

b) Os estudos para viabilizar a checagem automática de remunerações após o óbito e a invalidez já foram concluídos resultando na seguinte situação:

- Criação do arquivo BATINV- batimento de benefício por invalidez com o CNIS;

- Criação de arquivo contendo a quantidade de benefícios por invalidez QTDINV - Consulta quantidade do BATINV;

- Criação do arquivo BATPEN - batimento de benefício de pensão por morte com o CNIS;

- Criação do arquivo contendo a quantidade de benefícios de pensão por morte QTDPEN-Consulta quantidade do BATPEN;

Os procedimentos para avaliação dos benefícios acima mencionados constam da minuta de Orientação Interna que se encontra na Procuradoria-Geral do INSS para avaliação e aprovação.

c) Os trabalhos relativos à acumulação indevida sofreram atraso face à paralisação dos servidores da APS.

Atualmente trabalhamos com um total de 10.041 benefícios. Destes 5.883 foram revistos, restando a analisar 4.158 benefícios. Estimamos a conclusão dos trabalhos para 30.12.2004.

d) a respeito dos trabalhos referentes aos acertos nos dados cadastrais de 17.566 benefícios, relacionamos no quadro abaixo os resultados parciais referentes aos benefícios com caracter inválido, com nome ou sobrenome com mais de 13 caracteres, titular com um único nome. Estimamos a conclusão dos trabalhos para 30.12.2004.

Tipos	Brasil	Atualizados	A Atualizar
Caracteres inválidos	2.615	597	2.018
Nomes com mais de 13 caracteres	3.335	749	2.586
Único nome	2.873	970	1.903
Prenome ou sobrenome do titular inválido	8.800	2.240	6.560

e) a Chefia da Assessoria de Gerenciamento de Riscos, órgão subordinado à Secretaria Executiva do MPS, passou a coordenar, acompanhar e avaliar os trabalhos desenvolvidos no âmbito do Sistema Informatizado de Controle de Óbitos - SISOB, com base na Portaria nº 1.408, de 3.10.2003.

Embora a responsabilidade pelo SISOB esteja a cargo da AGR, o INSS, atendendo recomendação da Secretaria Federal de Controle, expediu o Memorando-Circular nº 002/INSS/DIRBEN de 9.1.2004, orientando as Gerências Executivas a enviarem as relações dos cartórios devedores à Divisão/Serviço da Receita Previdenciária, para adoção das providências previstas no artigo 92 da lei nº 8.212/1991.

f) Apresentamos os resultados parciais dos trabalhos de atualização dos dados cadastrais existentes no Sistema Único de Beneficiários - SUB de 5.863.243 pessoas com informações a serem atualizadas. Deste total foram atualizados dados de 1.016.203 pessoas, restando um total de 4.847.040 pessoas com previsão de conclusão em 31.12.2004.

g) Com o objetivo de evitar a concessão de benefícios com dados cadastrais divergentes foram incluídos vários itens de controle por solicitação dessa Secretaria Federal de Controle na Versão 8.2 do Sistema PRISMA.

h) A atualização dos dados cadastrais dos segurados e beneficiários sem a utilização do CADPF, provoca retrabalho e não atende às recomendações da SFC, portanto estamos implementando por meio do Memorando-Circular Conjunto nº 01 de 8.1.2004 a obrigatoriedade do uso do CADPF para atualização de dados cadastrais na atualização e revisão de benefícios nos Estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Tocantins, na condição de pilotos, uma vez que a DATAPREV não garante que os servidores de aplicação, ou seja, as máquinas onde roda o sistema CADPF, suportam a demanda existente.

i) A DATAPREV recomendou à Chefia da Assessoria do CNIS a suspensão da implementação da obrigatoriedade do uso do CADPF nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo pelos problemas abaixo descritos:

"O CADPF é um aplicativo de atualização de dados cadastrais da Pessoa Física implantado nas APS. Este aplicativo há muito já é utilizado, no entanto, de modo opcional, ou seja, os dados cadastrais da pessoa podem ser atualizados, também, nos sistemas de benefícios.

Vários relatórios de Entidades de Controle apontam que a obrigatoriedade da utilização do CADPF para atualização de dados cadastrais é a forma mais segura de se trabalhar.

Os aplicativos do CNIS são executados sob uma arquitetura que utiliza tanto a plataforma alta (o equipamento de grande porte) quanto à baixa plataforma (um microcomputador com as funções de servidor). Hoje existe uma bancada com 9 servidores com configurações mínimas de hardware. Atualmente nossa limitação se encontra nesta bancada, e, conforme estudos realizados, seriam necessários mais 7 servidores para comportar a evolução da demanda de consultas dos aplicativos CNIS.

A Diretoria da DATAPREV está ciente da gravidade e estará viabilizando uma solução que permita apresentar um prazo com a maior brevidade possível. Sendo assim, não recomendamos, neste momento, a implantação da utilização obrigatória do CADPF nos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo."

j) A Diretoria de Benefícios convocou servidores de algumas Gerências Executivas para compor grupo de trabalho para avaliar o Cadastro e o cálculo do pagamento dos benefícios em manutenção.

k) Considerando a necessidade de verificar os benefícios desdobrados, suas respectivas cotas devidas, o relacionamento entre eles, a qualidade dos dependentes, o grupo inicialmente está analisando as espécies de benefícios de pensão por morte.

A conclusão dos trabalhos está prevista para o final deste mês maio com a elaboração de relatório estatístico detalhando sobre os resultados obtidos.

l) Os NIT utilizados em mais de um benefício estão sendo atualizados por meio do sistema de identificação de beneficiários-IUB.

m) Vale ressaltar que os sistemas informatizados da DATAPREV, anteriores à implementação do Sistema Único de Benefícios - SUB (06/94), não guardavam determinadas informações, outras vezes haviam perdas dessas informações, daí a situação em que hoje se encontra o banco de dados do SUB, com formato de dados inválido, ausências de alguns instituidores de pensões, ausência de histórico de procuradores ou representantes legais.

3. Falhas e Irregularidades no processo de concessão e manutenção de benefícios previdenciários das Pensões por Morte espécies 21 e 93 (Relatório de Auditoria nº 101350, de 16.12.2002, desta SFC)

As pensões acumuladas indevidamente estão contidas nos 10.041 benefícios que estão sendo revistos pelo INSS. Os trabalhos sofreram atraso face à paralisação dos servidores das APS.

Apresentamos os resultados parciais dos trabalhos referentes à acumulação indevida de benefícios. Estão sendo revistos 10.041 destes foram revistos 5.883, restando a revisar 4.158 benefícios.

4. Falhas e irregularidades no processo de concessão e manutenção de benefícios previdenciários dos pagamentos de abono de permanência em serviço das espécies 47 e 48 (Relatório de auditoria nº 101351, de 30/10/2002, desta SCF)

Os resultados da acumulação indevida de abono de permanência estão inseridos nos dados abaixo.

Apresentamos os resultados parciais dos trabalhos referentes a acumulação indevida de benefícios. Estão sendo vistos **10.041** destes foram revistos **5.883**, restando a revisar **4.158** benefícios.

5. Falhas e Irregularidades no processo de concessão e manutenção de benefícios de prestação continuada a Pessoas Deficientes (Relatório de Auditoria nº 107380, de 04/11/2002, desta SFC).

Os benefícios do anexo III do Relatório de Auditoria nº 107380, batimento SISBEN X SIAPE totalizam 215 benefícios referentes aos da espécie 87 e 88.

Brasil 215

Revistos 166

A revisar 49

6. Falhas e Irregularidades no processo de concessão e manutenção de benefícios de prestação continuada a pessoas idosas (Relatório de Auditoria nº 107381, de 04/11/2002, desta SFC).

Apresentamos abaixo o resultado das avaliações dos benefícios de prestação continuada - LOAS das espécies 87 e 88, com suspeita de pagamento após o óbito, constantes dos anexos I dos Relatórios de Auditoria da SFC nº 107380 e 107381.

Brasil 963

Revistos 356

A rever 607

Dos 356 revistos, 110 tratam-se de homônimos."

AVALIAÇÃO DA SFC:

Pelas informações apresentadas nos Ofícios nº 04/INSS/DIRBEN de 9.1.2004 e nº 492/INSS/DCGAB, de 11.5.2004, observamos a adoção de providências por parte do gestor para regularização das situações apontadas por esta SFC. Entretanto, apesar dos esforços do INSS percebemos algumas dificuldades no andamento da implementação das recomendações, conforme ilustra a análise a seguir:

TRABALHOS REFERENTES AOS ACERTOS NOS DADOS CADASTRAIS DE BENEFÍCIOS						
TIPOS	BRASIL		BENEFÍCIOS ATUALIZADOS		BENEFÍCIOS A ATUALIZAR	
	9.1.2004	3.5.2004	9.1.2004	3.5.2004	9.1.2004	3.5.2004
CARACTERES INVÁLIDOS	2.615	2.615	562	597	2.053	2.018
NOMES COM MAIS DE 13 CARACTERES	3.335	3.335	718	749	2.617	2.586
ÚNICO NOME	2.873	2.873	935	970	1.938	1.903
PRENOME OU SOBRENOME DO TITULAR INVÁLIDO	NF*	8.800	NF*	2.240	NF*	6.560
	BRASIL		BENEFÍCIOS ATUALIZADOS		BENEFÍCIOS A ATUALIZAR	
TOTAL EM 3.5.2004 (ÚLTIMA POSIÇÃO INFORMADA A ESTA SFC)	17.623		4.556		13.067	

*NÃO INFORMADO

Inicialmente os números apresentados nos Ofícios de justificativa do gestor divergem em 57 benefícios (17.623-17.566). Posteriormente, dos 17.623 benefícios selecionados no país, apenas 26% (4.556) foram revisados até 3.5.2004. Do

período compreendido entre a justificativa apresentada pelo gestor por meio do Ofício nº 04/INSS/DIRBEN, em 9.1.2004 até a última informação fornecida por meio do Ofício nº 492/INSS/DCGAB, em 11.5.2004, foram atualizados 101 benefícios dos 3 primeiros tipos, ou seja, menos de 1 benefício atualizado por dia. Considerando o prazo apresentado como estimado para conclusão dos trabalhos (30.12.2004), este ritmo informado pode acabar prejudicando os resultados.

Situação idêntica encontramos nos trabalhos referentes às falhas nos processos de concessão e manutenção dos benefícios das espécies 21 e 93, Pensões por Morte; espécies 47 e 48, Abono de Permanência em Serviço; e Prestação Continuada a Pessoas Deficientes e Idosas, conforme tabela a seguir:

FALHAS E IRREGULARIDADES NO PROCESSO DE CONCESSÃO E MANUTENÇÃO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

PENSÕES POR MORTE ESPÉCIES 21 E 93; ABONO DE PERMANÊNCIA EM SERVIÇO DAS ESPÉCIES 47 E 48.						
BENEF. TOTAL DAS APS		BENEF. REVISADOS		BENEF. A REVISAR		PERCENTUAL REALIZADO
9.1.2004	3.5.2004	9.1.2004	3.5.2004	9.1.2004	3.5.2004	ATÉ 3.5.2004
10.041	10.041	5.507	5.883	4.534	4.158	58%
BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA A PESSOAS DEFICIENTES ESPECIES 87 E 88						
BENEF. TOTAL DAS APS		BENEF. REVISADOS		BENEF. A REVISAR		PERCENTUAL REALIZADO
9.1.2004	3.5.2004	9.1.2004	3.5.2004	9.1.2004	3.5.2004	ATÉ 3.5.2004
215	215	155	166	60	49	77%
BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA A PESSOAS IDOSAS ESPECIES 87 E 88						
BENEF. TOTAL DAS APS		BENEF. REVISADOS		BENEF. A REVISAR		PERCENTUAL REALIZADO
9.1.2004	3.5.2004	9.1.2004	3.5.2004	9.1.2004	3.5.2004	ATÉ 3.5.2004
1.400	963	356	356	1.044	607	37%

Os dados fornecidos pelo Gestor são conflitantes no tocante à revisão de benefícios de prestação continuada a pessoas idosas, visto que apesar dos valores referentes aos "benefícios revisados" ser o mesmo nos dois períodos (356), o quantitativo referente a "benefícios totais da APS" são diferentes. Assim, em 9.1.2004 é informado um total de 1.400 benefícios a serem revisados, sendo que em 3.5.2004 este número cai para 963 benefícios sem um incremento na quantidade de benefícios revisados (356).

Portanto, apesar das medidas adotadas pelo INSS para regularização da situação, o Instituto deve observar os prazos estimados de conclusão dos trabalhos, sendo os mesmos objetos de monitoramento e avaliação por parte desta SFC durante o exercício de 2004.

Tendo em vista a situação atual relatada, cabe-nos recomendar que o INSS atente para o cumprimento das metas inicialmente previstas para atendimento às recomendações constantes nos Relatórios da SFC de números: 099921, 101350, 101351, 107380 e 107381/2002, e Acórdão nº 1.614/2003-TCU-Segunda Câmara (TC nº 018.595/2002-8). Portanto, assunto PENDENTE de regularização.

4.1.1.6.3 Acórdão nº 2.169/2003 - TCU - 2ª Câmara (TC nºs 002.428/2001-0 e 011.578/2002-3) - Credenciamento de advogados pelo INSS

O assunto refere-se a possível ofensa ao art. 37, caput e inciso II, da Constituição Federal na prática de credenciamento de Advogados pelo INSS.

Ficou determinado no item 9.2 do citado Acórdão que:

"9.2 determinar ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS que faça constar, em item específico, em suas prestações de contas, até que sua representação judicial se dê exclusivamente por procuradores concursados, o número de procuradores concursados e advogados credenciados em cada

estado, bem assim as medidas adotadas para a gradativa substituição desses advogados por procuradores federais; (...)."

Por meio do Ofício nº 7.755/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR, de 12.12.2003, foi encaminhado ao INSS cópia do Acórdão nº 2.169/2003/TCU - 2ª Câmara, para conhecimento e adoção de providências. E, conforme Solicitação de Auditoria - SA nº 139816-080, de 20.4.2004, reiterada pela SA nº 139816-0104, de 4.5.2004, esta SFC solicitou ao INSS informações quanto ao atendimento do subitem 9.2 do mencionado Acórdão.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Até a presente data não houve resposta do gestor.

AValiação DA SFC:

Da análise procedida no Processo de Prestação de Contas/2003, verificamos que não consta item específico sobre o assunto conforme determina o mencionado Acórdão. Portanto, o assunto encontra-se PENDENTE de atendimento.

4.1.1.6.4 Acórdão nº 314/2003 - TCU - Plenário (TC nº 015.889/2001-5) - Servidores demitidos devido a desvio de recursos públicos.

O Acórdão nº 314/2003 - Plenário, refere-se ao descumprimento de determinação contida na Decisão nº 233/2001 - TCU/2ª Câmara, para instauração de Tomadas de Contas Especiais dos servidores demitidos devido a desvio de recursos públicos, em razão de fraudes no sistema de concessão de benefícios.

Consta do mencionado Acórdão as seguintes determinações ao INSS:

"9.1 determinar ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS que:

9.1.1 contemple, no manual de procedimentos de concessão de benefícios que substituirá a Consolidação dos Atos Normativos, em elaboração pela Diretoria de Benefício, ou, caso já tenha sido aprovado, faça constar dele:

9.1.1.1 a definição de competências específicas e de responsabilidades, inclusive pela omissão no exercício das atribuições por parte dos agentes envolvidos, em todas as fases do processo de concessão e manutenção de benefícios; e

9.1.1.2 o detalhamento dos procedimentos operacionais a serem seguidos por todos os setores envolvidos no referido processo, quais sejam Diretoria de Benefícios, suas Coordenações, Gerências Executivas e Agências da Previdência Social, a fim de padronizar os procedimentos diferenciados e de possibilitar cobrança relacionada à observância das normas;

9.1.2 desenvolva sistemática de supervisão da concessão e manutenção de benefícios para que se possa controlar o cumprimento das normas estabelecidas e responsabilizar servidores por desvios observados, de forma a criar expectativa de controle, a qual pode ser realizada pelas Gerências-Executivas mediante, entre outras medidas, revisão periódica de benefícios selecionados por amostragem;

9.1.3 avalie a conveniência de contemplar, no âmbito do PDTI, a possibilidade de realização de auditorias de sistemas pela Auditoria-Geral, haja vista sua função de avaliar os controles internos da entidade, de acordo com os princípios e objetivos adotados pela Administração Pública;

9.1.4 providencie para que o normativo interno que revogará e consolidará os procedimentos da Orientação Interna nº 3/2001 e da Orientação Interna nº 40/2002 estabeleça níveis de homologação para validação de alterações

nos dados provenientes do CNIS, conferência de documentos que fundamentem tais alterações e supervisão das tarefas, viabilizando a segregação de funções entre operador e homologador do processo;

9.1.5 informe as medidas adotadas em função das fragilidades apontadas pela Auditoria-Geral no "Relatório de Exposição de Motivos" para criação de sistema de controle interno do INSS, identificadas pela consultoria contratada no âmbito do Plano de Modernização e Melhoria Contínua dos Processos de Auditoria - PIPA;

9.1.6 adote, caso ainda não tenha feito, as providências necessárias visando à formação de grupo de trabalho para a criação do sistema integrado de controle interno sistematizado e institucionalizado, que permita à Auditoria-Geral atuar por meio de análise de riscos do negócio, detectar fragilidades e oportunidades de melhoria nos processos, recomendar correções visando impedir a ocorrência de fraudes e acompanhar sua implementação, minimizando perdas, sejam as provocadas por erros involuntários ou por fraudes, conforme proposto por essa Unidade no "Relatório de Exposição de Motivos";

9.1.7 crie ferramentas nos sistemas de concessão de benefícios para cruzamento dos dados com vistas à detecção de inconsistências externas, isto é, informações conflitantes entre si nas bases de dados do CNIS, bem como corrija, mediante pesquisa e investigação, as informações inconsistentes porventura detectadas;

9.1.8 desenvolva sistemática de validação dos 4,5 milhões de beneficiários ativos no SUB que não constam no CNIS, realizando cadastramento de cada um desses beneficiários e verificando os requisitos de direito;

9.1.9 adote as providências necessárias no sentido de que sejam incluídas, nos sistemas em elaboração no âmbito do Novo Modelo de Gestão e no PDTI, rotinas, críticas e ferramentas que permitam a avaliação automatizada dos requisitos previstos na legislação do direito ao benefício, diminuindo a ingerência do servidor e a inserção de dados indevidos;

9.1.10 estabeleça acompanhamento sistematizado da implementação por parte das Gerências Executivas e das Agências de Previdência Social das recomendações oriundas da Auditoria-Geral, provenientes das disfunções detectadas nos trabalhos de auditoria realizados, notadamente no tocante à área de benefícios (não-observância de normas, segregação de função e ausência de controle e treinamento), e da Corregedoria;

9.1.11 envide esforços no sentido de dotar a Corregedoria de recursos humanos, materiais e financeiros suficientes para o exercício de suas atribuições de acompanhamento da conduta dos servidores de acordo com o disposto na Lei nº 8.112/90;

9.1.12 adote as providências necessárias no sentido de que o Sistema de Controle de Acesso - SCA em desenvolvimento pela Dataprev solucione as fragilidades levantadas pela Corregedoria, que atualmente está impossibilitada de exercer a supervisão do acesso aos sistemas informatizados do INSS nos moldes estabelecidos na Portaria nº 862/2001, de 23/3/01 em razão de tais fragilidades, a exemplo do sistema atual permitir que o cadastrador visualize a senha concedida a um usuário e a utilize sem que este tenha conhecimento do fato;

9.1.13 informe ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, as providências adotadas visando dar cumprimento às determinações consignadas nos itens anteriores;

(...)."

Diante do exposto, emitimos a SA 137636-13, de 3.12.2003, solicitando ao Gestor informações sobre as providências adotadas com relação ao subitem "8.1.1" da Decisão nº 233/2001 - TCU 2ª Câmara, sobre instauração de TCE, para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação dos danos causados ao INSS.

Tendo em vista o pronunciamento do Gestor, emitimos as Solicitações de Auditoria nºs 139816-077 e 139816-102, de 20.4.2004 e 4.5.2004, respectivamente, solicitando informações sobre o assunto.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

O gestor, por meio do Ofício nº 02/INSS/DIRBEN, de 2.1.2004, informou que o assunto não está afeto à Coordenação-Geral de Benefícios, tendo sido encaminhado para a Coordenação Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade, considerando que se trata de Tomada de Contas Especial.

Em atenção as Solicitações de Auditoria nºs 139816-077 e 139816-102, de 20.4.2004 e 4.5.2004, respectivamente, o Gestor encaminhou o Ofício nº 491/INSS/DCGAB, em 11.5.2004, informando que:

"Relativamente aos subitens 9.1.1, 9.1.1.1, 9.1.1.2, informamos que a revisão das rotinas e procedimentos a Diretoria de Benefícios constituiu a partir de 05/04/2004, grupo de trabalho com servidores oriundos de diversas Gerências Executivas, com o objetivo de atualizar e finalizar o manual de procedimentos de benefícios, que é constituído de quatro volumes e agrega informações detalhadas sobre os procedimentos a serem adotados pela linha de benefícios em todas as suas áreas.

A conclusão desse trabalho está prevista para maio/2004, após o mesmo o manual será encaminhado a Diretoria Colegiada para aprovação por meio de Resolução e disponibilizado a todos os servidores.

A definição de competências específicas e de responsabilidades, inclusive pela omissão no exercício das atribuições por parte dos agentes envolvidos, em todas as fases do processo de concessão manutenção de benefícios, estão sendo adotados os devidos procedimentos para inclusão de tal medida no manual.

Com relação ao subitem 9.1.2 a Diretoria de Benefícios, por meio de suas Divisões e Gerências Executivas, realizam supervisões periódicas em cumprimento ao Plano de Ação elaborado anualmente.

Quanto ao subitem 9.1.4 a Coordenação Geral de Benefícios, em conjunto com a Receita Previdenciária, estão promovendo a atualização da ORIENTAÇÃO INTERNA CONJUNTA DIRAR/DIRBEN/DIROFL nº 058, de 23 de outubro de 2002, que agregou a Orientação Interna nº 3/2001 e a orientação Interna nº 40/2002, a nova Orientação Interna conterá as recomendação disposta neste item.

A Diretoria de Benefícios, criou a Divisão de Controle Interno na linha de benefícios, que tem como objetivo implantar a cultura do controle interno na Linha de Benefícios.

A Divisão realizará ações preventivas visando coibir a ocorrência de irregularidades, bem como ações corretivas para sanear as fragilidades apontadas nos relatórios dos mencionados órgãos de controle, portanto as recomendações contidas no subitem 9.1.5 serão atendidas com as ações acima mencionadas.

No subitem 9.1.7 sugere a criação de ferramentas nos sistemas de concessão de benefícios para cruzamento dos dados com vistas à detecção de inconsistências externas. Os sistemas de Benefícios possuem vários itens de controle, dentre eles destacamos:

a) a marcação dos vínculos extemporâneos no Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS e sua validação por meio de pesquisas quando do requerimento de benefícios na Previdência Social.

b) Identificação de beneficiários detentores de benefícios por incapacidade que retornaram voluntariamente ao trabalho, ou seja possuem vínculos e ou remunerações após a data do início do benefício.

c) *Identificação de instituidores de pensão por morte com vínculos e ou remunerações após o óbito.*

*Quanto a recomendação do subitem 9.1.8 está em andamento desde 16.12.2002, o Projeto de revisão cadastral, que visa a atualização dos dados cadastrais de **3.696.378** benefícios que estão relacionados a **5.873.282** de pessoas, deste total foram atualizados dados de **1.716.959** benefícios que se relacionam a **2.471.744** pessoas, restando um total de **1.979.419** benefícios referente a **3.401.538** pessoas com previsão de conclusão em 31.12.2004.*

As recomendações oriundas da Auditoria Geral do INSS são repassadas para as Gerencias Executivas para atendimento. O acompanhamento é feito por meio das supervisões realizadas pelas Divisões da Coordenação Geral de Benefícios ou pelas Gerências Executivas.

No tocante ao atendimento à determinação do Tribunal de Contas da União, constante do item 8.1.1 da Decisão nº 233/2001 - TCU - 2º Câmara, versando sobre a instauração de Tomada de Contas Especial, o Gestor encaminhou o Ofício nº 509/DIROFL/INSS informando que mediante a Portaria nº 1.565 INSS/DCPRES, de 10.6.2003, constituiu-se Grupo de Trabalho para instaurar a Tomada de Contas Especial. Informou, ainda, que o processo de TCE encontra-se na fase final, apenas concluindo os relatórios individualizados de cada benefício indicado como fraudulento."

AVALIAÇÃO DA SFC:

Com relação aos itens 9.1.1, 9.1.1.1 e 9.1.1.2 informamos que o INSS deverá encaminhar cópia do manual de Procedimentos de Concessão de Benefícios a esta SFC para avaliação.

Os itens 9.1.2, 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8 encontram-se atendidos dadas as providências adotadas para sua elucidação.

O item 9.1.8 será objeto de monitoramento por esta SFC para cumprimento do prazo apresentado para conclusão dos trabalhos (30.12.2004).

Quanto aos itens 9.1.3, 9.1.11 e 9.1.12 tendo em vista não ter sido apresentada justificativa pelo Gestor, os mesmos permanecem PENDENTES.

Dessa forma, recomendamos que sejam adotadas as devidas medidas coercitivas para atendimento às determinações dos itens 9.1.3, 9.1.11 e 9.1.12 do Acórdão nº 314/2003 - TCU - Plenário (TC nº 015.889/2001-5).

4.1.1.6.5 Acórdão nº 681/2003 - TCU - Plenário (TC nº 003.808/2003 - 0) - Imóveis do INSS em poder de Terceiros

Foi publicado do Diário Oficial da União de 23.6.2003, Seção I, fls. 192/199, Relatório e Acórdão nº 681/2003 - TCU - Plenário, relativo à auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União, na Gerência Executiva do INSS em São Paulo - Centro, cujo objetivo foi avaliar como a Entidade vem administrando os imóveis de sua propriedade que estão em posse de terceiros. Foram feitas diversas determinações para serem cumpridas pelo INSS e, inclusive, no subitem 9.5.4 do citado Acórdão, foi mencionada a possível extensão do trabalho a outras gerências executivas do Instituto.

Por meio da SA nº 137636-20, de 3.12.2003, solicitamos ao Gestor que informasse as providências que estão sendo adotadas para cumprimento das

determinações contidas nos subitens 9.2 a 9.4 do Acórdão nº 681/2003 - TCU/Plenário, publicado no DOU nº 118, de 23.6.2003, a seguir transcritos:

"(...)

9.2. determinar à Gerência Executiva do INSS em São Paulo- Centro, com fulcro no art. 43, inciso I da Lei nº 8.443/92, que, no prazo de 180 dias:

9.2.1 regularize a situação do sobrado situado na rua da Consolação, nº 1075, considerando que o regime de comodato não atende ao disposto no art. 6º da Lei nº 9.702/98;

9.2.2 regularize a situação da igreja situada na rua Mário Costa, nº 16, considerando que a cessão de uso desse imóvel encontra-se vedada pelo art. 10º da Lei 9.702/98;

9.2.3 adote as providências necessárias ao imediato cumprimento das decisões judiciais que determinaram a reintegração na posse dos imóveis invadidos situados na avenida Nove de Julho, rua Vigário João Álvares e rua Dom Matheus;

9.2.4 regularize os registros cartoriais dos 68 imóveis da GEX/Centro que apresentam documentação irregular;

9.2.5 promova a vistoria de todos os imóveis vagos e invadidos sob responsabilidade da GEX/Centro, a fim de identificar medidas preventivas, tais como construção de cercas, contratação de firma de segurança, ou ajuizamento de ação, que possam evitar invasões;

9.2.6 realize um levantamento junto ao(s) cartório(s) do centro de São Paulo e aos atuais ocupantes dos imóveis situados no terreno de Heliópolis, que foi originalmente adquirido pelo IAPI, a fim de juntar documentos que demonstrem qual a parte remanescente do imóvel que pertence ao INSS;

9.2.7 apresente, a este Tribunal, após o referido prazo de 180 dias, relatório circunstanciado acerca do cumprimento das determinações acima.

9.3. determinar ao INSS, com fulcro no art. 43, inciso I da Lei nº 8.443/92, que, no prazo de 180 dias:

9.3.1 regularize as situações dos imóveis cedidos e alugados, inclusive aqueles em posse de unidades do SUS, adequando-as à Lei nº 9.702/98;

9.3.2. realize os seguintes levantamentos junto a suas Gerências Executivas:

9.3.2.1 de todas as negociações envolvendo a posse dos imóveis de sua propriedade, identificando os eventuais entraves para o deslinde das questões;

9.3.2.2 de todas as ações judiciais relativas ao patrimônio mobiliário do INSS, identificando os casos em que os processos estão aguardando, há mais de dois anos, decisão judicial ou conclusão de prova judicial;

9.3.2.3 de todos os imóveis da Autarquia que não se encontram com a documentação de registro cartorial regular;

9.3.3. crie normas internas, que estabeleçam, explicitamente:

9.3.3.1 as responsabilidades dos administradores e procuradores na condução das negociações e dos processos judiciais mais rotineiros no que se refere ao patrimônio imobiliário, tais como o esbulho e a indefinição das delimitações das propriedades, estipulando padrões de conduta e prazos para tomadas de decisão, tramitação interna dos "dossiês" e ajuizamento das ações novas;

9.3.3.2 o dever de as Procuradorias acompanharem efetivamente as ações judiciais relativas ao patrimônio imobiliário, utilizando todos os recursos possíveis, com a finalidade de imprimir maior celeridade nos processos de interesse da Autarquia;

9.3.3.3 a obrigatoriedade de registro imediato, junto aos cartórios, dos negócios jurídicos envolvendo transferências de propriedade de imóveis;

9.3.3.4 a obrigatoriedade de fiscalização periódica dos imóveis vagos, a fim de evitar eventuais esbulhos;

9.3.3.5 no âmbito da administração central, conforme estabelece o art. 18, inciso VI, do Regimento Interno do INSS, um mecanismo de supervisão contínua das ações administrativas e judiciais relativas ao patrimônio do INSS;

9.3.3.6 os casos em que será apurada a responsabilidade funcional dos Procuradores que, por dolo ou culpa, causarem prejuízo ao Erário.

9.3.4 apresente a este Tribunal, após o referido prazo de 180 dias, um relatório circunstanciado sobre o cumprimento das determinações acima.

9.4 determinar à Procuradoria da Gerência Executiva do INSS em São Paulo/Centro, com fulcro no art. 43, inciso I da Lei nº 8.443/92, que, no prazo de 60 dias:

9.4.1 adote as medidas cabíveis a fim de obter indenização pelos períodos de uso irregular dos imóveis situados na avenida Nove de Julho, rua Vigário João Álvares e rua Dom Matheus (item 7.1);

9.4.2 analise as situações dos imóveis tombados do centro de São Paulo e daqueles ocupados pela Cia. do Metropolitano de São Paulo e adote as medidas cabíveis para mitigar os danos que vêm sendo suportados pelo INSS devido aos atos municipais e estaduais e à inércia dos procuradores do órgão;

9.4.3 apresente a este Tribunal, após o referido prazo de 60 dias, um relatório circunstanciado sobre o cumprimento das determinações acima.

(...) "

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Por meio do Ofício INSS/DIROFL nº 1.451, de 8.12.2003, o Gestor esclareceu que:

"Em atenção à Solicitação de Auditoria - SA nº 137636-20, de 03/12/2003, informamos que as providências exigidas no Acórdão nº 681/2003 - TCU - Plenário, estão sendo tratadas em resposta ao Ofício nº 053/2003 - SECOP/TCU, de 26/06/2003, que estabelece prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de recebimento - 01/07/2003, para atendimento. Dessa forma, estaremos encaminhando, a essa Secretaria de Controle, os esclarecimentos necessários, quando da consolidação das informações ao Tribunal de Contas da União."

Tendo em vista as informações apresentadas, esta SFC emitiu a SA nº 139816-081, de 20.4.2004, solicitando ao INSS novas informações quanto ao atendimento do citado Acórdão.

Por meio do Ofício nº 437/DIROFL/INSS, de 26.4.2004, o INSS informou que "considerando que não houve tempo hábil para atendimento da Solicitação de Auditoria nº 139816-081, solicitamos prorrogação do prazo por 15 dias úteis, haja vista a necessidade de atualizarmos as informações prestadas anteriormente pelas Gerências Executivas do INSS e, em especial, pela Gerência Executiva de São Paulo - Centro, em relação às determinações contidas no Acórdão nº 681/2003 - TCU - Plenário."

AValiação DA SFC:

Apesar do tempo decorrido, até a presente data não houve atendimento da solicitação desta SFC. Portanto, o assunto continua PENDENTE.

4.1.1.6.6 Acórdão nº 816/2003 - TCU - 2ª Câmara (TC nº 013.636/2002-0 e TC nº 009.060/2003-4) e Acórdão nº 1.850/2003 - TCU - 2ª Câmara - Convênio

celebrado entre Ministério da Previdência e Assistência Social/INSS e o Centro Educacional de Tecnologia em Administração - CETEAD

Sobre o convênio firmado entre o INSS e o CETEAD, foi citado o seguinte no Relatório de Auditoria de Gestão nº 117146/2003:

"Análise do Processo nº 44000.029441/98-02, alusivo ao Convênio s/nº celebrado entre o INSS e o Centro Educacional de Tecnologia em Administração - CETEAD, e Termos Aditivos, visando a realização de ações que possibilitem a implantação de programas de modernização da rede de atendimento à clientela previdenciária, atividade e serviços de capacitação e profissionalização no âmbito do Instituto, bem como implantação de programa de desenvolvimento gerencial integrado na busca de melhoria de qualidade da prestação de serviços; aumento do grau de satisfação do cliente e melhoria da capacitação dos recursos humanos do INSS.

No Relatório de Auditoria de Gestão nº. 087911/2002, no item 6.1.5, foi relatado o seguinte:

"Foi constatada a ocorrência de irregularidades na gestão do convênio, como: dispensa de licitação fora das hipóteses previstas em lei (art. 89 da Lei nº 8.666/93); antecipação de pagamento sem a contraprestação dos serviços (alínea "c" do art. 65 da Lei nº 8.666/93); infringência ao art. 38 do Decreto nº 93.872/86, que dispõe que "não será permitido o pagamento antecipado de fornecimento de materiais, execução de obra, ou prestação de serviços...; liberação de verba sem a estrita observância das normas pertinentes ou influir de qualquer forma para a sua aplicação irregular (art. 10, inciso XI da Lei nº 9.429/92).

Embora a despesa tenha sido classificada como Convênio, na modalidade de Aplicação Direta, por não ser contemplado no orçamento do INSS a natureza de despesa de Transferência, evidenciamos pagamentos a empresas privadas do ramo de informática para desenvolvimento de aplicativos para recuperação e tratamento de informações gerenciais e alimentação de bancos de dados (digitação), ou seja, prestação de serviços que obrigatoriamente deveriam ser licitados.

Na prestação de contas do CETEAD, observamos que do valor liquidado de R\$ 7.252.166,34, foram despendidos com Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 96,7%, que de acordo com as ordens bancárias verificadas, referem-se a pagamentos a empresas de informática, descaracterizando o conceito de aplicabilidade de Convênio. Do total liquidado, constatamos que o valor de R\$ 177.728,79 não foi comprovado pelo CETEAD.

Em razão dessas irregularidades foram feitas as seguintes recomendações: ressarcimento aos cofres do INSS do saldo existente de R\$ 177.698,81 devido à ausência de prestação de contas do referido valor e abertura de processo administrativo com vistas a apurar a responsabilidade de quem deu causa de ato em desacordo com a legislação vigente.

Por meio do Ofício/DSPAS/SFC/MF/nº 6.010/2001, foram solicitadas informações sobre o desenvolvimento e os resultados operacionais alcançados com a implantação das soluções de melhoria de gestão nas áreas de Arrecadação e Fiscalização, Benefícios e Procuradoria, bem como a situação atual de utilização. Em resposta, o INSS informou que por problemas técnicos, foi interrompida a manutenção do sistema na área de Arrecadação e Fiscalização, porém não constam informações sobre o desempenho do sistema nas áreas de Procuradoria e Benefícios igualmente abrangidas no objeto do convênio. Em nossa avaliação, o investimento realizado pelo INSS no desenvolvimento do SIGS - Sistema de Informações do Gerenciamento por Segmentação, não alcançou o êxito desejável em relação ao previsto no objeto do convênio, tendo em vista as dificuldades operacionais na execução do projeto que teve sua manutenção interrompida desde janeiro/2001. O produto gerado foi antieconômico para o Instituto,

ocasionando dano ao Erário, em torno de R\$ 2.670.000,00, sem levar em consideração os gastos com treinamento de servidores.

Justificativa do Gestor: Em 01/04/2002, foi recebido o Ofício/INSS/DCGAB/nº 487, informando que o processo alusivo ao convênio celebrado entre o INSS e CETEAD foi encaminhado, no dia 13/03/2002, ao Diretor de Orçamento, Finanças e Logística, depois de uma rápida passagem pela Consultoria Jurídica do MPAS, na mesma data. Contudo, o Ofício/INSS/AUDGER nº 00094, de 03/04/2002, informou que o processo estará sendo instaurado em 15 de abril do corrente ano. Após a leitura da versão preliminar deste relatório, o Gestor informou que: "o Processo Administrativo Disciplinar foi instaurado em 15 de abril de 2002, através da Portaria INSS/AUDGER nº 26 de 15 de abril de 2002, publicada no BS 78 da mesma data" (Memorando INSS/AUDGER nº 00138, de 17/05/2002).

Recomendação: Mantemos as recomendações contidas na Nota Técnica DSPAS/SFC/MF nº 249/2001, ressaltando, ainda, a necessidade de se apurar responsabilidades pelos prejuízos causados em decorrência do abandono referente a aquisição e definição do produto 'SIGS'."

Foram solicitadas informações quanto à implementação das recomendações, bem como o resultado do processo instaurado.

JUSTIFICATIVA:

Mediante informações constantes do Anexo ao Ofício DIROFL/nº 1966, de 11/12/2002, com relação ao imediato ressarcimento do montante de R\$ 177.698,81 levado ao crédito do CETEAD, foram adotadas providências visando sanar a irregularidade, conforme Ofício DIROFL/nº 1965, de 11/12/2002, dirigido ao CETEAD solicitando o devido ressarcimento. Com relação a abertura de processo administrativo para apurar responsabilidade de quem deu causa ao problema, o mesmo foi instaurado em 15/04/2002, por meio da Portaria INSS/AUDGER/nº 26, publicada no BS 78 de mesma data. O processo encontra-se em andamento.

AValiação da SFC:

Ante as providências em andamento, adotadas pelo Gestor, o assunto permanece PENDENTE de regularização, inclusive, necessitando de medidas para abertura de Tomada de Contas Especial - TCE.

RECOMENDAÇÃO:

Que o INSS adote providências para abertura de TCE."

Foi expedido Aviso nº 535/CGU-PR, de 11.8.2003, solicitando ao MPS informações quanto aos Processos Administrativos nº 35000.004818/97-37 (BRADIV) e nº 44000.002941/98-02 (CETEAD/UFBa).

Em resposta, foi encaminhado o Aviso MPS/nº 314, de 18.8.2003, informando que os processos encontram-se na Consultoria Jurídica/MPS, aguardando análise e julgamento.

A Comissão de Acompanhamento e Revisão de Apurações relativas ao INSS e DATAPREV, instituída pela Portaria CGU nº 445, de 27.8.2003, expediu o Ofício nº 2.806/CGU-PR, em 8.12.2003, solicitando ao Diretor-Presidente do INSS o encaminhamento de informações, no prazo de 15 (quinze) dias, quanto ao resultado do Procedimento Administrativo Disciplinar e à instauração da competente Tomada de Contas Especial.

Sobre o assunto, o TCU expediu o Acórdão nº 816/2003 - 2ª Câmara, proferindo as seguintes determinações:

"(...)

9.2 determinar ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS que:

(...)

9.2.3 observe rigorosamente o disposto na Instrução Normativa nº 01/97 da Secretaria do Tesouro Nacional e no art. 48 do Decreto nº 93.872/86 quando da celebração de convênios;

9.2.4 observe rigorosamente o cumprimento do disposto no art. 2º (obrigatoriedade de realização de licitação), nas alíneas "a" usque "f" do inciso IX do art. 6º c/c o §1º do art. 116 (apresentação de projeto básico), no parágrafo único do art. 38 (manifestação obrigatória do órgão de assessoramento jurídico), no §2º do art. 57 (devida justificativa para as prorrogações de vigências contratuais) e nos arts. 72 da Lei nº 8.666/93 e 27, parágrafo único, da IN nº 1/97-STN (vedação à subcontratação de serviços sem amparo contratual);

9.2.5 atente, nos contratos, convênios, acordos ou ajustes cuja duração ultrapasse um exercício financeiro, para o disposto no §1º do art. 30 do Decreto nº 93.872/86, no sentido de indicar o crédito e o respectivo empenho para atender à despesa no exercício em curso, bem assim cada parcela da despesa relativa à parte a ser executada em exercício futuro, com a declaração de que, em termos aditivos, indicar-se-ão os créditos e empenhos para sua cobertura;

9.2.6 instaure, caso ainda não o tenha feito, no prazo de 15 (quinze) dias, tomada de contas especial em função da ausência da comprovação da aplicação dos recursos transferidos ao CETEAD por meio do Convênio MPAS/INSS/CETEAD s/nº, de 30/6/98, decorrente da não-prestação de contas final do terceiro (03/98), sétimo (01/00), oitavo (02/00) e nono (03/00) termos aditivos ao referido convênio, dando notícias a este Tribunal das providências adotadas nesse sentido;

9.2.7 providencie, caso o CETEAD ainda esteja em situação irregular perante a comprovação da boa e regular aplicação dos recursos repassados em função do Convênio MPAS/INSS/CETEAD s/nº, de 30/6/98, o seu cadastramento junto ao SIAFI na condição de inadimplente, tendo em vista que, na condição de adimplente, aquele centro está habilitado a realizar, a qualquer momento, novos convênios;

9.2.8 informe o andamento/desfecho do processo administrativo disciplinar instaurado pela Portaria/INSS/CORREG nº 26, de 15/4/02, com o objetivo de apurar irregularidades no convênio firmado com o Centro Educacional de Tecnologia em Administração - CETEAD, apontadas pela Secretaria Federal de Controle Interno - SFC na Nota Técnica DSPAS/SFC/MF nº 249/2001, ante a conclusão do Parecer CJ nº 2786/02, de 9/7/02, pela nulidade do referido processo administrativo disciplinar e instauração de nova apuração, informando, nesse caso, a situação atual das investigações e/ou suas conclusões, caso os trabalhos já tenham sido finalizados;(...)"

Ainda sobre a questão, por meio do **Acórdão nº 1.850/2003 - 2ª Câmara**, o TCU decidiu tornar sem efeito audiências que seriam realizadas em relação aos processos TC 013.636/2002-0 e TC 009.060/2003-4, no que tange aos nomes dos Srs. Cláudio Renato do Canto Farág, Glaidson Ivan da Silva Costa, José Weber Holanda Alves, Marcos Maia Júnior, Antônio Glaucius de Moraes e José Bonifácio Borges de Andrada e Sras. Ildete dos Santos Pinto, Maria Helena Jacinta de Carvalho, Nayra Benvindo Falcão e Manoelina Pereira Medrado, como Responsáveis nos citados processos. Foi determinado, ainda, prosseguimento ao processo no sentido de realizar as audiências com os demais responsáveis.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

No item relativo às medidas adotadas pelo Gestor após o Registro de Negociação referente ao Relatório de Auditoria de Gestão nº 117146/2003, consta que a Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística/INSS, por meio dos Ofícios nºs 1.083, 1.142 e 1.202/INSS/DCPRES, datados de 4.9.2003, 17.9.2003 e 2.10.2003 respectivamente, informou que o INSS constituiu Comissão de Tomada de Contas Especial, conforme Portaria INSS/DCPRES nº 2.081, de 15.7.2003, com previsão de conclusão em DEZ/2003.

Diante do acima exposto, e por ocasião dos trabalhos de avaliação de gestão, solicitamos à Corregedoria-Geral do INSS, por meio da SA nº 139816-58, de 7.4.2004, os seguintes elementos:

1. Os motivos do retorno do Processo nº 44000.002941/98-02 (sete volumes) e Apenso de nº 35000.000220/2002-98, sem as devidas providências da cassação da aposentadoria do Sr. CRÉSIO DE MATOS ROLIM, ex-Diretor Presidente do INSS;
2. As razões da ausência de supervisão e acompanhamento das providências determinadas; e
3. Quais as medidas adotadas pelo não cumprimento do resultado do Processo Administrativo Disciplinar nº 35000.000220/2002-98 (Portaria/MPS/nº 1.769, de 22.12.2003, publicada no DO de 24.12.2003).

O Gestor, por meio do Ofício INSS/CORREG/nº 0028/2004 de 14.4.2004, prestou as seguintes informações:

1. a aposentadoria do Sr. Crésio de Matos Rolim foi cassada no dia 22 de dezembro de 2003, cuja Portaria MPS nº 1.769, de mesma data acolheu o parecer CJ/MPS/nº 3210/2003, de 19/12/2003, o qual foi encaminhado por esta Corregedoria à Coordenação-Geral de Administração de Recursos Humanos em 07/01/2004, a qual encaminhou à Gerência Executiva de Salvador em 26/01/2004, para executar a penalidade aplicada.

A Consultoria Jurídica do MPS, no Parecer nº 3210/2003, sugeriu que:

- a) que seja reaberto o processo administrativo contra o ex-Diretor Administrativo comissionado, Paulo Roberto Tannus de Freitas, pois apesar de ter sido afastada a acusação de errônea execução orçamentária, cabe que se apure a qualidade do sistema implantado pelo CETEAD, para averiguação de sua responsabilidade quanto a má avaliação de tal sistema.
- b) a aplicação da pena de **cassação de aposentadoria** ao indiciado Crésio de Matos Rolim, ex-Diretor Presidente do INSS, aposentado, por incorrer no disposto no inciso VIII, artigo 10, da Lei nº 8.429/92, c/c inciso IV, do artigo 132, observando-se o disposto no artigo 136, todos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Vale ressaltar, que houve recurso interposto pelo Sr. Crésio de Matos Rolim, em decorrência da aplicação da penalidade de cassação de aposentadoria, o qual foi julgado improcedente pela CJ, em Parecer/MPS/CJ/nº 3220/2004, de 14/01/2004.

2. (...) o processo em epígrafe, retornou a esta Corregedoria-Geral para que fosse cumprida a determinação da letra "a" do Parecer nº 3210/2003, e, posteriormente, foi encaminhado ao Grupo de Trabalho de Implementação de Auditoria em Tecnologia da Informação da Auditoria-Geral para proceder a realização de Auditoria para apurar a qualidade dos sistemas implementados pelo CETEAD.
3. (...) foi instaurada Sindicância Administrativa através da Portaria CORRSAL nº 32/2004, de 05/04/2004, para apurar os fatos relacionados ao processo 35013.001034/2004-99, referente à manutenção do pagamento da aposentadoria ao Sr. Crésio de Matos Rolim.

Em complementação, solicitamos, também, informações à Diretoria de Recursos Humanos do INSS, por meio da SA nº 139816-56, de 7.4.2004, onde obtivemos do Gestor, por meio do Ofício nº 434/INSS/DCGAB, de 23.4.2004, os seguintes esclarecimentos:

1. Tendo em vista às questões formuladas pela Solicitação de Auditoria supracitada, informamos o que se segue:

- a) em razão do disposto no inciso VIII do art. 24 do Decreto nº 4.688, de 7 de maio de 2003, que trata da Estrutura Regimental deste Instituto, o Processo nº 44000.002941/98-02 (sete volumes e um apenso nº 35000.000220/2002-98) foi encaminhado à Gerência-Executiva de Salvador-BA, em 14.1.2004, para as providências cabíveis, conforme cópia do despacho em anexo;

"Art. 24. Às Gerências-Executivas, subordinadas diretamente à Diretoria Colegiada, compete:

.....
VIII - executar as atividades de serviços gerais, de recursos humanos e de orçamento e finanças necessárias ao funcionamento de órgãos e unidades do INSS, consoante deliberação da Diretoria Colegiada."

E ainda, a Portaria INSS nº 2073, de 15.8.2002, em seu art. 5º que dispõe:

"Art. 5º Delegar aos Gerentes-Executivos, em suas respectivas jurisdições, competência para:

.....
V - dar cumprimento às penalidades impostas pela autoridade competente;"

- b) as atividades de supervisão e acompanhamento são realizadas por amostragem;

- c) a chefe de Recursos Humanos informou, por meio de fax, que ao receber o processo para a efetivação no SIAPE da cassação de aposentadoria, não o fez em razão de solicitação contida no e-mail anexo, entendendo que tal solicitação suspendia as orientações de que trata a alínea "A" deste documento.

No dia 1º de abril do corrente ano esta Coordenação-Geral tomou conhecimento de que a aposentadoria continuava ativa no SIAPE. Para evitar maiores danos ao erário, esta CGARH efetivou, no mesmo dia no SIAPE, a cassação da aposentadoria e orientou aquela chefia de Recursos Humanos que promovesse, na forma da lei, a cobrança dos valores pagos indevidamente;

- d) quanto ao período pago indevidamente foi expedida carta/INSS/GEXSAL/SRH nº 59, de 7 de abril de 2004, cópia anexa, solicitando o ressarcimento ao erário dos valores percebidos, na forma do art. 47 da Lei nº 8.112/90.

Caso não se verifique a quitação do débito no prazo de sessenta dias, será providenciada a inscrição em dívida ativa, de acordo com o que estabelece o parágrafo único do artigo supracitado."

Finalizando, solicitamos, também, informações à Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística do INSS, por meio da SA nº 139816-57, de 7.4.2004, sobre o resultado dos trabalhos da Comissão de Tomada de Contas Especial, cuja conclusão foi prevista para dezembro de 2003.

AValiação DA SFC:

Verifica-se que o Gestor adotou providências para o saneamento dos fatos apontados, porém constata-se que: não foi concluído o PAD dos demais responsáveis arrolados, não foram concluídos os trabalhos de avaliação da qualidade dos sistemas implementados pelo CETEAD, não foi concluída a sindicância referente aos pagamentos da aposentadoria do Sr. Crésio de Matos Rolim e, ainda, não foi encaminhado o resultado dos trabalhos da Comissão de Tomada de Contas Especial. Diante do exposto, verifica-se que o assunto encontra-se PENDENTE de regularização.

4.1.1.6.7 TC nº 001.276/2003-9 - SIGILOSO - Possível fraude praticada por particular contra o INSS

Trata-se de processo de denúncia versando sobre possível fraude praticada por particular contra o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, para recebimento de benefício previdenciário, ocorrida na Agência da Previdência Social em Patrocínio - MG.

O assunto originou-se na denúncia de recebimento cumulativo de benefícios de espécies incompatíveis: aposentadoria por tempo de contribuição nº 118.737.120.0 e benefício assistencial nº 100619.666.5, em nome de Almerinda Libório de Freitas, fato foi apurado pela Auditoria-Geral/INSS, e encaminhado ao TCU, em atendimento ao Ofício/TCU/ 4ª SECEX nº 631/2003.

Em 02/06/2003 a 4ª SECEX/TCU, emitiu o Despacho, concluindo que:

"(...)

Diante do exposto, considerando que a denunciante já obteve o reconhecimento de seus direitos de aposentadoria e que não se vislumbra a possibilidade de ocorrência de danos ao erário ou de qualquer outra irregularidade da alçada deste Tribunal de Contas da União, divergindo da instrução da senhora analista, proponho:

- a) que a presente denúncia seja considerada improcedente;*
- b) que a denunciante seja comunicada do decidido;*
- c) que os autos sejam arquivados nesta 4ª Secretaria de Controle Externo."*

Em 12.11.2003, o TCU por meio do Ofício/4ª SECEX nº 859/2003, solicitou ao INSS cópia do processo de apuração dos benefícios em nome de Almerinda Libório de Freitas, contendo documentos mencionados no parecer da Auditoria Regional IV/Representação de Auditoria em Minas Gerais - Benefícios (11.100.204), datado de 4.6.2002 e no parecer AUDBEN - 23.100.200, de 2.9.2002, da Chefe de Divisão de Auditoria em Benefícios, contendo especificamente a CTPS nº 15384/00029/PR e certidões de nascimento de Andréa Ferreira Lima e Adílson Ferreira Lima, filhos de Almerinda Libório de Freitas Lima. Foi solicitado, também, esclarecimentos e comprovação quanto à informação contida no Parecer AUDBEN - 23.100.200, de 2.9.2002, relativamente à filiação de Almerinda Libório de Freitas Lima, portadora do documento de identidade nº 8.979.382 SSP/MG, ser José Siqueira Filho e Liborina de Freitas, embora conste do referido documento de identificação filiação Jardilino Libório de Freitas e Maria Martins Dias. Por fim, foi solicitada informação sobre a situação atual do Inquérito Policial nº 04.330/03 - SR/DPF/DF, instaurado para apurar os fatos ora em análise.

Por meio da SA nº 137636-13, de 3.12.2003, solicitamos ao Gestor:

- a) Informar quanto ao cumprimento da diligência do TCU, bem como as providências adotadas e encaminhar cópia dos resultados dos trabalhos realizados por esse Instituto, com vistas ao atendimento do contido nas alíneas "a" a "d" do Ofício nº 631/2003 e nas alíneas "a" a "c" do Ofício nº 859/2003, acima referenciados.*

O Gestor, por meio do Ofício nº 02/INSS/DIRBEN, de 2.1.2004, informou que o assunto não está afeto à Coordenação-Geral de Benefícios, tendo sido encaminhado para a Coordenação Geral de Auditoria em Benefícios, com solicitação de atender à denúncia de recebimento cumulativo de benefícios de espécies incompatíveis aposentadoria por tempo de contribuição 118.737.120.0 e benefício assistencial nº 100619.666.5, em nome de ALMERINDA LIBÓRIO DE FREITAS, fato apurado pela Auditoria.

Diante do exposto, foi emitida a Solicitação de Auditoria nº 139816-082, de 22.4.2004, visando obter informações atualizadas quanto ao cumprimento das determinações contidas na TC nº 001.276/2003-9.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Em resposta, foi encaminhado em 30.4.2004, por meio do Ofício nº 450/INSS/DCGAB, documentação referente à TC nº 001.276/2003-9. Da análise dos autos, comprovou-se o atendimento dos itens "a" - CTPS nº 15384/00029/PR e certidões de nascimento de Andréa Ferreira Lima e Adílson Ferreira Lima, filhos de Almerinda Libório de Freitas Lima, "b" e "c" conforme Ofício/APS/Patrocínio/MG 11.029.04.0/137/2003, encaminhando o processo à Superintendência Regional da Polícia Federal do DF, em razão de solicitação do mesmo em virtude do Inquérito Policial nº 04.330/03-SR/DPF/DF.

AValiação da SFC:

Tendo em vista a comprovação feita pelo INSS, por meio dos documentos anexos ao processo, e o seu andamento no âmbito do TCU e no Departamento de Polícia Federal, esta SFC entende que o assunto está na alçada do Tribunal de Contas da União.

4.1.1.6.8 Acórdão 1.637/2003-P TCU - TC nº 005.989/2003-3 - Irregularidades em procedimentos licitatórios

Trata-se de auditorias realizadas pelo TCU, em Gerências Executivas do INSS, localizadas no Estado do Rio de Janeiro, para apurar possíveis irregularidades em procedimentos licitatórios, referentes aos processos nºs 37280.000208/2000-86, 35000.001551/2000-30 e 35000.001745/2000-26.

Por meio da SA nº 137636-21, de 3.12.2003, solicitamos ao Gestor informar se foram apresentadas ao TCU as justificativas para as irregularidades verificadas nos processos a seguir especificados:

- Processos nºs 37280.000208/2000-86 e 35000.001551/2000-30 - Ofícios/4ª Secex nº 496, de 30/07/2003, ao Gerente-Executivo da GEX/INSS/RJ/Sul, Luiz Alberto Botelho Salgado e nº 497, de 30/07/2003, ao Chefe do Serviço de Administração da GEX/INSS/RJ/Sul, Luiz Fernando Alves Lindolpho e
- Processo nº 35000.001745/2000-26 - Ofício/4ª Secex nº 498, de 30/07/2003, ao ex-Chefe da Divisão de administração da GEX/INSS/RJ/Norte, Luiz Fernando Alves Lindolpho.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Por meio do Ofício INSS/DIROFL/nº 1452, de 8.12.2003, o Gestor esclareceu que:

"Com referência à Solicitação de Auditoria - SA nº 137636-21, de 03/12/2003, informamos não serem do conhecimento deste Instituto, as justificativas para as irregularidades verificadas no processo TC nº 005.989/2003-3, uma vez que estas foram apresentadas diretamente pelos envolvidos: Luiz Alberto Botelho Salgado e Luiz Fernando Alves Lindolpho, ao Tribunal de Contas da União."

AValiação da SFC:

As informações foram apresentadas diretamente ao Tribunal de Contas da União, para as devidas avaliações, que já considerou o assunto encerrado.

4.1.1.6.9 TC nº 011.590/2003-8 - Trata-se de Relatório de Auditoria realizada no INSS, com o objetivo de avaliar a legalidade e oportunidade das aquisições de bens e serviços de informática no período de 1997 a 2002

Por meio do Ofício/TCU/4ª Secex/nº 729, de 9.10.2003, foram encaminhadas a esta SFC, para conhecimento, cópias dos Ofícios nºs 720 a 727/2003/4ª Secex, que tratam de assuntos provenientes de Relatório de Auditoria realizada no INSS, no período de 1997 a 2002, com o objetivo de avaliar a legalidade e a oportunidade das aquisições de bens e serviços de informática.

O Tribunal de Contas da União, à época, solicitou aos responsáveis a apresentação de justificativas pela assinatura do ato autorizativo de despesa acima do limite de 25%, do Coordenador de Apoio à Diretoria Colegiada - Inexigibilidade de Licitação nº 07/98 (Processo nº 35000.000876/98-72) e do Chefe do Núcleo Executivo de Administração Patrimonial - Inexigibilidade de Licitação nº 35/97 (Processo nº 35000.005600/97-18); pela homologação e autorização nº 150, de 17/09/2002, do Pregão nº 06/02 (Processo nº 35000.000728/2002-96), referente à locação de equipamentos de informática, onde foram constatadas diversas irregularidades; pela ratificação do ato autorizativo NEAP nº 482, de 02/12/1997 - Inexigibilidade de Licitação nº 35/97 (Processo nº 35000.005600/97-18), na qual foi constatada aquisição direta de software antivírus da McAfee; pela manifestação encaminhada ao Diretor de Administração do INSS, solicitando locação de equipamentos de informática, que resultou na Concorrência nº 09/2000 (Processo nº 35000.009136/2000-51), na qual foram constatadas diversas irregularidades; pela manifestação, do Diretor de Administração, pela homologação e autorização nº 46, de 03/04/2001, da Concorrência nº 09/2000 (Processo nº 35000.009136/2000-51); pela manifestação, do Gerente da CFCTINF, da Gerente de Projetos e da Chefe do Serviço de Suprimentos de Materiais no âmbito do Pregão nº 06/02 (Processo nº 35000.000728/2002-96).

AValiação DA SFC:

O assunto encontra-se em audiência dos responsáveis no Tribunal de Contas da União.

4.1.1.6.10 TC nº 012.065/2003-2 - Morosidade no repasse dos valores referentes à Compensação Financeira ao Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro - Rioprevidência

Trata-se de Representação formulada pelo Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, notificando a morosidade, por parte do INSS, no repasse dos valores referentes à compensação financeira prevista no art.201, § 9º, da Constituição Federal e na Lei Federal nº 9796/99, que por autorização expressa da Lei Estadual nº 3189/99 devem ser incorporados ao patrimônio do Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro - Rioprevidência.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

O Gestor apresentou as justificativas/esclarecimentos ao TCU por meio do Ofício nº 1.310/INSS/DCGAB, de 3.11.2003.

AValiação DA SFC:

O INSS apresentou esclarecimentos sobre a morosidade no repasse dos valores referentes à Compensação Financeira ao Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro - Rioprevidência ao Tribunal de Contas da União, para as devidas avaliações.

4.1.1.6.11 TC nº 012.074/2003-1 - Representação oriunda da Procuradoria da República do Estado do Rio de Janeiro, versando sobre possíveis irregularidades ocorrida na Gerência Executiva/INSS/RJ

O assunto originou-se da Auditoria Extraordinária nº 02/2002, realizada pela Auditoria Interna do INSS, em processos referentes a Serviços Continuados, Aquisição de Materiais de Consumo, Obras e Serviços de Engenharia, Permuta, Locação e Alienação de Imóveis realizados no âmbito da ex-Superintendência Estadual do Estado do Rio de Janeiro e da Gerência Executiva de Irajá/RJ.

Foi dada ciência do assunto a esta SFC, por intermédio do Ofício nº 781/TCU/4ªSecex, de 20.10.2003 e foi encaminhado ao Diretor-Presidente do INSS, o Ofício nº 762/TCU/4ªSecex, de 20.10.2003, solicitando a manifestação da Coordenação-Geral de Auditoria/INSS acerca dos fatos apurados.

A Coordenação-Geral de Auditoria em Gestão Interna/INSS, em documento datado de 5.2.2003, informou que devido ao elevado volume de processos auditados, o assunto deveria ser objeto de análise por parte da Corregedoria-Geral, com vistas a deliberar sobre apuração de responsabilidade funcional. Esse expediente foi encaminhado ao TCU, por intermédio do Ofício/INSS/DCGAB nº 1.370, de 14.11.2003.

Esta SFC emitiu a SA nº 137636-22 (item "4"), de 8.12.2003, solicitando informações quanto às providências adotadas pela Corregedoria-Geral sobre o assunto, tendo vista o contido no mencionado expediente da Coordenação-Geral de Auditoria em Gestão Interna da Auditoria- Geral/INSS.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Por meio do Ofício INSS/CORREG/nº 278, de 12.12.2003, a Corregedoria-Geral/INSS informou que:

"Quanto ao item 4, que trata da TC nº 012.074/2003-1, que se refere à Ação de Auditoria Extraordinária/CGAGIN/nº 02/2002, os Processos concernentes à Ação foram encaminhados, nesta data (08/12/2003), ao Gabinete do Sr. Diretor-Presidente, com sugestão de remessa à Procuradoria-Geral Federal, considerando o possível envolvimento de servidor Procurador Federal, consoante o Parecer/INSS/CORREG/nº 289/2003 (Processo nº 35000.001792/2003- 75)".

E por intermédio do Ofício INSS/CORREG/nº 0032/2004, de 14 de abril de 2004, a Corregedoria-Geral do INSS encaminhou no documento Exposição de Motivos as seguintes informações:

"(...)

Irregularidades ocorridas na GEX-RJ/SUL, referentes a serviços continuados, aquisição de material de consumo, obras e serviços de engenharia, permuta e locação. A Corregedoria emitiu o Parecer nº 289/2003 (...) que integra os autos nº 35000.001792/03-75. As medidas de apuração de irregularidades, neste caso, também extrapolam a competência da Corregedoria do INSS, tendo em vista o suposto envolvimento de Procurador Federal, categoria cuja instauração de procedimento disciplinar é regulada pelo art. 11, § 2º, inciso VI, da Lei nº 10.480/2002. Por essa razão os autos foram encaminhados ao Gabinete do Senhor Diretor Presidente nos termos do art. 32, inciso X, do Decreto nº 4.688/2003, e conforme andamento do SIPPS, o processo se encontra atualmente no Serviço de Apoio da Procuradoria Geral."

AValiação DA SFC:

A Corregedoria-Geral/INSS encaminhou o assunto ao Gabinete do Diretor-Presidente do INSS, com sugestão de remessa dos autos à Procuradoria-Geral Federal, nos termos do art. 32, inciso X, do Decreto nº 4.688, de 7.5.2003 - DOU de 8.5.2003. Apesar das medidas adotadas, o assunto continua PENDENTE de regularização.

4.1.1.6.12 Acórdão nº 1.258/2003 - TCU - Segunda Câmara (TC nº 000.163/2003-0)

Por meio do Ofício/TCU/4ª Secex/nº 581, de 21.8.2003, foi comunicado decisão determinando a esta SFC que informe nas próximas contas do INSS sobre o cumprimento das recomendações contidas no Relatório de Auditoria Operacional nº 099749/2002 e Relatório de Auditoria de Gestão nº 117146/2002, onde trata o assunto com mais detalhamento como segue:

"(...)

Trata-se de Auditoria Operacional realizada pela SFC por meio da Gerência Regional de Controle Interno/MS, na área de Arrecadação Previdenciária, especificamente no processo de fiscalização em empresas devedoras de contribuição, emissão de CND, e anulação e restituição de créditos previdenciários, realizados pela Gerência Executiva do INSS em MS.

As principais constatações contidas no Relatório de Auditoria nº 099749/2002 foram:

- *Suspensão da ação fiscal iniciada na empresa COBEL CONSTRUTORA DE OBRAS DE ENGENHARIA LTDA, em 19/02/2002, sem esclarecimentos devidos, conforme item 3.1.1.2;*
- *Emissão de CPD-EN (Certidão Positiva de Débito com Efeito de Negativa) à empresa ELMA ENGENHARIA CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA., em 21/02/2002, com autorização da Gerente Executiva do INSS em Campo Grande, por meio do Memorando nº 06.001/023/2002, contrariando as normas legais, uma vez que a empresa apresentava Débitos com o INSS, os quais eram impeditivos para emissão da respectiva Certidão, pois somente, foram quitados em 26 e 27/02/2002, conforme item 3.1.1.3; e*
- *Anulação dos LDCs (Lançamentos de Débitos Confessados) nºs 35.199.151-4 e 35.199.150-6, nos valores de R\$ 4.060.155,38 e R\$ 1.760.588,40, referentes a contribuições que lhes eram devidas, e ainda, restitui R\$ 392.661,00 compensáveis, totalizando irregularmente R\$ 6.213.354,78, conforme item 3.1.1.4.*

Os resultados foram encaminhados ao INSS, para conhecimento e implementação das recomendações.

JUSTIFICATIVA:

O Gestor informou, por meio do Ofício/INSS/DCPRES/nº 88, de 24/01/2003, o seguinte:

Em relação a suspensão de Ação Fiscal

"Esta Coordenação-Geral de Fiscalização, em 6/01/2003, através de e-mail enviado à Chefia de fiscalização/Serviço de Arrecadação da Gerência Executiva de Campo Grande/MS, solicitou providências no sentido de imediata conclusão da ação fiscal em curso, cadastrada sob o nº 00015837, iniciada em 02/2002, suspensa no mês seguinte e reiniciada em 08/2002, e agora com informação de conclusão neste primeiro trimestre, tendo em vista férias dos auditores-fiscais componentes da junta fiscal designada. Dados de 09/2002 estimam um lançamento de débito em torno de R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais). Neste momento, aguarda o resultado conclusivo de referida auditoria fiscal para proceder ao encaminhamento do resultado solicitado.

2.0 Memorando nº 005/2003 INSS/DIRAR, (...), datado de 17/01/2003, expedido pela Diretoria de Arrecadação, (...) sobre a instauração de sindicâncias e processos administrativos disciplinares, encaminhou à Coordenação-Geral de Auditoria deste Instituto (...)."

Em relação a anulação dos LDCs

"Esta Coordenação-Geral de Arrecadação, em 20/01/2003, expediu o Memorando INSS/DIRAR/CGARREC nº 006, encaminhando à Gerência Executiva de Campo Grande-MS a supracitada recomendação, fundamentada em dispositivo da Instrução Normativa INSS/DC nº 80, de 27/08/2002, (...)."

Memorando INSS/DIRAR/CGARREC nº 006/2003

"(...) Com fins de implementação da recomendação do item 3.1.1.4, subitem 3 do Relatório de Auditoria Operacional nº 099749/2002 da Secretaria Federal de Controle Interno (...)

1 - (...)

2 - (...)

3 - Que não se restitua os R\$ 470.459,23 (somatórios dos valores descritos acima: R\$ 5.566,40, R\$ 117.197,44 e R\$ 239.148,42) requeridos pela empresa (...)

4 - (...)

Orientamos, com fundamento no art. 6º parágrafo único da IN INSS/DC Nº 80, datado de 27/08/2002, que alterou a IN INSS/DC Nº 071, de 10/05/2002, o cumprimento do acima estabelecido."

Em relação a emissão de CND:

"O Memorando nº 005/2003 INSS/DIRAR, (...), datado de 17/01/2003, expedido pela Diretoria de Arrecadação com fulcro no art. 25 item IV do Regimento Interno do INSS, que dispõe sobre a instauração de sindicâncias e processos administrativos disciplinares, encaminhou à Coordenação-Geral de Auditoria deste Instituto cópia do Relatório Operacional em questão, de que trata esta recomendação."

RECOMENDAÇÃO:

Face às justificativas apresentadas estarem em andamento e pendentes de realização, recomendamos que o INSS adote providências para implementar as recomendações emanadas por esta SFC, visando regularizar as falhas e irregularidades apontadas, bem como encaminhar os resultados das providências informadas que estavam em andamento."

No que se refere às medidas adotadas após o Registro de Negociação referente ao Relatório de Auditoria de Gestão nº 117146/2003, o Gestor esclareceu que:

"A Diretoria da Receita Previdenciária, por meio do Ofício nº 1.083, de 4.9.2003, informou que a Corregedoria Geral do INSS encaminhou o Processo n. 35000.000674/2003-40, que tem por objeto o Relatório de Auditoria Operacional nº 099749, de 16.12.2002 à Procuradoria Geral Federal, ante a ocorrência de impossibilidade em continuar na apuração das irregularidades de forma isolada, em face do suposto envolvimento de membros da carreira de Procurador Federal, tendo em vista o teor do art. 11, §2º, da Lei nº 10.480/2002, observando o contido no AVISO CIRCULAR nº 002/AGU.

Portanto, maiores informações sobre o andamento do processo em epígrafe, devem ser solicitadas à Procuradoria Geral Federal, onde o processo se encontra."

Em relação à emissão de CPD-EN (Certidão Positiva de Débito com Efeito de Negativa) à empresa ELMA ENGENHARIA CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA., a Coordenação-Geral de Arrecadação/DIREP/INSS, em documento datado de 1.8.2003, informou a adoção das seguintes providências:

"a) Em referência à emissão de CPD-EN de forma possivelmente irregular à empresa citada, esta Coordenação-Geral solicitou através do Memorando nº 005/INSS/DIRAR, datado de 17 de janeiro de 2003, à Auditoria-Geral, (...), a viabilização de procedimentos de apuração de responsabilidades em processo administrativo. No momento atual, podemos informar que esse órgão está procedendo por intermédio de sua Coordenação-Geral de

Auditoria em Arrecadação e Procuradoria uma pré-auditoria, haja vista a imposição de ritual específico, qual seja o encaminhamento do supracitado Memorando e documentos anexos à Procuradoria Geral Federal, dado o suposto envolvimento do Procurador Federal nas irregularidades, conforme teor do despacho CORREG- 01.100.400, de 26/06/2003, (...), da Sra. Corregedora-Geral substituta Dra. Carolina Padilha Santos. Ainda assim, e conforme o Memorando INSS/AUDIGER nº 00108 o Sr. Auditor-Geral apresentou como previsão para início dos trabalhos de auditoria, propriamente dito, o mês de agosto deste ano de 2003, (...).
Desta forma, a cargo da Auditoria Geral".

Quanto à anulação dos LDCs (Lançamentos de Débitos Confessados) nºs 35.199.151-4 e 35.199.150-6, nos valores de R\$4.060.155,38 e R\$ 1.760.588,40, e sobre o valor de R\$ 392.661,00, informou que:

"b) Relativamente à restituição dos R\$ 392.661,00 (trezentos e noventa e dois mil, seiscentos e sessenta e um reais), tivemos como valor recomendado a não se restituir - Relatório de Auditoria Operacional nº 099749 - R\$ 470.459,23 (quatrocentos e setenta mil, quatrocentos e cinquenta e nove reais e vinte e três centavos), representados pelos valores (R\$ 5.566,40 + R\$ 117.197,44 + R\$ 108.547,37), e R\$ 239.148,42, referente ao período abril/2001 a julho/2002, cujos processos de requerimento se encontravam com o AFPS, responsável pela fiscalização, conforme informado. Assim, como providência imediata, esta Coordenação-Geral, em 20/01/03, através do Memo INSS/DIRAR/CGARREC nº 06, procedeu a determinação da não restituição, haja vista conhecer dos LDCs, indevidamente anulados por aquela Gerência, cujo restabelecimento de sua tramitação estava sendo tratada, em paralelo, pela Coordenação-Geral de Cobrança, situação que ensejaria a perfeita compensação deste valor, nos termos de Orientação Interna existente, que não permite restituir valores a empresas em débito com a Previdência Social. No desempenho de nossas atividades gerenciais inquirimos o chefe do Serviço de Arrecadação daquela Gerência de Campo Grande/MS sobre o cumprimento daquela orientação, que em resposta fez os seguintes esclarecimentos:

1. Os valores R\$ 5.566,40, R\$ 117.197,44 e R\$ 108.547,37, fazem parte do Requerimento de Restituição - RR protocolado sob o nº 35.011.002351/01-74 que fizera parte da ação fiscal, tendo sido compensados nos créditos apurados, através dos LDCs de nº 35.199.150-6 e 35.199.151-4, que tiveram seus procedimentos de cobrança restabelecidos;

2. Que sobre a diferença representada pelos R\$ 239.148,42 (constante de processos em apreciação, naquela época, conforme informado) nada puderam encontrar, sugerindo que essa Secretaria nos respalde com maiores detalhes sobre este valor requerido/deferido e restituído. Neste propósito encaminharemos, ainda, cópia do próprio Relatório de Auditoria Operacional em Campo Grande/MS nº 099749, imaginando que a descrição feita na constatação dos fatos, ali registrados, possa contribuir para o esclarecimento do desfecho deste processo de restituição.

b.1) Na tentativa de descobrir a origem destes R\$ 392.661,00 (trezentos e noventa e dois mil, seiscentos e sessenta e um reais) requeridos e informados como deferidos, e agora focado, procedemos a uma reapreciação do Relatório anterior, e tendo localizado em parte outra, que não nos itens de Recomendações, estaremos providenciando esclarecer, se este pedido de restituição deferido foi restituído, ou como o supracitado pedido de restituição, fora compensado em processos de LDCs, para oportunamente informar à SFC/CGU.

c) Em qualquer das hipóteses, o Memorando nº 005 INSS/DIRAR, datado de 17 de janeiro de 2003, encaminhado à Auditoria-Geral enviou nos termos da Recomendação para apuração de responsabilidade em processo administrativo, produzida pelo Relatório de Auditoria Operacional nº 099749/2002/SFC (item 3.1.1.4), solicitação de providências no sentido de

apurar irregularidades em procedimentos de deferimento para pagamento de restituição à empresa ENERTEL ENGENHARIA LTDA. CNPJ 26.832.030/0001-58. O Sr. Auditor-Geral Carlos Antunes Nascimento, em resposta à solicitação de informações sobre a atual posição da possível instauração do processo disciplinar em foco, por intermédio do MEMORANDO INSS/AUDIGER nº 00108/2003, assim se manifestou: "...Informamos ainda que está sendo realizada uma Pré-Auditoria pela nossa Coordenação-Geral de Auditoria em Arrecadação e Procuradoria, com previsão de início da ação de auditoria propriamente dita para o mês de agosto/2003".

No tocante à suspensão da ação fiscal iniciada na empresa COBEL CONSTRUTORA DE OBRAS DE ENGENHARIA LTDA., informou que:

"a) O Ofício/INSS/DCPRES/nº 88, de 24.1.2003 que encaminhou o Memorando nº 05 INSS/DIRAR, datado de 20.1.2002, composto entre outros pelo Anexo II, relativo à Coordenação-Geral de Fiscalização, informou essa Secretaria Federal de Controle sobre as providências adotadas no sentido de concluir a ação fiscal nº 00015837, iniciada em 02/2002, suspensa e reiniciada em 08/2002, com previsão de encerramento no primeiro trimestre de 2003 e expectativa de levantamento de crédito em torno de R\$ 1,2 milhão de reais. Esta previsão de conclusão foi alterada, a princípio, para 20.12.2003, tendo em vista recomendação desta Coordenação-Geral para retroagir a referida ação aos 10 anos assegurados em lei, haja vista evidências de créditos a serem apurados, em período passado; no entanto, a ação fiscal junto a empresa já instigou a confissão de débito, no montante de R\$ 13.473.475,46 (treze milhões, quatrocentos e setenta e três mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e quarenta e seis centavos), representados pelos LDC de nº 35.057.426-0, 35.057.427-8, 35.057.428-6, 35.541.656-5, 35.541.657-3, 35.541.658-1 e a lavratura de três Autos de Infração - AI (nºs. 35.541.659-0, 35.541.660-3 e 35.541.661-1) no total de R\$ 111.768,46 (cento e onze mil, setecentos e sessenta e oito reais e quarenta e seis centavos).

Desta forma e de conformidade com a Informação Fiscal de nº 15 da Gerência Executiva de Campo Grande/MS a demora para o encerramento desta ação de refiscalização está adstrita a dificuldades técnicas, dentre outras, as surgidas com a comprovação, pela empresa, do Auto de Apreensão, datado de 04/04/2003, de sessenta e cinco livros "Diários" e sessenta e cinco livros "Razão", lavrado pelo Departamento de Polícia Federal da Superintendência Regional/MS, para fins de encaminhamento à Justiça Federal. Esta Coordenação-Geral empenhada em vencer os inúmeros obstáculos surgidos, já envidou pleito à Procuradoria-Federal Especializada desta Autarquia, visando obter liberação do acesso dos auditores- fiscais incumbidos da ação, a estes documentos fiscais.

b) O Memorando nº 005 INSS/DIRAR, datado de 17 de janeiro de 2003, encaminhado à Auditoria-Geral enviou nos termos da Recomendação para apuração de responsabilidade em processo administrativo, produzida pelo Relatório de Auditoria Operacional nº 099749/2002/SFC (item 3.1.1.2), solicitação de providências no sentido de elucidar os procedimentos considerados anormais quando da suspensão da ação fiscal acima referida como iniciada e suspensa, à época, sem justificativas consistentes. O Sr. Auditor-Geral Carlos Antunes Nascimento, em resposta à solicitação de informações sobre a atual posição da possível instauração do processo disciplinar em foco, por intermédio do MEMORANDO INSS/AUDIGER nº 00108/2003, assim se manifestou: "... Informamos ainda que está sendo realizada uma Pré-Auditoria pela nossa Coordenação-Geral de Auditoria em Arrecadação e Procuradoria, com previsão de início da ação de auditoria propriamente dita para o mês de agosto/2003", (...)"

Quanto à anulação dos LDC's (Lançamentos de Débitos Confessados) nºs 35.199.151-4 e 35.199.150-6, nos valores de R\$ 4.060.155,38 e R\$ 1.760.588,40, informou que:

"a) Esta Coordenação-Geral, por intermédio do Memorando INSS/DIRAR/CGCOB nº 004/2003, datado de 16/01/2003, determinou a anulação dos Despachos Decisórios 06.001/00/02 e 06.001/002/02 exarados por aquela Gerência Executiva, tornando, assim, sem efeito as decisões nestes contidas, relativamente ao cancelamento dos Levantamentos de Débitos Confessados - LDCs nºs 35.199.151-4 e 35.199.150-6, de valores R\$ 4.060.155,38 e R\$ 1.760.588,40, respectivamente, conforme informação prestada a essa Secretaria Federal de Controle, via expediente (...) que apreciou, em 20/01/2003, o Relatório de Auditoria Operacional nº 099749/2002.

Em decorrência destes procedimentos, referidos processos de débitos tiveram sua cobrança restabelecida, via inscrição em Sistema da Dívida Ativa da União, se encontrando, neste momento, em cobrança pela Procuradoria, em fase de parcelamento sem garantia, conforme telas de consulta à situações de processos de débito, (...).

b) Ainda, em referência ao procedimento irregular de cancelamento dos LDCs supramencionados via Despachos Decisórios de nºs 06.001/001/2002 e 06.001/002/2002 da lavra daquela Gerência Executiva de Campo Grande/MS, a Diretoria de Arrecadação (atual Receita Previdenciária), por intermédio do Memorando nº 005 INSS/DIRAR, datado de 17 de janeiro de 2003, encaminhado à Auditoria-Geral, solicitou fosse verificada sobre a viabilização de procedimentos de apuração de responsabilidades em processo administrativo, nos termos da Recomendação constante do Relatório de Auditoria Operacional nº 099749 (item 3.1.1.4) dessa SFC. No momento atual, podemos informar que este órgão está procedendo por intermédio de sua Coordenação-Geral de Auditoria em Arrecadação e Procuradoria uma pré-auditoria, haja vista a imposição de ritual específico, qual seja o encaminhamento do citado Memorando e documentos anexos à Procuradoria Geral Federal, dado o suposto envolvimento de Procurador Federal nas irregularidades, conforme teor do despacho CORREG-01.100.400, de 26/06/2003, (...), da Sra. Corregedora Geral substituta Dra. Carolina Padilha Santos.

Ainda assim, e conforme o Memorando INSS/AUDIGER nº 00108, o Sr. Auditor-Geral apresentou como previsão para início dos trabalhos de auditoria, propriamente dito, o mês de agosto deste ano de 2003, (...). Desta forma, a cargo da Auditoria- Geral".

Após os esclarecimentos do Gestor, a questão foi avaliada por esta SFC da seguinte forma:

"O assunto encontra-se com providências regularizadoras. Entretanto, será objeto de verificação na Gestão de 2003.

Por meio do Ofício nº 1.877/CGU-PR, de 28.10.2003, a CGU solicitou ao INSS a instauração de Procedimento Disciplinar para apuração de eventuais responsabilidades. Solicitou, ainda, que na hipótese de constatação de prejuízos ao erário decorrentes do procedimento questionado, sejam adotadas medidas imediatas tendentes a ressarcir-se dos valores respectivos e, não logrando êxito, providenciar a instauração da competente TCE".

Em decorrência dos trabalhos desenvolvidos pela Comissão de Acompanhamento e Revisão de Apurações relativas ao INSS e DATAPREV, instituída pela Portaria CGU nº 445, de 27.8.2003, foi encaminhado o Ofício nº 2.809/CGU-PR, de 8.12.2003, ao Diretor-Presidente do INSS, solicitando informações sobre o desenvolvimento das providências adotadas para instauração do processo administrativo disciplinar e a adoção de medidas para o ressarcimento de débitos ao erário ou instauração da competente TCE.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Em resposta, a Diretoria da Receita Previdenciária/DIREP/INSS, em documento datado de 22.12.2003, informou que todas as providências sobre as irregularidades na área da Arrecadação Previdenciária foram tomadas no âmbito daquela Diretoria e, considerando estar a cargo da Corregedoria-Geral do INSS a abertura de processo administrativo disciplinar, sugeriu que a Diretoria Colegiada, na pessoa do Sr. Presidente do INSS, reiterasse à Corregedoria-Geral do INSS sobre a posição em que se encontra os procedimentos relativos ao processo administrativo disciplinar.

Ainda por despacho exarado pelo Sr. Corregedor-Geral, em 17.12.2003, foi informado que "(...) as irregularidades noticiadas, foram, em tese, praticadas por integrante da Carreira de Procurador Federal, os autos foram remetidos à Procuradoria Geral Federal, (...)".

Com vistas a complementar as informações, emitimos as Solicitações de Auditoria nºs 139816-001 e 139816-002, de 12.03.2004, onde obtivemos, por meio dos Ofícios nº 261/INSS/DCGAB, de 19 de março de 2004, e, nº 311/INSS/DCGAB, de 25 de março de 2004, os seguintes esclarecimentos:

Resposta à S.A. nº 139816-002

"(...)

A Ação teve como objetivo avaliar os trabalhos perpetrados em relação ao tratamento CND emitidas por Interveniência, **CND/CPD-EM** Canceladas, emitidas por Mandado de Segurança, emitidas para Obras de Construção Civil sem recolhimentos, Restituição, Débitos Administrativos, Débitos na Procuradoria, Parcelamentos com Débitos em conta corrente, Planejamento/Monitoramento de Ação Fiscal, Retenção da Obrigação corrente de Órgãos Públicos e Sistema de Controle de Acessos.

(...)

Como resultado deste trabalho registramos 13 (treze) vulnerabilidades/fragilidades sobre os aspectos inerentes aos processos auditados, para as quais formulamos recomendações, relacionadas aos controles internos, objetivando alertar preventivamente para o aperfeiçoamento gerencial, resguardando a boa prática de gestão.

1. Ação: Arrecadação/Cobrança e Fiscalização

Avaliação dos trabalhos perpetrados em relação ao planejamento e resultado do tratamento de CND emitidas por interveniência, CND canceladas, CND emitidas por Mandado de Segurança, CND de Construção Civil sem recolhimentos, Débitos Administrativos, Débitos na Procuradoria, Parcelamentos com débitos em conta corrente, Empresas prestadoras de serviço, Planejamento, distribuição, monitoramento e recebimento da carga Fiscal, retenção da Obrigação Corrente de Órgãos Públicos, Restituição/Reembolso e Controle de autorização de Sistema.

1.2. Vulnerabilidades/Fragilidades

1.2.1. Cancelamento de CND/CPD-EM sem emissão de Portaria, conforme determina a IN/INSS/DC/071, de 10/05/2002, com redação dada pela IN/INSS/DC/080, de 27/08/02, quais sejam, PCND nº 00774/2002, (06.00.010) e PCND nº 0-1584/2002 (06.001.030).

1.2.2. Alta incidência de cancelamentos por erro cadastral, contrariando o disposto no § 2º do art. 256 das Instruções Normativas citadas acima, a qual prevê ATUALIZAÇÃO/EXATIDÃO dos dados cadastrais, previamente a emissão de certidões pelas APS.

1.2.3. Inconsistências em 03 (três) PCND liberados por Interveniência, tendo em vista a não apresentação dos documentos relativos ao procedimento, conforme dispõe a IN/INSS/DC/071, de 10/05/2002, ficando configurada a disfunção por erro no motivo de liberação.

1.2.4. Disfunção formal em 01 (um) processo Restituição de Contribuições, ou seja, ausência de informação quanto à existência de ACAL, bem como, informação quanto à existência de débitos impeditivos para liberação da restituição.

1.2.5. Evidência de protelamento, no encaminhamento dos processos Administrativos de débitos (NFLD/AI), pelas APS ao Setor de Análise de Defesas e Recursos, bem como na emissão de Decisões de Notificação/Despachos Decisórios pelo referido setor, a exemplo do relato no Anexo VI, causando prejuízos a Instituição pelo não cumprimento dos prazos processuais, bem como pela não priorização dos processos de maior valor.

1.2.6. Falta de controle na substituição de débitos anulados, sendo que as substituições devem ocorrer imediatamente a emissão de Despacho Decisório de Nulidade, especialmente os constantes do anexo VI, evidenciando protelamento nas substituições.

1.2.7. Descumprimento do prazo de 30 dias para transformação de LDC em parcelamento ou encaminhamento dos mesmos à Procuradoria para inscrição em Dívida Ativa, contrariando o art. 297 da IN/INSS/DC/070/2002.

1.2.8. A existência de disfunções formais (inutilização de espaços em branco, fotocópias sem autenticação) nos processos de Retenção de Obrigação Corrente/FPM analisados, conforme Anexo VII. Verificamos ainda, divergências entre GFIP e GPS em todos os processos.

1.2.9. Deficiência nos controles de acessos aos sistemas, uma vez que constatamos a inexistência de Termo de Responsabilidade assinado pelos servidores, conforme Anexo VIII.

1.2.10. Falta de comunicação entre as chefias dos setores e os gestores dos sistemas, quando da aposentadoria/falecimento, bem como remoções e transferências dos mesmos a outros setores.

1.2.11. Inexistência, de um controle de empresas que autorizam parcelamentos com débito em conta correntes, bem como, das empresas que deixaram de quitar seus débitos por falta de recursos financeiros na conta.

1.3. RECOMENDAÇÕES

1.3.1 ORIENTAR as APS/UAA, evitando que Certidões Negativas de Débito sejam canceladas em desacordo com o estabelecido no artigo 289 da IN/INSS/DC nº 71, de 10/05/2002, alterada pela IN/INSS/DC 080/02/2002.

1.3.2 EFETUAR o encerramento de atividades no Cadastro de obras de construção civil, regularizadas pelo motivo da decadência, informando a data fim da obra constantes no documento apresentado para a regularização das mesmas, evitando o encerramento de obras em período não decadente, conforme determina o art. 119 da IN/INSS/DC nº 69, de 10/05/2002, com nova redação dada pela IN/INSS/DC/080, de 27/08/2002.

1.3.3. DISCIPLINAR as providências necessárias no sentido de exercer controle sobre as obras matriculadas, os alvarás de licença para construção e os habite-se encaminhados pelos municípios ao INSS, conforme estabelecido nos art. 121 da IN/INSS/DC nº 069, de 10/05/2002, evitando a perda do direito de constituição de crédito por decadência em decorrência do decurso de prazo, impactando o alcance das metas almejadas.

1.3.4. ENCAMINHAR à Representação Estadual de Auditoria os documentos pertinentes ao procedimento liberação de CND por Interveniência, relativos aos PCND abaixo:

a) PCND nº 1892/2002 - Lemes & Silva Ltda.

b) PCND nº 1511/2002 - Luís Antônio C. Coimbra

1.3.5. ENCAMINHAR à representação Estadual de Auditoria os PCND liberados por Mandado de Segurança e seus respectivos anexos, conforme estabelece as IN/INSS/DC nº 071, de 10/05/2002 e IN/INSS/DC nº 080, de 27/08/2002.

1.3.6. ELABORAR um controle dos Mandados Judiciais impetrados contra o Instituto, com a finalidade de obtenção de Certidões Negativas de Débito/Certidões Positivas de Débito com Efeito de Negativa, visando o

acompanhamento dos resultados dos julgamentos dos mesmos, bem como para permitir uma melhor segurança quando da liberação de novas Certidões para a empresa impetrante, para que os efeitos causados pela emissão dessas Certidões possam ser tornados nulos, caso as liminares expedidas por força de Mandados de Segurança venham a ser cassadas, ou sentença seja reformada.

1.3.7. SANEAR a disfunção apontada no processo nº 35.750.001846/02-01, onde constatamos a ausência de informação do setor competente quanto a existência de falhas com conta-corrente da empresa, bem como, sobre a existência de ACAL.

1.3.8. ELABORAR um projeto visando reduzir os estoques de Processos de Débitos que se encontram pendentes de análise para expedição de DN e DD, contemplando, priorizando os processos de maior valor, os quais se encontram na Seção de Análise de Defesas e Recursos.

1.3.9. PROMOVER treinamentos periódicos aso AFPS, uma vez que constatamos uma incidência muito alta de lançamentos de débitos julgados NULOS, evidenciando fragilidade, podendo ocasionar prejuízos ao erário público e à Instituição.

1.3.10. CORRIGIR as disfunções formais constantes dos processos referentes à Retenção de Órgãos Públicos, constante da planilha Anexo VI.

1.3.11. PROMOVER fiscalizações periódicas aos Órgãos Públicos que optaram pela retenção das Obrigações Correntes através do FPE/FPM, permitindo um melhor controle do valor retido

1.3.12. IMPLEMENTAR um controle eficaz dos acessos aos Sistemas e Arrecadação (Plenus), evitando a concessão de acessos aos sistemas sem a devida assinatura do Termo de Responsabilidade.

1.3.13. ADOTAR medidas no sentido de que os gestores desses Sistemas, tenham conhecimento imediato de transferência de servidores para setores onde não necessitam continuar acessando tais sistemas ou em caso de aposentadoria.

1.3.14. LOCALIZAR E ENCAMINHAR a esta Representação de Auditoria os processos não apresentados, mencionados nos Anexos I, II, III, IV, VI.

1.3.15. ATENDER os Memorandos e Solicitações de Auditoria - SA, conforme o contido na Resolução nº 249, de 16/12/1994 e no OFÍCIO/MPS/Secretaria Executiva/GAB nº 04-Circular, de 10/04/2003, corroborado pelo Presidente do INSS em 15/04/2003.

2. Ação: Procuradoria Federal Especializada/06.201

Avaliação dos trabalhos perpetrados em relação aos débitos na Procuradoria nas fases 511, 900, 905, 915, 916, 940, 941 e 990, bem como identificar, sanar e coibir a ocorrência de disfunções/indícios de irregularidades, caso sejam detectadas, propondo melhorias e aperfeiçoamento nas rotinas operacionais dos setores envolvidos.

(...)

2.2 Vulnerabilidades/Fragilidades

2.2.1 FASE 916 (Extinção da Ação/Crédito Sem Pagamento) - processos com disfunção de fase, uma vez que deveriam estar na fase 900, por terem sido beneficiados pela Lei 9.441/97 (baixa de crédito com valores inferiores a R\$ 1.000,00 (um mil reais), são os créditos 30.736.219-1; 31.664.848-5 e 31.358.276-4 (créditos extintos na FASE 900) conforme anexo IX.

2.2.2 FASE 990 (Cancelamento com Extinção do Crédito) - disfunção de fase no crédito 04.657.330-5. O crédito foi extinto por determinação do Juiz com fundamento no artigo 794, I, do Código de Processo Civil, sendo correta a fase 916 (Extinção da Ação/Crédito sem pagamento por decisão judicial), conforme anexo IX.

2.3. RECOMENDAÇÕES

2.3.1 CORRIGIR as fases incorretas apontadas nas vulnerabilidades 2.2.1 e 2.2.2.

2.3.2 INFORMAR os motivos da não disponibilização dos processos mencionados nos Anexos XI, os quais são apontados com não

disponibilizados, manifestando quais efetivamente não foram localizados, RECONSTITUÍ-LOS, bem como, PROMOVER a apuração de responsabilidades, se for o caso. (...)”

Resposta à S.A. nº 139816-001

“(...)”

2. Em cumprimento do Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna-PAAAI-2003, a Auditoria-Geral do INSS, através da Auditoria Regional VI - Brasília realizou a Ação de Auditoria Ordinária de números 23.05.00.13 e 23.07.00.13 e divulgada pelo senhor Auditor-Geral, através de Memorando INSS/AUGDER Nº 00108/2003 na Gerência-Executiva de Campo Grande/MS.
3. Iniciada no mês de agosto/2003 e concluída em novembro/2003 a Equipe de Auditoria cumpriu o cronograma planejado, valendo-se das melhores práticas auditoriais, realizando a atividade nas dependências da Gerência-Executiva de maneira integrada, ou seja, avaliando os controles internos referentes às áreas de Arrecadação e Procuradoria da Unidade Auditada, visualizando o processo interligado, permeando as respectivas Unidades responsáveis pela atuação em cada segmento.
4. Como resultado deste trabalho registrou-se 13 (treze) vulnerabilidades/fragilidades sobre os aspectos inerentes aos processos auditados para as quais foram formuladas 17 (dezessete) recomendações, relacionadas aos controles internos, objetivando alertar previamente a Gerência-Executiva, para o aperfeiçoamento gerencial, resguardando a boa prática de gestão.
5. Informamos que juntamos em resposta à Secretaria Federal de Controle Interno (Solicitação de Auditoria Nº 139816-02) protocolado sob número de comando do Sistema Informatizado de Protocolo - SIPPS - 12857702: Cronograma da etapa I (Planejamento dos Trabalhos), Plano de Ação e respectivo Relatório de Auditoria.
6. (...).

AVALIAÇÃO DA SFC:

Verifica-se que o Gestor realizou auditoria para apuração dos fatos apontados, porém não há informações conclusivas sobre o saneamento efetivo das impropriedades/irregularidades encontradas. Portanto, o assunto permanece PENDENTE de regularização.

Quanto ao Processo Administrativo Disciplinar, o assunto está no âmbito da Procuradoria Geral Federal.

4.1.1.6.13 Acórdão nº 918/2003 - TCU - Segunda Câmara (TC nº 010.205/2001-0)- Apuração de responsabilidade, no âmbito do INSS, na contratação da empresa BANKING Solutions do Brasil Ltda.

O Relatório de Auditoria nº 087911/2002 desta SFC registrou irregularidades nos procedimentos adotados na realização da Concorrência nº 002/2001 e contratação emergencial de software destinado ao gerenciamento eletrônico de fila nas APS conforme resumo a seguir:

“O Conselho de Administração da DATAPREV decidiu pela contratação emergencial da empresa BANKING Solutions do Brasil Ltda., por dispensa de licitação, visando o gerenciamento informatizado de 235 APS e a adequação do software em outras 70 APS, com vigência fixada de 16.02.2000 a 13.12.2000. A referida contratação no valor global de R\$ 6.127.595,00 foi realizada pela DATAPREV, sendo homologada em 15.06.2000. O fato gerou encargos tributários desnecessários ao INSS, causando prejuízo no valor de R\$ 857.863,30, referente a Imposto de Renda - Pessoa Jurídica,

considerando que o Instituto, autarquia federal, tem isenção tributária, ao contrário da DATAPREV, empresa pública - pessoa jurídica de direito privado.

Recomendação: Embora o certame licitatório tenha sido anulado, verificamos que não houve apuração de responsabilidade sobre quem deu causa aos prejuízos constatados em razão de contratação emergencial realizada pela DATAPREV, pela qual mantemos a recomendação constante do Relatório de Auditoria de Acompanhamento de Gestão nº 084952/2001."

Solicitamos informações quanto ao cumprimento da recomendação referente à contratação emergencial realizada pela DATAPREV.

Ainda sobre as irregularidades constatadas, o Tribunal de Contas da União, por meio do Acórdão nº 918/2003 - 2ª Câmara/TCU, determinou *in verbis*:

"9.4. determinar ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS que:

9.4.1 proceda à plena fundamentação das decisões proferidas nos julgamentos das propostas e dos recursos administrativos, notadamente no tocante à desclassificação de propostas de licitantes, explicitando de forma precisa os aspectos que determinaram a incompatibilidade da proposta com os requisitos inerentes à licitação, em atenção ao disposto nos arts. 44 e 45 da Lei nº 8.666/93 e em obediência ao princípio da motivação dos atos administrativos norteado pelos arts. 2º e 50 da Lei nº 9.784/99;

9.4.2 em futuros procedimentos licitatórios, caso adotados procedimentos similares aos da "fase laboratório" prevista na Concorrência nº 002/2001, estabeleça nos editais critérios claros quanto aos objetivos dessa fase, indicando a sua fundamentação legal e cuidando para que ela anteceda a abertura das propostas de preços, em conformidade com o disposto no art. 30, §8º, da Lei nº 8.666/93;

9.4.3 adote providências com vistas a que as estimativas de preços para os futuros certames sejam precedidas de pesquisa de mercado, atualizada e compatível com o objeto a ser contratado, conforme prevê o art. da Lei nº 8.666/93;

9.4.4 estabeleça a duração dos contratos, notadamente nos casos de aquisição de equipamentos de informática, em consonância com o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/93; e

9.5 juntar os presentes autos às contas do Instituto Nacional do Seguro Social relativas ao exercício de 1999 (TC 009.970/2000-5), para exame em conjunto e em confronto".

As determinações contidas no mencionado Acórdão foram encaminhadas por intermédio do Ofício nº 408/TCU/4ª Secex, de 25.6.2003, dando ainda ciência a esta SFC pelo Ofício nº 410/TCU/4ª Secex, de 25.6.2003.

Foi solicitada, por meio da SA nº 139816-008, de 17.3.2004, a posição atual dos trabalhos realizados pela Comissão de Processo Administrativo Disciplinar - CPAD nº 337284.000956/2002-52, de 26.11.2003, complementando as informações prestadas por meio do Ofício/INSS/CORREG/nº 278, de 12.12.2003.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

A Corregedoria-Geral/INSS, informou, por intermédio do Ofício/INSS/CORREG/nº 278, de 12.12.2003, sobre a constituição da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, CPAD nº 337284.000956/2002-52.

E por intermédio do Ofício INSS/CORREG/nº 0021/2004, de 22 de março de 2004, a Corregedoria-Geral do INSS encaminhou o Memorando/CPAD/nº 08/2004, de 22 de março de 2004, com as seguintes informações:

"(...)

Em decorrência da solicitação emanada da Controladoria-Geral da União e, ao mesmo tempo, em atendimento ao pedido realizado pela Gerente da Corregedoria-Geral, Patrícia Araújo Alves de Oliveira, este Colegiado vem esclarecer que o Procedimento Administrativo Disciplinar nº **37284.000956/2002-52**, encontra-se em fase de apuração, conforme alíneas a seguir:

- a) o processo já foi devidamente instruído, à medida que todos os procedimentos para esta fase foram adotados com desvelo pela primeira comissão responsável no tocante a apuração das irregularidades existentes;
- b) o resultado da instrução processual culminou no indiciamento de dois servidores;
- c) logo após a citação, um dos indiciados requereu a oitivas de 8 (oito) testemunhas como forma de defesa, obtendo, inclusive, o deferimento parcial desta presidência, por razões intrínsecas ao desfecho final do dito processo;
- d) houve a anuência para as oitivas de 7 (sete) testemunhas, esclarecendo, por oportuno, que todas elas atualmente possuem domicílio em diversas unidades federativas, entre elas: Rio de Janeiro, Pará, São Paulo, Rio Grande do Norte e Mato Grosso do Sul; e
- e) finalmente, foram emitidas todas as Cartas Precatórios com o fito de subsidiar as provas impetradas por um dos indiciados, bem como foram encaminhadas aos Estados respectivos com vistas a tomada de depoimento.

É de bom alvitre ressaltar, que nenhuma destas Cartas retornaram ainda a esta Comissão, razão pela qual este trio processante fica inviabilizado de concluir os atos apurados.

Observa-se, todavia, que o contrário, estes processantes estariam incorrendo em flagrante cerceamento de defesa para com os servidores já devidamente indiciados.

In limine, ressalte-se que somente após o retorno das mencionadas Cartas Precatórias é que esta presidência deverá abrir o prazo comum de defesa 20 (vinte) dias e, ulteriormente, elaborará as ilações relativas ao presente feito.

Ante tais esclarecimentos, encaminhe-se este documento à Gerência dessa Corregedoria-Geral, para ciência e posteriores deliberações a seu cargo.

Foi encaminhado em anexo "Ultimação de Instrução", datada de 26 de novembro de 2003, onde transcrevemos em parte a seguir:

Ref.: CPAD - nº 337284.000956/2002-52

(...)

Os Servidores não Indiciados

Não serão indiciados os seguintes servidores, previamente notificados como envolvidos no processo:

1. Tereza Cristina Monteiro Cardoso do Nascimento. A referida servidora trabalhava como auxiliar em serviços na Coordenação-Geral de Orçamento, praticando apenas atos de expediente, não podendo ser responsabilizada por qualquer infração disciplinar.
2. Raul Christiano de Sanson Portella, Haja vista já ter sido demitido do Serviço Público Federal.
3. Rosângela Pereira dos Santos, porquanto como a servidora Tereza Cristina, praticava atos de menor potencial, tais como atestar a existência da dotação orçamentária, e quanto a este ponto especificamente, não cometeu irregularidade que pudéssemos até o momento apurar.
4. Roberto Machado Trindade atuou na execução propriamente dita do contrato, recebendo relatórios de execução e realizando o atesto para

- pagamento. Quanto a este aspecto também não detectou a Comissão ilícitos que merecesse a atual indicição, pelo que deixa de fazê-la.
5. Roberto Câmara Vilela da Silva tal como o servidor Roberto Trindade, participou do acompanhamento da execução do contrato, sem que tivéssemos constatado irregularidades cuja origem possa ser atribuída ao servidor no presente momento.
 6. Benedito Castro da Silveira Frade Neto. Ex-Coordenador-Geral de Logística, assumiu o cargo quando o presente processo se encontrava em andamento, não podendo ser responsabilizado por atos que foram praticados antes de sua gestão. E embora tenha autorizado pagamentos, estes foram feitos sob a chancela da administração anterior, e não constituem de per si ilícitos passíveis de apuração.

A Indicição

A gravidade dos ilícitos perpetrados no presente feito estão direcionadas à falta de Projeto Básico e à acusação de **superfaturamento** no preço dos softwares adquiridos sem licitação.

01. Durante o processo apuratório, verifica-se que o servidor ARNALDO NOGUEIRA DE LIMA autorizava o "pague-se" no referido processo, dentre outros fatos de execução.

É patente também que o servidor ARNALDO NOGUEIRA DE LIMA firmou o referido contrato, consoante fls. 264/271 do processo nº 35000.002787/99-04.

Tais atos podem ser caracterizados claramente como valer-se do cargo logrando proveito a outrem, já que em nenhum momento verificou-se proveito próprio, constituindo violação do art. 117, inciso IX, da Lei nº 8.112, de 1990.

Pelo exposto, não é outra senão esta a conclusão do trio processante, que baseado nas diversas provas documentais dos autos, RESOLVE: Indiciar o servidor ARNALDO NOGUEIRA DE LIMA, mat. 878082, Agente Administrativo do **INSS**, como incurso na violação do art. 117, inciso IX, da Lei nº 8.112, de 1990, porquanto com os atos praticados em razão de seu cargo causou proveito a outrem em prejuízo da administração.

PROVAS DOCUMENTAIS CONTRA O SERVIDOR:

Processo nº 35000.002787/99-04, Inexigibilidade de Licitação nº 13/99

1 - Contrato de fls. 264/271.

2 - Despacho de fls. 252/253.

3 - Autorizações de Pagamento de fls. 281 e seguintes.

O servidor HENRIQUE VIEIRA FERRARI, na época Coordenador Geral de Engenharia e Patrimônio, devidamente interrogado, mostrou-se com desvelo para com esta comissão, solicitando inclusive a oitiva de todos os servidores que participavam do processo de contratação e instalação do **Q-MATIC**.

No entanto, o referido servidor praticou também irregularidade administrativa, que não poderia deixar de ser objeto de apuração.

Já tocamos no ponto em que a Procuradoria-Geral Federal deve apurar a infração cometida por seus Procuradores Federais, sendo suas condutas porventura até de maior gravidade que a do presente servidor.

Está consignado nos autos que o programa e o hardware cognominado de **Q-MATIC** é apenas um dos produtos existentes no mercado e que não era em tese o único a atender aos interesses do INSS.

Assim, o servidor HENRIQUE VIEIRA FERRARI, ao despachar o processo nº 35000.002787/99-04, às fls. 202/204 dos autos, não deveria ter manifestado a sua preferência por dado produto.

Como Chefe maior do órgão técnico de Engenharia do INSS à época, o servidor deveria conhecer a legislação que regia a matéria e deveria diligenciar em busca de todo e qualquer outra possibilidade de aquisição e licitação para a Autarquia.

Do exposto, entende esta Comissão proceder à indicição do servidor HENRIQUE VIEIRA FERRARI, como incurso no art. 116, inciso III, da Lei nº 8.112, de 1990, por infringir norma legal ao se manifestar acerca da

preferência de marca, quando a legislação de licitação e contratos veda expressamente tal conduta.

PROVAS DOCUMENTAIS:

DESPACHO DE FLS. 202/204 do processo nº 2787/99/04.

Para cumprimento do princípio do contraditório e da ampla defesa os servidores ora indiciados devem ser CITADOS para apresentação de sua defesa legal no prazo comum de 20 dias.

AVALIAÇÃO DA SFC:

O assunto continua PENDENTE uma vez que o referido PAD, segundo informou o INSS, não foi concluído. Por conseguinte ainda não houve a apuração dos prejuízos causados pela contratação da empresa Banking Solutions, onde o Instituto arcou com custos adicionais (impostos), no valor de R\$ 857.863,30, por serviços que deveriam ser contratados diretamente pelo mesmo.

4.1.1.6.14 Acórdão nº 94/2003 - TCU - (TC nº 014.188/2001-5)- Benefícios em duplicidade - Espécie 22 - Pensão por Morte de ex-servidores públicos

O Tribunal de Contas da União - TCU por meio do Acórdão nº 94/2003, exarado no processo nº TC 014.188/2001-5, Sessão Ordinária de 12.02.2003, publicado no Diário Oficial da União de 24.02.2003, determinou à Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento em conjunto com o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS o seguinte:

*"9.2.4. verificar, no prazo de cento e oitenta dias, os valores pagos em duplicidade pelo Instituto Nacional do Seguro Social e pelo Tesouro Nacional em todos os demais processos de pensão migrados para o Siape;
9.2.5. suspender, no prazo de quinze dias, a contar do término do prazo fixado no subitem anterior, os benefícios pagos em duplicidade pelo Instituto Nacional do Seguro Social e pelo Tesouro Nacional, e proceder à cobrança dos valores já pagos;
9.2.6. informar ao Tribunal, no prazo de trinta dias, a contar do término do prazo fixado no subitem 9.2.4, as medidas adotadas e os montantes a serem ressarcidos, relativos aos pagamentos de que cuidam aquele subitem;
9.2.7. finalizar, no prazo de sessenta dias, o processo de migração das pensões abrangidas pelo art. 248 da Lei nº 8.112/1990;"*

AVALIAÇÃO DA SFC

Apesar das providências adotadas pela Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento juntamente com o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, esta Secretaria constatou que não foram cumpridas as determinações do TCU, principalmente nos casos de pagamentos em duplicidade. Assunto PENDENTE.

Esse assunto encontra-se melhor detalhado no item relativo à Atuação da SFC/CGU-PR, que trata da Auditoria de Acompanhamento da Gestão - Relatório nº 135726/2004, sobre Benefícios da Espécie 22 - Pensão por Morte.

4.1.1.6.15 Acórdão nº 1.888/2003 - TCU - Plenário (TC nº 002.766/2003-4 - Sigiloso e apenso TC nº 013.583/2003-2)

Por meio do Ofício/TCU/4ª Secex/nº 18, de 8.1.2004, foi encaminhado, para conhecimento, cópia dos Ofícios nºs 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16/2004, dirigidos respectivamente ao Sr. Taiti Inenami, Sra. Áurea Mendes Viana Alves Neta e aos Srs. José Roberto Sfair Macedo, Osvaldo de Oliveira Nunes, Raul Christiano de Sanson Portella, Paulo Roberto Tannus Freitas, Vainer Cosme Augusto de Oliveira,

Arnaldo Nogueira de Lima, Dimas Luís Rodrigues da Costa, João Ângelo Loures e Taiti Inenami, e, cópia do Acórdão nº 1.888/2003, que determinou:

"(...)

9.2 com fulcro no art. 43, II, da Lei nº 8.443/92, c/c o art. 202, III, do RITCU, determinar a audiência:

9.2.1 de Taiti Inenami, Diretor-Presidente do INSS e Áurea Mendes Viana Alves Neta, chefe do Núcleo Executivo de Administração Patrimonial - NEAP, à época (hoje Coordenação de Apoio à Diretoria Colegiada, para que apresentem razões de justificativa, no prazo de 15 dias, sobre as seguintes ocorrências: omissão quanto à cobrança dos valores relativos às diferenças decorrentes da mudança do percentual de 1 milésimos sobre o valor dos imóveis a título de taxa de uso, bem como dos percentuais de 22,07% e 3,05%, concedidos em janeiro de 1995 e janeiro de 2002, respectivamente, medida que havia sido determinada por este Tribunal nos termos dos itens 8.1.4.6 e 8.25.7.2 da Decisão nº 1.566/2002-Plenária;

9.2.2 dos servidores identificados na tabela abaixo, para que apresentem razões de justificativa pelo fato de não terem realizado a avaliação anual dos imóveis funcionais do INSS, contrariando o disposto no item 2 da Ordem de Serviço/INSS nº 10, de 29/04/1994, a qual regulamenta, no âmbito da Autarquia, o disposto no art. 14, in fine, do Decreto nº 980, de 11/11/93;

RESPONSÁVEL	CPF	CARGO	PERÍODO DE GESTÃO
José R. Sfair Macedo	042.802.881-00	Diretor de Adm. Patrimonial	10/01/94 a 04/01/96
Osvaldo de Oliveira Nunes	057.208.991-49	Diretor de Adm. Patrimonial	04/01/96 a 14/03/97
Raul Christiano de Sanson Portela	010.946.377-34	Diretor de Adm. Patrimonial	05/06/97 a 11/06/99
Paulo Roberto Tannus Freitas	080.038.905-00	Diretor de Administração	11/06/99 a 07/06/01
Vainer Cosme Augutos de Oliveira	146.960.881-20	Chefe do Núcleo Executivo de Administração Patrimonial	09/10/92 a 23/02/95
Arnaldo Nogueira de Lima	394.952.646-34	Chefe do Núcleo Executivo de Administração Patrimonial	24/02/95 a 10/06/99
Dimas Luís Rodrigues da Costa	068.232.031-53	Diretor de Orç. Fin. e Logística	07/06/01 a 06/04/03
João Ângelo Loures	379.761.251-68	Diretor de Orç. Fin. e Logística	20/02/03 até a presente data
Áurea Mendes Viana Alves Neta	295.953.471-91	Coordenadora de A. à Dir. Colegiada	26/06/00 até a presente data

9.3 determinar ao Instituto Nacional do Seguro Social --INSS que:

9.3.1 Altere a Ordem de Serviço/INSS nº 10, de 29/04/1994, de modo que a avaliação anual dos seus imóveis funcionais seja atribuída exclusivamente a órgão externo, independente da administração da Autarquia, a ser considerada inclusive quando da ocupação por novos cessionários; e

9.3.2 adote providência com o objetivo de realizar, no menor prazo possível, nova avaliação dos imóveis funcionais do INSS;

AValiação DA SFC:

O assunto encontra-se com os responsáveis em audiência no TCU, devendo o INSS encaminhar as providências adotadas a esta SFC para acompanhamento e avaliação. O assunto permanece PENDENTE.

4.1.1.6.16 Acórdão 2.011/2003 e Acórdão 214/2004 - TCU 2ª Câmara TC 016.101/2000-4, referente às Decisões Plenárias nºs 362/97, 392/97, 054/98, 690/98, 707/99, 743/99, 040/00, 243/00 e 240/00, assim como das Relações nºs 023/98-1ªC, 17/98-2ªC e 004/97-2ªC.

O TCU por meio dos Acórdãos nºs 2.011/2003 e 214/2004 da 2ª Câmara, objetivando verificar o cumprimento de determinações prolatadas por meio das Decisões Plenárias nºs 362/97, 392/97, 054/98, 690/98, 707/99, 743/99, 040/00, 243/00 e 240/00, assim como das Relações nºs 023/98-1ªC, 17/98-2ªC e 004/97-2ªC, atinentes à defesa judicial dos interesses do INSS, acordou em:

" 9.1 aplicar ao Sr. Crésio de Matos Rolim, ex-Presidente do INSS, a multa prevista no art. 58, § 1º, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, para comprovar perante este Tribunal (art. 214, alínea a, do Regimento Interno), o recolhimento do referido valor aos cofres do Tesouro Nacional, acrescido de correção monetária calculada a partir do dia seguinte ao término do prazo ora fixado até a data do recolhimento, na forma da legislação em vigor, em virtude do descumprimento do item 8.1 da Decisão 743/1999-P e do item 1.b da Decisão 392/1997-P;

9.2 autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;

9.3 fixar o prazo de 60 (trinta) dias para que o INSS adote as providências necessárias para o cumprimento das determinações contidas no item 8.1.1 da Decisão TCU 743/99-P e no item 1.b da Decisão TCU 392/97-P, comunicando a este Tribunal os resultados alcançados; e

9.4 determinar a juntada deste Acórdão, bem assim do Relatório e do Voto que o fundamentam, às prestações de contas do INSS relativas aos exercícios de 1997, 1999 e 2003, para que sejam considerados os fatos tratados nestes autos quando da análise de mérito a ser empreendida pela Unidade Técnica competente".

Decisões nºs 392/97 - TCU - Plenário (TC-003.527/97-2) e 743/99 - TCU - Plenário (TC-011.021/97-7) - Irregularidades na Procuradoria Estadual/INSS, no Rio de Janeiro

Item 1.b da Decisão 392/97-P

Determinar ao Senhor Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, que:

(...)

b - verifique junto a Procuradoria Regional do INSS em Niterói-RJ, a atuação da advogada credenciada, Drª Marina Ribeiro Viana, no Processo nº 1.768/90 - 2ª JCI/Niterói/RJ, no qual foram constatadas graves irregularidades, mediante correição extraordinária realizada pela AGU, que podem ter acarretado prejuízos aos cofres públicos, e,

em caso afirmativo, adote, de imediato, as medidas administrativas e judiciais cabíveis.

Item 8.1.1 da Decisão 743/99-P

8.1.1 - apure as responsabilidades e promova o ressarcimento dos eventuais danos causados aos cofres da autarquia em decorrência da atuação irregular de seus representantes nas seguintes ações judiciais: nºs 1955/89 - 39ª JCJ/RJ, 89.00078879 - 23ª Vara Federal/RJ, 0007717237 - 24ª Vara Federal/RJ, 754/89 - 23ª JCJ/RJ, 516/89 - 39ª JCJ/RJ, 0093.07656 - 24ª Vara Federal/RJ, 1340/89 - 26ª JCJ/RJ, 0007739907 - 28ª Vara Federal/RJ, 87.00041610 - 23ª Vara Federal/RJ, 1154/89 - 38ª JCJ/RJ e 89.25865-6 - 28ª Vara Federal/RJ;

Por meio da SA nº 139816-068, de 15.4.2004, reiterada pela SA nº 139816-097, de 4.5.2004, esta SFC solicitou informações sobre as providências adotadas pelo INSS, referente às citadas decisões, sendo informado o seguinte:

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

No item relativo às medidas adotadas pelo Gestor após o Registro de Negociação referente ao Relatório de Auditoria de Gestão nº 117146/2003, consta que a PGF/INSS/Coordenação-Geral de Administração das Procuradorias por meio do Despacho 01.200.23 nº 45/2003, datado de 9.7.2003, informou que a irregularidade da Procuradoria do INSS/RJ com a determinação de verificar a atuação da advogada credenciada, Dra. Yolanda Oliveira Queiroz, na apuração de responsabilidades e promoção do ressarcimento de eventuais danos causados aos cofres da Autarquia é de competência da Auditoria-Geral/Corregedoria, sendo que, em 7.8.2000, o Senhor Procurador-Geral do INSS prestou as informações solicitadas àquela Corregedoria e também, encaminhou o processo referente ao Ofício 1.761/99, ao Senhor Diretor-Presidente do INSS, em 27.11.2000. Entretanto, consta um IPL (Inquérito Policial) nº 144/99 - Delegacia de Fazenda/RJ, que ainda está tramitando, tendo esse processo (comando 1141786) sido encaminhado ao Serviço de Contencioso Judicial em 24.7.2001, que também poderá esclarecer sobre esse inquérito policial, visto que os fatos ocorreram na PFE/RJ, além de sindicância objeto da Portaria INSS/PG nº 37, de 3.7.1998.

Ainda sobre o assunto, o Gestor, por meio do Ofício/CORREG/INSS/nº 00032, de 14.4.2004, encaminhou o documento "Exposição de Motivos da Corregedoria Geral", esclarecendo o seguinte:

"Trata-se de determinação de apuração de responsabilidade na representação do INSS em ações judiciais envolvendo a advogada credenciada Yolanda Oliveira Queiroz. A Coordenação-Geral de Procuradorias alega que a apuração é de responsabilidade da Auditoria-Geral/Corregedoria. Todavia, a Corregedoria-Geral não possui competência regimental para apuração de conduta irregular por parte de advogados credenciados ou sequer Procuradores Federais. Além disso, existe a notícia de que foi aberta sindicância por meio de Portaria da Procuradoria-Geral - PT/PG/nº 37, de 3.7.1998 (...). Portanto, entendemos que esse assunto deva ser abordado pela própria Procuradoria Federal Especializada/INSS.

AValiação DA SFC:

O assunto permanece PENDENTE de informações de providências sobre o Procedimento Administrativo Disciplinar.

4.1.1.6.17 Acórdão nº 1.180/2003 - TCU - 2ª Câmara (Processo TC nº 007.418/2002-5)

Trata-se de Representação formulada pelo sócio-gerente da empresa VM Informática e Consultoria Ltda., Ricardo José da Silva, em virtude de irregularidades praticadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, na celebração de contratos com a empresa GET Telecomunicações e Informática Ltda., por inexigibilidade de licitação.

O Tribunal de Contas da União, por meio do Acórdão nº 1.180/2003, decidiu:

"9.1. (...)

9.2. aplicar, individualmente, aos responsáveis: Nilo da Luz Gutemberg e Áurea Mendes Viana Alves Neta, a multa prevista no art. 58, inciso II e III, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), por irregularidades que culminaram com celebração do contrato 043/2001, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, para comprovar perante este Tribunal (art. 214, alínea a, do Regimento Interno), o recolhimento do referido valor aos cofres do Tesouro Nacional, acrescido de correção monetária calculada a partir do dia seguinte ao término do prazo ora fixado até a data do recolhimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. aplicar, individualmente, aos responsáveis: Paulo Roberto Tannus Freitas, José Roberto Senno, Marcelo Soares Alves, Antônio Bacelar Ferreira, Dimas Luis Rodrigues da Costa e Francisco Fernando Fontana, a multa prevista no Art. 58, inciso II e III, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), por irregularidades que culminaram com celebração do contrato 001/2001, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, para comprovar perante este Tribunal (art. 214, alínea a, do Regimento Interno), o recolhimento do referido valor aos cofres do Tesouro Nacional, acrescido de correção monetária calculada a partir do dia seguinte ao término do prazo ora fixado até a data do recolhimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;

9.5. determinar ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que:

9.5.1. analise, juntamente com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), a possibilidade de utilização por esta Autarquia, sem custos adicionais, do "Siafi Gerencial", sistema desenvolvido pela STN e disponibilizado desde o exercício de 2000 para ser utilizado como ferramenta de apoio gerencial por entes da Administração Pública Federal;

9.5.2. abstenha-se de adquirir novos sistemas de informações gerenciais e de atualizar o sistema já existente, por inexigibilidade de licitação, vez que no mercado existem vários produtos capazes de atender às necessidades da autarquia, inclusive o "Siafi Gerencial";

9.6. recomendar à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) que adote medidas com vistas à regulamentação do uso do sistema "Siafi Gerencial" por todas as unidades da Administração direta e indireta;

9.7. (...);

9.8. (...)"

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Justificativa detalhada no item 4.1.2.9 deste relatório.

AVALIAÇÃO DA SFC:

O assunto encontra-se PENDENTE de Processo Administrativo Disciplinar-PAD, por parte da Corregedoria do INSS e PGF/AGU, devendo ser encaminhado o resultado do PAD a esta SFC.

4.1.1.6.18 - Acórdãos nºs 1.711/2003 e 1.754/2003 - TCU - Plenário: Devedores da Previdência Social:

Mediante os Acórdãos em referência o Tribunal de Contas da União determinou ao INSS que:

Acórdão nº 1.711/2003 - Plenário: "VISTOS, relatados e discutidos estes autos de acompanhamento dos relatórios dos devedores da Previdência Social relativos aos quatro trimestres do exercício de 2001; ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. determinar ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS que:

9.1.1. realize as mudanças sugeridas pelo Relatório/DSPAS/SFC/Casa Civil/PR nº 097893, da Secretaria Federal de Controle Interno, relativo à alteração na apresentação dos dados, destacando a quantidade e o valor dos créditos inscritos e baixados no trimestre, incluindo os parcelados e, ainda, aqueles efetivamente arrecadados;

9.1.2. identifique nos campos "situação" ou "fase" a condição de devedor optante pelo Refis, se em débito com contribuições previdenciárias administradas pelo INSS;

9.1.3. informe - nos relatórios disponibilizados trimestralmente, inclusive no CD - sobre a quantidade de devedores optantes pelo Refis e em débito com contribuições previdenciárias administradas pelo INSS, o montante desse débito, os recebimentos no período, assim como as exclusões do programa e a importância do saldo que deveria ser amortizado ou pago em parcelas daqueles que foram excluídos; 9.1.4. informe ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, as providências adotadas visando cumprir as determinações contidas nos itens anteriores."

Acórdão nº 1.754/2003 - TCU - Plenário: "VISTOS, relatados e discutidos estes autos de acompanhamento dos relatórios dos devedores da Previdência Social relativos aos quatro trimestres do exercício de 2002; ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em: 9.1. determinar ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS que:

9.1.1. havendo viabilidade, disponibilize nos próximos CDs as seguintes informações, relativas à ocorrência de pagamentos/baixas de créditos: data do pagamento/baixa, valor, quantidade de créditos e nome do devedor;

9.1.2. disponibilize nos próximos CDs referentes aos devedores: nome da empresa, CNPJ/CGC, quantidade de créditos, valor da dívida não-parcelada, baixas de créditos e o valor da dívida parcelada (Refis, convencionais e especiais)."

AValiação DA SFC:

Esse assunto encontra-se PENDENTE e está melhor detalhado no item 4.1.2.6, deste relatório, referentes aos Relatórios de Auditoria nºs 121105/2003, 134437/2003; 137675/2003 e 141352/2004 - Listagem dos Devedores da Previdência Social, do exercício de 2003.

4.1.1.7 - INFORMAÇÃO: Declarações de Bens e Renda - Lei nº 8.730/1993

De acordo com o que determina a Lei nº 8.730/93 e em cumprimento ao item IX, art. 16 da IN/TCU nº 12/96, combinado com o item VI da IN/SFC/MF nº 02/2000, os membros da Diretoria da Autarquia apresentaram e/ou atualizaram suas Declarações de Bens e Renda, referentes ao exercício objeto dos exames, conforme declaração do

Coordenador de Recursos Humanos e verificação amostral efetuada "in loco", na Gerência Executiva da Diretoria Colegiada.

Sobre o tema, a Coordenação-Geral Auditoria em Gestão Interna do INSS realizou auditorias por intermédio das Divisões Regionais, verificando ausência de algumas declarações, sendo recomendado e orientado as unidades que observem a legislação vigente objetivando manter em arquivo próprio as Declarações de Renda dos servidores ocupantes de cargos de confiança e funções, em observância a legislação vigente.

4.1.2 ASSUNTO - ATUAÇÃO DAS UNIDADES DA SFC

4.1.2.1 CONSTATAÇÃO:

Recomendações da SFC Pendentes

A SFC realizou levantamento junto ao Gestor visando verificar o atendimento das recomendações constantes das Notas e Relatórios elaborados por esta Secretaria, sendo o seu detalhamento especificado em itens próprios, mencionados a seguir:

AÇÕES DE CONTROLE NA ÁREA FINANCEIRA

- 1) Relatório de Auditoria de Gestão nº 117146/2003 (item 4.1.2.2 deste relatório - PENDENTE)
- Nota Técnica nº 390, de 20.8.2002 - Impropriedades no tocante à utilização de créditos orçamentários com finalidades diversas

AÇÕES DE CONTROLE NA ÁREA PATRIMONIAL

- 2) Relatório de Auditoria de Gestão nº 117146/2003 (item 4.1.2.3 deste relatório - PENDENTE)
- Relatório de Auditoria de Gestão nº 087911/2002 - Ausência de Inventário consolidado de Bens Móveis

AÇÕES DE CONTROLE NA ÁREA GESTÃO OPERACIONAL

- 3) Relatório de Auditoria de Gestão nº 117146/2003 (item 4.1.2.4 deste relatório - PENDENTE)
- RELATÓRIO DE AUDITORIA nº 099921, de 22.8.2002 - Irregularidades no pagamento de benefícios previdenciários - SISOB
- Nota Técnica nº 0179, de 5.6.2002 - Ausência de exigência de CPF e inconsistência de registro de CPF entre a Previdência e a Receita Federal
- Relatório de Auditoria nº 101350, de 16.12.2002 - Falhas e Irregularidades no processo de concessão e manutenção de benefícios previdenciários das Pensões por Morte espécies 21 e 93
- Relatório de Auditoria nº 101351, de 30.10.2002, - Falhas e Irregularidades no processo de concessão e manutenção de benefícios previdenciários dos pagamentos de Abono de Permanência em Serviço das espécies 47 e 48
- Relatório de Auditoria nº 107380, de 4.11.2002 - Falhas e Irregularidades no processo de concessão e manutenção de benefícios de Prestação Continuada a Pessoas Deficientes
- Relatório de Auditoria nº 107381, de 4.11.2002 - Falhas e Irregularidades no processo de concessão e manutenção de benefícios de Prestação Continuada a Pessoas Idosas

4) Relatório de Auditoria de Gestão nº 117146/2003 (item 4.1.2.5 deste relatório - PENDENTE)

- Relatórios de Auditorias nºs 098535/2002, 101297/2002, 108757 e 120194, de 20.2.2003 - Pouca eficácia e morosidade no processo de cobrança administrativa e judicial dos débitos previdenciários
- Relatório de Auditoria nº 099688, de 17.12.2002 - Falha e irregularidade no processo de cobrança administrativa dos débitos previdenciários
- Relatório de Auditoria Especial nº 133783/2003 - Trata-se de trabalhos realizados na Agência da Previdência Social - APS em Goiás - GO, com o objetivo de avaliar a gestão da APS, verificando a qualidade do atendimento ao público, a satisfação dos servidores, a qualidade dos sistemas corporativos, a gestão interna, o processo de concessão de benefícios, o processo de arrecadação, bem como as providências adotadas para regularização das ocorrências apontadas pela Ouvidoria- Geral do MPS

5) Outros (item 4.1.2.6 deste relatório - PENDENTE)

- Relatório de Auditoria nº 134769/2003 (consolidação das análises e verificações e informações de óbitos registrados em cartórios, em confronto com os dados constantes Sistema de Controle de Óbito - SISOBI da Previdência Social provenientes do programa fiscalização a partir de sorteios públicos)
- Notas Técnicas nº 920/DSPAS/SFC/CGU/PR, de 2.10.2003, nº 1.187 /DSPAS/SFC/CGU/PR, de 22.12.2003, e nº 157/2004/DSPAS/SFC/CGU/PR, de 9.2.2004 (ações de controle nas áreas de benefício e arrecadação provenientes do programa de fiscalização a partir de sorteios públicos dos Cartórios e Sisobi-sistema de óbito)
- Notas Técnicas nºs 1.245/DSPAS/SFC/CGU-PR, de 30.12.2003, e 156/DSPAS/SFC/CGU-PR, de 9.2.2004 (retenção e recolhimento de 11% do valor bruto das faturas, referente aos contratos de prestação de serviços de mão-de-obra)
- Nota Técnica nº 238/DSPAS/SFC/CGU-PR, de 4.3.2004, (aposentadorias e pensões de beneficiários a partir dos 90 anos de idade e mais de 30 anos de recebimento)
- Relatório de Auditoria de Acompanhamento da Gestão nº 135726/2004 - Benefícios da Espécie 22 - Pensão por Morte
- Relatório de Auditoria nº 135840/2003, na área de Receitas Previdenciárias e Procuradoria, referente à Gerência Executiva do INSS em Salvador
- Relatórios de Auditoria nºs 121105/2003, 134437/2003, 137675/2003 e 141352/2004 - Listagem dos Devedores da Previdência Social, referente ao exercício de 2003

AÇÕES DE CONTROLE NA ÁREA DE SUPRIMENTO DE BENS E SERVIÇOS

5) Relatório de Auditoria de Gestão nº 117146/2003 - PMA (item 4.1.2.7 deste relatório - PENDENTE)

- Relatório de Auditoria de Acompanhamento da Gestão Consolidado, de 6.11.2001, Relatório de Auditoria de Acompanhamento da Gestão Consolidado nº 096166, de 23/12/2001 e Notas Técnicas nºs 062 e 083/2002 DSPAS/SFC/CC/PR - Programa de Melhoria do Atendimento da Previdência Social/PMA
- Falhas e Irregularidades registradas no Relatório de Auditoria de Acompanhamento nº 111473, de 19.12.2002, no Relatório de Auditoria de Acompanhamento nº 121104/2003 e Relatório de Auditoria nº 132568/2003

6) Relatório de Auditoria de Gestão nº 117146/2003 - CONVÊNIOS (item 4.1.2.8 deste relatório - PENDENTE)

- NOTA/DSPAS/SFC/MF nº 202, de 26/10/2001 - INSS e CONTAG
- NOTA/DSPAS/SFC/MF nº 249, de 10.12.2001 - Irregularidade no Convênio INSS e CETEAD

7) Relatório de Auditoria de Gestão nº 117146/2003 - CONTRATOS (item 4.1.2.9 deste relatório - PENDENTE)

- Relatório de Auditoria de Gestão nº 087911/2002 - Irregularidade no Contrato com a BRADIV - Processo nº 35000.004818/97-37
- Relatório de Auditoria nº 087911/2002 - Irregularidades nos procedimentos adotados na realização da Concorrência nº 002/2001 e Contratação Emergencial de Software destinado ao Gerenciamento Eletrônico de fila nas APS
- Nota Técnica/DSPAS/SFC/Casa Civil/PR nº 0024/2002 - Aquisição Irregular de Uniformes para servidores e terceirizados - Processo nº 35000.010568/99-16
- Nota Técnica nº 571/ DSPAS/SFC/CGU-PR, de 23.9.2002 - Terceirização de mão-de-obra - Empresa TECNOCOOP SISTEMAS
- Nota Técnica nº 273/DSPAS/SFC/CGU/PR, de 18.7.2002 - Aquisição irregular de software da empresa GET - Telecomunicações e Informática Ltda

8) Relatório de Auditoria de Gestão nº 117146/2003 - OBRAS E PERMUTAS (item 4.1.2.10 deste relatório - PENDENTE)

- RELATÓRIO DE AUDITORIA nº 053596B, de 30.06.2000 - CONTRATO INSS E CDM LTDA
- Relatório de Auditoria nº 121042, de 6.6.2003 - Contrato de locação e de reforma de imóvel; e recusa ao direito de preferência na compra do mesmo, feita por autoridade incompetente segundo o Regimento Interno do INSS, em LINHARES - ES - (Processo nº 15492.000553/2003-04)
- Relatório de Auditoria de Gestão nº 117146/2003) - Impropropriedades detectadas na realização do processo de permuta de Imóveis em Goiânia - GO

AÇÕES DE CONTROLE NA ÁREA DE RECURSOS HUMANOS

9) Relatório de Auditoria de Gestão nº 117146/2003 (item 4.1.2.11 deste relatório - PENDENTE)

- Processos Disciplinares - PAD nº 35000.003160/2001-02 - INSS, CEF e Prefeitura de São Paulo (Parque do Povo)
- Relatórios de Auditoria Integrada de Pessoal, realizados nas Gerências Executivas de Florianópolis/SC e Fortaleza/CE - Excedente de lotação de servidores; e servidores trabalhando efetivamente 30h semanais, assinando e recebendo por 40h

JUSTIFICATIVA:

As justificativas do gestor estão apresentadas em itens específicos nos assuntos Controles da Gestão, Gestão Operacional, Gestão Financeira, Gestão Patrimonial, Gestão de Pessoas e Gestão do Suprimento de Bens e Serviços deste Relatório.

RECOMENDAÇÃO:

Que o Instituto adote providências no sentido de regularizar as pendências apontadas, detalhadas em itens específicos neste relatório.

4.1.2.2 INFORMAÇÃO:

AÇÕES DE CONTROLE NA ÁREA FINANCEIRA

- Nota Técnica nº 390, de 20.8.2002 - Impropropriedades no tocante à utilização de créditos orçamentários com finalidades diversas (item 7.1.1.1 do Relatório de Gestão nº 117146/2003):

Foi constatado no Relatório de Auditoria de Gestão nº 117146/2003, no item referente a Área Financeira, o seguinte:

"Em decorrência das consultas efetuadas no Sistema SIAFI, visando acompanhar a execução da despesa e propor medidas corretivas, esta SFC, no decorrer deste exercício, encaminhou ao INSS, a Nota Técnica nº 390/DSPAS/SFC/CGU-PR, de 20.08.2002, solicitando esclarecimentos/providências quanto:

- a) Pagamento sem dotação orçamentária;
- b) Saldos nas Contas de Juros e Multas;
- c) Saldo na conta de "Pessoal de Exercícios Anteriores;
- d) Convênios em Situação "A Comprovar" com vigência expirada;
- e) Convênios em situação "A Aprovar" com mais de sessenta dias do registro de recebimento na respectiva prestação de contas;
- f) Conformidade Contábil Registrada com Restrição ou sem Registro;
- g) Índice de Utilização de Empenho de Garantia;
- h) Emissão de Ordem Bancária para o Próprio CPF;
- i) Índice de Utilização de Dispensa de Inexigibilidade de Licitação.

Na referida Nota Técnica foi citado que muitas das constatações apresentadas, já haviam sido objeto de pedido de regularização em mais de uma oportunidade.

Dessa forma solicitamos esclarecimentos/providências a respeito de impropriedades no tocante à utilização de créditos orçamentários com finalidades diversas e, ainda, no que concerne a pagamentos de benefícios a favorecido pessoa física ou jurídica, fazendo com que esses não sejam registrados nos sistemas próprios de benefícios, podendo ocasionar duplicidade. Sendo verificado, dentre os fatos, pagamento de auxílio financeiro ex-IPASE, reembolso salário-família, despesa com complementação de 1,5 diária, para comparecimento ao programa de reabilitação.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR: O Gestor apresentou as seguintes justificativas:

"(...)

- a) não se tratam de pagamentos sem dotação orçamentária e sim, devolução de salários pagos indevidamente e/ou duplicidade, e prestação de contas de suprimentos de fundos, registrados nas contas mencionadas, que estão sendo regularizadas via descontos FPP e/ou devolução em espécie via NS. O gestor apresentou comprovante;
- b) foram encaminhadas mensagens via SIAFI às Unidades Gestoras responsáveis relacionadas neste Anexo para que sejam providenciadas justificativas solicitadas. As multas e juros vinham ocorrendo com frequência por falta de recursos financeiros. Foi elaborada e remetida às Gerências Executivas a Orientação Interna Conjunta Nº 055, de 02/09/2002;
- c) os saldos da conta 21212.02.00 - Pessoal a Pagar de Exercícios Anteriores são de processo devidamente formalizados e regularizados;
- d) convênios "A Comprovar" e "A Aprovar" - por se tratar de registros anteriores ao Sistema SIAFI no INSS, necessitamos de uma análise mais criteriosa visando a identificação de cada caso;
- e) Conformidade Contábil Registrada Com Restrição ou Sem Restrição - na maioria das vezes decorre da ausência de um Contador. Estão sendo providenciados 51 contadores, e promovendo curso de capacitação, de modo que em cada gerência tenha um contador responsável;
- f) Índice de Utilização de Empenho Garantia de Pagamento Contra Entrega - As Unidades Gestoras do INSS já foram orientadas e utilizarem o empenho garantia, visando atingir o percentual mínimo fixado no Decreto nº 4.120/2002, sendo expedida a Orientação Interna INSS/DCPRES nº 04, de 8 de abril de 2002;
- g) Emissão de Ordem Bancária para o próprio CPF - visando sanar o problema foi expedida a Orientação Interna/INSS/DCPRES nº 03 de 8.4.2002;

h) Índice de Utilização de Dispensa de Inexigibilidade de Licitação de Licitação - ocorreu, em grande parte, em razão do registro de despesas com concessionárias de serviços públicos, tais como correios, água, luz e telefone.

(...) informamos o que segue:

- a) com relação a pagamento de benefícios previdenciários, tendo como favorecidos pessoas físicas ou jurídicas, informamos que trata-se de pagamentos relacionados a reembolsos de salários família e maternidade. O pagamento de licença maternidade que, a princípio, seria concedido como um benefício, o qual não tenha sido requerido. Este caso ensejará requerimento de solicitação de reembolso ao empregados, uma vez que o mesmo comprovou junto ao INSS, os pagamentos dos 4 meses de licença gestante, previsto em lei, obrigando o INSS a conceder o ressarcimento, independentemente de se tratar de pessoa física ou jurídica, ou seja, o reembolso será concedido ao requerente. Outra situação é o reembolso do salário família concedido aos Sindicatos de Trabalhadores Avulsos, ocorrendo com frequência no grandes centros, principalmente nas regiões portuárias. Em resumo pode ocorrer pagamento com indicativo de execução orçamentária nos Programas de Trabalho afetos às ações salário família e salário maternidade no SIAFI a pessoas física e jurídica;
- b) o Programa de Trabalho - Auxílios permite a execução no SIAFI, visando custear as despesas com alimentação e deslocamento a beneficiários, quando propostos pelo INSS;
- c) a Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade está monitorando e corrigindo eventuais inconsistências, quanto a execução orçamentária dos Programas de Trabalho vinculados à Unidade Orçamentária 33904 - Fundo do Regime Geral da Previdência Social.

AValiação da SFC: Apesar da justificativa do gestor, as falhas continuam sendo apresentadas no exercício de 2002, haja vista as constatações apontadas. Em relação aos pagamentos de benefícios previdenciários, sobre os procedimentos realizados estarem corretos, não nos foi informada a fundamentação legal que permita a realização de tais pagamentos fora dos sistemas próprios de pagamento de benefícios.

Esclarecemos que este tipo de procedimento, além de não ser registrado nos sistemas da Previdência, não consta das normas previdenciárias, podendo acarretar pagamento em duplicidade para um mesmo segurado.

RECOMENDAÇÃO: Recomendamos, dessa forma, a estrita observância ao art. 73, do Decreto-Lei nº 200/67, e que o Instituto adote medidas corretivas urgentes, uma vez que os mecanismos de controle encontram-se fragilizados”.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Consta do Registro de Negociação referente ao Relatório de Auditoria de Gestão nº 117146/2003, no item que trata das medidas adotadas pelo Gestor, as seguintes informações:

“A Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística/INSS, por meio dos Ofícios nos. 1.083, 1.142 e 1.202/ INSS/DCPRES, datados de 04/09/2003, 17/09/2003 e 02/10/2003, respectivamente, informou que:

- ♦ Resposta conforme itens anteriores, a CGOFC está promovendo a melhoria dos mecanismos de controle.
- ♦ Informamos ainda, que a CGOFC não descentralizará recursos orçamentários vinculados a Salário-Maternidade, no sentido de prevenir os pagamentos indevidos nas UGS do INSS. Ressalte-se, que este assunto está sendo monitorado pela área de Benefício”.

AValiação da SFC:

No exercício de 2003 observamos ainda a ocorrência dos mesmos problemas, em menor quantidade, devendo ser saneados para não provocar impactos negativos na gestão financeira do Órgão.

4.1.2.3 INFORMAÇÃO:

AÇÕES DE CONTROLE NA ÁREA PATRIMONIAL

- Relatório de Auditoria de Gestão nº 087911/2002 - Ausência de Inventário consolidado de Bens Móveis:

Constou do Relatório de Auditoria de Gestão nº 117146/2003, as seguintes informações:

"Em decorrência da implementação da atual estrutura organizacional do INSS, as atividades de logística foram transferidas para as Gerências Executivas, dentre as quais a incumbência de proceder o controle dos Materiais Permanentes e à elaboração do Inventário Físico destes. Entretanto, das 98 Unidades Gestoras - UGs com saldo na conta Bens Móveis em 31 de dezembro de 2001, 41 não apresentaram Inventário ou os apresentaram com valores divergentes do SIAFI.

Justificativa do Gestor: O Gestor não apresentou justificativa acerca das UGs que não apresentaram inventário.

Recomendação da SFC: Recomendamos às Gerências Executivas dispensar a devida atenção ao controle dos Bens Móveis, bem como, atentar para a elaboração e encaminhamento tempestivo dos Inventários Físicos/Financeiros desses bens por ocasião dos encerramentos dos exercícios. Igualmente recomendamos à Coordenação-Geral de Auditoria em Gestão Interna a inclusão nos escopos de suas missões a serem realizadas em 2002, a avaliação dos controles internos dos Bens Imóveis.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR: O gestor informou, por meio do Ofício DIROFL/nº 1663/2002, que o Inventário Físico-Financeiro de Bens Imóveis já está concluído e as disfunções corrigidas. Quanto às divergências ocorridas no Inventário Físico-Financeiro de Bens Móveis, já foram identificadas pela Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade e repassadas à Coordenação-Geral de Logística, que está solicitando às respectivas Gerências Executivas os devidos ajustes.

AValiação da SFC: Apesar das providências adotadas pelo gestor, correspondentes às divergências ocorridas no Inventário Físico-Financeiro de Bens Móveis, o assunto continua PENDENTE de regularização."

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Consta do Registro de Negociação referente ao Relatório de Auditoria de Gestão nº 117146/2003, que a Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística/INSS, por meio dos Ofícios nºs 1.083, 1.142 e 1.202/INSS/DCPRES, datados de 4.9.2003, 17.9.2003 e 2.10.2003, respectivamente, informou que:

"Considerando que se trata de uma ação conjunta da Logística e Orçamento, Finanças e Contabilidade, informamos que a Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística estará criando mecanismos para solucionar tais inconsistências. Conforme entendimento, o INSS buscará atender as recomendações apontadas pela SFC durante o exercício de 2003. Previsão DEZ/2003."

AValiação da SFC:

Quanto ao inventário dos bens móveis, apesar das providências adotadas pelo gestor, correspondentes às divergências ocorridas, o assunto continua PENDENTE de regularização.

No que se refere ao inventário de bens imóveis, o assunto está relatado em item específico na Área de Gestão Patrimonial.

4.1.2.4 INFORMAÇÃO:

AÇÕES DE CONTROLE NA ÁREA DA GESTÃO OPERACIONAL

- **RELATÓRIO DE AUDITORIA nº 099921, DE 22.8.2002 (item 5.2.3.3 do Relatório de Auditoria de Gestão nº 117146/2003) - Irregularidades no pagamento de benefícios previdenciários - SISOB:**

No Relatório de Auditoria de Acompanhamento de Gestão nº 099921/2002, desta Secretaria Federal de Controle Interno, foi constatado o que segue:

- Foram identificados cerca de 20 mil benefícios indevidos/irregulares, envolvendo vários exercícios que, após regularizados, gerarão uma economia mensal em torno de R\$ 5,7 milhões e anual cerca de R\$ 73,3 milhões, sem levar em consideração os valores pagos indevidamente nos anos anteriores;
- Existência de mais de 13 milhões de informações cadastrais inconsistentes/irregulares que provocaram e ainda podem provocar emissões de créditos e pagamentos indevidos;
- Gestão antieconômica por emissão de créditos às agências bancárias, com gasto anual de aproximadamente de R\$ 3,5 milhões; e
- Beneficiários fantasmas.

Dessa forma, foi recomendado à Auditoria Interna do INSS que monitorasse e avaliasse as ações da Diretoria de Benefícios e da Diretoria de Fiscalização, com vista ao integral cumprimento do art. 68 da Lei nº 8.212/91 que determina: "Os cartórios de registro civil que descumprirem a norma relativa à comunicação de óbitos ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), conforme o disposto no Decreto nº 92.588, de 25 de abril de 1986, sujeitar-se-ão à multa prevista no art. 92 desta lei."

- **Relatório de Auditoria nº 101350, de 16.12.2002 - Falhas e Irregularidades no processo de concessão e manutenção de benefícios previdenciários das Pensões por Morte espécies 21 e 93 (ITEM 5.2.3.4 do Relatório de Auditoria de Gestão 117146/2003):**

Foi constatado no Relatório de Auditoria de Gestão nº 117146/2003, no item referente aos Resultados da Missão Institucional, o que segue:

"Trata-se de trabalho de auditoria realizado nos sistemas da Previdência Social, utilizando informações das bases de dados do sistema de benefícios do mês de setembro de 2001 com confirmação das informações no mencionado sistema em 2002, de todas as Gerências/Agências do INSS, tendo como objetivo verificar e avaliar a confiabilidade e legitimidade dos registros informatizados e os mecanismos de controle na concessão e manutenção das Pensões por Morte (espécies 21 e 93).

A ação Pagamento de Pensões, inserida no Programa Previdência Social Básica visa garantir ao conjunto dos dependentes do segurado que vier a falecer, inclusive por acidente do trabalho, benefício previsto na legislação, desde que a morte tenha ocorrido antes da perda da qualidade de segurado. No exercício de 2001 foram pagos 5.294.181 benefícios de Pensão por Morte, sendo dispendidos R\$ 17,6 bilhões. Consta da Lei Orçamentária Anual - LOA, para o exercício de 2002, a meta física de 5.268.304 pensões por morte, e como meta financeira R\$ 19,8 bilhões.

As principais constatações foram: existência de pagamentos indevidos de Pensão por Morte (espécies 21 e 93) com aposentadoria por invalidez (trabalhador rural - espécie 04), aposentadoria por invalidez acidentária (trabalhador rural - espécie 05) e aposentadoria por velhice (trabalhador rural - espécie 07), contrariando o disposto no art. 333 do Regulamento de Benefícios da Previdência Social - RBPS, aprovado pelo Decreto nº 83.080, de 24.01.1979; existência de pagamento de Pensão por Morte (espécies 21 e 93) com Renda Mensal Vitalícia (espécies 30 e 40) e com benefício da Lei Orgânica de Assistência Social (espécies 87 e 88), o que contraria o disposto no § 1º do art. 117 do Regulamento de Benefícios da Previdência Social - RBPS, aprovado pelo Decreto nº 83.080, de 24.1.1979, bem como no § 4º do art. 20 da Lei nº 8.742, de 7.12.1993; existência de pagamentos indevidos de Pensão por Morte (espécies 21 e 93) com Pensão por Morte (espécies 21 e 93) iniciada a partir de 29.4.1995, no caso em que ambas pensões o dependente era cônjuge, companheiro ou companheira do instituidor, contrariando o disposto no art. 124 da Lei nº 8.213, de 24.7.1991, com redação dada pela Lei nº 9.032, de 28.4.1995, apresentando casos de dependente que recebe mais de uma pensão deixada por cônjuge, companheiro ou companheira com DIB (Data de Início do Benefício) a partir de 29.4.95, dependente que recebe mais de uma pensão deixada por cônjuge e irmão, companheiro e pai e de dependente que recebe mais de uma pensão deixada pelo mesmo instituidor.

Os resultados foram encaminhados ao INSS, para conhecimento e implementação das recomendações.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR: O Gestor, por meio do Ofício/INSS/DCPRES/nº 127, de 31.1.2003 e do Memo/INSS/CGBENEF/nº 21, de 24.1.2003, prestou os seguintes esclarecimentos:

"(...) Com relação a acumulação indevida das pensões, parte das informações constam no acervo que está sendo trabalhado pelas APS, observando os procedimentos estabelecidos pela Orientação Interna Conjunta INSS/DIRBEN/PROCGER nº 60, de 30.11.2002.

(...) Estão sendo implementadas várias ações visando a melhoria do controle, bem como a concessão automática de pensão com a utilização do SISOBI"

AValiação DA SFC: Constata-se que as providências encontram-se em andamento, portanto o assunto continua PENDENTE de regularização.

RECOMENDAÇÃO: Adotar providências para implementar as recomendações ainda pendentes, visando melhorar os mecanismos de controle e regularizar as falhas e irregularidades apontadas pela SFC.

- Relatório de Auditoria nº 101351, de 30.10.2002, - Falhas e Irregularidades no processo de concessão e manutenção de benefícios previdenciários dos pagamentos de Abono de Permanência em Serviço das espécies 47 e 48 (item 5.2.3.5 do Relatório de Auditoria de Gestão 117146/2003):

Foi constatado no Relatório de Auditoria de Gestão nº 117146/2003, no item referente aos Resultados da Missão Institucional, o que segue:

"Trata-se de Auditoria no Programa de Previdência Básica, ação de controle nos pagamentos de Abono de Permanência em Serviço (espécies 47 e 48). Os exames foram realizados em todas as Gerências/Agências da Previdência Social, utilizando cruzamento das bases de dados dos sistemas de benefícios e de óbito, com o objetivo de verificar e avaliar a confiabilidade e legitimidade dos registros informatizados e os mecanismos de controle utilizados na concessão e manutenção dos abonos de permanência em serviço.

O Abono de Permanência em Serviço (espécies 47 e 48) representa o benefício concedido ao segurado que já tenha implementado todos os requisitos necessários para uma aposentadoria por tempo de serviço (30 ou

35 anos de tempo de serviço), até 15/04/94, e que opta em permanecer em atividade. Esse benefício foi extinto com a revogação do art. 87 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, pelo art. 29 da Lei nº. 8.870, de 15 de abril de 1994, não podendo ser reconhecido direito a esse benefício a partir de 16 de abril de 1994.

Os levantamentos e análises realizados constataram a existência de descumprimento da legislação previdenciária, ausência de monitoramento e acompanhamento no processo de concessão e manutenção do abono, falha na crítica do sistema de benefício, ausência de cruzamento de informações com outras bases de dados, bem como falta de integração com outros regimes de previdência. Essas inconsistências/irregularidades geraram pagamentos indevidos acima de R\$ 87 milhões, sem levar em consideração a atualização monetária de acordo com a Lei e as ratificações das situações que precisam ser realizadas pelo INSS. A manutenção destas inconsistências/irregularidades está gerando pagamento mensal de R\$ 939.713,88 e anual de R\$ 12.606.280,18.

As informações foram encaminhadas ao INSS, para implementação das recomendações propostas, o que será objeto de monitoramento e avaliação por esta Secretaria.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR: Por meio do Ofício/INSS/DCPRES/nº 127, de 31.1.2003 e Memo/INSS/CGBENEF/nº 21, de 24.1.2003, o gestor informou que os trabalhos de revisão de benefícios com espécies incompatíveis (acumulação indevida) tem como prazo de conclusão 30.4.2003.

Para os benefícios cujos NIT precisam ser validados pelo sistema IUB, ocasião em que será efetuado batimento com o CNIS, o prazo de conclusão está previsto para 31.12.2003.

Quanto às acumulações envolvendo servidores públicos, estão sendo agendadas reuniões com o MPAS para desenvolver mecanismos visando a revisão dos benefícios.

Os demais casos estão sendo avaliados pela Coordenação Geral de Benefícios.

AValiação DA SFC: Constata-se que as providências encontram-se em andamento, portanto o assunto continua PENDENTE de regularização.

RECOMENDAÇÃO: Adotar providências para implementar as recomendações ainda pendentes, visando melhorar os mecanismos de controle e regularizar as falhas e irregularidades apontadas pela SFC.

- Relatório de Auditoria nº 107380, de 4.11.2002 - Falhas e Irregularidades no processo de concessão e manutenção de benefícios de Prestação Continuada a Pessoas Deficientes (item 5.2.3.6 do Relatório de Auditoria de Gestão 117146/2003):

Foi constatado no Relatório de Auditoria de Gestão nº 117146/2003, no item referente aos Resultados da Missão Institucional, o que segue:

"Trata-se de avaliação do Programa "Atenção à Pessoa Portadora de Deficiência", referente as ações "Pagamento de Benefícios de Prestação Continuada a Pessoas Portadoras de Deficiência" e "Auditoria e Revisão de Benefícios de Prestação Continuada a Pessoas Deficientes", que visa assegurar o pagamento de um salário-mínimo mensal a pessoas portadoras de deficiência que comprovem não possuir meios para prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família, ou seja, que a renda familiar mensal "per capita" não ultrapasse a 1/4 do salário-mínimo; não ser amparado por nenhum sistema de Previdência Social, ou estrangeiro naturalizado e domiciliado no Brasil, não coberto por sistema de previdência no país de origem.

As principais constatações foram:

- aumento em torno de 537,37% no processo de concessão de benefícios de prestação continuada à pessoa deficiente, no período de 1996 a 2002, contribuindo, de uma forma geral, para uma melhor distribuição de

- renda no país, garantindo os mínimos sociais às pessoas carentes portadoras de deficiência, dando mais dignidade aos excluídos e corrigindo erros e desvios provocados pelas políticas governamentais;
- fragilidade nos sistemas, descumprimento da legislação previdenciária, ausência de monitoramento e acompanhamento no processo de concessão e manutenção dos benefícios, falha na crítica do sistema de benefício, ausência de cruzamento de informações com outras bases de dados, bem como falta de integração com outros regimes de previdência;
- as inconsistências/irregularidades geram pagamentos indevidos em torno de R\$193 mil mensais e R\$3 milhões anuais, que poderiam estar sendo utilizados em outras ações em prol da sociedade;
- processo de revisão continua em descumprimento ao que determina a legislação, no que diz respeito ao período determinado para as revisões, ou seja, a cada 2 anos;
- as recomendações propostas por esta Secretaria não foram efetivamente implementadas, apesar dos compromissos assumidos pelos gestores. Portanto, permanecem os seguintes problemas apontados: ausência de sistemática de revisão do BPC (com planejamento por exercício); o sistema não marca as revisões efetuadas; atrasos na revisão e não adoção de providências dos benefícios já revisados; falta de informações do beneficiário no processo de revisão.

O Relatório já foi encaminhado aos gestores para regularização dos fatos apontados.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR: Por meio do Ofício/INSS/DCPRES/nº 127, de 31.1.2003 e Memo/INSS/CGBENEF/nº 21, de 24.1.2003, o Gestor informou que quanto ao processo revisional dos benefícios de prestação continuada - BPC/LOAS, foi criada página REVBPC-LOAS, com objetivo de gerar relatórios gerenciais. Foi implementado no BDSISBEN o módulo REVISÃO sistema de consulta a todos os benefícios com "status" mantidos ou suspensos pela revisão. Esse procedimento possibilitará verificar, entre outros, a data da próxima revisão após a última ação revisonal realizada.

O Gestor informou, ainda, que as constatações levantada pela SFC foram encaminhadas às Gerências Executivas e o prazo para retorno das informações à Diretoria de Benefícios expira em 31/03/2003.

AValiação DA SFC: Os esclarecimentos prestados pelo gestor indicam que as providências estão em andamento, portanto o assunto continua PENDENTE de regularização.

RECOMENDAÇÃO: Adotar providências para implementar as recomendações ainda pendentes, visando melhorar os mecanismos de controle e regularizar as falhas e irregularidades apontadas pela SFC.

- Relatório de Auditoria nº 107381, de 4.11.2002 - Falhas e Irregularidades no processo de concessão e manutenção de benefícios de Prestação Continuada a Pessoas Idosas (ITEM 5.2.3.7 do Relatório de Auditoria de Gestão 117146/2003):

Foi constatado no Relatório de Auditoria de Gestão nº 117146/2003, no item referente aos Resultados da Missão Institucional, o que segue:

"Trata-se de avaliação do Programa "Valorização e Saúde do Idoso", referente as ações "Pagamento de Benefícios de Prestação Continuada a Pessoas Idosas" e "Auditoria e Revisão de Benefícios de Prestação Continuada a Pessoas Idosas", que visa assegurar o pagamento de um salário mínimo mensal a pessoas idosas com idade acima de 67 anos, que comprovem não possuir meios para prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família, ou seja, que a renda familiar mensal "per capita" não ultrapasse a 1/4 do salário mínimo; não ser amparado por nenhum sistema de Previdência Social, ou estrangeiro naturalizado e domiciliado no Brasil, não coberto por sistema de previdência no país de origem.

As principais constatações foram:

- aumento do número de benefícios concedidos, de 1996 a 2002, em torno de 2.024%, contribuindo, de uma forma geral, para uma melhor distribuição de renda no país, garantindo os mínimos sociais à população idosa carente, dando mais dignidade aos excluídos e corrigindo erros e desvios provocados pelas políticas governamentais;
- fragilidades nos sistemas, descumprimento da legislação previdenciária, ausência de monitoramento e acompanhamento no processo de concessão e manutenção dos benefícios, falha na crítica do sistema de benefício, ausência de cruzamento de informações com outras bases de dados, bem como, falta de integração com outros regimes de previdência;
- as inconsistências/irregularidades constatadas geram pagamentos indevidos em torno de R\$423 mil mensais e R\$6 milhões anuais;
- o processo de revisão e auditoria continua em descumprimento ao que determina a legislação, no que diz respeito ao período determinado para as revisões, ou seja, a cada 2 anos;
- as recomendações propostas por esta Secretaria não foram efetivamente implementadas, apesar dos compromissos assumidos pelos gestores. Portanto, permanecem os seguintes problemas apontados: ausência de sistemática de revisão do BPC (com planejamento por exercício); o sistema não marca as revisões efetuadas; atrasos na revisão e não adoção de providências dos benefícios já revisados; falta de informações do beneficiário no processo de revisão.

O relatório já foi encaminhado aos gestores para regularização dos fatos apontados.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR: Por meio do Ofício/INSS/DCPRES/nº 127, de 31.1.2003 e Memo/INSS/CGBENEF/nº 21, de 24.1.2003, o Gestor informou que quanto ao processo revisional dos benefícios de prestação continuada - BPC/LOAS, foi criada página REVBPC-LOAS, com objetivo de gerar relatórios gerenciais. Foi implementado no BDSISBEN o módulo REVISÃO sistema de consulta a todos os benefícios com "status" mantidos ou suspensos pela revisão. Esse procedimento possibilitará verificar, entre outros, a data da próxima revisão após a última ação revisional realizada.

AValiação DA SFC: Os esclarecimentos prestados pelo gestor indicam que as providências estão em andamento, portanto o assunto continua PENDENTE de regularização.

RECOMENDAÇÃO: Adotar providências para implementar as recomendações ainda pendentes, visando melhorar os mecanismos de controle e regularizar as falhas e irregularidades apontadas pela SFC.

JUSTIFICATIVAS DO GESTOR:

A justificativa do Gestor encontra-se detalhada no item 4.1.1.6.2 deste relatório.

AValiação DA SFC:

O assunto encontra-se PENDENTE, com providências em andamento, conforme detalhado no item 4.1.1.6.2 deste relatório.

- **Nota Técnica nº 0179, de 5.6.2002 - Ausência de exigência de CPF e inconsistência de registro de CPF entre a Previdência e a Receita Federal (item 5.2.3.2):**

Foi constatado no Relatório de Auditoria de Gestão nº 117146/2003, no item referente aos Resultados da Missão Institucional, o que segue:

"Trata-se de auditoria realizada nas informações registradas nos sistemas da Previdência e da Receita Federal, referentes ao campo CPF, visando verificar a consistência dos registros, com o objetivo de ressaltar a importância da exigência obrigatória de Cadastro de Pessoa Física - CPF nos registros dos sistemas da Previdência Social para fins de concessão e pagamento de benefício do Programa Previdência Social Básica.

Foram encontradas as seguintes situações: 4.256.975 CPF- campo sem informação; 63.330 CPF - campo com 99999999999; 8.283 CPF - campo com 11111111111; 162 CPF - campo com 00000000787; 109 CPF - campo com 00000000191; 1.265.080 CPF - nome do titular diferentes entre as bases; 4.552 CPF - inválidos na base da Receita Federal; 128.651 CPF - não cadastrado na Receita Federal; 1.031.064 CPF - nome da mãe diferente entre as bases; 715.587 CPF - data de nascimento diferente entre as bases".

JUSTIFICATIVA DO GESTOR: O Gestor não se manifestou especificamente frente aos itens apontados na Nota Técnica, apenas passou a exigir o CPF e registrar no sistema.

AValiação DA SFC: Verifica-se que o INSS não implementou e nem regularizou todas as recomendações emitidas pela mencionada Nota Técnica.

RECOMENDAÇÃO: Dessa forma, recomendamos ao INSS que, conforme já recomendado pela mencionada Nota Técnica, adote providências no sentido de:

- a) regularizar as inconsistências e irregularidades apontadas, com as devidas apurações de responsabilidades, se for o caso;
- b) realizar cruzamento sistemático das bases de dados de CPF da Receita Federal com a da Previdência e Assistência Social; e
- c) implementar a sistemática de verificação automática das informações de CPF com a Receita Federal, como forma de evitar as irregularidades primárias que vêm acontecendo atualmente na Previdência Social.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Consta do Registro de Negociação referente ao Relatório de Auditoria de Gestão nº 117146/2003, no item que trata das medidas adotadas pelo Gestor, as seguintes informações:

"A Diretoria de Benefícios, mediante Ofício nº 1.083/INSS/DCGAB, de 4.9.2003, informou que o INSS por meio da área de Arrecadação está firmando convênio com a Secretaria da Receita Federal para utilização do CPF.

- convênio está na fase final e encontra-se na Procuradoria Geral do INSS.
- a Procuradoria informou que concluirá a análise do mesmo até 5.9.2003".

AValiação DA SFC:

O assunto encontra-se com providências em andamento. Contudo, permanece PENDENTE, até que esta SFC tenha conhecimento das implementações das ações.

4.1.2.5 INFORMAÇÃO:

- Relatórios de Auditorias nºs 098535/2002, 101297/2002, 108757 e 120194, de 20.2.2003 - Pouca eficácia e morosidade no processo de cobrança administrativa e judicial dos débitos previdenciários (item 5.2.3.8 Relatório de Auditoria de Gestão nº 117146/2003):

Foi constatado no Relatório de Auditoria de Gestão nº 117146/2003, no item referente aos Resultados da Missão Institucional, o que segue:

"Trata-se de relatórios de trabalhos de auditoria realizados no processo de cobrança administrativa e judicial dos débitos previdenciários, com o objetivo de avaliar os resultados da atuação do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS quanto à recuperação de créditos previdenciários, tomando como base as informações referentes ao período de 2001 a set/2002. Dessa forma, apresentaremos os resultados da avaliação do último relatório do 4º trimestre/2002.

O Programa 09.122.0084 - Arrecadação de Receitas Previdenciárias - tem por objetivo aumentar a arrecadação da Previdência Social, mediante ação eficaz de fiscalização e cobrança de créditos previdenciários.

Neste Programa estão inseridas as seguintes ações:

- Funcionamento do Conselho de Recursos da Previdência Social;
- Cobrança de Administrativa de Créditos Previdenciários;
- Cobrança de Débitos Inscritos em Dívida Ativa;
- Fiscalização do Recolhimento das Contribuições Previdenciárias;
- Serviço de Processamento de Dados das Guias de Previdência Social;
- Orientação Técnica às Empresas e aos Segurados da Previdência Social;
- Formação Continuada de Servidores no Monitoramento da Arrecadação e Recuperação de Créditos Previdenciários; e
- Remuneração das Guias de Previdência Social, do FGTS e de Informações à Previdência Social.

As principais constatações foram:

- o INSS incluiu as informações solicitadas (determinação do Tribunal de Contas da União, constante da Decisão nº 649/2000 - Plenário), principalmente as concernentes ao perfil da dívida e sua arrecadação, revelando a espécie de crédito (crédito administrativo, parcelamento administrativo, crédito de procuradoria, parcelamento de procuradoria ou parcelamento de especial), o seu valor atualizado (principal, juros e multa) e os pagamentos efetuados, de forma que a apresentação dos dados constantes do CD relativo à listagem dos devedores da previdência permite maior clareza sobre o andamento da arrecadação em relação à cobrança;
- o processo de arrecadação dos créditos previdenciários, tanto na fase de cobrança administrativa quanto na fase judicial, ainda é demorado e pouco eficaz, havendo necessidade de medidas para se investir nos trabalhos de prevenção, desenvolvendo ações de cobranças sistematizadas e automáticas, com cruzamento de informações de todas as bases de dados governamentais, de modo a evitar a sonegação de contribuições previdenciárias e ser tempestivo quando da ocorrência e sinalização de recolhimento a menor;
- em 2002 o total dos créditos de procuradoria aumentou 92,54% em relação ao exercício de 2001, passando de R\$ 48.556.756.190,50 para R\$ 93.491.575.759,76, e em termos quantitativos aumentou 55,83%, passando de 418.619 para 652.341;
- o levantamento dos créditos por faixa de valor, relativamente aos grandes e pequenos devedores da Previdência Social, apresentou que 16.074 débitos são superiores a R\$ 1 milhão, e totalizam juntos R\$ 56.407.967.540,64, isto é, 2,46% dos débitos representam 60,33% dos valores totais devidos. Por outro lado, 49,51% da quantidade de créditos são inferiores a R\$ 10 mil, e somam juntos somente 1,12% do valor da dívida em estoque;
- no exercício de 2002 o número dos grandes devedores sofreu um acréscimo 98,64%, passando de 11.416 em dezembro/2001 para 22.677 em set/2002. A participação deste grupo no total da dívida previdenciária gerou um aumento de cerca de 91,53% no exercício de 2002;
- o INSS vem realizando trabalhos de fiscalização e de cobrança específicos, concentrando o seu planejamento, principalmente, na ação de fiscalização e cobrança dos grandes devedores. Entretanto, há

- necessidade de intensificar e aprimorar o processo em questão, levando-se em consideração os resultados apresentados;
- 38,17% do total dos créditos previdenciários da área judicial refere-se ao valor principal e, 61,83% são provenientes de juros, multas, INPC, Selic e TR;
 - o INSS deverá realizar estudos, procedendo a um levantamento geral dos créditos considerados de difícil recuperação ou mesmo irre recuperáveis, informando as fases em que se encontram nessa situação.

Diante dos fatos apontados, foi recomendado ao INSS a adoção das seguintes providências:

- a) Disponibilizar nos próximos CD as informações relativas aos pagamentos/baixas ocorridos anteriormente (data do pagamento/baixa, valor, quantidade de créditos, nome do devedor), de maneira que possibilite a identificação da diferença encontrada no batimento entre o saldo anterior + ingressos - baixas - pagamentos = saldo atual;
- b) Desenvolver, na área de arrecadação, cobranças sistematizadas e automáticas, a serem encaminhadas diretamente às empresas para os devidos recolhimentos do total devido, levando em consideração o batimento das informações (GFIP, GPS e outras bases de dados governamentais);
- c) Adotar providências no sentido de realizar estudos aprofundados para avaliar e atacar as causas da expressiva evolução dos créditos previdenciários, rever e buscar estratégias efetivas, no sentido de dar um direcionamento adequado, com vistas a melhorar a arrecadação e contribuir para diminuir o déficit previdenciário;
- d) Disponibilizar nos próximos CD a relação dos devedores, consignando o nome, CNPJ/CGC, a quantidade de créditos, o valor da dívida não parcelada, as baixas e o valor da dívida parcelada (Refis, convencionais e especiais), visando avaliar e verificar a evolução e os resultados de cada um deles.

Os relatórios foram encaminhados ao INSS para as providências cabíveis.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Por intermédio do Ofício nº 309/INSS/DCGAB, de 18/03/2003, o INSS informou que com relação aos itens "a" e "d", já foram providenciadas de acordo com a Solicitação de Sistemas Conjunta nº 04/03; quanto ao item "b" a área de Arrecadação elaborou projeto de implantação da cobrança automática, optando, inicialmente, pela realização de um projeto piloto em algumas Gerências; item "c" - foi iniciado um estudo em conjunto entre as áreas de Procuradoria e Arrecadação.

Apresentou ainda, por intermédio do Ofício nº 442/INSS/DCGAB, de 15/04/2003, os seguintes esclarecimentos/informações:

- "a) As alterações no CD trimestral encaminhado ao TCU, nos termos do solicitado, estão sendo providenciadas pela DATAPREV, sob orientação da Procuradoria Geral e Diretoria de Arrecadação do INSS.
- b) O início da cobrança automática de divergências apuradas por meio do batimento GFIP/GPS está previsto para o início do segundo semestre deste ano, mediante a indicação de Gerências Executivas que atuarão como Piloto.
- c) Evolução dos créditos previdenciários em âmbito Administrativo: Contencioso Administrativo - Estoque em Dezembro de 2001 (...)"

AVALIÇÃO DA SFC:

Relativamente às alíneas "a", "b" e "d", o INSS informou que está sendo providenciada a implementação das recomendações propostas por esta Secretaria, o que será objeto de avaliação quando do envio a esta SFC do

próximo relatório e CD sobre a listagem dos devedores da Previdência Social, relativa ao 2º trimestre/2003.

Quanto à alínea "c", esclarecemos que os valores utilizados no item 39 do Relatório de Auditoria nº 120194/2003, correspondentes aos créditos administrativos de 2001, foram extraídos do CD apresentado pelo INSS, relativo ao 4º trimestre/2001, encaminhado a esta Secretaria por meio do Ofício nº 82/INSS/PR, de 21.1.2002, onde confirma que o valor global dos créditos administrativos em dezembro/2001 era de R\$ 22.300.396.819,69. Porém, o gestor esclareceu, mediante Ofício nº 442/INSS/DCGAB, de 15.4.2003, que nesse valor não estavam incluídos os parcelamentos, informando que em 2001 os valores corretos seriam de R\$ 23.915.039.891,90 para o Contencioso Administrativo - Estoque em Dezembro de 2001 e de R\$ 51.394.470.373,00 para Créditos Parcelados - Estoque em Dezembro de 2001, (...).

Vale ressaltar que, embora o Gestor tenha esclarecido que a evolução dos créditos administrativos em 2002 em relação a 2001 não tenha sido da forma apresentada por esta Secretaria, mantemos a recomendação constante do item 43-c, uma vez que na área de Procuradoria a evolução dos créditos previdenciários é bastante expressiva, tendo em vista que em 2002 o total dos créditos de procuradoria aumentou 92,54% em relação a exercício de 2001, passando de R\$ 48.566.756.190,50 para R\$ 93.491.575.759,76 e em termos quantitativos aumentou 55,83%, passando de 418.619 para 652.341.

RECOMENDAÇÃO:

Adotar providências para implementar as recomendações ainda pendentes, visando melhorar os mecanismos de controle e regularizar as falhas e irregularidades apontadas pela SFC".

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Consta do Registro de Negociação referente ao Relatório de Auditoria de Gestão nº 117146/2003, no item que trata das medidas adotadas pelo Gestor, as seguintes informações:

"A Diretoria da Receita Previdenciária, por meio do Ofício nº 1.083, de 4.9.2003, informou que relativamente à cobrança automática das divergências apuradas no batimento GFIP versus GPS o Plano de Ação 2003 contemplou no item ação "Controle de Evasão" subação Cobrar Automaticamente as Divergências Apuradas no Batimento GFIP versus GPS o referido procedimento, cuja implementação decorrerá da realização de um Projeto Piloto, no âmbito das quatro Agências da Previdência Social - APS da Gerência Executiva de Curitiba, no período de 30 de maio de 2003 a 29 de agosto/2003, não fosse a paralisação das APS envolvidas com a greve de servidores. As ações deste projeto compreendem, principalmente, dentre outras atividades, a de gerenciamento do batimento realizado pelo sistema entre o valor declarado na Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social - GFIP e o valor efetivamente recolhido, apurado no intervalo abril/2002 a março/2003, em relação a 230 empresas que apresentaram, em meio a critérios pré-estabelecidos, divergências neste período. A primeira avaliação realizada após o encaminhamento às empresas selecionadas de dois lotes (lote 1 e lote 2) de "Intimação para Pagamento - IP" que somavam 110 documentos, num montante aproximado de R\$ 4,5 milhões de reais, apresentou resultado abaixo do desejado com a constituição de débitos do tipo LDCG no valor de R\$ 615.000,00 aproximados, representando apenas 13,85% do valor das IP processadas. A análise deste primeiro resultado sinaliza para o equacionamento de situações que passam por ações juntas ao cadastro de contribuintes da Previdência Social, no que diz respeito a endereços e co-responsáveis; melhorias no próprio documento GFIP, que certamente demandará alteração de legislação; mudança na forma de encaminhamento das intimações aos contribuintes, dentre outras, julgadas imprescindíveis e

até mesmo complexas. Em meio ao desafio de superação destas e outras dificuldades, o Ofício nº 125/2003/INSS/DIREP/CGARREC/DIDIV, datado de 25.7.2003, deu conhecimento à Secretaria Executiva da Previdência Social do MPS sobre a suspensão deste projeto experimental, dada a impossibilidade de atendimento às empresas intimadas, motivada pelo funcionamento precário das APS comprometidas com estas atividades. Assim, considerando se tratar de um projeto vinculado ao gerenciamento de uma ação de planejamento estratégico na área de arrecadação dos créditos previdenciários, definições estão sendo estabelecidas, neste período de suspensão, enquanto se procede a sua retomada.

a) Quanto às providências afetas à cobrança sistematizada das divergências, estas estão sendo demonstradas no Despacho da Coordenação Geral de Fiscalização, que acompanha este expediente.

b) No tocante à realização de estudos aprofundados para avaliar e atacar as causas da expressiva evolução dos créditos previdenciários, rever e buscar estratégias efetivas, no sentido de dar um direcionamento adequado, com vistas a melhorar a arrecadação e contribuir para diminuir o déficit previdenciário, esta Coordenação-Geral encaminhou em abril/2003, ao TCU o estudo intitulado "Arrecadação Previdenciária Potencial" que estimou a arrecadação do período de 1997/2001, considerando a receita espontânea, a evasão (sonegação e inadimplência) e a renúncia fiscal e fazendo projeções quanto à evasão e renúncia fiscal para o ano 2002/2003. Neste momento, o referido trabalho está sendo explodido por estados da federação e/ou por região, nas áreas onde a inexistência de dados vier a comprometer os levantamentos em processamento. A liberação, pelo IBGE, da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio - PNAD, em setembro deste ano, está sendo aguardada, uma vez que trará informações sobre a renda média, população empregada, emprego informal, enfim sobre a posição atual do mercado de trabalho.

a) Em referência à cobrança sistematizada, o Plano de Ação 2003 da Diretoria da Receita Previdenciária contemplou no item da ação "Controle de Evasão" subação Cobrar Manualmente As Divergências Apuradas no Batimento GFIP versus GPS, a partir de 01/1999, referido procedimento, que será desenvolvido em três fases, das quais a primeira já implementada em 16 de maio pretérito, com a seleção de 6.371 (seis mil trezentos e setenta e uma) empresas que representam 70% (setenta por cento) do contingente das divergências resultantes do batimento entre o valor declarado na Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social - GFIP e o valor efetivamente recolhido na Guia da Previdência Social - GPS, no ano 2002. Nesta primeira etapa, a se encerrar em 31.12.2003, estima-se uma apuração em torno de R\$ 2,25 bilhões de reais em divergências. Da primeira avaliação, realizada após 75 dias de atuação junto a 2.030 empresas de diversas Gerências Regionais, ficou demonstrado que foram apurados em ação fiscal o montante de R\$ 548.052.124,24 (quinhentos e quarenta e oito milhões cinqüenta e dois mil cento e vinte e quatro reais e vinte e quatro centavos), em divergências, dos quais R\$ 23.542.221,00 (vinte e três milhões quinhentos e quarenta e dois mil e duzentos e vinte e um reais) recolhidos em ação fiscal, por intermédio do documento "Guia de Recolhimento da Previdência Social-GPS", R\$ 342.950.967,11 (trezentos e quarenta e dois milhões novecentos e cinqüenta mil novecentos e sessenta e sete reais e onze centavos), convertidos em "Levantamentos de Débitos Confessados - LDC", visando parcelamento, e R\$ 199.551.089,20 (cento e noventa e nove milhões quinhentos e cinqüenta e um mil oitenta e nove reais e vinte centavos) transformados em "Notificação Fiscal de Lançamento de Débito - NFLD". O saldo de R\$ 7.846,93 (sete mil oitocentos e quarenta e seis reais e noventa e três centavos) se encontra registrado em Informação Fiscal de Débito - IFD, para ser incluído em futuros

lançamentos, haja vista, corresponder a valores singularizados por empresa, inferiores a um mil reais.

Entendimentos mantidos com a Divisão de Gerenciamento da Dívida Ativa da Coordenação-Geral de Matéria Tributária sinalizam no sentido de que as melhorias acima recomendadas para o CD "Devedores da Previdência" foram implementadas, no entanto, acordo entre esta Coordenação-Geral e a aquela área da Procuradoria definiu que a prestação de informações detalhadas a respeito deste CD seria feita por aquele órgão, haja vista que o gerenciamento deste produto, junto à Empresa de Tecnologia e Informação da Previdência Social - DATAPREV está a seu cargo. Esta Coordenação-Geral solicitou, através do MEMORANDO nº 25 INSS/DC/CGRC, de 1.7.2003, à Coordenação-Geral de Matéria Tributária a expedição e devido encaminhamento mensal a essa SFC de um exemplar desta ferramenta de consulta e acompanhamento, (...).

Ainda sobre o assunto, em documento datado de 8.12.2003, da Diretoria da Receita Previdenciária/DC/INSS, o Gestor esclareceu o que segue:

"Encerrado em Curitiba/PR o Projeto Piloto da Cobrança Automática das divergências apuradas no batimento GFIP x GPS, conforme Relatório Final, em anexo, e determinação do próprio Ministério da Previdência, dado a expiração do prazo de validade da Portaria MPS 711/2003 e os percalços registrados com a greve dos servidores da Previdência, ocorrida de maio a agosto/2003. Embora não tenha sido possível homologar todos os produtos imprescindíveis à expansão da cobrança automática para todas as gerências executivas do INSS, muitos sistemas já estão sendo desenvolvidos e homologados. Os testes em ambiente real serão continuados via segundo Projeto Piloto a ser desenvolvido, desta vez na Gerência Executiva de Goiânia/GO e na própria Gerência de Curitiba, a partir de fevereiro de 2004, em consequência de nossas limitações tecnológicas e da impossibilidade de a DATAPREV atender de pronto as demandas ocorridas, dentre outras, pelas constantes alterações na legislação previdenciária".

AValiação DA SFC:

Conforme as informações prestadas, verifica-se que a Direção-Geral do INSS vem adotando medidas com vistas ao saneamento das questões, a exemplo da conclusão do Projeto Piloto da Cobrança Automática em Curitiba/PR.

Considerando que o projeto deverá ser implementado nas demais Gerências Executivas do INSS e que os resultados não foram homologados, o assunto continua PENDENTE.

- Relatório de Auditoria nº 099688, de 17.12.2002 - Falha e irregularidade no processo de cobrança administrativa dos débitos previdenciários (item 5.2.3.9 Relatório de Auditoria de Gestão nº 117146/2003):

Foi constatado no Relatório de Auditoria de Gestão nº 117146/2003, no item referente aos Resultados da Missão Institucional, o que segue:

"Trata-se de auditoria realizada na Gerência Executiva do INSS em Teresina/PI, abrangendo o período de 15.7.2002 a 15.10.2002, tendo como objetivo o acompanhamento preventivo dos atos e fatos de gestão ocorridos na área de Arrecadação, em especial à Cobrança de Débitos Administrativos. Os dados foram extraídos dos sistemas da DATAPREV, utilizados para a cobrança pelo INSS, a saber: INFORMAR, SICOB, AGUIA, PRODIN e DÍVIDA. De acordo com informações constantes nesses sistemas, a Gerência Executiva do INSS em Teresina gerencia um montante de R\$ 120,9 milhões, envolvendo 291 contribuintes e 949 processos, referentes a

débitos ativos e R\$ 473,1 milhões relativos a parcelamentos, envolvendo 1.018 processos e 944 contribuintes.

O principal critério de seleção foram os débitos baixados ou que tiveram redução considerável de saldos, no período de janeiro/2001 a julho/2002, excluindo-se aqueles cuja redução foi inferior a R\$ 8.000,00. Em seguida, por meio de consultas ao SICOB, foram excluídos aqueles cuja baixa ou redução ocorreu por pagamentos. Após a aplicação desses critérios, chegou-se a uma amostra de 29 contribuintes, envolvidos em 82 processos, cujo montante somou R\$ 15,4 milhões, representando 4,2% do total de processos, 2,5% do valor total e 2,3% dos contribuintes devedores inscritos em débitos ou parcelamentos ativos.

As principais constatações foram: divergência de valores registrados nos sistemas SIAFI e INFORMAR referentes a receita proveniente de parcelamentos e débitos; falhas nos sistemas que atrasam o andamento dos processos de cobrança; falhas na instrução de processos, prejudicando o entendimento quanto ao andamento da cobrança; falta de integração entre o INSS e o Comitê Gestor do REFIS, ocasionando situações de inadimplência, falta de autonomia da Instituição para recalcular e reinserir o devedor na cobrança do INSS, devido a não apropriação de valores pagos individualmente e de ausência de informações sobre o saldo devedor; demora nas decisões administrativas devido ao atraso por parte do INSS na emissão da Decisão de Notificação (DN), ocasionando prejuízo para a arrecadação; e ausência de documentação indispensável e de critérios objetivos para fundamentar o cancelamento do débito.

Os resultados foram encaminhados ao INSS, para conhecimento e implementação das recomendações.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR: O Gestor, por meio do Ofício nº 242/INSS/DCGAB, de 27.2.2003, apresentou as seguintes informações:

(...) No que se refere à fixação de metas (subitem 4.1.1.1), foi encaminhado o Memorando nº 15/INSS/DIRAR, desta data (...), informando à Gerência-Executiva que a Diretoria de Arrecadação considerará a recomendação da Controladoria quando da redefinição ou ajustamento, no seu Plano de Ação 2003, das metas para recuperação de créditos administrativos. Convém assinalar, no entanto, que tais metas estão sendo alcançadas a contento graças ao deslocamento constante de pessoal para o interior, como bem foi percebido pela Auditoria.

As divergências nos números da arrecadação apresentadas pelos sistemas SIAFI em relação ao INFORMAR (subitem 4.2.1.1) despontaram na fase final de implantação deste último. Essas impropriedades já foram objeto de regularização a contar do mês de janeiro do ano em curso, mediante ação conjunta deste Instituto e da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV.

As correções das falhas no sistema SICOB (subitem 4.2.2.1) vêm sendo procedidas, em conjunto com a Procuradoria e DATAPREV, e consistem nas providências relatadas no despacho da Coordenação-Geral de Cobrança, datado de 10 de fevereiro de 2003 (cópia anexa), por meio do qual foram atendidos os questionamentos da Controladoria em relação ao Ofício nº 9.956/DSPAS/SFC/CGU-PR, de 26 de dezembro de 2002.

Quanto ao subitem 4.2.3.1, o processo regular de cobrança de créditos administrativos vem sendo aprimorado com a devida celeridade, estando previsto, ainda para o corrente ano, o treinamento de todos os servidores da área, conforme consignado no mencionado expediente da Coordenação-Geral de Cobrança.

No que alude à recomendação objeto do subitem 5.1.1.2, cujas explicações estão também consignadas no expediente para atendimento ao Ofício nº 9.956, da Controladoria, reforçamos a informação de que o problema que dificultava a cobrança de créditos após a exclusão do contribuinte do REFIS já foi sanado pela DATAPREV, em dezembro último, com a conclusão da rotina de apropriação dos pagamentos realizados no âmbito do Programa Inscrição Automática dos Processos.

Visando a correção de falhas motivadas por retardamento de decisões no decorrer do processo de cobrança (subitem 5.2.1.1), além das medidas já adotadas no âmbito desta Diretoria, transcritas no expediente que atendeu ao Ofício nº 9.956/DSPAS/SFC/CGU-PR, consta do referido Memorando nº 15/INSS/DIRAR, encaminhado àquela Gerência-Executiva, orientação no sentido da completa observação das recomendações da Controladoria, especialmente no que se refere ao estabelecimento de prioridades para se evitar prejuízos motivados por perda de arrecadação.

Quanto à última recomendação, a respeito da Construtora HABFÁCIL Ltda., CNPJ nº 00.615.832/0001-12 (subitem 5.2.2.1), o assunto está sendo explicado, quanto aos aspectos que lhe são pertinentes, pela Coordenação-Geral de Cobrança, por meio do expediente que atendeu ao Ofício nº 9.956/DSPAS/SFC/CGU-PR. Por seu turno, a Coordenação-Geral de Fiscalização determinou uma nova ação fiscal na empresa, de modo a possibilitar a verificação das supostas irregularidades e o esclarecimento dos fatos em toda a sua plenitude. Ao encontro das orientações desta Diretoria, a ação fiscal já havia sido iniciada em 28 de janeiro de 2003, por meio do Mandado de Procedimento Fiscal - Fiscalização nº 09015603 (...).

RECOMENDAÇÃO: Face às justificativas apresentadas estarem em andamento e pendentes de realização, recomendamos que o INSS adote providências para implementar as recomendações emanadas por esta SFC, visando regularizar as falhas e irregularidades apontadas, bem como encaminhar os resultados das providências informadas que estavam em andamento”.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Consta do Registro de Negociação referente ao Relatório de Auditoria de Gestão nº 117146/2003, no item que trata das medidas adotadas pelo Gestor, as seguintes informações:

“A Diretoria da Receita Previdenciária, por meio do Ofício nº 1.083, de 4.9.2003, informou que em referência a divergência de valores registrados nos sistemas SIAFI e INFORMAR referentes a receita proveniente de parcelamentos e débitos esta Coordenação-Geral, em articulação com a Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade, em reunião no dia 17.4.2003 pontuaram, após análise das Tabelas de Registros de Créditos/SIAFI oriundas de créditos e parcelamentos administrativos, as inconsistências verificadas nos sistemas AGUIA/SICAD/SICOB, definindo os ajustes que necessitam ser efetivados, a fim de que o sistema INFORMAR passe a ser alimentado pelo contingente total dos registros dos créditos efetivados. Será dado início ainda, neste mês de julho/2003 aos trabalhos de planificação das etapas a serem diligenciadas, visando a especificação de ações para a correção de falhas junto aos sistemas acima referidos.

Em alusão às falhas nos sistemas que atrasam o andamento dos processos de cobrança o Projeto “Pré-Inscrição” implementado em 02 de maio deste ano, tendo como finalidade resolver a questão dos processos retidos na fase de pré-inscrição pelo “Sistema de Registro e Controle de Débitos, Parcelamentos e Cobrança-SICOB” e como partes envolvidas esta Coordenação-Geral de Recuperação de Créditos e DATAPREV administrativa/procuradoria, já solucionou o problema de recebimento, pela Sistema DÍVIDA-Procuradoria, de 643 dos 1.807 processos de débitos/parcelamentos destinados à cobrança judicial, o que significa ter alcançado 35,6% da meta estabelecida, que é de zerar o estoque retido destes processos de débitos a serem cobrados judicialmente.

No item falhas na instrução de processos, prejudicando o entendimento quanto ao andamento da cobrança a proposta de realização de cursos para os funcionários envolvidos nesta tarefa, a ser realizado no corrente ano, conforme constou das informações prestadas quando da apreciação do Relatório de Auditoria 101249/2002-Controle da Gestão, encaminhado à SFC,

via Ofício nº 242/INSS/DCGAB, de 27.2.2003, está sendo estudada pela Coordenação, dado que as diretrizes de ação da atual equipe de gerenciamento, passam preliminarmente pelos ajustamentos dos sistemas de cobrança, para, num momento posterior, possivelmente na segunda metade deste segundo semestre de 2003, promover algum tipo de treinamento nesta linha, dado a cota ínfima de recursos destinados à capacitação de pessoal.

Falta de integração entre o INSS e o Comitê Gestor do REFIS, ocasionando situações de inadimplência, falta de autonomia da Instituição para recalcular e reinserir o devedor na cobrança do INSS, devido a não apropriação de valores pagos individualmente e de ausência de informações sobre o saldo devedor. O expediente datado de 10.2.2003 da Coordenação-Geral de Cobrança (atual Coordenação-Geral de Recuperação de Créditos) que atendeu ao Relatório de Auditoria de Acompanhamento da Gestão/2002 nº 101249, emitido por essa Secretaria Federal de Controle, informou sobre a implementação da rotina de apropriação dos pagamentos efetivados em liquidação a parcelas de contratos de parcelamentos do tipo REFIS, rescindidos, permitindo, assim o prosseguimento da cobrança judicial ou extrajudicial destes débitos, com os saldos ajustados.

Acrescentamos informação em relação a ação fiscal desenvolvida na empresa HABFÁCIL LTDA. CNPJ nº 00.615.832/0001-12, constante do Relatório de Auditoria Operacional, de nº 09015603, iniciada em 28.1.2003 com a finalidade de esclarecer supostas irregularidades, conforme expediente que atendeu ao ofício 9.956/DSPAS/SFC/CGU-PR., noticiando ter sido a mesma concluída em 25.2.2003, com o lançamento de crédito previdenciário no valor de R\$ 85.622,25 (oitenta e cinco mil, seiscentos e vinte e dois reais e vinte e cinco centavos), transformados no LDC de nº 354712560 e parcelado em 25/03/2003, com liquidações de parcelas, até a presente data, rigorosamente em dia.

Finalmente, informamos sobre o saldo do estoque de débitos/parcelamentos administrativos existente no Sistema de Processos de Débitos Inativos - PRODIN (sucessor do Sistema ATARE) que, nesta data, perfaz a reduzida soma de 174 processos, compreendendo 39 débitos e 135 parcelamentos, com previsão de conclusão de migração final destes processos até 30 de agosto/2003, regularizando em definitivo o gerenciamento da cobrança destes créditos, via Sistema de "Registro e Controle de Débitos, Parcelamento e Cobrança - SICOB".

Esta Coordenação-Geral em ação de reforço ao trabalho da Gerência Executiva de Teresina/PI mandou vir o contingente de processos pendentes de análise, num total de 96 autos e no período de 12/03/2003 à 05/06/2003 uma equipe de seis Auditores-Fiscais proferiram as Decisões-Notificações-DN e Despachos devidos, julgando procedentes 53 dos 96 lançamentos de débitos efetuados, num montante de R\$ 10.086.052,33 (dez milhões oitenta e seis mil cinqüenta e dois reais e trinta e três centavos) que retornaram à Gerência Executiva originária para o procedimento legal de abertura de prazo para recursos ao CRPS. Trinta e quatro destes processos receberam o despacho para baixarem em diligências, visando possibilitar a emissão posterior de suas DN, no valor aproximado de 5 milhões de reais. Quatro outros processos, tiveram julgamentos do tipo DN de nulidades, permitindo que os vícios formais sejam sanados e os lançamentos substituídos, importando com isto, num total aproximado de R\$ 520.000,00 (quinhentos e vinte mil reais) para, finalmente, serem procedidas duas DN do tipo improcedente, dando lugar, conseqüentemente, aos seus respectivos arquivamentos (lançamentos no valor aproximado de R\$ 22.000,00).

AVALIAÇÃO DA SFC:

O assunto encontra-se com providências regularizadoras em andamento. Contudo, a regularização dar-se-á com a efetiva implementação.

- **RELATÓRIO DE AUDITORIA ESPECIAL nº 133783/2003** - Trata-se de trabalhos realizados na Agência da Previdência Social - APS em Goiás - GO, com o objetivo de avaliar a gestão da APS, verificando a qualidade do atendimento ao público, a satisfação dos servidores, a qualidade dos sistemas corporativos, a gestão interna, o processo de concessão de benefícios, o processo de arrecadação, bem como as providências adotadas para regularização das ocorrências apontadas pela Ouvidoria- Geral do MPS:

Foi constatado que:

- a) O nível de satisfação quanto ao atendimento ao público é "bom" conforme resultado do questionário aplicado, porém quanto as acomodações na APS é "regular".
- b) Com relação ao nível de satisfação dos servidores verificamos que os mesmos carecem de um apoio maior por parte da GexANP, no que concerne a treinamentos nos vários sistemas corporativos utilizados, bem como equipamentos de informática que atendam as necessidades da APS e suprimento de materiais de consumo.
- c) Os sistemas corporativos, principalmente o CNIS, necessitam de funcionamento adequado no horário de atendimento ao público.
- d) Com relação aos servidores de prefeituras, que seja observado o art. 315, do Decreto 3.048, de 06 de maio de 1999 (Regulamento da Previdência Social), da atividade exclusiva de servidores do INSS.
- e) Necessidade de serem disponibilizados recursos humanos para que a APS cumpra sua missão institucional.
- f) A questão da perícia médica da APS deverá ser melhor estruturada, para que os atendimentos aos segurados não fiquem prolongados (do momento que o mesmo chega a APS até o atendimento final pelo médico perito). E que haja também uma melhor distribuição entre os médicos peritos contratados para atendimento da APS, inclusive que seja observado o cumprimento do horário de atendimento do médico servidor do INSS.

Na **área de ARRECADAÇÃO** há a necessidade premente de fiscalizações junto às empresas de jurisdição da APS e também junto às Prefeituras Municipais jurisdicionadas a GexAPS, dando prioridade a de Goiás - GO.

O Assunto foi tratado ainda na Nota Técnica nº285/DSPAS/SFC/CGU-PR, de 16 de março de 2004, referente a análise das justificativas/providências adotadas, encaminhadas a esta SFC, por meio do Ofício nº 1.561 INSS/DCGAB, de 30 de dezembro de 2003.

Na **Área de CONTROLES DA GESTÃO**, foram ressaltadas as seguintes situações:

Assunto: Avaliação da Satisfação do Servidor

"(...)

- a) Carência na área de treinamentos para capacitação em atividades desempenhadas (área de Legislação Previdenciária, Sistemas Corporativos da Previdência Social, Word, Excel, Internet e reciclagem sobre atualização de normas e versões dos sistemas corporativos);
- b) Os equipamentos não atendem e/ou estão obsoletos para execução das atividades inerentes à APS;
- c) Recursos materiais (papéis, lápis, borracha, canetas e outros materiais de expediente) são insuficientes, a quantidade disponibilizada mensalmente pela GexANP não é capaz de atender a demanda da APS;
- d) O espaço físico da APS não é adequado;
- e) O Arquivo Permanente está situado em local impróprio;

f) Quanto a satisfação do servidor, relativo a descentralização das atividades desenvolvidas pelas diversas áreas da Gerência Executiva, os mesmos mostraram insatisfação com a jurisdição da APS Goiás vinculada a Anápolis/GO, pois o município não possui linhas rodoviárias regulares e diretas para a cidade de Anápolis/GO, causando transtornos tanto aos servidores quanto aos segurados que tenham a necessidade de resolver problemas inerentes a GexANP."

Em resposta às proposições a GexANP informou que:

"(...)

- a) *Alguns treinamentos foram efetuados, mas estamos procurando dar outra dimensão aos treinamentos, sendo mais amplo não limitado, simplesmente, a capacitação profissional, estimular o crescimento humano, mudanças de visão e assimilação de novos valores e compromissos com os segurados.*
- b) *Os equipamentos de informática são adquiridos e distribuídos pela CGTI - Coordenadoria Geral de Tecnologia e Informação.*
- c) *O material mencionado tem sido distribuído a todas as Agências de acordo com o que temos adquirido através de Licitações e considerando as restrições impostas pela Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade;*
- d) *Foi realizada uma reforma para revitalização e adequação do espaço;*
- e) *Considerando as dificuldades em realizar uma reforma ampla devido ao fato de que o prédio da Agência é parte do Patrimônio da Humanidade, não foi possível realizar uma reforma adequada.*
- f) *As Agências da Previdência Social devem atender a todos os segurados que solicitam seus serviços, independente da jurisdição. No caso específico da APS/Goiás, serviços que podem ser resolvidos em nível local estão sendo encaminhados para Gerência, o que não deverá ocorrer. Reabilitação Profissional: no ano de 2004 será implementado na APS - Goiás o Projeto REABILITA, e as perícias de recursos poderão também ser realizadas "in loco". Portanto, não vemos necessidade de mudanças."*

Análise/Recomendações da SFC:

- a) Não há uma definição clara dos cursos que serão ministrados aos servidores. Entende-se que o aperfeiçoamento técnico profissional é prioritário, inclusive no sentido de melhorar a relação servidor versus segurado. Cursos motivacionais e de relacionamento são importantes, porém é preciso uma definição prévia das principais carências dos servidores, definindo-se prioridades em treinamentos, com critérios objetivos e produtivos.
- b) A GexANP percebe a dificuldade, entretanto não apresenta alternativas junto à CGTI, no sentido de se fazer substituições dos equipamentos obsoletos.
- c) Nenhuma providência é apresentada, item pendente de regularização.
- d) O que foi observado por esta equipe de auditoria é que a reforma não mexia em "lay-out". Portanto, mesmo com a reforma, a APS necessita de uma melhor adequação no que diz respeito à utilização do espaço interno.
- e) Tendo em vista tratar-se de área tombada e visando evitar novos gastos ao erário com o aluguel de outros espaços, a situação poderia ser atendida com a reforma e adequação realizada pela Unidade conforme informado no item "d".
- f) Apesar das dificuldades de acesso relatadas, cabe ao gestor definir a vinculação da APS, portanto situação atendida.

Assunto: Sistemas Corporativos

- a) Dificuldades de acessos em determinados horários;
- b) Servidores de prefeitura habilitando benefícios.

Em resposta às proposições a GexANP informou que:

"Com relação constantes no item 1.3 - Sistemas Corporativos, cadastramento dos servidores no Sistema de Controle de Acesso - SCA do PRISMA (CV3-Benefício), informo que estaremos iniciando uma triagem geral em todas as Agências a partir de 02/01/2004 para que sejam corrigidas as disfunções."

AVALIAÇÃO DA SFC: Item atendido.

Assunto: Gestão Interna

- a) os serviços de limpeza não eram realizados antes ou após o atendimento aos segurados, ficando a imagem da APS prejudicada;
- b) a APS não possui o sistema de vigilância convencional, possuindo somente o de vigilância eletrônica, no qual foi aplicado teste para validação do sistema, não sendo identificados problemas;
- c) que as condições dos materiais permanentes necessitam de reformas, principalmente mesas, cadeiras e armários;
- d) com relação a materiais de consumo, constatamos principalmente a insuficiência de papel A4 para impressora, verificamos que não há estoque mínimo, bem como, não há suprimento de fundos para essa finalidade, uma vez que a aquisição é realizada pela GexANP, dificultando o atendimento da APS;
- e) fragilidades nas fechaduras das portas e janelas, por exemplo a utilização de taramelas nas janelas e escoras de madeiras na porta principal;
- f) local do atendimento da perícia médica não é adequado, uma vez que, para avaliação pericial dos segurados, a sala possui uma maca com estofado rasgado, não há lençóis para forro da maca, toalhas de mão, pia e balança. Foi constatado no período auditado que os instrumentos médicos ficavam expostos no final do atendimento; e g) existência de equipamentos de informática obsoletos.

Em resposta às proposições a GexANP informou que:

"Solicitaremos ao setor competente o acompanhamento dos serviços inerentes à APS. A aquisição de material de consumo é centralizada na Gerência, portanto as necessidades são atendidas mensalmente mediante requisição da APS, não há suprimento de fundos para aquisição de material de consumo."

O serviços de limpeza estava sendo executado precariamente, pelo fato de que, na ocasião da realização da Auditoria, a APS estava em obra;

O sistema de vigilância eletrônica foi adotado, atendendo orientação da Direção Geral, para redução de custos;

A reforma dos bens móveis tem sido realizada de forma parcelada, considerando que não temos dotação orçamentária para realização do serviço;

A escassez de material é devido aos poucos recursos financeiros disponibilizados pela CGOFC ;

Considerando que o Estatuto do IPHAN - Instituto do Patrimônio da Humanidade e Artístico nacional não permite fazer alterações nas dependências do prédio, uma vez que o mesmo é patrimônio tombado;

O local para atendimento médico está sendo melhorado e estamos providenciando outra maca e armário para guarda dos equipamentos médicos; Os equipamentos de informática estão sendo adquiridos/locados pela CGTI - Coordenadoria-Geral de Tecnologia e Informação."

AValiação DA SFC: Observa-se o esforço da GexANP, dentro das possibilidades disponíveis, na regularização das situações apontadas.

Na **Área de BENEFÍCIO**, foram ressaltadas as seguintes situações:

Assunto: Benefícios Represados

Verificamos por intermédio da transação CONREP - Consulta Benefícios Represados, no sistema SUB - Sistema Único de Benefícios, que o total de benefícios represados, na data de 17/09/2003, perfazem o quantitativo de 299 (duzentos e noventa e nove) processos.

Em resposta às proposições a GexANP informou que:

"Já houve a justificativa por parte do gestor da Agência, informamos ainda que por 2 oportunidades enviamos funcionário para dar suporte técnico àquela Agência no início do mês de Outubro e Dezembro com a finalidade de ajudar no represamento de benefícios, porém isto só pode ser feito quando há verba."

Análise/Recomendação da SFC: Apesar do problema de recursos financeiros inerentes a toda Administração Pública, faz-se necessário a adoção de providências por parte da Unidade na regularização dos fatos apontados.

Assunto: Perícias Médicas

- a) que a perícia médica seja efetuada no mesmo período de atendimento ao público;
- b) que o médico perito, servidor do Instituto, cumpra sua carga horária, conforme determina a Lei nº 8.112/90;
- c) e que avalie a real necessidade das contratações de médicos credenciados.

Em resposta às proposições a GexANP informou que:

"no tocante às recomendações das letras "a" e "b" do referido item, esta Gerência já manteve contato com a Chefia da APS, cientificando-o que de acordo com o Capítulo XXI da CANRH, são ações exclusivas da Chefia da Agência, fato este até então desconhecido por esta signatária e pela Seção de Gerenciamento de Benefícios por Incapacidade - GBENIN - muito embora a essa Seção estejam relacionados assuntos técnicos, não houve até o presente momento nenhuma reclamação tanto por parte da Chefia da APS, quando do cliente. Letra "c" já está sendo verificado junto à APS-Goiás a busca de profissionais que manifestem interesse em se credenciar, para avaliação pelo GBENIN para possível credenciamento."

AValiação DA SFC: Faz-se necessário a adoção de providências no sentido de evitar que a situação constatada no item "a" e "b" se repita. Com relação à contratação de médicos credenciados, o que se observou foi que se o médico servidor atendesse no seu período normal, não haveria necessidade de contratação de dois médicos peritos. Informamos ainda que com as novas medidas adotadas pelo Governo Federal em relação à carreira de médicos peritos do INSS, em que está prevista a realização de concurso público, estas contratações não serão mais necessárias.

Assunto: Processos de Benefícios

O benefício nº 21/126.072.846-0 - Não consta certidão de óbito no processo concessório da pensão, e a pesquisa efetuada no SISOBÍ ficou prejudicada.

O benefício nº 21/126.940.194-4 - encontramos divergências no cadastro do mesmo, não contendo certidão de óbito no processo e a pesquisa no SISOBÍ ficou prejudicada, faltando inclusive a assinatura do servidor concessor da pensão.

O benefício nº 41/126.072.856-8 - aposentado como segurado especial, no entanto consta no processo concessório às folhas 11 a 14 a guia de ITR (Imposto Territorial Rural) com informação de que o enquadramento sindical refere-se a empregador rural II-B e que é proprietário de uma terra com área de 186,7 hectares.

O benefício nº 41/126.072.760-0 - aposentado como segurado especial, no entanto consta no processo concessório à folha de nº 15 a guia de ITR com informação de que o enquadramento sindical da propriedade como empregador rural II e que é proprietário de uma terra com área de 218 hectares.

Os benefícios nºs 42/126.940.064-6 e 42/126.072.916-5 - falta de apresentação de documentos comprobatórios de tempo de contribuição.

Em resposta às proposições a GexANP informou que:

"Com relação à recomendação feita, informamos que já iniciamos os procedimentos e que assim que dispusermos de verbas enviaremos um funcionário para orientar no que couber em relação às revisões. A partir de 2004 estaremos desenvolvendo uma série de treinamentos nos Sistemas Corporativos visando melhorar o atendimento.

E/NB/21/126.072.846-0 : em pesquisa no SISOBÍ os dados da certidão de óbito são os mesmos da concessão do benefício e providenciaremos Carta de Convocação para a apresentação de Cópia da Certidão de Óbito para ser anexada ao processo.

E/NB/21/126.940.194-4: Consta a Certidão de Óbito às folhas 3 do processo.

E/NB/41/126.072.856-8 e E/NB/41/126.072760-0: com relação a estes dois processos tem a informar que na IN nº 84 e IN nº 95, não tem nenhum artigo com citações com relação à quantidade de Hectares, há a verificação de como são desempenhadas as atividades com relação à mão-de-obra assalariada.

E/NB/42/126.940.064-6 e E/NB/42/126.072.916-5: no processo constam todas as consultas do CNIS."

Análise/Recomendação da SFC: saliente-se que foram analisadas amostras de processos, portanto situações como as relatadas pela equipe de auditoria podem estar ocorrendo em outros processos, o que ressalta a importância no aprimoramento dos controles do processo. Com relação ao quantitativo em termos de hectares, a constatação refere-se ao enquadramento do segurado, no caso como proprietário rural, e não ao dimensionamento de terras.

Na Área de Arrecadação e Procuradoria foram ressalvadas as seguintes situações:

Assunto: Arrecadação

Não há plantão fiscal na APS e, os casos que necessitam de atendimento são realizados por Auditores Fiscais da previdência Social da GexANP, inclusive a liberação da CND.

Em resposta às proposições a GexANP informou que:

"Plantão é apenas uma das atribuições dos Auditores Fiscais, que em sua atividade principal devem efetuar ações fiscais nas empresas; Há muitos anos não há plantão fiscal em nenhuma de nossas 15 APS.

O plantão fiscal em nossa gerência existe apenas na própria sede da gerência executiva em Anápolis.

Quanto aos atendimentos, estes podem ser feitos pela própria Seção de Arrecadação da agência, e algumas dúvidas específicas podem ser consultadas por telefone ao Plantão Fiscal de Anápolis.

Quanto à liberação de CND, os servidores das Agências já emitiram as CND, por meio do nosso sistema em que eles têm acesso. O que ocorria era que as CND para finalidade de Baixa, até recentemente, só podiam ser emitidas por Auditor Fiscal.

Nesse sentido, criamos um procedimento para que as Agências pudessem enviar um formulário com dados da empresa interessada na CND de baixa, e sempre que possível, fazer atendimento sem precisar de deslocamento para Anápolis, utilizando em vários casos o encaminhamento de cópias de documentos por fax ou malotes.

Contamos hoje na Seção de Fiscalização com apenas 9 Auditores Fiscais. Temos 15 Agências vinculadas à nossa gerência. Devemos atender 117 municípios. Possuímos mais 22.000 empresas ligadas à nossa gerência. A APS Goiás emitiu em 2003, em média, de 25 a 30 CNS por mês, conforme dados do SAD - Sistema de Acompanhamento de Desempenho. Na APS Goiás, são emitidas cerca de 75% das CNS pela internet, em média de 80 a 100 por mês. Temos outras APS que, numa visão geral da Arrecadação pelo Sistema SAD, possuem mais movimentos que a APS Goiás, inclusive emitem mais CND, como por exemplo, a APS de Catalão, com média de 50 CND emitidas por mês pela Agência. Pelo levantamento efetuado no Sistema CNAF, dos atendimentos do Plantão Fiscal em Anápolis, concluídos em novembro/2003 e com ação fiscal registrada, totalizando 68 contribuintes, consta apenas uma empresa da jurisdição da APS Goiás-GO. Ainda vale ressaltar outros aspectos. Primeiramente, temos um Plano de Ação programado para 2004 pela Diretoria da Receita Previdenciária, com enfoque no Resultado da Ação Fiscal - RAF, sendo que o direcionamento será para termos nossos Auditores Fiscais empenhados em atividades que gerem resultado, ou seja, que tragam arrecadação ou constituição de créditos. Os atendimentos do Plantão Fiscal, em sua grande maioria, não geram resultados ou geram alguns resultados pouco significativos.

Outro aspecto seria a relação de custo-benefício, em que teríamos um servidor caro para o INSS fazendo tarefas que podem ser atendidas por servidores administrativos, enquanto existem outras atividades exclusivas de AFPS. Ainda ressaltamos a liberação, desde setembro do presente ano, do Sistema de baixa de empresa, para ser usado por servidores administrativos, podendo eles mesmos emitir CND para finalidade de baixa. Convém lembrar que as principais funções dos Plantões Fiscais estão relacionadas com emissão de CND, e atualmente a grande maioria dos casos pode ser atendida por servidores de arrecadação das agências. Com todos esses fatos mencionados, a tendência hoje para o Plantão Fiscal seria extinguir aquele que existe na Gex- Anápolis, e não criar algum plantão em agências, mesmo porque, como já foi mencionado, outras agências teriam maior necessidade que a APS Goiás. Diante do exposto em relação ao estudo realizado, conclui-se pela não criação de plantão fiscal na Agência Goiás-GO."

AValiação DA SFC: Dadas as justificativas apresentadas, item atendido.

Assunto: Restituição e Reembolso

Foi observado que os processos referentes a restituição apresentaram falhas formais principalmente no que diz respeito ao pronunciamento do Setor de Benefícios da APS, contrariando a OS/INSS nº 051.

Em resposta às proposições a GexANP informou que:

"Esclarecemos que os servidores das APS foram devidamente treinados para adotar os procedimentos previstos na Legislação Vigente, recebendo ainda, orientação constante por parte da Seção específica visando sanar dúvidas suscitadas no decorrer das atividades."

AValiação DA SFC: Novamente torna-se perceptível a carência em treinamento e reciclagem de conhecimentos dos servidores da agência.

Assunto: Processos de Débito

Dos 24 processos analisados, todos apresentaram falhas quanto ao cumprimento de prazos, devido a GexANP não ter encaminhado os processos em tempo hábil com cópia do AR que comprovasse a remessa dos processos às empresas.

Verificamos que a APS não conhecia e não mantinha um controle das maiores empresas devedoras de sua jurisdição, por não ter acesso ao sistema INFORMAR. Ressalvamos que essas empresas não foram fiscalizadas nos últimos anos, inclusive constando da lista de maiores devedores da APS órgãos municipais que poderão ser beneficiados pelo instituto da decadência.

Em resposta às proposições a GexANP informou que:

"Quanto ao envio de processos de Fiscalização para as agências, temos nos preocupado em encaminhá-los o quanto antes, logo que são cadastrados no sistema. Lembramos que foi disponibilizado acesso ao sistema INFORMAR aos servidores da APS. No caso específico em Goiás, desde 11/2002 até o presente momento foram encaminhados 4 processos, conforme tabela a seguir, extraída do sistema INFORMAR:

CNPJ/CEI	Razão Social	Município	Processo	Data de cadastro
03.409.058/0001-81	Luzo Carvalho Ltda.	Jussara-GO	355021846	11/04/2003
03.409.058/0001-81	Luzo Carvalho Ltda.	Jussara-GO	355021854	11/04/2003
03.409.058/0001-81	Luzo Carvalho Ltda.	Jussara-GO	355021870	11/04/2003
00.860.793/0003-80	Frigorífico Modelo Ltda.	Santa Fé de Goiás-GO	355509490	18/12/2002

Esses 4 processos tiveram demora no encaminhamento devido a pendências no sistema GIRAFA, sendo que foram novamente devolvidos à fiscalização até o problema ser solucionado. O que ocorreu foi que esses processos se referem a frigoríficos com débitos de produto rural (FPAS 744). Esses débitos não estavam sendo aceitos pelo sistema GIRAFA devido a divergências de entendimento sobre a vigência da última alteração de alíquotas.

Esse problema só foi corrigido no sistema no segundo semestre de 2003, por volta de agosto/setembro. Segundo Circular da DIREP, fizemos um Ofício cientificando o contribuinte, pois houve pequenas alterações de valores em dois meses, para depois encaminhar os processos à Agência. Esses processos chegaram à Seção de Análise de Defesas e Recursos e tiveram seu trâmite normal sem maiores problemas, apenas o transcurso foi alongado por depender de ajuste do Sistema. Quanto ao Aviso de Recebimento, todos os Auditores Fiscais já estão orientados a anotar como retorno do AR o endereço da agência em que a empresa está jurisdicionada. Nos últimos meses já adotamos o procedimento de anotar em todos os processos enviados por via postal ao contribuinte o número do registro do AR para posterior pesquisa."

AValiação DA SFC: Não são mencionadas as providências a serem adotadas no tocante às empresas que poderão ser beneficiadas pela decadência.

Assunto: Certidão Negativa de Débitos - CND

Observou-se que os 12 pedidos de CND cancelados se deram pela falta de atualização cadastral da empresa quando do pedido da CND pela "Internet". Essa situação poderia ser regularizada se esse sistema obrigasse a atualização no ato do pedido.

Para verificação do motivo de CND de obras de construção civil liberadas sem recolhimentos foram analisados 24 (vinte quatro) PCND, liberadas pela APS, sem recolhimento, devido o instituto de decadência. Essa situação se dá pela falta de encaminhamento ao INSS da relação de alvarás emitidos pelas prefeituras municipais, conforme determina o art. 50 da Lei nº 8.212/91 c/c o art. 226, do Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999, causando prejuízos à Previdência Social.

Em resposta às proposições a GexANP informou que:

"CND liberadas para obras de Construção Civil sem Recolhimento:

Primeiramente vale ressaltar que o fato de existirem obras com contribuições decadentes não se refere somente à "falta de encaminhamento ao INSS da relação de alvarás". Muitas vezes o contribuinte se recusa a recolher os valores devidos ao INSS, cabendo a constituição do crédito. Nós não temos contingentes fiscais para notificar todos os contribuintes com construção civil de nossos 117 municípios, conforme foi explicado na resposta do item 3.1. Atualmente estamos fazendo um trabalho para regularizar algumas obras de construção civil do município de Anápolis que sabemos estarem próximas da decadência e temos dados dos alvarás fornecidos pela Prefeitura. Este trabalho estará ocupando 2 de nossos 9 Auditores Fiscais por um período acima de 30 dias. Quanto ao fornecimento de relação de alvarás de construção civil, estamos aos poucos visitando as principais prefeituras e obtendo não só as relações de alvarás do período que passou a ser obrigatório (1997 em diante), mas também de períodos anteriores, para estarmos notificando contribuintes antes da decadência. Esse acompanhamento exige um trabalho enorme para gerenciar os dados de vários municípios em vários anos, e ainda, criar uma ação fiscal e notificar o contribuinte pela fiscalização. Existe um planejamento do serviço da Receita Previdenciária de nossa Gerência no sentido de ampliarmos cada vez mais esse acompanhamento, o que vem sendo gradativamente feito durante esse ano, e no próximo ano deveremos contar com a participação maior da Seção de Orientação da Arrecadação."

AValiação da SFC: Não houve manifestação quanto à recomendação do item 3.4.1 do Relatório de Auditoria nº 133783, referente a atualizações via Internet. Quanto às medidas adotadas em relação ao item 3.4.2, observa-se o esforço da unidade em regularizar a situação.

Assunto: Retenção das Obrigações Correntes

- falta de apresentação da GFIP;
- recolhimento a menor e/ou divergente do que o informado na GFIP;
- falta de retenção e controle dos recolhimentos da APS-GO, por parte da GexANP; e
- intervalos de fiscalizações, em alguns casos, muito espaçados.

Em resposta às proposições, a GexANP informou que:

"As retenções das obrigações correntes são feitas com base nos valores constantes das GFIP encaminhadas, mensalmente, via FAX, pelo município. Caso esse encaminhamento não ocorra, a retenção é feita com base nos valores constantes na tela CCORGFIPI do sistema Águia. Em relação ao item "intervalo das últimas fiscalizações ocorridas variam de 1 a 7 anos", pudemos verificar o seguinte: no quadro apresentado, na coluna data da última fiscalização, dos 12 municípios apresentados, 6 foram fiscalizados

em 2000, 3 em 2001 e 1 em 2002, sendo que apenas dois deles estão com esta data contando mais de 3 anos da última fiscalização. Consideramos a situação bastante aceitável, tendo em vista o quadro de 9 auditores fiscais para fiscalizarem 117 prefeituras de nossa jurisdição, além do grande número de empresas que temos que fazer auditoria fiscal (possuímos mais 22.000 empresas em nossa jurisdição). Informamos que estamos atentos às fiscalizações de prefeituras, sendo que no decorrer do ano de 2003 e para o ano de 2004, sempre tivemos e continuaremos a ter um ou dois auditores fiscais voltados para Órgãos Públicos, que em nosso caso são as Prefeituras. Ainda vale lembrar que em 2003 foi concluída ação fiscal na Prefeitura de Anápolis, que pelo seu porte em comparação às outras cidades de nossa Gerência, requer bem mais tempo e dedicação de nossos AFPS, estando alguns colegas que trabalham nas fiscalizações de prefeituras voltados durante um período para essa prefeitura especificamente."

Análise/Recomendação da SFC: Tendo em vista as constatações apresentadas por esta equipe de auditoria, é necessário que a Gerência reveja seus processos de controle e atualização de informações relativos ao GFIP junto às Agências jurisdicionadas.

Com relação à recomendação constante no item 4.1 do Relatório de Auditoria nº 133783, referente à informação à Ouvidoria/MPS das providências adotadas quanto às reclamações recebidas, não houve manifestação da unidade no Ofício nº 1561, de 30.12.2003.

4.1.2.6 INFORMAÇÃO:

- **Relatório de Auditoria nº 134769/2003 (consolidação das análises e verificações das informações de óbitos registrados em cartórios, em confronto com os dados constantes do Sistema de Controle de Óbito - SISOBI da Previdência Social provenientes do programa de fiscalização a partir de sorteios públicos)**

Este Relatório trata da consolidação das análises e verificações das informações de óbitos registrados em cartórios, em confronto com os dados constantes do Sistema de Controle de Óbito - SISOBI da Previdência Social.

Os resultados das análises dos trabalhos de fiscalização realizados nos cartórios dos municípios selecionados no 3º e 4º sorteios, em diversas unidades da Federação, estão evidenciados nos anexos I e II deste Relatório, tendo como referência as bases de dados de janeiro/2002 a abril/2003 disponibilizadas pela DATAPREV, contendo registros de óbitos, os quais receberam o tratamento de dados por intermédio do software ACL 6 for Windows, com a utilização de filtros nos campos nome do falecido, nome da mãe, data de nascimento e data de óbito.

As fiscalizações evidenciaram a ocorrência de diversas situações quando da confrontação das informações contidas nos registros existentes no Livro "C" dos Cartórios e as extraídas do sistema SISOBI, apresentando os resultados consolidados a seguir:

- ♦ 11,11 % de ocorrências de registros de óbitos que constam do SISOBI e não constam do Livro "C" dos Cartórios;
- ♦ 71,6 % ocorrências de registros de óbitos que constam do Livro "C" dos Cartórios e que não constam do SISOBI;

- ♦ 18,51% de ocorrências de divergências entre os dados registrados no SISOBI e os registrados no Livro "C" dos Cartórios, tais como nome do falecido, CPF, nome da mãe, data de nascimento;
- ♦ 22,22% de ocorrências de ausência de comprovação do envio das informações de óbitos pelos Cartórios ao INSS, contra 51,85% que comprovaram o envio, sendo que 25,93% não foram fornecidas informações pelos fiscais; e
- ♦ 32,10% de ocorrências de informações de óbitos enviadas pelos Cartórios ao INSS tempestivamente, de acordo com a lei, contra 29,62% de ocorrências de Cartórios intempestivos e, o restante 38,28% não houve informações pelos fiscais da SFC.

Além das situações anteriormente mencionadas, as pesquisas realizadas nos Sistemas de Benefícios da Previdência Social (Sistema de Benefícios - SISBEN, Sistema de Controle de Óbito - SISOBI e Histórico de Crédito - HISCRE), no CNIS e na base de dados cadastrais dos contribuintes individuais/SRF, possibilitaram verificar diversas disfunções relacionadas aos registros de dados nos Sistemas da Previdência, tanto por falhas operacionais quanto pela ausência de informações essenciais, como:

- ♦ benefícios cessados pelo Sistema de Controle de Óbito sendo pagos regularmente;
- ♦ existência de CPF 000.000.000 em diversos registros no Sistema Único de Benefícios;
- ♦ registros de sexo masculino quando deveria ser feminino e vice-versa;
- ♦ data de nascimento igual à de óbito, para segurado aposentado por idade e invalidez;
- ♦ suspensão do benefício em data posterior à do óbito e manutenção de pagamento de benefício com morte do titular, esses casos vêm gerando ou geraram pagamento indevidos; e
- ♦ registro de óbito constante do SISBEN e não constante do SISOBI e vice versa.

Foi verificada também a ocorrência de 60 (sessenta) registros de óbitos constantes do SISOBI e não constantes do livro "C" dos cartórios fiscalizados, referentes aos meses de Janeiro/2002 a Abril/2003, que podem estar gerando pagamento irregular na Previdência Social.

Diante do fato, realizamos uma análise, buscando nos Sistemas SISBEN, SISOBI e CNIS as seguintes informações:

- a) se o segurado recebia algum tipo de benefício no INSS - para tanto, foi feita uma pesquisa no SISBEN por meio do PESNOM (consulta benefício por nome);
- b) se esse benefício encontrava-se cessado, por motivo óbito do titular ou outro motivo, ou estava ativo gerando pagamentos mensais;
- c) se foi concedida pensão aos dependentes do segurado falecido;
- d) se foi feita a confirmação se constava o óbito do segurado no SISBEN por meio do SCONOM (consulta óbito por nome); e
- e) por fim, verificação no CNIS de informações da existência de vínculos/remunerações/contribuições que justificasse o direito do segurado a qualquer tipo de benefício previdenciário.

Os fatos apresentados demonstraram a existência de um elevado índice de inconsistências nos dados cadastrais dos sistemas de benefícios da Previdência Social, conforme evidenciado nos Anexos I e II deste Relatório, bem como ausência de

providências por parte dos responsáveis para regularizar as falhas e irregularidades apontadas e aprimorar os seus mecanismos de controle.

Torna-se imprescindível atividade de gerenciamento por parte da Diretoria de Benefícios do INSS em relação ao monitoramento dos registros constantes dos Sistemas, bem como a avaliação da abrangência e qualidade das informações prestadas pelos Cartórios, com vistas a subsidiar o planejamento das fiscalizações nos cartórios pelos Auditores Fiscais da Previdência Social.

Cabe registrar mais uma vez que a SFC recomendou aos responsáveis providências para aprimorar os mecanismos de controle, visando minimizar as irregularidades apontadas, conforme se verifica no item IV deste relatório.

Face o exposto, recomendamos ao INSS que:

- Implemente as recomendações emitidas pelo Relatório de Auditoria nº 99921/2002, conforme sintetizado no item 11 deste relatório, encaminhando a esta SFC o cronograma das providências que serão adotadas;
- Implemente as recomendações emitidas pela Nota Técnica nº 920/2003, encaminhando a esta SFC o cronograma das providências que serão adotadas;
 - ◆ *Que a área de benefício proceda a monitoramento sistemático dos registros de óbitos no Sistema SISOBI, visando verificar a regularidade do envio das informações de óbitos pelos Cartórios, bem como a qualidade das mesmas;*
 - ◆ *Que a Diretoria de Benefícios adote procedimento de encaminhar sistematicamente à Diretoria de Receitas da Previdência a relação dos Cartórios que não enviam ao INSS as informações dos óbitos ocorridos, para que esta adote os procedimentos determinados pela Lei nº 8.212/91 e alterações posteriores, e pela OS/INSS/DAF nº 214, de 10.6.1999; e*
 - ◆ *Criar e passar a registrar nos seus sistemas recibo/comprovante de envio das informações de óbitos pelos Cartórios, visando aprimorar os mecanismos de controle e resguardar os envolvidos (Cartórios e Agências do INSS) das ações de penalidades futuras.*
- Adote providências para regularizar os pagamentos de benefícios pagos indevidamente (contidos no Título V - Resultado dos Exames Realizados - 3º e 4º Sorteios dos Municípios e nos Anexos I e II deste Relatório), conforme os procedimentos determinados pela Instrução Normativa INSS/DC nº 095, de 14.10.2003;
- Oriente as Gerências-Executivas/APS/UAA do INSS sobre a necessidade do cumprimento dos procedimentos da Instrução Normativa INSS/DC nº 095, de 14.10.2003; e
- Encaminhar a esta SFC justificativas pela ausência de informações relativas aos pagamentos indevidos de benefícios após o óbito dos beneficiários, e, se for o caso, apurar responsabilidades pela omissão.

- 2) Notas Técnicas nº 920/DSPAS/SFC/CGU/PR, de 2.10.2003, nº 1.187/DSPAS/SFC/CGU/PR, de 22.12.2003, e nº 157/2004/DSPAS/SFC/CGU/PR, de 9.2.2004

Tratam da consolidação dos resultados das ações de controle realizadas nos cartórios dos municípios contemplados nas 3ª a 7ª etapas do Programa de Fiscalização a Partir de Sorteios Públicos, com o objetivo de confrontar as informações de óbitos registradas no livro C dos Cartórios com as informações constantes do Sistema de Óbito - SISOBÍ do INSS, no sentido de verificar se os cartórios estão enviando regularmente as informações de óbitos ao INSS, e se o INSS está registrando tempestivamente essa informações no SISOBÍ. As principais constatações foram as seguintes:

- a) Divergências entre os dados (nome do falecido, CPF, nome da mãe) registrados no SISOBÍ e os registrados no Livro C do Cartório;
- b) Divergência de registros de óbitos entre o SISOBÍ - Sistema de Óbitos e o Livro C do Cartório - Tem óbito no Livro C e não tem no SISOBÍ;
- c) Divergência de registros de óbitos entre o SISOBÍ - Sistema de Óbitos e o Livro C do Cartório - Tem óbito no SISOBÍ e não tem no Livro C;
- d) O Cartório não comprovou a entrega dos registros de óbito ao INSS;
- e) Entrega dos registros de óbitos ao INSS fora do prazo determinado pela lei.

JUSTIFICATIVAS DO GESTOR:

Em resposta às recomendações relativas aos 3º e 4º sorteios, o INSS encaminhou o Ofício nº 036/INSS/DCGAB, de 19.01.2004, informando o seguinte:

"2. Comunicamos que os Relatórios de Fiscalização da Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União, recebidos por esta Diretoria, e que ensejam a necessidade de verificação do cumprimento, por parte dos titulares dos cartórios de registro civil de pessoas naturais, das disposições do art. 68 da Lei 8.212, de 1991, estão sendo encaminhados às respectivas Gerências-Executivas com determinação para análise e inclusão no planejamento da ação fiscal, com a finalidade de verificar a regularidade das comunicações dos referidos cartórios.

3. Relativamente às recomendações contidas no item 50 do Relatório de Auditoria nº 134769/2003, a Diretoria da Receita Previdenciária do INSS encaminhará, às suas projeções locais, solicitação para realização de auditoria fiscal, assim que receber, da Diretoria de Benefícios, as comunicações sobre os cartórios omissos."

Em 20.10.2003 esta SFC emitiu Solicitações de Auditoria - SA para as Gerências-Executivas do INSS nos Municípios de Plácido de Castro/AC, Parintins/AM, Manacapuru/AM, Oiapoque/AP, Baixa Grande/BA, Irauçuba/CE, Muniz Freire/ES, Alexânia/GO, Porangatu/GO, Cedral/MA, Rio Pomba/MG, Jacinto/MG, Amambaí/MS, Guarantã do Norte/MT, Castanhal/PA, Bocaiúva do Sul/PR, Visconde de Guarapuava/PR, São João da Barra/RJ, Tapes/RS, e Santo Amaro/SP, contemplados no 3º e 4º sorteios, solicitando as seguintes informações a respeito dos benefícios pagos indevidamente, relacionados nas SA's:

- a) *Foram adotadas providências para regularização dos benefícios pagos após o óbito do titular? Quais foram essas providências?*
- b) *Os pagamentos indevidos foram devolvidos aos cofres da Previdência Social? Se sim, encaminhar comprovantes;*
- c) *Os créditos encaminhados para agências bancárias foram devolvidos aos cofres da Previdência Social? Se sim, encaminhar comprovantes.*

Até a presente data, as Gerências-Executivas/APS-INSS que encaminharam resposta foram as seguintes:

Agência/INSS em Bocaiúva do Sul/Agência Curitiba - XV de novembro - PR:
Em resposta à Solicitação de Auditoria nº 134769-16/DSPAS/SFC/CGU-PR foi informado que o benefício nº 93/060.090.657-4, nunca foi mantido por aquela Agência e sim pela Agência Visconde de Guarapuava.

- Em relação ao benefício nº 41/86.740.029-3 foi informado que a Agência não sabia identificar quem sacou indevidamente os pagamentos no período de 05/11 a 31/12/2002 por meio de cartão magnético, e que provavelmente foi efetuado por amigo ou parente da segurada. Que a Agência não dispõe de meios para saber se determinado segurado veio a óbito, e que somente recepciona as informações enviadas pelos Cartórios. Que tomaram conhecimento dessa irregularidade por meio da Solicitação de Auditoria - SA da SFC. Foi questionado se os pagamentos indevidos foram devolvidos aos cofres da Previdência? E a resposta foi "prejudicada". Quanto aos créditos encaminhados a Agência Bancária, os créditos foram estornados.

Agência/INSS em Agência Visconde de Guarapuava - PR (município não faz parte do sorteio) - Agência mantenedora do benefício nº 93/060.090.657-4:

- foi informado que confirmaram o óbito do titular do benefício nº 93/060.090.657-4 e que já foi providenciado o bloqueio do pagamento das competências 09 e 10/2003 e que o pagamento estava sendo pago por meio de procurador cadastrado no sistema e que essa tinha conhecimento que teria a obrigação de comunicar o óbito do beneficiário no prazo de 30 dias e que já enviaram a carta nº 657 para a procuradora comparecer ao INSS e devolver os valores recebidos indevidamente.

Agência/INSS em Oiapoque - AP - Em resposta a Solicitação de Auditoria nº 134769-04/DSPAS/SFC/CGU-PR foi informado que os benefícios nº 07/092.211.459-5 e nº 07/095.713.878-4 foram cessados pelo motivo 65 (suspensão por mais de 6 meses) e que a agência não havia tomado conhecimento do óbito dos beneficiários.

- Em relação ao benefício nº 051.853.510-0, foi informado que a cessação foi pelo motivo 42 (Sistema de Óbito) e o mesmo não apresenta procurador cadastrado, não tendo como identificar o recebedor.

- quanto aos Srs. Joseivan dos Santos e Luiz Antônio Gomes Ferreira, não foi localizado, pela Agência, no Sistema nenhum benefício tendo-os como titular.

Agência/INSS em Baixa Grande - BA: Em resposta a Solicitação de Auditoria nº 134769-05/DSPAS/SFC/CGU-PR foi informado que o benefício nº 113.275.823-5 não foi concedido e nem é mantido por aquela agência e que o mesmo é mantido pela Agência Santo Amaro - SP.

- Em relação ao benefício nº 095.170.631-4, o mesmo não apresenta procurador, que a suspensão foi feita pelo SISOBI e que o óbito foi lavrado em 14/12/2002 e que foi incluído no Sistema em 12/02/2003.

- Em relação ao benefício nº 090.097.941-0, o mesmo não apresenta procurador e que o INSS não foi comunicado do óbito do beneficiário e que o benefício foi cessado pelo batimento FUNASA.

Unidade Avançada de Atendimento/INSS em Porangatu-GO: Em resposta à Solicitação de Auditoria nº 134769-15/DSPAS/SFC/CGU-PR foi informado que até a data da Solicitação de Auditoria - SA é que foi tomado conhecimento do óbito do titular do benefício e que a partir de então é que as providências serão tomadas. Que a primeira providência foi solicitar do Cartório da Comarca de Mutunópolis a Certidão de Óbito e que o cartório se omitia em fornecer alegando encargos. Que já havia encaminhado aos familiares da falecida, na tentativa de encontrar um responsável e que foi solicitado a apresentação da Certidão de Óbito. Em 30/03/2004 a Agência de Anápolis/GO encaminhou cópia da GPS comprovando o recolhimento

no valor de R\$ 1.803,01 pago indevidamente à MARIA DOS SANTOS - B-01/95.358.586-7.

Gerência-Executiva do INSS em Cedral/ Agência Pinheiro - MA: Em resposta a Solicitação de Auditoria nº 134769-17/DSPAS/SFC/CGU-PR, foi informado que foi expedido Ofício nº 078 e nº 079/2003 ao Cartório de Registro Civil de Cedral e para a Empresa de Correios e Telégrafos de Cedral - MA, onde solicitou-se explicações sobre o denunciado e que estão aguardando resposta.

Gerência-Executiva do INSS em Tapes - RS: Em resposta à Solicitação de Auditoria nº 134769-12, encaminhou cópia da GPS relativa à devolução feita pela CEF ao INSS do valor de R\$ 1.867,88 creditado indevidamente no período de 01/11/2002 a 31/01/2003 na conta corrente nº 000550554 da CEF, por conta do Benefício nº 42/041.455.336-5. Com relação ao Benefício nº 40/020.256.161-5, não houve resposta.

Gerência-Executiva do INSS em Guarantã do Norte - MT: Em resposta à Solicitação de Auditoria nº 134769-11, encaminhou cópia da Certidão do Óbito de PIERINA ZANFERARI TONON ocorrido em 09.07.2002. Porém, não apresentou comprovante do recolhimento ao INSS do valor pago indevidamente em agosto e setembro/2002.

Com relação aos resultados das fiscalizações realizadas no 6º sorteio, o Ministro de Estado da Previdência Social informou, por meio do Aviso nº 002/MPS, de 9 de janeiro de 2004, que determinou, no âmbito daquela Pasta, a adoção das medidas consideradas necessárias acerca do assunto.

Em resposta às recomendações constantes da Nota Técnica nº 157/2004/DSPAS/SFC/CGU-PR, relativa às fiscalizações do 7º sorteio, o INSS, mediante Ofício nº 276/INSS/DCGAB, de 22.3.2004, o INSS informou o seguinte:

(...)

"3. Temos a informar que sempre que recebidos os Relatórios de Fiscalização da Controladoria-Geral da União, os mesmos estão sendo encaminhados às projeções locais do INSS, com comando para inclusão em planejamento fiscal quando o fato relatado ensejar atuação da fiscalização previdenciária, sendo que o atendimento às solicitações está atrelado às disponibilidades técnicas, operacionais, orçamentárias e financeiras de cada Gerência-Executiva, as quais são administradas com autonomia. Ressaltamos, todavia, que não obstante o recebimento da consolidação dos resultados das ações, faz-se necessária, para a melhor execução dos trabalhos, a análise dos Relatórios de Fiscalização na íntegra, os quais não nos foram encaminhados nesta oportunidade."

AVALIAÇÃO DA SFC:

Pelo que se observa, foi demonstrado falta de controle/gerenciamento dos benefícios pagos pela Agência, pois somente por meio da Solicitação de Auditoria - SA da SFC é que foi tomado conhecimento do óbito do titular do benefício e dos pagamentos indevidos.

Conforme observamos, não houve ação para ressarcimento dos créditos indevidos e tão pouco foi identificada a pessoa que sacou indevidamente os pagamentos, descumprindo as normas legais Instrução Normativa INSS/DC nº 095, de 14/10/2003, por não adotar os procedimentos determinados. Podemos citar várias causas dessas falhas e irregularidades, tais como: ausência de acompanhamento e monitoramento pela Gerência Executiva do INSS; ausência de relatórios gerenciais para monitoramento e acompanhamento no processo de concessão, manutenção e revisão de

benefício; falha nas críticas dos sistemas; falta e falha de integração e cruzamento de informações de base de dados dos sistemas (SUB, PRISMA, CNIS, SISOBÍ, CPF - Receita Federal). O assunto continua PENDENTE, tendo em vista que não houve resposta/atendimento de todas as Solicitações de Auditorias encaminhadas.

- Notas Técnicas nº 920/DSPAS/SFC/CGU/PR, de 2.10.2003, nº 1.187/DSPAS/SFC/CGU/PR, de 22.12.2003, e nº 157/2004/DSPAS/SFC/CGU/PR, de 9.2.2004 (ações de controle nas áreas de benefício e arrecadação provenientes do programa de fiscalização a partir de sorteios públicos)

Tratam da consolidação dos resultados das ações de controle realizadas nos cartórios dos municípios contemplados nas 3ª a 7ª etapas do Programa de Fiscalização a Partir de Sorteios Públicos, com o objetivo de confrontar as informações de óbitos registradas no livro C dos Cartórios com as informações constantes do Sistema de Óbito - SISOBÍ do INSS, no sentido de verificar se os cartórios estão enviando regularmente as informações de óbitos ao INSS, e se o INSS está registrando tempestivamente essas informações no SISOBÍ. As principais constatações foram as seguintes:

- f) Divergências entre os dados (nome do falecido, CPF, nome da mãe) registrados no SISOBÍ e os registrados no Livro C do Cartório;
- g) Divergência de registros de óbitos entre o SISOBÍ - Sistema de Óbitos e o Livro C do Cartório - Tem óbito no Livro C e não tem no SISOBÍ;
- h) Divergência de registros de óbitos entre o SISOBÍ - Sistema de Óbitos e o Livro C do Cartório - Tem óbito no SISOBÍ e não tem no Livro C;
- i) O Cartório não comprovou a entrega dos registros de óbito ao INSS;
- j) Entrega dos registros de óbitos ao INSS fora do prazo determinado pela lei.

JUSTIFICATIVAS DO GESTOR:

Em resposta às recomendações relativas aos 3º e 4º sorteios, o INSS encaminhou o Ofício nº 036/INSS/DCGAB, de 19.01.2004, informando o seguinte:

"2. Comunicamos que os Relatórios de Fiscalização da Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União, recebidos por esta Diretoria, e que ensejam a necessidade de verificação do cumprimento, por parte dos titulares dos cartórios de registro civil de pessoas naturais, das disposições do art. 68 da Lei 8.212, de 1991, estão sendo encaminhados às respectivas Gerências-Executivas com determinação para análise e inclusão no planejamento da ação fiscal, com a finalidade de verificar a regularidade das comunicações dos referidos cartórios.

3. Relativamente às recomendações contidas no item 50 do Relatório de Auditoria nº 134769/2003, a Diretoria da Receita Previdenciária do INSS encaminhará, às suas projeções locais, solicitação para realização de auditoria fiscal, assim que receber, da Diretoria de Benefícios, as comunicações sobre os cartórios omissos."

Em 20.10.2003 esta SFC emitiu Solicitações de Auditoria - SA para as Gerências-Executivas do INSS nos Municípios de Plácido de Castro/AC, Parintins/AM, Manacapuru/AM, Oiapoque/AP, Baixa Grande/BA, Irauçuba/CE, Muniz Freire/ES, Alexânia/GO, Porangatu/GO, Cedral/MA, Rio Pomba/MG, Jacinto/MG, Amambaí/MS, Guarantã do Norte/MT, Castanhal/PA, Bocaiúva do Sul/PR, Visconde de Guarapuava/PR, São João da Barra/RJ, Tapes/RS, e Santo Amaro/SP, contemplados no 3º e 4º sorteios, solicitando as seguintes informações a respeito dos benefícios pagos indevidamente, relacionados nas SA's:

- d) *Foram adotadas providências para regularização dos benefícios pagos após o óbito do titular? Quais foram essas providências?*
- e) *Os pagamentos indevidos foram devolvidos aos cofres da Previdência Social? Se sim, encaminhar comprovantes;*
- f) *Os créditos encaminhados para agências bancárias foram devolvidos aos cofres da Previdência Social? Se sim, encaminhar comprovantes.*

Até a presente data, as Gerências-Executivas/APS-INSS que encaminharam resposta foram as seguintes:

Agência/INSS em Bocaiúva do Sul/Agência Curitiba - XV de novembro - PR:
Em resposta à Solicitação de Auditoria nº 134769-16/DSPAS/SFC/CGU-PR foi informado que o benefício nº 93/060.090.657-4, nunca foi mantido por aquela Agência e sim pela Agência Visconde de Guarapuava.

- Em relação ao benefício nº 41/86.740.029-3 foi informado que a Agência não sabia identificar quem sacou indevidamente os pagamentos no período de 05/11 a 31/12/2002 por meio de cartão magnético, e que provavelmente foi efetuado por amigo ou parente da segurada. Que a Agência não dispõe de meios para saber se determinado segurado veio a óbito, e que somente recebe as informações enviadas pelos Cartórios. Que tomaram conhecimento dessa irregularidade por meio da Solicitação de Auditoria - SA da SFC. Foi questionado se os pagamentos indevidos foram devolvidos aos cofres da Previdência? E a resposta foi "prejudicada". Quanto aos créditos encaminhados a Agência Bancária, os créditos foram estornados.

Agência/INSS em Agência Visconde de Guarapuava - PR (município não faz parte do sorteio) - Agência mantenedora do benefício nº 93/060.090.657-4: - foi informado que confirmaram o óbito do titular do benefício nº 93/060.090.657-4 e que já foi providenciado o bloqueio do pagamento das competências 09 e 10/2003 e que o pagamento estava sendo pago por meio de procurador cadastrado no sistema e que essa tinha conhecimento que teria a obrigação de comunicar o óbito do beneficiário no prazo de 30 dias e que já enviaram a carta nº 657 para a procuradora comparecer ao INSS e devolver os valores recebidos indevidamente.

Agência/INSS em Oiapoque - AP - Em resposta a Solicitação de Auditoria nº 134769-04/DSPAS/SFC/CGU-PR foi informado que os benefícios nº 07/092.211.459-5 e nº 07/095.713.878-4 foram cessados pelo motivo 65 (suspensão por mais de 6 meses) e que a agência não havia tomado conhecimento do óbito dos beneficiários.

- Em relação ao benefício nº 051.853.510-0, foi informado que a cessação foi pelo motivo 42 (Sistema de Óbito) e o mesmo não apresenta procurador cadastrado, não tendo como identificar o recebedor.

- quanto aos Srs. Joseivan dos Santos e Luiz Antônio Gomes Ferreira, não foi localizado, pela Agência, no Sistema nenhum benefício tendo-os como titular.

Agência/INSS em Baixa Grande - BA: Em resposta a Solicitação de Auditoria nº 134769-05/DSPAS/SFC/CGU-PR foi informado que o benefício nº 113.275.823-5 não foi concedido e nem é mantido por aquela agência e que o mesmo é mantido pela Agência Santo Amaro - SP.

- Em relação ao benefício nº 095.170.631-4, o mesmo não apresenta procurador, que a suspensão foi feita pelo SISOBÍ e que o óbito foi lavrado em 14/12/2002 e que foi incluído no Sistema em 12/02/2003.

- Em relação ao benefício nº 090.097.941-0, o mesmo não apresenta procurador e que o INSS não foi comunicado do óbito do beneficiário e que o benefício foi cessado pelo batimento FUNASA.

Unidade Avançada de Atendimento/INSS em Porangatu-GO: Em resposta à Solicitação de Auditoria nº 134769-15/DSPAS/SFC/CGU-PR foi informado que

até a data da Solicitação de Auditoria - SA é que foi tomado conhecimento do óbito do titular do benefício e que a partir de então é que as providências serão tomadas. Que a primeira providência foi solicitar do Cartório da Comarca de Mutunópolis a Certidão de Óbito e que o cartório se omitia em fornecer alegando encargos. Que já havia encaminhado aos familiares da falecida, na tentativa de encontrar um responsável e que foi solicitado a apresentação da Certidão de Óbito. Em 30/03/2004 a Agência de Anápolis/GO encaminhou cópia da GPS comprovando o recolhimento no valor de R\$ 1.803,01 pago indevidamente à MARIA DOS SANTOS - B-01/95.358.586-7.

Gerência-Executiva do INSS em Cedral/ Agência Pinheiro - MA: Em resposta a Solicitação de Auditoria nº 134769-17/DSPAS/SFC/CGU-PR, foi informado que foi expedido Ofício nº 078 e nº 079/2003 ao Cartório de Registro Civil de Cedral e para a Empresa de Correios e Telégrafos de Cedral - MA, onde solicitou-se explicações sobre o denunciado e que estão aguardando resposta.

Gerência-Executiva do INSS em Tapes - RS: Em resposta à Solicitação de Auditoria nº 134769-12, encaminhou cópia da GPS relativa à devolução feita pela CEF ao INSS do valor de R\$ 1.867,88 creditado indevidamente no período de 01/11/2002 a 31/01/2003 na conta corrente nº 000550554 da CEF, por conta do Benefício nº 42/041.455.336-5. Com relação ao Benefício nº 40/020.256.161-5, não houve resposta.

Gerência-Executiva do INSS em Guarantã do Norte - MT: Em resposta à Solicitação de Auditoria nº 134769-11, encaminhou cópia da Certidão do Óbito de PIERINA ZANFERARI TONON ocorrido em 09.07.2002. Porém, não apresentou comprovante do recolhimento ao INSS do valor pago indevidamente em agosto e setembro/2002.

Com relação aos resultados das fiscalizações realizadas no 6º sorteio, o Ministro de Estado da Previdência Social informou, por meio do Aviso nº 002/MPS, de 9 de janeiro de 2004, que determinou, no âmbito daquela Pasta, a adoção das medidas consideradas necessárias acerca do assunto.

Em resposta às recomendações constantes da Nota Técnica nº 157/2004/DSPAS/SFC/CGU-PR, relativa às fiscalizações do 7º sorteio, o INSS, mediante Ofício nº 276/INSS/DCGAB, de 22.3.2004, o INSS informou o seguinte:

(...)

"3. Temos a informar que sempre que recebidos os Relatórios de Fiscalização da Controladoria-Geral da União, os mesmos estão sendo encaminhados às projeções locais do INSS, com comando para inclusão em planejamento fiscal quando o fato relatado ensejar atuação da fiscalização previdenciária, sendo que o atendimento às solicitações está atrelado às disponibilidades técnicas, operacionais, orçamentárias e financeiras de cada Gerência-Executiva, as quais são administradas com autonomia. Ressaltamos, todavia, que não obstante o recebimento da consolidação dos resultados das ações, faz-se necessária, para a melhor execução dos trabalhos, a análise dos Relatórios de Fiscalização na íntegra, os quais não nos foram encaminhados nesta oportunidade."

AValiação da SFC:

Pelo que se observa, foi demonstrado falta de controle/gerenciamento dos benefícios pagos pela Agência, pois somente por meio da Solicitação de Auditoria - SA da SFC é que foi tomado conhecimento do óbito do titular do benefício e dos pagamentos indevidos.

Conforme observamos, não houve ação para ressarcimento dos créditos indevidos e tão pouco foi identificada a pessoa que sacou indevidamente os pagamentos, descumprindo as normas legais Instrução Normativa INSS/DC nº 095, de 14/10/2003, por não adotar os procedimentos determinados. Podemos citar várias causas dessas falhas e irregularidades, tais como: ausência de acompanhamento e monitoramento pela Gerência Executiva do INSS; ausência de relatórios gerenciais para monitoramento e acompanhamento no processo de concessão, manutenção e revisão de benefício; falha nas críticas dos sistemas; falta e falha de integração e cruzamento de informações de base de dados dos sistemas (SUB, PRISMA, CNIS, SISOB, CPF - Receita Federal). O assunto continua PENDENTE, tendo em vista que não houve resposta/atendimento de todas as Solicitações de Auditorias encaminhadas.

- Nota Técnica nº 1.245/DSPAS/SFC/CGU-PR, de 30.12.2003 e Nota Técnica nº 156/DSPAS/SFC/CGU-PR, de 9.2.2004 (retenção e recolhimento de 11% do valor bruto das faturas, referente aos contratos de prestação de serviços de mão-de-obra):

Tratam da consolidação dos resultados das ações de controle realizadas nos municípios contemplados nas 6ª e 7ª etapas do Programa de Fiscalização a Partir de Sorteios Públicos, com o objetivo de verificar se as prefeituras estão cumprindo o que determina o art. 31 da Lei nº 8.212/91 e suas alterações posteriores, no que diz respeito à obrigatoriedade da retenção e recolhimento de 11% do valor bruto das faturas, referente aos contratos de prestação de serviços de mão-de-obra, referentes a limpeza, conservação e zeladoria; vigilância e segurança; empreitada de mão-de-obra; e contratação de trabalho temporário. As principais constatações foram as seguintes:

- a) A prefeitura não está retendo/recolhendo os 11% do valor bruto, conforme determina a Lei 8212/91, dos contratos de prestação de serviço de mão-de-obra;
- b) Ausência de comprovação do recolhimento dos 11% a favor da Previdência Social
- c) Recolhimento intempestivo das retenções de 11%;
- d) A prefeitura não está retendo/recolhendo os 11% do valor bruto por conta de Liminar Judicial.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Com relação aos resultados das fiscalizações realizadas no 6º sorteio, o Ministro de Estado da Previdência Social informou, por meio do Aviso nº 002/MPS, de 9 de janeiro de 2004, que determinou, no âmbito daquela Pasta, a adoção das medidas consideradas necessárias acerca do assunto.

Em resposta às recomendações propostas aos municípios do 6º sorteio, constantes da Nota Técnica nº 1.245/DSPAS/SFC/CGU-PR, de 30.12.2003, o INSS, mediante Ofício nº 055/INSS/DCGAB, de 21.01.2004, informou o seguinte:

"2. Informamos que foi encaminhada às Gerências-Executivas responsáveis, a síntese dos fatos (documento em anexo) que poderiam ensejar atuação da fiscalização previdenciária para verificação do cumprimento, por parte das prefeituras, das disposições constantes do art. 31 da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991. Todavia, o atendimento às solicitações está atrelado às disponibilidades técnicas, operacionais, orçamentárias e financeiras de cada Gerência-Executiva, as quais são administradas com autonomia.

3. Quanto à alínea "b" do item 10 da Citada Nota Técnica, temos a informar que as ações fiscais em entidades e órgãos públicos compõem o

Plano de Ação da Diretoria da Receita Previdenciária do INSS, sendo executadas sistematicamente e com verificação do cumprimento das disposições do art. 31 da Lei 8.212/91, sempre que assim estiver estabelecido no planejamento fiscal das projeções locais do INSS."

Em resposta às recomendações constantes da Nota Técnica nº 156/2004/DSPAS/SFC/CGU-PR, relativa às fiscalizações do 7º sorteio, o INSS, mediante Ofício nº 276/INSS/DCGAB, de 22.3.2004, o INSS informou o seguinte:

(...)

"3. Temos a informar que sempre que recebidos os Relatórios de Fiscalização da Controladoria-Geral da União, os mesmos estão sendo encaminhados às projeções locais do INSS, com comando para inclusão em planejamento fiscal quando o fato relatado ensejar atuação da fiscalização previdenciária, sendo que o atendimento às solicitações está atrelado às disponibilidades técnicas, operacionais, orçamentárias e financeiras de cada Gerência-Executiva, as quais são administradas com autonomia. Ressaltamos, todavia, que não obstante o recebimento da consolidação dos resultados das ações, faz-se necessária, para a melhor execução dos trabalhos, a análise dos Relatórios de Fiscalização na íntegra, os quais não nos foram encaminhados nesta oportunidade.

4. Quanto à alínea "b" do item 11 da Nota Técnica 156/2004/DSPAS/SFC/CGU-PR, temos a informar que as ações fiscais em entidades e órgãos públicos compõem o Plano de Ação da Diretoria da Receita Previdenciária do INSS, sendo executadas sistematicamente e com verificação do cumprimento das disposições do art. 31 da Lei 8.212/91, sempre que assim estiver estabelecido no planejamento fiscal das projeções locais do INSS."

Em 24.3.2004 esta SFC emitiu Solicitações de Auditoria para as Gerências-Executivas do INSS nos Municípios Laranjal do Jari/AP, Alto Santo/CE, Igarapé Grande/MA, Santo Antonio dos Lopes/MA, Igarapé-Açu/PA, Vieirópolis/PB, Frei Miguelino/PE, Itatiaia/RJ, Jardim de Angicos/RN, Rafael Godeiro/RN, Campos Sales/CE, Nova Crixás/GO, Penalva/MA, Jacuí/MG, Bom Sucesso/PB, Maraiá/PE, Pombos/PE, Pinheiral/RJ, Serrinha/RN, e Telha/SE, contemplados no 6º e 7º sorteios, solicitando informações quanto às providências efetivamente adotadas para regularização dos fatos apontados nas Notas Técnicas nºs 1.245/2003/DSPAS/SFC/CGU/PR e 1562004/DSPAS/SFC/CGU-PR, ou seja, a não retenção/recolhimento dos 11% do valor bruto das faturas, referentes aos contratos de prestação de serviço de mão-de-obra, conforme determina a Lei 8212/91.

Até a presente data, as Gerências-Executivas/APS-INSS que encaminharam resposta foram as seguintes:

Gerência-Executiva do INSS em Natal/RN (municípios de Jardim dos Angicos e Serrinha): Em resposta às Solicitações de Auditoria nºs 139816-030 e 139816-030, de 24.3.2004, informou que: "... o Município de Jardim de Angicos já está incluído no planejamento fiscal, com o início da ação previsto para abril/2004. Quanto ao município de Serrinha, informamos que só tomamos conhecimento desta solicitação no dia 25/03/04, por meio do FAX. Assim, estamos incluindo o citado município em planejamento fiscal."

Gerência-Executiva do INSS em Campina Grande/PB (município de Bom Sucesso): Mediante Memorando INSS/GEXCPG/SERVREP 13.421/012/2004, de 29.3.2004, informou que:

" 1. (...)

2. (...)

3. Informamos ainda que após elaboração de estimativas de potencial de débito dos municípios e reunião com o grupo de Auditores destacados para fiscalização do segmento, considerou-se que, neste primeiro momento, ações fiscais específicas para cobrança da contribuição previdenciária incidente diretamente sobre a remuneração a segurados seriam mais convenientes para o alcance das metas de RAF. Assim sendo, a priori, serão excluídas desta etapa, apurações com base em solidariedade, aquisições de produtos rurais, riscos ambientais, retenções de 11% das notas fiscais de serviço e verificações de cumprimento de obrigações acessórias não ligadas ao objeto das fiscalizações específicas.

4. Dessa forma, não seria conveniente, neste momento, disparar ação fiscal em Vieirópolis e Bom Sucesso, vez que os Municípios ocupam as posições 121 e 116, respectivamente, em ordem decrescente de potencial de RAF. Além disso, os valores das contribuições não recolhidas apontadas pela Controladoria (valor potencial originário da irregularidade de R\$ 16.521,13 para Vieirópolis e R\$ 27.510,30 para Bom Sucesso) são baixos em relação ao que poder ser conseguido em outros municípios. Adicionalmente, há informação de que Vieirópolis possui Sistema Próprio de Previdência-SPP, o que exclui do Regime Geral de Previdência-RGPS os servidores concursados. Ainda, a polêmica sobre o enquadramento dos estáveis não concursados não foi superada no âmbito do INSS, havendo dúvidas se essa espécie de servidor deva ser vinculada ao RGPS ou ao SSP.

5. Quanto à recomendação de fiscalização sistemática da retenção dos 11% das notas fiscais de serviços por parte dos Órgãos Públicos, com já argumentado anteriormente, não é viável para este momento, vez que pretende-se, primeiramente, fiscalizar e controlar as contribuições que incidem diretamente sobre a remuneração a segurado. Além do mais, o planejamento das ações fiscais para cobrança da retenção dos 11% sobre notas fiscais de serviço deve ser elaborado minuciosamente, sob pena de não se obter aumento significativo da arrecadação, pois nos casos em que a empresa prestadora já recolheu a contribuição previdenciária dos trabalhadores envolvidos no serviço, haveria o surgimento do direito à restituição da totalidade do valor cobrado do município, o que tornaria vã a ação fiscal.

6. O Relatório de Fiscalização nº 027 da Controladoria Geral da União no Estado da Paraíba, enviado a esta GEX de Campina Grande, aponta para irregularidades quanto ao não recolhimento da contribuição previdenciária sobre a remuneração dos profissionais contratados para atuar nos Programas de educação de Jovens e Adultos - EJA, nas Ações de Epidemiologia e Controle de Doenças - PEVA, nos Programas de Saúde da Família - PSF e de Agentes Comunitários de Saúde - PACS (item 1.1 do relatório). No documento, não se faz alusão ao descumprimento da não retenção retenção dos 11% sobre o valor bruto das notas fiscais de serviço prevista no art. 31 da Lei 8.212/91.

7. Finalmente, informa-se que apesar de não haver programação de ação fiscal de imediato para os Municípios de Vieirópolis e Bom Sucesso, as recomendações da Controladoria-Geral da União não foram ignoradas, e as informações levantadas serão repassadas ao novo coordenador da ação do controle da contribuição corrente dos municípios (o antigo coordenador está sendo removido para a GEX João Pessoa), assim que assumir suas novas responsabilidades, para que possa cobrar dos responsáveis o saneamento das irregularidades - caso não haja êxito com esse procedimento de cobrança, a ação punitiva será viabilizada após o alcance da meta anual de RAF. Contudo, se a Controladoria, a despeito dos argumentos apresentados anteriormente, definir pela urgência da fiscalização, os municípios serão de imediato na programação de ações fiscais".

AVALIAÇÃO DA SFC:

O assunto continua PENDENTE, tendo em vista que, até a presente data, não houve resposta/atendimento de todas as Solicitações de Auditorias emitidas por esta SFC.

- Nota Técnica nº 238/DSPAS/SFC/CGU-PR, de 4.3.2004 (aposentadorias e pensões de beneficiários a partir dos 90 anos de idade e mais de 30 anos de recebimento)

Trata da consolidação dos resultados das ações de controle realizadas nos municípios contemplados na 7ª etapa do Programa de Fiscalização a Partir de Sorteios Públicos, com o intuito de avaliar as aposentadorias e pensões de beneficiários a partir dos 90 anos de idade e mais de 30 anos de recebimento. As principais constatações foram as seguintes:

- a) Beneficiário localizado, dados cadastrais incorretos;
- b) Beneficiário morto, certidão de óbito não localizada e não registrado no SISOBÍ - Pagamento Ativo;
- c) Beneficiário morto, certidão de óbito não localizada e não registrado no SISOBÍ - Pagamento Cessado/Suspenso;
- d) Beneficiário morto, registrado no SISOBÍ, Pagamento Ativo;
- e) Beneficiário morto, cessado/suspenso, com pagamento após o óbito;
- f) Beneficiário morto, não localizado pela fiscalização, dados cadastrais incorretos, com pagamento indevido;
- g) Beneficiário não localizado, dados cadastrais incorretos, pagamento ativo; e
- h) Beneficiário não localizado, dados cadastrais incorretos, pagamento cessado/suspenso.

JUSTIFICATIVAS DO GESTOR:

Com relação aos resultados das fiscalizações realizadas no 6º sorteio, o Ministro de Estado da Previdência Social informou, por meio do Aviso nº 002/MPS, de 9 de janeiro de 2004, que determinou, no âmbito daquela Pasta, a adoção das medidas consideradas necessárias acerca do assunto.

Em resposta às recomendações propostas aos municípios do 7º sorteio, constantes da Nota Técnica nº 238/DSPAS/SFC/CGU-PR, de 4.3.2004, o INSS, mediante Ofício nº 457/INSS/DCGAB, de 26.4.2004, informou o seguinte:

" (...)

3. As recomendações oriundas do Relatório nº 99921/2002, sintetizadas no item 11 do relatório nº 134769/2003/DSPAS/SFC/CGU-PR, estão sendo implementadas conforme demonstramos a seguir:

3.1 - Projeto de revisão cadastral está em andamento desde 16.12.2002, os trabalhos de atualização dos dados cadastrais de 3.696.378 benefícios que estão relacionados a 5.873.282 de pessoas, deste total foram atualizados dados de 1.716.959 benefícios que se relacionam a 2.471.744 pessoas, restando um total de 1.979.419 benefícios referentes a 3.401.538 pessoas com previsão de conclusão em 31.12.2004.

3.2 - A atualização dos dados cadastrais dos segurados e beneficiários sem a utilização do CADPF provoca retrabalho e não atende a recomendações dessa SFC, portanto estamos implementando por meio do Memorando-Circular conjunto nº 01, de 08.01.04, (documento anexo) a

obrigatoriedade do uso do CADPF para atualização de dados cadastrais na atualização e revisão de benefícios nos Estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Tocantins, na condição de pilotos com base no cronograma a seguir, uma vez que a DATAPREV não garante que os servidores de aplicação, ou seja, as máquinas onde roda o sistema CADPF, suportam a demanda existente.

Data de implementação - 02.02.04	Data de implementação - 16.02.04
SANTA CATARINA, PARANÁ e ESPÍRITO SANTO.	BAHIA, SERGIPE, ALAGOAS, PARAÍBA, PERNAMBUCO, RIO GRANDE DO NORTE e CEARÁ.
Data de implementação - 01.03.04	
PIAUÍ, MARANHÃO, PARÁ, AMAZONAS, RORAIMA, AMAPÁ, RONDÔNIA, ACRE, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL, GOIÁS e DISTRITO FEDERAL.	
Data de implementação - 08.03.04	
RIO DE JANEIRO	
Data de implementação - 15.03.04	
SÃO PAULO	

3.3 - Destacamos, quando da implementação da obrigatoriedade do uso do CADPF nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, a DATAPREV recomendou a suspensão de tal medida, alegando que as máquinas não suportariam a demanda dimensionada (documento anexo).

3.4 - Continuamos com os trabalhos de regularização dos benefícios com caractere inválido, com nome ou sobrenome com mais de 13 caracteres, titular com um único nome e acumulação indevida.

4- Quanto as providências para o ressarcimento dos valores pagos indevidamente, encaminhamos as Gerências Executivas as informações dos mencionados registros para revisão dos benefícios.

4.1 - Informamos que tão logo as Gerências Executivas atendam as solicitações, feitas pela Coordenação Geral de Benefícios, faremos a consolidação das mesmas com posterior encaminhamento a essa Secretaria Federal de Controle.

4.2 - Foi disponibilizado na versão 8.6 do PRISMA consulta para identificar benefícios que foram pagos após o óbito do beneficiário(a). A consulta está disponível em nível nacional, UF, Gerência e APS, na opção HISCREOBI.

4.2.1 - Para realizar consulta no HISCREOBI deverá ser adotado o seguinte procedimento: acessar o **PLENUS** digitar a opção **BENEF** e teclar enter, em seguida digitar **SISBEN** e teclar enter, nesta tela digitar **HISCREOBI** e teclar enter.

5. Visando regularizar os pagamentos efetuados indevidamente foi expedido Memorando-Circular nº 002/INSS/DIRBEN, de 09.01.2004, com as seguintes recomendações:

- a. que sejam cumpridos os procedimentos contidos na Instrução Normativa nº 95/INSS/DC, de 07 de outubro de 2003, especialmente o contido na Seção VIII - Do Controle Interno e Seção XIX - Do Sistema Informatizado de Controle de Óbitos - SISOBI.
- b. Que as Gerências Executivas enviem as relações dos cartórios devedores à Divisão/Serviço da Receita Previdenciária, para adoção das providências previstas no art. 92 da Lei nº 8.212, de 1991.

6. *Isto posto, sugerimos comunicar a Secretaria Federal de Controle as providências que estão sendo adotadas para o cumprimento das recomendações."*

AVALIAÇÃO DA SFC/CGU-PR:

O assunto permanece PENDENTE de regularização, devendo o INSS encaminhar a esta SFC o resultado das providências, para avaliação.

- Relatório de Auditoria de Acompanhamento da Gestão nº 135726/2004 - Benefícios da Espécie 22 - Pensão por Morte:

Em cumprimento à Ordem de Serviço nº 135726 esta Secretaria realizou Auditoria de Acompanhamento de Gestão nos sistemas da Previdência Social, na área de pagamento de Pensões por Morte, Espécies 22, objetivando o acompanhamento preventivo dos atos e fatos de gestão ocorridos no período de 01jan2003 a 30mar2004, bem como verificar o cumprimento, por parte da SRH/MP e do INSS, das determinações do Tribunal de Contas da União - TCU constantes do Acórdão nº 94/2003, exarado no processo nº TC 014.188/2001-5, Sessão Ordinária de 12.02.2003.

Para verificar a atual situação dos Benefícios da Espécie 22, que representa um montante de R\$ 923.422,68 mensais e R\$ 12.004.044,84 anuais, foram realizados cruzamentos de bases de dados, consultas aos Sistemas de Benefício do INSS e ao SIAPE do MP, e solicitação de informações aos responsáveis, visando verificar a regularização dos pagamentos relacionados à Espécie 22.

A Previdência Social mantém em sua base de pagamento vários benefícios que são remanescentes de antigos institutos de aposentadoria e pensões ou de legislações criadas com base em decisões políticas ou situações de direito. Tais benefícios merecem uma reavaliação constante para primar à boa qualidade e não incorrer no erro de pagamentos indevidos.

Apesar das normas, art. 248 da Lei nº 8.112/1990 e a IN Conjunta INSS/DSS/DRH nº 1/1999, determinando que os pagamentos fossem realizados pelos órgãos de origens dos instituidores, passaram mais de 13 anos, e ainda não foram efetuadas as devidas transferências pelo INSS, gerando várias irregularidades, tais como: pagamento em duplicidade; concessões após a Lei, sem a devida comprovação legal; pagamento sem identificação do segurado/instituidor; etc.

As Pensões por Morte Espécie 22 dos ex-servidores Públicos, continuam sendo pagas na sua maioria pelo INSS, não cumprindo a determinação do Acórdão TCU nº 94, de 24.2.2003. Em relação aos valores pagos em duplicidade não foram prestadas contas ao INSS, pelos órgãos de origem dos segurados/instituidores das pensões em questão.

Constata-se, ainda, pagamentos indevidos mensalmente cerca de **R\$ 153 mil** e anualmente cerca de **R\$ 2 milhões**, por duplicidade de pagamento entre os Órgãos de origem do segurado/instituidor e o INSS, sem levar em consideração as mais de 2 mil pensões que não foram identificados os seus instituidores, que podem aumentar potencialmente os resultados dos pagamentos indevidos.

AVALIAÇÃO DA SFC

Apesar das providências adotadas pela Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento juntamente com o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, esta Secretaria constatou que não foram cumpridas as determinações do TCU, principalmente nos casos de pagamentos em duplicidade.

Dessa forma, diante das situações apontadas, esta Secretaria recomendou ao INSS a adoção das seguintes providências no sentido de:

- a) realizar todas transferências dos Benefícios de Pensão por Morte da Espécie 22 para os órgãos de origem dos servidores instituidores, visando a regularização e cumprimento da determinação do TCU, emitida por meio do Acórdão 94/2003;
- b) encaminhar informações e documentos dos valores pagos em duplicidade, bem como as providências dos ressarcimentos e os seus respectivos comprovantes de recolhimentos, em relação aos benefícios que já foram cessados;
- c) apurar responsabilidades pelo descumprimento da determinação do TCU (Acórdão 94/2003, item 9.2.5), no que diz respeito à falta de providências das Gerências Executivas do INSS para suspensão/cessação dos pagamentos de benefício das Pensões Espécie 22 e cobrança dos valores pagos indevidamente, referente aos benefícios pagos em duplicidade pelo INSS e pelos órgãos de origem dos segurados/instituidores (Tesouro Nacional) já identificados;
- d) realizar imediatamente as transferências das 336 Pensões (constantes do Anexo IV do Relatório/SFC nº 135726), localizadas por esta SFC, para os órgãos de origem, bem como a cessação das mencionadas Pensões, adotando providências para obter o ressarcimento dos pagamentos efetuados em duplicidades;
- e) encaminhar os resultados das análises dos 18 processos concessórios, apurando responsabilidade administrativa e judicial, para os casos de constatação de irregularidades, inclusive com abertura da Tomada de Contas Especial-TCE, se for o caso; e adotar medidas para regularização das Pensões, conforme determinação do TCU, emitida por meio do Acórdão 94/2003; e
- f) avaliar, juntamente com os órgãos de origem dos servidores instituidores de Pensão, as concessões de pensões para os dependentes divergentes entre si, devendo ser adotadas providências administrativas para apurar as devidas responsabilidades, bem como a abertura da Tomada de Contas Especial-TCE, se for o caso.

- Relatório de Auditoria nº 135840/2003, na área de Receitas Previdenciárias e Procuradoria, referente à Gerência Executiva do INSS em Salvador.

O referido Relatório foi realizado em decorrência das avaliações em exercícios anteriores e em 2003 constantes em relatórios de auditoria produzidos pela Secretaria Federal de Controle; da determinação do TCU contida no Acórdão nº 1.299/2003 - Plenário, no que se refere aos débitos da Universidade Católica do Salvador - UCSal; e das atribuições da comissão criada pela Portaria CGU nº 445, de 27.8.2003, com o objetivo de melhor coordenar, orientar e aprimorar a apuração de irregularidades e responsabilidades no âmbito do INSS e DATAPREV, foi elaborada a Ordem de Serviço nº 135840/2003, visando avaliar a gestão do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) no tocante à arrecadação de receitas previdenciárias, envolvendo desde a fiscalização até a cobrança judicial, a fim de tecer um diagnóstico sobre a arrecadação previdenciária e propor, se for o caso, aperfeiçoamentos nas sistemáticas atualmente adotadas nas áreas de fiscalização, cobrança administrativa e cobrança judicial.

A Gerência Executiva do INSS em Salvador, na realização de suas atividades relacionadas à arrecadação de receitas previdenciárias, apresentou diversas fragilidades, destacando-se as falhas quanto à falta de planejamento adequado, à morosidade no andamento de processos, à falta de controle adequado na guarda de processos, à falta de gerenciamento adequado das fragilidades dos sistemas, que vieram a propiciar irregularidades tais como a emissão irregular de certidões negativas, dentre outras, de forma que diante de tais falhas os resultados da gerência foram prejudicados tanto em termos quantitativos quanto em termos de qualidade.

Ressaltamos o caso específico da Universidade Católica do Salvador, cujos créditos anulados continuam sem cobrança, conforme verificado em consulta realizada dia 9.2.2004, sendo que os dois anulados em instância administrativa permanecem na situação "Aguardando Acórdão" e os 47 que já se encontravam em cobrança judicial não foram restabelecidos até então.

A seguir destacamos os principais pontos do relatório:

1. Débitos da Universidade Católica do Salvador cancelados indevidamente e, embora a decisão que cancelou esses débitos tenha sido anulada, ainda não foi restabelecida a cobrança dos débitos;
2. Gerência não participa efetivamente na fixação das metas, estas são definidas quase que exclusivamente por decisão da Diretoria de Arrecadação, em Brasília, para todas as unidades;
3. Até setembro de 2003, a GEX-Salvador ocupava o 14º lugar no ranking das arrecadações por gerência no país, abaixo de gerências com menor capacidade contributiva;
4. CND's emitidas por "Mandado de Segurança" de forma irregular, sem respaldo documental, isto é, não existe de fato o Mandado alegado;
5. Liberação de CND's pelo Plantão Fiscal por servidores não fiscais, sem a comprovação de que houve autorização de fiscal para serem liberadas;
6. Dos valores apurados em fiscalizações até setembro/2003 somente 7% foram pagos ou parcelados e 0,32% foi encaminhado para Cobrança Judicial;
7. Falta de correspondência entre as ações planejadas e realizadas nas ações da Fiscalização;
8. Processos equivalentes a 97 milhões de reais parados há mais de um ano;
9. Não foram encontrados os processos relativos a fiscalizações concluídas em duas empresas, cujos créditos somam 1,5 milhão de reais;
10. Não foram encontrados 24 processos na fase de Pré-inscrição (fase 518) até a data do encerramento dos trabalhos, sendo que a data da solicitação foi dia 21/11/2003, e quanto a outros 12, consta encaminhamento à Procuradoria, todavia ainda continuam na fase de pré-inscrição;
11. Demora dos processos na fase Inscrição em Dívida Ativa (520);
12. Processos não encontrados na Procuradoria;
13. Créditos registrados com valores em moedas antigas;
14. Falta de prosseguimento das ações de cobrança de créditos líquidos e certos, que haviam sido extintos mas que cabiam, ainda, cobrança após registro de novo número de crédito.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR, AVALIAÇÃO E RECOMENDAÇÃO DA SFC POR ITEM:

1. Débitos da Universidade Católica do Salvador cancelados indevidamente e, embora a decisão que cancelou esses débitos tenha sido anulada, ainda não foi restabelecida a cobrança dos débitos;

Recomendações:

- Que seja restabelecida a imediata cobrança dos débitos, tanto os que ainda estavam na instância administrativa quanto aqueles que se encontravam em cobrança judicial;

JUSTIFICATIVA DO GESTOR: Os processos 31.781.153-3 e 31.781.154-1 (que se encontravam em cobrança administrativa), continuam sem andamento, tendo em vista a concessão da liminar em Mandado de Segurança nº 2003.34.00.0350040-1 da 5ª Vara da Justiça Federal/Seção Judiciária do DF, que determinou "suspender quaisquer atos tendentes a exigir da impetrante o imediato pagamento da contribuição considerada indevida, ou que inclua seu nome no CADIN". Em consulta ao andamento do Mandado de Segurança no site do Tribunal Regional Federal, consta que a última movimentação do processo data de 15/1/2004, e informa que os autos encontram-se "Conclusos para sentença". Nos termos do art. 151 do Código Tributário Nacional, enquanto não for julgado o mérito do Mandado de Segurança referido, a exigibilidade dos aludidos créditos estará suspensa.

Quanto aos processos que se encontravam em cobrança judicial e haviam sido revistos, foi publicado no Boletim de Serviço Local-BSL e no DOU nº 69, Seção 3, pag. 37, o ato que desautorizou a revisão desses débitos, para posteriormente serem encaminhados a Brasília para a adoção de providências com vistas à inclusão na Dívida Ativa. Porém, até o encerramento deste relatório não houve manifestação do INSS confirmando tal procedimento.

AVALIAÇÃO DA SFC: Recomendação pendente, aguardando decisão judicial.

- Realização de processo administrativo para apuração dos responsáveis pela anulação indevida e pela estagnação dos processos, que mesmo após mais de seis meses que foram restabelecidos ainda não foram objeto de ações com vistas à recuperação.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR: O relatório desta SFC foi encaminhado à Corregedoria-Geral do INSS para a adoção das providências, tendo em vista a competência regimental desta. Até o encerramento deste relatório a Corregedoria não informou qualquer ação nesse sentido.

AVALIAÇÃO DA SFC: Recomendação pendente, aguardando ações da Corregedoria-Geral do INSS.

2. Gerência não participa efetivamente na fixação das metas, estas são definidas quase que exclusivamente por decisão da Diretoria de Arrecadação, em Brasília, para todas as unidades;

Recomendações:

- Aumentar a participação das gerências na fixação das metas, considerando que as projeções têm que levar em conta as peculiaridades regionais encontradas no âmbito de cada gerência.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR: O INSS informa que a arrecadação do INSS é fixada pela Secretaria de Orçamento Federal com base em indicadores e projeções econômicas, e que, internamente, são adotados critérios pertinentes para "rateio" da meta por Gerência Executiva. Não faz menção ao planejamento de 2003, mas conclui que a participação das Gerências Executivas, por intermédio de suas áreas de arrecadação, foi efetiva e decisiva na formatação do "Plano de Ação - Gestão 2004".

AVALIAÇÃO DA SFC: Implementação a ser verificada ao longo do exercício de 2004.

3. Até setembro de 2003, a GEX-Salvador ocupava o 14º lugar no ranking das arrecadações por gerência no país, abaixo de gerências com menor capacidade contributiva;

Recomendações:

- Rever o plano de ação, criar indicadores e adotar métodos e critérios que definam as metas com base em critérios técnicos, embasados em dados que tenham relação com a realidade da gerência.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR: O INSS contesta a avaliação realizada pela SFC, mencionando que os indicadores utilizados pela equipe não são adequados para definir potencial arrecadador, considerando que o critério utilizado para compor o cenário da arrecadação previdenciária seria o de "Gerência de Fiscalização" e não o de "Gerência de Localização". Os critérios adotados pela SFC enfocam dados relacionados à localização, o que não refletiria necessariamente os resultados, pois na região da Gerência de Salvador existem grandes empresas cujas sedes estão em outras cidades, principalmente do Sudeste, e a legislação fiscal faculta a essas empresas escolher sua sede como centralizadora da contabilidade e dos recolhimentos.

Apesar de contestar a opinião da equipe a unidade informa que encontra-se em desenvolvimento um estudo sobre "A arrecadação potencial por unidade da federação", que virá a ser instrumento para subsidiar o Planejamento do ano de 2005.

AValiação DA SFC: A unidade contesta a avaliação da SFC. Durante o segundo semestre de 2004 esta Secretaria realizará auditorias com o mesmo escopo em outras Gerências do INSS, onde deverá aplicar os mesmos procedimentos e verificar a validade ou não da metodologia aplicada a esta matéria.

4. CND's emitidas por "Mandado de Segurança" de forma irregular, sem respaldo documental, isto é, não existe de fato o Mandado alegado;

Recomendações:

- A Auditoria do INSS deve realizar ação de auditoria em todo o Brasil para apurar casos semelhantes;

JUSTIFICATIVA DO GESTOR: A Auditoria-Geral do INSS foi demandada nesse sentido, porém, até o encerramento deste relatório não há informação de que esta tenha adotado alguma providência relacionada ao assunto.

AValiação DA SFC: A implementação desta recomendação será verificada ao longo do exercício de 2004.

- O sistema deve vincular de alguma forma o número do Mandado de Segurança quando o motivo for este, ou seja, sempre que for preenchido o motivo "Emissão por Mandado de Segurança" o sistema deve abrir campo para preenchimento do número do Mandado, prevendo inclusive crítica no caso de já existir mandado com o mesmo número para outro contribuinte;

JUSTIFICATIVA DO GESTOR: A DATAPREV foi demandada para que criasse um campo contendo 240 posições, para inclusão das informações sobre as características do Mandado de Segurança. Até o encerramento deste relatório ainda não havia sido criado o referido campo. Quanto à previsão de crítica do sistema quando ocorrer repetição do número do Mandado, a unidade informou ser de difícil implementação, devido à variedade de tipos de formatação e numeração utilizada pelos diferentes tribunais do país e que também há a possibilidade de repetição do mesmo número por tribunais diferentes.

AVALIAÇÃO DA SFC: A implementação desta recomendação será verificada ao longo do exercício de 2004.

- Devido ao fato de envolver documento judicial, a Procuradoria deve ser a responsável pela emissão desse tipo de certidão, dando conhecimento à Receita Previdenciária;

JUSTIFICATIVA DO GESTOR: No atual Regimento a competência para liberação de CND's é da Receita Previdenciária, por essa razão as determinações judiciais citam sempre como coatoras as chefias das agências ou das gerências.

AVALIAÇÃO DA SFC: Mesmo considerando que as autoridades citadas sejam chefes de agência ou gerência não há nenhum impedimento de que internamente o despacho decisivo sobre a liberação das CND's provenha da Procuradoria ou que esta se manifeste em todos os casos. A recomendação foi no sentido de que esta sempre esteja incluída no processo quando a liberação envolver Mandado de Segurança. Portanto, reiteramos a recomendação.

- Dada a relevância e a gravidade do tema, devem ser apurados os responsáveis pela liberação dessas CND's, bem como realizados os procedimentos administrativos e disciplinares aplicáveis a este tipo de conduta.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR: A Diretoria da Receita Previdenciária encaminhou solicitação à Corregedoria-Geral do INSS para que sejam adotadas as providências cabíveis.

AVALIAÇÃO DA SFC: A implementação desta recomendação será verificada ao longo do exercício de 2004.

5. Liberação de CND's pelo Plantão Fiscal por servidores não fiscais, sem a comprovação de que houve autorização de fiscal para serem liberadas;

Recomendação:

- Em todos os casos em que a justificativa da emissão de CND se referir a "Liberada pelo Plantão Fiscal", há a necessidade de o auditor fiscal se manifestar expressamente sobre a resolução das restrições apontadas pelo sistema.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR: A Coordenação-Geral de Arrecadação solicitou à DATAPREV a criação de transação própria no sistema CND-CORPORATIVA, para liberação de restrições à CND e/ou CPD-EN pelo Plantão Fiscal, com autorização de acesso para os operadores do Plantão.

AVALIAÇÃO DA SFC: A implementação desta recomendação será verificada ao longo do exercício de 2004.

6. Dos valores apurados em fiscalizações até setembro/2003 somente 7% foram pagos ou parcelados e 0,32% foi encaminhado para Cobrança Judicial;

Recomendações:

- Reforçar as ações do Serviço de Análise, adotando critérios de monitoramento que possibilitem acompanhar, controlar e reduzir o tempo de tramitação dos créditos, com vistas a agilizar as ações que sucedem a fiscalização.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR: Em março de 2004 foram enviados dois auditores fiscais para o Serviço de análise para auxiliar nos procedimentos de triagem e julgamento dos processos em estoque.

AVALIAÇÃO DA SFC: Recomendação atendida.

- Adotar providências para a capacitação dos fiscais, disseminando informações indispensáveis à composição de créditos bem constituídos.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR: sem informação.

7. Falta de correspondência entre as ações planejadas e realizadas nas ações da Fiscalização;

Recomendações:

- Realizar planejamentos com base em estudos de potencial arrecadador, nos indicadores já adotados, na prática, pela gerência e na capacidade institucional da unidade;
- Cumprir o planejamento estabelecido, levando em conta as alterações necessárias ao longo do exercício;
- Avaliar o planejamento para 2004, com vistas a dimensionar corretamente e evitar as mesmas distorções verificadas entre planejamento/realização em 2003.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR: "Objetivando cumprir o Planejamento estabelecido, esta Diretoria, representada por suas Coordenações-Gerais, já realizou de fevereiro a abril deste ano, junto a cada Região Fiscal (em nº de quatro), encontros de trabalho para a apresentação, discussão e integração das estratégias de cada Gerência na consecução de sua meta de arrecadação. Estas reuniões, que certamente serão seguidas por outras têm o propósito de ajustar as distorções na implementação das ações planejadas."

AVALIAÇÃO DA SFC: A implementação desta recomendação será verificada ao longo do exercício de 2004.

8. Processos equivalentes a 97 milhões de reais parados há mais de um ano;

Recomendações:

- Elaborar estudo com vistas a levantar os erros mais cometidos pelos fiscais, para embasar a realização de cursos direcionados à correção dessas falhas;

JUSTIFICATIVA DO GESTOR: Se encontra em fase final de elaboração uma Orientação Interna sobre procedimentos fiscais, da qual é esperada, com sua publicação, uma melhora substancial no desenvolvimento das ações fiscais.

AVALIAÇÃO DA SFC: A implementação desta recomendação será verificada ao longo do exercício de 2004.

- Agilizar o atendimento às diligências, para combater a morosidade na recuperação dos créditos;

JUSTIFICATIVA DO GESTOR: A Coordenação-Geral de Fiscalização está desenvolvendo um projeto para estabelecimento de uma série de itens de controle, para acompanhamento mensal de suas atividades, no qual incluirá o item "diligências".

AVALIAÇÃO DA SFC: A implementação desta recomendação será verificada ao longo do exercício de 2004.

- Avaliar a possibilidade de se incluir no resultado da ação fiscal e até na GDAT, não só os números levantados em ação fiscal, mas também os resultantes das ações de cobrança.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR: "... este resultado já compõe o RAF à medida em que estas ações são cadastradas no sistema "Cadastro Nacional de Ações Fiscais-CNAF", estando também embutidas na meta de arrecadação que é responsável por 80% do valor da GDAT a que faz "jus" o Auditor-Fiscal."

AVALIAÇÃO DA SFC: A forma como vem sendo incluída no cálculo não exige que o atendimento das diligências seja prioritário, e quanto à inclusão na Arrecadação, os resultados da cobrança têm se mostrado pouco representativos em termos financeiros para provocar o impacto que seria necessário. Portanto, reiteramos que deve ser realizado estudo com vistas a avaliar a possibilidade de incluir as ações da cobrança de forma mais direta nos resultados das ações fiscais e na GDAT.

9. Não foram encontrados os processos relativos a fiscalizações concluídas em duas empresas, cujos créditos somam 1,5 milhão de reais;

Recomendações:

- Providenciar a reconstituição dos dois créditos em questão;

JUSTIFICATIVA DO GESTOR: A reconstituição do débito da Empresa Vikame Confecções e Decorações Ltda já foi concluído. Quanto à empresa Detasa Bahia S/A, encontra-se em andamento uma ação de refiscalização com o objetivo de reconstituir o crédito em processo físico.

AVALIAÇÃO DA SFC: Recomendação parcialmente atendida, aguardando conclusão da refiscalização e conclusão da reconstituição do crédito da empresa DETASA Bahia S/A.

- Adotar sistemáticas para verificar se existem outros créditos cobráveis cujos processos tenham desaparecido;

JUSTIFICATIVA DO GESTOR: A Coordenação-Geral de Recuperação de Créditos instituiu a "Ação nº 141001" - Plano de Ação 2004, em fase de implementação, cuja proposta é a de inventariar em todo o Brasil o estoque de processos, visando apurar as eventuais divergências entre os estoques eletrônico e físico, para a conseqüente adoção de providências.

AVALIAÇÃO DA SFC: A implementação desta recomendação será verificada ao longo do exercício de 2004.

- Apurar responsabilidade de quem deu causa ao fato.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR: A Corregedoria-Geral do INSS foi demandada para cumprir esta ação.

AVALIAÇÃO DA SFC: A implementação desta recomendação será verificada ao longo do exercício de 2004.

10. Não foram encontrados 24 processos na fase de Pré-inscrição (fase 518) até a data do encerramento dos trabalhos, sendo que a data da solicitação foi dia 21/11/2003, e quanto a outros 12, consta encaminhamento à Procuradoria, todavia ainda continuam na fase de pré-inscrição;

Recomendações:

- Adotar providências para a regularização dos créditos em questão, com vistas a localizar os processos e dar o devido prosseguimento às ações de cobrança, procedendo as inscrições e ajuizamentos necessários.

- Rever a sistemática no que se refere ao encaminhamento dos processos da área de Receita Previdenciária para a Procuradoria, informando no sistema SICOB o número do documento de encaminhamento e a matrícula do servidor que recebeu os processos.

11. Demora dos processos na fase Inscrição em Dívida Ativa (520);

Recomendações:

- Adotar providências com vistas a agilizar as ações de cobrança, de forma a evitar a paralisação de processos, e apurar responsabilidades pela falta de providências tempestivas dos procedimentos necessários à cobrança.

12. Processos não encontrados na Procuradoria;

Recomendações:

- *Proceder a localização dos referidos processos de forma a dar continuidade ao processo de cobrança.*

13. Créditos registrados com valores em moedas antigas;

Recomendações:

- Realizar estudo com vistas a apurar a existência de créditos registrados com valores em moedas antigas, bem como proceder a adequação desses valores. E ainda, realizar trabalho para verificar a regularidade e adequação das atualizações monetárias em todos os créditos registrados nos sistemas da Arrecadação.

14. Falta de prosseguimento das ações de cobrança de créditos líquidos e certos, que haviam sido extintos mas que cabiam, ainda, cobrança após registro de novo número de crédito.

- A Procuradoria deverá proceder ações com vistas a apurar, em relação a cada um dos contribuintes identificados neste item, a situação individualizada de cada um.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR - Itens 10 a 14: *"o atraso das implementações solicitadas originou-se da paralisação decorrente da greve realizada pelos procuradores federais, razão pela qual solicito que seja oficiada a Sra. Diretora de Auditoria de Programas da Área Social da Controladoria-Geral da União substituta, como sugerido na minuta de ofício em anexo, para fins de prorrogação de prazo, de modo a viabilizar a conclusão dos procedimentos já iniciados."*

Avaliação da SFC - itens 10 a 14: *As recomendações direcionadas à Procuradoria do INSS não foram atendidas.*

- **Relatórios de Auditoria nºs 121105/2003, 134437/2003; 137675/2003 e 141352/2004 - Listagem dos Devedores da Previdência Social, referente ao exercício de 2003:**

Com o objetivo de atender determinações do Tribunal de Contas da União - TCU, constantes das Decisões 176/1992, 010/1999 e 649/2000 - Plenário, esta SFC realizou auditorias no processo de cobrança administrativa e judicial, com o objetivo de avaliar os resultados da atuação do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

quanto à recuperação dos créditos previdenciários, utilizando informações relativas aos devedores da Previdência Social, exercício de 2003, constantes do CD-ROM apresentado pelo INSS.

Os resultados dos trabalhos evidenciaram existência de registros de valores incorretos na listagem constante do CD relativo ao 4º trimestre/2003 relativos à arrecadação na área administrativa; falhas nos sistemas de cobrança administrativa, acarretando atraso no andamento dos processos de cobrança; morosidade no processo de cobrança, tanto na área administrativa quanto na área judicial; divergências de valores entre os valores constantes do sistema INFORMAR e dos CD-ROM apresentados pelo INSS relativos aos débitos previdenciários; nos CD-ROM falta de informações relativas aos pagamentos/baixas ocorridos anteriormente (data do pagamento/baixa, valor, quantidade de créditos, nome do devedor), de maneira que possibilite a identificação da diferença encontrada no batimento entre o saldo anterior + ingressos - baixas - pagamentos = saldo .

Diante dos fatos apontados, esta SFC recomendou ao INSS o seguinte:

- a) Adotar providências para disponibilizar nos próximos CD as informações relativas aos pagamentos/baixas ocorridos anteriormente (data do pagamento/baixa, valor, quantidade de créditos, nome do devedor), de maneira que possibilite a identificação da diferença encontrada no batimento entre o saldo anterior + ingressos - baixas - pagamentos = saldo atual (itens 27 e 39 deste;
- b) Esclarecer as divergências apontadas no relatório, relativas às divergências de registros de valores arrecadados na área administrativa, onde o valor arrecadado está apresentando maior que o valor da dívida;
- c) Adotar providências no sentido de realizar estudos aprofundados para avaliar e atacar as causas da expressiva evolução dos créditos previdenciários, rever e buscar estratégias efetivas, com vistas a melhorar a arrecadação e contribuir para diminuir o déficit previdenciário; e
- d) Informar a atual situação da cobrança automática e as providências que estão sendo adotadas para sua implementação nos outros Estados.

E, ainda, mediante os Acórdãos nºs 1.711/2003 e 1.754/2003 - TCU - Plenário, o Tribunal de Contas da União determinou ao INSS que:

Acórdão nº 1.711/2003 - TCU - Plenário: "VISTOS, relatados e discutidos estes autos de acompanhamento dos relatórios dos devedores da Previdência Social relativos aos quatro trimestres do exercício de 2001; ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. determinar ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS que:

9.1.1. realize as mudanças sugeridas pelo Relatório/DSPAS/SFC/Casa Civil/PR nº 097893, da Secretaria Federal de Controle Interno, relativo à alteração na apresentação dos dados, destacando a quantidade e o valor dos créditos inscritos e baixados no trimestre, incluindo os parcelados e, ainda, aqueles efetivamente arrecadados;

9.1.2. identifique nos campos "situação" ou "fase" a condição de devedor optante pelo Refis, se em débito com contribuições previdenciárias administradas pelo INSS;

9.1.3. informe - nos relatórios disponibilizados trimestralmente, inclusive no CD - sobre a quantidade de devedores optantes pelo Refis e em débito com contribuições previdenciárias administradas pelo INSS, o montante desse débito, os recebimentos no período, assim como as

exclusões do programa e a importância do saldo que deveria ser amortizado ou pago em parcelas daqueles que foram excluídos; 9.1.4. informe ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, as providências adotadas visando cumprir as determinações contidas nos itens anteriores."

Acórdão nº 1.754/2003 - TCU - Plenário: "VISTOS, relatados e discutidos estes autos de acompanhamento dos relatórios dos devedores da Previdência Social relativos aos quatro trimestres do exercício de 2002; ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em: 9.1. determinar ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS que:

9.1.1. havendo viabilidade, disponibilize nos próximos CDs as seguintes informações, relativas à ocorrência de pagamentos/baixas de créditos: data do pagamento/baixa, valor, quantidade de créditos e nome do devedor; 9.1.2. disponibilize nos próximos CDs referentes aos devedores: nome da empresa, CNPJ/CGC, quantidade de créditos, valor da dívida não-parcelada, baixas de créditos e o valor da dívida parcelada (Refis, convencionais e especiais)."

JUSTIFICATIVAS DO GESTOR:

Com relação à alínea "b" das recomendações acima o gestor, por meio do Ofício nº 456/INSS/DCGAB, de 26.4.2004, informou que:

"2. Tendo em vista a análise dos sistemas de Cobrança (SICOB/AGUIA), informamos:

- a) Constatamos que em 30/10/2003 a empresa BRASIL EMPREITEIRA LTDA recolheu a importância de R\$ 66,60 (sessenta e seis reais e sessenta e nove centavos) com a finalidade de quitação dos resíduos das prestações pagas até 20/10/2003 (pagamentos a menor) referente ao parcelamento nº 55.635.554-7 em nome da mesma, título nº 01277483100010, conforme tela COGPS do sistema GUIA;
- b) Ao ser baixado para o SICOB, o valor de R\$ 66,69 sofreu algum tipo de problema, visto que o valor passou indevidamente para R\$ 166.893.701.869,75, tela CEXTAG do SICOB;
- c) Em função da informação de pagamento inconsistente, o valor foi remetido à Lista de Pagamentos Não Apropriados (tela LPAG do SICOB);
- d) Questionada sobre o fato, a DATAPREV informou:

"Efetuamos a correção do valor pago para o título 12774831, conforme consta no AGUIA, que é de 66,69".

"O processo foi desapropriado e reapropriado".

"Faremos uma programação especial para verificar se existe mais algum caso na base com este problema".

- e) em nova consulta ao SICOB, após ajustes efetuados pela DATAPREV, constatamos que a situação foi regularizada."

AValiação DA SFC:

Quanto às demais recomendações da SFC (alíneas "a", "d" e "c"), o INSS, por meio do Ofício nº 155/INSS/DCPRES, de 16.2.2003, informou que não foi possível

implementar as recomendações, devido a falta de tempo hábil e também a complexidade na busca das informações, mas espera disponibilizá-las no próximo CD. Portanto, o assunto continua PENDENTE de implementação por parte do INSS.

Relativamente aos itens 9.1.2 do Acórdão nº 1.711/2003 - TCU e 9.1.2 do Acórdão nº 1.754/2003 - TCU, verificamos que atualmente os CD referentes aos devedores já vêm disponibilizando os dados solicitados pelo TCU relativos a nome da empresa, CNPJ/CGC, quantidade de créditos, valor da dívida não-parcelada, baixas de créditos e o valor da dívida parcelada (Refis, convencionais e especiais). Com relação aos demais itens dos mencionados Acórdãos, o INSS não se pronunciou. Portanto, o assunto continua PENDENTE de implementação por parte do INSS.

4.1.2.7 INFORMAÇÃO:

AÇÕES DE CONTROLE NA ÁREA DE SUPRIMENTO DE BENS E SERVIÇOS - PMA

- Relatório de Auditoria de Acompanhamento da Gestão Consolidado, de 06/11/2001, Relatório de Auditoria de Acompanhamento da Gestão Consolidado nº 096166, de 23/12/2001 e Notas Técnicas nºs 062 e 083/2002 DSPAS/SFC/CC/PR - Programa de Melhoria do Atendimento da Previdência Social/PMA (item 4.2.2.9.1 do Relatório de Auditoria de Gestão nº 117146/2003)

Em relação às ações de controle na área de Suprimento de Bens e Serviços, foi citado no Relatório de Auditoria de Gestão nº 117146/2003 o seguinte:

Trata-se de pendência relatada por meio do Relatório de Auditoria de Gestão nº. 087911/2002, de trabalhos consolidados pelas Gerências Regionais de Controle Interno - GRCI, no período de 25/07/2001 a 30/09/2001, nos seguintes estados: AM, BA, MA, PA, PR, SC, SP, TO, AL, CE, ES, GO, MG, MT, PE, PI, RJ, RN e RS, com o objetivo de avaliar os atos e fatos ocorridos no período de 01/01/1999 a 30/06/2001, referentes às obras de reformulação das Agências de Atendimento (PMA), do total previsto de 81.

Os questionamentos foram os seguintes:

"Diante das constatações apresentadas nos Relatórios de Acompanhamento elaborados pelas Gerências Regionais de Controle Interno, foi recomendado:

- a) reforçar os mecanismos de controle, visando cumprir, rigorosamente, as determinações constantes da Lei nº 8.666/93, no que tange à formalização legal, sob pena de anulação do ato;*
- b) que as obras sejam acompanhadas e fiscalizadas continuamente, conforme determina o art. 67, da Lei nº 8.666/93;*
- c) anotar em registro próprio, conforme determina o §1º, art. 67, da Lei nº 8.666/93, todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços e as decisões sobre as alterações efetuadas no objeto;*
- d) que se observe rigorosamente o art. 67, da Lei nº 8.666/93, de forma que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante designado pela autoridade competente;*
- e) recomendamos a obrigatoriedade do termo de recebimento definitivo da obra e que seja exigido do fiscal designado a habilitação e o credenciamento junto ao CREA;*
- f) que se observe fielmente o que foi avençado nas cláusulas contratuais, em cumprimento ao disposto no art. 66 da Lei nº 8.666/93;*
- g) observar, quando do lançamento do processo licitatório, a adequada definição do objeto a ser licitado, inclusive quanto aos quantitativos, não sendo permitida apenas a inclusão de um limite máximo dos serviços a serem contratados, sem que haja a previsão do que se pretende realizar, ante a vedação constante do § 4º do art. 7º, da Lei nº 8.666/93. E quanto ao aspecto qualitativo, que se abstenha de indicar marcas de produtos,*

quando tal indicação não for tecnicamente justificável conforme § 5º do art. 7º, da Lei nº 8666/93. E por fim, que seja imputada a responsabilidade de quem lhes tenha dado causa, pela infringência do disposto no referido artigo;

h) quando do recebimento definitivo das obras, verificar se foram integralmente cumpridas todas as condições previstas no edital e quando houver danos causados à Administração, deverá ser imputada responsabilidade ao contratado, conforme art. 66, 67, 69 e 73 da Lei nº 8.666/93, bem como apurar o prejuízo causado à Instituição, no valor de R\$ 9.320.69, conforme subitem 8.3 do relatório;

i) que se tenha mais rigor quanto ao cronograma físico e financeiro, no sentido de se evitar o risco de pagamentos sem a respectiva contraprestação de serviço ou com antecipação em relação à execução das obras. E que se tenha em mãos documento ou relatório de realização de medição física de cada etapa da obra, nos moldes preceituados pela legislação, em especial o art. 67 da Lei nº 8.666/93 e as disposições contidas nos artigos 62 e 63 da Lei nº 4.320/64, devendo a Administração adotar providências para que se proceda a apuração de responsabilidade pelos pagamentos indevidos;

j) que se obedeça, por ocasião da homologação das licitações, aos preceitos constantes no inciso IV do art. 43, da Lei nº 8.666/93, visando obter nas futuras contratações, propostas mais vantajosas para a Administração;

k) que a Administração forneça obrigatoriamente, junto com o edital, com fulcro no art. 47 da Lei nº 8.666/93, todos os elementos e informações necessários para que os licitantes possam elaborar suas propostas de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação, para que não ocorram divergências dessa natureza;

l) que se aperfeiçoe os mecanismos de controle, de modo a evitar a ocorrência de acréscimos de itens que podem ser previstos no projeto inicial, evitando-se, com isso, aditamentos que superem as outras propostas apresentadas nos certames licitatórios, devendo adotar providências para que se proceda a apuração de responsabilidade pelos prejuízos causados;

m) que se observe com maior rigor o que determina a Resolução INSS/PR nº 311, de 3 de novembro de 1995, item 10, sobre realização de benfeitorias em imóveis locados e, que se proceda a renovação do contrato de locação de maneira a resguardar formalmente o direito do INSS de permanecer no imóvel;

n) que a Unidade, quando houver necessidade de acréscimos ou supressões em contratos, utilize a prerrogativa de modificar unilateralmente o contrato, conforme preceitua o inciso I do art. 58 e inciso I, alínea "b", da Lei nº 8.666/93;

o) que o INSS, nas futuras contratações, observe o disposto no art. 20 da Lei nº 4.320/64, combinado com art. 23 do Decreto nº 93.872/86, que determina que as despesas realizadas em dotação imprópria são passíveis de impugnação, mediante representação do órgão contábil;

p) que se verifique se a empresa apresenta registro nos órgãos competentes, mesmo no caso de Dispensa de Licitação, e que se observe o disposto no inciso II do art. 27 da Lei nº 8.666/93, e ainda, quando da realização de obras e/ou serviços, se observe as disposições contidas no art. 72 da Lei nº 8.666/93, com relação à subcontratação, promovendo a rescisão do contrato quando for o caso, nos termos do art. 78, inciso VI, da supracitada Lei, sob pena de aplicação da penalidade prevista no art. 82 da mesma Lei.

A Coordenação de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário do INSS/MPAS, encaminhou memorando circular às Gerências Executivas do INSS e Unidades de Administração e Logística, e os relatórios consolidados, solicitando pronunciamento a respeito do assunto. Recebemos manifestações das seguintes Gerências Executivas: Petrolina/PE, Canoas/RS e Mossoró/RN."

Assim sendo solicitamos justificativas informando as providências adotadas para sanar as falhas/irregularidades apontadas.

JUSTIFICATIVA:

O Gestor encaminhou o Ofício DIROFL/nº 1.713, de 28.10.2002, com o seguinte teor:

"(...) informamos que foi providenciado encaminhamento de Memorando Circular DIROFL/DGPIM nº 07, de 22.02.2002, e estamos elaborando Orientação Interna que trata da normatização de procedimentos e condutas a serem seguidas pelas Gerências Executivas deste Instituto.

Adicionalmente, informamos que para minimizar a ocorrência de problemas dessa natureza, ficou estabelecido que todas as contratações de obras deverão ser previamente avaliadas pela Coordenação Geral de Logística (§ 5º do art. 1º da Portaria INSS/DCPRES nº 2.073, de 15.08.2002).

Outrossim, esclarecemos que a Divisão de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário promove supervisão, por amostragem, nas fiscalizações de obras das GEX's".

O Gestor encaminhou cópia do Memorando Circular nº 07/2002, e da Portaria nº 2.073, de 15.08.2002, que trata do estabelecimento de níveis de alçada para autorização de despesas referentes à aquisição de bens e serviços, contratação de obras e serviços de engenharia, bem como locação de bens móveis e imóveis de terceiros e, também, da definição de atribuições no âmbito das Gerências-Executivas.

Em virtude de a Diretoria Colegiada do Instituto não ter se manifestado de forma concisa sobre as impropriedades apontadas no Relatório Consolidado de Auditoria nº 096166/2001 e Notas Técnicas nºs 062 e 083/2002/DSPAS/SFC/CC/PR, reiteramos as recomendações contidas nesses documentos, tendo o gestor apresentado os seguintes esclarecimentos:

"1) Falhas na formalização dos procedimentos licitatórios - RECOMENDAÇÃO - reforçar mecanismos de controle e instauração de processo em OSASCO/SP. Foram encaminhadas para as Gerências-Executivas orientações gerais referentes ao assunto (Memorando-Circular nº 007 de 22/02/02 - item 01). Com relação à Agência Osasco/SP foi encaminhado o Memorando-Circular 02/2002 apontando os itens em que a Gerência deveria atuar.

2) Fiscalização própria ou terceirizada - RECOMENDAÇÃO - que as obras sejam acompanhadas e fiscalizadas continuamente.

O Memorando-Circular 007 (itens 02 e 03) orientou às GEXs nesse sentido. Adicionalmente está sendo feita supervisão das obras por profissionais da Diretoria Colegiada, por amostragem, visto o número reduzido de servidores técnicos do quadro do INSS, e com isso diminuído o número de falhas dos projetos.

3) Ausência e/ou desatualização do diário de obras - RECOMENDAÇÃO - que o diário de obras seja atualizado.

O Memorando-Circular 007 (item 04) orientou às GEXs nesse sentido, determinando que o Diário de Obras seja considerado como documento imprescindível.

4) Falta de designação formal de um representante da Unidade para o acompanhamento da execução do contrato - RECOMENDAÇÃO - que sejam designados representantes formais e que, no caso de TEFÉ/AM, seja observado o que determina o art. 63 da Lei nº 4.320/64.

O Memorando-Circular 007 (itens 02, 03 e 05) orientou às GEXs nesse sentido, esclarecendo que, no caso da Gerência não possuir profissional habilitado, ela deveria solicitar apoio de outras gerências ou dos órgãos centrais. Relativamente a Tefé/AM, esse mesmo memorando determinou que se tenha documentos/relatórios relativos às medições físicas.

5) Ausência de termo de recebimento definitivo da obra - RECOMENDAÇÃO - existência do termo de recebimento definitivo de obras e que o fiscal seja habilitado junto ao CREA.

O Memorando-Circular 007 (item 05) orientou às GEXs sobre a necessidade de existência obrigatória dos Termos de Recebimento provisório e

definitivo de obras, bem como os fiscais possuam habilitação e credenciamento junto ao CREA.

6) Descumprimento de cláusulas contratuais - RECOMENDAÇÃO - que seja observado fielmente o que se estabelece nos contratos.

O Memorando-Circular 007 (itens 08 e 09) orientou às GEXs nesse sentido, recomendando que se imputasse responsabilidade ao contratado no caso de identificação de prejuízos.

7) Inspeção de compras e/ou serviços - RECOMENDAÇÃO - que os processos licitatórios especifiquem com clareza os requisitos quantitativos/qualitativos.

As Gerências-Executivas foram orientadas através do Memorando-Circular 007 (itens 06 e 07).

8) Inspeção de obras - RECOMENDAÇÃO - quando do recebimento definitivo, verificar se foram integralmente cumpridas as obrigações contratuais.

As Gerências-Executivas foram orientadas através do Memorando-Circular 007 (itens 08 e 09).

9) Designação de fiscal de obra não habilitado e não credenciado pelo CREA - RECOMENDAÇÃO - que seja designado fiscal habilitado junto ao CREA.

As Gerências-Executivas foram orientadas através do Memorando-Circular 007 (item 05).

10) Cronograma físico e financeiro - RECOMENDAÇÃO - que haja fiel cumprimento do cronograma físico-financeiro.

As Gerências-Executivas foram orientadas através do Memorando-Circular 007 (itens 08 e 09).

11) Preços de mercado - RECOMENDAÇÃO - que seja observado o inciso IV do art. 43 da Lei 8666/93.

As Gerências-Executivas foram orientadas através do Memorando-Circular 007 (item 11).

12) Diferenças existentes entre especificações constantes das planilhas - RECOMENDAÇÃO - que o edital possua as informações necessárias e suficientes para que seja possível a elaboração das propostas.

As Gerências-Executivas foram orientadas através do Memorando-Circular 007 (item 12).

13) Metragem - Não há recomendação relativa a esse item.

14) Aditamento - RECOMENDAÇÃO - que o projeto inicial seja aperfeiçoado para evitar a ocorrência de aditamento.

As Gerências-Executivas foram orientadas através do Memorando-Circular 007 (itens 06, 12 e 13).

15) Benfeitorias em imóveis de terceiros - RECOMENDAÇÃO - que se observe com rigor a Resolução INSS/PR/311.

As Gerências-Executivas foram orientadas através do Memorando-Circular 007 (item 14).

16) Fracionamento de despesa - RECOMENDAÇÃO - que não se façam DLs para execução de complementos de obra e sim que se façam aditivos aos contratos vigentes. As Gerências-Executivas foram orientadas através do Memorando-Circular 007 (itens 13 e 15).

17) Modificação do projeto inicial - RECOMENDAÇÃO - que os processos licitatórios especifiquem com clareza os requisitos quantitativos/qualitativos.

As Gerências-Executivas foram orientadas através do Memorando-Circular 007 (itens 06, 07, 13 e 15).

18) Classificação indevida da despesa - RECOMENDAÇÃO - que nas futuras licitações as despesas sejam devidamente apropriadas.

As Gerências-Executivas foram orientadas através do Memorando-Circular 007 (item 16).

19) Falta de qualificação técnica - RECOMENDAÇÃO - que seja verificada a habilitação das empresas, mesmo no caso de Dispensa de Licitação, e que sejam previstos os casos de eventual sub-contratação. As Gerências-Executivas foram orientadas através do Memorando-Circular 007 (item 17).

Adicionalmente, informamos que temos recomendado constantemente nos Encontros do INSS junto aos Gerentes-Executivos, Chefes de Unidades de Serviços da área de Administração e de Logística e técnicos de Engenharia e Arquitetura que cumpram com as determinações da legislação em vigor em especial com a Lei 8.666/93 e normas técnicas da ABTN, devendo ser ressaltado que no treinamento oferecido aos Gerentes-Executivos, em ago/2002, foram dedicados 3 dias para repasse de orientações a todos os Gerentes.

Temos orientado para que os Editais e Projetos Básicos contenham todas as informações requeridas para a realização de um perfeito processo licitatório. Dessa forma, informamos que o INSS está concluindo a elaboração de um conjunto de Check-List que permita a correta formalização de cada modalidade de licitação (...).

Finalmente, informamos que o INSS possui quadro reduzido de servidores Engenheiros e Arquitetos para atender mais de 100 Gerências-Executivas, que exigem constantes obras e serviços de adaptação, reformas, manutenção predial incluindo os equipamentos associados.

Assim, como há necessidade desses profissionais se envolverem em outros trabalhos da área de logística, como: avaliações de imóveis, laudos técnicos e de perícias, estudos e projetos de uso racional e de redução do consumo de energia elétrica, etc."

AVALIAÇÃO DA SFC:

Constata-se que foram adotadas providências parciais pela Diretoria Colegiada, estabelecendo orientações e normas de conduta a serem seguidas pelas Gerências Executivas do INSS, no sentido de aprimorar os controles sobre a execução das obras. Ficaram PENDENTES informações sobre apuração de responsabilidades e ressarcimento dos prejuízos que foram causados à Instituição pelos pagamentos realizados indevidamente, como também não foram informadas as providências adotadas pelas Gerências Executivas visando a regularização das falhas apontadas.

RECOMENDAÇÃO:

Que o INSS adote providências para apuração de responsabilidades e, se for o caso, abertura de TCE."

- Falhas e Irregularidades registradas no Relatório de Auditoria de Acompanhamento nº111473/2002 (itens 4.2.2.7.1 e 4.2.2.10.1 do Relatório de Auditoria de Gestão nº 117146/2003):

Ainda com relação ao Programa de Melhoria do Atendimento da Previdência Social, foram descritas as seguintes situações no Relatório de Auditoria de Gestão nº 117146/2003:

- falhas na formalização dos procedimentos licitatórios;
- falhas na elaboração do projeto básico;
- realização de licitação abrangendo obra e compra de móveis onerando o custo da obra;
- desvinculação do projeto básico;
- especificações de serviços indefinidas no projeto básico;
- modificações no projeto original;
- ausência de mecanismos de fiscalização interna;
- confiabilidade e qualidade do registro de ocorrências da obra prejudicadas;
- falta de designação formal de um representante da Unidade para o acompanhamento da execução do contrato;
- itens aditivados poderiam ser previstos na licitação;
- acréscimos e diminuições de serviços sem aditivos de alteração;
- inconsistência na composição do BDI;
- pagamentos antecipados; pagamentos de serviços não executados;
- não retenção de contribuição devida ao INSS;

- boletins de medição que não revelam a real situação da reforma;
- termo de recebimento definitivo sem a devida assinatura do contratado;
- ausência de termo de recebimento provisório e definitivo;
- descumprimento de cláusulas contratuais;
- retirada de penalidade por descumprimento de cláusula contratual;
- diferença entre os quantitativos executados;
- serviços executados com imperfeição ou em desacordo com especificações técnicas;
- especificação do material diferente do projeto básico; e
- incompatibilidade entre os cronogramas físico e financeiro.

O referido Relatório foi encaminhado ao INSS, em 26.12.2002, por meio do Ofício nº 9.950/DSPAS/SFC/CGU-PR, para conhecimento e adoção de providências cabíveis, com prazo de atendimento previsto para 30.1.2003, para que o Gestor encaminhasse informações quanto às providências adotadas e às regularizações ocorridas. Entretanto, não houve atendimento do solicitado.

Nos trabalhos de Auditoria de Gestão da Prestação de Contas de 2002 do INSS, emitimos a Solicitação de Auditoria nº 117146-10, de 19.2.2003, solicitando informações quanto as providências implementadas com vistas à regularização das recomendações constantes do Relatório de Auditoria de Acompanhamento da Gestão nº 111473/2002, sendo prestada informação por intermédio do Ofício/INSS/DIROFL/nº 247, de 28.2.2003, somente da Agência da Previdência Social de Januária-MG, bem como das providências que a Diretoria de Administração do INSS está adotando para melhorar a sua gestão.

O Chefe de Gabinete do Diretor-Presidente do INSS encaminhou o Ofício nº 408/DCGAB, de 7.4.2003, esclarecendo que vem adotando providências visando minimizar as falhas e irregularidades apontadas por esta Secretaria Federal de Controle Interno - SFC, tais como:

- a) Proibição de reformas em imóvel locado de terceiros, cujas mesmas tenham caráter permanente; o que poderá ocorrer são adaptações para garantir o funcionamento das Agências, como instalação de sistemas de rede lógica e elétrica, instalação de divisórias, ar condicionado;
- b) Constituição de Grupo de Trabalho para reavaliar as normas e procedimentos, visando a redução de custos, levando-se em conta as constatações e recomendações exaradas nas análises dos relatórios de auditoria;
- c) Contratação de sistema de pesquisa de preços, por região, para obras de engenharia e manutenção;
- d) Realização de estudos por Grupo de Trabalho para reavaliar as alterações nos editais e contratos, conforme consta de recomendações dessa Secretaria;
- e) Substituição do sistema de gerenciamento de filas por sistema desenvolvido pela própria casa - CGTI - Coordenação Geral de Tecnologia da Informação;
- f) Aquisição e contratação de mobiliário/divisórias estão sendo realizadas na modalidade Pregão, de forma descentralizada nas Gerências/Estados, como aquisição de material permanente e não mais como serviço, sendo que os editais, o projeto básico, especificações técnicas e a composição de preços, foram alterados. Foram visitadas outras instituições, como o Banco do Brasil, visando obter subsídios no que tange a contratações e composição de valores de referência, para o aperfeiçoamento do processo. Esclareceu, também, que a Coordenação-Geral de Logística expediu Memorando-Circular nº 25, de 21 de março de 2003, para realização de mapeamento de todos os engenheiros/arquitetos do quadro funcional da Autarquia, com objetivo de alocá-los em uma determinada área de abrangência para fiscalização de obras.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR: Em atendimento a Solicitação de Auditoria nº 121104-01, o Chefe de Gabinete do Diretor-Presidente do INSS, por intermédio do Ofício nº 670/INSS/DCGAB, de 30.5.2003, informou sobre as providências adotadas em relação as recomendações constantes do Relatório de Auditoria de Acompanhamento nº 111473/2002, conforme segue:

I - Formalização Legal

SUBITEM 4.1.1.2 do Relatório de Auditoria de Acompanhamento nº 111473 - Falhas na formalização dos procedimentos licitatórios

As agências que apresentaram falhas neste quesito foram as seguintes:

1. No Espírito Santo

1.1. Agência Cariacica

1.2. Agência Colatina

2. No Rio de Janeiro

2.1. Agência Belford Roxo

2.2. Agência Piabetá

2.3. Agência Japeri

2.4. Unidade de Atendimento Avançada Cambuci

2.5. Agência Santo Antônio de Pádua

2.6. Agência São Fidelis

3. São Paulo

3.1. Agência Cruzeiro

3.2. Agência Assis

3.3. Agência Tupã

3.4. Agência Guarujá

3.5. Agência Mogi-Guaçu

4. Pernambuco

4.1. Agência Vitória de Stº Antão

4.2. Agência Escada

4.3. Agência Pesqueira

4.4. Agência Arcoverde

4.5. Agência Salgueiro

4.6. Agência Serra Talhada

4.7. Agência Paulista

4.8. Agência Recife

5. Minas Gerais

5.1. Agência Timóteo

5.2. Agência Pará de Minas

5.3. Agência Passos

Resposta do Rio de Janeiro (UAA de Cambuci): Com referência às falhas apontadas na UAA em Cambuci/RJ, o Chefe de Administração da GEx de Campos dos Goytacazes, informou que a pesquisa de preço foi realizada pela equipe de engenheiros do PMA, por meio do programa VALORE, que segundo consta não seria da alçada daquela Gerência verificar os preços e que a publicação do Contrato se deu em 12.06.2001.

Resposta de Pernambuco (APS's de Vitória de Stº Antão, Escada, Pesqueira, Arcoverde, Paulista e Recife): Com relação às falhas apontadas nas Agências da Previdência Social no estado de Pernambuco, o INSS apresentou as justificativas, esclarecendo que adotará as recomendações de modo a instruir os processos licitatórios, anexando as pesquisas de preços, bem como reforçar os mecanismos de controle de acordo com as determinações constantes da Lei no 8.666/93, no que tange à formalização legal, sob pena de anulação do ato.

Avaliação da SFC: Registra-se que das 24 APS's, apenas 07 (APS's de Vitória de Stº Antão/PE, Escada/PE, Pesqueira/PE, Arcoverde/PE, Paulista/PE, Recife/PE e UAA de Cambuci/RJ) apresentaram justificativas para as falhas apontadas. As demais APS's ficaram pendentes de informações, porém, a Diretoria de Administração/INSS informou que já estão sendo adotadas providências com vistas a implementação das recomendações desta Secretaria. Em relação as informações e providências adotadas pelas 07 Unidades, realizamos as seguintes avaliações:

Avaliação da SFC (UAA Cambuci): Sobre a justificativa apresentada entendemos que o INSS deve orientar as suas Unidades para que os processos de licitação contenham, dentre outras peças essenciais a sua instrução, as planilhas dos preços unitários, conforme dispõe o inciso II, do parágrafo 2º, do art. 40 da Lei nº 8.666/93.

Avaliação da SFC (Vitória de Stº Antão, Escada, Pesqueira, Arcoverde, Paulista, e Recife): Conforme justificativas apresentadas, já estão sendo adotadas providências com vistas a regularizar as falhas apontadas.

SUBITEM 4.1.1.3 do Relatório de Auditoria de Acompanhamento nº 111473 - Falhas na elaboração do Projeto Básico:

Foram identificadas falhas na elaboração do Projeto Básico nas Agências de Arcoverde/PE, Pesqueira/PE, Vitória de Santo Antão/PE, Escada/PE, Recife/PE e Paulista/PE, onde ficou evidenciado a inobservância do disposto no art. 12, IV, da Lei nº 8.666/93.

Resposta : O Gestor esclareceu que atenderá nas próximas contratações o disposto no art. 12, da Lei nº 8.666/93.

Avaliação da SFC: Conforme justificativas apresentadas, já estão sendo adotadas providências com vistas a regularizar as falhas apontadas, que deverão ser objeto de monitoramento e avaliação por parte desta SFC.

SUBITEM 4.1.1.4 do Relatório de Auditoria de Acompanhamento nº 111473 - Falhas na elaboração do Projeto Básico na Agência de Bauru/SP:

Ocorreram falhas na elaboração do projeto básico que ocasionaram um desperdício de R\$ 19.862,46 ao Erário.

Resposta: Segundo informações prestadas pela Gerência-Executiva em Bauru/SP, foi constituída pela Portaria nº 20, de 10.3.2003, Comissão para instauração de Tomada de Contas Especial, visando atender a recomendação do Relatório de Auditoria, e que os trabalhos estariam em fase de levantamento documental, para serem inseridas ao processo da TCE nº 35378.000229/2003-00.

Avaliação da SFC: O processo de TCE está em andamento, devendo ser encaminhado para esta SFC após conclusão dos trabalhos.

SUBITEM 4.1.1.5 do Relatório de Auditoria de Acompanhamento nº 111473 - Falhas na elaboração do Projeto Básico na Agência de Timóteo/MG: Item pendente de informações.

II - Parcelamento do Objeto

SUBITEM 4.1.2.1 do Relatório de Auditoria de Acompanhamento nº 111473 - Realização de licitação abrangendo obra e compra de móveis onerando o custo da obra:

Nessa situação identificou-se nas Agências de Arcoverde/PE, Vitória de Santo Antão/PE, Escada/PE, Pesqueira/PE, Salgueiro/PE, Serra Talhada/PE, Paulista/PE, Recife/PE, Passos/MG, Pará de Minas/MG, Timóteo/MG e Formiga/MG, que a realização de licitação abrangendo obra e compra de móveis onerou o custo das obras.

Resposta: O Gestor informou que com relação as falhas apontadas nas Agências da Previdência Social em Vitória de Santo Antão/PE, Escada/PE, Paulista/PE, Arcoverde/PE, Pesqueira/PE e Recife/PE, não foi incluído o mobiliário quando da licitação da obra, uma vez que o mobiliário foi objeto dos Pregões nºs 3 e 4 de 2002, realizados pela Superintendência do INSS/PE.

Avaliação da SFC: Conforme informações apresentadas, o mobiliário fez parte de outro procedimento licitatório.

Dessa forma acatamos a justificativa, destacando a necessidade de serem examinados os Pregões realizados para aquisição do mobiliário.

III - Análise da Eficácia e Eficiência

SUBITEM 4.1.3.1 do Relatório de Auditoria de Acompanhamento nº 111473 - Desvinculação do Projeto Básico:

SUBITEM 4.1.3.2 do Relatório de Auditoria de Acompanhamento nº 111473 - Especificações de serviços indefinidas no Projeto Básico:

SUBITEM 4.1.3.4 do Relatório de Auditoria de Acompanhamento nº 111473 - Modificação do Projeto Original:

SUBITEM 4.1.3.5 do Relatório de Auditoria de Acompanhamento nº 111473 - Aquisição de imóveis com preço excessivos:

Avaliação da SFC: O Gestor não se pronunciou quanto aos subitens citados, ficando os mesmos pendentes de informações e providências.

IV - Fiscalização Interna

SUBITEM 4.2.1.2 do Relatório de Auditoria de Acompanhamento nº 111473 - Ausência de mecanismos de fiscalização interna:

O assunto em questão foi verificado nas Agências da Previdência Social:

1. No Rio de Janeiro

1.1. Agência Belford Roxo

1.2. Agência Piabetá

1.3. Agência Japeri

2. Em Santa Catarina

2.1. Agência Caçador

2.2. Agência Urussanga

2.3. Agência Fraiburgo

3. Em Minas Gerais

3.1. Agência S. João Del Rei

3.2. Agência Viçosa

3.3. Agência Diamantina

3.4. Agência Januária

3.5. Agência Passos

3.6. Agência Pará de Minas

4. Pernambuco

4.1. Agência Vitória de Stº Antão

4.2. Agência Escada

4.3. Agência Pesqueira

4.4. Agência Arcoverde

4.5. Agência Salgueiro

4.6. Agência Serra Talhada

4.7. Agência Paulista

4.8. Agência Recife

Resposta (Minas Gerais): No que se refere a APS de São João Del Rei, a GEx. Barbacena informou que além da anotações no livro diário da obra, foram anexados ao processo relatórios de todas as visitas realizadas pela arquiteta responsável pelo acompanhamento da obra.

A obra de Januária/MG foi fiscalizada por engenheiro lotado na Gerência-Executiva em Contagem. Não obstante, o acompanhamento ter sido feito continuamente por esse Serviço de Administração, bem como pela Chefia e servidores de Januária.

Resposta (Pernambuco): Com relação às APS do estado de Pernambuco, foram apresentadas justificativas referentes às Agências de Paulista, Arcoverde, Pesqueira e Recife, esclarecendo que estão sendo adotadas as recomendações apontadas quanto a fiscalização das obras contratadas e no que tange ao registro de ocorrência no diário de obras.

Avaliação da SFC: Registra-se que das 21 APS's, apenas 06 (APS's de São João Del Rei-MG, Januária-MG, Paulista-PE, Arcoverde-PE, Pesqueira-PE e Recife-PE) apresentaram justificativas para as falhas apontadas. De acordo com as informações prestadas pelas APSs foram exercidas as fiscalizações nas obras citadas, sem no entanto mencionar atos de designação dos mesmos, conforme disciplina o art. 67 da Lei nº 8.666/93.

SUBITEM 4.2.1.3 do Relatório de Auditoria de Acompanhamento nº 111473 - Utilização de empregado de empresa terceirizada em atividades privativas de servidores do quadro efetivo da Autarquia:

Impropriedade identificada nas Agências de Vitória de Santo Antão/PE e Escada/PE.

Resposta: O Gestor informou que as Unidades passarão a adotar as recomendações de não mais utilizar a força de trabalho proveniente de contratação indireta.

Avaliação da SFC: Acatamos as justificativas apresentadas, mas deverá ser supervisionada e monitorada pela Diretoria de Logística do INSS.

SUBITEM 4.2.1.4 do Relatório de Auditoria de Acompanhamento nº 111473 - Confiabilidade e qualidade do registro de ocorrências das obras:

SUBITEM 4.2.1.5 do Relatório de Auditoria de Acompanhamento nº 111473 - Falta de designação formal de um representante da Unidade para o acompanhamento da execução do contrato:

Avaliação da SFC: O Gestor não se pronunciou quanto aos itens acima, ficando os mesmos pendentes de informações e providências.

SUBITEM 4.2.1.6 do Relatório De Auditoria de Acompanhamento nº 111473 - Recebimento definitivo do objeto realizado pelo mesmo servidor designado para fiscalizar o contrato:

Foi constatado que um mesmo servidor foi designado para fiscalizar, bem como proceder o recebimento provisório e/ou definitivo da obra, contrariando o princípio da segregação de função, nas seguintes agências:

1. Em Minas Gerais

1.1. Agência São João Del Rei

1.2. Agência Diamantina

1.3. Agência Januária

1.4. Agência Timóteo

Foi constatado, ainda, recebimento definitivo do objeto por servidores não designados para o ato na agência de Indaiatuba/SP.

Resposta: A Gerência de Montes Claros informou não possuir servidores da categoria funcional de Engenheiro em seu quadro de pessoal. Como várias obras do PMA estavam em andamento em 2002, e após muitos entendimentos mantidos, a Gerência Executiva em Contagem autorizou que o engenheiro Wantuil de Oliveira Santos atuasse como fiscal na obra de Januária. Como não há servidores de outras categorias com formação acadêmica na área de engenharia, não houve outra alternativa senão utilizar do único engenheiro disponível para fazer o recebimento da obra. Ressaltamos que o engenheiro fiscal foi acompanhado pela Chefia do Serviço de Administração, bem como pela Chefia da APS, na ocasião. Alia-se a isto o fato de que, antes do recebimento definitivo da obra, foi realizada fiscalização pela Auditoria do INSS. Doravante, na ausência de engenheiros constantes do quadro, será solicitada autorização da Diretoria Colegiada do INSS para a contratação de empresa para fiscalização e acompanhamento da obra, ficando a responsabilidade do recebimento definitivo para engenheiro do INSS que puder ser cedido por outra Gerência.

Avaliação da SFC: As APS's de São João Del Rei, Diamantina e Timóteo não apresentaram as devidas justificativas para os itens recomendados. Em relação a APS de Januária, conforme verifica-se na justificativa apresentada, a infringência decorreu em função da falta de pessoal na área técnica para fins de recebimento da obra, procedimento este que poderia ter sido evitado pela Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística do INSS, uma vez que a obra estava inserida no Programa de Melhoria de Atendimento da Previdência Social - PMA, e por ser de abrangência nacional, deveria quando do planejamento da execução do

Programa ter sido previsto essa deficiência, para que tais ocorrências fossem evitadas, por contrariar a Lei nº 8.666/93 e o entendimento proferido pelo Tribunal de Contas da União, por intermédio do Acórdão nº 20/96 - Plenário.

V - Alterações Contratuais

SUBITEM 4.2.2.2 do Relatório de Auditoria de Acompanhamento 111473 - Itens aditivados que poderiam ser previstos na licitação

SUBITEM 4.2.2.3 do Relatório de Auditoria de Acompanhamento nº 111473 - Acréscimos e diminuições de serviços sem aditivos e alteração

O Gestor não se pronunciou quanto aos itens acima, ficando os mesmos pendentes de informações.

SUBITEM 4.2.2.4 do Relatório de Auditoria de Acompanhamento nº 111473 - Inconsistências na composição do BDI:

Foi constatado nas Agências de Vitória de Santo Antão/PE, Escada/PE, Pesqueira/PE, Arcoverde/PE, Salgueiro/PE, Serra Talhada/PE, Paulista/PE e Recife/PE, inconsistências nas planilhas de composição de encargos sociais e Benefícios de Despesas Indiretas - BDI.

Resposta: Com relação as inconsistências, as Unidades responderam que providenciaram a emissão de Ordem de Recebimento - OR, com as respectivas quitações, com a finalidade de que fossem restituídos, por parte dos contratados, os valores correspondentes aos impostos e encargos sociais, bem como informou que estão sendo regularizados os BDI's, excetuando dessas adoções de medidas as APS de Serra Talhada/PE e Salgueiro/PE.

Avaliação da SFC: Conforme justificativas apresentadas, as Unidades estão regularizando as inconsistências apontadas, cabendo no entanto o encaminhamento das OR's devidamente quitadas e os esclarecimentos sobre os motivos de não terem sido adotadas as medidas saneadoras nas APS's de Serra Talhada/PE e Salgueiro/PE.

VI - Pagamentos Contratuais

SUBITEM 4.2.3.2 do Relatório de Auditoria de Acompanhamento nº 111473 - Pagamentos antecipados:

Com relação a este subitem foi identificado que houve pagamento sem a correspondente prestação de serviços, calculado durante os trabalhos de campo, pagamento antecipado de R\$ 44.781,00 em São Fidelis/RJ, R\$ 45.122,11 em Belford Roxo/RJ e, R\$ 6.363,68 em Piabetá/RJ. Nas Agências Sumaré/SP, Americana/SP, Cubatão/SP, Guarujá/SP, Mogi-Guaçu/SP, Vitória de Santo Antão/PE, Arcoverde/PE, Escada/PE, Serra Talhada/PE, Paulista/PE e Recife/PE, também, ficou evidenciado que houve pagamento antecipado de serviços. Em Taubaté/SP constatou-se a ausência de atesto do engenheiro fiscal da obra, confirmando a execução dos serviços relativos à parcela paga, falta de identificação do responsável e data junto a rubrica do atesto.

Resposta (Pernambuco): Conforme informações prestadas pela Gerência-Executiva do INSS em Caruaru/PE, não ocorreram pagamentos antecipados nas obras das Agências de Vitória de Santo Antão/PE, Escada/PE. Quanto as AP's de Arcoverde/PE e Pesqueira/PE, pertencentes a GEx-Garanhuns/PE, esclarece que os pagamentos estão obedecendo rigorosamente o realizado na obra e acompanhado dos respectivos relatórios (planilhas) de medição física de cada etapa.

Avaliação da SFC: Tendo em vista que os fatos apurados infringiram o disposto na alínea "c" do art. 65 da Lei nº 8.666/93, o art. 38 do Decreto nº 93.872/96 e o inciso XI do art. 10 da Lei nº 8.429/92, mantemos a recomendação de que seja instaurado o processo administrativo disciplinar, com vistas a proceder apuração das irregularidades apontadas no Relatório de Auditoria nº 111473/2002.

SUBITEM 4.2.3.3 do Relatório de Auditoria de Acompanhamento nº 111473 - Pagamentos de serviços não executados:

Destaca-se a seguir fato ocorrido na APS/Colatina/ES quanto ao pagamento de serviços não executados:

"Constatamos o pagamento do item 13 - SINALIZAÇÃO VISUAL - da planilha contratual, quando da medição da primeira sub-parcela da 3ª Etapa, no valor de R\$ 22.750,00, conforme

"Proposta de Desmembramento da Terceira Parcela" apresentada pelo Serviço de Logística do INSS/Equipe de Engenharia, em resposta à Solicitação de Auditoria nº 07, de 08.08.2002.

Entretanto, esta Equipe identificou que o valor ajustado do item em comento passou a ser R\$ 18.713,47, sendo R\$ 11.304,49 relativo à sinalização externa e R\$ 7.408,98, à sinalização interna.

Quando da visita in loco, constatamos que os serviços referentes à sinalização externa foram realizados a contento, o mesmo não ocorrendo em relação à sinalização interna, cujos serviços não foram executados.

Pelo exposto acima podemos depreender, segundo medição apresentada pelo INSS, que houve pagamento de serviços não realizados no valor de R\$ 1.445,51 (R\$ 22.750,00 - R\$ 11.304,49).

Ressaltamos que a cláusula quarta do Contrato nº 11/2001, em seu parágrafo primeiro, prevê que "na aferição das etapas serão medidos todos os serviços efetivamente realizados, sendo efetuado o pagamento somente quando realizados todos os serviços contratados nos valores previstos para cada etapa, devidamente atestados pela fiscalização da obra."

Resposta: O valor da sinalização externa, de R\$ 22.750,00, que corresponde a 65% do valor contratado, de R\$ 35.000,00 da sinalização, foi incluído na medição da primeira sub parcela da terceira parcela, em virtude do entendimento que tínhamos com relação aos acréscimos, decréscimos e inclusão de serviços novos, que poderiam ser considerados como permuta, (...)e, assim sendo, serem considerados para medição/pagamentos os parcelamentos e os mesmos serviços e valores inicialmente contratados.

Avaliação da SFC: Tendo em vista que os fatos apurados infringiram o disposto na alínea "c" do art. 65 da Lei nº 8.666/93, o art. 38 do Decreto nº 93.872/96 e o inciso XI do art. 10 da Lei nº 8.429/92, mantemos a recomendação de que seja instaurado o processo administrativo disciplinar, com vistas a proceder apuração das irregularidades apontadas no Relatório de Auditoria nº 111473/2002.

Cabe registrar que o Tribunal de Contas da União - TCU, por intermédio do Ofício nº 204/2003/4ª SECEX (TC 000.198.2003-6), solicitou informações a respeito dos resultados da Tomada de Contas Especial.

SUBITEM 4.2.3.4 do Relatório de Auditoria de Acompanhamento nº 111473 - Não retenção de contribuição devida ao INSS:

Conforme consta no relatório elaborado pela CGU/ES, na Agência de Colatina/ES, não houve o recolhimento de contribuição devida ao INSS, conforme transcrevemos a seguir:

"Quando da apresentação da 1ª Medição de Obra (11.07.2001), a empresa CASA MAIOR anexou cópia da Sentença nº 259/2000, da Justiça Federal de Minas Gerais, referente ao Mandado de Segurança nº 2000.38.00.009515- 0, objetivando, com pedido de liminar, que o INSS se abstivesse de exigir a retenção de 11% quando do pagamento de suas faturas e/ou notas fiscais, conforme imposição do Artigo 31, da Lei 8.212/91, modificado pela Lei 9.711/98 e que não aplicasse qualquer penalidade em virtude do não recolhimento dos 11% por parte da impetrante.

A decisão da sentença foi favorável à empresa CASA MAIOR.

Quanto ao assunto, em 27.08.2001, a Procuradoria do INSS, por meio da Nota Técnica nº 0050/2001, concluiu que "não pode a Gerente Executiva do INSS do ES ser compelida a submeter-se a uma decisão judicial proferida em ação de mandado de segurança em que não integrou o polo passivo".

"(...) Ante o exposto, opinamos pela aplicação da Lei nº 9.711/98, em todos os seus dispositivos em vigor, ao caso sob exame.

Em análise ao processo, constatamos que a empresa CASA MAIOR não observou as disposições estabelecidas no Inciso I, do Artigo 28, da IN INSS/DC nº 18/2000, pois não apresentou a GPS da competência 07/2001 para comprovação do recolhimento das contribuições incidentes sobre remuneração dos segurados, incluída em Nota Fiscal em 11.7.2001, correspondente aos serviços executados, o que elidiria a responsabilidade solidária do INSS.

Como o Contrato nº 11/2001 não contém a discriminação dos valores relativos a mão-de-obra e material, separadamente, a Divisão de Arrecadação do INSS concluiu que o valor da retenção deveria ser calculado com base em 50%, no mínimo, do valor bruto da Nota Fiscal, conforme disposto no item 17.1 da OS INSS/DAF nº 209/99. Desta forma, a contratante (INSS) deveria efetuar a retenção de 11% de que trata o artigo 31 da Lei nº 8.212/91, no uso da prerrogativa prevista no Inciso VI, do Artigo 30, da Lei 8.212/91.

Ressaltamos que, conforme legislação e demais normativos que regem o assunto, é devida a retenção para empresas de construção civil que executem serviços de cessão de mão-de-obra, aplicando-se, inclusive, a responsabilidade solidária prevista no Artigo 30, da Lei 8.212/91, por tratar-se de execução de obra por empreitada total.

Consta o pagamento de contribuição ao INSS, relativa à primeira medição, no valor de R\$ 425,50 (14.09.2001), quando o correto deveria ser R\$ 5.438,66.

Não identificamos no processo a retenção prevista no Artigo 31 da Lei 8.212/91 para a segunda medição.

Para a primeira sub-parcela da 3ª etapa, constatamos a retenção dos 11%, no valor de R\$ 3.968,79, em 23.05.2002, tendo como base de cálculo 50% do valor bruto da Nota Fiscal nº 00593, de 31.12.2001." Resposta: O Serviço de Logística do INSS manifestou-se da seguinte forma:

"O recolhimento da retenção de 11% ocorreu nas faturas nº 517 e 593, através das AP's nº 615/2001 e 183/2002, respectivamente.

Após consultas à Divisão de Arrecadação e Fiscalização, quanto à discordância da Contratada em relação à retenção de 11% sobre a fatura nº 517, despachos em anexo, a Divisão de Arrecadação e Fiscalização entendeu procedente a referida retenção e, bem como a retenção sobre a fatura nº 593, por entender que a contratada não atendeu o contido nos Artigos 20 e 28 da Instrução Normativa nº 18, de 11 de maio de 2000." Esta Equipe de Auditoria reitera que a retenção referente à fatura nº 517 ocorreu no valor incorreto e que não foi realizada a retenção referente à segunda parcela.

Finalizando, por intermédio do Ofício GEXVIT/07.001 nº 252, de 23.8.2002, o INSS entende que a retificação da retenção de 11% poderá ser realizada quando do pagamento da última parcela contratual (segunda sub-parcela da terceira parcela)."

AValiação da SFC: Diante dos exposto mantemos as recomendações constantes do Relatório de Auditoria nº 111473/2002, e após regularização seja encaminhada a esta Secretaria Federal de Controle Interno - SFC, a documentação que comprove a retenção do tributo devido.

VII - Inspeção Física da Execução

SUBITEM 4.2.4.2 do Relatório de Auditoria de Acompanhamento nº 111473 - Boletins que não revelam a real situação da reforma:

Foi identificado nas agências Jaguarari, Ribeira do Pombal e Paripiranga, na Bahia e Colatina/ES, anotações que não revelam a real situação da reforma. Nas agências de Cariacica/ES, Caçador/SC, Fraiburgo/SC, Urussanga/SC, Ararangua/SC, Timóteo/MG, Indaiatuba/SP, Cubatão/SP Guarujá/SP, Escada/PE e Pesqueira/PE, ausência de boletins formalizados de medição; em Piabetá/RJ, boletins enviados em fase posterior aos trabalhos de campo; em Pato Branco, Curitiba, Cornélio Procópio, União da Vitória e Umuarama no Paraná, boletins de medição necessitam de

instrumentos de checagem mais específicos, pois não detalham os itens que o engenheiro deve observar.

Resposta: As informações fornecidas pelo INSS referem-se as APS de:

- a) Escada/PE e Pesqueiro/PE, esclarecendo que as obras estão sendo fiscalizadas de acordo com a liberação de dotação de orçamentária para pagamento de diárias e transportes dos técnicos responsáveis pela fiscalização;
- b) Curitiba/PR, expediu orientação através do Memo/INSS/GexPGR/ADM nº 173, 13.12.2002, ao engenheiro responsável pela execução do contrato nº 003/2002, que quando das medições de obras fosse elaborada planilha de medição detalhada dos serviços realizados, discriminando quantidade prevista e realizada de forma a facilitar a certificação de cada etapa de execução da obra;
- c) Indaiatuba/SP, a Gex. em Campinas/SP, informou que a manutenção, o zelo e o preenchimento do Diário de Obra são de responsabilidade da empresa contratada, sendo incumbência do responsável técnico pela obra. À fiscalização do INSS cabe, sempre que julgar conveniente, fazer as devidas recomendações quando os serviços estiverem sendo executados em desacordo com as especificações.

AValiação DA SFC: Mantemos as recomendações constantes do Relatório de Auditoria nº 111473/2002, que sejam apresentadas as justificativas sobre as demais APS's constantes deste subitem e, que a Diretoria de Logística do INSS deve supervisionar e monitorar a regularização das falhas apontadas.

SUBITEM 4.2.4.3 do Relatório de Auditoria de Acompanhamento nº 111473 - Termo de recebimento definitivo sem assinatura do contratado:

Foi constatado Termo de Recebimento Definitivo sem a devida assinatura do representante da empresa contratada, contendo apenas a lavratura do servidor responsável pela fiscalização contratual na Agência Januária/MG.

Resposta: A Gex. Montes Claros/MG informou que por um lapso o Termo de Recebimento Definitivo foi anexado aos autos sem a assinatura do representante da contratada; porém, há garantias por parte da Chefia de que o mesmo estava presente no momento do Recebimento Definitivo. O representante já compareceu e, após sua assinatura, a falha foi solucionada;

Avaliação da SFC: De acordo com as informações prestadas, o Gestor regularizou a falha apontada no Relatório de Auditoria de Acompanhamento nº 111473.

SUBITEM 4.2.4.4 do Relatório de Auditoria de Acompanhamento nº 111473 - Ausência de termo de recebimento provisório e definitivo:

Foi constatado ausência de Termo de Recebimento Provisório e Definitivo da obra na Agência Limeira/SP e Bauru/SP, ausência de Termo de Recebimento Definitivo em Americana/SP e ausência de ato de designação de servidor ou comissão pela autoridade competente para receber a obra em Sumaré/SP e Mogi-Guaçu/SP.

Resposta: A Gex. em Campinas, informou que providenciou a emissão de Portaria de Designação de servidores para recebimento das obras das APS's de Americana/SP, Sumaré/SP e Indaiatuba/SP, conforme Portaria publicada em Boletim de Serviço Local - BSL nº 250, de 31.12.2002, bem como providenciou os Termos Aditivos de regularização dos acréscimos e decréscimos ocorridos nas citadas AP's, conforme publicação no Diário Oficial, seção 3, de 28.3.2003.

Avaliação da SFC: De acordo com as informações prestadas pelo Gestor, foram regularizadas as falhas apontadas com relação as ausências de emissão de Termos Aditivos e de designação de servidores para recebimento das obras cabendo, no entanto, o encaminhamento a esta SFC, das cópias de recebimentos definitivos das obras, atestando que as mesmas estão de acordo com as especificações contratuais.

SUBITEM 4.2.4.5 do Relatório de Auditoria de Acompanhamento nº 111473 - Descumprimento de cláusulas contratuais:

SUBITEM 4.2.4.6 do Relatório de Auditoria de Acompanhamento nº 111473 - Retirada de penalidade por descumprimento de cláusula contratual:

SUBITEM 4.2.4.7 do Relatório de Auditoria de Acompanhamento nº 111473 - Diferença entre os quantitativos executados:

Avaliação da SFC: O Gestor não se pronunciou quanto aos itens acima, ficando os mesmos pendentes de informações.

SUBITEM 4.2.4.8 do Relatório de Auditoria de Acompanhamento nº 111473 - Serviços executados com imperfeição ou em desacordo com as especificações técnicas:

Destacamos a seguir as impropriedades/irregularidades, por APS:

No Rio de Janeiro

1.1. Agência Santo Antônio de Pádua

- Serviços ainda não executados: instalação da barra de apoio no banheiro de deficientes e instalação de armário com porta de alumínio sob a pia da copa;
- Infiltração no telhado do arquivo e na sala de reunião;
- Defeito em um dos condensadores do sistema de ar.

1.2. Agência São Fidelis

- Serviços ainda não executados: fachada em cerâmica, porta de vidro na entrada do posto, forro em gesso acartonado no pavimento térreo, instalação de bacia sanitária, porta papel higiênico, porta toalha e saboneteira nos banheiros do pavimento térreo, instalação do sistema de ar condicionado (foram instalados apenas um condensador e um evaporador na parte superior do posto), luminárias, sinalização, divisórias e acabamentos.

1.3. Agência Cambuci

- sistema de ar condicionado foi instalado, mas não está sendo utilizado devido à CERJ não ter providenciado o aumento de carga da UAA Cambuci, em função de débitos do INSS com a empresa;
- placas do forro do salão principal manchadas em função de infiltração no telhado;
- ausência de uma placa do forro no banheiro masculino dos funcionários;
- ausência de instalação do aparelho telefônico para ouvidoria;
- falta dos espelhos dos interruptores instalados no salão principal;
- piso vinílico bastante desgastado pelo pouco tempo de conclusão da obra.

Cabe enfatizar que o INSS não instalou o rack e o auto-atendimento, bem como não disponibilizou os móveis e as divisórias previstos no projeto, comprometendo a padronização do PMA.

1.4. Agência Piabetá

- Piso de 3 salas, com total de 60 metros quadrados, executado em cimentado, em lugar de cerâmica.

Na Bahia

2.1. Agência Jaguarari

- Inexistência de mola hidráulica (conforme especificações);
- Forro em placas de PVC com valor de fibra mineral;
- Passeio externo de piso cimentado em lugar de pedra portuguesa;
- Aquisição indevida de quadro geral de medição;
- Quantidade de luminária inferior ao especificado no projeto básico;
- Jardineiras e exaustor elétricos não encontrados;
- Filtro de plástico em lugar de filtro de parede cromado "Europa";
- Sistema de ar condicionado inferior ao especificado.

2.2. Agência Paripiranga

- Os pontos elétricos não possuem tampas;
- Piso manchado;
- Presença de mofo e infiltrações em diversas áreas da agência;
- Soleira feita em mármore quando deveria ser granito;

- A gerente pagou serviços/materiais elétricos extras à empresa contratada para colocar em funcionamento os equipamentos.

2.3. Agência Ribeira do Pombal

- Boa parte do piso se encontra fofo, manchado e descolado;
- As persianas das janelas foram danificadas;
- O forro da retaguarda apresenta fissuras;
- Saboneteira p/sabão líquido cromadas e unidade autônoma de iluminação de emergência não encontradas;
- Identificador de quadro/circuito - chapa acrílica não encontrada.

Em Minas Gerais

3.1. Agência Formiga

- cerâmica 10x10 em fachada - medição INSS 272,03 m², aferição 249,61 m²; - textura em paredes externas - medição INSS 498,00 m², aferição 440,87 m²;
- piso cerâmico 40x40 - medição INSS 435,17 m², aferição 425,08 m²;
- rejuntamento piso cerâmico - medição INSS 478,37 m², aferição 468,28 m²;
- porta papel higiênico cromado - medição 8 unidades, aferição 8 unidades de louça;
- piso elevado - medição 17,00 m², aferição 14,40 m².

Em termos de custo, estas diferenças implicam num valor de R\$ 3.030,88, conforme os preços unitários da planilha da firma vencedora do certame licitatório.

3.2. Agência Januária

- infiltrações em alguns pontos, causadas por danos no telhado que também é objeto do contrato;
- escoamento incompleto de água pluvial na lateral do prédio devido a pouca inclinação para caimento da tubulação;
- não execução dos itens/serviços relacionados no item referente a sinalização;
- base do piso de acesso mal compactado, o que pode causar ruptura no referido piso, pois as águas pluviais estão solapando a camada de terra abaixo deste.

3.3. Agência Timóteo

- Piso cerâmico, contrapiso em concreto, demolição do piso cerâmico, camada de regularização e rejuntamento de piso cerâmico: diferença da metragem quadrada de 611,56 paga para 549,66 medida pela equipe de auditoria;
- Assentamento das paredes de bloco de vidro: diferença na metragem quadrada de 18,90 paga para 16,28 medida pela equipe de auditoria;
- Guarda corpo metálico em tubo galvanizado com quatro fileiras pago, sendo uma de 2" (duas polegadas) e três de 1 ¼" (uma polegada e um quarto). Nas especificações técnicas, no item 4 - Esquadrias, às fls.149 do processo, foi previsto o uso de tubo galvanizado de 2" (duas polegadas);
- Quantitativo de luminárias: 80 de 4x16w pagas e 79 instaladas; 8 de 2 x 20w pagas e 5 de 2 x 16w instaladas;
- Sistema de ar condicionado central: 32 TR pagas, 29,125 TR instaladas;
- Revestimentos: 1) Pastilha 5x5 cm: 10 m² pagos, nenhum revestimento colocado; 2) Cerâmica 10x10 cm: 9 m² pagos, 11,44 m² colocados; 3) Azulejo branco 15x15 cm: 157,15 m² pagos, 124,50 m² colocados;
- Pannel fixo de vidro de 10,00 mm: 9,29 m² pagos, 4,77 m² colocados;
- Porta completa para divisórias: 9 pagas, 5 instaladas.
- Cabe mencionar que foi acrescida uma porta para o banheiro feminino nas dimensões 0,60x2,10 no valor orçado de R\$ 202,50;
- Mobiliário: 1) Armário A1: 22 unidades pagas, 16 unidades localizadas; 2) Mesa para fax: 2 pagas, nenhuma localizada; 3) Módulo para supervisor: 10 pagos, 9 localizados; 4) Estação de trabalho para duas superfícies: 2 pagas, uma localizada.

Em São Paulo**4.1. Agência Limeira**

"Divisória de box sanitário em granito cinza andorinha E- 3cm" e "Persianas horizontais de alumínio 16mm", foi constatado, respectivamente, um desvio de 31% e 12%, entre o quantitativo existente no local e a especificação na planilha de custos e quantitativos. Este desvio representa uma diferença de 3,1% do valor total do contrato, excluindo BDI.

4.2. Agência Cubatão

- não foi executado ar condicionado central, foram colocados aparelhos individuais de ar condicionado, não consta no processo autorização para alteração;
- os porta papel toalha não são de aço inox, em desacordo com as especificações;
- foram observados vários pontos de corrosão nas grades metálicas externas, apesar de pouco tempo de instalação;
- não foram fornecidos projetos executivos, apesar de terem sido pagos.

4.3. Agência Guarujá

- não constou do processo os Projetos Executivos, de acordo com memorial descritivo, estes deveriam ser apresentados após 30 dias da assinatura do contrato;
- os porta toalhas não são de inox conforme consta na proposta da empresa;
- o aterramento da rede elétrica ainda não foi executado;
- a pintura do mastro para bandeira foi considerada deficiente, pois já se observa pontos de oxidação;
- havia infiltrações na parede externa do banheiro público do andar térreo.

4.4. Agência Jacareí

- o piso de granito apresenta plano com irregularidades, fato que pode ter sido causado por problemas no assentamento ou na execução do contra-piso. O forro de gesso tem problemas nos arremates e colocação de algumas placas;
- com relação à localização, os evaporadores 1, 2 e 3 estão em posição distinta do representado no projeto à fl.1003;
- com relação ao funcionamento, não foi possível acionar os evaporadores nº6, nº7, nº9 (dutos) e nº12 para a realização de testes. Outro evaporador, localizado no fundo da sala que será a retaguarda e que não estava no projeto, também não teve o seu acionamento realizado;
- o sistema de iluminação executado está com disposição diferente de luminárias do que o projeto as-built. Contatou-se que do total de 121 luminárias (...) foram executadas 115;
- a ligação provisória de telefonia está amarrada na esquadria de alumínio em caráter precário (anexo - foto 12);
- problemas detectados no Pavimento Térreo;
- a sala prevista para o rack, próximo à copa, não possui equipamentos e divisórias;
- na sala de assistência social, a porta está voltada para o hall central e não para a espera da perícia médica, conforme projeto;
- uma das portas da sala "JA" está colocada em posição distinta do projeto;
- as salas de perícia médica locadas junto à parede da Rua Antônio Afonso, ficaram com lay-out diferente devido ao posicionamento das divisórias. Uma dessas salas está com a saída do duto de ar condicionado separada por uma divisória piso-teto;
- no Pavimento Superior na área projetada para arquivo, que foi posteriormente destinada à função de retaguarda, foram feitas paredes de alvenaria para dois banheiros, uma copa e uma sala que não estavam previstas;

- na área projetada para retaguarda, que foi posteriormente destinada à função de arquivo, existem duas paredes que formam uma sala que não é demonstrada no projeto; o hall e a entrada da sala de reunião estão diferentes do projeto;
- a área que no projeto está denominada como wc. masculino, wc. feminino e copa, possui, na realidade, dois ambientes sem portas com profundidade menor (comprimento entre a parede externa e a porta) que a distância aferida no projeto.

Em Pernambuco

5.1. Agência Pesqueira

- foram executados 120,34m² (custo: R\$11.611,62) de piso granito antiderrapante, porquanto foram contratados 18,50m² (custo: R\$ 1.785,07) do mesmo serviço, sem que tenha havido prévia apreciação e autorização da Comissão de Fiscalização do INSS, quanto à alteração dos quantitativos inicialmente contratados;
- o rodapé em granito, aplicado e pago, possui h=7cm, sendo que nas Especificações Técnicas estipulava h=10cm, e na Planilha de Preços, h=7,5cm;
- os metais sanitários possuem a marca ICO, diferentemente daquelas consignadas no item 12 das Especificações Técnicas: "(...) metais de primeira linha (ref. DECA, FABRIMAR) (...)"; e
- as tomadas de alimentação de energia instaladas são da marca LORENZETTI, diferentemente daquela assinalada nas Especificações Técnicas: Linha 6 da PIAL LEGRAND.

5.2. Agência Escada

- a) foram implantados conjuntos de luminárias fluorescentes, tipo 2x32W (ainda não faturados e pagos), sem que tenha havido previsão nas Especificações Técnicas e na Planilha Orçamentária que integram o instrumento contratual, que dispõem sobre a colocação de luminárias do tipo 4x16W;
- b) não identificamos, dentre os itens componentes das instalações hidráulicas, a colocação de saboneteira metálica/cromada para sabão líquido (R\$ 60,40) e de porta- toalha metálica de papel (R\$ 197,64), sendo que os mesmos já foram pagos pelo INSS;
- c) não identificamos, dentre os itens componentes das instalações elétricas, a colocação de iluminação de emergência autônoma (R\$ 282,00), sendo que o mesmo já foi pago pelo INSS;
- d) os metais sanitários possuem a marca KELLY, diferentemente daquelas consignadas no item 12 das Especificações Técnicas: "(...) metais de primeira linha (ref. DECA, FABRIMAR) "; e
- e) as tomadas de alimentação de energia instaladas são da marca SAN CARLO, diferentemente daquela assinalada nas Especificações Técnicas: Linha 6 da PIAL LEGRAND.

5.3. Agência Arcoverde

- a) as obras encontram-se paralisadas, não constando dos autos evidências dos motivos que ensejaram a paralisação, motivo pelo qual solicitamos informar a data de paralisação, as causas e as medidas administrativas adotadas, com vistas à solução da pendência detectada;
- b) os serviços descritos no item 7.1.2 da Solicitação de Auditoria nº 04/02 não foram executados. Acrescentamos, ainda, que foram pagos R\$ 11.214,68, a título de instalações elétrica/lógica/telefônica, não sendo tais serviços identificados durante a referida inspeção;
- c) a construtora, além de demolir o revestimento do piso, retirou a laje que estava apoiada em cintas, serviço este não previsto nas Especificações Técnicas, bem como da Planilha Orçamentária; e
- d) a ocorrência de pagamento por serviços não executados, conforme precedentes do TCU (Acórdãos nº 17/2001-Plenário, 28/1998-Plenário, 125/2000-Plenário, 128/1999-Plenário, 205/2000-Plenário, 247/1999-1ª Câmara, 487/2001-2ª Câmara, 363/2001-2ª Câmara, dentre outros),

sujeita o órgão ao julgamento restritivo das contas e a aplicação ao responsável de sanções tipificadas na Lei nº 8.443/92.

Resposta (Minas Gerais): A Gex Montes Claros/MG informou que todas as imperfeições foram de imediato comunicadas à empresa contratada para execução da obra, que já providenciou as devidas correções. Quanto à não execução dos itens/serviços de sinalização, esclarecemos que o fato se deveu à não aquisição dos balcões e divisórias necessários ao projeto pelo INSS, na época da realização da obra. Somente em dezembro/2002 houve a aquisição dos móveis e divisórias e a ARE Engenharia Ltda. pôde concluir a sinalização.

Resposta (São Paulo): A Gex. Santos, informou que com relação as impropriedades/irregularidades apontadas nas reformas das APS de Cubatão e Guarujá/SP, foram comunicadas a Empresa responsável pela execução dos serviços, e que a mesma respondeu já ter efetuado os reparos. Ressaltou ainda, que o pagamento da última parcela está condicionada a avaliação do Arquiteto do Instituto, lotado na Gex. Recife/PE, que se deslocará até as citadas Agências para verificação se os serviços foram realizados dentro das especificações previstas.

Resposta (São Paulo): De acordo com as informações prestadas pela Gex. de São José dos Campos/SP, todos os reparos de correção foram realizados, com exceção do piso em granito, uma vez que já foi realizado o recebimento definitivo da obra em 6.12.2002, estando a citada APS em pleno funcionamento.

Resposta (Pernambuco): A Gex. em Recife informou que foram regularizadas todas as ocorrências registradas nas Agências da Previdência Social elencadas.

Avaliação da SFC: De acordo com as informações prestadas, os Gestores apresentaram esclarecimentos sobre as providências adotadas com vistas a regularizar as disfunções apontadas nas APS de Cubatão/SP, Guarujá/SP, Jacareí/SP, Pesqueira/PE, Escada/PE, Arcorverde/PE, ficando pendentes de justificativas as demais Agências citadas.

Ressalta-se a necessidade do encaminhamento a esta SFC dos aceites por parte dos técnicos responsáveis pelo acompanhamento das obras, atestando que foram substituídas ou reparadas as disfunções apontadas, estando os mesmos de acordo com as especificações contratuais.

SUBITEM 4.2.4.9 do Relatório de Auditoria de Acompanhamento nº 111473 - Especificação de material diferente do projeto básico:

Avaliação da SFC: O Gestor não se pronunciou quanto ao item acima, ficando o mesmo pendente de informações.

SUBITEM 4.2.4.10 do Relatório de Auditoria de Acompanhamento nº 111473 - Incompatibilidade entre os cronogramas físicos e financeiros:

Na Agência de Urussanga/SC não foi identificado o cronograma físico e, o mesmo ocorrendo na Agência de Brusque/SC onde foi constatado, ainda, o atraso na execução dos serviços. Na Agência de Indaiatuba/SP houve alteração do cronograma físico-financeiro provocada pelo atraso na realização da primeira medição.

Resposta: A Gex. Blumenau/SC mencionou no que se refere às obras do PMA em Brusque/SC, pertencente àquela Gerência, que com relação ao cronograma físico e financeiro da obra, constam anexados ao processo licitatório, e que solicitou cópia à empresa Abaeté Construções e Incorporação Ltda., para análise mais detalhada sobre a execução da citada obra.

Sobre o assunto a Gex. Campinas/ SP - APS Indaiatuba/SP, informou que o atestado da execução do objeto em obediência ao cronograma físico-financeiro da obra encontra-se expresso no verso de cada fatura, tomando-se por base não o diário de obra, mas as medições feitas "in loco" pela fiscalização.

Em 2003, por meio do **Relatório de Auditoria de Acompanhamento nº 121104**, foi observado que:

"Conforme as informações, o Gestor regularizou as recomendações referentes a Brusque/SC e Indaiatuba/SP. Evidenciam-se ações em curso por parte da Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística do INSS, visando melhorar a gestão de sua área. Entretanto, continuam pendentes de regularização as recomendações emitidas pelo Relatório de Auditoria de Acompanhamento nº 111473/2002, referentes as irregularidades apuradas nas obras do PMA. Nesse sentido, apesar da mencionada Diretoria ter emitido o Memorando/Circular nº 43/DGPIM, de 27.03.2003, orientando sobre os procedimentos referentes as contratações de obras e serviços de engenharia, é de se destacar a necessidade de promover junto às Gerências-Executivas treinamento e capacitação dos servidores responsáveis pela formalização dos processo licitatórios, uma vez que as falhas apontadas estão em desacordo com os preceitos da Lei nº 8.666/93, passíveis de sanções."

Ainda no exercício de 2003, foi elaborado o Relatório de Auditoria de Acompanhamento de Gestão nº 132568, tratando da seguinte situação:

"Este Relatório apresenta a análise e a consolidação dos relatórios de auditorias realizadas em 18 obras. Vale ressaltar que no exercício de 2002 foi prevista pelo INSS a realização de 94 obras, com um orçamento de R\$ 51.461.048,00, contemplando, a reformulação de 39 unidades nos moldes propostos no programa de melhoria do atendimento na previdência social e 55 obras não concluídas em 2001.

Outrossim, informo que outras 68 auditorias realizadas nas obras foram objeto de avaliação nos trabalhos dos Relatórios de Auditoria nºs 111473/2002, 117146/2003 e 121104/2003, desta SFC.

Com o intuito de evidenciar o cumprimento da exigência de que toda contratação de obra, serviço ou compra deve ser precedido de processo licitatório - respeitadas as exceções legais, foi verificado se as dispensas e inexigibilidades de licitação, regularmente justificadas, e o retardamento, foram comunicados dentro de 03 (três) dias à autoridade superior para ratificação e publicação na Imprensa Oficial, de acordo com Parágrafo Único do art. 61 da Lei nº 8.666/93, e, ainda, complementando os exames nesse assunto, como condição para eficácia dos atos, foram identificadas as seguintes ocorrências:

CONSTATAÇÃO: Não prestação de garantia complementar

Não foi prestada garantia complementar relativa aos Termos Aditivos nºs 2 e 4, como prevê o Parágrafo Quinto da Cláusula Nona - Da Garantia do contrato nº 12/2001. Ambos os termos totalizam R\$ 89.695,54. Tal fato foi evidenciado na agência Taquara/RS.

JUSTIFICATIVA: "O Gestor alegou que não exigiu a garantia contratual complementar baseado no art. 56 da Lei no 8.666/93."

AValiação: O Art. 56 da Lei nº 8.666/93 estabelece restrição à cobrança de garantia sem previsão no instrumento convocatório. Portanto, não há relação com a justificativa apresentada pela Entidade. No entanto, a cobrança de garantia complementar está prevista no Edital de Tomada de Preços nº 03/2000, item VI - Da Garantia 6.6: "Sempre que ocorrer alteração contratual em decorrência de prorrogação e/ou acréscimo de quantitativo do objeto do contrato, a contratada, antes da assinatura do Termo Aditivo, prestará garantia complementar no percentual de 5% (cinco por cento) do valor acrescido".

RECOMENDAÇÃO: Recomendamos à Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística que oriente as unidades auditadas quanto à observância ao art. 56 da Lei nº 8.666/93 e ainda, ao item VI - Da Garantia do Edital nº 03/2000 e ao recolhimento dos valores correspondentes, visto que os atos da entidade estão vinculados ao instrumento convocatório. Essa constatação já foi objeto de recomendação no Relatório de Auditoria de Acompanhamento s/nº

de 6.11.2001 e nos Relatórios de Auditorias nºs 096166/2001, 111473/2002, 117146/2003 e 121104/2003, já encaminhados ao INSS.

CONSTATAÇÃO: Ausência de documentos comprobatórios da Pesquisa de Preços no processo.

Nas Agências Alvorada/RS e Paraíba do Sul/RJ foi constatada, nos exames dos processos licitatórios, a ausência de documentos comprobatórios da verificação da conformidade dos preços contratados, conforme estabelece o art. 43 da Lei nº 8.666/93.

Salientamos, contudo, que em análise efetivada pela Equipe de Auditoria, o orçamento e os preços praticados foram compatíveis com os preços de mercado praticados à época da licitação.

JUSTIFICATIVA: O Gestor informou que: "A pesquisa de preços para elaboração do orçamento da obra das APS foi feita usando as publicações da Editora PINI, conforme recomendações da Diretoria Colegiada do INSS."

AValiação: A falha em questão foi a não anexação ao processo licitatório da pesquisa de preços realizada pela APS.

RECOMENDAÇÃO: Recomendamos à Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística que oriente as unidades do INSS da necessidade de anexar aos processos licitatórios as pesquisas de preços realizadas para contratação.

CONSTATAÇÃO: Ausência de autorização para realização da licitação, na Agência Paraíba do Sul/RJ

A abertura do processo Administrativo Licitatório no 35323.001360/00-34 para execução da obra de reforma e melhoria no imóvel da Unidade Avançada de Atendimento da Previdência Social, situada à Av. Ayrton Senna, 534, Centro, Paraíba do Sul/RJ, foi precedida de requisição pela área de administração da Gerência Executiva do INSS em Petrópolis, entretanto não consta no processo autorização expressa da autoridade competente.

JUSTIFICATIVA: Por meio do Ofício nº 124/2002 INSS/GEXPTP/GAB, de 7.8.2002, o gestor justificou que "(...)por extravio de folha ou lapso não consta dos autos a autorização prévia do Gerente Executivo ou de autoridade competente para a realização da licitação.

Contudo, conforme cópia do despacho autorizativo 17-024.0/nº 011, de 10.10.2000, publicado no BSL nº 125, de 10.10.2000, a licitação foi HOMOLOGADA, o que, ao nosso ver, CONVALIDOU os procedimentos da licitação, saneando a disfunção apontada".

AValiação: Em que pese a justificativa apresentada pelo gestor, a autorização para a abertura de procedimento licitatório e a sua homologação são atos distintos devendo sempre observar todas as formalidades necessárias para a referida abertura, dentre as quais inclui-se a aprovação da autoridade competente.

RECOMENDAÇÃO: Recomendamos à Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística que oriente as unidades quanto à observação das disposições constantes da Lei nº 8.666/93, no que tange a formalização legal, sob pena de anulação do ato. Essa constatação já foi objeto de recomendação no Relatório de Auditoria de Acompanhamento s/nº de 6.11.2001 e nos Relatórios de Auditorias nºs 096166/2001, 111473/2002, 117146/2003 e 121104/2003, já encaminhados ao INSS.

SUBÁREA - Contratos de Obras, Compras e Serviços

ASSUNTO - Fiscalização Interna

Com o objetivo de confirmar o efetivo acompanhamento e fiscalização do contrato por um representante da Unidade, foi inicialmente proposto identificar se a Unidade dispõe de mecanismos de fiscalização interna e controles próprios de gestão contratual ou se é assistida e subsidiada de informações de forma terceirizada; se há designação formal no caso de fiscalização interna própria; e se todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato foram anotadas no Diário de Ocorrências - visando a coordenação e monitoramento da execução dos contratos celebrados, com

base na Lei nº 8.666/93, art. 67, foram identificadas as seguintes ocorrências:

Ausência de mecanismos de fiscalização interna

Conforme consta nos relatórios elaborados pela CGU/BA, nas Unidades auditadas, abaixo relacionadas, a fiscalização é realizada por servidor do INSS. Observa-se que nem o Posto Avançado nem a Gerência-Executiva dispõem de profissional com perfil técnico para realizar a fiscalização. Foi designado servidor do quadro da Gerência Executiva de Salvador para desempenhar essa função, realizada por meio de visitas espaçadas entre 35 a 40 dias.

Este procedimento gerou entraves ao andamento da obra, na medida em que ocorreram questões de natureza técnica que só puderam ser dirimidas na presença do fiscal, além de causar prejuízos à qualidade da fiscalização.

1. Na Bahia

- 1.1. Agência Amélia Rodrigues
- 1.2. Agência Riachão do Jacuípe
- 1.3. Agência Iraquara
- 1.4. Agência Rui Barbosa

JUSTIFICATIVA: Os gestores das agências acima citadas não apresentaram justificativas.

RECOMENDAÇÃO: Recomendamos à Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística que oriente as unidades auditadas a observarem rigorosamente o art. 67, da Lei nº 8.666/93, de forma que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante designado pela autoridade com vistas a minimizar a quantidade de falhas e problemas detectados.

Essa constatação já foi objeto de recomendação no Relatório de Auditoria de Acompanhamento s/nº de 6.11.2001 e nos Relatórios de Auditorias nºs 096166/2001, 111473/2002, 117146/2003 e 121104/2003, já encaminhados ao INSS.

Não realização em registro próprio das ocorrências relacionadas à execução do contrato, na forma disposta no art. 67, §1º da Lei 8.666/93.

As ocorrências relacionadas com a execução do contrato são registradas em ofícios à Contratada, constando dos autos do processo licitatório. Tal fato ocorreu nas agências abaixo relacionadas:

1. Na Bahia

- 1.1. Agência Amélia Rodrigues
- 1.2. Agência Riachão do Jacuípe
- 1.3. Agência Iraquara
- 1.4. Agência Rui Barbosa
- 1.5. Agência São Sebastião do Passé

Nas Agências Gandu, Itamaraju, Muritiba na Bahia e Sapiiranga, Porto Alegre e Taguara no Rio Grande do Sul não foi identificada a existência/formalização do Diário de Ocorrências.

Na Agência Niterói/RJ foi verificado que houve registro no diário de obra em 28 dias, no período de 16.4.2001 a 21.5.2001. No entanto, os registros se resumiram à natureza do trabalho realizado, "emboço", "emassamento", não especificando outros aspectos do dia da obra, por exemplo, quantos e de que especialidades eram os profissionais presentes em cada dia, resultando em um diário de pouca contribuição.

JUSTIFICATIVA: Os gestores das Agências Amélia Rodrigues, Riachão do Jacuípe, Iraquara, Rui Barbosa e São Sebastião do Passé não apresentaram justificativas.

As Gerências-Executivas do INSS em Itabuna/BA e Itamaraju/BA apresentaram a seguinte justificativa:

"O Edital não faz referência ao diário de obra. Apesar do Diário de Obra ser importante para o registro dos fatos ocorridos na obra, esse registro se torna ineficaz, pois, como a fiscalização não tem condições de estar diariamente na obra, até mesmo por falta de dotação orçamentária para

pagamento das diárias, os registros realizados pela contratada tornam-se pouco confiáveis."

A Gerência-Executiva do INSS de **Muritiba/BA** apresentou a seguinte justificativa:

"O Instituto não possui Engenheiros em número que permita ser realizada uma fiscalização residente. A única Gerência, no Estado da Bahia, que possui Engenheiros nos seus quadros é a de Salvador e, são apenas, 04 (quatro) profissionais.

Durante a execução da obra realizamos visitas de inspeção em intervalos de 30 a 40 dias. As dúvidas de natureza técnica eram discutidas e resolvidas com o Engenheiro da empresa executora da obra nos dias de visita. A não Observância do parágrafo 1º, do artigo 67, da Lei 8.666/93, decorre das razões que ora expomos."

Os Gestores das Gerências-Executivas/RS informaram:

Sapiranga-RS: "As solicitações são feitas in loco, nas vistorias realizadas periodicamente, e são cobradas nas vistorias seguintes, os registros são feitos no diário de obra, as advertências e penalidades só são tomadas quando existir uma recusa formal na execução das solicitações, o que até então não ocorreu."

Alvorada-RS: "não há, até agora, registros escritos elaborados pela fiscalização da obra pelo INSS sobre ocorrências relacionadas à execução do contrato, porque não houve faltas." (informação de 27.9.2002)

Taquara-RS: "A empresa realizou todos os serviços contratuais conforme preceitua a boa técnica de arquitetura, até o recebimento provisório dos mesmos, não ocorrendo faltas ou defeitos a serem reparados."

RECOMENDAÇÃO: Recomendamos à Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística que oriente as unidades auditadas quanto à observação rigorosa do art. 67 da Lei nº 8.666/93, e seus respectivos parágrafos, de forma que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante designado pela autoridade, que anotará em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e providências necessárias à regularização das faltas ou defeitos observados. Essa constatação já foi objeto de recomendação no Relatório de Auditoria de Acompanhamento s/nº de 6.11.2001 e nos Relatórios de Auditorias nºs 096166/2001, 111473/2002, 117146/2003 e 121104/2003, já encaminhados ao INSS.

Ausência e/ou intempestividade da designação formal de um representante da Unidade para o acompanhamento da execução do contrato

Não houve designação formal de servidores para o acompanhamento das obras, nas seguintes agências:

1. Na Bahia

- 1.1. Agência Amélia Rodrigues
- 1.2. Agência Riachão do Jacuípe
- 1.3. Agência Iraquara
- 1.4. Agência Rui Barbosa

Na Agência Alvorada em Porto Alegre/RS, a Entidade só designou servidor para acompanhamento, medição e recebimento da obra pela Portaria INSS/GEX/POA/DA/nº 161, em 19.9.2002, designação esta intempestiva, uma vez que a obra foi iniciada em 18.8.2002.

JUSTIFICATIVA: As Agências da Bahia não apresentaram justificativas. A **Agência Alvorada/RS** disponibilizou cópia da portaria de designação.

RECOMENDAÇÃO: Recomendamos à Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística que oriente as unidades auditadas quanto ao cumprimento do disposto no art. 67, caput da Lei nº 8.666/93. Essa constatação já foi objeto de recomendação no Relatório de Auditoria de Acompanhamento s/nº de 6.11.2001 e nos Relatórios de Auditorias nºs 096166/2001, 111473/2002, 117146/2003 e 121104/2003, já encaminhados ao INSS.

Alterações Contratuais

Nos exames realizados com o fito de comprovar a manutenção da natureza e especificação do objeto contratual, durante o processo de execução da avença, bem como comprovar a efetiva manutenção, no decorrer do período de execução, do valor inicial contratado, ou ainda se, as alterações ocorridas no valor da avença limitaram-se ao estabelecido na legislação em consonância com o princípio da economicidade, constatamos o seguinte:

Descumprimento de cláusulas contratuais

Foi constatado, na Agência de São José do Vale do Rio Preto/RJ, descumprimento de cláusulas contratuais avençadas:

Cláusula Quarta - Do Pagamento (fracionando o valor contratual em três parcelas, quando o contrato previa apenas dois pagamentos), e Cláusula Décima Terceira - Das Alterações, tendo em vista a inclusão de itens novos sem a apresentação do devido orçamento detalhado para aprovação.

O itens incluídos foram:

- central telefônica INTELBRAS c/ 2 troncos e 8 ramais;
- luminárias 2 x 20W completa;
- fornecimento de ar condicionado 7.000 BTU;
- fornecimento e montagem de suporte de ar condicionado;
- corrimão de ferro da escada;
- exaustores inclusive furação e dutos;
- entrada de água cavalete c/ hidrômetro;
- caixa d'água de 1.000 l completa;
- reforma e instalação de divisórias usadas;
- impermeabilização de marquise;
- modificação e relocação das entradas de força e telefonia, com fornecimento de cabos e isoladores; e
- pintura de divisórias."

JUSTIFICATIVA: "Com relação ao pagamento dos serviços prestados, em três parcelas, o servidor designado para o acompanhamento da obra informou que estas foram adequadas ao que realmente foi executado, pois a contratada deixou de encaminhar pedido com um novo cronograma físico-financeiro e posteriormente apresentou o mesmo dividido em três parcelas. Quanto aos acréscimos de serviços incluídos na Planilha de Custos, estes foram por ele analisados quando da terceira medição, estando compatíveis com os preços do mercado, do Volare (PINI) e do banco de dados do PMA."

RECOMENDAÇÃO: Recomendamos que se observe fielmente o que foi avençado nas cláusulas contratuais, em cumprimento ao disposto no art. 66 da Lei no 8.666/93. Recomendamos, ainda, que na elaboração do Projeto Básico sejam observados os requisitos, e/ou que contenha conjunto de elementos necessários e suficientes, conforme disposto no inciso IX do Art.6º da Lei no 8.666/93, de forma a minimizar os problemas no decorrer da execução.

Essa constatação já foi objeto de recomendação no Relatório de Auditoria de Acompanhamento s/nº de 6.11.2001 e nos Relatórios de Auditorias nºs 096166/2001, 111473/2002, 117146/2003 e 121104/2003, já encaminhados ao INSS.

Os Serviços e quantitativos previstos na proposta não foram realizados ou sofreram alterações; ou, ainda, foram executados em desacordo com as especificações técnicas e com o projeto 06.02.05.0002:

Na auditoria realizada na Agência de Paraíba do Sul/RJ constatou-se que durante a vistoria "in loco" efetuada no imóvel em pauta e tendo em vista a paralisação da obra pela firma, verificou-se que alguns serviços e quantitativos previstos na proposta não foram realizados ou sofreram alterações, conforme apresentado a seguir:

- 1) pavimento térreo:
 - a) área do salão não se encontra à mesma cota conforme projeto, apresentando, além de degrau no piso, duas rampas não previstas;
 - b) rampa interna não executada conforme projeto;

- c) porta de acesso e rampa externa não executadas;
 - d) piso cerâmico colocado de 40x40cm, cor cinza claro, difere das especificações;
 - e) luminárias instaladas de 4x20w diferem das especificadas de 2x40w;
 - f) não foram colocados azulejos em frente aos lavatórios dos consultórios médicos;
 - g) painéis fixos da fachada principal não executados;
 - h) WC dos deficientes físicos sem as barras de seção circular;
 - i) pendentes persianas, fechaduras das portas, aparelho telefônico para ouvidoria e revestimento das portas em laminado melamínico;
- 2) 1º pavimento:
- a) fechamento de alvenaria entre a sala de reunião e o arquivo não executado;
 - b) pendentes equipamentos de ar condicionado central, revestimento das portas em laminado melamínico e fechaduras das portas;
 - c) luminárias de 2x40w, piso cerâmico e forro em gesso diferem das especificações.
- 3) geral:
- a) pendentes projetos executivos, sinalização visual completa, três extintores de incêndio e seis luminárias de emergência. Considerando, contudo, que a obra foi paralisada, poderão ser sanadas as incorreções e pendências relacionadas por ocasião do seu reinício.

Na Unidade Avançada de Atendimento de São José do V. do Rio Preto/RJ constatamos a compatibilidade entre os serviços constantes das documentações apresentadas e a execução física da obra, exceto em relação aos seguintes itens do Memorial Descritivo - Especificações Técnicas:

- item 7 a: a torneira instalada nos sanitários não é do tipo de pressão;
- item 7 h: os sifões utilizados são de material plástico, e não cromados como o previsto;
- item 7 i: os espelhos sobre os lavatórios não obedecem as dimensões definidas;
- item 13: não foram localizadas, na Agência e na Gerência-Executiva, os projetos de instalação elétrica, lógica/telefonía e ar condicionado central.
- houve divergência quanto à capacidade do aparelho de ar condicionado do consultório médico, que na planilha de custos está indicado com 7.000 BTU sendo instalado equipamento de 6.000 BTU.

Observamos, ainda, alteração nas dimensões do sanitário destinado ao uso de deficientes físicos, uma vez que as medidas definidas no projeto dificultavam o ingresso no mesmo com cadeira de rodas. O consultório médico, sanitários e copa são localizados sob um mezanino possuindo pé-direito inferior a 2 metros. Para o acesso a estes cômodos, é necessário esquivar-se da viga de sustentação do mezanino, fato este que deveria ser considerado na elaboração do projeto da Agência.

Na **Agência Barreto/RJ** constatamos a inexistência de 2 bebedouros elétricos para 40 litros e de 15 luminárias de alto rendimento 4 X 20w completas.

JUSTIFICATIVA: Não foi apresentada justificativa.

RECOMENDAÇÃO: Recomendamos à Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística que oriente as unidades auditadas quanto ao reparo dos vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, por parte da contratada, de acordo com o que determina o artigo 69 da Lei nº 8.666/93 e que regularize as impropriedades apontadas. Essa constatação já foi objeto de recomendação no Relatório de Auditoria de Acompanhamento S/No de 6.11.2001 e nos Relatórios de Auditorias nºs 096166/2001, 111473/2002, 117146/2003 e 121104/2003, já encaminhados ao INSS.

Processo sem o Termo Aditivo de prorrogação de prazo, e Processo com o Termo Aditivo sem assinatura da contratada.

Na **Agência de Sapiranga/RS** foi constatado que o prazo de vigência do contrato nº 08/2002 terminou em 23.7.2002, não tendo sido formalizado o Termo Aditivo para sua prorrogação.

Não identificamos, no processo nº 35.270.000.592/01-46, Termo Aditivo de prazo ao Contrato nº 08/2002, firmado em 24.4.2002 entre a empresa Casa Maior Construções Ltda. e a Gerência-Executiva do INSS em Novo Hamburgo/RS.

Na **Agência de Taquara/RS** foi constatado que no Processo nº 35000.001506/2000-85 foram identificados 05 (cinco) termos aditivos ao contrato nº 2/2001, firmado em 4.5.2001 e vigência até 10.9.2001, merecendo as seguintes observações:

- o 5º Termo Aditivo, firmado em 8.3.2002, prorroga o contrato nº 12/2001 por 90 (noventa) dias. Tal termo não possui assinatura da contratada;
- alterações realizadas no projeto pelo 2º Termo Aditivo, conforme justificativa de aditivo contratual que o precede, foram a instalação de um transformador novo; impermeabilização da caixa d'água e laje de cobertura; revisão do telhado, que apresenta infiltrações; pintura externa, pois a mesma foi licitada parcialmente, ficando metade externa do prédio sem pintura; reforma na cantina e elevador para deficientes. Tais serviços poderiam ter sido previstos no Edital de Tomada de Preços nº 03/2000, visto que foram propostos pela fiscalização interna em momento anterior à confecção do mesmo;
- alterações realizadas no projeto pelo 4º Termo Aditivo, conforme proposta de execução de serviços da empresa BK Construções Ltda., foram a inclusão de divisórias, troca de posição de vidros temperados e Laudo Técnico de marquise. Conforme Demonstrativo de Pagamentos de Taquara, de 04/06/2002, parte integrante do processo, serão executados R\$ 2.513,70 desse aditivo, visto que as divisórias serão fornecidas pelo INSS de Brasília; e
- não foi identificado nos Termos Aditivos a existência de cláusulas visando a alteração do objeto proposto no instrumento contratual inicial, o Contrato nº 12/2001.

JUSTIFICATIVA: Quanto ao apontado na **Agência de Sapiranga/RS**, em resposta à Solicitação de Auditoria nº 099412-01, item 06, o Gestor ponderou: "Por um lapso não foi feito o termo aditivo em tempo hábil, sendo que o mesmo já foi providenciado."

O Gestor da **Agência de Taquara/RS** manifestou-se da seguinte forma: "Visto que a empresa tem sede em Santa Maria, os originais do Termo nº 5 foram remetidos pelo Correio, para assinatura e devolução, o que não ocorreu até a presente data. Mantemos uma cópia no processo para substituição posterior"

RECOMENDAÇÃO: Recomendamos o saneamento das pendências, se ainda for o caso, a estrita observância do constante nos artigos 57 e 65, e respectivos parágrafos da Lei nº 8.666/93. O fato já foi objeto de recomendação no Relatório de Auditoria de Acompanhamento nº 111473, de 18.12.2002.

Pagamentos contratuais (6.2.6.0003)

Nos exames efetuados com o intuito de comprovar a estrita observância das normas legais no pagamento dos valores contratados e identificar a inexistência de pagamentos sem cobertura contratual, foram observadas as seguintes constatações:

Pagamentos realizados em desacordo com os termos do contrato

Na agência Taquara/RS foram identificados pagamentos em favor da empresa BK Construções Ltda. com prazo diverso do determinado no Parágrafo Segundo da Cláusula Quarta - Do Pagamento do Contrato nº 12/2001, que

seria de até 10 (dez) dias após a comunicação pelo contratado da conclusão de cada etapa da obra.

JUSTIFICATIVA: O Gestor se manifestou da seguinte forma: "Em reunião registrada no processo, e motivado pelos fatos ocorridos e repetidamente relatados no processo, documentando os atrasos sofridos devido a dificuldade de desocupação da área térrea da obra, ocupada pelo SUS, foi aprovada a liberação de parcelas conforme o facultado no PARÁGRAFO PRIMEIRO, da referida CLÁUSULA QUARTA DO PAGAMENTO, "Na aferição das etapas serão medidos todos os serviços efetivamente realizados ..." ; e novo cronograma apresentado pela empresa, visando atualizar a previsão. O posterior atraso, prolongado até hoje, deve-se ao fato de não termos recebido da Direção Geral, móveis e divisórias conforme previsto, o que impossibilita a conclusão dos serviços lógicos, elétricos e de sinalização interna."

RECOMENDAÇÃO: Recomendamos à Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística que oriente as unidades auditadas quanto ao cumprimento do disposto no art. 66 da Lei nº 8.666/93, mais especificamente na observância do que foi avençado nas cláusulas contratuais. Essa constatação já foi objeto de recomendação no Relatório de Auditoria de Acompanhamento s/nº de 6.11.2001 e nos Relatórios de Auditorias nºs 096166/2001, 111473/2002, já encaminhados ao INSS.

Inspeção Física da Execução (6.02.07.0001):

Visando identificar a execução física do objeto contratado e analisar o quantitativo e a natureza qualitativa do efetivamente executado, face o objeto acordado, foram examinados os boletins de verificação física das execuções, elaborados pela Fiscalização Interna; verificado se o objeto do contrato foi recebido definitivamente por servidor ou comissão designada pela autoridade competente; se o contratado cumpriu exatamente com todas as cláusulas contratuais avençadas; e se houve inspeção das compras realizadas, dos serviços executados ou em execução e das obras.

Divergências observadas na inspeção

Da comparação de especificações, quantitativos e metragens previstas no projeto básico, verificaram-se as seguintes divergências:

Na Agência Amélia Rodrigues/BA

- 1) Vidro temperado para fachada: área prevista - 18,00m² área medida - 8,13m²; 2) Persianas: área prevista - 30m² área medida - 13,22m²; 3) Problemas de impermeabilização (existência de marcas na pintura das paredes internas, mais notadamente na parte inferior, próxima aos pontos elétricos).

Na Agência Riachão do Jacuipe/BA:

- 1) O memorial descritivo prevê, na página 07, que todas as portas internas seriam com almofadas. Verificou-se que apenas uma porta possui almofadas.
- 2) Basculantes de alumínio: previstos 06 de 2,40x0,70, 04 de 0,60x0,40; encontrados 05 de 2,00x0,60, 05 de 0,60x0,60
- 3) Janelas de alumínio: previstas 05 de 2,41x1,46, 02 de 0,80x1,10; encontradas 04 de 2,41x1,46 e 03 de 1,00x1,46
- 4) Ligações de bacias sanitárias em plástico. Na pág. 10 do Memorial Descritivo são previstas em metal cromado
- 5) Luminárias: Previstas 42unx40w e 03unx20w. Valor Total :R\$ 3.326,40. Encontradas 27unx40w e 10unx20w. Valor Total: R\$ 2.545,20. Diferença:R\$ 781,20*
*O cálculo baseou-se em valores unitários da proposta da empresa
- 6) Área de persianas prevista no orçamento: 40,00m². Área medida pela Equipe de Auditoria: 22,08m²
- 7) Área de auto-atendimento, espera e retaguarda sem interruptores (as luminárias são acesas diretamente no quadro de disjuntores)
- 8) Placas de isopor do forro quebradas.

- 9) Sinalização não concluída. Contudo, ao confrontar-se o 2º boletim de medição com o 4º, conclui-se que foi pago R\$ 10.761,44 por este item. Ressalta-se que o valor total previsto para este item na planilha orçamentária é de R\$ 8.823,06.
- 10) Consta da planilha de serviços extra-contratuais, utilizada como base ao aditivo de valor do contrato, o item aluguel (R\$ 650,00 mensais), totalizando R\$ 4.550,00. Conforme justificativas ao aditivo, trata-se de reembolso de despesas, referente a sete meses de aluguel com os quais a contratada arcou além do prazo contratual. Observa-se que o proprietário do imóvel declara ter recebido da contratada, neste período, o valor de R\$ 333,34 mensais. Por tratar-se de reembolso de despesas, o valor devido seria de R\$ $333,34 \times 7 = R\$ 2.333,38$.
- 11) O terceiro boletim de medição registra 30% de execução no período. Foi faturado 18%. No entanto, não constam, neste documento, informações sobre pendências ou irregularidades que resultaram na glosa.

Na Agência Iraquara/BA foi o seguinte:

- 1) Ligações de bacias sanitárias e lavatórios em plástico. Previstas cromadas no memorial descritivo fl. 40
- 2) Lavatório s/ coluna. Previsto c/ coluna na planilha orçamentária
- 3) Da sinalização constava apenas o módulo complementar externo, o que representa R\$ 1.830,15. Contudo, o Boletim da 3ª medição (complementar) aponta o item Sinalização como 100% medido (R\$ 6.424,51).
- 4) A área das divisórias de granito dos banheiros totalizam 7,74m², conforme medição realizada por esta Equipe in loco. Previsto no Orçamento Estimativo 18,27m² (diferença 10,53m² R\$ 1.648,80)
- 5) Problemas de impermeabilização e mofo. (marcas na pintura das paredes internas)

Quanto ao item 03, informa-se que ficou retido R\$ 6.000,00 do valor total do contrato + aditivo referentes a serviços de acabamento de instalações (elétricas, lógica e telefonia) e da sinalização. Contudo, não constam glosas, nos boletins de medição, que se refiram ao item sinalização."

Na Agência Rui Barbosa/BA foi o seguinte:

- 1) Portas em Madeira: Previstas no orçamento: 4 de 1,80x0,60; 1 de 2,10x0,90 e 6 de 2,10x0,60; Encontradas: 4 de 1,80x0,60 e 3 de 2,10x0,70
- 2) Bacias sanitárias sem assentos.
- 3) Sanitários p/ deficientes físicos s/ barra de apoio.
- 4) Há pontos elétricos e de lógica sem conclusão, contudo o 3º Boletim de Medição aponta este item como 100% medido.
- 5) Problemas de impermeabilização. (marcas na pintura das paredes internas, localizadas abaixo da janela)
- 6) Rodapé vinílico descolando e incompleto.
- 7) Manchas de pintura no piso korodur.
- 8) Um aparelho de ar-condicionado sem funcionamento.

Da soma dos três Boletins de Medição, verifica-se que restou saldo contratual de R\$ 24.182,05 referentes à sinalização que não fora instalada e ao aditivo de acréscimos e supressões que não fora medido."

Na Agência São Sebastião do Passé/BA foi a seguinte:

- 1) Ligações de lavatórios e bacias sanitárias em plástico - Na pág. 10 do memorial descritivo estão previstas em metal cromado.
- 2) O item "recuperação e reparo de piso cimentado", previsto inicialmente em 101,38m², foi acrescido, por meio do aditivo de acréscimos, supressões e serviços extras, em 314,35m², totalizando 415,73m².
- Foi medida, por esta Equipe de Auditoria, a área do piso cimentado em toda a lateral da agência, chegando ao total de 324,57m².
- 3) Problemas de impermeabilização. (existência de marcas na pintura das paredes internas, localizadas sob as janelas).

4) Manchas amareladas no piso vinílico.

5) Num dos telhados da área do SUS, há uma telha de rufo quebrada e telhas desgastadas, necessitando de substituição.

Havia previsão, no aditivo de acréscimos e supressões, de revisão do telhado na área do SUS.

JUSTIFICATIVAS: A **Agência Amélia Rodrigues/BA** não foi apresentada justificativa formal.

A **Agência Riachão do Jacuípe/BA** apresentou a seguinte justificativa: "Em reunião com o servidor designado para fiscalizar o contrato, em 03.09.2002, foram prestadas por este as seguintes informações:

- Quanto ao item 01 é recomendável que apenas a porta que tem contato com ambiente externo tenha a superfície com almofadas. Ademais, o valor da porta com ou sem almofadas é aproximadamente o mesmo.
- Quanto aos itens 02 e 03 os basculantes e janelas de maiores dimensões deveriam sofrer supressão de uma unidade para cada item, na planilha orçamentária. Contudo, equivocadamente, as supressões incidiram sobre os de menores dimensões.
- Sobre o item 06, a persiana a ser instalada na porta de entrada, conforme solicitação encaminhada à empresa contratada, compensará esta diferença.
- Quanto ao item 08, consta dos autos do processo licitatório, correspondência do fiscal encaminhada a empresa contratada solicitando substituição das placas de isopor quebradas e fixação com presilhas.
- Em relação ao item 09, o saldo contratual refere-se aos serviços não concluídos e, mesmo havendo medição a maior neste item, o valor total pago à contratada não irá superar o valor contratado."

A **Agência Iraquara/BA** não apresentou justificativa formal.

A **Agência de Rui Barbosa/BA** apresentou a seguinte justificativa: "As pendências apontadas nos itens 02 e 03 já haviam sido identificadas pelo fiscal do contrato e notificadas à empresa contratada."

A **Agência São Sebastião do Passé/BA** justificou o seguinte: "Com relação ao item 02, o fiscal do contrato informou que também foi recuperado o piso cimentado do passeio externo da agência, em que pese a justificativa ao aditivo prever apenas o passeio interno."

RECOMENDAÇÃO: Recomendamos à Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística que oriente e adote providências junto às unidades auditadas, quando da elaboração do projeto básico e projeto executivo, no sentido de cumprir o que determina os incisos IX e X, do art. 6º, da Lei no 8.666/93, com vistas a evitar a ocorrência de irregularidades dessa natureza.

Recomendamos, ainda, a regularização das irregularidades apontadas e que os valores pagos a maior sejam abatidos/compensados nas medições/faturas subsequentes, ou ainda, se for o caso, que seja imputada a responsabilidade de quem lhes tenha dado causa, com abertura de Tomada de Contas Especial. Essa constatação já foi objeto de recomendação no Relatório de Auditoria de Acompanhamento s/nº de 6.11.2001 e nos Relatórios de Auditorias nºs 096166/2001, 111473/2002, 117146/2003 e 121104/2003, já encaminhados ao INSS.

Ausência no processo de Boletins de Medição 0001):

Foi identificado nas **Agências Porto Alegre/RS** e **Paraíba do Sul/RJ** que no processo não constam boletins de medição da obra, elaborados pela fiscalização interna.

Na **Agência Taquara/RS**, não consta no processo boletim de medição da obra, amparando o pagamento da Nota Fiscal nº 3673, referente à execução do Contrato nº 12/2002.

JUSTIFICATIVA: Questionada por meio da SA nº 099418-02, a **Agência Porto Alegre/RS** informou:

"O referido contrato foi assinado em 06/08, com 10 dias para realmente iniciar a obra, portanto o início efetivo da obra ocorreu mais ou menos dia 16/08, e até agora não foi feito nenhum pagamento".

O Gestor de **Paraíba do Sul/RJ**, por meio do Ofício nº 124/2002 INSS/GEXPTP/GAB, de 7.8.2002, manifestou-se da seguinte forma:
 "(...) conforme informação do engenheiro fiscal a empresa não encaminhou os boletins de medição do 1º e 2º pagamentos.
 Constam somente dos autos do processo, planilhas de medição dos 2 pagamentos, atestadas pelo engenheiro fiscal".

O Gestor em **Taquara/RS** apresentou a justificativa que segue:

'Solicitados a disponibilizar os Boletins de Medição objeto do pagamento das Notas Fiscais nºs 3569, 3673 e 3674 através da Solicitação de Auditoria nº 099413/01, a Entidade respondeu da seguinte maneira:

"Os serviços referidos na nota fiscal nº 3569, correspondem a parte não executada dos serviços medidos no boletim nº 5 do termo aditivo nº 1, parcela final;

Os serviços referidos na nota fiscal nº 3673 correspondem a parte não executada dos serviços medidos no boletim nº 5 do objeto contratual, parcela final;

A cópia do boletim de medição correspondente a Nota Fiscal nº 3674 foi anexada.

Solicitamos que a empresa BK Construções Ltda., nos encaminhe cópia dos boletins solicitados, das parcelas finais; do principal e do Termo Aditivo nº 1."

Não foi identificado no Boletim de Medição no 5 a medição dos serviços correspondentes ao pagamento da Nota Fiscal nº 3673. Portanto, recomendamos anexar ao Processo nº 35000.001506/2000-85 o Boletim de Medição de serviços referente ao pagamento efetuado da Nota Fiscal no 3673, para acompanhamento da execução da obra. Caso os valores venham a ser divergentes, deverá ser feito o recolhimento da diferença.

RECOMENDAÇÃO: Recomendamos à Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística que oriente as unidades auditadas quanto ao cumprimento do disposto no art. 67, da Lei nº 8.666/93, de forma que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada, no sentido de se evitar o risco de pagamentos sem a respectiva contraprestação de serviço ou com antecipação em relação à execução das obras. E que se tenha em mão documento ou relatório de realização de medição física de cada etapa da obra, nos moldes preceituados pela legislação. Essa constatação já foi objeto de recomendação no Relatório de Auditoria de Acompanhamento s/nº de 6.11.2001 e nos Relatórios de Auditorias nºs 096166/2001, 111473/2002, 117146/2003 e 121104/2003, já encaminhados ao INSS.

Na Agência de Paraíba do Sul a obra foi paralisada antes de seu término, com 64,88% de seu preço total faturado, fato este que a seguir transcrevemos:

"O exame do processo nº 35323.001360/00-34 permitiu constatar que a obra foi paralisada antes de seu término, com 64,88% de seu preço total faturado. A ausência de boletins de medição não possibilitou a apuração do percentual físico concluído.

O INSS expediu os ofícios GEXPTP/ADM nº 24/2001 de 29.10.2001 e GEXPTP/ADM nº 25/2001 de 7.11.2001 notificando a firma a retomar as atividades paralisadas. Posteriormente, mediante os ofícios INSS/GEXPTP nº 66/2001 de 28.12.2001 e INSS/GEXPTP nº 07/2002 de 16.1.2002, a firma recebeu Aviso de Multa com base nos itens "b", "c" e "e" e parágrafo segundo da cláusula décima-primeira do contrato nº 008/2001.

Por fim, foram convidadas as 2ª e 3ª classificadas no certame licitatório para a conclusão da obra pelos preços ofertados pela proposta vencedora, não tendo havido manifestação de interesse, razão pela qual será realizado novo certame licitatório para execução do remanescente da obra e sua conclusão."

RECOMENDAÇÃO: Recomendamos que a Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística adote providências, objetivando a conclusão do remanescente da

obra, mantendo-se o projeto, especificações e quantitativos originais, conforme as recomendações da CGU-RJ.

Inefetividade das obras de melhoria realizadas no posto da Previdência Social em Barreto, Niterói/RJ

Conforme consta no relatório elaborado pela CGU-RJ, na **Agência de Barreto, Niterói/RJ**, ocorreu "Inefetividade das obras de melhoria realizadas no posto da Previdência", visto que o posto não está funcionando nas novas instalações, embora as obras contratadas tenham sido concluídas em 31.12.2001.

As obras iniciaram em 16.4.2001, por conta do Contrato assinado com a firma Navele Engenharia Ltda. em 11.4.2001, alterado em prazo pelos termos aditivos descritos no item 4.2.2.1 deste Relatório.

Do exposto, infere-se que as providências a cargo da Coordenação Geral de Logística não foram efetivadas, sendo que o posto transformado permanece indisponível até esta data, portanto há 7 meses, ressaltando-se que a população vem sendo atendida precariamente nas instalações antigas.

A propósito, cabe comentar que o posto transformado resultou de aproveitamento de parte da edificação já existente, localizada adjacente a uma favela que, segundo o fiscal da obra, representa risco ao patrimônio do INSS, e à integridade física das pessoas. Por conta disso, o Diretor Administrativo da Agência adiantou estarem em exame providências no sentido de realizar desmembramento, de modo que o SPIU fique com a propriedade de parte da área, enquanto o local ocupado pela edificação e pelo posto transformado permaneceria como propriedade do INSS.

JUSTIFICATIVA: A Gerência Executiva do INSS manifestou-se da seguinte forma: "Não disponibilização dos móveis e divisórias pela Coordenadoria Geral de Logística/INSS, em Brasília, necessários ao término da obra e liberação ao público."

RECOMENDAÇÃO: Recomendamos que a Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística providencie, no mais curto prazo possível, os meios necessários ao término das obras na Agência Barreto/Niterói, particularmente quanto à instalação de divisórias e mobiliário, a fim de viabilizar o funcionamento da agência e liberá-la ao atendimento da população, cumprindo o objetivo do Programa de Melhoria do Atendimento da Previdência Social. Essa constatação já foi objeto de recomendação no Relatório de Auditoria de Acompanhamento s/nº de 6.11.2001 e nos Relatórios de Auditorias nºs 096166/2001, 111473/2002, 117146/2003 e 121104/2003, já encaminhados ao INSS."

Em resposta às recomendações contidas no **Relatório de Auditoria nº 132568/2003**, o Gestor enviou o Ofício nº 1546, de 30.12.2003, com o seguinte teor:

"Cumpre-nos inicialmente informar que a recorrência das falhas e irregularidades já registradas em relatórios anteriores deve-se à contratação das obras e seu desenvolvimento no mesmo lapso de tempo, fato que não ensejou a necessária rapidez e efetividade de ações que pudessem mitigar tais recorrências, aliado ao reduzido quadro de profissionais desta Coordenação e aos escassos recursos disponibilizados para o exercício, face à multiplicidade de nossas demandas.

Não obstante a dificuldade acima descrita, no decorrer do presente exercício, foram implementadas ações que pudessem orientar aos gestores dos contratos, tais como: memorandos às Gerências Executivas com recomendações pertinentes à regularização dos contratos em acordo com recomendações de relatórios de auditorias anteriores, seminários da DIROFL, onde foi exposta a necessidade de melhor formalização e acompanhamento das contratações, elaboração de manual visando a orientação para a elaboração de projetos básicos para a transformação das APS dentro do Programa de Melhoria de Atendimento. Encaminhamos anexo

minuta de memorando circular para que sejam científicas as Gerências Executivas das recomendações exaradas no relatório de auditoria em foco. Paralelamente sugerimos seja autorizada a programação de supervisões específicas das obras das seguintes APS objeto de análise no relatório, objetivando implementar ações possíveis para a regularização dos contratos:

- APS Paraíba do Sul/RJ (a abertura da licitação para a contratação da retomada da obra está marcada para 18.12.2003, processo nº 35323.000462/2002-39
- APS São José do Vale do Rio Preto/SP
- APS Barreto/RJ;
- APS Taquara/RS;
- APS Amélia Rodrigues/BA;
- APS Jacuípe/BA;
- APS Rui Barbosa/BA;
- APS Iraquara/BA;
- APS São Sebastião do Passé/BA."

AVALIAÇÃO DA SFC: Por meio de ações junto aos gestores dos contratos, a Unidade vem adotando as medidas necessárias para regularização dos fatos apontados no Relatório de Auditoria nº 132568/2003. Entende-se que as falhas identificadas no Programa de Melhoria de Atendimento - PMA precisam ser corrigidas, mas face à grande capilarização das APS, é importante que ocorra esta descentralização, no sentido de prover as APS dos mecanismos necessários à normalização da situação.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Consta do Registro de Negociação referente ao Relatório de Auditoria de Gestão nº 117146/2003 que a Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística/INSS, por meio dos Ofícios nºs. 1.083, 1.142 e 1.202/INSS/DCPRES, datados de 4.9.2003, 17.9.2003 e 2.10.2003, respectivamente, informou que:

- Foi criado mediante Portaria, Grupo de Trabalho para reavaliar e modificar as especificações constantes nos Projetos Básicos. Previsão DEZ/2003.
- Foram expedidos memorandos para as respectivas Gerências, apontando as irregularidades e determinando que fossem adotados procedimentos licitatórios e gestão de contratos conforme a legislação vigente. Previsão DEZ/2003.

Ainda sobre o assunto, o Gestor informou no Relatório de Gestão do exercício de 2003, as seguintes medidas:

"Neste exercício não foram autorizadas contratações de novas obras. Além de darmos continuidade às obras iniciadas em 2002, foram autorizadas obras que estavam paralisadas (APS de Tatuí - SP e Paraíba do Sul - RJ) A não autorização de novas obras teve como objetivo:

- A não conclusão das obras iniciadas em 2002;
- A revisão das especificações técnicas;
- A revisão no processo de contratação de obras;
- Os estudos visando minimizar os problemas na gestão e fiscalização das obras;
- A melhoria no planejamento das obras, na escolha das Agências a serem reformadas, com estudos de critérios técnicos junto à Controladoria;
- O reforço das normas e orientações na área de engenharia, para atender as recorrentes recomendações dos órgãos de controle interno e externo."

AVALIAÇÃO DA SFC:

Não houve informação quanto à adoção de procedimentos para instauração de processos administrativos disciplinares visando à apuração de responsabilidade e de possíveis prejuízos causados à Instituição. Portanto, o assunto permanece PENDENTE.

4.1.2.8 CONSTATAÇÃO:

AÇÕES DE CONTROLE NA ÁREA DE SUPRIMENTO DE BENS E SERVIÇOS - CONVÊNIOS

- NOTA/DSPAS/SFC/MF nº 202, de 26/10/2001 - INSS e CONTAG (item 4.2.2.11.1 do Relatório de Auditoria de Gestão nº 117146/2003)

Em relação às ações de controle na área de Suprimento de Bens e Serviços - Convênios, foi citado no Relatório de Auditoria de Gestão nº 117146/2003 o seguinte:

"Análise de aspectos do convênio celebrado, em 06/04/1999, entre o INSS e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG, no que tange à denúncia de fraudes ocorridas na Previdência com benefícios da área rural, pela emissão de certidões falsas de exercício de atividade no meio rural.

No tocante ao caso em questão, foi recomendado no Relatório de Auditoria de Avaliação da Gestão nº 087911/2002, que fosse revisto o disposto na letra "a" do Parágrafo Segundo da Cláusula Segunda do Convênio, uma vez que há necessidade de comprovação, por documento, da autorização para o desconto de mensalidades dos Associados dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais legalmente reconhecidos, filiados à CONTAG, o que vem sendo processado por meio magnético, conforme prevê o Termo de Convênio. Conforme consta do Relatório Final de Auditoria do INSS, de 21 de junho de 2002, o Instituto realizou trabalhos de auditoria em várias regionais, apresentando como conclusão que:

"(...) a emissão de Declaração de Exercício de Atividade Rural falsas decorre exatamente da falta de critérios determinados na legislação, por parte dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais. Sendo assim, entendemos que a CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, órgão controlador dos referidos Sindicatos, seja cientificada de todas ocorrências de irregularidades envolvendo seus filiados. Dessa forma, tanto o Sindicato, emissor de declarações falsas, quanto a CONTAG, sejam solidários com as penalidades previstas em lei, bem como com o ressarcimento dos valores recebidos indevidamente, no caso de concessão de benefícios."

JUSTIFICATIVA: O Gestor informou que: "O convênio celebrado entre o INSS e a CONTAG está sendo revisto conforme minuta de Termo Aditivo (...).O art. 115 da Lei nº. 8.213, de 24 de julho de 1991, dispõe que:

'Podem ser descontados dos benefícios: (...)

V - mensalidades de associações e demais entidades de aposentados legalmente reconhecidas, desde que autorizadas por seus filiados.'

Com relação a letra "a" do Parágrafo Segundo da Cláusula Segunda do Convênio, a mesma permaneceu inalterada. Nos preocupa a solicitação contida na Nota Técnica 202/2001 - DSPAS/SFC/MF, de que o INSS deve proceder os descontos mediante a apresentação das autorizações dos beneficiários, esta ação acarretará grande prejuízo ao atendimento daqueles segurados que estão requerendo benefícios, sem contar que passaremos a trabalhar para a CONTAG.

Atualmente a responsabilidade pelo desconto é da CONTAG numa relação entre associado e Sindicato, sendo os custos de processamento dos descontos pagos pela citada Entidade."

Ainda, por meio do Of./INSS/DCPRES nº 127, de 31/01/2003 e Memo/INSS/CGBENEF nº 21, de 24/01/2003, o gestor encaminhou cópia da minuta de convênio a ser firmado com a CONTAG, que em sua Cláusula Segunda, alíneas "a" e "b" determina, como obrigações do INSS, receber, no ato da concessão do benefício, nas Agências da Previdência Social, a autorização do segurado para que possa promover o desconto referente as mensalidades, nos benefícios dos associados dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, filiados à CONTAG e, também, promover o cancelamento do desconto da mensalidade quando requerida pelo segurado.

AValiação DA SFC: Considerando o argumento do gestor de que a apresentação de documentos comprobatórios acarretará grande prejuízo ao atendimento dos segurados, esta SFC não está enxergando que prejuízo seria esse, uma vez que seria apenas cobrado pelo servidor do INSS ao segurado a apresentação do documento autorizando o desconto para a CONTAG.

Esclarecemos, ainda, que esse procedimento, além de ser uma exigência legal, melhoraria os mecanismos de controles internos da Instituição, haja vista a constatação da Auditoria Geral do INSS sobre declarações falsas apresentadas. Contudo, o gestor elaborou nova minuta visando regularizar a questão em pauta, porém o assunto ainda continua PENDENTE.

RECOMENDAÇÃO: Que a Unidade adote providências imediatas de modo a regularizar as situações de pendências existentes."

Consta como medidas adotadas após o Registro de Negociação referente ao Relatório de Auditoria de Gestão nº 117146/2003, que a Diretoria de Benefícios, por meio do Ofício nº 1.083/INSS/DCGAB, de 4.9.2003, informou que: "(...) em 24.4.2003, foi realizada reunião com representantes da Diretoria de Benefício, SFC, CONTAG, COBAP e SINDNAP, com o objetivo de discutir a operacionalização dos convênios em vigor com desconto de mensalidades - art. 115 da Lei nº 8.213/91 (...)."

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Devido a SFC ter considerado como não atendida a recomendação formulada no Relatório de Auditoria de Gestão nº 117146/2003, a Auditoria Geral, por meio do Ofício AUDGER/INSS nº 022, de 12.03.2004, informou o que segue:

"(...)celebrado novo convênio, publicado no Diário Oficial da União em 16.1.2004, com as devidas alterações solicitadas pela Secretaria.

Com relação à solicitação de informações dos trabalhos desta Auditoria relativas às fraudes ocorridas na Previdência Social com benefícios da área rural, informamos que, desde o ano de 2001, foram realizadas 408 Ações de Auditoria nas Agências de Previdência Social.

Informamos, ainda, a realização do Fórum entre a Auditoria e a Área de Benefícios no período de 21 a 25.10.2002, onde foi discutido dentre outros, a questão da comprovação de período de exercício de trabalho rural, mediante declaração expedida por Sindicatos de Trabalhadores Rurais, o que motivou o encaminhamento do Ofício INSS/AUDGER nº 00159/2003, à Consultoria Jurídica do Ministério da Previdência Social, resultando na emissão do PARECER/CJ/nº 3136/2003, devidamente aprovado pelo Senhor Ministro em 23.9.2003.

Da emissão do Parecer veio a modificação dos artigos que tratam da orientação e fundamentação da concessão de benefícios de trabalhadores do meio rural no que concerne à comprovação do período de exercício de atividade rurícola, conforme Instrução Normativa nº 95 de 7.10.2003, que esta Auditoria entende ser um fator que colabora no sentido de minimizar a margem de risco do INSS na concessão daqueles benefícios.

Não obstante, está previsto no PAAAI - 2004 Programa de Auditoria, de caráter nacional, visando avaliar a evolução do risco ora tratado após a edição da IN/95".

AValiação DA SFC:

Tendo em vista as providências adotadas, consideramos o assunto regularizado.

- NOTA/DSPAS/SFC/MF nº 249, de 10.12.2001 - Irregularidade no Convênio INSS e CETEAD (item 4.2.2.11.1 do Relatório de Auditoria de Gestão nº 117146/2003):

"Análise do Processo nº 44000.029441/98-02, alusivo ao Convênio s/nº celebrado entre o INSS e o Centro Educacional de Tecnologia em Administração - CETEAD, e Termos Aditivos, visando a realização de ações que possibilitem a implantação de programas de modernização da rede de atendimento à clientela previdenciária, atividade e serviços de capacitação e profissionalização no âmbito do Instituto, bem como implantação de programa de desenvolvimento gerencial integrado na busca de melhoria de qualidade da prestação de serviços; aumento do grau de satisfação do cliente e melhoria da capacitação dos recursos humanos do INSS.

No Relatório de Auditoria de Gestão nº. 087911/2002, no item 6.1.5, foi relatado o seguinte:

"Foi constatada a ocorrência de irregularidades na gestão do convênio, como: dispensa de licitação fora das hipóteses previstas em lei (art. 89 da Lei nº 8.666/93); antecipação de pagamento sem a contraprestação dos serviços (alínea "c" do art. 65 da Lei nº 8.666/93); infringência ao art. 38 do Decreto nº 93.872,86, que dispõe que "não será permitido o pagamento antecipado de fornecimento de materiais, execução de obra, ou prestação de serviços...; liberação de verba sem a estrita observância das normas pertinentes ou influir de qualquer forma para a sua aplicação irregular (art. 10, inciso XI da Lei nº 9.429/92).

Embora a despesa tenha sido classificada como Convênio, na modalidade de Aplicação Direta, por não ser contemplado no orçamento do INSS a natureza de despesa de Transferência, evidenciamos pagamentos a empresas privadas do ramo de informática para desenvolvimento de aplicativos para recuperação e tratamento de informações gerenciais e alimentação de bancos de dados (digitação), ou seja, prestação de serviços que obrigatoriamente deveriam ser licitados.

Na prestação de contas do CETEAD, observamos que do valor liquidado de R\$ 7.252.166,34, foram despendidos com Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 96,7%, que de acordo com as ordens bancárias verificadas, referem-se a pagamentos a empresas de informática, descaracterizando o conceito de aplicabilidade de Convênio. Do total liquidado, constatamos que o valor de R\$ 177.728,79 não foi comprovado pelo CETEAD.

Em razão dessas irregularidades foram feitas as seguintes recomendações: ressarcimento ao cofres do INSS do saldo existente de R\$ 177.698,81 devido à ausência de prestação de contas do referido valor e abertura de processo administrativo com vistas a apurar a responsabilidade de quem deu causa de ato em desacordo com a legislação vigente.

Por meio do Ofício/DSPAS/SFC/MF/nº 6.010/2001, foram solicitadas informações sobre o desenvolvimento e os resultados operacionais alcançados com a implantação das soluções de melhoria de gestão nas áreas de Arrecadação e Fiscalização, Benefícios e Procuradoria, bem como a situação atual de utilização. Em resposta, o INSS informou que por problemas técnicos, foi interrompida a manutenção do sistema na área de Arrecadação e Fiscalização, porém não constam informações sobre o desempenho do sistema nas áreas de Procuradoria e Benefícios igualmente abrangidas no objeto do convênio. Em nossa avaliação, o investimento realizado pelo INSS no desenvolvimento do SIGS - Sistema de Informações do Gerenciamento por Segmentação, não alcançou o êxito desejável em relação ao previsto no objeto do convênio, tendo em vista as dificuldades

operacionais na execução do projeto que teve sua manutenção interrompida desde janeiro/2001. O produto gerado foi antieconômico para o Instituto, ocasionando dano ao Erário, em torno de R\$ 2.670.000,00, sem levar em consideração os gastos com treinamento de servidores.

Justificativa do Gestor: Em 01/04/2002, foi recebido o Ofício/INSS/DCGAB/nº487, informando que o processo alusivo ao convênio celebrado entre o INSS e CETEAD foi encaminhado, no dia 13/03/2002, ao Diretor de Orçamento, Finanças e Logística, depois de uma rápida passagem pela Consultoria Jurídica do MPAS, na mesma data. Contudo, o Ofício/INSS/AUDGER nº 00094, de 03/04/2002, informou que o processo estará sendo instaurado em 15 de abril do corrente ano. Após a leitura da versão preliminar deste relatório, o gestor informou que: "o Processo Administrativo Disciplinar foi instaurado em 15 de abril de 2002, através da Portaria INSS/AUDGER nº 26 de 15 de abril de 2002, publicada no BS 78 da mesma data" (Memorando INSS/AUDGER nº 00138, de 17/05/2002).

Recomendação: Mantemos as recomendações contidas na Nota Técnica DSPAS/SFC/MF nº 249/2001, ressaltando, ainda, a necessidade de se apurar responsabilidades pelos prejuízos causados em decorrência do abandono referente a aquisição e definição do produto 'SIGS'."

Foram solicitadas informações quanto à implementação das recomendações, bem como o resultado do processo instaurado.

JUSTIFICATIVA: Mediante informações constantes do Anexo ao Ofício DIROFL/nº 1966, de 11/12/2002, com relação ao imediato ressarcimento do montante de R\$ 177.698,81 levado ao crédito do CETEAD, foram adotadas providências visando sanar a irregularidade, conforme Ofício DIROFL/nº 1965, de 11/12/2002, dirigido ao CETEAD solicitando o devido ressarcimento. Com relação a abertura de processo administrativo para apurar responsabilidade de quem deu causa ao problema, o mesmo foi instaurado em 15/04/2002, por meio da Portaria INSS/AUDGER/nº 26, publicada no BS 78 de mesma data. O processo encontra-se em andamento.

AValiação DA SFC: Ante as providências em andamento, adotadas pelo gestor, o assunto permanece PENDENTE de regularização, inclusive, necessitando de medidas para abertura de Tomada de Contas Especial - TCE.

RECOMENDAÇÃO: Que o INSS adote providências para abertura de TCE".

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

A justificativa do Gestor encontra-se detalhada no item 4.1.1.6.6 deste relatório, relativo à Atuação do TCU/SECEX, que trata dos Acórdãos nº 816/2003 e nº 1.850/2003, ambos do TCU - 2ª Câmara.

AValiação DA SFC:

Verifica-se que o Gestor adotou providências para o saneamento dos fatos apontados, porém constata-se que: não foi concluído o PAD dos demais responsáveis arrolados, não foram concluídos os trabalhos de avaliação da qualidade dos sistemas implementados pelo CETEAD, não foi concluída a sindicância referente aos pagamentos da aposentadoria do Sr. Crésio de Matos Rolim e, ainda, não foi encaminhado o resultado dos trabalhos da Comissão de Tomada de Contas Especial. Diante do exposto, verifica-se que o assunto encontra-se PENDENTE de regularização, conforme já relatado no item 4.1.1.6.6 deste relatório.

4.1.2.9 INFORMAÇÃO:

AÇÕES DE CONTROLE NA ÁREA DE SUPRIMENTO DE BENS E SERVIÇOS - CONTRATOS

No Relatório de Auditoria de Gestão nº 117146/2003, foi constatada/informada a seguinte situação com relação à Área de Suprimento de Bens e Serviços do INSS:

- **Relatório de Auditoria de Gestão nº 087911/2002 - Irregularidade no Contrato com a BRADIV - Processo nº 35000.004818/97-37 (item 4.2.2.8.1 do relatório de auditoria de gestão nº 117146/2003)**

"IRREGULARIDADE NO CONTRATO COM A BRADIV - PROCESSO nº 35000.004818/97-37

No Relatório de Auditoria de Gestão nº 087911/2002, referente ao exercício de 2001, foi relatado no item 1.1.3 - Atuação das Unidades da SFC, letra "o", tópico relativo à análise do Contrato nº 17/97 - INSS/BRADIV Indústria e Comércio Ltda. - ref. Concorrência 003/97. (Proc. 35000.004818/97-37) sobre a execução dos serviços de instalação de divisórias, incluindo o fornecimento, remanejamento, remoção e montagem de divisórias, confecção e desmontagem de armários e divisórias, nas Unidades do INSS do DF, com transporte de materiais às expensas da empresa contratada no valor de R\$ 3.200.000,00. Dessa forma, foi solicitado ao INSS informar as providências adotadas pela Procuradoria Geral, com vistas à apuração de responsabilidade de Procuradores Federais envolvidos nas irregularidades verificadas no alusivo contrato. O Instituto, por meio do Ofício/INSS/AUDGER nº 00094, de 03/04/2002, informou que foi instaurado processo administrativo pela Corregedoria, e que o mesmo se encontrava em fase final de instrução. O relatório da Comissão de Inquérito, instituída por meio da Portaria/INSS/CORREG nº 007, de 27.07.2001, teve por objetivo a apuração de responsabilidade a quem deu causa aos prejuízos decorrentes da contratação da empresa BRADIV, cujos aditamentos majoraram em 273% (duzentos e setenta e três por cento) o contrato inicial. Conforme o relatório, a procuradora federal ALICE AIKO FUJIOKA YAMADA foi indiciada por infringência ao art. 116, I e II, da Lei nº 8.112/90 (não exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo e não observar as normas legais e regulamentares, respectivamente) e a procuradora federal MARIA OTERLINA CARVALHO por infringência ao art. 116, I, da Lei nº 8.112/90. Sobre a referida contratação, o Tribunal de Contas da União proferiu a Decisão 527/2002 - 2ª Câmara, Seção de 22.10.2002, publicada no D.O de 18.11.2002, considerando necessária audiência para oitiva de administradores e procuradores federais responsáveis pela contratação da empresa BRADIV, em razão das irregularidades e prejuízos constatados.

Justificativa do Gestor: Por meio do Ofício INSS/AUDGER nº 00015, de 20.01.2003, foi encaminhado a esta SFC despacho do Sr. Procurador Geral Federal, de 20.12.2002, aprovando o contido no Parecer nº 075/PGF/CWFF/2002, de 18.12.2002, que refuta as conclusões exaradas no relatório da Comissão de Inquérito, culminando com a absolvição das Procuradoras Federais ALICE AIKO FUJIOKA YAMADA e MARIA OTERLINA CARVALHO. O Parecer nº 075/PGF/CWFF/2002, considerou o relatório da Comissão omissivo e não conclusivo, afrontando o art. 165 da mesma Lei. E, ainda, que a infração, além de não ter sido comprovada, teve prescrita sua ação em decorrência da não efetivação de punição às indiciadas por parte da Administração. Dentre as alegações contidas no mencionado parecer, consta que: os atos praticados pelas indiciadas limitaram-se a pareceres exarados em minuta de edital de licitação e prorrogações, por Termo Aditivo, com objeto diverso da contratação inicial; que as procuradoras apenas deram cumprimento ao disposto no art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93; e que, apesar da emissão de juízo de valor sobre a minuta de edital de licitação, o parecer somente terá validade jurídica com a aprovação pelo Procurador-Chefe, Procurador- Geral do órgão e pelo Administrador, inferindo, portanto, que as peças editadas pelas indiciadas, por não serem vinculantes, não poderiam criar

responsabilidade solidária das autoras com as autoridades que praticaram o ato administrativo. Ressalta, ainda, que os pareceres atestam que a minuta do edital está de acordo com as normas legais e regulamentares, não cabendo juridicamente às autoras adentrar no enquadramento do objeto a ser licitado, pois tal tarefa é de responsabilidade do administrador e a responsabilidade perante as irregularidades deve ser atribuída a quem autorizou a despesa, concluindo assim, por isentar de quaisquer responsabilidades as procuradoras federais.

Avaliação da SFC: À vista do exposto, verifica-se que apesar das irregularidades praticadas não houve punição para os envolvidos, sendo inclusive absolvidos conforme relato.

Entretanto o assunto encontra-se em fase de audiência pelo TCU. Em razão de notícia veiculada pelo jornal "O Globo" referente a indícios de irregularidades nos contratos do INSS com as empresas BRADIV e AMANA KEY, esta SFC, por meio da Nota Técnica nº 477/DSPAS/SFC/CGU-PR, de 9 de junho de 2003, procedeu a atualização das informações sobre as referidas empresas, conforme solicitado na Nota Técnica s/nº 2003/COR, - Área Social/E.R.R.M.F., alíneas "a" a "f". Com relação às alíneas "a" a "e", que tratam da empresa BRADIV, foi informado que em relação ao processo administrativo disciplinar referente ao contrato INSS e BRADIV, o senhor Procurador-Geral Federal da AGU determinou o arquivamento do processo em relação às procuradoras, restando, tão-somente, o julgamento em relação aos demais servidores do Instituto, bem como que o assunto encontrava-se no âmbito do TCU".

Consta do Registro de Negociação referente ao Relatório de Auditoria de Gestão nº 117146/2003, no item que trata das medidas adotadas pelo Gestor, as seguintes informações:

"A Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística/INSS, por meio dos Ofícios nºs 1.083, 1.142 e 1.202/INSS/DCPRES, datados de 04.09.2003, 17.09.2003 e 02.10.2003, respectivamente, informou que o processo encontra-se atualmente na Consultoria Jurídica do Ministério da Previdência Social aguardando julgamento quanto aos demais servidores. A Decisão nº 527/2002 - TCU/2ª Câmara (TC nº 004.085/2002- 2), também determinou:

"8.1. converter os presentes autos em Tomada de Contas Especial, nos termos do art. 47 da Lei nº 8.443/92, c/c o art. 197 do RI/TCU, visando à recuperação dos débitos decorrentes da assunção indevida de despesas pelo INSS, no valor de R\$ 1.212.086,67, referentes à realização de transporte de móveis para agências localizadas em diversas regiões do país, quando a Cláusula Décima do Contrato nº 17/97, assinado com a empresa Bradiv Indústria e Comércio Ltda., atribuiu à contratada a responsabilidade pelo transporte, remetendo-se os autos à 4ª Secex para que esta proceda à correta quantificação do débito, com vistas à posterior citação dos implicados".

Por meio dos Ofícios nºs 592 a 599/TCU/4ª Secex, de 27/08/2003, foram citados, para apresentação de alegações de defesa ou recolhimento de valores aos cofres da União, os seguintes responsáveis: Nevaldo Luiz Marques da Cruz Lima, Henrique Vieira Ferrari, Paulo Roberto Tannus Freitas, Arnaldo Nogueira de Lima, Israel Souza Castro, Renato Vieira Oliveira, Coaracy Jorge Carneiro Serra e Ana Maria Bandeira Garcia.

Após as informações prestadas pelo Gestor, consta no citado Registro de Negociação a seguinte **Avaliação da SFC:**

"O item encontra-se PENDENTE de providências por parte da Consultoria Jurídica - CJ/MPS, necessitando de cobrança e informação do INSS à CJ. Sobre este assunto o TCU encaminhou a esta SFC, para conhecimento, Ofício nº 602, de 28.08.2003, referente à TC 004.085/2002-2, informando que

encaminhou Ofícios aos Srs. Nevaldo Luiz Marques da Cruz Lima, Henrique Vieira Ferrari, Paulo Roberto Tannus Freitas, Arnaldo Nogueira de Lima, Israel Souza Castro, Renato Vieira Oliveira e Coaracy Jorge Carneiro Serra e à Sra. Ana Maria Bandeira Garcia, para que no prazo de 15 dias apresentem alegações de defesa ou recolham aos cofres do INSS o valor total de R\$1.212.086,67 a ser atualizado monetariamente e acrescido de juros mora.

Esclarecemos ainda que a Comissão de Acompanhamento e Revisão de Apurações relativas ao INSS e a DATAPREV, instituída pela Portaria nº 445/2003, em reunião com o Corregedor do INSS solicitou informações sobre a situação do procedimento disciplinar. E, ainda, por meio do Aviso nº 535/CGU-PR, solicitou informações do andamento dos PAD na CJ do MPS.

Em resposta, o Ministro da Previdência Social pelo Aviso MPS/nº314, de 18.08.2003, informou que o Processo Administrativo Disciplinar nº 35000.004818/97-37, encontra-se na CJ/MPS aguardando análise e julgamento com a atenção que o caso requer."

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Em razão da pendência apontada, o Gestor, por meio do Ofício INSS/CORREG/nº 0035, de 19.4.2004, encaminhou cópia do PARECER/CJ/nº 3195/2003, de 17.12.2003, da Consultoria Jurídica do MPS, transcrito parcialmente a seguir:

"INTERESSADO: ALICE AIKO FUJIOKA E OUTROS

(...)

III. DISPOSITIVO

Ex positis, opina-se pela elevação dos presentes autos ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, nos termos do artigo 1º, do Decreto nº 3.035, de 27 de abril de 199, sugerindo:

- a) a declaração de nulidade parcial do Termo de Ultimação de Instrução, com o envio dos autos à Corregedoria-Geral do INSS, para constituição de outra Comissão de Inquérito para instauração de novo processo administrativo disciplinar contra os servidores ARNALDO NOGUEIRA DE LIMA, COARACY JORGE CARNEIRO SERRA e PAULO ROBERTO TANNUS FREITAS;
- b) a aplicação da penalidade de suspensão aos servidores BENEDITO CASTRO DA SILVEIRA FRADE NETO e ISRAEL SOUSA CASTRO, por ofensa ao disposto no art. 116, I, da Lei nº 8.112/90, devendo simplesmente ser anotada nos assentamentos funcionais dos indiciados, por já ter sido atingida pela prescrição;
- c) aplicação da penalidade de demissão ao servidor HENRIQUE VIEIRA FERRARI, por ofensa ao disposto no art. 132, IV, da Lei nº 8.112/90, c/c art. 10, VIII, da Lei nº 8.112/90.

Por fim, sugere-se a remessa de cópias das principais peças dos presentes autos para o Ministério Público Federal, em razão de indícios da prática de crime previsto na Lei nº 8.666/93, e à CGU - Controladoria Geral da União para exame da possibilidade de responsabilização dos Srs. GERMÍNIO ZANARDO JÚNIOR, RICARDO DINARTI SANDI e WALDÉCK ORNELLAS (quanto a este, vide Parecer nº GQ-45, da AGU, que impossibilita a responsabilização administrativa de Ministro de Estado), em reiteração ao Memorando/INSS/CORREG/Nº 00189, noticiado às fls. 4343, dos autos".

AValiação DA SFC:

Verifica-se que no tocante à alínea "c", o assunto foi atendido, conforme Portaria/MPS nº 061, de 19.1.2004, publicada no DOU de 20.1.2004, resultando na demissão do servidor HENRIQUE VIEIRA FERRARI, matrícula SIAPE nº 6877449, cargo de

Engenheiro do quadro de pessoal do Instituto, pela prática de ato de improbidade administrativa, consistente em dispensar indevidamente processo licitatório, observando-se, em consequência, as disposições do artigo 137, parágrafo único, da Lei nº 8.112, de 11.12.1990.

Porém, em pesquisa realizada junto ao SIAPE, em 12.5.2004, constata-se que a Diretoria de Recursos Humanos/INSS continua efetuando pagamentos ao mencionado servidor após a sua demissão.

Registra-se ainda que em razão do contido no Parecer/CJ/nº 3195/2003, a Corregedoria-Geral/INSS, constituiu nova Comissão de Processo Administrativo Disciplinar - PAD, por meio da Portaria INSS/CORREG nº 00193, de 15.3.2004, publicada no BS/INSS/DG nº 50, de 15.3.2004, para apurar os fatos e irregularidades noticiados no citado PAD, no prazo de 60 (sessenta) dias, na Cidade de Brasília/DF.

Portanto, em razão dos pagamentos que continuam sendo efetuados ao ex-servidor HENRIQUE VIEIRA FERRARI e, tendo em vista que ainda não foram concluídos os trabalhos da Comissão instaurada pela Portaria INSS/CORREG nº 00193/2004, o assunto permanece PENDENTE.

- **Relatório de Auditoria nº 087911/2002 desta SFC - irregularidades nos procedimentos adotados na realização da Concorrência nº 002/2001 e contratação emergencial de software destinado ao gerenciamento eletrônico de fila nas APS (item 4.2.2.14.1 do relatório de auditoria de gestão nº 117146/2003):**

Foi citado no Relatório de Auditoria 087911/2002, resumidamente, o que segue:

"O Conselho de Administração da DATAPREV decidiu pela contratação emergencial da empresa BANKING Solutions do Brasil Ltda., por dispensa de licitação, visando o gerenciamento informatizado de 235 APS e a adequação do software em outras 70 APS, com vigência fixada de 16.02.2000 a 13.12.2000. A referida contratação no valor global de R\$ 6.127.595,00 foi realizada pela DATAPREV, sendo homologada em 15.06.2000. O fato gerou encargos tributários desnecessários ao INSS, causando prejuízo no valor de R\$ 857.863,30, referente a Imposto de Renda - Pessoa Jurídica, considerando que o Instituto, autarquia federal, tem isenção tributária, ao contrário da DATAPREV, empresa pública - pessoa jurídica de direito privado.

Recomendação: Embora o certame licitatório tenha sido anulado, verificamos que não houve apuração de responsabilidade sobre quem deu causa aos prejuízos constatados em razão de contratação emergencial realizada pela DATAPREV, pela qual mantemos a recomendação constante do Relatório de Auditoria de Acompanhamento de Gestão nº 084952/2001."

Solicitamos informações quanto ao cumprimento da recomendação referente à contratação emergencial realizada pela DATAPREV.

Justificativa: O gestor manifestou, por meio do anexo ao Ofício DIROFL/nº 1966/2002, que a recomendação foi feita para a DATAPREV, assim sendo, s.m.j., não cabe ao INSS se pronunciar sobre o assunto.

Avaliação da SFC: O assunto continua PENDENTE, uma vez que o INSS arcou com custos adicionais (impostos), no valor de R\$ 857.863,30, por serviços que deveriam ser contratados diretamente pelo mesmo, além de não ter adotado as devidas providências para sua regularização (apuração de responsabilidade e TCE).

Recomendação: O INSS deve adotar providências para apuração de responsabilidade, por meio de processo administrativo disciplinar, e abertura de TCE."

Consta do Registro de Negociação referente ao Relatório de Auditoria de Gestão nº 117146/2003, no item que trata das medidas adotadas pelo Gestor, as seguintes informações:

"A Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística/INSS, por meio dos Ofícios nºs 1.142 e 1.202/INSS/DCPRES, datados de 04.09.2003, 17.09.2003 e 02.10.2003, informou que a CGOFC informa que a Tomada de Contas Especial será instaurada após a conclusão dos trabalhos à cargo da Corregedoria-Geral.

Sobre as irregularidades constatadas, o Tribunal de Contas da União, por meio do Acórdão nº 918/2003 - 2ª Câmara/TCU, determinou "in verbis":

"9.4. determinar ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS que: 9.4.1 proceda à plena fundamentação das decisões proferidas nos julgamentos das propostas e dos recursos administrativos, notadamente no tocante à desclassificação de propostas de licitantes, explicitando de forma precisa os aspectos que determinaram a incompatibilidade da proposta com os requisitos inerentes à licitação, em atenção ao disposto nos arts. 44 e 45 da Lei nº 8.666/93 e em obediência ao princípio da motivação dos atos administrativos norteados pelos arts. 2º e 50 da Lei nº 9.784/99; 9.4.2 em futuros procedimentos licitatórios, caso adotados procedimentos similares aos da "fase laboratório" prevista na Concorrência nº 002/2001, estabeleça nos editais critérios claros quanto aos objetivos dessa fase, indicando a sua fundamentação legal e cuidando para que ela anteceda a abertura das propostas de preços, em conformidade com o disposto no art. 30, §8º, da Lei nº 8.666/93; 9.4.3 adote providências com vistas a que as estimativas de preços para os futuros certames sejam precedidas de pesquisa de mercado, atualizada e compatível com o objeto a ser contratado, conforme prevê o art. da Lei nº 8.666/93; 9.4.4 estabeleça a duração dos contratos, notadamente nos casos de aquisição de equipamentos de informática, em consonância com o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/93; e 9.5 juntar os presentes autos às contas do Instituto Nacional do Seguro Social relativas ao exercício de 1999 (TC 009.970/2000-5), para exame em conjunto e em confronto".

As determinações contidas no mencionado Acórdão foram encaminhadas por intermédio do Ofício nº 408/TCU/4ª Secex, de 25/06/2003, dando ainda ciência a esta SFC pelo Ofício nº 410/TCU/4ª Secex, de 25.06.2003.

Ainda sobre o assunto, foi emitida a S.A. nº 137636-22 (item "2"), de 08.12.2003, à Corregedoria-Geral/INSS, solicitando informações quanto ao resultado do processo administrativo disciplinar, para apuração de responsabilidade, no âmbito do INSS, na contratação da empresa BANKING Solutions do Brasil Ltda.

Em resposta a Corregedoria-Geral/INSS informou por intermédio do Ofício/INSS/CORREG/nº278, de 12.12.2003, sobre a constituição da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, CPAD nº 337284.000956/2002-52, encontrando-se o citado processo em fase de Defesa.

Após as informações prestadas pelo Gestor, consta no citado Registro de Negociação a seguinte **Avaliação da SFC**:

"O assunto continua PENDENTE de informação e providência por parte da Corregedoria do INSS (apuração de responsabilidade - PAD) e Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística/INSS (TCE).

Por meio do Ofício nº 1.874/CGU-PR, de 28.10.2003, em decorrência dos trabalhos desenvolvidos pela Comissão de Acompanhamento e Revisão de Apurações relativas ao INSS e DATAPREV, instituída pela Portaria CGU 445/2003, a CGU solicitou ao INSS, no prazo de 15 dias, determinar a instauração de procedimento disciplinar para apuração de responsabilidades, no âmbito do INSS, na contratação da empresa Banking

Solutions do Brasil Ltda. Solicitou, ainda, após a conclusão do mencionado apuratório, a adoção de medidas para ressarcimento da importância despendida a maior na operação, e não logrando êxito, providenciar a instauração da competente TCE. O assunto encontra-se com providências em andamento, porém, continua PENDENTE de regularização."

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

A justificativa do Gestor encontra-se detalhada no item 4.1.1.6.13 deste relatório, relativo à Atuação do TCU/SECEX, que trata do Acórdão nº 918/2003 (Processo TC nº 010.205/2001-0) - TCU - 2ª Câmara.

AValiação DA SFC:

O assunto continua PENDENTE uma vez que o referido PAD, segundo informou o INSS, não foi concluído. Por conseguinte ainda não houve a apuração dos prejuízos causados pela contratação da empresa Banking Solutions, onde o Instituto arcou com custos adicionais (impostos), no valor de R\$ 857.863,30, por serviços que deveriam ser contratados diretamente pelo mesmo, conforme já relatado no item 4.1.1.6.13 deste relatório.

- **Nota Técnica/DSPAS/SFC/Casa Civil/PR nº 0024/2002 - Aquisição Irregular de Uniformes para servidores e terceirizados - Processo nº 35000.010568/99-16 (item 10.3.1.1 do relatório de auditoria de gestão nº 117146/2003)**

Constou do Relatório de Auditoria de Gestão nº 117146/2003, no item referente a Processos Licitatórios, a seguinte constatação:

"Foi citado no Relatório de Auditoria de Gestão 087911/2002, o que segue: O Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, procedeu diversas licitações com a finalidade de contratar empresas para a confecção de uniformes padronizados destinados aos servidores e terceirizados que estão lotados ou prestam serviços nas Agências da Previdência Social, de acordo com o Programa de Melhoria no Atendimento da Previdência Social - PMA, em todo o Brasil. Foram contratadas as seguintes empresas: CONFEX BEL TECIDOS E ARMARINHOS Ltda. (Processo nº 35000.010678/99-16); VESTBEL LTDA. (Processo nº 35166.001363/00-73); DIANA PAOLLUCI (35000.010674/99-65, 35239.000165/01-72, 35000.010680/99-68 e 35000.010679/99-89); HAIEL IND. E COMÉRCIO (35000.010676/99-91); e HADA COM. CONFECÇÕES (35000.010677/99-53 e 35301.009776/01-11).

Analizamos o Processo nº 35000.010678/99-16, que trata da contratação da empresa CONFEX BEL TECIDOS E ARMARINHOS Ltda., sob a forma de execução indireta no regime de empreitada por preço global, cuja finalidade é a confecção de uniformes padronizados destinados aos servidores e terceirizados lotados ou que prestam serviços nas Agências do Programa de Melhoria do Atendimento da Previdência Social, no Estado de São Paulo, sendo firmado o Contrato nº 034, em 26.06.2000, entre a Gerência Executiva do INSS/São Paulo - Centro e a empresa CONFEX BEL, no valor de R\$ 1.502.308,00, com vigência de 12 meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período.

O resultado da análise foi exposto por meio da Nota Técnica/DSPAS/SFC/Casa Civil/PR nº 024/2002, onde foram relatadas as seguintes impropriedades/irregularidades: contratação efetivada com fulcro no inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93 (prestação de serviço contínuo), quando se trata do item III do art. 6º da referida Lei (compra de bens de fornecimento parcelado); infringência do § 1º do art. 61 da Lei nº 8.666/93 (prazo para publicação do extrato do termo aditivo);

fornecimento de uniformes a pessoal terceirizado, desconsiderando o teor dos contratos firmados pelo INSS com a FUB/UnB e CTIS e o acordo básico com a UNESCO, que descrevemos a seguir:

Acordo Básico UNESCO/CTIS: Objeto e atribuições dos serviços:

a) os executantes do referido serviço deverão comparecer ao serviço devidamente uniformizados, portando na lapela, à altura do peito, sua identificação (crachá plastificado), com seu nome, função e o nome da contratada, não se tolerando uniformes incompletos, sujos ou de mau gosto.

Contrato nº 24/98 - FUB/UnB: Cláusula Décima-Primeira - Da descrição dos serviços:

b) fornecer uniformes ao pessoal recrutado e selecionado para os serviços de recepção e atendimento, bem como para os servidores que forem lotados nas Unidades do Serviço de Atendimento ao Cidadão - SAC/BRASIL, de acordo com os modelos e padrões definidos e nas quantidades e periodicidade solicitadas pelo Contratante.

Contrato Emergencial nº 88/2001 - CTIS: Cláusula Décima-Segunda - Da descrição dos serviços:

c) fornecer uniformes ao pessoal recrutado e selecionado para os serviços de recepção e atendimento, bem como para os servidores que forem lotados nas Unidades do Serviço de Atendimento ao Cidadão - SAC/BRASIL, de acordo com os modelos e padrões definidos e nas quantidades e periodicidade solicitadas pelo Contratante.

Diante dessas constatações, a equipe recomendou o imediato cancelamento do contrato nº 034/2000 e respectivos aditamentos, o ressarcimento dos valores correspondentes aos uniformes fornecidos pelo INSS ao pessoal contratado, bem como a abertura de processo administrativo visando a apuração de responsabilidade e punição dos responsáveis, recomendações essas que não foram atendidas.

Justificativa do Gestor: Em resposta ao Ofício nº 655/DSPAS/SFC/Casa Civil/PR, de 14.02.2002, que encaminhou a Nota Técnica/DSPAS/SFC/CC/PR/nº 024/2002, o INSS mediante o Ofício nº 284/DCGAB/INSS, de 01.03.2002, informou que: os preços estimados tiveram como referência o valor de mercado; a estimativa dos preços foi buscada nos produtos similares aos serem contratados, na região originária do Edital padronizado; a efetivação da contratação na categoria serviços, foi fundamentada no princípio de que as compras se caracterizam quando existir obrigação de "dar", haverá serviço quando a obrigação for de "fazer"; a ausência de publicação do extrato do Termo Aditivo de prorrogação não é causa de sua invalidação, considerando que é o mesmo contrato reiniciando sua vigência e vigorando por outro prazo, e justificou a aquisição de uniformes para pessoal terceirizado com base na Decisão/TCU/nº 154/2001 (DC-0154- 25/01-2), que trata especificamente do contrato firmado entre a Autarquia e a Fundação Universidade de Brasília - FUB/UnB (contrato nº 024/98).

Recomendação da SFC: Em razão da ausência de embasamento legal para esse tipo de contratação, mantemos as mesmas recomendações constantes da Nota Técnica/DSPAS/SFC/Casa Civil/PR nº 024/2002, sendo imprescindível a abertura de processo administrativo visando a apuração de responsabilidade de quem deu causa às irregularidades constatadas, levantamento dos prejuízos causados aos cofres da Instituição referentes aos valores pagos na aquisição de uniformes para pessoal terceirizado e ressarcimento dessas despesas, aplicação das sanções devidas, observando que, no caso de terceirização de serviços, o fornecimento de uniformes deve ficar a cargo da contratada, como tem ocorrido nas demais contratações com o Poder Público, onde ocorre a cessão de mão-de-obra por parte da empresa contratada."

A SFC emitiu a **Nota Técnica/DSPAS/SFC/Casa Civil/PR nº 0024/2002**, e por meio do Ofício nº 9.010/DSPAS/SFC/MF, de 22.11.2002, solicitamos à citada Gerência os esclarecimentos/justificativas quanto aos seguintes pontos: qual a finalidade da aquisição; qual o embasamento legal para tal

aquisição; qual diretriz da Diretoria Colegiada a que a citada aquisição está vinculada; qual a estimativa de custo unitário; qual o quantitativo do público alvo, e qual a quantidade de uniforme por pessoa.

Em resposta, o Chefe do Serviço de Logística prestou os seguintes esclarecimentos:

- Finalidade de aquisição: confecção de uniformes padronizados destinados aos servidores e terceirizados que são lotados ou prestam serviços nas Agências do PMA;
- Embasamento legal: Portaria do MPAS nº 4.508 de 23/06/98;
- Estimativa de custo unitário: planilha em anexo;
- Quantitativo do público alvo: planilha em anexo; e
- Quantitativo de uniformes por pessoa: 02 (dois) por pessoa, exceto camisa que são 03 (três): 02 mangas curtas e 01 mangas compridas.

As informações apresentadas pela Gerência Executiva do INSS - São Paulo/Centro ensejaram novos questionamentos, razão pela qual requisitamos o processo para uma análise mais aprofundada dos fatos, cujo resultado apontou as seguintes irregularidades/impropriedades:

- Valor global dos modelos/quantidades estimadas importou em R\$ 3.347.740,00, entretanto, no Termo de Contrato foi estabelecido o valor global de R\$1.502.308,00, visando a aquisição das mesmas quantidades;
- A contratação foi efetivada com fulcro no inciso II do art. 57 da Lei 8.666/93, serviço de prestação continuada, quando em verdade, trata-se de compra de bens para fornecimento parcelado nos termos do item III do art. 6º da Lei nº 8.666/93;
- 1º Termo Aditivo do Contrato foi assinado em 25.06.2001, data em que expirou o primeiro período de vigência, entretanto, o respectivo extrato somente foi publicado no DOU de 14/11/2001, passados 142 dias da data de assinatura, infringindo o § 1º do art. 61 da Lei nº 8.666/93, que estabelece o prazo máximo de 20 dias, contados da data da assinatura, como condição indispensável para sua eficácia;
- No que diz respeito a aquisição de uniformes para empregados terceirizados, a Gerência Executiva de São Paulo - Centro, desconsiderou o teor do Acordo Básico assinado com a UNESCO/CTIS, contrato firmado com a FUB/UNB, este vigente à época, e o contrato emergencial CTIS, nos quais o fornecimento de uniformes estava a cargo dos contratados, conforme Projeto de Terceirização, Plano de Trabalho e cláusulas contratuais.

Em face do exposto, recomendamos:

- o imediato cancelamento do Contrato nº 34/2000 e respectivos aditamentos;
- ressarcimento junto à FUB/UNB e CTIS, dos valores correspondentes aos uniformes fornecidos pelo INSS aos servidores contratados pelas referidas entidades; e
- abertura de processo administrativo visando a apuração de responsabilidades e punição dos responsáveis.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR: Por intermédio do Ofício DIROFL/nº 1.966, de 11.12.2002, e seu anexo, o gestor informou que:

- o contrato nº 034/2000 e os respectivos aditivos foram cancelados;
- com relação ao ressarcimento dos valores correspondentes ao fornecimento de uniformes ao pessoal contratado (UNESCO/CTIS, FUB/UNB e emergencial com a CTIS), a referida Gerência-Executiva está providenciando o levantamento dos uniformes fornecidos aos funcionários terceirizados lotados nas diversas Gerências no Estado de São Paulo, objetivando atender Portaria INSS/CORREG nº 00164/2002. Foi previsto até o dia 10.12.2002 o término do levantamento;
- no que concerne à abertura de processo administrativo, foi instaurada por meio da Portaria INSS/AUDGER nº 34, de 6.5.2002, Comissão de Inquérito com objetivo de apurar as responsabilidades. O processo foi concluído e encaminhado à Advocacia Geral da União.

- por meio da PORTARIA INSS/CORREG nº 00164/2002, foi constituída Comissão de Processo Administrativo Disciplinar incumbida de apurar na cidade de Brasília/DF, no prazo de 60 dias, os fatos e irregularidades noticiadas no processo nº 37284.000956/2002-52 e apensos 35000.008013/98-80; 35000.007902/98-39; 35000.003219/99-59 (02 volumes); 35000.002787/99-04 (02 volumes) e 35000.006462/98-01.

AVALIAÇÃO DA SFC: O assunto continua PENDENTE, haja vista que a PORTARIA INSS/CORREG Nº 00164/2002 não faz menção ao processo 35000.010678/99-16 que deu origem à aquisição de uniformes, objeto das recomendações formuladas pela Nota Técnica/DSPAS/SFC/Casa Civil/PR nº 024/2002. Alertamos para a necessidade, se for o caso, da abertura de TCE”.

RECOMENDAÇÃO: Encaminhar os resultados das cobranças dos valores pagos na aquisição de uniformes e do processo administrativo, visando a apuração de responsabilidades e punição dos responsáveis. No caso da não devolução dos valores pagos indevidamente, deverá ser procedida a abertura da Tomada de Contas Especial - TCE”.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

No item relativo às medidas adotadas pelo Gestor após o Registro de Negociação referente ao Relatório de Auditoria de Gestão nº 117146/2003, consta os seguintes esclarecimentos:

“A Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística/INSS, mediante Ofícios nºs. 1.083/INSS/DCGAB, de 4.9.2003, 1.142/INSS/DCPRES, de 17.9.2003, e 1.102/INSS/DCPRES, de 02/10/2003, informou que a instauração de Tomada de Contas Especial está condicionada à conclusão dos trabalhos a cargo da Corregedoria-Geral”.

AVALIAÇÃO DA SFC:

O assunto continua PENDENTE, necessitando de informações e providências por parte da Corregedoria-Geral do INSS, em relação ao PAD, bem como da Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística sobre o pagamento realizado indevidamente e TCE, se for o caso.

- Nota Técnica nº 571/ DSPAS/SFC/CGU-PR, de 23.9.2002 - Terceirização de mão-de-obra - Empresa TECNOCOOP SISTEMAS (item 10.3.1.2 do relatório de auditoria de gestão nº 117146/2003)

Constou do Relatório de Auditoria de Gestão nº 117146/2003, no item referente a Processos Licitatórios, as seguintes informações:

Trata-se de auditoria no processo nº 35239.000704/2002-36, que resultou no Contrato nº 23/2002, de 13.06.2002, firmado entre o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, por intermédio da Gerência Executiva de Porto Alegre/RS, e a empresa TECNOCOOP SISTEMAS - Cooperativa de Trabalho dos Profissionais de Processamento de Dados Ltda, com vigência de 12 meses e contraprestação fixada no valor mensal de R\$ 16.156,53 e global de R\$ 193.878,36, objetivando a execução, pela contratada, de serviços (sic) de preparação, extração de informações, entrada de dados e emissão de relatórios (digitação de dados), a serem executados de forma contínua no âmbito da contratante, num total de 27 digitadores, perfazendo um total de 3564 horas/mês e 162 horas/dia.

A licitação se processou pela modalidade Pregão, tipo menor preço e com base na Medida Provisória nº 2.182-18, de 23.08.2001, nos Decretos nºs 3.555/2000 e 3.693/2000 e na Lei nº 8.666/93.

As principais constatações foram: os trabalhos executados pelos contratados não se caracterizam como serviços técnicos especializados,

passíveis de execução indireta; as atividades terceirizadas correspondem a tarefas administrativas permanentes, contínuas, inerentes e indispensáveis aos processos de arrecadação, fiscalização e cobrança das contribuições sociais e aos processos de concessão e manutenção de benefícios e serviços previdenciários (típicas atividades-fins do INSS, conforme art. 3º do Decreto nº 99.350/90), estando incluídas entre as tarefas de responsabilidade dos agentes administrativos.

O resultado da análise do referido processo foi o seguinte:

- a licitação foi feita na modalidade pregão, justificada, pelo gestor, pela escassez de mão-de-obra e pelo advento da Medida Provisória 1524, de 11/11/96, a partir da qual as funções objeto da contratação foram extintas, tornando-se impossível, por via de consequência e por força da determinação legal, a contratação de novos servidores daquela categoria. Entretanto, as justificativas não procedem, devendo, a contratação em questão, ter sido feita mediante a realização de concursos públicos, e não por seguidos contratos de prestação de serviços, que são reservados às atividades acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade;
- a Medida Provisória mencionada (substituída pela MP nº 1.606/97 e posteriormente transformada na Lei nº 9.632/98) extinguiu vários cargos pertencentes aos quadros do INSS, no entanto, não foi extinta a categoria funcional AGENTE ADMINISTRATIVO, código SA-802, que representa o maior contingente de servidores do INSS;
- os trabalhos executados pelos contratados não se caracterizam como serviços técnicos especializados, passíveis de execução indireta. Observa-se, ainda, que as atividades exemplificadas pelo Gestor divergem daquelas próprias dos agentes administrativos apenas no que tange ao equipamento utilizado para sua execução;
- a contratação pelo INSS de empresa terceirizada para execução indireta das atividades em questão não possui fundamentação legal, quer seja no Decreto nº 2.271/97 ou em lei específica.

Assim sendo, foi recomendado ao INSS o seguinte:

- a) que faça gestões junto à Gerência Executiva do INSS em Porto Alegre/RS, para que a unidade se abstenha de realizar contratações terceirizadas de mão-de-obra para a execução de atividades tipicamente institucionais; e
- b) que promova a uniformização de procedimentos quanto à terceirização de serviços em suas Gerências Executivas, para que se evitem contratações irregulares.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR: O Chefe de Divisão de Administração do INSS/GEXPOA esclareceu que os serviços contratados são prestados em diversas áreas (Procuradoria dos Tribunais, Procuradoria Local, Benefícios, Arrecadação, Administração) e com funções e acesso a programas diversos.

AVALIAÇÃO DA SFC: Do exposto, pode-se concluir que a contratação efetuada foi realizada em DESACORDO ao contido no § 2º do art. 1º e no inciso II do art. 4º, ambos do Decreto nº 2.271, de 07.07.1997, que dispõe sobre a contratação de serviços pela Administração Pública Federal.

RECOMENDAÇÃO DA SFC: Que o INSS adote as recomendações emitidas pela citada Nota Técnica desta SFC e adote providências para apuração de responsabilidade.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

No item relativo às medidas adotadas pelo Gestor após o Registro de Negociação referente ao Relatório de Auditoria de Gestão nº 117146/2003, constam os seguintes esclarecimentos:

"A Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística/INSS, mediante Ofícios nºs. 1.083/INSS/DCGAB, de 4.9.2003, 1.142/INSS/DCPRES, de 17.9.2003, e

1.102/INSS/DCPRES, de 2.10.2003, informou que foi solicitado o encaminhamento do Processo nº 35239.000704/2002-36 a esta Corregedoria Geral para análise e adoção das medidas disciplinares pertinentes”.

AValiação DA SFC:

O assunto continua PENDENTE de regularização, devendo a Corregedoria do INSS informar e encaminhar a esta SFC as providências que foram adotadas, bem como os seus resultados.

- **Nota Técnica nº 273/DSPAS/SFC/CGU/PR, de 18.7.2002 - Aquisição irregular de software da empresa GET - Telecomunicações e Informática Ltda. (item 10.3.1.3 do relatório de auditoria de gestão nº 117146/2003)**

Conforme Relatório de Auditoria de Gestão nº 117146/2003, consta no item referente a **Processos Licitatórios** a seguinte constatação:

“Trata-se da análise e avaliação dos fatos ocorridos quando da contratação realizada entre o INSS e a empresa GET - Telecomunicações e Informática Ltda., para atualização de cópias do sistema Data Access for DOS para Data Access for Windows, incluindo os módulos Orçamentário e Financeiro e aquisição de novas licenças do mesmo sistema - processos nºs 35000.010907/2000-17 (Contrato nº 043/2001), e 35000.003262/2001-74 (Contrato nº 001/2002).

Foram constatadas as seguintes irregularidades: Aquisição de softwares por inexigibilidade de licitação, situação que vem ocorrendo desde a primeira contratação (processo nº 35000.003005/1998-74), ferindo o princípio da isonomia; o objeto adquirido não se enquadra como inexigibilidade de licitação, haja vista a grande expansão de empresas de informática, capazes de adaptar ou desenvolver sistemas da mesma natureza, conforme demonstrado nas pesquisas de preços constantes no processo; o SIAFI Gerencial pode ser utilizado como ferramenta alternativa para a confecção dos relatórios gerenciais, considerando principalmente o baixo custo deste em relação ao software adquirido.

Dessa forma, foi recomendado ao INSS que:

- a) abstenha-se de adquirir softwares por inexigibilidade de licitação, realizando o processo licitatório, na modalidade compatível com o valor estimado do produto, visando selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração;
- b) estude a viabilidade de utilização do SIAFI Gerencial para a elaboração dos relatórios e consultas imprescindíveis ao gerenciamento da execução orçamentária-financeira da Unidade, quando da necessidade de novas atualizações e aquisições dos softwares, tendo em vista o constante do item 11 desta Nota;
- c) proceda a abertura de processo administrativo com vistas a apurar responsabilidades de quem deu causa à inexigibilidade de licitação e, se for o caso, instaurar o competente processo de Tomada de Contas Especial-TCE, em relação aos processos nºs 35000.003005/1998-74, 35000.010907/2000-17 e 35000.003262/2001-74.

A mencionada Nota Técnica foi encaminhada ao INSS para adoção de providências, visando a regularização das questões apontadas.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR: A Direção do Instituto informou a esta SFC, por meio do Ofício INSS/DCGAB/nº 1898, de 03/12/2002, sobre a emissão da Portaria INSS/CORREG./nº 00182, de 22/11/2002, constituindo Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, incumbida de apurar os fatos e irregularidades apontadas nos processos citados.

AValiação DA SFC: O assunto encontra-se PENDENTE, tendo em vista o Instituto não ter apresentado os resultados dos trabalhos da Comissão de

Processo Administrativo Disciplinar e nem ter adotado providências para instauração de tomada de Contas Especial-TCE.

RECOMENDAÇÃO: *Encaminhar a esta SFC os resultados da apuração do Processo Administrativo Disciplinar e as providências para instauração da TCE"*

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

No item relativo às medidas adotadas pelo Gestor após o Registro de Negociação referente ao Relatório de Auditoria de Gestão nº 117146/2003, consta os seguintes esclarecimentos:

"A Coordenação-Geral de Tecnologia/INSS, mediante Ofícios ns. 1.083/INSS/DCGAB, de 04/09/2003, 1.142/INSS/DCPRES, de 17/09/2003, e 1.102/INSS/DCPRES, de 02/10/2003, informou que A Corregedoria Geral do INSS instaurou processo administrativo disciplinar através da PORTARIA/INSS/CORREG/Nº 00182/2002, a fim de apurar as irregularidades noticiadas no referido processo.

A Comissão Processante elaborou Relatório Parcial no qual suscitou a impossibilidade em continuar na apuração das irregularidades suscitadas pela Secretaria Federal de Controle Interno, em face do suposto envolvimento de membros da carreira de Procurador Federal, tendo em vista o teor do art. 11, §2º, da Lei n. 10.480/2002.

Em atenção à determinação contida no AVISO CIRCULAR N. 002/AGU, a Corregedoria Geral encaminhou o processo ao Gabinete da então Diretora Presidente do INSS, que por sua vez, encaminhou dito processo à Procuradoria Geral Federal.

A Corregedoria Geral consultou através do OFÍCIO/INSS/CORGER/N. 00170/2003, a Procuradoria Geral Federal acerca do posicionamento daquele órgão quanto à instauração de processo disciplinar.

Em resposta, a Procuradoria Geral Federal informou através do OFÍCIO N. 011/CONSU/PGF/AGU, que o processo está em fase de análise."

AVALIAÇÃO DA SFC:

O assunto encontra-se PENDENTE de PAD, por parte da Corregedoria do INSS. Esclarecemos que o TCU já julgou o caso em questão, por meio do **Acórdão nº 1.180/2003-TCU - 2ª Câmara**, e aplicou multa individual aos responsáveis (Nilo da Luz Gutemberg, Aurea Mendes Viana Alves Neta, Paulo Roberto Tannus Freitas, José Roberto Senno, Marcelo Soares Alves, Antonio Barcelar Ferreira, Dimas Luis Rodrigues da Costa e Francisco Fernando Fontana).

4.1.2.10 INFORMAÇÃO:

AÇÕES DE CONTROLE NA ÁREA DE SUPRIMENTO DE BENS E SERVIÇOS - OBRAS E PERMUTAS

No Relatório de Auditoria de Gestão nº 117146/2003, foi constatada/informada a seguinte situação com relação à Área de Suprimento de Bens e Serviços - Obras:

- RELATÓRIO DE AUDITORIA nº 053596B, de 30.06.2000 - CONTRATO INSS E CDM LTDA (item 4.2.2.13.1 do relatório de auditoria de gestão nº 117146/2003)

"O assunto referente ao Contrato INSS e CDM, foi objeto de análise e avaliação também no Relatório de Auditoria de Gestão nº. 087911/2002, onde foi abordado o seguinte:

Análise e avaliação dos atos de gestão relativos ao contrato celebrado entre o INSS/SP e a Construtora CDM Ltda. Foi constatado prejuízo à Instituição pela paralisação da obra, tendo sido recomendada a abertura

de Processo Administrativo Disciplinar objetivando apurar quem deu causa à referida paralisação. Em atenção ao proposto, a Auditoria-Geral do INSS informou, por meio do MEMORANDO INSS/AUDGER nº 00803, de 30.10.2001, que foi instaurado Processo Administrativo Disciplinar para apurar os fatos. Em 28.12.2001, a SA nº 03/0883002001 solicitou informar situação atual do processo administrativo instaurado.

Em resposta, recebemos a informação da Corregedoria do INSS de que os trabalhos da Comissão de Inquérito foram encerrados em 08.01.2002 e os autos se encontravam na Divisão de Corregedoria em São Paulo, para análise.

Diligenciada pelo Ofício nº 624/DSPAS/SFC/Casa Civil/PR, de 08.02.2002, a Divisão de Corregedoria, por meio do Ofício INSS/Divisão de Corregedoria nº 00129/2002, de 26.02.2002, encaminhou, em anexo, as peças referentes ao Processo Administrativo Disciplinar 35366.000077/00-99.

Foram instituídas três Comissões, a primeira em 28.12.2000, por meio da Portaria INSS/AUDREG nº 108; a segunda pela Portaria INSS/AR II nº 06, de 2.3.2001; e a terceira, pela Portaria INSS II nº 34, de 28.09.2001, para apuração de responsabilidade, sendo que o assunto continua pendente de solução e foi encaminhado à Auditoria Geral, em 30/01/2002, para a realização de Missão de Auditoria objetivando estender verificações desde o projeto básico até a posição atual da obra."

Após a leitura de versão preliminar deste Relatório, o gestor se posicionou da seguinte forma: a informação de que os autos foram remetidos à Auditoria-Geral em 31.01.2002 não condiz com a realidade, posto que (...) os autos deixaram a Auditoria Regional II - São Paulo, em data posterior a 4.3.2002, dando entrada na Auditoria-Geral em 4.4.2002 e retornando àquela Auditoria em 8.4.2002 determinando a continuidade da apuração.

Ressalte-se que a informação prestada através da Divisão de Corregedoria pelo Ofício INSS/DIVISÃO DE CORREGEDORIA nº 129/2002 não foi de conhecimento desta Auditoria-Geral"

(Memorando INSS/AUDGER nº 00138, de 17.5.2002).

Em decorrência da constatação de prejuízos ao INSS pela paralisação das obras, foi recomendado por esta SFC a instauração de processo administrativo disciplinar para apuração de responsabilidades.

Justificativa do Gestor: Por meio do Ofício INSS/AUDGER/nº 00439, de 28.11.2002, o gestor informou que após instaurado o referido processo, os autos foram encaminhados para a Divisão de Auditoria em Gestão Interna da Auditoria Regional II-SP, para diligências. Em aditamento ao citado Ofício, foi encaminhado o Of./INSS/AUDGER/nº 00011, de 13.1.2003, com cópia da Portaria/INSS/AUDREG II-SP/DCORREG/nº 043, de 5.12.2002, constituindo Comissão de Processo Administrativo Disciplinar para apuração dos fatos apurados na execução dos contratos.

Para esclarecimento dos fatos, foi também realizada Missão Extraordinária pela Auditoria Regional II/INSS/SP no período de 01/07 a 16.8.2002, cujos resultados, em linhas gerais, foram: descumprimento da Lei nº 8.666/93; ausência de análise dos termos aditivos pela Procuradoria do INSS; inexistência de comprovantes e consultas ao SICAF; inexecução parcial dos contratos, antecipação de pagamentos; pagamentos sem cobertura contratual; pagamentos de serviços diferentes dos contratados.

Foram apurados prejuízos ao Instituto no montante de R\$ 234.976,79, correspondentes aos seguintes instrumentos: Contrato nº 21-300.1/43/98 (Processo nº 35366.000340/97-45 - Pirassununga - valor: R\$ 21.604,23); Contrato nº 21-300.1/45/98 (Processo nº 35366.000342/97-71 - Itu - valor: R \$ 27.394,13); Contrato nº 21-300.1/42/98 (Processo nº 35366.000362/97-88 - Campinas - valor: R\$ 174.084,11) e Contrato nº 21-300.1/44/98 (Processo nº 35366.000341/97-16 - Tatuí - valor: R\$ 14.296,51). Ainda, por meio do Ofício nº 306 /INSS/DCGAB, de 17.3.2003, o Gestor informou que o Processo Administrativo nº 35366.001558/2002-18 encontra-se

atualmente sobrestado em face da necessidade de substituição de um dos membros da Comissão Processante.

Avaliação da SFC: Ratificamos as recomendações anteriores, quanto à instauração de processo administrativo disciplinar para apuração de responsabilidades. O assunto encontra-se PENDENTE.

Recomendação: Que o INSS adote providências para apuração de responsabilidades e, se for o caso, abertura de TCE."

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Consta do Registro de Negociação referente ao Relatório de Auditoria de Gestão nº 117146/2003, no item relativo às medidas adotadas pelo Gestor, que a Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística/INSS, por meio dos Ofícios nºs 1.083, 1.142 e 1.202/INSS/DCPRES, datados de 4.9.2003, 17.9.2003 e 2.10.2003, respectivamente, informou que:

- Os processos referentes às obras encontram-se em análise na Auditoria Regional em São Paulo.
- Todas as obras foram executadas e foram realizados encontro de contas referentes aos valores apurados, à época, pela Auditoria.
- Estão em análise pagamentos devidos, em face de paralisações das obras por parte do INSS.
Todos os imóveis das referidas obras estão em uso pelo INSS.

AVALIAÇÃO DA SFC:

O assunto continua PENDENTE de regularização, uma vez que não foi informado os resultados do PAD pela Corregedoria-Geral do INSS.

- RELATÓRIO DE AUDITORIA nº 121042, de 6.6.2003 - Contrato de locação e de reforma de imóvel; e recusa ao direito de preferência na compra do mesmo, feita por autoridade incompetente segundo o Regimento Interno do INSS, em LINHARES - ES - (Processo nº 15492.000553/2003-04)

Constou do referido Relatório as seguintes recomendações:

"(...)
que seja providenciada a instauração de processo administrativo para apuração de responsabilidades, ante a omissão da Gerência Executiva/INSS/ES em motivar e deliberar sobre as recomendações constantes da Nota Técnica PFE/INSS/ES nº 004/2003, de 6.2.2003, sobre a oferta de venda, pelo proprietário e locador (Elder Perin), do imóvel locado para a Agência da Previdência Social em Linhares/ES - Processo nº 35059.002451/2001-80.

Que se programe com vistas a evitar pagamentos que possam gerar juros e multas, objetivando assegurar às suas unidades gestoras a disponibilidade de recursos para o devido pagamento de suas obrigações, alertando que a reincidência pode ser caracterizada como gestão antieconômica; e Apurar, também, a responsabilidade pela realização de obras permanentes em imóvel de terceiros, e se for o caso, instaurar processo de Tomada de Contas Especial, com vistas ao ressarcimento dos prejuízos causados aos cofres do Instituto."

A Entidade, também, foi questionada sobre o assunto por meio da letra "c" da Solicitação de Auditoria nº 137636-06, de 18.11.2003, conforme o que segue:

"Resultado do PAD relativo ao Processo nº 35059.002451/2001-80, correspondente ao contrato de compra e venda de imóvel em Linhares-ES, conforme informação contida no MEMO/INSS/CORREG nº 00302, de 26.06.2003, apresentada a esta SFC pelo Ofício/nº808/INSS/DCGAB, de 03.07.2003".

Em resposta ao contido na letra "c" da Solicitação de Auditoria nº 137636-06 acima mencionada, a Corregedoria-Geral do INSS informou, por meio do Ofício INSS/CORREG/nº 273, de 26.11.2003, que o Processo Administrativo Disciplinar referente ao imóvel de Linhares - ES foi instaurado através da PORTARIA/INSS/CORREGEDORIA REGIONAL/RJ/ES nº 0464, de 20 de outubro de 2003, com prazo de 60 (sessenta) dias para conclusão dos trabalhos, ou seja 20.12.2003.

Dado o tempo decorrido, emitimos a SA nº 139816-008, de 17.3.2004, solicitando à Corregedoria-Geral do INSS que informasse sobre o resultado da Comissão instaurada pela referida Portaria.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

O Gestor por meio do Ofício INSS/CORREG/nº 0021/2004, de 22.3.2004, esclareceu que:

"(...) os trabalhos da Comissão de Inquérito instaurada pela Portaria/INSS/Corregedoria-Regional/RJ/ES nº 464, de 20.10.2003, que trata do contrato de compra e venda de imóvel em Linhares/ES, estão tramitando normalmente, encontrando-se na fase instrutória, ressaltando que houve a necessidade de assessor técnico que laborou no período de 15 dias no mês de março, para dar continuidade ao andamento dos trabalhos.

AValiação DA SFC:

A vista do exposto verifica-se que o gestor adotou providências para o saneamento da questão, porém, o assunto continua PENDENTE de regularização, necessitando de medidas urgentes para a conseqüente apuração de responsabilidade.

- Relatório de Auditoria de Gestão nº 117146/2003 - Impropriedades detectadas na realização do processo de permuta de Imóveis em Goiânia - GO (item 8.2.1.1 do citado relatório)

Constou do Relatório de Auditoria de Avaliação da Gestão nº 117146/2003, no item referente aos Bens Imobiliários a seguinte constatação:

"Impropriedades detectadas na realização do processo de permuta de Imóveis em Goiânia - GO

Análise do processo nº. 35069.002448/1999-99, que se refere à permuta de imóvel do INSS por imóvel de terceiros. Inicia o processo com o Memo/INSS/GO/nº 18, de 15/09/99, que solicita abertura de processo de permuta do prédio do Instituto situado à Av. Anhanguera nº 3536, esquina com Rua 23, Centro - Goiânia - GO, por imóvel que atenda demanda da Agência tipo "C" Goiânia - Dergo.

Por meio do Ofício nº 53/08.300.1/INSS/GO, de 25/10/99, foi solicitado à Caixa Econômica Federal - CEF, que procedesse avaliação do referido imóvel. Foram publicados Avisos de Procura de Imóvel no jornal "O Popular", nos dias 04, 05 e 06/11/99. A avaliação do imóvel foi feita pela CEF, no valor mínimo de R\$ 530.000,00, conforme Laudo de Avaliação datado de 22/11/99. Consta do referido laudo os valores mínimo, médio e máximo para o imóvel, respectivamente de R\$ 530.095,74, R\$ 602.074,15 e R\$ 696.671,12.

Foram apresentadas 2 (duas) propostas para permuta, uma por parte de José R. Paulino e outra da Construtora e Incorporadora Merzian Ltda., ambas datadas de 22/11/99. Em 08/02/2000, o INSS, por intermédio das Cartas 08.301.1/22/00 e 08.301.1/23/00, comunicou aos interessados que por motivo de prioridade e necessidade de serviço, a permuta não mais seria para Agência Dergo e sim por imóvel para atender Agência tipo "B" em Aparecida de Goiânia - GO, solicitando a confirmação do interesse em continuarem participando do processo de permuta. Consta documento com timbre do Hotel Brasil - HB, assinado por José R. Paulino em 11/02/2000, declarando interesse em continuar a participar da permuta.

Em decorrência da mudança do local do imóvel a ser permutado, novos Editais de Procura de Imóvel foram publicados no jornal "O Popular", nos dias 10, 13 e 14/03/2000.

Integra o processo Projeto Padrão com Especificações para Construção de Unidades Integradas de Atendimento com 10.000 benefícios, de maio/99, com orçamento estimativo total no valor de R\$ 526.498,22.

Em 23/03/2000, a Construtora e Incorporadora Merzian Ltda. apresentou proposta ao INSS de terreno situado à Av. Uru c/ Rua Uberaba, Quadra 115, lotes 3/4, Setor dos Afonsos - Aparecida de Goiânia - GO, no valor de R\$ 25.000,00 e de edificação de construção da APS, conforme projeto elaborado e avaliado pelo INSS, no valor de R\$ 504.977,19, totalizando o terreno e a construção o montante de R\$ 529.977,19. O prazo para conclusão da obra foi estimado em 12 meses, a partir da oficialização da permuta.

Em 30/03/2000, foi emitido Relatório de Visita de Imóvel de Terceiros para Permuta com a Previdência Social em Goiás, da visita realizada ao terreno pelos servidores da Logística, Arrecadação, Benefício e da Melhoria do Atendimento do

INSS/GO, com a conclusão da viabilidade da negociação.

Por solicitação do Instituto, o terreno foi vistoriado pela Caixa Econômica Federal em 31/03/2000, conforme Laudo de Avaliação datado de 03/04/2000, sendo apurados os valores de R\$ 12.300,00 pelo Lote 03 e R\$ 13.500,00 pelo Lote 04, totalizando R\$ 25.800,00.

Após análises do Engenheiro Luiz Mauro da Silva, da Equipe de Projetos e Obras, em 11/04/2000 e do Chefe da Seção de Logística, Sr. José Aparecido da Silva, em 17/04/2000, que se pronunciaram favoravelmente quanto à proposta da construtora, o processo foi submetido à Procuradoria do INSS, que entendeu pela regularidade da permuta, conforme Parecer PE/SCC/GO/nº 107, de 12/05/2000, da Procuradora Márcia Maria Domingues Torres, ressaltando que os lotes em questão deveriam ser adquiridos pela empresa, visto serem propriedade de particulares. O citado parecer foi aprovado pelo Procurador-Chefe da Procuradoria do INSS/GO, Teófilo José Taveira Neto, de acordo como Despacho/GAB/PPS/Goiânia/nº 212, de 01/06/2000.

Foi lavrada escritura pública de compra e venda do terreno adquirido pela Construtora Merzian em 23/06/2000, pelo valor de R\$ 21.000,00, conforme registro no livro 584, folha 102, nº 07057, do Cartório Souza, Comarca de Aparecida de Goiânia - GO.

Vale esclarecer que em 21/11/2000, após decorrido 1 (um) ano da data da avaliação do imóvel do INSS, foi firmado Termo de Compromisso de Permuta de Imóveis entre o INSS e a Construtora e Incorporadora Merzian Ltda., pelo prazo de 12 (doze) meses, constando em sua Cláusula Terceira que o preço do imóvel do INSS prometido para a permuta é de R\$ 530.000,00 e o do futuro imóvel edificado, de propriedade da Construtora é de R\$ 529.977,19. Dessa forma, o valor da torna a ser paga ao Instituto importou em R\$ 22,81.

O INSS encaminhou a Carta 08.301.1/24, de 01/03/2001, comunicando à empresa que não haveria alterações no projeto inicial e que todas as condições definidas no Termo de Compromisso estavam mantidas, autorizando assim o início dos serviços.

Em 07/06/2001, a Equipe de Engenharia, Obras e Telecomunicações realizou a análise do Projeto Elétrico apresentado pela Construtora Merzian, citando as pendências a serem resolvidas. Por meio do Memo/INSS/GO/nº 08.301.1/008, de 10/01/2002, a Chefe da Seção de Logística informa que o valor total complementar para a conclusão da obra importa em R\$ 150.000,00, sendo R\$ 93.378,76 de mobiliário, R\$ 11.000,00 referente à sinalização e R\$ 45.621,24 da instalação de ar condicionado tipo multi split 30 TR.

Em documento datado de 06/02/2002, a empresa encaminhou solicitação de prorrogação do prazo em 40 dias, a contar do término previsto de 11/03/2002, alegando dificuldades na execução dos serviços devido a chuvas, indefinição de lay-out, falta de detalhe das grades de fechamento e indisponibilidade de material no mercado. A solicitação foi submetida à Procuradoria do INSS/GO, conforme Parecer nº 032, de 27/02/2002, aprovado de acordo com Despacho/GAB/Procuradoria/GEXGOI/nº 084, de 28/02/2002. Foi formalizado em 12/03/2002, Termo de Aditamento de Compromisso de Permuta de Imóveis prorrogando por mais 40 dias o prazo para entrega do imóvel.

Consta documento da Construtora Merzian, datado de 26/03/2002, informando ao INSS que "abre mão do recebimento de R\$ 5.297,77", referente à diferença encontrada no encontro de contas a favor da empresa.

O Termo de Habite-se foi concedido em 26/06/2002. Foi realizada vistoria, pelo INSS/GO, no imóvel de Aparecida de Goiânia - GO, conforme Termo de Vistoria Final do Imóvel, datado de 28/06/2002. Foi autorizada a Dispensa de Licitação e adjudicada a proposta da Construtora Merzian, pelo Chefe do Serviço de Administração/INSS/GO, em 08/07/2002, tendo sido publicado Extrato de Contrato nº 38/2002, no D.O. de 17/07/2002.

A Procuradoria do INSS/GO aprovou Minuta para Escritura Pública dos imóveis permutados, em 05/08/2002. Foi providenciada lavratura de Escritura Pública de Permuta em 08/08/2002, porém o documento não foi assinado pelo INSS.

A Divisão de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário/INSS/DF, em 02/09/2002, apontou a ausência de avaliação do imóvel edificado pela empresa, cujas providências foram solicitadas à Gerência Executiva do INSS/GO, pelo Chefe de Divisão do Patrimônio Imobiliário/INSS/DF, em documento datado de 01/10/2002. Dessa forma, foram os autos submetidos à Procuradoria Federal Especializada do INSS em Goiânia, que de acordo com o Parecer nº 140, do Procurador Federal Teófilo José Taveira Neto, de 05/11/2002, entendeu que "a avaliação do imóvel contratado com o Instituto foi fixada no momento da contratação da permuta, (...), e não é passível de alteração por qualquer das partes, assim como não se há cogitar de inovar na avaliação do imóvel do Instituto, qualmente fixada no contrato". Alertou, ainda, que "o Instituto encontra-se exposto aos efeitos da mora perante o outro contratante, desde o momento que deixou de firmar a escritura lavrada para a tradição de ambos os imóveis, sujeitando-se, desta feita, aos ônus financeiros e demais gravames decorrentes do descumprimento de negócio jurídico perfeito". O citado parecer foi aprovado pelo Despacho/GAB/Procuradoria/PFE/GOI/nº 464, de 06/11/2002, do Procurador-Chefe/PFE/INSS/GO, Arsênio Neiva Costa.

Em 08/11/2002, o processo foi encaminhado à Diretoria de Orçamento e Finanças, para análise e autorização da conclusão da permuta. A Coordenação Geral de Logística, encaminhou o processo à Procuradoria Geral para informar se a legislação vigente permite esse tipo de permuta. A Procuradoria, por sua vez, destacou que o encaminhamento não estava conforme os ditames da Instrução Normativa nº 47, de 16/03/2001, que estabelece em seu art. 2º que "o encaminhamento à Procuradoria Geral de processos administrativos e documentos que contenham indagação de natureza técnico-jurídica será realizado, exclusivamente, pela Consultoria Jurídica do MPAS e pelos órgãos da Direção Central do INSS", conforme Despacho PROCGER s/nº, de 3/12/2002. O processo foi restituído à

Coordenação Geral de Logística que encaminhou os autos à Diretoria Geral de Orçamento Finanças e Logística, sem que fosse obedecida a determinação da Procuradoria Geral. Em 16/12/2002, o Diretor de Orçamento, Finanças e Logística, considerando que o processo já havia sido devidamente instruído, emitiu autorização para a Gerência Executiva do INSS/GO firmasse escritura lavrada para a tradição dos imóveis objeto da permuta, que foi lavrada em 20/12/2002.

Tendo em vista a legislação que trata do assunto, art.17, inciso I, alínea 'c', da Lei nº 8.666/93 e a Resolução/INSS/nº 168, de 23/06/93, solicitamos esclarecimentos ao gestor sobre a forma que foi realizada a referida permuta, conforme a especificamos a seguir:

"(...)

Justificar:

- 1) Por que a Construtora Merzian não foi desclassificada, tendo em vista não possuir imóvel para permuta, conforme determina a legislação vigente?
- 2) Como o INSS só tem interesse de negociar, por permuta, imóvel do INSS por imóvel construído para instalação de APS, por que o imóvel adquirido para instalação da APS, não foi avaliado pela CEF?
- 3) Devido ao lapso de tempo decorrido entre a avaliação da CEF do imóvel de propriedade do INSS (22/11/1999), por que não foi providenciada uma nova avaliação desse imóvel e também a avaliação da APS em 26/06/2002, quando da expedição do Termo de Habite-se?"

Observação: Imóvel do INSS - terreno: 521,21m² e área construída de 1.942,04m² (6 pavimentos, mais garagem e cobertura)

Terreno da empresa - Lote 3: 360,43 m² e Lote 4: 444,46 m², totalizando 804,89 m²

Edificação: 581,38 m² (1 pavimento).

JUSTIFICATIVA: O gestor, inicialmente, enviou a esta SFC o Ofício nº 440/INSS/DCGAB, de 14/04/2003, com argumentos apresentados pela Divisão de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário, em documento datado de 10/04/2003, sendo que os mesmos foram retificados pela Coordenação-Geral de Logística, em 29/04/2003, e encaminhados a esta SFC por meio do Ofício nº 542/INSS/DCGAB, de 05/05/2003, da Chefia de Gabinete do Diretor-Presidente, conforme transcrevemos a seguir:

"A Administração do INSS tem como uma das políticas na área de Patrimônio Imobiliário a obtenção de prédio próprio para instalação de unidade de Serviço do INSS em localidade de interesse da população, e uma das formas de obtenção de imóveis é a permuta. Embora no Patrimônio Imobiliário constem muitos imóveis, nem sempre, estes, são localizados onde há interesse do INSS em atender a população;

A alienação de imóveis do INSS é regulamentada pela Lei nº 9.702/98, cominadas com a Lei nº 9.636/98 e Lei nº 8.666/93. Mas, outras leis, normas de direito e jurisprudências são utilizadas de forma a estabelecer o arcabouço jurídico e amparar as transações com imóveis do INSS;

A presente alienação foi efetivada com base nas Leis nº 9.702/98, nº 9.636/98 (arts. 30 e 39) e nº 8.666/93 (art. 17, inciso I, alínea "c") e Parecer nº 140/2002, do Sr. Procurador Federal Teófilo José Taveira Neto, do INSS/GO. E, Lei nº 5.194/66 e Resolução CONFEA nº 218/93, que trata de avaliações de imóveis por engenheiro.

Os procedimentos administrativos relativos ao processo nº 35069.002448/1999-99, bem como, os referentes à permuta de imóveis entre o INSS e a Construtora e Incorporadora Merzian Ltda, estão a cargo da Gerência-Executiva do INSS em Goiânia/GO, visto seu interesse administrativo na permuta e todos os procedimentos visando sua efetivação.

Assim sendo, a GEX/GO esclarece o seguinte:

1º - 'O procedimento de Permuta foi instruído tendo como objeto a troca de um imóvel do instituto, por um projeto padronizado pelo INSS de edificação futura cuja permuta ocorreria somente quando concluída a obra, de acordo com o Termo de Compromisso firmado com a Construtora.

Entendemos que todos os aspectos legais do procedimento tenham sido objeto de apreciação pelo setor competente, inclusive aqueles relativos à classificação e desclassificação da Construtora.'

'Com a publicação em jornal de maior circulação, neste caso o jornal, "O Popular", para procura de imóvel onde o INSS almejava implantar Agência para atendimento em melhores condições para sua clientela na região Aparecida de Goiânia, cuja Agência em funcionamento apresentava-se em avançado estágio de precariedade, desconforto, insalubridade e inadequado para uso, ferindo inclusive a NR-18, houve a apresentação de uma proposta com as seguintes condições:

a) Disponibilidade de lotes vagos na região em que era interesse do INSS para instalação da Agência e que atendia as expectativas inerentes ao serviço oferecido pelo INSS, conforme relatório de vistoria e ratificação da viabilidade dos mesmos (...).

b) Disposição em oferta esses lotes para construção da edificação padrão do INSS, conforme as especificações, normas e demais preceitos estabelecidos pelo INSS.

c) Onde o proponente se dispunha a construir, conforme determinado pelo INSS, uma edificação nos moldes do projeto - modelo para 10.000 benefícios, desenvolvido por Grupo de Trabalho constituído pela Direção Geral do INSS/DF, cumprindo todas as etapas construtivas e especificadas, em atendimento ao PMA - Programa de Melhoria de Atendimento da Previdência Social;

Que a proposta oferecida não foi desclassificada pelas vantagens acima enumeradas, sendo acolhida pela Administração, conforme ata de reunião do dia 14 de abril de 2000, e outros procedimentos administrativos (...), analisados pela Procuradoria Estadual do INSS.'

2º - 'O valor do projeto padrão, isto é, prédio adquirido (quando concluído), objeto da permuta, foi avaliado inicialmente por orçamento estimativo, elaborado com base em banco de dados adotados pelo INSS. Nestas circunstâncias, entendemos que sendo o imóvel objeto da permuta, um projeto de edificação futura, não haveria como submete-lo à avaliação da CEF.'

- 'elucidamos que a Permuta somente se efetivou quando a Proponente ofereceu um imóvel edificado, pronto, novo, específico para o uso do INSS, sem ter que o INSS recorrer a adequações, um dos motivos do interesse me autorizar a Permuta. Quanto aos valores a serem apurados através de Laudo de Avaliação, evidencia-se que tal procedimento foi efetivado em época inicial aos procedimentos, e garantido em lei, conforme pronunciamento da Procuradoria Estadual e que por razões estas levou a assinatura por esta Gerência do termo de Compromisso e de autorização para lavratura de escritura e registro, pela Direção Geral do INSS em Brasília.'

3º - 'Entendemos que a ocorrência de novas avaliações (alteração de regras) nos períodos mencionados poderiam ser realizados se as mesmas constassem do Termo de Compromisso.' 'esclarecemos que os valores apurados, com efeito aconteceu exatamente no dia 14/04/2000, relatado em Ata, às 16:00, quando foram aceitos pelas partes interessadas, e que daí por diante devido a tramitação no dia 21/11/2000 se procedesse a assinatura do Termo de Compromisso, haja visto não ser rotineiro transações desta forma e natureza dentro do INSS.'

2. Cabe esclarecer que foi solicitado, por meio do Memorando INSS/CGLOG nº 388/2003 (...), à Gerência-Executiva do INSS em Goiás, que responda de forma mais objetiva., impreterivelmente, até o dia 08/05/2003, ao questionamento nº 3 constante dessa Solicitação".

Por meio do Ofício nº 592/INSS/DCGAB, de 14/05/2003, o Gestor informou, em complemento a SA 117146-15, o seguinte:

"(...) esclarece que não foi providenciada uma nova avaliação dos imóveis em 26/06/2002, porque tratou-se de uma permuta de imóvel por obra que seria contruída, por preço certo global firmado, conforme termo de compromisso de permuta de imóveis".

2.(...) foi realizada auditoria extraordinária referente a permuta em questão (...). No Relatório de Ação de Auditoria Extraordinária verificamos que o seu item V - Considerações Gerais confirma a justificativa acima transcrita da GEX/GO ao considerar "que o INSS não contratou serviços e sim permuta de imóvel por obra que seria construída por preço certo global firmado..." E, no mesmo item, consta que, procedendo a análise comparativa de preço por metro quadrado de obra construída, foi observado o preço praticado pela empresa ficou inferior ao do Instituto sem o BDI. Ao final, item VI, o relatório concluiu que os atos praticados na execução da permuta acudiram aos preceitos legais vigentes, e que foi atingido o princípio da economicidade, quando se detectou que os custos ofertados pelo promitente - permutante ficaram inferiores aos praticados pelo INSS, à época."

AValiação DA SFC: Ficou evidenciado que o INSS tem autorização para proceder alienação dos bens imóveis de propriedade dos segurados da Previdência Social, conforme verifica-se na Lei nº 9.702/98, observando no que couber as disposições da Lei nº 8.666/93 e da Lei nº 9.636/98.

A permuta de imóveis edificadas ou não, ou por edificação a construir, poderá ser autorizada pelas entidades conforme dispõem os artigos 30 e 39 da Lei nº 9.636, de 15/05/98.

A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificada, será precedida de avaliação e obedecerá as normas, que no caso em questão é permuta, por outro imóvel, que atenda aos requisitos constantes do inciso X, do art. 24, conforme dispõe o art. 17, inciso I, alínea 'c' da Lei 8.666/93.

Observa-se que o art. 24, inciso X, condiciona que no caso de dispensa de licitação, a compra de imóvel deverá ser condicionada ao atendimento das finalidades da Administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia.

Segundo Marçal Justen Filho, no caso de permuta, a Administração não percebe uma contrapartida em dinheiro, mas obtém uma vantagem que atende ao interesse público. (...) a alínea 'c' disciplina a aquisição do domínio de um imóvel através da transferência do domínio de outro imóvel.

Dessa forma e diante do exposto, visando dar maior transparência ao processo e resguardar o bem público, há uma necessidade da avaliação do imóvel de propriedade do INSS e de propriedade da empresa em questão (imóvel construído e edificado), a ser realizada pela Caixa e aprovada pela área responsável do INSS, uma vez que o objeto de permuta foi avaliado por um custo de orçamento estimativo de um projeto padrão do Instituto.

Portanto, quanto à avaliação, o INSS encontra-se pendente de informação, inclusive de apuração de responsabilidade e TCE, caso se confirme prejuízo com a permuta em questão.

RECOMENDAÇÃO: Recomendamos a adoção de providências para que sejam realizadas as devidas avaliações e encaminhadas a esta SFC que deverá se manifestar sobre o assunto em questão."

Em decorrência dos trabalhos desenvolvidos pela Comissão de Acompanhamento, Revisão e Apurações, relativas ao INSS e DATAPREV, foi solicitado ao INSS, por intermédio do Ofício nº 2.804/CGU-PR, informações sobre a situação do processo administrativo disciplinar referente a eventual subfaturamento de imóvel público, objeto de permuta, na cidade de Goiânia, cuja solicitação inicial de instauração consta do Ofício nº 1.785/CGU-PR, de 13.10.2003.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Em atendimento à solicitação desta SFC, o Gestor encaminhou, em 30.12.2003, por meio do Ofício/INSS/DCGAB nº 1549, Parecer nº 294/2003 da

Corregedoria do INSS, datado de 1.12.2003, ao qual acrescentou as seguintes informações:

"A Procuradoria da República/GO, visando a instrução de processo administrativo que versa sobre suspeita de subfaturamento do imóvel do INSS objeto da permuta supracitada, requereu ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - Secretaria do Patrimônio da União, a elaboração de Laudo de Avaliação dos imóveis que foram objeto da permuta, o qual foi concluído em 19.5.2003 da seguinte forma: 1) O imóvel sede do Posto de Atendimento do INSS em Aparecida de Goiânia/GO, construído pela empresa permutante, foi avaliado em R\$ 503.017,92; e 2) O imóvel do INSS dado em permuta foi avaliado em R\$ 923.595,38.

Considerando as divergências entre os valores das avaliações procedidas pela Caixa Econômica Federal e pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - Secretaria do Patrimônio da União, a Procuradoria da República em Goiás, através do Ofício/PRDC/PR/GO nº 1800/2003 solicitou ao Procurador-Geral da República que requisitasse à Controladoria-Geral da União a instauração de uma auditoria no INSS/GO para apurar a responsabilidade pelo subfaturamento acima demonstrado. O Exmo. Sr. Procurador-Geral da República, por meio do Ofício nº 707 de 20.6.2003, encaminhou à Controladoria-Geral da União o pedido da Procuradoria da República em Goiás de instauração de auditoria.

Tomando conhecimento do pedido de instauração de auditoria apresentado e de posse da documentação pertinente, a Controladoria-Geral da União, por meio do Ofício nº 1785, solicitou ao Diretor-Presidente do INSS a instauração de processo administrativo disciplinar, em face de eventual ilegalidade presente no procedimento de permuta acima narrado."

A Corregedoria do INSS apresentou as seguintes conclusões na análise do Processo:

"(...)

Os laudos de avaliação elaborados pela Caixa Econômica não foram submetidos à análise técnica pela Coordenação-Geral de Engenharia e Patrimônio, somente, por determinação do Chefe da Seção de Logística, o engenheiro do quadro Luiz Mauro da Silva emitiu parecer técnico quanto à planilha do orçamento analítico da obra apresentada pela Construtora e Incorporadora Merzian Ltda.

Ressalte-se que a manifestação da Procuradoria Local também não atentou para tal fato, eis que conclui que os procedimentos adotados estavam regulares, sendo observados na íntegra as determinações expressas na Resolução nº 168/93, sugerindo-se o encaminhamento do processo à Gerência Executiva de Goiânia/GO para decidir quanto à realização da permuta, o que seria a fase seguinte à manifestação técnica quanto aos laudos de avaliação.

Através da elaboração de Laudo de Avaliação dos imóveis que foram objeto da permuta em análise pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - Secretaria do patrimônio da União, requerido pelo Ministério Público Federal, verificou-se indícios de subfaturamento quando da avaliação pela Caixa Econômica Federal, do imóvel do INSS, eis que fora encontrada diferença considerável entre os valores apresentados.

Ante o exposto, sugere-se a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, com fundamento no artigo 143 da Lei nº 8.112/90, para a apuração das suspeitas de irregularidades acima noticiadas."

Por meio do Ofício/INSS/DCGAB nº 136, o Gestor encaminhou, em 11.2.2004, cópia da Portaria/INSS/CORREG nº 61, de 2.2.2004, na qual é constituída a Comissão de Inquérito, formada por 3 servidores do quadro, para apuração dos fatos referentes ao processo em análise, tendo sido fixado prazo de 60 dias, ou seja, até 2.4.2004, para conclusão dos trabalhos.

AVALIAÇÃO DA SFC:

O assunto ainda continua PENDENTE, tendo em vista que a Corregedoria-Geral do INSS ainda não informou sobre o resultado do PAD, bem como da abertura de Tomada de Contas Especial, se for o caso.

4.1.2.11 INFORMAÇÃO**AÇÕES DE CONTROLE NA ÁREA DE RECURSOS HUMANOS**

Foi citado no Relatório de Auditoria de Gestão nº 117146/2003(item 9.4.1.1), na área Gestão de Recursos Humanos, no item referente a **PROCESSOS DISCIPLINARES**, as seguintes informações:

"A Corregedoria da Auditoria-Geral encaminhou, no decorrer do exercício de 2002, 71 (setenta e um) Processos Administrativos Disciplinares - PAD à Procuradoria Federal Especializada/INSS e à Procuradoria-Geral Federal/AGU, para adoção de providências dessas áreas.

Com a finalidade de maiores informações quanto aos resultados efetivos dos processos em questão, emitimos a S.A nº 117146-12, de 28/02/2003.

JUSTIFICATIVA: *Em resposta, foram apresentadas informações sobre o andamento dos processos em referência, por meio do Ofício nº 365/INSS/DCGAB, de 01/04/2003, as quais especificamos a seguir:*

Processo/Documento	Encaminhamento/Situação	Data
35000.00291/2002-91	Procuradoria-Geral do INSS/Arquivado	04.02.2003
35000.00428/2002-15	Procuradoria do INSS no DF/vistas dos autos	24.01.2003
35366.004694/2000-27	Proc. do INSS em Taubaté/Ciência da decisão	22/11/2002
35204.016733/1999-68	CI/PT/AGU/PGF nº 66/2003 (Recife)	13.03.2003
35000.007905/1998-27	PGF - para julgamento	25.02.2003
35232.000576/2001-18	CI/PT/AGU/PGF nº 205/2002 (Natal)	23.12.2002
35232.001929/2000/62	CI/PT/AGU/PGF nº 329/2002 (Natal)	06/01/2003
35013.000062/2001-46	CI/PT/AGU/PGF nº 34/2003 (Salvador)	21.02.2003
35000.033664/1993-85	PGF - para julgamento	10/03/2003
35000.004050/1997-83	CI/PT/AGU/PGF nº 52/2003 (Rio de Janeiro)	28.02.2003
35000.002198/1999-45	CI/PT/AGU/PGF nº 306/2002 (Belem)	10.12.2002
35183.006274/2000-04	CI/PT/AGU/PGF nº 304/2002 (Curitiba)	11.12.2002
35183.012043/1996-18	CI/PT/AGU/PGF nº 330/2002 (Curitiba)	13.01.2003
35000.009380/2000-32	Procuradoria - Geral do INSS - Arquivamento	20.02.2003
35378.000862/2001-01	PGF - para julgamento	25.02.2003
35000.008859/1995-02	PGF	31.07.2002
35000.002225/1999-16	PGF - para julgamento	-
37280.001766/2002-92	PGF - para julgamento	-
37280.001369/2002-11	CI/PT/AGU/PGF nº 68/2003 (Rio de Janeiro)	17.03.2003
35000.004694/1999-98	Procuradoria-Geral do INSS - indicação do CI	27.01.2003
35000.000159/2002-89	Procuradoria-Geral do INSS - indicação de CI	23.08.2002
35000.001370/1994-75	Procuradoria-Geral do INSS - indicação de CI	21.02.2003
00400.001448/2003-99	Procuradoria-Geral do INSS - indicação de	19.02.2003

	CI	
35239.002031/2000-04	Procuradoria-Geral do INSS - em análise	10.03.2003
35393.004949/1998-92	Procuradoria-Geral do INSS - em análise	28.02.2003
35301.143250/1994-03	PGF	29.07.2002
35000.005052/1998-25	PGF	29.07.2002
37280.001374/2002-23	PGF	30.09.2002
37280.000921/2002-53	PGF	30.09.2002
35331.006388/1989-36	PGF	30.09.2002
37280.001757/2001-31	PGF	10.01.2003
35301.006411/2001-17	PGF	17.10.2002
35301.006412/2001-80	PGF	17.10.2002
COMANDO 4836103 - Of. 135/2002	PGF	19.07.2002
35346.000491/2000-08	PGF	19.07.2002
35000.003262/2001-74	PGF	31.01.2003
Processo/Documento	Encaminhamento/Situação	Data
35000.010907/2000-17	PGF	31.01.2003
35366.000480/2001-62	PGF	08.10.2002
35239.001947/2002-73	PGF	17.10.2002
35000.009380/1999-27	PGF	11.11.2002
35000.008191/1997-57	PGF	25.11.2002
37284.000799/2001-02	PGF	03.12.2002
30000.007274/1987-61	PGF	24.07.2002
35204.009392/2002-04	PGF	19.07.2002
35097.002943/2002-56	PGF	19.07.2002
37284.004732/2002-10	PGF	13.09.2002
35460.000546/2002-06	PGF	25.09.2002
COMANDO 6272105 - Of. nº 260/02	PGF	26.07.2002
COMANDO 7499116 - Of. nº 406/02	PGF	07.11.2002
COMANDO 1073882 - RT/PCCS	PGF	08.11.2002
35000.008595/94-43 (COMANDO 5637519)	PGF	08.11.2002
37280.000404/2002-30	Coord. Geral da Dívida Ativa/PG	07.01.2003
35301.007105/1999-20	Setor de Falências e Concordatas da Div. Ativa/RJ	14.01.2003
COMANDO 6569443 - Of. nº 297/02	Procuradoria do INSS/DF	15.08.2002
35000.009802/1998-65	Seção do Contencioso Judicial em João Pessoa	10.01.2003
35204.001100/2000-33	Coord. Geral do Contencioso Judicial/PG	30.01.2002
35000.003030/1999-01	Chefia de Gabinete/DC	20.11.2002
35000.009278/1996-98	Divisão de Corregedoria/RJ	13.11.2002
35000.000797/1994-74	Procuradoria - Geral do INSS - Arquivado	25.11.2002
37280.003146/2001-18	Divisão de Corregedoria/RJ	09.09.2002
35301.162815/1994-99	Corregedoria - Auditoria - Geral	26.02.2003
31.00.037988/1998-38	Divisão de Corregedoria/RJ	19.12.2002
35301.111235/1992-90	Divisão de Corregedoria/RJ	14.02.2003
35000.008859/1995-02	Repres. Auditoria em Santa Catarina	03.05.2002
35366.000801/2000-93	Procuradoria - Geral do INSS - Arquivado	27.11.2002
35000.003160/2001-02	Corregedoria - Auditoria - Geral	16.01.2003
35069.000257/1996-77 (COMANDO 7729767)	PGF	27.11.2002
35366.001960/2002-01	Corregedoria - Auditoria - Geral	10.03.2003

35000.002787/1999-04	Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística	28.02.2003
35000.002255/2001-73	Chefe de Gabinete/DC	26.02.2003
35000.008096/2000-01 (solicitado pelo nº 35069.008096/2000-01)	Procuradoria - Geral do INSS - em análise	10.03.2002

Quanto aos Processos Administrativos Disciplinares encaminhados à PGF/AGU, o INSS esclareceu que solicitou informações sobre o andamento dos mesmos junto à PGF, obtendo em resposta que estão em fase de apreciação por aquele Órgão Jurídico, conforme Ofício/PGF/PFE/PG-INSS/nº 048, de 17/03/03 e Ofício nº 517/INSS/DCGAB, de 29/04/03.

Esclarecemos que em relação ao processo administrativo disciplinar referente aos contratos: 1) INSS e BRADIV, que visava contratação de serviços de divisórias para a implantação do Programa de Melhoria do Atendimento - PMA); 2) INSS, CEF e Prefeitura de São Paulo - Parque do Povo, que trata do acordo de desapropriação de imóvel do INSS; o senhor Procurador Geral Federal da AGU determinou o arquivamento do processo em relação aos procuradores, restando, tão-somente, o julgamento em relação aos demais servidores do Instituto.

AValiação DA SFC: Diante do exposto, verifica-se que as questões tratadas nos processos em referência encontram-se PENDENTES de atendimento”.

Dos 71 Processos Administrativos Disciplinares - PAD, obtivemos informações sobre o PAD nº 35000.003160/2001-02 - INSS, CEF e Prefeitura de São Paulo (Parque do Povo), que trata de irregularidades na celebração do Acordo de Desapropriação Indireta nº 482.340 de imóvel do INSS, no município de São Paulo, com indícios de envolvimento de Procuradores Federais. O citado processo foi encaminhado à AGU, para adoção de providências daquele Órgão Jurídico.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Em resposta ao Aviso nº 536/CGU-PR de 11.8.2003, a AGU apresentou o Parecer nº 140/PGF/SRPL/2003, de 15.7.2003, concluindo que:

“(…) No parecer nº 00115/2003, exarado pelo Corregedor-Geral do Instituto Nacional do Seguro Social, (fls. 773/798), as mencionadas possíveis irregularidades foram detalhadas, salientando-se a necessidade de instauração de procedimento disciplinar, com os seguintes objetivos:

a) apurar a responsabilidade funcional pela assinatura do acordo celebrado em 10 de dezembro de 1996, uma vez que há manifesta infringência ao teor da Lei nº 8.197, de 27 de junho de 1991;

b) averiguar quem assessorou ou então Presidente do INSS na celebração do acordo, tendo em vista que segundo provas testemunhais colhidas nos autos, o mesmo afirmou em inúmeras oportunidades que só celebrou o acordo, porque recebeu informações acerca da sua legalidade, e não consta do presente processo, nem de seus anexos, nenhum documento neste sentido, pertinente à celebração do acordo;

c) averiguar se efetivamente houve prejuízo ao patrimônio da Autarquia Previdenciária, tendo em vista que existem inúmeros documentos e testemunhos, onde há referência a valores de avaliação do imóvel, muitos superiores ao que consta do acordo;

d) apurar qual a justificativa legal para que se tenha determinado a desistência do recurso junto ao CONDEPHATI, e eventual responsabilidade funcional, ante os seguintes argumentos da Procuradoria em São Paulo;

e) apurar a denúncia de que a Equipe de Ações Cíveis e Criminais da Procuradoria em São Paulo foi afastada do acompanhamento da Ação de Desapropriação nº 482.340 e todos os procedimentos administrativos correlatos, em face do posicionamento favorável a realização das transações acima aludidas;

f) averiguar quais as justificativas para que a Comissão Especial de Licitação, tenha adotado medidas visando a manutenção do acordo celebrado em evidente inobservância ao art. 1º e 5º da Lei nº 8.197, de 1992;

g) afastar ou confirmar se foram infringidos os arts. 4º, 5º, 10, e III e IV e, caput do art. 11 da Lei nº 8.429, de 1992.

Nestes Termos, opinamos, com fulcro no art. 168 da Lei nº 8.112, de 1990, e em acolhimento às conclusões da Comissão Processante, pela instauração, com respaldo no art. 143 do Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis da União, de processo administrativo disciplinar para a apuração das irregularidades narradas, mediante a nomeação de nova Comissão Processante portaria conjunta do Procurador-Geral Federal e do Presidente do INSS”.

AValiação DA SFC:

O assunto encontra-se PENDENTE, aguardando determinações provenientes da AGU, devendo ser agilizada a instauração de nova Comissão Processante para a regularização dessa questão, conforme sugerido no Parecer nº 140/PGF/SRPL/2003. Quanto aos demais PAD há necessidade de informações sobre o andamento dos mesmos.

- Relatórios de Auditoria Integrada de Pessoal, realizados nas Gerências Executivas de Florianópolis/SC e Fortaleza/CE - Excedente de lotação de servidores; e servidores trabalhando efetivamente 30h semanais, assinando e recebendo por 40h (item 9.1.1.1 do relatório de auditoria de gestão nº 117146/2003)

Foi constatado no Relatório de Auditoria de Gestão nº 117146/2003, no item referente a Recursos Humanos, o seguinte:

“(...

Cabe registrar que nos trabalhos de auditoria de acompanhamento integrada realizados nas Gerências-Executivas de Fortaleza/CE e Florianópolis/SC, tomando como base os resultados dos estudos feitos pelo grupo de trabalho instituído pela Portaria INSS/DIRADM nº 22, de 2.2.2001, que definiu parâmetros para adequação da força de trabalho necessária para o funcionamento das Gerências-Executivas do INSS, em todo território nacional, permitiram verificar excessos de servidores nas áreas de atividades administrativas, excluindo as categorias funcionais de Procuradores Federais, Auditores Fiscais da Previdência Social, Médicos, Supervisores Médicos Periciais e Assistentes Sociais, por não terem sido incluídos no estudo do citado grupo de trabalho.

Comparando os quantitativos informados pelo grupo de trabalho com os existentes nas Gerências-Executivas, evidenciou-se em Fortaleza/CE um excedente de 260 servidores e em Florianópolis, 226 servidores.

Outro fato identificado foi a existência de servidores do Instituto trabalhando efetivamente 30h semanais e assinando e recebendo por 40h, excetuando os pertencentes às categorias funcionais que prevêem tais reduções em Lei.

Diante dessa constatação, emitimos a Solicitação de Auditoria nº 117146-28, solicitando que fosse informado o amparo legal e as providências adotadas com vistas a regularizar a situação, por estar em desacordo com a legislação que preceitua sobre a carga horária de trabalho no âmbito do Serviço Público Federal.

Em resposta, o Chefe de Gabinete do Diretor-Presidente, por intermédio do Ofício nº 427/INSS/DCGAB, de 9.4.2003, informou que constituirá Comissão para solucionar os problemas referentes à jornada de trabalho, definindo os limites mínimos e máximos de horas semanais, nos termos do artigo 19 da Lei nº 8.112/90, visto tratar-se de Órgão cuja atividade principal está relacionada diretamente ao atendimento ao público.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR: Em resposta, o Chefe de Gabinete do Diretor-Presidente, por intermédio do Ofício nº 427/INSS/DCGAB, de 9.4.2003, informou que constituirá Comissão para solucionar os problemas referentes à jornada de trabalho, definindo os limites mínimos e máximos de horas semanais, nos termos do artigo 19 da Lei nº 8.112/90, visto tratar-se de Órgão cuja atividade principal está relacionada diretamente ao atendimento ao público.

No que diz respeito à jornada de trabalho, o INSS deverá encaminhar a esta SFC os resultados alcançados pela Comissão

AVALIAÇÃO DA SFC: Apesar dos trabalhos desenvolvidos pelo INSS, visando minimizar a situação da falta de pessoal face a demanda por serviços do Instituto ser fator inquestionável, é fundamental ressaltar que devem ser envidados esforços no sentido de se determinar o efetivo de servidores necessários à manutenção das atividades de suas Gerências-Executivas, corroborando com os resultados apresentados pelo Grupo de Trabalho instituído pela Portaria INSS/DIRADM nº 22, de 2.2.2001, objetivando eliminar os excessos de lotações de servidores, conforme verificado nas Gerências-Executivas de Fortaleza e Florianópolis, situação esta, que poderá estar ocorrendo em outras localidades, para aí sim, determinar a real necessidade de recursos humanos.

RECOMENDAÇÃO: Que o INSS adote providências para eliminar os excessos de lotação de servidores, bem como regularizar a situação dos servidores que estão trabalhando efetivamente 30h semanais, assinando e recebendo por 40h, excetuando os pertencentes às categorias funcionais que prevêem tais reduções em Lei, conforme verificado nas auditorias realizadas nas Gerências Executivas de Florianópolis/SC e Fortaleza/CE

AVALIAÇÃO DA SFC:

Informações atualizadas sobre as questões apontadas nos Relatórios em referência, as justificativas do Gestor, avaliação da SFC, bem como as respectivas recomendações, estão detalhadas em itens próprios na área de Gestão de Pessoas, deste Relatório.

4.2.3 ASSUNTO - TOMADA DE CONTAS ESPECIAL - TCE

4.2.3.1 - CONSTATAÇÃO:

Ausência de abertura de TCE

No tocante aos processos de Tomada de Contas Especial referentes aos exercícios anteriores a 2003, foi informado no Relatório de Auditoria de Avaliação de Gestão nº 117146/2003 a seguinte situação:

"Tomada de Contas Especial (IN/TCU nº 35/2000 e Decisão Normativa/TCU nº 43/2001)

No decorrer do exercício de 2002, foram concluídos 09 (nove) processos de Tomada de Contas Especial, sendo 08 (oito) provenientes de obras inacabadas relativos a construção de Postos de Benefícios, no Estado do Maranhão. Os processos de TCE foram instaurados no exercício de 1995, cujo os autos já foram analisados pelo Tribunal de Contas da União e devolvidos para complementação de informações pelo INSS, e 01 (um) relativo ao Convênio nº 02/91, firmado com a Secretaria de Polícia Federal/DPF, conforme especificamos a seguir:

Tabela 1: Processos TCE Pendentes de Regularização

PROCESSO/TCE/ Nº	ASSUNTO	UF	VALOR TOTAL DO DÉBITO (R\$)	AGENTE RESPONSÁVEL
35000.009478/1995-04	Construção do Posto de Benefício de Tutóia	MA	33.927,19	Almir Lopes Moreira e Marinel Dutra de Matos
35000.009475/1995-16	Construção do Posto de Benefício de Riachão	MA	30.499,12	Almir Lopes Moreira Filho e Marinel Dutra de Matos
35000.009479/1995-69	Construção do Posto de Benefício de Açailândia	MA	34.705,17	Almir Lopes Moreira Filho e Marinel Dutra de Matos
35000.009480/1995-48	Construção do Posto de Benefício de Colinas	MA	67.554,85	Almir Lopes Moreira Filho e Marinel Dutra de Matos
35000.009477/1995-33	Construção do Posto de Benefício de Vargem Grande	MA	72.510,75	Almir Lopes Moreira Filho e Marinel Dutra de Matos
35000.009481/1995-19	Construção do Posto de Benefício de Timon	MA	28.027,54	Almir Lopes Moreira Filho e Marinel Dutra de Matos
35000.009483/1995-36	Construção do Posto de Benefício de Lago da Pedra	MA	12.848,75	Almir Lopes Moreira Filho e Marinel Dutra de Matos
35000.009482/1995-73	Construção do Posto de Benefício de Presidente Dutra	MA	49.767,23	Almir Lopes Moreira Filho e Marinel Dutra de Matos
35000.004075/94-61 35000.6084/91-81- Ref. Convênio nº 02/91	Convênio firmado com a SPF/DPF	DF	-	-

Com o objetivo de verificar o andamento dos trabalhos e os controles mantidos pela Instituição no que se refere a instauração de Tomada de Contas Especial, no exercício de 2002, solicitamos as seguintes informações:

- a) *informar quantos processos de TCE foram instaurados e a instaurar, no exercício de 2002, pela Coordenação Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade, especificando a data da comunicação para a devida instauração; e*
- b) *solicitamos, ainda, informações de TCE em nível Brasil, bem como quanto ao que dispõe o art. 7º da Instrução Normativa/TCU nº 35/2000- 09-18.*

JUSTIFICATIVA:

Por meio do Ofício nº 499 INSS/DCGAB, de 24/04/2003, o gestor apresentou as seguintes justificativas/esclarecimentos:

"(...) esta Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade já manifestou a necessidade de alteração da Estrutura do Órgão, sugerindo a criação de uma Divisão, vinculada a esta Coordenação, com atribuição específica, os assuntos relativos as demandas decorrentes dos Órgãos de controle interno e externo, com ênfase no acompanhamento de Tomada de Contas Especial. Outra proposição é estender a atribuição de instauração de Tomada de Contas Especial aos Serviços/Seções de Orçamento, Finanças e Contabilidade localizados nas Gerências-Executivas.

Esclarece-se que houve restrições orçamentárias vividas por este Instituto nos últimos anos, o que dificultou a implementação de uma ação permanente de capacitação de recursos humanos voltada para objetivo de instauração de TCE's, uma vez que, normalmente, os recursos destinados a atender despesas com diárias e passagens são escassos.

(...)

Esclarecemos ainda, que foi constituído Grupo de Trabalho que instaura TCE, no Estado do Rio de Janeiro - RJ, para que no prazo de 90 (noventa) dias sejam formalizados, analisados e concluídos os trabalhos, referentes a diversos processos, conforme Portaria DIROFL nº 2993, de 17/10/2002, (...)

Finalmente, informamos que esta Coordenação estará promovendo um mapeamento, neste exercício, visando identificar processos que serão objeto de instauração de Tomada de Contas Especial, em especial aos processos relativos à Portaria INSS/DIROFL nº 2.993, de 17/10/2002 (...), objetivando a intensificação de parcerias com a Auditoria-Geral e Corregedoria-Geral."

Quanto aos 21 processos administrativos disciplinares, com indicação de instauração de TCE em virtude da existência de prejuízos à Instituição, por meio do Ofício INSS/AUDGER nº 00063, de 12/03/2003, foram prestadas as seguintes informações:

Tabela 2: PAD com indicação de TCE

Itens	Número do Processo	Auditoria Regional Responsável	Data de encaminhamento à Auditoria Regional
01	35301.017912/98-05	AUDREG III - RJ	01.05.2002
02	35000.002073/01-66	AUDREG III - RJ	21.10.2002
03	35204.001657/02-45	AUDREG V- PE	04.11.2002
04	35204.019355/98-48	AUDREG V - PE	18.10.2002
05	35301.001706/99-47	AUDREG III - RJ	18.06.2002
06	35301.000949/00-19	AUDREG III - RJ	18.06.2002
07	35301.010138/98-76	AUDREG III - RJ	19.06.2002
08	35204.004403/99-66	AUDREG V - PE	03.12.2002
09	35301.065989/92-05	AUDREG III - RJ	23.12.2002
10	37284.000629/01-10	AUDREG VI - DF	15.03.2002
11	35301.005705/96-83	AUDREG III - RJ	17.10.2002
12	35166.000076/00-46	AUDREG VI - DF	09.08.2002
13	35301.006275/98-33	AUDREG III - RJ	30.10.2002
14	35232.001610/01-81	AUDREG V - PE	07.08.2002
15	35172.000070/02-98	AUDREG V - PE	25.06.2002
16	35204.017641/97-15	AUDREG V - PE	27.08.2002
17	35204.012598/99-72	AUDREG V - PE	21.08.2002
18	35059.000125/00-95	AUDREG III - RJ	08.04.2002
19	35301.017981/98-10	AUDREG III - RJ	08.04.2002
20	35059.004168/99-34	AUDREG III - RJ	07.05.2002
21	35043.001313/00-82	AUDREG V - PE	12.04.2002

AVALIAÇÃO DA SFC:

A Direção do INSS responsável pela instauração de TCE, independentemente dos problemas estruturais, deve agir tempestivamente no sentido de constituir comissões nos Estados, onde ocorrerem fatos que resultem em prejuízo ao Instituto, promovendo a instauração de TCE, para apuração de responsabilidade, conforme preceitua a IN/TCU nº 35/2000-09-18, tendo em vista que não houve instauração de processos de TCE em 2002. Ressaltamos,

também que o assunto é objeto de decisões do TCU, bem como de recomendações desta SFC constantes deste relatório.

RECOMENDAÇÃO:

Adotar providências no sentido de constituir comissões nos Estados onde ocorrerem fatos que resultem em instauração de TCE, visando apuração de responsabilidade, em atendimento ao que preceitua a IN/TCU nº 35/2000-09-18 e Decisão Normativa/TCU nº 43/2001."

Em virtude dos trabalhos de auditoria referentes ao exercício de 2003, foi informado a esta DSPAS, em 9.2.2004, por via eletrônica, pela Coordenação-Geral de Auditoria Especial desta SFC, que os documentos listados na **tabela 1, referente aos Processos TCE Pendentes de Regularização**, encontram-se analisados e certificados ao TCU, à exceção do Processo nº 35.172.001535/2000-93 diligenciado ao INSS.

Quanto aos 21 processos constantes na **Tabela 2: PAD com indicação de TCE**, não foram apresentadas, no exercício de 2003, informações sobre Instauração das Tomadas de Contas Especiais Em que pese as constatações e recomendações feitas por esta Secretaria Federal de Controle, não houve manifestação do INSS, no sentido de fornecer tempestivamente informações sobre o andamento e a regularização dos referidos processos.

Com relação à instauração de Tomada de Contas Especial relativa ao período de 2003, também não houve informação sobre o assunto, em desacordo com o que preceitua a IN/TCU nº 35/2000.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Não houve manifestação do INSS.

RECOMENDAÇÃO:

Tendo em vista o não atendimento das recomendações constantes do Relatório de Auditoria de Avaliação de Gestão nº 117146/2003/SFC/CGU-PR, e em cumprimento o que determina a IN/TCU nº 35/2000-09-18 e Decisão Normativa/TCU nº 43/2001.", reiteramos as recomendações constantes do referido Relatório, para que sejam regularizadas as TCE em questão, bem como que adote providência para responsabilizar os responsáveis pela não abertura das mencionadas TCE.

4.2.4 ASSUNTO - ATUAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA

4.2.4.1 INFORMAÇÃO:

Com intuito de avaliar a atuação da Auditoria Interna do INSS, quanto à execução do PAAAI planejado para o exercício em exame, solicitamos à Auditoria-Geral do INSS, por meio do Ofício nº 4.491 /DSPAS/DS/SFC/CGU-PR, de 4/7/2003, que fosse encaminhada a esta DSPAS/SFC, cópia de todos os trabalhos realizados por aquela Unidade no exercício de 2003, bem como informações a respeito dos que estão em andamento, indicando a data de conclusão.

Emitimos ainda as "Solicitação de Auditoria", nº 137636-02, de 07 de novembro de 2003 requerendo informações sobre as auditorias realizadas no período de julho a outubro/2003 e nº 139816-003, de 12 de março de 2004, solicitando os

trabalhos realizados no período de julho a dezembro de 2003 e o resultado consolidado das providências adotadas, durante o referido exercício, relativamente às recomendações constantes dos relatórios daquela Auditoria Interna.

A Auditoria-Geral em atendimento às solicitações acima, enviou pastas contendo Relatórios e Recomendações relativos ao exercício de 2003, bem como consolidação das recomendações emitidas, conforme as áreas de atuação. Além dessas informações buscamos complementação no Relatório de Gestão/2003.

COORDENAÇÃO-GERAL DE AUDITORIA DE ARRECADAÇÃO E PROCURADORIA

Como resultados alcançados durante o exercício de 2003, das 86 ações previstas foram concluídas 48 (56%), gerando, em decorrência, 773 recomendações às unidades auditadas, conforme o quadro seguinte:

AÇÕES	REALIZADAS	RECOMENDAÇÕES	
		EMITIDAS	REALIZADAS
ORDINÁRIAS	45	690	75
EXTRAORDINÁRIA	03	083	-
TOTAL	48	773	75

A operacionalidade, em âmbito das Gerências-Executivas, abrangeu ações desenvolvidas envolvendo avaliação dos controles internos e processos inerentes às áreas de Arrecadação, Análise, Tributação e Julgamento, Fiscalização, Cobrança, Procuradoria da Diretoria de Receita Previdenciária e da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS. Foram auditados processos de CND por Interveniência, CND canceladas, Obras sem recolhimento e sem decadência, Restituição, Planejamento de Ação Fiscal, Distribuição da Carga Fiscal, Resultado da Ação Fiscal, Controle dos Prazos, Controle dos Créditos em diligência, Baixa por Nulidade, Baixa por Despacho Decisório, Controle dos Parcelamentos, Controles dos Créditos(LDC-NFLD-AI), Controle das Empresas do REFIS, Dívida Ativa (todas as fases dos créditos) CND emitidas por Mandado de Segurança e Controle dos Processos Procuradoria.

Vale destacar a informação prestada por aquela Coordenação sobre uma auditoria-piloto realizada pela Auditoria-Regional de São Paulo, na área de Fiscalização daquele Estado, visando avaliar o planejamento e os resultados da ação fiscal concernentes às receitas de créditos previdenciários, cujas contribuições seriam atingidas pelo instituto da decadência previsto no art.45 da Lei 8.212/91. Dos 40 milhões de reais nessa situação, até dezembro de 2003, após fiscalizações realizadas por aquela Regional, o resultado obtido foi aproximadamente de R\$ 38,3 milhões.

A Coordenação informou ainda que foram implementadas as seguintes medidas: melhoria dos papéis de trabalho de auditoria; a formação de equipes multidisciplinares; e a integração da Coordenação-Geral com as Divisões das Regionais.

AValiação DA SFC

Mediante as informações prestadas e as contidas no Relatório de Gestão, constatamos que a Coordenação-Geral de Auditoria de Arrecadação e Procuradoria vem envidando esforços no sentido de melhorar a qualidade de suas ações por meio de plano estratégico, contribuindo inclusive com aumento da receita previdenciária, capacitando os servidores da auditoria e promovendo palestras sobre Controle Interno e Auditoria. No entanto, verifica-se que a produtividade de 2003 caiu em relação ao exercício de 2002.

COORDENAÇÃO-GERAL DE AUDITORIA EM GESTÃO INTERNA

Foram planejadas 150 ações de auditorias, sendo realizadas 106, o que corresponde a 71%. As distribuições das ações concluídas estão demonstradas nos quadros seguintes:

Ações Ordinárias (a)	Ações Extraordinárias (b)	Total (c)	(a/c)	(b/c)
77	29	106	72,6%	27,4%

Área Auditada	Ações Realizadas
Recursos Humanos	042
Logística	033
Engenharia	018
Contábil/Financeira	013
Total	106

Os trabalhos desenvolvidos pela Coordenação-Geral de Auditoria em Gestão Interna envolveram as áreas de Recursos Humanos, Logística, Orçamento, Finanças e Contabilidade.

A área de Recursos Humanos analisou em 12 Gerências-Executivas 457 processos de Pensões e, em 47 Gerências, analisou processos de Acumulação de Cargos, detectando 75 casos com indícios de acúmulos de cargos na categoria de médicos e peritos.

A área de Logística auditou processos sobre Contratação de Prestação de Serviços Continuados, Programa de Melhoria de Atendimento - PMA e Aquisições mediante Licitações, Dispensas, Inexigibilidade e Suprimento de Fundos. Com relação à Contratação de Prestação de Serviços Continuados, foram analisados 95 processos de Licitação e Dispensa abrangendo contratação de serviços de reprografia; limpeza e conservação; vigilância (convencional e eletrônica); manutenção de ar-condicionado; manutenção de elevadores; locações de veículos; manutenção de viaturas; e manutenção de rede telefônica. Quanto ao Programa de Melhoria do atendimento, foram analisados em 23 Gerências-Executivas 22 processos, abrangendo contratação de obras e 53 relativos a locação de imóveis de terceiros. No que diz respeito às aquisições, em 39 Gerências foram analisados 157 processos de Licitações, Dispensas, Inexigibilidade e Suprimento de Fundos referentes à aquisição de material de consumo e permanente.

A área de Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil executou em 11 Gerências-Executivas auditorias onde foram analisados procedimentos operacionais, quando do registro de dados nas rubricas contábeis.

A Coordenação-Geral de Auditoria em Gestão interna informou, ainda, a existência de 25 ações de auditoria em andamento, cujo encerramento estaria previsto para 31/12/2003, assim distribuídas: Regional I, 04 ações; Regional II, 06 ações; Regional III, 05 ações; Regional IV, 04 ações; Regional VI, 04 ações e 02 ações na CGAGIN.

AValiação DA SFC:

Mediante os trabalhos apresentados pela Coordenação-Geral de Auditoria em Gestão Interna, verifica-se que o planejamento, embora não tenha sido alcançado na sua totalidade, superou as ações concluídas no exercício anterior.

COORDENAÇÃO-GERAL DE AUDITORIA EM BENEFÍCIOS

Foram planejadas 250 ações de auditorias e concluídas 143, equivalendo a 57,2% desse planejamento. Do total das ações concluídas 120 referem-se a ações ordinárias e 23 a ações extraordinárias, o que corresponde respectivamente, a 83,9% e a 16,1% dessas realizações.

Foram auditados 11.082 benefícios, selecionados conforme os fatores de risco, ou seja, indícios de irregularidades ou fragilidade do processo. Dos resultados alcançados, emitiram-se 9.383 recomendações, sendo que 8.686 recomendações referem-se à suspensão/cessão/cancelamento de benefícios e 697 a revisão de benefícios. Do total das recomendações emitidas, 53,48% foram atendidas até 18/12/2003. Em nível estratégico ou de sistemas, mais 872 recomendações foram emitidas visando melhorias no controle interno com os fins de restabelecer a rotina de supervisão das atividades de técnicas de amostragem.

Os principais assuntos auditados, nessa linha de benefícios, conforme consta do Relatório das Atividades de Auditoria - RAAAI foram: conclusão da Síntese nacional de recomendações referentes a 2002; conclusão de Pré-Auditoria em função das demandas oriundas desta Secretaria de Controle Interno; conclusão da Elaboração do Projeto para mapear e reavaliar o fluxo do Sistema de Informações de Controle de Óbitos; Mutirão para renovação de procedimentos da MAE-RJ; e conclusão da Síntese Nacional das recomendações na área de benefícios por incapacidade referente a 2002.

AValiação DA SFC

Verificamos que a Coordenação-Geral de Auditoria em Benefícios concluiu apenas 57,2% das ações planejadas.

4.2.5 - ASSUNTO - AVALIAÇÃO DÓS CONTROLES INTERNOS

4.2.5.1 - INFORMAÇÃO

Os controles internos da unidade objeto dos exames, nas áreas de gestão utilizadas como pontos de controle, consoante análises e avaliações realizadas por seleção de itens sobre os elementos fornecidos no decorrer dos trabalhos e conforme demonstrados nos subitens próprios deste relatório, apresentam-se:

Na Gestão Operacional: Inadequados, porém aprimoráveis;
Na Gestão Orçamentária: Adequados, porém aprimoráveis;
Na Gestão Financeira: Adequados, porém aprimoráveis;
Na Gestão Patrimonial: Inadequados, porém aprimoráveis;
Na Gestão de Pessoas: Inadequados, porém aprimoráveis;
Na Gestão de Suprimento de Bens e Serviços: Inadequados, porém aprimoráveis.

4.2.6 - ASSUNTO - FORMALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

4.2.6.1 - INFORMAÇÃO

Do exame formal no Processo de Prestação de Contas/INSS nº 35000.000454/2004-05, exercício de 2003, verificamos que está formalizado de acordo com as determinações contidas no Art. 16, da IN/TCU nº 12/96 e a NE/SFC/CGU/PR nº 02/2003, exceto quanto:

- Rol de Responsáveis

Não foi apresentado na forma que determina a Norma de Execução/SFC/CGU/PR nº 02/2003, Inciso III, item 3, alínea "a", que deve ser extraído do SIAFI, transação "CONAGENTE".

Sobre o assunto, a Auditoria Interna, em seu parecer, se manifestou conforme transcrito a seguir:

"No Rol de Responsáveis inserido nos autos - este sem a assinatura do responsável máximo da Instituição - constam os servidores formalmente designados para o exercício dos cargos de Presidente e Diretores, seus Titulares e Substitutos. Entretanto, em consulta ao SIAFI, constatamos que estes servidores não foram incluídos na transação específica para se registrar agentes, tampouco o Contador Responsável e o Coordenador-Geral de Logística, de acordo com a natureza de suas responsabilidades, descumprindo-se o que preceitua a Norma de Execução/SFC/CGU/PR nº 02/2003, (...), Parágrafo 2º do artigo 13 da IN/SFC/MF nº 02 de 20/12/2000 e artigos 9º a 13º da IN/TCU nº 12/96."

- Tomada de Contas Especial - TCE

Não foi anexado ao presente processo o Demonstrativo das TCE, em inobservância aos artigos 6º e 7º da IN/TCU nº 35/2000 que dispõe:

"Art. 7º A tomada de contas especial será elaborada de forma simplificada, por meio de demonstrativo e anexada ao processo da respectiva tomada ou prestação de contas anual do ordenador de despesa ou do administrador, para julgamento em conjunto, quando:

I - o dano for de valor inferior à quantia fixada no art. 6º (para o exercício de 2003, foi fixado em R\$ 15.000,00).

II - quando antes do encaminhamento da tomada de contas especial ao Tribunal, ocorrer:

a) apresentação e aprovação da prestação de contas dos recursos financeiros repassados, mesmo intempestivamente;

b) recolhimento do débito imputado, inclusive gravames legais, desde que fique comprovada boa-fé do gestor e inexistência de outras irregularidades".

- Acórdão 2.169/2003-TCU-2ª Câmara TC 002.428/2001-0 e 011.578/2002-3

Não inseriu no Processo de Prestação de Contas de 2003, relação dos advogados credenciados contratados pelo INSS.

- Plano de Ação do exercício de 2003 contendo as Metas previstas e realizadas

As metas previstas e realizadas não foram apresentadas adequadamente no Processo de Prestação de Contas de 2003, prejudicando a avaliação da gestão quanto a eficácia, eficiência, economicidade e efetividade da gestão do INSS.

5. ÁREA - GESTÃO OPERACIONAL

5.1. SUBÁREA - PROGRAMAÇÃO DOS OBJETIVOS E METAS

5.1.1. ASSUNTO - ORIGENS E DERIVAÇÕES DO PROGRAMA

5.1.1.1. CONSTATAÇÃO:

Irregularidades e Falhas na execução dos programas e ações previdenciárias

Com o intuito de avaliar a eficácia das metas estabelecidas nos Programas tomamos por base as informações do Sistema de Informações Gerenciais e Plurianual - SIGPLAN, com foco nas Ações dos Programas Finalísticos 083 - Previdência Básica, 084 - Arrecadação das Receitas Previdenciárias e 085 - Qualidade do Atendimento na Previdência Social.

Em consulta ao Balanço Geral da União do exercício de 2003, encontrou-se a seguinte situação no que tange à Realização Física e Financeira do Programa 083 - Previdência Social Básica no período 2000-2003:

Ação/Sub-Ação	Produto	Meta Física		%	Meta Financeira		%
		Prevista	Realizado		Previsto	Realizada	
0137-0001 Pagamento de Abono	Pessoa Beneficiada (unidade)	30.814	18.823	61,1	86.368.000,00	57.831.359,00	67
0132-0001 Pagamento de Aposentadorias	Aposentado Beneficiado (unidade)	46.362.401	45.399.737	97,9	206.808.057.359,00	206.808.057.359,00	100
0133-0001 Pagamento de Aposentadorias Especiais	Aposentado Beneficiado (unidade)	2.220.748	1.793.671	80,8	18.209.435.000,00	16.938.808.907,00	93
0136-0001 Pagamento de Auxílios	Pessoa Beneficiada (unidade)	4.735.369	4.735.369	100	21.929.087.817,00	21.929.087.817,00	100
0134-0001 Pagamento de Pensões	Pensionista Beneficiado (unidade)	22.311.455	21.355.341	95,7	78.388.072.548,00	78.388.072.548,00	100
0117-0001 Pagamento de Salário-Família	Pessoa Beneficiada (unidade)	545.607	545.607	100	73.121.203,00	73.121.203,00	100
141-0001 Pagamento de Salário-Maternidade	Pessoa Beneficiada (unidade)	419.634	419.634	100	4.283.013.411,00	4.283.013.411,00	100
2578-0001 Serviço de Perícia Médica	Perícia Realizada (unidade)	15.104.856	15.104.856	100	208.508.000,00	203.260.921,00	97,5
2585-0001 Serviço de Reabilitação Profissional	Segurado Reabilitado (unidade)	186.990	78.585	42	38.690.000,00	30.275.387,00	78,3
2591-0001 Serviço de Concessão, Manutenção e Cessação de Benefícios Previdenciários	Benefício Concedido/Cessado (unidade)	11.508.314	11.508.314	100	313.503.296,00	313.503.296,00	100

As metas do Programa Arrecadação de Receitas Previdenciárias, para o exercício de 2003, constituíram-se das Ações discriminadas no quadro a seguir:

Ação/Sub-Ação	Produto	Meta Física		%	Meta Financeira		%
		Prevista	Realizado		%	Realizada	
2567-0001 Cobrança Administrativa de Créditos Previdenciários	Crédito Recuperado (unidade)	11.371.490,7	11.371.490,7	100	18.955.627,00	18.955.627,00	100
2568-0001 Cobrança de Débitos Inscritos em Dívida Ativa	Crédito Recuperado (unidade)	2.978.767.677,9	2.978.767.677,9	100	8.841.073,00	8.841.073,00	100
2570-0001 Fiscalização do Recolhimento das Contribuições Previdenciárias	Empresa Fiscalizada (unidade)	510.030	307.695	60,3	100.816.354,00	100.816.354,00	100
2596-0001 Orientação Técnica às Empresas e aos Segurados da Previdência Social	Usuário Atendido (unidade)	30.678..509	30.678..509	100	16.022.280,00	11.598.104,00	72,4

Quanto ao Programa: 0085- Qualidade do Atendimento na Previdência Social, foi encontrada a seguinte situação:

Ação/Sub-Ação	Produto	Meta Física		%	Meta Financeira		%
		Prevista	Realizado		Previsto	Realizada	
7933-0001 Disseminação do Sistema de Administração de Benefícios por Incapacidade – SABI	Sistema Implantado (% de execução física)	70	69,1	98,7	2.625.624,00	2.625.624,00	100
5509-0001 Reformulação da Rede de Atendimento da Previdência Social	Unidade implantada/reformada (unidade)	990	679	68,6%	212.860.827,00	212.860.827,00	100

Constata-se que a maioria das ações vinculadas aos Programas "Previdência Básica", "Arrecadação das Receitas Previdenciárias" e "Qualidade do Atendimento na Previdência Social" aproximaram, atingiram ou superaram as metas fixadas tanto no quesito físico quanto no financeiro.

Com o intuito de acompanhar e avaliar os programas de governo e sua vinculabilidade dentro da política social previdenciária, esta SFC desenvolveu no exercício de 2003, trabalhos pontuais nos principais programas vinculados às atividades inerentes ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, os quais comentamos resumidamente a seguir:

PROGRAMA: 0083 - Previdência Social Básica

AÇÃO: 0132 - Pagamento de Aposentadorias

O objetivo dessa Ação é garantir o reconhecimento e o pagamento de aposentadorias de acordo com o estabelecido em lei. A forma de execução é direta (centralizada) e a unidade responsável é o Instituto Nacional de Seguro Social - INSS com suas Gerências Executivas e Agências da Previdência Social.

Para o acompanhamento da Ação foram utilizadas duas estratégias: a) monitoramento das providências adotadas pelos gestores no sentido de sanar as irregularidades apontadas pelo Relatório de Auditoria nº 099921/2002, cujo trabalho foi realizado utilizando cruzamento das bases de dados dos sistemas de benefícios e de óbito, com o objetivo de verificar e avaliar a confiabilidade e legitimidade dos registros informatizados, bem como os mecanismos de controle utilizados nos processos de concessão e manutenção de benefícios previdenciários, sendo realizadas duas ações de controle (Auditorias de Gestão e Acompanhamento - Relatório de Auditoria de Gestão nº 117146/2003 e Relatório de Auditoria de Acompanhamento nº 137636/2003, fazendo parte o Registro de Negociação nº 117146/2003 avaliado e atualizado); e b) utilização do Programa de Fiscalizações por Sorteio Público para auditar as informações contidas no Sistema de Óbito da Previdência Social, sendo que os exames foram realizados nos Cartórios dos municípios contemplados nos sorteios públicos, confrontando as informações extraídas das bases de dados do Sistema de Controle de Óbito - SISOBI com os registros constantes do Livro C dos Cartórios, com o objetivo de verificar: se os cartórios estão enviando informações adequadas e regularmente de óbitos ao INSS; se o INSS está registrando tempestivamente essa informações no SISOBI; se está havendo monitoramento das informações prestadas de óbitos pelos Cartórios pelas áreas de benefício e fiscalização do INSS. Foram demandadas 236 ações de controle com elaboração de 4 (quatro) Notas Técnicas.

Em relação à avaliação do cumprimento das metas contida no Plano Plurianual 2000-2003 da ação em questão foi satisfatória, uma vez que foi prevista fisicamente 46.362.401 e realizadas 45.399.737 aposentadorias, representando uma execução de 97,93% da meta, e o financeiro foram previstos R\$ 206.808.057.359,00 e realizado R\$ 206.808.057.359,00, representando uma execução de 100% da meta.

Em 2003 a SFC realizou o monitoramento e avaliação da implementação das recomendações propostas no exercício de 2002, onde foram constatadas as seguintes irregularidades: identificação de cerca de 20 mil benefícios indevidos/irregulares, envolvendo vários exercícios, que, depois de regularizados, gerará uma economia mensal em torno de R\$ 5,7 milhões e anual cerca de R\$ 73,3 milhões, sem levar em consideração os valores pagos indevidamente nos anos anteriores; existência de mais de 13 milhões de informações cadastrais inconsistentes/irregulares que provocaram e ainda podem provocar emissões de créditos e pagamentos indevidos; falhas na lógica e crítica do sistema; gestão antieconômica por emissão de créditos às agências bancárias, com gasto anual de aproximadamente de R\$ 3,5 milhões. As regularizações dos fatos apontados encontram-se com providências em andamento. Já em relação às principais constatações apresentado pelo Programa de Fiscalização por Sorteio Público em 2003 foram as seguintes: a) Divergências entre dados (nome do falecido, CPF, nome da mãe) registrados no SISOBI e os registrados no Livro C do Cartório; b) Divergência de registros de óbitos entre o SISOBI - Sistema de Controle de Óbito e o Livro C do Cartório - Tem óbito no Livro C e não tem no SISOBI; c) Divergência de registros de óbitos entre o SISOBI - Sistema de Óbitos e o Livro C do Cartório - Tem óbito no SISOBI e não tem no Livro C; d) O Cartório não comprovou a entrega dos registros de óbito ao INSS; e) Entrega dos registros de óbitos ao INSS fora do prazo determinado pela lei; f) necessidade de rever as críticas do sistema de óbito, o processo de monitoramento da área de benefício das informações prestadas pelos cartórios ao INSS e as fiscalizações junto aos cartórios. Essas inconsistências/irregularidade vêm provocando prejuízos no processo de manutenção dos benefícios, comprometem a eficácia do Programa de Previdência Básica, uma vez que estão ocorrendo casos de não cessação de benefícios por conta de falecimento dos beneficiários, demonstrando a necessidade de ser rever o sistema de óbito da Previdência Social. A título de informação nas fiscalizações dos municípios contemplados nos 3º e 4º sorteios do Programa de Fiscalização a Partir de Sorteios Públicos o valor de benefícios pagos indevidamente foi de R\$ 99.231,25. O gestor informou que, por meio do Memorando-Circular nº 036, datado de 21.11.2003, solicitou aos diversos responsáveis o atendimento das recomendações emitidas pela Nota Técnica nº 920/DSPAS/SFC/CGU-PR, e que tão logo tenha catalogado todas informações solicitadas às Gerências Executivas, prestará a esta SFC as demais providências adotadas para o atendimento na íntegra das recomendações.

AÇÃO: 0134 - Pagamento de Pensões

O objetivo dessa Ação é garantir o reconhecimento e o pagamento de pensões de acordo com o estabelecido em lei. A forma de execução é direta (centralizada) e a unidade responsável é o Instituto Nacional de Seguro Social do INSS com suas Gerências Executivas e Agências da Previdência Social.

Para o acompanhamento da Ação foi utilizadas duas estratégias, tais como: a) monitoramento das providências adotadas pelos gestores no sentido de sanar as irregularidades apontadas pelo Relatório de Auditoria nº 101350/2002, cujo trabalho foi realizado utilizando cruzamento das bases de dados dos sistemas de benefícios e de óbito, com o objetivo de verificar e avaliar a confiabilidade e legitimidade dos registros informatizados e os mecanismos de controle utilizados nos processos de concessão e manutenção de benefícios previdenciários, sendo realizado Auditoria de Gestão nº 117146/2003 e Auditoria de Acompanhamento nº 137636/2003 (Registro de Negociação nº 17146/2003), contendo 02 (duas) ações de controle; e b) utilização do Programa de Fiscalizações por Sorteio Público para auditar as informações contidas no Sistema de Óbito da Previdência Social, sendo que os exames foram realizados nos Cartórios dos municípios contemplados nos sorteios públicos, confrontando as informações extraídas das bases de dados do Sistema de Controle de Óbito - SISOBI com os registros constantes do Livro C dos Cartórios, com o objetivo de verificar: se os cartórios estão enviando informações adequadas e regularmente de óbitos ao INSS; se o INSS está registrando tempestivamente essas informações no SISOBI; se está havendo monitoramento das informações prestadas de óbitos pelos Cartórios pelas

áreas de benefício e fiscalização do INSS. Foram demandadas 236 ações de controle com elaboração de 4 (quatro) Notas Técnicas.

Em relação à avaliação do cumprimento das metas contida no Plano Plurianual 2000-2003 da ação em questão foi satisfatória, uma vez que foi prevista fisicamente 22.311.455 e realizadas 21.355.341 pensões, representando uma execução de 95,76% da meta, e o financeiro foram previstos R\$ 78.388.072.548,00 e realizado R\$ 78.388.072.548,00, representando uma execução de 100% da meta.

Em 2003 a SFC realizou o monitoramento e avaliação da implementação das recomendações propostas no exercício de 2002, onde foram constatadas as seguintes irregularidades: identificação de cerca de 16 mil benefícios indevidos/irregulares, envolvendo vários exercícios, que depois de regularizados, gerará uma economia mensal em torno de R\$ 1,3 milhões e anual cerca de R\$ 17,9 milhões; inconsistência na compatibilidade entre espécies de benefícios, para um mesmo beneficiário, sendo que as principais causas são as falhas nos mecanismos de monitoramento, ausência de relatórios gerenciais para acompanhamento, ausência de avaliação dos atos da concessão, ausência de cruzamento das informações das bases de dados com outras bases de dados governamentais. As regularizações dos fatos apontados encontram-se com providências em andamento. Já em relação às principais constatações apresentado pelo Programa de Fiscalização por Sorteio Público em 2003 são as mesmas apresentadas na Ação 132 - Pagamento de Aposentadoria. Essas inconsistências/irregularidade vêm provocando prejuízos no processo de manutenção dos benefícios das pensões, comprometem a eficácia do Programa de Previdência Básica, uma vez que estão ocorrendo casos de não cessação de benefícios por conta de falecimento dos beneficiários, demonstrando a necessidade de ser rever o sistema de óbito da Previdência Social. O gestor informou que, por meio do Memorando-Circular nº 036, datado de 21.11.2003, solicitou aos diversos responsáveis o atendimento das recomendações emitidas pela Nota Técnica nº 920/DSPAS/SFC/CGU-PR, e que tão logo tenha catalogado todas informações solicitadas às Gerências Executivas, prestará a esta SFC as demais providências adotadas para o atendimento na íntegra das recomendações.

AÇÃO: 0137 - Pagamento de Abono

O objetivo dessa Ação é garantir o reconhecimento e o pagamento de abonos de acordo com o estabelecido em lei. A forma de execução é direta (centralizada) e a unidade responsável é o Instituto Nacional de Seguro Social do INSS com suas Gerências Executivas e Agências da Previdência Social.

Para o acompanhamento da Ação foi utilizada a seguinte estratégia: monitoramento das providências adotadas pelos gestores no sentido de sanar as irregularidades apontadas pelo Relatório de Auditoria nº 101351/2002, cujo trabalho foi realizado utilizando cruzamento das bases de dados dos sistemas de benefícios e de óbito, com o objetivo de verificar e avaliar a confiabilidade e legitimidade dos registros informatizados e os mecanismos de controle utilizados nos processos de concessão e manutenção de benefícios previdenciários, sendo realizado Auditoria de Gestão nº 117146/2003 e Auditoria de Acompanhamento nº 137636/2003 (Registro de Negociação nº 117146/2003), contendo 02 (duas) ações de controle.

Em relação à avaliação do cumprimento das metas contida no Plano Plurianual 2000-2003 da ação em questão foi satisfatória, uma vez que foram previstos fisicamente 30.814 e realizados 18.823 abonos, representando uma execução de 61,1% da meta, e o financeiro foram previstos R\$ 86.368.000,00 e realizado R\$ 57.831.359,00, representando uma execução de 67% da meta.

Em 2003 a SFC realizou o monitoramento e avaliação da implementação das recomendações propostas no exercício de 2002, onde foram constatadas as seguintes irregularidades: identificação de cerca de 4 (quatro) mil benefícios indevidos/irregulares, envolvendo vários exercícios, que depois de regularizados, gerará uma economia mensal em torno de R\$ 1 milhão e anual cerca de R\$ 12,5 milhões;

inconsistência na compatibilidade entre espécies de benefícios, para um mesmo beneficiário, sendo que as principais causas são as falhas nos mecanismos de monitoramento, ausência de relatórios gerenciais para acompanhamento, ausência de avaliação dos atos da concessão, ausência de cruzamento das informações das bases de dados com outras bases de dados governamentais. Essas inconsistências/irregularidade vêm provocando prejuízos no processo de manutenção dos benefícios das pensões, comprometem a eficácia do Programa de Previdência Básica.

PROGRAMA: 0084 - Arrecadação de Receitas Previdenciárias

AÇÃO: 2567 - Cobrança Administrativa de Créditos Previdenciários

Essa Ação tem por objetivo aumentar a arrecadação da Previdência Social, mediante ação eficaz de cobrança de débitos previdenciários. A forma de execução é direta (centralizada) e a unidade responsável é o Instituto Nacional de Seguro Social/MPS.

Para o acompanhamento da Ação foi utilizada 3 (três) estratégias, tais como: a) programação de 4 (quatro) auditorias trimestrais nas informações prestadas nos CD-Rom apresentados pelo INSS relativas ao devedores da Previdência Social, onde serão verificadas as situações dos débitos por fase, por forma de captação dos recebimentos, por escala de valores, por situações e por tempo na situação. Foram realizadas 4 (quatro) ações de controle (Relatórios nºs 120194/2003, 121105/2003, 134437/2003 e 137675/2003); b) realização de uma auditoria piloto visando verificar a regularidade dos débitos baixados, eficácia do andamento das situações dos débitos na fase administrativa, parcelamentos (baixa e pagamento), plano de ação, regularidade da concessão de CND, resultado da ação fiscal, etc. Foi realizada uma ação de controle (Relatório nº 135840/2003); c) utilização do Programa de Fiscalizações por Sorteio Público para realizar auditoria piloto nas Agências Previdenciárias existentes nos municípios sorteados, em parceria com a Auditoria Interna do INSS, para verificar Restituições e Reembolso efetuados, Processos de débitos, Concessão de Certidão Negativa de Débitos-CND, Parcelamentos Administrativos, Retenções das Obrigações Correntes. Foram demandadas 6 (seis) ações de controle. Foi realizada uma ação de controle (Relatório nº 133783/2003).

Em relação à avaliação do cumprimento das metas contida no Plano Plurianual 2000-2003 da ação em questão foi satisfatória, uma vez que foram previstos fisicamente 11.371.490,70 e realizados 11.371.490,70 débitos, representando uma execução de 100% da meta, e o financeiro foram previstos R\$ 18.955.627,00 e realizados R\$ 18.955.627,00, representando uma execução de 100% da meta.

As principais constatações foram: divergência de valores registrados nos sistemas SIAFI e INFORMAR referentes a receitas provenientes de parcelamentos de débitos; falhas nos sistemas que atrasam o andamento dos processos de cobrança; falhas na instrução de processos, prejudicando o entendimento quanto ao andamento da cobrança; falta de integração entre o INSS e o Comitê Gestor do REFIS, ocasionando situações de inadimplência, falta de autonomia da Instituição para recalcular e reinserir o devedor na cobrança do INSS, devido a não apropriação de valores pagos individualmente e de ausência de informações sobre o saldo devedor; demora nas decisões administrativas devido ao atraso por parte do INSS na emissão da Decisão de Notificação (DN), ocasionando prejuízo para a arrecadação; ausência de documentação indispensável e de critérios objetivos para fundamentar o cancelamento do débito e morosidade no processo de arrecadação dos débitos previdenciários. Os resultados foram encaminhados ao INSS, para conhecimento e implementação das recomendações, cujo atendimento está sendo monitorado por esta Secretaria.

AÇÃO: 2568 - Cobrança de Débitos Inscritos em Dívida Ativa.

Essa Ação tem por objetivo aumentar a arrecadação da Previdência Social, mediante ação eficaz de cobrança de créditos previdenciários. A forma de execução é

direta (centralizada) e a unidade responsável é o Instituto Nacional de Seguro Social/MPS.

Para o acompanhamento da Ação foram utilizadas duas estratégias, tais como: a) programação de 4 (quatro) auditorias trimestrais nas informações prestadas nos CD-Rom apresentados pelo INSS relativas ao devedores da Previdência Social, onde serão verificadas as situações dos créditos por fase, por forma de captação dos recebimentos, por escala de valores, por situações das fases e por tempo na fase. Foram realizadas 4 (quatro) ações de controle (Relatórios nºs 120194/2003, 121105/2003, 134437/2003 e 137675/2003); b) realização de uma auditoria piloto visando verificar a regularidade dos créditos baixados, eficácia do andamento das situações dos créditos na fase administrativa, parcelamentos (baixa e pagamento), execução do plano de ação, liberação de CND por decisão judicial, etc. Foi realizada uma ação de controle (Relatório nº 135840/2003).

Em relação à avaliação do cumprimento das metas contida no Plano Plurianual 2000-2003 da ação em questão foi satisfatória, uma vez que foram previstos fisicamente 2.978.767.677,90 e realizados 2.978.767.677,90 créditos, representando uma execução de 100% da meta, e o financeiro foram previstos R\$ 8.841.073,00 e realizados R\$ 8.841.073,00, representando uma execução de 100% da meta.

As principais constatações foram: divergência de valores registrados nos sistemas SIAFI e INFORMAR referentes a receitas provenientes de parcelamentos dos créditos; falhas nos sistemas que atrasam o andamento dos processos de cobrança; falhas na instrução de processos, prejudicando o entendimento quanto ao andamento da cobrança; ocasionando situações de inadimplência, falta de autonomia da Instituição para recalcular e reinserir o devedor na cobrança do INSS, devido a não apropriação de valores pagos individualmente e de ausência de informações sobre o saldo devedor; demora nas decisões administrativas devido ao atraso por parte do INSS na emissão da Decisão de Notificação (DN), ocasionando prejuízo para a arrecadação; ausência de documentação indispensável e de critérios objetivos para fundamentar o cancelamento dos crédito e morosidade no processo de arrecadação dos créditos previdenciários. Os resultados foram encaminhados ao INSS, para conhecimento e implementação das recomendações, cujo atendimento está sendo monitorado por esta Secretaria.

AÇÃO: 2570 - Fiscalização do Recolhimento das Contribuições Previdenciárias.

Essa Ação tem por objetivo aumentar a arrecadação da Previdência Social, mediante ação eficaz de fiscalização das empresas, estabelecimentos e órgãos. A forma de execução é direta (centralizada) e a unidade responsável é o Instituto Nacional de Seguro Social/MPS.

Para o acompanhamento da Ação foram utilizadas duas estratégias, tais como: a) programação de uma auditoria piloto, onde serão verificadas a regularidade e eficácia da ação de fiscalização; cumprimento das metas estabelecidas no Plano de Ação; a adequação dos registros dos resultados fiscalizados; eficácia dos sistemas corporativos no processo da ação de fiscalização, etc. Foi realizada uma ação de controle (Relatório de Auditoria nº 135840/2003) b) utilização do Programa de Fiscalizações por Sorteio Público para realizar auditorias nos municípios sorteados, para verificar se as prefeituras estão retendo e recolhendo 11% (15% Cooperativas) a favor da Previdência Social do valor bruto da nota fiscal ou fatura, referente aos contratos de prestação de serviços de mão-de-obra. Foram realizadas 100 ações de controle (Consolidação - Notas Técnicas nºs 1.245/2003 e 023/2004).

Em relação à avaliação do cumprimento das metas contida no Plano Plurianual 2000-2003 da ação em questão foi razoável, uma vez que foram previstos fisicamente 510.030 e realizadas 307.695 fiscalização, representando uma execução de 60,3% da meta, e o financeiro foram previstos R\$ 100.816.314,00 e realizados R\$ 100.816.314,00, representando uma execução de 100% da meta.

As principais constatações foram: morosidade e encaminhamento fora de prazo dos processos de débitos, após os resultados das fiscalizações; redução nas ações fiscais entre os exercícios 2002 e 2003; falta de correspondência entre as ações planejadas e realizadas; a Prefeitura não está retendo/recolhendo os 11% (15% cooperativas) do valor bruto, conforme determina a Lei 8.212/91; ausência de comprovação do recolhimento dos 11% (15% cooperativas) a favor da previdência; recolhimento intempestivo das retenções de 11% (15% cooperativas); não retenção e não recolhimento dos 11% (15% cooperativa) pelas prefeituras; 89,96% das Prefeituras apresentaram irregularidades nas retenções/recolhimentos dos 11% (15% cooperativas), excluindo as prefeituras que não foram apresentadas informações nos relatórios pela CGU estadual. Os trabalhos estão em fase de conclusão do relatório e serão encaminhados ao INSS, para conhecimento e implementação das recomendações.

PROGRAMA : 0085 - Qualidade do Atendimento da Previdência Social

AÇÃO: 1478 - Modernização da Gestão Administrativa e de Serviços Previdenciários

Essa Ação tem por objetivo melhorar a qualidade do sistema de atendimento aos usuários da Previdência Social, referente a gestão administrativa e de serviços previdenciários. A forma de execução é direta (centralizada) e a unidade responsável é o Instituto Nacional de Seguro Social/MPS.

Para o acompanhamento da Ação foi utilizada a seguinte estratégia: a) realização de auditorias de Gestão e Acompanhamento, com objetivo de avaliar os atos dos gestores do Programa e a aferição dos desempenhos gerenciais no processo de implantação do Novo Modelo de Gestão da Previdência Social. Foram demandadas 4 ações de controle (Relatórios de Auditorias nºs 117153/2003, 117156/2003, 132559/2003 e 137635/2003).

Em relação à avaliação do cumprimento das metas contida no Plano Plurianual 2000-2003 da ação em questão não foi satisfatória, uma vez que foram previstos fisicamente 10 (dez) e realizados 3 (três) estudos representando uma execução de apenas 30,00% da meta, e o financeiro foram previstos R\$20.858.789,00 e realizados R\$15.910.566,00, representando uma execução de 76,28% da meta.

Resultados advindos das ações de controle, destacando as principais disfunções verificadas (irregularidades, ilegalidades, desvios operacionais, etc.), as medidas adotadas pelo controle interno e as correções precedidas pelos gestores.

AÇÃO: 5509 - Reformulação da Rede de Atendimento da Previdência Social

Essa Ação tem por objetivo melhorar a qualidade do sistema de atendimento aos usuários da Previdência Social, reformulando a rede de atendimento das Agências da Previdência Social. A forma de execução é direta (centralizada) e a unidade responsável é o Instituto Nacional de Seguro Social/MPS.

Para o acompanhamento da Ação foi utilizada a seguinte estratégia: a) realização de auditorias de Gestão e Acompanhamento, com objetivo de avaliar os atos dos gestores da ação do Programa. Foram demandadas 20 ações de controle (Relatórios de Auditorias nºs 117146/2003, 121104 e 132568/2003 - consolidação de 18 OS).

Em relação à avaliação do cumprimento das metas contida no Plano Plurianual 2000-2003 da ação em questão não foi satisfatória, uma vez que foram previstos fisicamente 990 e realizadas 679 unidades implantadas/reformuladas, representando uma execução de 68,6% da meta, e o financeiro foram previstos R\$ 212.860.827,00 e realizados R\$ 212.860.827,00, representando uma execução de 100% da meta.

Resultados advindos das ações de controle, destacando as principais disfunções verificadas (irregularidades, ilegalidades, desvios operacionais, etc.), as medidas adotadas pelo controle interno e as correções precedidas pelos gestores.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

As justificativas do gestor estão inseridas em itens específicos deste relatório.

AVALIAÇÃO DA SFC/CGU-PR

Constata-se que houve cumprimento das metas contida no Plano Plurianual 2000-2003 nos programas destacados neste relatório, porém a sua execução apresentou elevados números de irregularidades, falhas e desvios operacionais e gerenciais.

RECOMENDAÇÃO:

Devem ser implementadas as recomendações emitidas pelos relatórios mencionados neste item.

5.2 SUBÁREA - AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

5.2.1. ASSUNTO - EFICÁCIA DOS RESULTADOS OPERACIONAIS

5.2.1.1. INFORMAÇÕES:

DIRETORIA DE BENEFÍCIOS

A Diretoria de Benefícios é a área responsável pela execução da política de reconhecimento de direitos do Regime Geral de Previdência Social operacionalizando os benefícios previdenciários, disponibilizando serviços de reabilitação profissional e serviço social previstos na Lei 8.213/91, bem como a operacionalização da concessão dos benefícios de prestação continuada previstos na Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS Lei 8742/93.

Apresentamos a seguir as principais realizações da Unidade no ano de 2003, bem como informações gerais sobre o seu desempenho.

RESULTADOS DE BENEFÍCIOS

Discriminação	2002	2003	% 2003/2002
Benefícios Requeridos	4.774.932	5.438.358	14%
Benefícios Concedidos	3.906.030	3.580.650	-8%
Benefícios Represados	204.257	404.586	98%
Benefícios Emitidos	88.845.922.259	108.764.025.943	22%
Revisão de Benefícios			
. Requeridas	87.691	78.636	-10%
. Processadas	106.158	119.018	12%
. Represadas	42.506	164.541	287%
Tempo Médio de Concessão	29	30	3%

Perícias Médicas Realizadas	5.352.631	6.668.919	25%
. Médicos do Quadro do INSS	3.438.124	3.486.806	1%
. Médicos Credenciados	1.914.507	3.182.113	66%

A quantidade de benefícios requeridos no exercício de 2003 foi da ordem de 5,4 milhões representando um aumento de 13,9% em relação a 2002, cerca de 4,7 milhões de benefícios requeridos.

Em relação à concessão de benefícios, verificamos que houve um decréscimo de 9,1% no ano de 2003 em relação a 2002, cujas quantidades de benefícios concedidos foram respectivamente em torno de 3,9 milhões e 3,6 milhões. Conforme informações disponibilizadas pelos gestores, a redução ocorrida se deu tendo em vista as paralisações dos servidores administrativos nos meses de junho a agosto e posteriormente dos médicos peritos no mês de dezembro.

No que se refere ao benefícios represados em 2003, constata-se uma elevação de 98% se comparado com 2002. A quantidade de benefícios represados em 2003 foi de 404.586 sendo que o valor em 2002 foi de 204.257. Da quantidade registrada em 2003, 55% são de benefícios por incapacidade que dependem de realização de perícia médica.

Ao final de 2003 foi registrado 21,8 milhões de benefícios emitidos e para isto foram gastos R\$ 108,7 bilhões.

Em se tratando das revisões de benefícios, verificamos o decréscimo de 11,5% em 2003 em relação a 2002, enquanto que no processamento houve acréscimo de 12,3% no mesmo período. Quanto ao represamento de Revisões nota-se que houve um acréscimo de 286% em 2003 com relação a 2002.

INDICADORES DE GESTÃO: TMC

Tendo em vista o contido no relatório de gestão da Unidade, verificamos os seguintes aspectos referentes aos indicadores de gestão do INSS:

O TMC - Tempo Médio de Concessão em 2003 manteve-se com pequenas oscilações quando comparado ao exercício de 2002, não ultrapassando 30 dias.

- DIRETORIA DE RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS

No Plano de Ação da DIREP para o exercício de 2003 ficou estabelecido como direcionadores estratégicos o controle eficaz da evasão fiscal, a identificação e combate à sonegação fiscal, a qualidade na constituição e agilidade na recuperação de créditos, a integração fisco-contribuinte por meio do uso intensivo de tecnologia e aperfeiçoamento de rotinas e controles internos.

As ações incluídas no Plano de Ação foram distribuídas por direcionador estratégico estando assim relacionadas: Controle da Evasão - nove ações; Combate à Sonegação - quinze ações; Recuperação de Créditos - seis ações; Integração Fisco-Contribuinte - oito ações; Aperfeiçoamento de Rotinas e Controles Internos - vinte e nove ações e Ações Locais - oito ações. No primeiro trimestre iniciou-se o desenvolvimento das ações propostas.

A Resolução nº 1, de 30.1.2003, do Comitê de Gestão Estratégica da Previdência Social ratificou a meta proposta e estabeleceu para o ano 2003, Meta de

Arrecadação Líquida global no montante de R\$ 79,00 bilhões em receitas previdenciárias. O valor atingido para fins de apuração da meta foi de R\$ 80,20 bilhões, superando em cerca de R\$ 1,2 bilhões, ou 1,52%, o valor inicialmente projetado.

No intuito de retomar o nível de arrecadação de contribuições previdenciárias foram definidas ações prioritárias do Plano de Ação focando naquelas que geram incremento da arrecadação bancária imediato, concentrando-se em quatro ações fundamentais. Essas ações foram definidas, por meio da Portaria INSS/DIREP nº 48, de 30.6.2003, a saber:

- O monitoramento da Arrecadação Mensal dos Grandes Contribuintes, utilizando sistema informatizado para acompanhamento da arrecadação de aproximadamente 10 (dez) mil maiores contribuintes que são responsáveis por 70% da arrecadação bancária;
- A cobrança Manual das Divergências GFIP/GPS, que representou a cobrança da diferenças apuradas a partir do cruzamento das informações da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (GFIP) e Guia de Previdência Social (GPS);
- O incremento da Recuperação de Créditos Constituídos a partir dos procedimentos de sanear os processos de débitos e promover a inscrição em Dívida Ativa daqueles para os quais não se obteve o pagamento;
- A redução do Prazo de Tramitação dos Processos de Débitos com Defesa ou Recurso. O prazo em questão é contado da data em que o débito é formalizado até a sua inscrição em dívida ativa ou pagamento.

Como resultado da execução das ações definidas como prioritárias no âmbito da Unidade, destacamos o seguinte:

- MONITORAMENTO DA ARRECADAÇÃO

Foi implementado no Sistema INFORMAR (Sistema de Informações Gerenciais) o módulo de monitoramento eletrônico dos grandes contribuintes. O módulo implementado permite: i) identificar um novo contribuinte de arrecadação expressiva na gerência, e atualizar a lista de empresas monitoradas com esta informação; ii) apontar mensalmente para cada gerência executiva, em 02 (duas) apurações, quais dos grandes contribuintes apresentaram oscilação de arrecadação fora dos padrões da gerência; iii) enviar destas informações para cada gerência executiva, via e-mail para os gestores da arrecadação, a fim de adotar as providências cabíveis; e iv) registrar a prestação de contas das ações adotadas para formar um banco de dados com as informações das 102 gerências executivas;

Durante o ano de 2003 a Divisão de Controle e Monitoramento da Arrecadação (DICMA) elaborou notas técnicas, nas quais foram apresentadas às GExs as variações de arrecadação mais relevantes, no âmbito da sua região fiscal, com o detalhamento de quais atividades econômicas e fatos geradores que contribuíram para tal variação.

Entretanto, algumas etapas previstas para a implantação da ação não foram realizadas. O treinamento dos servidores das GExs na operacionalização do sistema, bem como nas pesquisas decorrentes do processo de monitoramento não se realizou devido ao contingenciamento da verba de treinamento. Outra etapa não concluída foi o desenvolvimento dos índices de desempenho para a mensuração do trabalho das gerências. A não execução foi motivada pela inexistência de série histórica suficiente à determinação de um índice realmente capaz de avaliar o desempenho da GEx.

- COBRANÇA MANUAL DAS DIVERGÊNCIAS APURADAS PELO BATIMENTO GFIP X GPS

Essa ação teve como objetivos incrementar a arrecadação previdenciária, reduzir a taxa de evasão de contribuições declaradas em GFIP e aperfeiçoar rotinas e controles internos, além de suprir a não efetivação do processo de cobrança automática das divergências.

Verificamos que foi definida como meta anual desta ação a recuperação do montante de R\$ 2,25 bilhões, por meio de auditoria fiscal em 6.371 contribuintes. Foi recuperado o montante R\$ 2,97 bilhões, como resultado da atuação da Unidade em 5.738 auditorias fiscais, correspondendo a 132% da previsão, no que se refere aos valores recuperados, e 90% se considerado o número de empresas auditadas. Ressalte-se a sensível melhora na qualidade dos resultados da ação fiscal, onde os recolhimentos e parcelamentos corresponderam a 63,36% no último trimestre e 56,7% no ano, enquanto que historicamente esses resultados situam-se na faixa de 25%.

- INCREMENTO DA RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS CONSTITUÍDOS

A arrecadação total de 2003, no conceito estabelecido como Recuperação de Créditos, abrangendo as Receitas oriundas do recebimento de processos em Contencioso Administrativo, dos Parcelamentos, em Geral, bem como de Retenção de FPM/FPE, foi de R\$ 6.953.592.622,63, correspondendo a um acréscimo de 14,29% nominais sobre os R\$6.084.397.241,81 previstos.

- REDUÇÃO DO PRAZO DE TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS DE DÉBITOS COM DEFESA OU RECURSO

Tendo em vista a necessidade de reduzir o prazo de tramitação dos processos administrativos fiscais no âmbito do INSS, foi aprovada a Ação 64 do Plano de Ação 2003 - Controlar o tempo de tramitação de todos os processos do contencioso administrativo, em cada uma das situações, de forma que os mesmos tramitem em 180 dias no âmbito administrativo.

Na contagem dos prazos, no ano 2003, são computadas as informações relacionadas a todos os débitos em fase administrativa, inclusive aqueles a cargo do Conselho de Recursos da Previdência Social e Ministério da Previdência Social. A sistemática anterior considerava apenas aqueles que se encontravam a cargo dos Serviços/Seções de Análise, vinculados a CGTRIJ. Cabe destacar que as informações prestadas refletem apenas a situação estática dos processos na data consultada, não reproduzindo em sua avaliação o tempo médio dos débitos com trâmite encerrado, ou seja, aquelas que tiveram sua tramitação (entrada e saída) durante o período da medição inicial (final de 2002) e final (dezembro/2003).

Conforme contido no Relatório de Gestão de 2003, o tempo médio de tramitação (média de idade de todos os processos administrativos) foi de 405 dias, fato que por se tratar de média reflete a distorção provocada pelas exceções onde o número de dias excede a normalidade.

Especificamente com relação ao estoque de processos sob a responsabilidade dos Serviços/Seções de Análise, foi obtido em 2003 a redução do estoque de processos aguardando julgamento por parte do INSS na ordem de 20%. Reduzindo de 13.880 processos em Janeiro de 2003 para 11.180 em dezembro do mesmo exercício (Dados extraídos do Sistema INFORMAR).

- PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA

A Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS é órgão da Procuradoria-Geral Federal, vinculada à Advocacia-Geral da União. Além das atividades relacionadas com a área de consultoria, defende o Instituto Nacional do Seguro Social em todas as ações judiciais que são propostas contra a autarquia, além de ajuizar as ações de interesse da Previdência Social, principalmente as de

execução da cobrança da dívida ativa. Atua ainda na consultoria jurídica do órgão, manifestando-se nos processos administrativos que demandem parecer jurídico.

Após análise do Plano de Ação do INSS, para o exercício de 2003, identificamos as principais metas estabelecidas para a Unidade referente ao exercício objeto dos exames e os resultados obtidos conforme descrito a seguir:

Meta 1.103 - "Despender até R\$ 8,8 milhões, visando custear a defesa do INSS em juízo, no contencioso judicial de benefícios e matéria não fiscais, através da atuação de advogados constituídos e deslocamentos de procuradores e Servidores"

No intuito de atingir a meta proposta a Procuradoria Federal Especializada realizou, dentre outras, as seguintes ações:

- busca da pacificação de teses de interesse do INSS nos Tribunais Superiores com o objetivo de eliminar ou reduzir a quantidade de ações judiciais propostas contra o INSS;
- encampação administrativa das teses pacificadas contra a Previdência Social pelos Tribunais no sentido de que a Instituição acatasse o entendimento pacificado pelos Tribunais Superiores em matérias contrárias aos interesses da mesma;
- preparação para a ampliação das competências dos Juizados Especiais Federais tendo em vista a ampliação do número dos referidos Juizados;
- Melhoria do sistema de controle de processos SICAU.

Como resultado das ações desenvolvidas destaca-se a obtenção da pacificação pelo Supremo Tribunal Federal - STF a favor do INSS das questões referentes ao índice de indexação para o reajustamento dos benefícios em manutenção, relativos aos anos de 1997, 1999, 2000 e 2001, com uma economia na ordem de R\$ 27.000.000.000,00. No que se refere à aceitação, pelo INSS, dos entendimentos pacificados pelo Tribunais Superiores não foram obtidos resultados significativos, excetuando-se a aceitação da não interposição de recursos em ações que versem exclusivamente sobre a revisão do RMI, decorrente da aplicação do IRSM de 02/94 (39,67%). Referente ao aumento dos quadros da Procuradoria, considerando a ampliação do número dos Juizados Especiais, verificamos que a ação não obteve êxito, tendo em vista que o aumento obtido no número de procuradores não foi satisfatório e houve grande evasão de quadros no âmbito da Procuradoria.

Conforme documentação disponibilizada, foram despendidos com advogados credenciados no exercício de 2003 R\$ 19.387.777,47 valor este que corresponde a 220% da meta prevista.

Meta 1.106 - "Despender até R\$ 6 milhões com o pagamento de Perícias Médicas Judiciais e atuação de Assistentes Técnicos nas ações de Benefícios e Acidente de Trabalho"

No sentido de atingir a meta proposta a Unidade realizou, dentre outras, as seguintes ações:

- atuação Preventiva e proativa junto à Diretoria de Benefícios e suas projeções regionais no sentido de efetuar a revisão das orientações administrativas internas que possam dar ensejo a indeferimentos;
- busca de entendimento com a Diretoria de Benefícios, para viabilizar a utilização de médicos peritos do quadro e médicos credenciados pelo INSS.

Os principais resultados das ações citadas foram a obtenção de autorização para realização de acordos no âmbito dos Juizados Especiais Federais, além da realização de eventos conjuntos de orientação e conscientização da adequada

atuação da perícia médica do INSS. Outro resultado positivo foi a oficialização da utilização, pela Procuradoria, de médicos peritos e credenciados como assistentes técnico-periciais em ações de interesse da Previdência Social.

Foram despendidos R\$ 8.263.573,13 no pagamento de Perícias Médicas Judiciais, superando a meta prevista em 37,73%.

Meta 3.301 - "Promover o 700 deslocamentos de Procuradores nas Unidades Descentralizadas e Direção Central, que resultem diretamente na avaliação da Qualidade dos Serviços Previdenciários."

Com a finalidade de atingir a meta proposta foram realizadas as seguintes ações:

- realização de reuniões de serviço com os chefes das Unidades Descentralizadas;
- realização de Supervisões e Correições;
- orientação e Administração da formação de Grupos de Trabalho e de Turmas de reforço para atender demandas emergenciais;
- realização de encontros técnicos e treinamentos em serviço.

Como resultados das ações destacamos, a realização de reuniões com os chefes das 102 Procuradorias onde foram identificadas as reais necessidades das unidades descentralizadas no que diz respeito às áreas de pessoal, equipamentos, estrutura de apoio e espaço físico. Além das reuniões, foram feitas visitas de supervisão e correição nas quais foram identificadas as chefias que não correspondiam ao perfil necessário ao desempenho do cargo/função, permitindo com isso a substituição dos mesmos e orientações no sentido de correção dos procedimentos e condutas.

Outras questões identificadas referem-se à formação de grupos para analisar situações específicas e relevantes para o desenvolvimento das atribuições afetas à Procuradoria, bem como das necessidades de capacitação em serviço.

Conforme informações disponibilizadas foram despendidos para a execução dessa meta R\$ 884.209,35, valor que supera em 47,34% a previsão financeira realizada. Contudo, verificamos que a meta física não foi atingida a despeito da extrapolação do custo previsto.

Meta 4.400 - "Arrecadar R\$ 1,5 bilhões, através da atuação das Procuradorias"

Para a execução da meta foram desenvolvidas as seguintes ações:

- controle da Evasão Fiscal, por meio do aumento do número de Divisões de Cobrança de Grandes Devedores;
- agilização dos processos de cobrança;
- incremento da arrecadação de Procuradorias a curto prazo;
- pacificação de teses nos Tribunais Superiores

A Unidade, segundo dados disponibilizados pela Controladoria-Geral do INSS, obteve uma arrecadação total de R\$ 2.975.818.395,00 representando superação da meta prevista em 98,39%, sendo que no que se refere ao custo estimado houve uma extrapolação de 6,92%, representando um dispêndio de R\$ 3.207.483,94.

5.2.1.2 CONSTATAÇÃO:

Falha na análise da Restituição de Contribuições Previdenciárias

Nos termos da Instrução Normativa nº 67, de 10.5.2002, restituição "é o procedimento administrativo pelo qual o sujeito passivo é ressarcido pelo INSS, de importâncias pagas indevidamente à Previdência Social, ou de importâncias relativas ao salário-família e ao salário-maternidade, que não tenham sido objeto de compensação ou de reembolso." Ressalte-se que esse normativo foi adotado até dezembro/2003, quando foi substituído pela IN nº 100.

No tocante à retenção em nota fiscal decorrente de cessão de mão-de-obra, prevista no artigo 31 da Lei 8.212, embora não corresponda a um pagamento indevido à previdência, conforme previsto na IN nº 67, de acordo com o § 1º da lei nº 8.212/93, "o valor retido de que trata o caput, que deverá ser destacado na nota fiscal ou fatura de prestação de serviços, será compensado pelo respectivo estabelecimento da empresa cedente da mão-de-obra, quando do recolhimento das contribuições destinadas à Seguridade Social devidas sobre a folha de pagamento dos segurados a seu serviço." E em seu § 2º prevê que "na impossibilidade de haver compensação integral na forma do parágrafo anterior, o saldo remanescente será objeto de restituição". Com base nesses normativos, no exercício de 2003, foram devolvidos, a título de restituição, aproximadamente 125 milhões de reais por emissão de ordem bancária e R\$ 164 milhões por meio de Guias-Negativas de restituição.

Em especial no caso das restituições que tiveram origem na retenção em notas fiscais, observamos que costuma ocorrer o seguinte trâmite:

- 1) a empresa emite nota fiscal e sobre o valor total calcula-se 11% para retenção à Previdência Social;
- 2) Uma vez requerido pela empresa e contraposto o total declarado na GFIP com o total recolhido pela empresa (incluindo as guias relativas ao recolhimento regular e à retenção em nota), verifica-se uma diferença em que os valores pagos à Previdência são maiores que os valores devidos pela empresa, considerando para este cálculo os valores declarados na GFIP;
- 3) Reconhecida a diferença a favor da empresa, o INSS atualiza os valores e devolve à empresa o que foi pago a maior.

A despeito desses procedimentos estarem estritamente de acordo com o previsto na legislação, observa-se uma clara inconsistência: em muitos casos as empresas que declaram um pequeno número de empregados na GFIP por outro lado são empresas com potencial para prestar serviços de grande vulto, emitindo notas fiscais em milhões de reais, o que parece contraditório com o fato da mesma empresa possuir um número pequeno de empregados. A pergunta é: Se possui tão poucos empregados como pode prestar um serviço de tamanho vulto? Para exemplificar a afirmação, analisamos as restituições realizadas na Gerência Executiva do INSS no Distrito Federal, no total de 15 processos, quais sejam:

CNPJ/CPF	NOME DA EMPRESA	Nº PROCESSO	Valor
00708339/0001-47	Stok Office Divis. e Mob. Ltda.	35758.001216/2003-75	1.718.785,82
00060046/0005-20	Centro Educ. N. Senhora do Ros	36200.001140/2002-65	119.671,93
00060046/0008-72	Centro Educ. N. Senhora Do Ros	37313.002034/2002-95	29.218,96
00077255/0001-52	Casa de Ismael	37313.000458/2002-15	4.713,18
00097857/0001-71	Pref. Munic.de Santo Antonio	23001060/124/2001	842.357,00
01029458/0001-36	Geovani Alves Pinho ME	35758.002728/2002-78	19.034,22
01235477/0001-19	Candela Engenharia Ltda.	37284.004213/2003-32	26.239,78
01523961/0001-43	Faber Eng. e Comercio Ltda.	37313.001200/2003-17	35.307,03
01761368/0001-35	Rubi Eng. Associados Ltda.	37313.001786/2002-39	108.581,66
02505701/0001-08	Sotecon Soc.Téc.n.de Engenharia	37313.001789/2003-53	214.137,16

02629241/0001-20	SMV Edição de Imagens Ltda.	37313.001252/2002-11	30.520,11
03135430/0001-09	WP Com. Instal. e Ref. Ltda.	35920.000417/2003-26	4.391,20
04279621/0001-07	Exata Eng.e Empreend. Ltda.	35758.002890/2002-96	59.674,57
066854471-68	Ruben Siqueira Coelho	37313.000203/2003-33	10.100,68
37172160/0001-28	Alutec Esquadrias Ltda. EPP	37313.000925/2002-15	11.776,83

No caso da Stok, nas notas está declarado que 50% do valor da nota representa mão-de-obra. Por exemplo, em 6.11.2000 foi emitida a nota fiscal nº 533 no valor de R\$569.848,00. O valor declarado como mão-de-obra foi de R\$284.924,00, sendo 11%, ou R\$31.341,64, o valor retido como contribuição à Seguridade. Na folha de pagamento do mesmo mês a empresa declara pagar uma massa salarial de R\$24.036,57 a 73 empregados. É um contra-senso a empresa declarar que em determinado serviço prestado o valor da mão-de-obra corresponde a R\$284.924,00 e no mesmo mês informar na GFIP que somente paga menos de 10% desse valor em salários a estes mesmos empregados. Assim, vemos que a utilização de mão-de-obra a que se refere a nota, se não integra a folha de pagamento, somente poderá ser originada de mão-de-obra externa à empresa, ou seja, prestação de serviços de terceiros. Entretanto, em um segundo momento esse valor é totalmente devolvido a empresa com base na GFIP, que, como demonstrado, não corresponde ao total da mão-de-obra utilizada. Ou seja, no momento da devolução do valor retido, o INSS não está atento ao fato de a empresa haver ou não declarado toda a força de trabalho utilizada, inclusive, os empregados prestadores de serviços.

Às páginas 417 a 419 do processo 35758.001216/2003-75, o INSS apresenta demonstrativo individualizando nota por nota, destacando o valor da mão-de-obra em cada nota e os valores recolhidos. No quadro a seguir, resumimos a informação, totalizado por mês:

Competência	Qtde. NF's	Valor das notas	Valor Mão-de-obra	Valor recolhido
08/1999	02	170.000,00	85.000,00	9.350,00
02/2000	02	33.333,78	33.333,78	3.666,71
03/2000	04	39.682,22	20.577,11	2.263,48
04/2000	02	14.168,69	14.168,69	1.558,56
05/2000	05	105.962,36	76.468,16	3.832,41
06/2000	06	107.886,70	80.577,45	8.863,51
08/2000	04	38.481,19	27.819,49	3.458,46
10/2000	06	359.828,98	157.756,12	17.353,18
11/2000	02	667.746,00	333.873,00	36.726,03
12/2000	20	1.032.815,58	516.407,79	56.804,87
02/2001	05	299.249,19	149.624,60	16.458,71
03/2001	03	37.124,35	18.562,18	2.041,83
04/2001	02	99.983,79	49.996,90	5.499,10
06/2001	02	72.410,27	36.225,14	3.982,56
07/2001	11	934.024,05	407.624,67	44.838,73
08/2001	08	983.852,32	478.926,13	52.681,88
09/2001	14	1.309.630,50	682.839,68	75.112,36
10/2001	07	4.004.132,15	2.002.066,08	220.227,27
11/2001	07	222.927,32	111.463,66	12.373,08
12/2001	42	5.413.213,84	2.706.606,92	297.731,61
01/2002	03	199.769,44	97.211,62	10.693,26
02/2002	02	2.012.047,07	1.002.105,18	110.231,57

03/2002	04	2.099.782,77	1.048.731,97	115.360,52
04/2002	06	1.951.318,14	983.748,31	108.211,81
05/2002	05	230.022,08	131.879,54	16.234,00
06/2002	10	1.556.015,24	388.515,06	36.858,31
07/2002	04	164.707,94	82.353,98	9.058,31
08/2002	06	989.678,00	291.864,05	33.373,74
09/2002	05	1.183.104,59	264.707,66	29.117,85
10/2002	15	1.883.144,28	383.856,22	42.224,16
11/2002	10	740.736,45	167.665,73	21.567,92
12/2002	31	4.526.099,32	979.799,22	132.536,65
		33.482.878,60	13.812.356,09	1.540.292,44

No processo não constam as GFIP's, somente folhas de pagamento, que aparentemente foram emitidas em sistema próprio da empresa.

Importante lembrar que o INSS vem trabalhando para que haja correspondência entre os valores declarados na GFIP e os recolhidos por meio de GPS. Dessa forma, espera-se que em um futuro próximo seja possível fazer o batimento automático, e o próprio sistema gere uma cobrança automática para as empresas cujos valores da GFIP sejam maiores que os pagos por GPS. Ressalte-se que a GFIP deve declarar também os serviços prestados por terceiros, a fim de que se tenha informações completas sobre a mão-de-obra utilizada. Assim, fica claro que se as empresas não declararem corretamente as informações sobre todos os trabalhadores envolvidos em suas obras e serviços, haverá restituição indevida de valores. Em 2003 foi arrecadado mais de R\$ 4 bilhões por retenção em nota. A restituição é um procedimento facultativo, porém se as empresas "acordarem" para o fato de que têm o direito a se ressarcir desses valores e não declararem corretamente toda a força de trabalho utilizada, criar-se-á um custo operacional imenso para a Previdência, sob o risco de se devolverem valores indevidos.

Ressalte-se que o procedimento de retenção em nota tem a finalidade de garantir que todos os serviços prestados por trabalhadores tenha a correspondente retenção antecipada das contribuições à seguridade, mas caso não haja uma forma de verificar se a mão-de-obra utilizada realmente foi declarada nas GFIP's, corre-se o risco de devolver aos contribuintes valores que caberiam de fato à Previdência.

A importância de se chamar a atenção para este ponto está ligada principalmente à necessidade de se concentrar esforços nos pontos corretos, pois atualmente deixa-se de concentrar esforços na verificação de que as empresas estejam ou não declarando corretamente a quantidade real de empregados. De nada adianta reter valores sob o argumento de adiantamento de receitas para posteriormente devolvê-los, corrigidos, a um possível "sonegador".

Em normativo mais recente sobre o assunto, IN nº 100, de 18/12/2003, há a seguinte previsão:

"Art. 225. Compete à Chefia do Serviço/Seção/Setor de Arrecadação da APS decidir sobre requerimento de reembolso e de restituição. § 1º Na hipótese de deferimento total ou parcial de pedido de restituição, deverá ser interposto recurso de ofício, nos termos do art. 366 do RPS, à autoridade hierarquicamente superior, na seguinte ordem: I - à chefia da Agência da Previdência Social (APS), caso o montante do valor a ser restituído, nele considerados o valor originário e os acréscimos legais, seja inferior a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais); II - à chefia da Divisão/Serviço de Receita Previdenciária da Gerência-Executiva, caso o montante do valor a ser restituído, nele considerados o valor originário e os acréscimos legais, seja igual ou superior a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)."

Estão sendo adotadas medidas para melhorar os controles, todavia, parecem ainda insuficientes, dado que mesmo havendo a obrigatoriedade de se interpor recurso no caso de deferimento da restituição, não há ainda a obrigatoriedade de ser verificado em maior detalhe se as informações prestadas pelo contribuinte sejam corretas, não se atendo somente às informações da GFIP e GPS.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Deverá ser apresentado após o recebimento do Relatório.

RECOMENDAÇÃO:

Assim, recomendamos que seja revista a legislação com vistas a propor meios mais adequados para realizar a restituição, inclusive condicionando a liberação da restituição à realização prévia de fiscalização na empresa beneficiária.

Que o processo de restituição no valor de R\$1.718.785,82 da Stok Office seja revisto, considerando que nas notas fiscais emitidas consta a declaração de que 50% do valor corresponde a mão-de-obra, portanto se há a ocorrência de mão-de-obra não haveria porque realizar a restituição. A empresa deverá ser fiscalizada com vistas a apurar se os valores da mão-de-obra utilizada correspondem ao que foi declarado na GFIP ou o valor declarado em nota, pois houve informações conflitantes.

E ainda, que o INSS institua "rodízio" entre os fiscais que liberam os processos de restituição, com o objetivo de minimizar o risco de possíveis direcionamentos na liberação de restituições.

5.2.1.3 CONSTATAÇÃO:

Falhas no gerenciamento das cobranças judiciais e administrativas - parcelamentos

Em consulta ao sistema INFORMAR, verificamos que 11,85% dos parcelamentos em todo o Brasil têm mais de cinco parcelas em atraso, considerando os parcelamentos convencionais e especiais. Tendo em vista a legislação sobre a matéria que prevê a rescisão do parcelamento após verificada a falta de pagamento de qualquer parcela, foi emitida a Solicitação de Auditoria nº 139816-087, requerendo ao INSS que apresentasse as justificativas para o não cancelamento desses parcelamentos.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Em resposta a unidade apresentou as seguintes justificativas:

" a) os termos da Instrução Normativa INSS/DC nº 104, de 27 de fevereiro de 2004, cópia em anexo, é fixada a data de 30 de abril de 2004, como prazo final para os contribuintes que aderiram ao parcelamento especial de que trata a Lei nº 10.684/03, comparecerem à Agência da Previdência Social - APS de sua jurisdição para consolidação dos débitos objeto de acordo de parcelamento, na forma disposta pela Instrução Normativa INSS/DC nº 91, de 2003. Ainda, segundo a IN nº 104/2003, o contribuinte que não comparecer até a data fixada (30/04/2004) terá o pedido de parcelamento indeferido. Assim, grande parte dos parcelamentos convencionais encontra-se em atraso, visto a necessidade, por parte da empresa optante, da complementação da documentação necessária ao deferimento do parcelamento, bem como a comprovação do recolhimento das prestações vencidas da data da adesão até a data do deferimento;
a) grande parte dos parcelamentos especiais da Lei 10.684/2003 já concedidos, embora em dia, ainda não tiveram ajustados os pagamentos das prestações no

sistema AGUIA visando à apropriação no respectivo extrato de pagamentos, visto que, enquanto não deferido parcelamentos especial, os recolhimentos são efetuados por meio de GPS no código de pagamentos 4103 (CNPJ) ou 2208 (CEI - Contribuinte Individual), necessitando ajuste para apropriação na respectiva conta corrente do parcelamento;

- b) diversos processos de empresas que tiveram o parcelamento do Plano de Recuperação Fiscal - REFIS encerrado, seja por inadimplência ou desistência para inclusão do saldo no parcelamento da Lei nº 10.684/03 (PAES), estão aguardando a apropriação dos pagamentos efetuados no âmbito do REFIS, principalmente no que se refere à utilização dos prejuízos acumulados e/ou base de cálculo negativa, conforme previsto na Lei nº 9.964/2000, visando a inclusão do saldo na nova modalidade de parcelamento. O problema deve-se a falta de encaminhamento das informações de pagamento por parte da SRF, bem como ao desenvolvimento de sistemas por parte da DATAPREV; e em nova consulta ao SICOB, após ajustes efetuados pela DATAPREV, constatamos que a situação foi regularizada."

AValiação DA SFC:

Conforme se visualiza na resposta da unidade, existem ainda diversos problemas na operacionalização dos sistemas que tornam as informações destes pouco confiáveis. Além disso, a sistemática de implementação do PAES tem se mostrado morosa, afinal entende-se ser do interesse das empresas regularizar a situação perante a Previdência, e se estas não apresentam todas as informações necessárias, cabe ao INSS adotar providências para que a estes ou agilizem a documentação ou sejam excluídos do programa.

RECOMENDAÇÃO:

Que o INSS adote providências com vistas a acompanhar os parcelamentos de forma a realizar cobranças tempestivas para torná-los exeqüíveis, ou, se for o caso, cancelar em tempo hábil quando verificada a inadimplência dos contribuintes, tanto por falta de pagamento por parte destes ou por falta de apresentação da documentação necessária para a concretização da opção ao PAES.

5.2.1.4 INFORMAÇÃO:

É comum em todos os exercícios a meta de fiscalização do INSS ser superada. Entretanto, da mesma forma que na fixação da receita não se visualizam critérios consistentes de projeção das metas, portanto, não é possível avaliar se ela corresponde de fato ao potencial correto.

Em 2003, o Resultado da Ação Fiscal (RAF) alcançou R\$ 16,3 bilhões.

De acordo com informação do gestor, o resultado de RAF melhorou a qualidade em comparação a anos anteriores, pois 30,5% dos resultados consistiram em recolhimentos e parcelamentos (LDC) contra 21,3% em 2002. Em termos percentuais realmente a qualidade melhorou, mas em compensação o total de RAF reduziu, inclusive os recolhimentos, que foram de R\$ 379.273.476,07 em 2002 e somente R\$ 269.208.043,98, isto é, houve uma redução de cerca de 30% nos recolhimentos em fiscalizações.

5.2.1.5 INFORMAÇÃO:

Na cobrança Judicial e Administrativa dos Devedores, no exercício de 2003, observou-se que o total devido à Previdência ao final do exercício, somados os

créditos administrativos e judiciais era de R\$167,9 bilhões, o que representou um crescimento de 17% em relação a 2002, sendo um crescimento de 22,5% nos créditos administrativos e 14,03% nos créditos judiciais em comparação a 2002.

Dentre os principais indicadores, que demonstram a composição e evolução da Dívida total, destacamos os seguintes: tempo na fase/situação; tipo de fase/situação (para avaliar a possibilidade de recuperação); e faixa de valor:

Tempo na Fase/Situação

Tempo na situação	Não Parcelados		Parcelados		Refis		Total Geral		% Total Geral	
	R\$	Qtde	R\$	Qtde	R\$	Qtde	R\$	Qtde	% R\$	% Qtde
Menos de 1 ano	40.360.931,37	133	4.463.520,60	25	0	0	44.824.451,97	158	0,03%	0,02%
Entre 2 e 3 anos	79.649.019.547,18	311959	26.960.777.852,57	126970	11107114128	73080	117.716.911.528,15	512009	70,08%	58,21%
Entre 3 e 4 anos	8.351.480.788,17	49524	376.040.857,20	1908	15021970834	54343	23.749.492.479,03	105775	14,14%	12,02%
Entre 4 e 5 anos	8.329.993.712,91	49624	505.639.081,59	2145	469812,75	2	8.836.102.607,25	51771	5,26%	5,89%
Entre 5 e 10 anos	16.034.749.572,81	163204	580.177.776,08	3413	2093798,52	21	16.617.021.147,41	166638	9,89%	18,94%
Mais de 10 anos	1.004.671.966,47	43196	10.948.792,05	110	1140629,03	7	1.016.761.387,55	43313	0,61%	4,92%
Total	113.410.276.518,91	617640	28.438.047.880,09	134571	26132789202	127453	167.981.113.601,36	879664	100,00%	100,00%
% do Total Geral	67,51%	70,21%	16,93%	15,30%	15,56%	14,49%	100,00%	100,00%		

Conforme se observa no quadro demonstrativo, a maior parte dos créditos, mais de 70%, estão na mesma fase/situação no período de 2 a 3 anos, sendo que somente 0,03% deles tiveram alguma movimentação no último ano.

Algumas fases dos processos podem ser vistas como de difícil recuperação, ou mesmo irrecuperáveis. Em tese os créditos na fase administrativa não são considerados de difícil recuperação, pois nesse momento o crédito ainda se encontra em discussão, por meio de recursos, e há a possibilidade de se prosseguir com o crédito à etapa judicial. Na tabela a seguir, apresentamos dados relativos às fases consideradas críticas pelo INSS dentro do processo de cobrança judicial, que correspondem a cerca de 9,04% do estoque atual da dívida em 2003.

FASE	DESCRIÇÃO DA FASE	2002		2003		% R\$ 2003/2002
		VALOR R\$	QTD	VALOR R\$	QTD	
CREDITOS COM BAIXA DIFICULDADE NA RECUPERAÇÃO						
512	ENCAMINHAMENTO PARA INCLUSAO EM PARCELAME	768.921.543,63	1.953	110.382.270,53	207	-85,64
500	PARCELAMENTO DE CLUBE DE FUTEBOL	13.349.278,36	260	12.152.991,41	228	-8,96
530	PARCELAMENTO DE PREFEITURA (MUNICIPIO)	9.442.072,01	45	6.584.785,75	16	-30,26
540	PARCELAMENTO DE PREFEITURA DA MP 1571/97	3.791.174.820,36	6.314	4.691.699.811,41	6.318	23,75
598	PRECATORIO / REQUISITORIO (ORGAOS PUBLICO	61.537.127,81	388	67.772.440,57	403	10,13
760	PRE-PARCELAMENTO	167.753.399,84	1.122	127.866.242,59	843	-23,78
761	PARCELAMENTO SIMPLIFICADO	10.984.228,83	2.251	13.536.199,87	3.225	23,23
762	RETIFICAÇÃO DE PARCELAMENTO	18.047.014,82	59	16.164.387,62	38	-10,43
763	RETIFICAÇÃO DE PARC PARA ALTER. DE CALC. DA AÇÃO	182.473,28	6	170.356,23	5	-6,64
766	PARCELAMENTO MANUAL	15.933.561,39	155	16.055.203,38	134	0,76
767	PARCELAMENTO DE ORGAO PUBLICO	36.875.120,34	334	26.860.616,21	271	-27,16
768	PARCELAMENTO SEM GARANTIA	1.054.076.582,58	16.588	572.213.105,82	15.455	-45,71
769	PARCELAMENTO COM GARANTIA	9.873.267,39	153	4.987.540,99	92	-49,48
770	OPCAO REFIS/EXIGIBILIDADE SUSPENSA	15.360.010.415,38	54.207	15.028.621.157,44	54.412	-2,16
771	PARCELAMENTO DA LEI 10684/03	0	0	2.908.481.457,74	19.550	100
885	LEVANTAMENTO DE DEPOSITO	17.308.577,25	478	16.941.354,13	454	-2,12
SUBTOTAL		21.335.469.483,27	84.313	23.620.489.921,69	101.651	10,71
CREDITOS COM MÉDIA DIFICULDADE NA RECUPERAÇÃO						
506	CREDITO EM DILIGENCIA NA AREA ADMINISTRAT	205.597.578,70	517	167.882.406,14	396	-18,34
510	RETORNO DA DILIGENCIA	136.867.502,98	1.648	134.715.230,78	1.523	-1,57
513	RETORNO A PROCURADORIA - CANCELAMENTO/RES	10.791.039,67	125	22.996.590,85	125	113,11

516	CADASTRAMENTO DE CREDITO DE SUCUMBENCIA	8.491.009,13	337	10.800.225,19	442	27,2
517	CREDITO PREVIDENCIARIO SUB-JUDICE	457.753.936,83	1.038	474.646.068,29	932	3,69
518	PRE-INSCRICAO DE CREDITO	7.812.628.068,88	70.126	5.481.037.344,51	22.774	-29,84
520	INSCRICAO DE CREDITO EM DIVIDA ATIVA	4.658.069.647,33	22.254	4.949.671.220,89	23.055	6,26
522	RETORNO DA AVOCATORIA	3.168.443,39	12	151.939.310,70	10	4695,39
524	RECEBIMENTO DA GRAF APOS ANALISE	14.095.794,53	103	15.582.637,04	89	10,55
534	PRE AJUIZAMENTO / DISTRIBUICAO (ELETRONIC	85.569.285,92	299	49.781.513,00	153	-41,82
535	AJUIZAMENTO / DISTRIBUICAO	25.282.275.792,09	173.054	32.113.467.902,00	199.965	27,02
536	AJUIZAMENTO / DISTRIBUICAO DE ACAA DE DEP	102.123.534,60	921	107.241.618,17	1.041	5,01
543	SUSPENSÃO DE EXIGIBILIDADE COM DEPOSITO	1.358.914.921,31	4.305	1.564.479.056,01	4.470	15,13
578	PEDIDO DE CONCORDATA SUSPENSIVA	3.421.016,49	35	3.397.616,03	32	-0,68
594	CITACAO DO DEVEDOR	2.912.420.221,32	29.620	3.462.715.446,64	30.969	18,89
595	CITACAO DO(S) SOCIO(S)	1.452.375.935,51	16.163	1.683.260.846,44	17.370	15,9
596	PEDIDO DE CARTA PRECATORIA	186.202.916,14	2.119	199.975.699,65	2.058	7,4
597	EXPEDICAO / CUMPRIMENTO DE CARTA PRECATOR	356.622.573,02	1.788	336.216.325,61	1.795	-5,72
600	CRÉDITO REATIVADO PELA FUNÇÃO DE DESAPROPRI	2.732,44	1	0	0	-100
609	SUSPENSÃO E / OU SOBRESTAMENTO DA ACAA	1.309.789.402,23	14.774	1.131.471.425,31	16.476	-13,61
610	CREDITO EM COBRANCA AMIGAVEL COM VALOR AT	39.825.368,21	9.537	49.382.765,30	14.964	24
624	PEDIDO DE PENHORA E/OU REFORCO DE PENHORA	5.315.886.898,68	42.462	6.476.605.519,45	45.029	21,83
630	PEDIDO DE ARRESTO	9.014.969,34	12	13.715.526,19	43	52,14
632	PENHORA REGULAR E SUFICIENTE	706.009.213,14	2.908	909.306.403,84	2.753	28,8
634	PEDIDO DE DECRETACAO DE PRISAO DO DEPOSIT	437.211,27	21	3.416.057,70	73	681,33
635	REVOGACAO DA PRISAO DO DEPOSITARIO INFIEL	0	0	40.404,82	1	-100
640	HASTA PUBLICA / DESIGNADA	952.172.930,19	15.352	1.143.645.851,28	16.036	20,11
670	AGUARDANDO CADASTRAMENTO DE EMBARGOS	193.700,85	1	230.767,68	7	19,14
675	EMBARGOS DO DEVEDOR	1.803.027.970,20	6.826	2.206.438.632,23	6.875	22,37
683	EMBARGOS DE TERCEIROS	31.567.211,01	547	49.526.790,39	614	56,89
691	IMPUGNACAO AOS EMBARGOS	3.044.479.517,64	11.384	3.387.413.669,04	11.138	11,26
693	PERICIA	19.533.238,84	14	19.731.032,85	12	1,01
730	INTIMACAO	747.725.470,20	9.129	1.192.364.440,70	10.297	59,47
797	PARCELAMENTO RESCINDIDO	2.032.783.235,84	31.062	1.977.392.082,21	25.934	-2,72
798	RESCISAO / CANCELAMENTO DE PARCELAMENTO M	2.733.913,32	114	2.641.220,54	108	-3,39
799	PARCELAMENTO CANCELADO	439.562.757,41	10.193	401.444.758,81	12.468	-8,67
810	DESPACHO INTERLOCUTORIO	303.921.920,71	2.403	435.610.709,48	2.828	43,33
811	D.I. - DECLARADA INCOMPETENCIA DO JUIZO -	383.336,34	9	410.419,53	9	7,07
820	DESISTENCIA DE ACAA	264.434.093,15	451	257.186.981,10	824	-2,74
824	COM JUIZ PARA PROLACAO DE SENTENCA	2.453.998,76	5	2.854.754,73	11	16,33
825	COM JUIZ PARA DESPACHO/SENTENCA	0	0	5.432.100,95	42	-100
826	SENTENCA	283.234.671,05	1.161	281.026.808,88	1.237	-0,78
850	RECURSO E / OU APELACOES	902.511.306,78	4.289	1.231.302.087,64	4.781	36,43
869	CONTRA-RAZÕES AO RECURSO	549.030.849,93	2.845	726.130.444,49	3.095	32,26
877	SUBIDA DOS AUTOS	411.779.817,79	2.316	506.901.672,69	2.130	23,1
889	CREDITO COM RESIDUO DE PARCELAMENTO	6.718.569,34	423	9.731.770,87	432	44,85
SUBTOTAL		64.226.603.522,5	492.703	73.351.162.156,64	485.416	14,21
CREDITOS COM ALTA DIFICULDADE NA RECUPERAÇÃO						
519	EMISSAO DE PECAS PROCESSUAIS	207.030.370,75	3.353	206.985.041,58	2.981	-0,02
521	CREDITO EM GRAU DE AVOCATORIA	142.124.743,33	13	909.577,12	5	-99,36
542	SUSPENSÃO DE EXIGIBILIDADE SEM DEPOSITO	2.421.943.425,22	3.144	3.465.769.194,43	4.157	43,1
560	PEDIDO DE CONCORDATA PREVENTIVA	10.369.660,69	53	10.796.072,69	48	4,11
608	SUSPENSÃO DA ACAA ART.40 LEI 6830/80	1.149.691.061,70	33.438	1.345.351.630,46	35.219	17,02
616	CREDITO INSCRITO SEM CONDICAO DE AJUIZAME	135.969.039,75	7.156	167.554.897,08	7.831	23,23
667	ARQUIVAMENTO PROVISORIO DA ACAA	133.440.124,40	4.089	152.888.362,18	4.486	14,57
721	DECRETACAO DE FALENCIA	2.383.927.707,65	1.570	2.722.155.887,41	15.266	14,19
722	ENCERRAMENTO DA FALENCIA	24.229.962,61	737	29.261.605,66	866	20,77
748	PEDIDO DE RESTITUICAO	158.745.555,15	2.144	176.851.626,13	2.289	11,41
756	PEDIDO HABILITACAO OU PAGAMENTO / RESERVA	1.161.515.720,46	5.625	1.357.189.628,71	6.756	16,85
812	RECEBIDO EM RAZAO DA DECLARACAO DE INCOMP	515.345,16	4	562.847,49	4	9,22
SUBTOTAL		7.929.502.716,87	61.326	9.636.276.370,94	79.908	21,52
T O T A I S						
		93.491.575.722,64	638.342	106.607.928.449,27	666.975	14,03

FONTE: CD DEVEORES DA PREVIDENCIA SOCIAL 4º TRIMESTRE DE 2003

Do levantamento dos créditos por faixa de valor, relativamente aos grandes e pequenos devedores da Previdência Social, somados os créditos da cobrança administrativa e judicial, a tabela a seguir demonstra a representatividade dos créditos em termos de valor e quantidade. Verifica-se que em 2003 cresceu o

percentual e a quantidade de devedores cuja dívida ultrapassa R\$ 1 milhão. Em dezembro de 2003, estes representam 3,16% da quantidade total de créditos e são responsáveis por 66,35% da Dívida.

Faixa de valor	2002				2003			
	R\$	%	Qtde.	%	R\$	%	Qtde.	%
10 milhões ou mais	35.873.722.791,75	24,99%	1.379	0,17%	46.327.683.830,95	27,58%	1.658	0,19%
De 1 milhão a 10 milhões	56.255.999.723,94	39,19%	22.733	2,73%	65.104.645.958,10	38,76%	26.145	2,97%
De 100 mil a 1 milhão	39.874.606.285,69	27,78%	129.706	15,56%	44.270.490.918,63	26,36%	142.585	16,21%
De 10 mil a 100 mil	10.235.220.551,00	7,13%	281.426	33,76%	10.864.341.671,59	6,47%	297.000	33,77%
De 2 mil a 10 mil	1.154.940.895,09	0,80%	223.083	26,76%	1.226.653.541,85	0,73%	236.180	26,85%
Menos de 2 mil	149.579.005,27	0,10%	175.313	21,03%	154.021.115,50	0,09%	176.022	20,01%
Total	143.544.069.252,74	100,00%	833.640	100,00%	167.947.837.036,62	100,00%	879.590	100,00%

*para o estabelecimento dos intervalos incluiu-se o limite do intervalo inferior e excluiu-se o limite do intervalo superior para não haver duplicidades.

Outra perspectiva a ser analisada diz respeito à composição da Dívida total por esfera/tipo de devedor, conforme demonstrado no quadro a seguir:

ESFERA	Qtde.	% Qtde.	Vlr. R\$	% Valor
Órgão do Poder Público Federal	1.519	0,60%	2.002.761.464,11	1,19%
Órgão do Poder Público Estadual /DF	2.909	1,15%	11.125.242.233,39	6,62%
Órgão do Poder Público Municipal	37.095	14,70%	21.097.082.264,63	12,56%
Empresas Privadas	210.748	83,54%	133.709.808.066,57	79,61%
Fundações	0	0,00%	12.847.499,55	0,01%
Cartórios	0	0,00%	95.512,59	0,00%
Não Classificado	0	0,00%	0,00	0,00%
TOTAL	252.271	100,00%	167.947.837.040,84	100,00%

O resultado da recuperação de créditos alcançou R\$ 6.953.592.622,63, o que significou um acréscimo nominal de 14,29% comparados aos 6.084.397.241,81 de 2002. A recuperação total representou 4,14% do montante total da Dívida.

Importante destacar que 47,5% do valor recuperado é proveniente da retenção de FPM/FPE, e que a Dívida dos estados e municípios representa 19,19% do total, isto é, enquanto o resultado da cobrança por meio de retenção do FPE/FPM de estados e municípios alcançou 10,26% da Dívida desses estados e municípios, os valores recuperados dos demais devedores representou somente 2,69% do valor total devido. O quadro a seguir demonstra a composição da recuperação de créditos, bem como a evolução entre 2002 e 2003:

Tipo de recuperação	2002	2003	% 2003	Evolução 2002-2003
Contencioso Administrativo	494.755.107,96	325.063.276,46	4,67%	-34,30%
Parcelamentos em geral	2.950.916.388,85	3.322.049.630,17	47,77%	12,58%
Retenção FPE/FPM	2.638.725.745,00	3.306.479.716,00	47,55%	25,31%
	6.084.399.243,81	6.953.594.625,63	100,00%	14,29%

6. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA.

6.1. SUBÁREA - ANÁLISE DA PROGRAMAÇÃO

6.1.1.1. ASSUNTO - PREVISÃO E REALIZAÇÃO DAS RECEITAS**6.1.1.1.1. INFORMAÇÃO:**

A previsão da receita do INSS, prevista na Lei Orçamentária Anual, publicada em 14/1/2003, foi de R\$78.980.077.921,00. Ao final do exercício a realização alcançou 102% da previsão, chegando a R\$ 80.864.700.523,97.

Em verificações em exercícios anteriores e neste exercício observamos que a previsão da receita não é realizada com critérios consistentes que reflitam de fato o potencial arrecadador da Previdência. Segundo informação do próprio instituto, *"a atual metodologia de previsão da arrecadação do INSS não conta com o suporte de um modelo matemático capaz de expressar, a partir de variáveis definidas, o comportamento futuro da receita previdenciária"*. Inclusive, de acordo com informações constantes do relatório de gestão, prevê-se para abril/2004 conclusão de modelo que contemple variáveis mais adequadas à projeção das receitas.

Comparado ao desempenho de 2002, o crescimento da receita realizada foi de 13% em termos nominais. A receita que mais cresceu foi a de "Outras Contribuições Previdenciárias", a qual aumentou 421% em relação ao 2002. O quadro a seguir demonstra o total de receitas realizadas no exercício por natureza:

NATUREZA DA RECEITA	2003	2002	Variação
CONTRIB. DE EMPRESAS S/SEGURADOS ASSALARIADOS	32.398.898.274,76	34.405.130.172,26	-6%
CONTRIBUIÇÕES DO SEGURADO - ASSALARIADO	14.220.375.282,37	15.904.620.762,68	-11%
SEGURO DE ACIDENTE DO TRABALHO	4.729.185.952,94	4.282.185.400,10	10%
CONTRIB. DÉBITOS / PARCELAMENTOS - MUNICÍPIOS	4.328.336.322,81	3.516.524.180,44	23%
CONTRIB. PREV.-RET. S/NOTA FISCAL- SUBROGAÇÃO	4.021.982.516,01	-	
SIMPLES	3.383.814.029,39	2.813.591.603,23	20%
CONTRIB. PREV. DOS ÓRGÃOS DO PODER PÚBLICO	3.023.449.893,90	-	
CONTRIB. EM REGIME DE PARCELAMENTO E DÉBITOS	2.855.710.905,10	2.362.945.325,35	21%
OUTRAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	2.710.909.571,80	519.929.437,79	421%
SEGURADOS - AUTÔNOMOS	2.455.740.463,62	3.958.579.314,21	-38%
CONTRIBUIÇÃO SOBRE PRODUÇÃO RURAL	1.433.957.571,87	1.053.474.157,04	36%
CONTRIBUIÇÃO PREVID. DO SEG.OBRIG.-EMP.DOMEST	937.424.717,42	-	
CONTRIB. PREV. DAS ENTIDADES FILANTROPICAS	832.335.274,71	-	
RECLAMATÓRIA TRABALHISTA	653.576.556,49	-	
ARRECADACÃO FIES-CERTIFICADOS FINANC.TES.NAC.	492.629.277,17	-	
MULTAS/J.MORA CONTR.PREV.SEGURADO ASSALARIADO	432.541.903,53	-	
REC.DIV.ATIVA CONT.PREV.EMPR.S/SEG.ASSALARIADO	403.147.788,64	825.227.452,42	-51%

RECEITA REMUN. OUTROS			
DEP. BANC. REC. VINCULADOS	349.829.199,19	548.264.913,34	-36%
CONTRIBUICAO PREVID. DO			
SEGURADO FACULTATIVO	339.925.863,22	-	
RESTITUICOES DE BENEFICIOS			
NAO DESEMBOLSADOS	247.122.675,43	299.688.888,56	-18%
SERVICOS ADMINISTRATIVOS	167.383.348,25	143.129.712,86	17%
MULTAS/J.MORA			
CONTR. PREV. SEG. OBRIGAT. C. INDIV.	103.700.048,34	-	
CONTR. PREV. NA FORMA DE			
DEP. JUD., REC. E CUSTAS	77.851.979,28	-	
REMUNERACAO DE SALDOS NAO			
DESEMBOLSADOS	55.538.738,35	-	
MULTAS/J.MORA CONTR. PREV.			
RET. S/NF-SUBROGACAO	47.800.902,49	-	
MULTAS/J.MORA CONTR. PREV. S/			
RECLAM. TRABALH.	27.789.574,16	-	
MULTAS/J.MORA CONTR. PREV.			
SEG. OBRIG.-EMPR. DOM	26.351.781,79	-	
EMPRESAS - ESPETACULOS			
ESPORTIVOS	21.638.161,04	20.716.399,01	4%
RECUPERACAO DE DESPESAS DE			
EXERC. ANTERIORES	15.773.157,13	-	
MULTAS/J.MORA CONTR. PREV.			
ORGAOS PODER PUBL.	14.066.989,48	-	
MULTAS/J.MORA CONTR. PREV. S/			
PRODUCAO RURAL	12.503.710,39	-	
MULTAS/J.MORA CONTR. PREV.			
ENTIDADES FILANTR.	11.746.993,07	-	
ARRECADACAO FNS-CERTIFICADOS			
FINANC. TES. NAC.	8.245.782,32	-	
MULTAS E JUROS PREVISTOS EM			
CONTRATOS	6.950.016,35	5.779.479,49	20%
ALIENACAO DE IMOVEIS URBANOS	3.741.072,25	6.465.320,94	-42%
ALUGUEL DE IMOVEIS URBANOS E			
RURALS	3.654.376,36	1.930.497,35	89%
CONTRIBUICAO PREVID. DO			
SEGURADO ESPECIAL	2.864.936,78	-	
MULTAS/J.MORA CONTR. PREV. DO			
SEG. FACULTATIVO	2.698.264,72	-	
MULTAS/J.MORA ARREC. FIES -			
CERT. FIN. TESOURO	1.737.442,92	-	
DIVIDENDOS	880.817,84	1.381.112,68	-36%
TAXA DE OCUPACAO DE IMOVEIS	547.460,00	259.850,16	111%
MULTAS/J.MORA CONTR. PREV. S/			
ESPET. DESPORTIVO	161.231,80	-	
OUTRAS INDENIZACOES	91.222,89	-	
MULTAS/J.MORA CONTR. PREV. DO			
SEGURADO ESPECIAL	48.825,16	-	
MULTAS E JUROS DE MORA DE			
ALUGUEIS	18.000,82	21.901,12	-18%
ALIENACAO DE OUTROS BENS			-42%

MOVEIS	17.133,99	29.377,85	
MULTAS POR AUTOS DE INFRACAO	1.896,75	-	
INDEN. PREV. NA LEGISL. S/DEFESA DIR.DIFUSOS	1.854,49	2.673.911,75	-100%
MULTAS E JUROS DE MORA DE TAXAS DE OCUPACAO	603,98	1.441,83	-58%
REC.DIV.ATIVA CONT.PREV.SEGURADO FACULTATIVO	160,41	-	
JUROS DE TITULOS DE RENDA	-	9.841.388,67	-100%
MULTAS E JUROS DE MORA CONT.EMP.TRAB.SEG.SOC.	-	655.522.099,85	-100%
OUTRAS RESTITUICOES	-	18.495.614,64	-100%
RECEITA DA DIVIDA ATIVADA DE CUSTAS JUDICIAIS	-	1.600,43	-100%
REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS	-	43.138.546,73	-100%
SALDOS EXERC.ANTERIORES- REC.DIRET.ARRECADADOS	-	66.000.000,00	-100%
TIT. RESP. DO TES.NAC. - OUTRAS APLICACOES	-	79.959,37	-100%
TOTAL	80.864.700.523,97	71.465.629.822,15	13%

Para cobrir todas as despesas previstas para o órgão, no total de R\$116.261.001.859,00, e manter o equilíbrio foi necessário obter os recursos provenientes do Tesouro referentes às seguintes receitas:

RECEITA	VALOR
RECURSOS ORDINARIOS	5.186.138.719,00
CONTRIBUICOES SOBRE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS	45.577.150,00
OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS - EM MOEDA	18.669.491,00
CONTR.SOCIAL S/O LUCRO DAS PESSOAS JURIDICAS	4.029.436.754,00
CONTRIBUICAO P/FINANCIAM.DA SEGURIDADE SOCIAL	20.327.035.433,00
CONTRIB. PROVISORIA S/MOVIMENTACAO FINANCEIRA	4.999.595.971,00
CONTRIBUICAO PLANO SEGURIDADE SOCIAL SERVIDOR	129.680.168,00
CONTRIB.PATRONAL P/PLANO DE SEGURID.SOC.SERV.	125.378.795,00
RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	288.651.621,00
TOTAL	35.150.164.102,00

6.1.2. ASSUNTO - FIXAÇÃO E EXECUÇÃO DAS DESPESAS

6.1.2.1. INFORMAÇÃO:

As despesas executadas alcançaram o montante de R\$119.235.761.312,77, distribuídas da seguinte forma:

NATUREZA DA DESPESA	Crédito Empenhado Liquidado	%
APOSENTADORIAS E REFORMAS	68.958.160.123,47	57,83%
PENSOES	25.088.150.498,64	21,04%
OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS	14.431.158.890,03	12,10%
BENEFICIO MENSAL AO DEFICIENTE E AO IDOSO	4.505.517.516,74	3,78%
APOSENTADORIAS E REFORMAS	1.920.794.138,51	1,61%
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.261.824.327,07	1,06%
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	936.474.763,18	0,79%
PENSOES	806.796.302,50	0,68%
SENTENCAS JUDICIAIS	327.645.099,47	0,27%
SENTENCAS JUDICIAIS	160.530.290,46	0,13%
OBRIGACOES PATRONAIS	156.849.460,01	0,13%
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	153.988.981,13	0,13%
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	99.836.599,98	0,08%
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	86.922.338,34	0,07%
INDENIZACOES E RESTITUICOES	50.739.328,89	0,04%
AUXILIO-ALIMENTACAO	44.285.909,82	0,04%
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	43.840.201,45	0,04%
OUTRAS DESP.PESSOAL DEC. CONTRATOS TERCEIRIZ.	43.829.995,16	0,04%
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	41.505.040,65	0,03%
MATERIAL DE CONSUMO	26.576.674,75	0,02%
AUXILIO-TRANSPORTE	25.187.060,96	0,02%
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	18.504.468,28	0,02%
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	18.083.338,94	0,02%
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	17.396.370,36	0,01%
OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS	5.260.204,20	0,00%
OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS	3.052.341,00	0,00%
MATERIAL DE DISTRIBUICAO GRATUITA	1.282.146,68	0,00%
OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	944.069,00	0,00%
RESSARCIMENTO DE DESP. DE PESSOAL REQUISITADO	468.472,70	0,00%
OBRAS E INSTALACOES	59.103,23	0,00%
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	50.996,22	0,00%
SALARIO-FAMILIA	23.397,18	0,00%
INDENIZACOES TRABALHISTAS	22.863,77	0,00%
	119.235.761.312,77	100,00%

Importante destacar que o pagamento de benefícios previdenciários e assistenciais correspondeu a 95% do total das despesas. No quadro a seguir demonstramos os diferentes tipos de benefícios:

Natureza da Despesa	Natureza da Despesa Detalhada	Crédito Empenhado Liquidado	%
APOSENTADORIAS E REFORMAS	APOSENTADORIAS POR INVALIDEZ	10.333.157.288,00	9,15%
	APOSENTADORIAS POR VELHICE	20.988.423.379,40	18,58%
	APOSENTADORIAS POR TEMPO DE SERVICO	31.880.107.299,86	28,22%
	APOSENTADORIA ESPECIAL	4.892.584.000,00	4,33%
	APOSENTADORIA - ECONOMIARIOS	36.037.251,34	0,03%
	APOSENTADORIAS POR INVALIDEZ - ACID.TRABALHO	827.850.904,87	0,73%
PENSOES	PENSOES PREVIDENCIARIAS	24.143.510.400,95	21,37%
	PENSOES ACIDENTARIAS	820.846.200,27	0,73%
	PENSOES VITALICIAS DE SERINGUEIRO	95.224.894,46	0,08%
	RESTOS A PAGAR	28.569.002,96	0,03%
OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS	AUXILIO-DOENCA	7.030.060.072,82	6,22%
	AUXILIO-RECLUSAO	70.017.708,47	0,06%
	AUXILIO-ACIDENTE	22.583.368,11	0,02%
	SALARIO-FAMILIA DE SEGURADOS	19.986.825,48	0,02%
	SALARIO-MATERNIDADE	1.193.188.442,22	1,06%
	RENDA MENSAL VITALICIA-INVALIDOS	1.094.467.582,24	0,97%
	RENDA MENSAL VITALICIA - IDOSOS	564.750.446,64	0,50%
	PECULIO	18.620.988,95	0,02%
	ABONO DE PERMANENCIA EM SERVICO	11.727.240,59	0,01%
	AUXILIO-DOENCA-ACIDENTE DO TRABALHO	1.001.006.019,89	0,89%
	AUXILIO-ACIDENTE DO TRABALHO	838.833.322,30	0,74%
	AUXILIO-SUPLEMENTAR-ACIDENTE DO TRABALHO	89.531.262,81	0,08%
	BENEFICIOS DIVERSOS	3.855,08	0,00%
	AUXILIO P/ EXAMES FORA DO DOMICILIO	4.861.673,19	0,00%
	OUTRAS TRANSFERENCIAS A PESSOAS	708,00	0,00%
	AUX. P/ EXAMES FORA DO DOMIC.- AC.DO TRABALHO	746.299,78	0,00%
	AUXILIO-PROGRAMA DE REABILITACAO PROFISSIONAL	865.383,90	0,00%
	RESTOS A PAGAR.	2.469.907.689,56	2,19%
BENEFICIO MENSAL AO DEFICIENTE E AO IDOSO	BENEFICIO AO DEFICIENTE	2.774.107.994,51	2,46%
	BENEFICIO AO IDOSO	1.731.409.522,23	1,53%
OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS	AUXILIO-CRECHE	5.260.204,20	0,00%
TOTAL		112.988.247.233,08	100,00%

A arrecadação previdenciária foi suficiente para cobrir 75% dos benefícios previdenciários que totalizaram R\$108.477.469.512,14, os 25% restantes foram cobertos com recursos da COFINS, Contribuição Social, CPMF e recursos ordinários do Tesouro.

O orçamento total disponibilizado para o INSS foi de R\$119.366.639.809,15. Ao final do exercício restaram R\$113.904.074,13, o que corresponde a 0,10% do total. As despesas listadas no quadro a seguir foram previstas, porém não executadas no decorrer do exercício:

Programa de Trabalho		Natureza da Despesa		Orçamento Disponibiliza do	Crédito Disponível (não utilizado)
8241006625890000	SERVICOS DE CONCESSAO, REVISAO E CESS	339000	APLICACOES DIRETAS	66,25	66,25
		339000	APLICACOES DIRETAS	647,98	647,98
9122008514780000	MODERNIZACAO DA GESTAO ADMINISTRATIVA	338000	TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR	3.258.715,00	-
		339000	APLICACOES DIRETAS	361.741,46	108.380,46
9125008425700000	FISCALIZACAO DO RECOLHIMENTO DAS CONT	339000	APLICACOES DIRETAS	271.140,04	271.140,04
9125008525620000	AUDITORIA PREVENTIVA E CORRETIVA EM R	339000	APLICACOES DIRETAS	286.554,52	286.554,52
9126008755000000	IMPLANTACAO DO PLANO DIRETOR DE TECNO	338000	TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR	6.665.114,00	-
		339000	APLICACOES DIRETAS	891.585,62	17.302,97
9126008825820000	SERVICO DE PROCES-SAMENTO DE DADOS DO	339000	APLICACOES DIRETAS	119.990,00	119.990,00
9128008326350000	FORMACAO CONTINUADA DE SERVIDORES PAR	339000	APLICACOES DIRETAS	77.627,77	77.627,77
9128008426110000	FORMACAO CONTINUADA DE SERVIDORES NO	339000	APLICACOES DIRETAS	165.919,76	165.919,76
9128079145720000	CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FE	338000	TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR	6.075.618,00	6.075.618,00
		339000	APLICACOES DIRETAS	5.123.428,91	5.123.428,91
9129008425670000	COBRANCA ADMINISTRATIVA DE CREDITOS P	339000	APLICACOES DIRETAS	85.884,79	85.884,79
		449000	APLICACOES DIRETAS	684.270,00	684.270,00
9129008425680000	COBRANCA DE DEBITOS INSCRITOS EM DIVI	339000	APLICACOES DIRETAS	132.306,79	132.306,79
9271008301320000	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS	999000	*****	198.000,00	198.000,00
9271008325710000	ORIENTACAO AOS SEGURADOS PARA PREVENÇ	339000	APLICACOES DIRETAS	165.025,97	165.025,97
9271008325780000	SERVICO DE PERICIA MEDICA	339000	APLICACOES DIRETAS	9.072,17	9.072,17
9271008325850000	SERVICO DE REABILITACAO PROFISSIONAL	339000	APLICACOES DIRETAS	894.666,88	894.666,88
9271008325910000	SERVICOS DE CONCESSAO, MANUTENCAO E C	339000	APLICACOES DIRETAS	535.077,35	535.077,35
9271008325930000	FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES DE ATENDIM	339000	APLICACOES DIRETAS	1.040.953,66	1.040.953,66
		449000	APLICACOES DIRETAS	1.595.451,07	1.595.451,07
9271008425960000	ORIENTACAO TECNICA AS EMPRESAS E AOS	339000	APLICACOES DIRETAS	521.882,20	521.882,20
9271008465410000	REMUNERACAO DOS AGENTES PRESTADORES D	339000	APLICACOES DIRETAS	82.951.669,17	82.951.669,17

9271008555090000	REFORMULACAO DA REDE DE ATENDIMENTO D	339000	APLICACOES DIRETAS	7.342.015,00	1.426.018,00
		449000	APLICACOES DIRETAS	2.064.256,80	2.064.256,80
9271008579330000	DISSEMINACAO DO SISTEMA DE ADMINISTRA	339000	APLICACOES DIRETAS	72.870,84	72.870,84
9271075020000000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE	339000	APLICACOES DIRETAS	1.951.716,05	1.951.716,05
		448000	TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR	2.246.120,00	2.246.120,00
		448041	CONTRIBUICOES	99.900,00	99.900,00
		449000	APLICACOES DIRETAS	1.613.316,40	1.613.316,40
9272008901810000	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES	319000	APLICACOES DIRETAS	43.636,38	43.636,38
9301079120040000	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS	339000	APLICACOES DIRETAS	1.182,82	1.182,82
9306079120120000	AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E	339000	APLICACOES DIRETAS	12.569,66	12.569,66
9331079120110000	AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E E	339000	APLICACOES DIRETAS	35.939,04	35.939,04
9365079120100000	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENT	339000	APLICACOES DIRETAS	10.277,50	10.277,50
9665008525630000	AVALIACAO DA QUALIDADE E PRODUTIVIDAD	338000	TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR	399.867,00	399.867,00
		339000	APLICACOES DIRETAS	1.401.102,06	1.401.102,06
2884609010005000	CUMPRIMENTO DE SENTENCA JUDICIAL TRAN	459091	SENTENCAS JUDICIAIS	21.009,00	21.009,00
TOTAL				129.428.187,91	112.460.718,26

A unidade não apresentou justificativas para a não execução desses programas de trabalho.

6.1.3. ASSUNTO - ANÁLISE DA GESTÃO FISCAL RESPONSÁVEL

6.1.3.1. CONSTATAÇÃO: A Procuradoria do INSS não mantém controle para acompanhamento adequado dos precatórios de forma que torne possível avaliar a cronologia e a correta priorização dos pagamentos de natureza alimentícia.

Conforme dispõe o texto constitucional, os pagamentos de precatórios deverão ser realizados "exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios à conta dos créditos respectivos". Os precatórios de natureza alimentícia devem ser pagos prioritariamente a quaisquer outros de outras naturezas. Podem ser caracterizados como de natureza alimentícia aqueles decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou invalidez, fundadas na responsabilidade civil, em virtude de sentença transitada em julgado. Em especial no caso do INSS, a quase totalidade dos precatórios se enquadra nesse critério, em 2003 representam 98,46% dos precatórios. Assim, a ordem cronológica é o critério predominante para a priorização dos pagamentos.

Nos termos do artigo 10 da LRF, "a execução orçamentária e financeira identificará os beneficiários de pagamento de sentenças judiciais, por meio de sistema de contabilidade e administração financeira, para fins de observância da ordem cronológica determinada no artigo 100 da Constituição."

Sobre o assunto, a LDO traz regras específicas para cada exercício. Desde 2002 a LDO prevê a necessidade de as unidades orçamentárias discriminarem no SIAFI a relação dos precatórios incluídos em suas respectivas dotações orçamentárias, especificando a ordem cronológica dos pagamentos e os respectivos valores a serem pagos. Na LDO 2003 foi previsto que essa disponibilização dos dados relativos aos precatórios ocorresse no prazo de quinze dias após a publicação da lei orçamentária. A partir de 2004 prevê-se que a descentralização dessas informações ocorra de forma automática.

A transação do SIAFI a que se refere à LDO, para consulta, é denominada "CONPROCJUD", e embora seja importante para acompanhar individualmente os processos, por outro lado não disponibiliza consultas consolidadas, ou por natureza do tipo de pagamento, o que dificulta a avaliação, isto é, se os pagamentos ocorreram dentro dos critérios previstos na Constituição e nos demais normativos relativos à matéria.

Com vistas à verificação da regularidade do pagamento dos precatórios, considerando os dois pontos mais importantes - a ordem cronológica e a priorização aos precatórios de natureza alimentícia -, a equipe de auditoria emitiu a Solicitação de Auditoria nº 139816-023, em 23/3/2004, solicitando que o INSS apresentasse a relação dos precatórios pagos desde 2000, inclusive destacando a natureza da despesa desses precatórios, sobretudo os que deram origem a restos a pagar.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Em resposta, encaminhada a esta CGU em 23/4/2004, a unidade informou que a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS mantém sistema de controle de precatórios na página do Ministério da Previdência Social, mas que não dispõe da informação requerida, sob as seguintes justificativas:

"b) Esse sistema não contém informação específica sobre precatórios "efetivamente pagos", como também não contempla funcionalidade ou aplicativo de extração de dados específicos sobre inscrição em "Restos a Pagar", mormente com todos os detalhamentos solicitados no presente expediente;

c) A execução da despesa é realizada de forma descentralizada nas 102 Gerências Executivas do INSS espalhadas pelo País, com um imenso volume de processos, o que dificulta a obtenção dos dados solicitados"

Ainda em resposta à Solicitação de Auditoria a unidade informou que os valores totais dos últimos quatro anos foram os seguintes:

Tipo de Precatório	2000	2001	2002	2003
Benefício/Execução Fiscal	467.470.159,28	806.656.798,96	713.650.828,80	156.404.370,18
Pessoal	53.709.794,87	33.142.986,51	58.200.587,14	1.377.039,74
Restos a Pagar Benefício/Execução Fiscal	147.817.391,61	1.986,80	63.975,29	3.373.251,46
Restos a Pagar Pessoal	28.979.197,81			
Total *	521.179.954,15	839.799.785,47	771.851.415,94	157.781.409,92

***não incluindo os valores de restos a pagar para não ocorrer dupla contagem**

AVALIAÇÃO DA SFC:

Tendo em vista a restrição de não dispor de informações suficientes para avaliar se os pagamentos obedeceram à ordem cronológica, a partir de informações fornecidas diretamente pelo INSS, somente foi possível avaliar os registros efetuados no SIAFI, por amostragem. Quanto ao volume em reais, em consulta aos valores registrados no SIAFI obtivemos valores totalmente distintos, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Tipo de Precatório	2000	2001	2002	2003
Benefício/Execução Fiscal	615.273.324,87	745.867.426,45	582.603.280,00	129.144.153,27
Pessoal	69.373.422,00	34.920.083,00	98.820.433,00	1.353.267,74
Restos a Pagar Benefício/Execução Fiscal				1.363.708,25
Total*	684.646.746,87	780.787.509,45	681.423.713,00	130.497.421,01

***não incluindo os valores de restos a pagar para não ocorrer dupla contagem**

Os registros apresentados no SIAFI compõem-se dos seguintes dados: data da autuação, número do processo judicial, nome do requerente, data do pagamento, parcela paga e unidade pagadora, listados por unidade cadastradora ou unidade pagadora (no caso do INSS, a unidade pagadora/cadastradora é o número da UG da Gerência Executiva na UF).

As consultas foram realizadas comparando-se as "datas de autuação" com as "datas de pagamento". Em muitos casos identificamos que a ordem cronológica não foi obedecida, em precatórios de mesma natureza. Entretanto, não é possível uma conclusão definitiva sem analisar especificamente cada caso, por meio da análise da documentação.

Portanto, tendo em vista a elevada quantidade de processos, bem como a descentralização por gerências executivas do controle dos precatórios, conclui-se não ser possível, nesse momento, afirmar definitivamente sobre a regularidade ou não dos pagamentos dos precatórios. Todavia fica clara a necessidade de se realizar um trabalho pontual com vistas a esclarecer como vem sendo tratado o assunto no âmbito do INSS.

RECOMENDAÇÃO

Que o INSS adote sistema de controle dos precatórios de forma a tornar possível o acompanhamento quanto à regularidade na obediência à ordem cronológica dos pagamentos, bem como a adequada priorização dos precatórios de natureza alimentícia, e ainda, encaminhe a esta Secretaria Federal de Controle Interno a relação de todos os precatórios pagos desde 2000, informando a natureza, as datas de autuação e pagamento, as razões de priorização e as inclusões em restos a pagar.

7. - ÁREA - GESTÃO FINANCEIRA**7.1. - SUBÁREA - RECURSOS DISPONÍVEIS****7.1.1. - ASSUNTO - RECURSOS FINANCEIROS****7.1.1.1. INFORMAÇÃO:**

No exercício de 2003 o INSS realizou dispêndios no valor de

R\$124.144.979,00, o que representou 20% das despesas em 2002. Nesse período movimentou recursos da ordem de R\$115.120.950.565,95. O quadro a seguir identifica as fontes de recursos e o montante de cada uma.

Fonte de Recursos		Sub-Repasse Concedido	Sub-Repasse Recebido
00	RECURSOS ORDINARIOS	5.101.023.969,15	5.101.023.969,15
18	CONTRIBUICOES SOBRE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS	8.072.824,63	8.072.824,63
39	ALIENACAO BENS APREENDIDOS-FUNDAF/LBA-PRONAVE	4.965.339,80	4.965.339,80
48	PERACOES DE CREDITO EXTERNAS - EM MOEDA	339.518,00	339.518,00
50	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	456.736.878,63	456.736.878,63
51	CONTR.SOCIAL S/O LUCRO DAS PESSOAS JURIDICAS	3.998.844.224,50	3.998.844.224,50
53	CONTRIBUICAO P/FINANCIAM.DA SEGURIDADE SOCIAL	19.849.244.521,41	19.849.244.521,41
54	CONTRIBUICAO DOS EMP.E DOS TRAB.P/SEG.SOCIAL	80.033.915.401,92	80.033.915.401,92
55	CONTRIB. PROVISORIA S/MOVIMENTACAO FINANCEIRA	4.893.916.633,28	4.893.916.633,28
56	CONTRIBUICAO PLANO SEGURIDADE SOCIAL SERVIDOR	254.919.220,43	254.919.220,43
69	CONTRIB.PATRONAL P/PLANO DE SEGURID.SOC.SERV.	230.269.686,70	230.269.686,70
77	FONTE A CLASSIFICAR	50.726,50	50.726,50
80	RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	288.651.621,00	288.651.621,00
Total:		115.120.950.565,95	115.120.950.565,95

7.1.2. - ASSUNTO - DESPESAS PENDENTES

7.1.2.1. INFORMAÇÃO:

Em consulta aos demonstrativos contábeis do Instituto, observamos que existem impropriedades nos saldos de algumas contas, com destaque para os seguintes casos:

- A conta "Adiantamento a Pessoal" apresenta um saldo de R\$ 23.748.176,68, desse total 11,6%, isto é, R\$ 2.753.894,01, se referem a saldos provenientes de exercícios anteriores, com destaque para a UG 510580 (Gerência Executiva do INSS em Manaus), cujo saldo é de R\$1.002.069,95. Esta conta é de natureza transitória, a permanência de saldos por mais de um exercício configura uma impropriedade que deverá ser corrigida.
- os valores pagos à Telecomunicações de São Paulo S.A. - Telesp, no total de R\$386.901,96, que se referem a reconhecimento de dívidas foi contabilizado à conta 333909301 Restituições/Indenizações. Esse tipo de gasto deveria ter sido registrado como despesas correntes regulares (Serviços de Terceiros - Serviços de Telecomunicações), tendo em vista que se refere a serviços prestados no exercício em questão relativo a gastos das unidades, conforme observamos nas descrições dos empenhos e notas de lançamento. Ressalte-se que outras companhias telefônicas, Telerj, Telebahia, Intelig, dentre outras, também tiveram os pagamentos realizados à conta dessa mesma natureza. Enfim, esses dispêndios têm natureza de serviços de terceiros e contabilizá-los em natureza distinta distorce, nos demonstrativos, os gastos reais realizados com telefonia.

7.2. - SUBÁREA - RECURSOS EXIGÍVEIS

7.2.1. - ASSUNTO - RESTOS A PAGAR

7.2.1.1. INFORMAÇÃO:

O INSS inscreveu em 31.12.2003 R\$ 2.577.724.664,27 em Restos a Pagar, sendo R\$ 2.501.745.158,19 referente ao Regime Geral de Previdência Social. De acordo com o Decreto 4.900, de 26.11.2003, o limite de inscrição para o Ministério da Previdência (como órgão superior, incluindo o INSS) era de R\$ 105.327.000,00. Entretanto, não estão incluídas nestes limites as despesas de caráter continuado, definidas na LDO. As despesas do Fundo de Regime Geral de Previdência se referem ao pagamento de benefícios, as quais se caracterizam como despesas de caráter continuado, devendo, portanto, serem excluídas para efeito de cálculo do limite. Excluído este valor resta o total de R\$ 75.979.506,08, portanto, dentro do limite permitido.

8. ÁREA - GESTÃO PATRIMONIAL

8.1. SUBÁREA - INVENTÁRIO FÍSICO E FINANCEIRO

8.1.1 ASSUNTO - REGISTROS OFICIAIS E FINANCEIROS

8.1.1.1 CONSTATAÇÃO:

Situações irregulares dos Imóveis do INSS e falhas no sistema de controle patrimonial

Por meio do Ofício nº 6.663/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR, datado de 21 de outubro de 2003, dirigido ao Sr. Taiti Inenami, Diretor-Presidente do INSS, foi solicitado o encaminhamento a esta Secretaria Federal de Controle Interno, até 7.11.2003, da relação e/ou inventário dos imóveis (operacionais e não operacionais) de propriedade do INSS, informando o seguinte: descrição do imóvel, localização (endereço e localidade), área, valor/avaliação, natureza da utilização/ocupação, situação regular ou irregular (sem escritura, ocupado indevidamente, pendência judicial, tributos em atraso, cessão e permuta) e, no caso de irregular quais as providências que foram ou estão sendo adotadas.

Posteriormente, em 22.3.2004 foi encaminhado ao INSS a Solicitação de Auditoria nº 139816-012, com a finalidade de obter as seguintes informações:

- Cópia do Inventário dos Bens Imóveis do INSS, referente ao exercício de 2003; ou justificativa em caso de o mesmo não ter sido concluído;
- Levantamento que estava sendo providenciado, junto às Gerências Executivas do INSS, conforme mencionado no item "3" da documentação anexa ao Ofício nº 1382/INSS/DCGAB, de 19.11.2003, com referência às informações complementares sobre os imóveis de propriedade desse Instituto, solicitadas por esta SFC por meio do Ofício nº 6.663/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR, de 21.10.2003, tais como: descrição do imóvel, localização (endereço e localidade), área, valor/avaliação, natureza da utilização/ocupação, se possui escritura pública ou não, situação regular ou irregular (sem escritura, ocupado indevidamente, pendência judicial, tributos em atraso, cessão e permuta) e, no caso de irregular quais as providências que foram ou estão sendo adotadas.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR

Com relação à solicitação constante no Ofício nº 6.663/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR, de 21.10.2003, referente ao Inventário do Patrimônio Imobiliário do INSS, foi enviado à esta SFC, junto ao Ofício nº 1.382/INSS/DCGAB, de 19.11.2003, uma cópia do Inventário Contábil do Exercício de 2002, visto que, conforme informação do gestor, o Inventário referente ao exercício de 2003 estava em elaboração, tendo por prazo final para sua conclusão 31 de dezembro de 2003. Além disso, o INSS aguardava alteração no sistema informatizado de cadastramento de imóveis da Secretaria do Patrimônio da União - SPIU NET - para fazer novo cadastramento dos imóveis de propriedade do Instituto. Comunicou, também, que estavam providenciando levantamento das solicitações da SFC junto às Gerências Executivas do INSS, responsáveis pela administração dos imóveis no âmbito de sua jurisdição, de forma a poder completar as informações necessárias.

No tocante aos itens "1" e "2" da Solicitação de Auditoria-SA nº 139816-012, datada de 22.3.2004, a Divisão de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário - DGPAI/INSS, por meio de documentação datada de 1.4.2004 e anexada ao Ofício nº 363/INSS/DCGAB, de 5.4.2003, informou o seguinte:

"(...)

2. Juntamos cópia do Inventário de Bens Imóveis do INSS referente a 2003 (atendemos com isso o item 1 da SA). Observamos que esse Inventário é feito pelas áreas de Logística e Contabilidade em cada Gerência Executiva, ficando a cargo da DGPAI apenas a consolidação das informações em um único documento, que é encaminhado a Coordenação de Contabilidade para conferência e execução junto ao SIAFI.

3. Juntamos levantamento efetuado sobre imóveis com alguma irregularidade (atendemos com isso o item 2 da SA). Observamos que está para ser licitada contratação de empresa para regularização de imóveis, referentes aos antigos conjuntos habitacionais no Rio de Janeiro, que servirá como piloto para regularização de imóveis, e, assim, utilizar-se da mesma sistemática em outras Gerências Executivas. Também poderão ser viabilizadas outras formas pelas GEX, se houverem."

No Relatório de Gestão do INSS - Exercício de 2003 - página 139, fl. 149 do Processo de Prestação de Contas nº 35000.000454/2004-05, a entidade informa o seguinte:

"A área de Patrimônio imobiliário tem recebido atenção na Gestão de Logística do INSS, visto ser muito importante o acompanhamento e controle de um ativo superior a 5.000 imóveis.

Em relação ao patrimônio foram tomadas medidas administrativas visando a orientar às Gerências Executivas para a gestão do patrimônio imobiliário sob sua jurisdição, solicitando atenção especial para as ações de regularização. Também foi constituído grupo de trabalho pelo Ministério da Previdência Social visando à elaboração de normas sobre o patrimônio imobiliário. O cadastramento no SPIU NET sistema de cadastro informatizado da Secretaria de Patrimônio da União ficou na dependência da adaptação do respectivo sistema as especificidades dos bens do INSS, sendo concluídas tais adaptações no final do ano pelo SERPRO e pelo SPU. Em 2004 serão treinados os servidores e cadastrados os imóveis.

Foi proposto alteração da legislação referente aos imóveis do INSS, com encaminhamento de minuta de proposta de alteração da Lei ao MPS.

Foram respondidas pelas respectivas Gerências Executivas as solicitações do TCU, SFC, Auditoria e Ministério Público, além de informações aos Senadores e Deputados Federais.

...

Foram elaboradas três novas normas:

- Orientações técnicas sobre avaliação de imóveis;
- Locação de imóveis;

- Alienação de imóveis por concorrência pública;
- Dação de imóveis do INSS em pagamento à União.

Estas normas foram examinadas pela Procuradoria Geral e estão em processo final visando à aprovação da Diretoria Colegiada."

AVALIAÇÃO DA SFC:

Inicialmente, foi demonstrado por meio do "Relatório Contábil - ano 2003 - Resumo" a situação geral dos bens imóveis do INSS, discriminando-se tipo de imóvel, saldo anterior, aquisições, baixas, atualizações monetárias e saldo atual.

De um total de 5.164 imóveis do INSS foram adquiridos 62 e desmobilizados 93, restando 5.133 com valor contábil global de R\$ 2.948.363.566,90 (dois bilhões, novecentos e quarenta e oito milhões, trezentos e sessenta e três mil, quinhentos e sessenta e seis reais e noventa centavos).

Deste universo, 2.083 imóveis (40%) localizam-se no Estado do Rio de Janeiro, 543 (10%) no Estado de São Paulo e 474 (9%) no Distrito Federal. O restante (2.033) encontra-se diluído nos demais Estados da Federação.

Cabe destacar que apesar do quantitativo de imóveis ser maior no Estado do Rio de Janeiro, em termos contábeis o maior valor escriturado encontra-se no Estado de São Paulo, totalizando R\$ 930.467.623,02 (novecentos e trinta milhões, quatrocentos e sessenta e sete mil, seiscentos e vinte e três reais e dois centavos), equivalente a 31% do valor patrimonial imobiliário do INSS.

No Inventário é apresentada a situação dos imóveis por município, discriminando: tipo de imóvel, endereço, valor contábil e utilização. Não é mencionada a regularidade dos imóveis em poder de terceiros, a alienar e a classificar. Percebe-se que o INSS possui o registro contábil desses bens, mas não informa se os imóveis em poder de terceiros estão sendo retomados ou desmobilizados e quando os imóveis na situação a alienar serão alienados. Também não é especificada a efetiva situação dos imóveis a classificar.

Na parte final do Inventário, o INSS relaciona os imóveis com irregularidades por município. Neste universo encontram-se todas as negociações envolvendo a posse dos imóveis de sua propriedade, identificando os eventuais entraves para o deslinde das questões e/ou todos os imóveis do INSS que não se encontram com documentação de registro cartorial regular.

Conforme a relação de irregularidades, encontramos a seguinte situação:

ESTADO	GEX	QTD.	PRINCIPAIS IRREGULARIDADES
ACRE	RIO BRANCO	06	- invasão; - em negociação para venda ao governo estadual e/ou municipal; - utilizado por terceiros; - aguardando recurso orçamentário para obtenção de certidão de habite-se;
AMAZONAS	MANAUS	17	- aguardando recurso orçamentário para obtenção de certidão de habite-se. - sob a responsabilidade do PFE_INSS/AM; - documentação irregular; - escritura irregular;
BAHIA	SALVADOR	14	- documentação irregular; - utilizado por terceiros; - invasão;
BAHIA	ITABUNA	01	- escritura irregular;
CEARÁ	FORTALEZA	01	- escritura irregular;
CEARÁ	CEARÁ	01	- escritura irregular;
GOIÁS	GOIÂNIA	223	- subjudice em definição de posse

MINAS GERAIS	POÇOS DE CALDAS	02	- doado pelo governo com cláusula de reversão; - declarado de utilidade pública pela prefeitura municipal;
MATO GROSSO	CUIABÁ	25	- doado pelo governo com cláusula de reversão; - construção irregular; - vago ou locado; - invadido; - subjudice para reintegração da posse;
PERNAMBUCO	RECIFE	08	- invadido; - subjudice para reintegração da posse;
PARANÁ	CURITIBA	02	- construção irregular; - documentação irregular;
PARANÁ	MARINGÁ	01	- documentação irregular;
PARANÁ	LONDRINA	02	- irregular (não informado o motivo);
PARANÁ	CASCADEL	01	- irregular (não informado o motivo);
RIO DE JANEIRO	RIO DE JANEIRO - CENTRO	46	- invadido; - subjudice para reintegração da posse; - locado ou vago; - documentação irregular;
RIO DE JANEIRO	RIO DE JANEIRO - SUL	79	- invadido; - subjudice para reintegração da posse; - locado ou vago; - documentação irregular;
RIO DE JANEIRO	NITERÓI	34	- irregular (não informado o motivo);
RIO GR. DO NORTE	NATAL	03	- irregular (não informado o motivo);
SANTA CATARINA	BLUMENAU	32	- lide entre o município e o INSS;
SANTA CATARINA	JOINVILE	02	- Invadido; - Em alienação;
SÃO PAULO	CAMPINAS	03	- irregular (não informado o motivo);
SÃO PAULO	OSASCO	08	- documentação irregular; - desapropriação em fase de regularização a cargo da Procuradoria; - invadido;
SÃO PAULO	SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	02	- Desocupado com documentação dominial irregular;
SÃO PAULO	SÃO PAULO	65	- Vago ou locado; - Documentação irregular; - Cedido; - Em negociação com outros órgãos federais; - Locado; - Funcional;
SÃO PAULO	BEBEDOURO (ARARAQUARA)	05	- Desapropriação em fase de regularização pela Procuradoria;
SERGIPE	ARACAJU	01	- Escritura irregular;
ESPÍRITO SANTO	ESPÍRITO SANTO	09	- Falta averbar a construção; - Escritura irregular; - Locado; - Alienação inacabada; - Invadido;
RIO GRANDE DO SUL	RIO GRANDE DO SUL	04	- Invadido; - Documentação irregular;
RIO GRANDE DO SUL	SANTA MARIA	15	- irregular (não informado o motivo);
PARÁ	BELÉM	13	- sem escritura; - invadido;
AMAPÁ	MACAPÁ	05	- Vago, cobrança aos órgãos; - Subjudice;

Da análise da tabela acima, podemos observar que em muitos casos é informado apenas que o imóvel encontra-se em situação irregular, sem fornecimento de maiores dados sobre a situação. Não são mencionadas, também, as providências a serem tomadas para normalização da situação e o prazo estipulado para sua regularização.

Quanto ao informado no Relatório de Gestão do INSS - Exercício de 2003 - página 139, fl. 149 do Processo de Prestação de Contas nº 35000.000454/2004-05, não é definido claramente o prazo para regularização das pendências e implementação das novas ações propostas.

Outra informação pertinente diz respeito à constatação realizada na cidade do Rio de Janeiro, onde foram identificadas situações irregulares envolvendo imóveis do INSS e que não constam da relação de imóveis irregulares fornecida pelo Instituto. Sobre o tema esta SFC emitiu, em 10.5.2004, a Solicitação de Auditoria nº 139816-110 relacionando alguns endereços e sua correspondente disfunção e solicitando esclarecimentos sobre a questão. Por meio do Ofício nº 533/INSS/DCPRES, de 20.5.2004, o INSS solicitou prorrogação do prazo de resposta até o dia 27.5.2004.

Ressaltamos, também, que não foi informado a esta SFC tempestivamente a adoção de providências e regularização das situações apontadas, inclusive quanto ao andamento dos processos envolvendo imóveis do Instituto na condição *subjudice*.

De todo o exposto, percebemos que o INSS apresenta falhas no sistema de controle patrimonial, por não demonstrar pontualmente as providências a serem adotadas para saneamento das irregularidades detectadas.

RECOMENDAÇÃO:

Que o Instituto Nacional do Seguro Social reveja seus mecanismos de controle patrimonial, monitorando as informações, com vistas a sanear as irregularidades constatadas, apresentando ações e definindo prazos para sua elucidação, informando tempestivamente a esta SFC as medidas implementadas, tanto em âmbito administrativo quanto em âmbito judicial.

8.1.1.2 CONSTATAÇÃO:

Divergências entre os valores constantes dos inventários de Bens Patrimoniais Móveis/Materiais Permanentes

Conforme já constaram de itens específicos dos Relatórios de Gestão nºs 087911/2002 e 117146/2003, tem se repetido a existência de pendências com relação à apresentação dos inventários físicos financeiros de bens móveis, por parte de algumas agências do INSS, bem como de divergências entre os valores dos mencionados inventários e os constantes do SIAFI. Fato este que, inclusive, foi abordado nas páginas 131 e 132 do Relatório de Gestão do INSS - Exercício de 2003, fls. 141 e 142 do Processo de Prestação de Contas nº 35000.000454/2004-05 e dos seus Anexos II e III, que tratam, respectivamente, do "Diagrama de Pendências de Inventários" (fls.04 a 08) e dos "Inventários Regularizados após a Prestação de Contas - Exercício 2002" (fls. 09 a 12), ambos elaborados pela Auditoria-Geral do referido Instituto.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR

Sobre o assunto em questão (Bens Móveis/Material Permanente), o gestor informa e justifica o seguinte, de acordo com o contido às fls. 141 e 142 do referido Processo de Prestação de Contas nº 35000.000454/2004-05:

"Em 2003 foram realizadas aquisições visando o reaparelhamento das Gerências Executivas e APS, envolvendo o Kit básico para as APS, equipamentos de informática e outros materiais considerados essenciais. Foram realizados, ainda, mais alguns ajustes no Sistema de Administração de Material Permanente, em conjunto com a DATAPREV, tais como: migração de alguns bens que ainda constavam nas bases do sistema antigo, acerto de subcontas e códigos de catálogo, conclusão e/ou aperfeiçoamento de alguns módulos da nova versão.

Quanto às Gerências Executivas recém criadas, Diamantina e Teófilo Otoni, verificou-se que os acertos financeiros já foram realizados, porém, os

servidores da Logística não estão capacitados a operar o sistema ADMPER. Tão logo a DGAG/CGLOG possa ministrar treinamento àquela Gerência, a nova versão poderá ser implantada.

A transferência de materiais entre os sistemas ADMPER (Implantado em 101 GEX's) e LINKDATA (Implantado na GEX-DF e Coordenação-Geral de Apoio à Diretoria Colegiada) ainda não está disponível, e para solucionar essa pendência, houve a necessidade em se buscar apoio e envolvimento também da Coordenação de Apoio à Diretoria Colegiada e da Coordenação Geral de Tecnologia e Informação. Tais dificuldades vêm prejudicando o fechamento dos inventários em final de exercício, sempre quando as transferências de materiais envolvem a Diretoria Colegiada ou Gerência do DF.

Com a implantação da nova versão do sistema ADMPER, houve a necessidade da realização de novos inventários, com a conseqüente localização de vários bens que estavam desaparecidos. A Divisão de Gerenciamento de Atividades Gerais-DGAG pretende a cada recebimento de relatório de inventário físico e/ou processo de alienação de bens móveis, em confronto com os registros do sistema ADMPER, insistir junto às Gerências Executivas para que o quantitativo de bens móveis "em trânsito" e/ou desaparecidos possa ser reduzido em número bastante considerável.

...

As mudanças ocorridas nos últimos anos na Previdência Social, tais como: fusão do Ministério da Previdência com o Ministério do Trabalho, o desmembramento do Ministério do Trabalho e a unificação dos órgãos IAPAS/INPS (criando INSS), dificultaram o controle dos bens patrimoniais; O INSS, por meio das Superintendências Estaduais, em cada Capital, começou a acertar a situação dos materiais permanentes, incorporando os bens dos órgãos extintos ao sistema ADMPER, porém, com a nova reestruturação, criação das Gerências Executivas e PMA, ocorreram novas mudanças físicas, provocando novamente dificuldades para o referido controle;

Para obter um melhor gerenciamento na administração de bens móveis, houve a necessidade de criação de uma base única, através do sistema ADMPER-Web, onde se permitiu o acesso à base de dados de todas as Gerências Executivas, reduzindo algumas divergências, tais como a localização de bens que porventura estivessem fisicamente em uma Gerência, mas cadastrados no sistema de outra;

Várias orientações foram expedidas solicitando providências no sentido de regularizar a administração dos bens móveis nas Gerências Executivas."

AValiação DA SFC:

Em que pesem as informações acima e providências adotadas pelo INSS objetivando o saneamento da questão, verifica-se, no entanto, que o assunto continua, ainda, PENDENTE de regularização, solicitando-se, portanto, que esta SFC seja informada das conclusões dos trabalhos que estão sendo implementados.

RECOMENDAÇÃO:

Tendo em vista as informações apresentadas recomendamos ao INSS que adote providências para regularizar as divergências existentes entre os valores constantes dos inventários de Bens Patrimoniais Móveis/Materiais Permanentes.

8.2 SUBÁREA - BENS IMOBILIÁRIOS

8.2.1 ASSUNTO - BAIXAS DE IMOBILIÁRIOS

8.2.1.1 CONSTATAÇÃO:

Ausência de Plano Nacional de Desimobilização - PND, referente ao exercício de 2003

Por meio do Ofício nº 6.663/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR, foi solicitado, no que diz respeito aos imóveis não operacionais (ou não utilizados por unidades de serviço do INSS), informar sobre o andamento e/ou a posição atualizada com referência ao Plano Nacional de Desimobilização - PND e às alienações por dação em pagamento à União.

O assunto também foi objeto do item "3" da Solicitação de Auditoria-SA nº 139816-012, datada de 22.3.2004, por ocasião dos trabalhos de Auditoria de Gestão do Exercício de 2003, solicitando, no que se refere ao Plano Nacional de Desimobilização, informar e/ou atualizar as informações sobre os resultados e/ou o andamento dos estudos e/ou trabalhos mencionados pela Coordenação de Engenharia e Patrimônio Imobiliário, da Coordenação - Geral de Logística/INSS, por meio de documentação anexada ao Ofício nº 1382/INSS/DCGAB, de 19.11.2003.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR

No que se refere ao Plano Nacional de Desimobilização, referente ao exercício de 2003, a Coordenação de Engenharia e Patrimônio Imobiliário, da Coordenação - Geral de Logística/INSS, por meio de documentação anexada ao Ofício nº 1382/INSS/DCGAB, de 19.11.2003, informou o seguinte:

"Referente ao Plano Nacional de Desimobilização no presente Exercício não foi efetivada pelos seguintes motivos:

a) estar em estudo a revisão das normas do INSS para a área de patrimônio imobiliário (que foram questionadas e determinada sua modificação pelo TCU - Decisão 1566/2002), elaboradas por grupo de trabalho constituído no âmbito do Ministério da Previdência Social;

b) foi proposta modificação da legislação atual em vigor visando possibilitar maior eficácia nas ações referentes a gestão do patrimônio imobiliário do INSS;

c) estar em estudo no âmbito de Comissão Interministerial (Ministério das Cidades, Ministério da Fazenda, Secretaria de Patrimônio da União, Instituto Nacional do Seguro Social, Caixa Econômica Federal, Secretaria do Tesouro Nacional, e outros) a utilização e aproveitamento dos imóveis da União e Autarquias visando implementar política de governo para tais imóveis, assim como consolidação da legislação e ações necessárias ao melhor aproveitamento para a sociedade e para tais órgãos do patrimônio imobiliário.

Referente à dação em pagamento à União, foi instruído um processo piloto com a proposição de dação em pagamento à União de terreno do INSS atualmente ocupado pelo Hospital Universitário de Brasília (HUB) em face de solicitação do Presidente da República, à época, que, após instruído pelo INSS e pela Secretaria do Patrimônio da União, encontra-se no âmbito do Ministério da Fazenda desde novembro de 2002, visando instrução por parte daquele ministério. Este procedimento também sofre as consequências dos motivos citados no item anterior alíneas "a" a "c".

E, em atendimento ao item "3" da mencionada Solicitação de Auditoria-SA nº 139816-012, a Divisão de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário - DGPAI/INSS, por meio de documentação datada de 1.4.2004 e anexada ao Ofício nº 363/INSS/DCGAB, de 5.4.2003, informou o seguinte:

"4. Quanto ao Plano Nacional de Desimobilização, aguarda-se uma definição sobre a utilização prioritária dos imóveis para uso em programas de atendimento a população de baixa renda. Juntamos cópia do Relatório de Grupo de Trabalho Interministerial, onde havia dois representantes do INSS: o Dr. João Ângelo Loures, Diretor de Orçamento, Finanças e Logística e o Dr. Luiz Guimarães Pacheco, Gerente de Projeto da Diretoria

Colegiada para a área de Patrimônio Imobiliário, recém exonerado. O Plano Nacional de Desimobilização é sempre da iniciativa da DIROFL/INSS, mas feito pelas Gerências Executivas e aprovado pela Diretoria Colegiada."

AVALIAÇÃO DA SFC

Constata-se que no exercício de 2003 não existiu o Plano Nacional de Desimobilização-PND dos imóveis do INSS, provocando perdas de receitas previdenciária e causando prejuízo com a manutenção desses imóveis.

RECOMENDAÇÃO

As providências em curso e os seus resultados devem ser encaminhados a esta SFC para avaliação e acompanhamento.

8.2.2 ASSUNTO - UTILIZAÇÃO DE IMOBILIÁRIOS

8.2.2.1 CONSTATAÇÃO:

Irregularidade e Falha na gestão de imóveis residenciais/funcionais do INSS

Em decorrência de irregularidades na ocupação de imóveis funcionais pertencentes ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, foi solicitado informações sobre a ocupação desses imóveis, bem como sobre a administração do patrimônio imobiliário do INSS.

Também em razão das denúncias de irregularidades divulgadas pela imprensa, acerca do descaso na gestão administrativa dos imóveis residenciais, foi instituído Grupo de Trabalho, pelo Sr. Ministro de Estado da Previdência Social, composto de servidores do INSS e do Ministério da Previdência Social - MPS, conforme Portaria nº 059, de 28.01.2003, com objetivo de analisar, frente à legislação vigente, a situação referente à cessão de uso dos imóveis residenciais de propriedade do Instituto, localizados no Distrito Federal, bem como propor medidas para sua regularização.

Atendendo a solicitação contida no Ofício nº 6.665/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR, o Sr. Chefe de Gabinete do Secretário-Executivo do MPS, encaminhou a esta SFC, juntamente com o Ofício/SE/ nº 285, de 31.10.2003, cópia do referido Relatório do Grupo de Trabalho - GT instituído pela Portaria nº 059, de 28.1.2003.

Os fatos apontados pelo referido Grupo de Trabalho caracterizaram a irregularidade na ocupação de 188 (cento e oitenta e oito), do total de 368 (trezentos e sessenta e oito) imóveis residenciais funcionais. Ressalte-se que esses resultados não incluíram informações sobre a irregularidade na taxa de ocupação.

No Relatório, datado de 27.5.2003, foram apresentadas as seguintes sugestões:

- Imediata regularização cadastral dos imóveis funcionais localizados no DF;
- Execução de sentenças judiciais visando a reintegração de posse de imóveis funcionais;
- Elaboração no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de norma interna disciplinando o direito de permissão de uso dos imóveis funcionais;
- Elaboração de novos instrumentos de cessão de uso, com acompanhamento da PFE/INSS;

- Realização da devida instrução nos processos de permissão de uso, com juntada de toda a documentação exigida;
- Rescisão imediata de todos os termos de cessão de uso que estejam em desacordo com a legislação vigente;
- Implementação da cobrança da taxa de ocupação na base de 0,2% do valor respectivo do bem ocupado;
- Realização de auditoria extraordinária pela Auditoria-Geral/INSS, para apuração do valor arrecadado a título de taxa de ocupação nos últimos 5 (cinco) anos;
- Criação de mecanismos de controle dos créditos decorrentes da taxa de ocupação;
- Apuração de responsabilidade pela autorização do pagamento da taxa de ocupação de 0,1% do valor do imóvel, em desacordo ao fixado no Decreto nº 980/1993, causado prejuízo ao erário;
- Apuração de responsabilidade dos servidores que deferiram permissões irregulares e pela manutenção indevida do uso dos imóveis;
- Encaminhamento dos documentos à PFE/INSS para conhecimento e análise da pertinência de sua remessa ao Ministério Público Federal, ante os indícios de prática de ato de improbidade administrativa.

Sobre esses resultados, foi encaminhado ao Sr. Chefe do Gabinete do Secretário-Executivo do MPS, o Ofício nº 6.665/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR, de 21.10.2003, solicitando informações acerca das providências adotadas.

Ainda por meio do Ofício nº 6.660/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR, de 21.10.2003, dirigido ao Diretor-Presidente do INSS, foi solicitado o encaminhamento da relação dos imóveis residenciais/funcionais de propriedade do Instituto, e demais informações quanto à natureza da utilização desses imóveis, situação funcional dos ocupantes, avaliação dos valores pagos, sua compatibilidade com valores de mercado, critérios de distribuição dos imóveis e providências para o saneamento das situações consideradas irregulares e, também, informações sobre o andamento dos trabalhos do GT de que trata a Portaria nº 2.687 INSS/DCPRES, de 21.8.2003, instituído para promover as ações de regularização das ocupações dos imóveis funcionais apontadas pelo GT instituído pela Portaria nº 59/2003 e, também, das providências que já foram adotadas.

Em complementação a essas informações, por meio Ofício nº 6.663, de 21.10.2003, encaminhado ao Diretor-Presidente do INSS, foi solicitado o encaminhamento da relação e/ou inventário dos imóveis operacionais e não operacionais, com descrição, localização, existência ou não de escritura pública e situação do imóvel.

Ressalte-se, por oportuno, que o assunto também foi objeto do Ofício nº 2803/CGU-PR, de 8.12.2003, da Subcontroladoria-Geral da União, encaminhado ao Diretor-Presidente do INSS.

Com intuito de obter mais informações sobre a questão, esta Equipe, por meio da SA nº 139816-12, de 22.3.2004, solicitou à Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística/INSS:

"1. (...).

2. Informar sobre o levantamento que estava sendo providenciado, junto às Gerências Executivas do INSS, conforme mencionado no item "3" da documentação anexa ao ofício nº 1.382/INSS/DCGAB, de 19.11.2003, com referência às informações complementares sobre os imóveis de propriedade desse Instituto, solicitadas por esta SFC por meio do Ofício nº 6.663/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR, de 21.10.2003, tais como: descrição do imóvel, localização (endereço e localidade), área, valor/avaliação, natureza da utilização/ocupação, se possui escritura pública ou não,

situação regular ou irregular (sem escritura, ocupado indevidamente, pendência judicial, tributos em atraso, cessão e permuta) e, no caso de irregular quais as providências que foram ou estão sendo adotadas.
3. (...)”.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Com referência aos trabalhos do GT de que trata a Portaria nº 2.687 INSS/DCPRES, de 21.8.2003, o prazo para conclusão dos mesmos foi prorrogado por mais 90 (noventa) dias, com término previsto para 20.2.2004, conforme Portaria nº 3.910 INSS/DCPRES, de 27.11.2003, publicada no BS/INSS/DG nº 232, de 28.11.2003.

Por meio dos Ofícios nº 1.532/INSS/DCGAB, de 23.12.2003 e nº 1.563/INSS/DCGAB, de 30.12.2003, foram encaminhadas a esta Secretaria as seguintes informações sobre imóveis funcionais:

“1. (...)

- a. o Ministério da Previdência Social instituiu Grupo de Trabalho - GT, para analisar a situação dos imóveis funcionais do Instituto Nacional do Seguro Social no Distrito Federal. As Conclusões foram encaminhadas a esta Casa e, após a devida análise, a Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística propôs a adoção de medidas saneadoras, que restaram aprovadas pela Diretoria Colegiada (Anexo I);
- b. o referido GT, em suas conclusões, indicou o fundamento legal utilizado para as ocupações até então realizadas no âmbito do INSS, que nos permitimos encaminhar a Vossa Senhoria (Anexo II);
- c. para proceder à regularização das ocupações dos imóveis funcionais - uma das medidas a ser adotada - a Diretoria Colegiada determinou a constituição de GT, o que ocorreu por meio da Portaria nº 2.687/INSS/DCPRES, de 21 de agosto de 2003;
- d. o GT interno iniciou as providências necessárias para a regularização das ocupações, a saber: análise dos processos administrativos de cessão de imóveis funcionais, elaboração de relatório das ações judiciais envolvendo imóveis funcionais, visto que a regularização envolve, em alguns casos, funcionários aposentados que ingressaram judicialmente para exercer o direito de preferência de aquisição, segundo as regras da Lei nº 8.025/90 e, em outros casos, servidores que garantiram permanência no imóvel por diversas razões;
- e. após a análise dos processos administrativos, o GT, ante a insuficiência de informações, iniciou novo cadastramento dos imóveis funcionais, com atualização das informações sobre seus ocupantes, tais como: data de ocupação; função exercida à época da ocupação; se ainda resta mantida a função; se funcionário do INSS na ativa ou na inatividade, com indicação da data da aposentadoria; se servidor cedido, data e órgão para o qual foi cedido;
- f. paralelamente, o GT iniciou os trabalhos de notificação dos ocupantes que apresentavam situação irregular quanto às obrigações de pagamento de taxas de condomínio. Até o momento, 33 (trinta e três) funcionários foram notificados para regularização;
- g. por outro lado, os imóveis vagos foram liberados para ocupação por servidores do INSS detentores de cargos em comissão DAS-6, DAS-5 e DAS-4 (Decreto nº 980, de 11 de novembro de 1993) e, em caso de disponibilidade, para os detentores de DAS-3, DAS-2 e DAS-1;
- h. o GT procedeu, ainda, à elaboração de minuta de Resolução visando normalizar as ocupações e as novas permissões de uso, a partir das disposições do Decreto nº 980, de 11 de novembro de 1993, que se encontra na pauta para deliberação da Diretoria Colegiada;
- i. os trabalhos a cargo o GT, tanto quanto as demais ações indicadas no Anexo I, se encontram em andamento, sendo certo que os efeitos da

Portaria nº 2.687/INSS/DCPRES, de 21 de agosto de 2003, foram prorrogados por mais noventa dias (Anexo III).

2. Quanto aos valores que estão sendo pagos a título de taxa de ocupação, informamos que não houve a realização de nenhum comparativo com os preços de aluguéis praticados no mercado.

3. Por fim, encaminhamos a relação dos imóveis residenciais contendo dados sobre seus ocupantes, situação funcional e valores das taxas de ocupação despendidos. Vale ressaltar que, além destes valores, os servidores arcam com o pagamento das taxas de condomínio."

Com relação à Solicitação de Auditoria nº 139816-12/2003, por meio do Ofício nº 363/INSS/DCGAB, de 5.4.2004, foi encaminhado documentação oriunda da Divisão de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário/Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística, de 1.4.2004, informando que:

"(...)

3. Juntamos levantamento efetuado sobre imóveis com alguma irregularidade (atendemos com isso o item 2 da SA). Observamos que está para ser licitada contratação de empresa para regularização de imóveis, referentes aos antigos conjuntos habitacionais no Rio de Janeiro, que servirá como piloto para regularização de imóveis, e, assim, utilizar-se da mesma sistemática em outras Gerências Executivas. Também poderão ser viabilizadas outras formas pelas GEX, se houverem.

(...)"

Ainda por intermédio do citado expediente, foi encaminhado, ainda, Relatório Final do Grupo de Trabalho Interministerial - GTI, instituído pelo Decreto de 11.09.2003, composto segundo a Portaria MP nº 206, 17.10.2003-12-15, dos seguintes Órgãos: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (coordenação); Casa Civil da Presidência da República; Ministério da Previdência Social; Ministério das Cidades; Ministério da Defesa; Ministério do Meio Ambiente; Advocacia-Geral da União; e Ministério da Fazenda.

Esse GTI teve por objetivo geral propor medidas conclusivas no âmbito legal, regimental e administrativo, para gestão dos bens imóveis pertencentes ao Patrimônio da União. Consta do Relatório Final, de 20.12.2003, no que se refere ao INSS, em linhas gerais, o seguinte:

"(...)

6.3.2 Os imóveis vazios pertencentes ao INSS, e outros nas mesmas condições, podem ser vendidos diretamente para promotor/gestor do programa, inclusive para a Caixa Econômica Federal, para fins de reforma e destinação para moradia, na faixa de renda até 5 salários mínimos.

(...)

6.3.4 A cessão de imóveis do INSS e de outros, de forma gratuita para programas habitacionais requer sua transferência dominial em primeiro lugar para a SPU, para que então os imóveis possam ser transferidos para os promotores/gestores dos programas habitacionais.

6.4 Imóveis Ocupados:

As diretrizes serão as mesmas fixadas para a regularização de ocupações para fins urbanos em Áreas de Domínio da União estabelecidas pelo GT Regularização Fundiária do DF, quais sejam:

6.4.1 Regularização dos imóveis: ação imediata, via SPU, onde seriam regularizadas todas as ocupações de imóveis: a regularização dos imóveis que estão ocupados por Estados, Municípios e Distrito Federal ficaria como ação a médio prazo, tendo em vista a necessidade de verificação caso a caso, avaliação do imóvel, em ação conjunta com o Ministério das Cidades na identificação da ocupação para assentamentos habitacionais, e principalmente, avaliação do impacto fiscal".

AValiação DA SFC:

Diante das conclusões apontadas pelo Grupo de Trabalho instituído pela Portaria nº 59/2003 e do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria nº 2.687/2003, foi publicada no DOU de 18.2.2004, a Resolução nº 142 de 18.11.2003, regulando a cessão de uso dos imóveis funcionais residenciais de propriedade do INSS situados no Distrito Federal.

Verifica-se que por meio da citada Resolução foi elaborada norma interna disciplinando o direito de permissão de uso dos imóveis, bem como a definição da taxa de uso, correspondente a 0,2% do valor do imóvel, e a elaboração de novo termo de ocupação de imóveis funcionais.

Porém, não constam informações quanto à regularização cadastral dos imóveis funcionais, as ações para reintegração de posse, a rescisão dos termos de cessão em desacordo com a legislação vigente, a apuração de responsabilidades decorrentes das impropriedades/irregularidades apontadas, com possíveis prejuízos aos cofres públicos e quanto a abertura de Tomada de Contas Especial-TCE. Portanto, o assunto permanece PENDENTE de regularização.

RECOMENDAÇÃO:

Recomendamos que sejam implementadas ações para apuração de responsabilidades administrativa e tomada de contas especial-TCE, por conta da gestão irregular dos imóveis funcionais do INSS, bem como ações judiciais para reintegração de posse dos mesmos, encaminhando a esta SFC as informações, os documentos e os resultados destas providências, para avaliação e acompanhamento.

9. ÁREA - GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS**9.1 SUBÁREA - MOVIMENTAÇÃO****9.1.1 ASSUNTO - QUANTITATIVO DE PESSOAL****9.1.1.1 INFORMAÇÃO:**

A força de trabalho do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, relativa ao exercício de 2003, de acordo com as informações prestadas pela Diretora de Recursos Humanos, contida no Relatório Final do estudo da Força de Trabalho do Instituto, aponta um contingente de 41.794 servidores, assim constituído: 38.485 em exercício nas Unidades das Gerências Executivas, 2020 na Diretoria Colegiada, Superintendências e Auditoria e 657 cedidos a outros órgãos e 86 afastados, conforme demonstrado a abaixo:

Necessidade da Força de Trabalho
Quadro consolidado por Região

Região	Lotação Básica		Quadro de Servidores Existentes							
	L. Mínimo	L. Máximo	AFPS	Médico	SMP	Ass. Soc.	Proc.	NI/NS	Ced./Afast	Total
I	8.656	10.742	1.282	474	28	109	238	6.112	87	8.157
II	8.534	10.385	1.054	701	38	195	304	8.406	265	10.435
III	6.946	8.597	738	455	28	77	182	4.532	105	5.910

IV	7.544	9.402	488	392	36	146	190	6.644	115	7.782
V	5.558	6.861	450	369	32	92	150	5.238	171	6.201
Total	37.238	45.987	4.012	2.391	162	619	1.064	30.932	743	38.485
LEGENDA/REGIÕES										
I – SP	II – ES, MG e RJ		III – PR, RS e SC		IV – AL, BA, CE, PB, PE, RN e SE			V – AC, AM, AP, DF, GO, MA, MS, MT, PA, PI, RO, RR e TO		

Fonte: Diretoria de Recursos Humanos

**Estagiários por Nível de Escolaridade
Quadro consolidado por Região**

Região	Estagiários		
	NS	NI	Total
I	552	677	1.229
II	591	727	1.318
III	491	604	1.095
IV	570	694	1.264
V	441	536	977
TOTAL	2.645	3.238	5.883

Vale ressaltar que o Relatório de Prestação de Contas/2003 do INSS registrou uma força de trabalho de 41.794 servidores ativos, o que representa um decréscimo de 14,36% ao contingente de 2002, que era de 48.803 servidores.

Ressalte-se que, em decorrência de estudos promovidos pelo Instituto, foi constatado que o quantitativo de servidores está contido entre a faixa mínima (37.238) e máxima (45.987), que segundo consta foi encaminhado às Gerências Executivas do Instituto para fins de avaliação das propostas de necessidade da Força de Trabalho, com vistas a subsidiar a distribuição de novos servidores, a remoção de ofício e a distribuição de estagiários no âmbito do INSS.

9.1.2 ASSUNTO - PROVIMENTOS

9.1.2.1 INFORMAÇÃO:

Trata do Procedimento Administrativo nº 1.16.000.000336/2003-16, que tramita na Procuradoria da República no Distrito Federal, cientificado ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, por intermédio do Ofício/MPF/PRDF/LF nº 289, de 16.10.2003, o qual reiterou os termos do Ofício/MPF/PRDF/LF nº 169, de 06.06.2003, onde recomendou a esse Instituto adoção de medidas com vistas a não mais contratar médicos peritos credenciados, sem concurso público, bem como fossem suspensos novas contratações e estes procedimentos declarados nulos.

Diante do exposto, com a finalidade obter as providências adotadas pelo INSS, emitimos a Solicitação de Auditoria nº139.816-10, solicitando o que segue:

Tendo em vista o Procedimento Administrativo nº 1.16.000.000336/2003-16 que tramita na Procuradoria da República, cientificado a esse Instituto pelo Ofício/MPF/PRDF/LF nº 289, de 16.10.2003, no qual consta a recomendação que "NÃO SEJAM MAIS CONTRATADOS MÉDICOS PERITOS CREDENCIADOS, SEM CONCURSO PÚBLICO PRÉVIO", bem como "sejam suspensos novas contratações e que estes procedimentos sejam declarados nulos por esta Administração", indagamos quais as providências que vêm

sendo adotadas por esse Instituto e, se houve assinatura de Termo de Conduta junto àquela Procuradoria da República, com vistas ao cumprimento às recomendações.

Outro aspecto diz respeito adoção de medidas com vistas a realização de Concurso Público para suprir a demanda de profissionais nesta área, face a criação da Carreira de Perícia Médica da Previdência Social, pela Medida Provisória nº 166, de 19.02.2004.

Em resposta a Solicitação de Auditoria nº139.816-10, o Chefe de Gabinete do Diretor-Presidente, por intermédio do Ofício nº 352 INSS/DCGAB, de 1.4.04, informou o que segue:

"a) O Termo de Ajustamento de Conduta entre o Instituto Nacional do Seguro Social e o Ministério Público Federal foi assinado no dia 18 de outubro de 2003, pelo Procurador da República Luiz Francisco Fernandez de Souza representando o ministério Público Federal e o Presidente do INSS Taiti Inenami. (Documento anexo)

b) Em 18 de fevereiro de 2004, foi editada a Medida Provisória nº 166, que em seu artigo 24 permite em caráter emergencial o credenciamento de profissionais médicos para realização de Exames médicos periciais.

c) A Diretoria de Benefícios por meio da Coordenação Geral de Benefícios por Incapacidade está procedendo levantamento junto às Gerências Executivas, das necessidades das demandas visando a criação de vagas para o concurso público de médico perito, objetivando o contido na Medida Provisória nº 166/04, conforme documentos anexos."

Dentre as cópias das documentações anexadas ao citado expediente, destaca-se o Termo de Ajustamento de Conduta, com as seguintes cláusulas firmadas:

"CLÁUSULA PRIMEIRA

O Instituto Nacional do Seguro Social - INSS compromete-se a realizar concursos públicos para o preenchimento dos cargos de médicos peritos. O prazo limite para realização dos concursos visando à substituição dos credenciados ou contratados será de dois anos.

§ 1º - No primeiro ano deverão ser preenchidos 50% do total de cargos, por concurso, indicados como necessários no estudo em anexo (anexo I).

§ 2º - O quantitativo apontado no estudo poderá sofrer alteração em função da possível implementação da carreira de perícia médica, com jornada de trabalho diferenciadas, hipótese em que o INSS compromete-se a apresentar novo estudo para ajustamento do presente Termo.

§ 2º - Fica ressalvada que a realização dos concursos públicos está condicionada a aprovação e autorização pelo Ministério do Planejamento, comprometendo-se o INSS a promover as ações de sua alçada para tanto.

CLÁUSULA SEGUNDA

O Instituto Nacional do Seguro Social - INSS poderá credenciar ou contratar médicos enquanto não se realizam os concursos públicos e quando houver diminuição no seu quadro de servidores médicos peritos em atividade, para manter o número de perícias médicas atualmente realizadas, apontadas no quadro demonstrativo em anexo (anexo II).

CLÁUSULA TERCEIRA

O INSS compromete-se ainda a, no mesmo prazo de dois anos, substituir a realização de exames médico por empresas conveniadas na forma do inciso II, do art. 117 da lei 8.213/91, mediante a utilização da capacidade de atendimento dos servidores médicos de seu quadro.

PARÁGRAFO ÚNICO: Em caso de insuficiência do atendimento da demanda pelos servidores da área médica pericial, o INSS poderá utilizar-se de profissionais médicos contratados ou credenciados.

CLÁUSULA QUARTA

O INSS estimulará a concessão de dupla jornada aos médicos do quadro que trabalham em regime de 20 (vinte) horas, na medida da disponibilidade orçamentária existente."

9.1.3 ASSUNTO - MOVIMENTAÇÃO ENTRE - ÓRGÃOS/ENTIDADES

9.1.3.1 CONSTATAÇÃO:

Cobrança indevida de ressarcimento de despesa por conta de Gratificação Especial de Cessão

Nos reembolsos de parcelas de remuneração ou salário e encargos sociais, previstos no inciso III do artigo 1º, combinado com o artigo 11º do Decreto nº 4.050/2001, e suas alterações, observou-se com relação aos empregados cedidos do Banco do Brasil S/A, para o exercício de cargo em comissão do Grupo DAS no Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, valores pendentes de ressarcimento relativos aos meses Novembro/03 e Abril/04, totalizando em R\$ 40.771,30, posição em Março/04.

Com referência ainda às faturas emitidas pelo Banco do Brasil S/A, observou-se que nas parcelas que compõem as remunerações/salários dos empregados cedidos, consta a rubrica denominada de GEC - Gratificação Especial de Cessão. Nos casos analisados estão sendo pagos os valores de R\$ 6.193,50 a João Ângelo Loures, R\$ 4.785,90, a Tony Toshio Kira e R\$ 1.478,28 a Werner Luckow.

Sobre a instituição da GEC - Gratificação Especial de Cessão, o órgão Jurídico do Banco do Brasil S.A., apresenta o que segue:

Parecer da Consultoria Jurídica de Assuntos Institucionais, de 06.03.2003.

"(...)

3. A cessão de funcionários do Banco a órgãos do setor público objetiva, na forma da lei, atender ao interesse público, já que o Banco do Brasil possui, em seu quadro, funcionários especializados em áreas estratégicas para a Administração Pública. Ressalta-se que o processo de cessão é iniciado a partir da necessidade do Órgão Cessionário, interessado no conhecimento técnico de determinado servidor desta Instituição, que encaminha ofício ao Presidente do Banco visando formalizar a disponibilização do funcionário.

4. Quando da cessão, o funcionário é destituído do cargo comissionado eventualmente exercido, levando à redução de proventos. Além disso, quando do retorno do servidor ao Banco, não são asseguradas a localização original, tampouco a função que exercia anteriormente à cessão.

5. É sabido, entretanto que a CLT, em seu artigo 468, proíbe expressamente a adoção, pelo empregador, de medidas que venham causar prejuízos ao empregado - nesse sentido têm sido os Pareceres dessa Consultoria.

6. Diante disso, com a finalidade de evitar violação a essa imposição legal e a conseqüente superveniência de passivo trabalhista para essa Empresa, foi instituída a aludida parcela remuneratória, com as seguintes características:

a) não guarda qualquer vínculo com o Plano de Cargos Comissionados do Banco do Brasil S/A;

b) integra a base de cálculo para fins previdenciários, tributários e trabalhistas, bem como para as contribuições à CASSI - Caixa de Assistência e à PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, e para efeito de apuração dos valores da gratificação semestral (paga mensalmente) e do décimo-terceiro salário;

c) compõe a base de cálculo para fins de vantagens de férias e de licença prêmio, em consonância com os normativos internos;

d) seu recebimento cessará quando do término da disponibilidade, não se incorporando ao salário.

7. Na atribuição da GEC, são considerados os seguintes aspectos: o Nível de Responsabilidade Funcional ao qual o funcionário se enquadra no Banco, o Órgão Cessionário, o resultado obtido em entrevista realizada previamente à aprovação da disponibilidade, além do cargo a ser exercido no órgão cessionário. Vale destacar que essa entrevista é conduzida por três Executivos do Banco, representantes das Diretorias de Gestão de Pessoas e de Governo, além da Secretária Executiva.

8. Finalmente, informamos que a combinação desses dados determinará o valor que o funcionário passará a perceber a título de GEC. Ratificamos, portanto, que o funcionário cedido é dispensado do cargo comissionado que eventualmente exercia no Banco, não existindo nenhuma correlação entre as comissões do Banco e a GEC instituída, bem como ter, a sua criação, objetivo de impedir que esta instituição venha a sofrer condenações trabalhistas."

Parecer DIJUR-COJUR/CONSU n. 13.949, de 01.04.2003

"1. (...)

2. A Gratificação Especial de Cessão - GEC é uma parcela remuneratória devida aos empregados do Banco do Brasil, que, visando atender interesse público, são solicitados por órgãos da Administração Pública e disponibilizados para prestar serviços junto àqueles entes.

3. Não se trata, tal verba, de gratificação de função de confiança relativa ao cargo que o empregado cedido porventura estivesse a fazer jus antes de ser disponibilizado, nem, tampouco, de verba substituta desta.

4. A GEC não guarda qualquer relação com os adicionais de função do Banco, nem decorre de exercício, anterior à cessão, de cargo de confiança na Empresa. Seus valores estão estabelecidos mediante critérios específicos, que levam em consideração fatores como: o nível de responsabilidade que o funcionário detinha, o resultado da entrevista realizada previamente à aprovação da disponibilidade, cargo e o órgão de destino (Grifo nosso).

5. (...)

6. No momento de atender essas solicitações de cessão, entretanto, não poderia esta Casa permitir que, a esses obreiros, além da interrupção de suas carreiras profissionais nesta Instituição, sobreviesse déficit financeiro em consequência da confiança depositada nele pelo Banco e pela Administração Pública. Como forma de solucionar esse impasse legal, foi criada a mencionada verba de natureza remuneratória.

(Grifo nosso)

7. O direito ao recebimento da GEC tem como fato gerador a cessão. Note que, se o órgão da Administração Pública solicita um empregado não detentor de cargo em comissão no Banco, ainda assim, essa disponibilização ensejará o recebimento da verba sob comento pelo obreiro cedido, enquanto perdurar a cessão, tendo em vista a interrupção de sua carreira na Empresa, conforme a seguir demonstraremos. (Grifo nosso)

(...)"

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Não há.

AVALIAÇÃO DA SFC:

Diante do exposto, denota-se que a Gratificação Especial de Cessão - GEC, instituída e paga pelo Banco do Brasil S/A aos empregados cedidos a órgãos da Administração Pública, conforme informação prestada pelo Órgão Jurídico daquela Instituição, "não guarda qualquer relação com os adicionais de função do Banco, nem decorre de exercício, anterior à cessão, de cargo de confiança na Empresa". Dessa forma a citada Gratificação não tem característica de parcela de natureza permanente, conforme preceitua o § 2º do art. 11 do Decreto nº 4.050/2001, com redação dada pelo Decreto nº 4.587, de 7.2.2003.

"Art. 11. As cessões ou requisições que impliquem reembolso pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, inclusive empresas públicas e sociedades de economia mista, à exceção da Presidência e da Vice-Presidência da República, somente ocorrerão para o exercício de cargo em comissão do Grupo- Direção e Assessoramento Superiores - DAS, níveis 4, 5 e 6, e de Natureza Especial ou equivalentes. (Redação dada pelo Decreto nº 4.273, de 20.6.2002)

(...)

§ 2o O reembolso de que trata o inciso III do art. 1o contemplará, exclusivamente, as parcelas de natureza permanente, inclusive vantagens pessoais, decorrentes do exercício de cargo efetivo ou emprego permanente exercido pelo cedido nos órgãos ou entidades cedentes. (Redação dada pelo Decreto nº 4.587, de 7.2.2003) "

Cabe registrar, que é louvável a atitude da Instituição em buscar evitar que "sobreviesse déficit financeiro em consequência da confiança depositada nele pelo Banco e pela Administração Pública", quando da cessão de seus empregados, no entanto, a Gratificação Especial de Cessão - GEC, conforme mencionado anteriormente, por não pertencer a estrutura funcional de salários e funções do Banco do Brasil S/A, vem sendo paga de forma indireta pela Instituição, uma vez que criou para Administração Pública uma retribuição não prevista em Lei.

De acordo com a legislação vigente que dispõe sobre a cessão de servidores, prevista no art. 93 da Lei nº 8.112/90, torna-se imprescindível a emissão de entendimentos normativos sobre a aplicação do inciso III do artigo 1º, do Decreto nº 4.050/01, em especial sobre o ressarcimento da Gratificação Especial de Cessão - GEC cobrada pelo Banco do Brasil S/A ao cessionário Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

Outro aspecto a ser abordado diz respeito aos valores pendentes de ressarcimento apresentados pelo Banco do Brasil S/A, que conforme entendimento proferido pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, pelo Ofício nº 20/2004/COGES/SRH/MP, de 19.02.2004, não caberia reembolso das parcelas cobradas, cabendo, portanto, ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, cientificar aquela Instituição caso as parcelas cobradas pelo Banco do Brasil, estejam entre as constantes das consideradas indenizatórias.

Ofício nº 20/2004/COGES/SRH/MP, de 19.02.2004

"(...)

2. Sobre o assunto, esclarecemos que todas as parcelas integrantes da estrutura remuneratória do empregado definido em regimento interno serão obrigatoriamente passíveis de reembolso.

3. Com relação a CPMF, como trata-se de contribuição federal, as dúvidas pertinentes ao reembolso deverão ser dirimidas junto a Secretaria da Receita Federal, órgão responsável pela arrecadação.

(...)

5. Diante do exposto, e tendo em vista não haver previsão legal, fica vedada o ressarcimento das parcelas remuneratórias atualizadas monetariamente.

6. Com relação as parcelas de natureza indenizatória, como auxílio transporte e alimentação, estes são de responsabilidade do órgão cedente, desta forma, ficam excluídos do reembolso."

RECOMENDAÇÃO:

Recomendamos que a Unidade dê ciência ao Banco do Brasil S.A. da impossibilidade de reembolso das parcelas de Gratificação Especial de Cessão - GEC, tendo em vista o disposto no inciso III do artigo 1º, do Decreto nº 4.050/01, bem como providencie junto àquela Instituição a baixa nos passivos gerados contra o INSS, face o entendimento do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, pelo Ofício nº 20/2004/COGES/SRH/MP, de 19.02.2004.

9.1.4 ASSUNTO - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA

9.1.4.1 CONSTATAÇÃO:

Ausência de informações sobre implementação da UNIPREV via Acordo de Cooperação Técnica - UNESCO/INSS

O Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, objetivando promover a gestão do conhecimento e a disseminação de valores organizacionais no desenvolvimento pessoal e profissional de seus servidores, implementou a Universidade Corporativa da Previdência - UNIPREV.

A implementação do projeto de Desenvolvimento do Programa de Educação Corporativa e de Melhoria na Gestão dos Serviços do INSS, foi realizado por intermédio do Termo de Cooperação Técnica firmado entre o INSS e a UNESCO tendo, dentre outros objetivos, o desenvolvimento do Programa de Ensino à Distância.

Os cursos são ministrados por meio da Universidade Corporativa da Previdência - UNIPREV, disponibilizados em "campus virtual" pela internet, possibilitando aos servidores do INSS o acesso a diversos cursos realizados no seu próprio ambiente de trabalho.

O Projeto iniciou em 2001, e até janeiro de 2004, segundo relatório encaminhado ao Organismo Internacional, haviam sido ministrados 18 cursos, sendo que do total de inscritos, apenas 34,73% haviam concluído o curso, significando que de 14.146 inscritos, apenas 4.913 concluíram o mesmo.

Os recursos financeiros previstos no Acordo para o exercício de 2001 a 2003, aportou a soma de R\$ 57.571.929,31, conforme planilha orçamentária apresentada pela UNESCO. Do total apresentado, não se vislumbra o quanto foi destinado a implementação da UNIPREV, uma vez que está globalizado com outras ações inseridas no contexto do Acordo de Cooperação.

Com objetivo de elucidar a atuação da UNESCO como intermediadora da ação de implementação da UNIPREV e os autores envolvidos no desenvolvimento do projeto,

bem como os custos empreendidos, emitimos em 24.3.2004, a Solicitação de Auditoria nº.139816.41, na qual formulamos os seguintes questionamentos:

1. De acordo com o artigo 8º, parágrafo 3º, Inciso III do "Contexto Legal" do projeto "Desenvolvimento do programa de Educação Corporativa e de Melhoria na Gestão dos Serviços do INSS", situado às folhas 30 do Projeto de Cooperação Técnica firmado entre o Governo Brasileiro e a UNESCO, a participação nos recursos financeiros será feita exclusivamente pelo INSS, cabendo ao Instituto a seguinte incumbência:

"O INSS transferirá os recursos previstos no Cronograma de Desembolso em favor da UNESCO, mediante depósito em conta corrente da UNESCO, mantida no Brasil."

Face o acima exposto, surgem os seguintes questionamentos:

- a) Por que os recursos são depositados na conta corrente da UNESCO e não gerenciados diretamente pelo INSS ?
 - b) Qual o efetivo papel da UNESCO no Projeto?
 - c) Apresentar o demonstrativo mensal das transferências de recursos feitos pelo INSS em favor da UNESCO.
2. Analisando o Relatório Final do Projeto de Cooperação Técnica em questão, datado de setembro de 2003, observa-se às folhas 14, na "Linha Orçamentária" que há um custo descrito como "Taxa Administrativa", totalizando R\$ 4.597.110,17. Qual a natureza desta despesa? A que se destina? Em que documento está prevista?
 3. Fornecer os resultados quantitativos e qualitativos do Projeto de Cooperação Técnica em análise, especificando:
 - Cursos ministrados;
 - Público-alvo beneficiado;
 - Extensão territorial abrangida (número de APS atendidas);
 - Índice de aprovação dos participantes.
 4. Apresentar a previsão para o exercício de 2004, em termos de metas físicas (número de beneficiados) e financeiras (recursos alocados) envolvendo o Projeto em análise.
 5. Informar se o Acordo de Cooperação Técnica foi homologado pela Agência Brasileira de Cooperação Técnica, em caso afirmativo, fornecer cópia assinada da mesma.

Ainda com o propósito de verificar a extensão do projeto de implementação da UNIPREV, face as necessidades de demanda de equipamentos de informática, que requereram 789 estações de trabalho multimídia, 292 estações de trabalho de multimídia com WECAM, 110 servidores multimídia, 04 servidores WEB e 02 servidores, para possibilitar com que os inscritos, em seus ambientes de trabalhos pudessem participar dos cursos oferecidos, emitimos a Solicitação de auditoria nº 139816.44, pedindo as seguintes informações:

- a) Qual(is) o(s) contrato(s) de locação de equipamentos vinculado(s) à demanda da UNIPREV;
- b) Relacionar os equipamentos e os respectivos locais de instalação e funcionamento dos mesmos, referentes aos contratos de locação firmados para suprir a demanda da UNIPREV.

O Gestor baseado na necessidade de implementar o projeto de desenvolvimento e capacitação se utilizou de Acordo Internacional para agilizar a implementação.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR

A Diretora de Recursos Humanos por intermédio do Ofício/INSS/DRH nº 343, de 29.03.2004, atendendo a Solicitação de Auditoria nº.139816.41, informou o que segue:

"QUESTIONAMENTO N° 01

- a) Todas as decisões referentes ao "Contexto Legal" do Acordo de Cooperação INSS/UNESCO foram definidas e deliberadas pelos signatários constantes no referido documento.
- b) Segundo preceitos do Projeto de Cooperação Técnica, no que se refere a participação da UNESCO no Programa de Educação a Distância, seu papel foi o de prestar assessoria e apoio na elaboração de projetos educacionais, com especial ênfase no aperfeiçoamento dos recursos humanos.
- c) O demonstrativo mensal das transferências de recursos feitos pelo INSS em favor da UNESCO poderá ser obtido na Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística.

Providências nesse sentido foram tomadas junto a Coordenação- Geral de Orçamento e Finanças, cuja cópia segue anexa.

"QUESTIONAMENTO N° 02

A despesa relativa a "Taxa de Administração" está prevista no Contexto Legal, título VII, Dos Custos de Gestão, art. 9º, de acordo com o definido e deliberado

"QUESTIONAMENTO N° 03

Cursos ministrados

- Auditoria Fiscal
- Desenvolvimento Gerencial
- Ética no Trabalho
- Introdução a Gestão de estratégia a Informação
- Introdução a Internet
- Lei de Responsabilidade
- Qualidade no Atendimento
- Segurança de Redes
- Trabalho em Equipe
- Visão de Cidadania

Público alvo Beneficiado

- Servidores do Instituto nacional do Seguro Social - INSS;
- Servidores da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV;
- Ministério da Previdência Social;
- Prestadores serviços e estagiários, num total de 14.146 inscritos.

Extensão territorial abrangida:

Todas as unidades da Federação contemplando 09 (nove) Superintendências, 102 (cento e duas) Gerências-executivas, 1.086 (mil e oitenta e seis APS), Escritório Central - Brasília e Escritórios Regionais da DATAPREV.

Índice de Aprovação: 35% assim discriminado:

Anos: 2002 - 27,22%
2003 - 45,07%
2004 - 35,47%

QUESTIONAMENTO nº 04

O Programa de Educação a Distância da Uniprev é um dos Programas de Capacitação da Coordenação Geral de Desenvolvimento de Recursos Humanos, dessa forma as metas físicas e financeiras são estabelecidas pela Diretoria de Recursos Humanos.

A previsão orçamentária para o exercício de 2004, é na ordem R\$ 19.055.763,00 (dezenove milhões, cinquenta e cinco mil e setecentos e sessenta e três reais), para a formação de seus servidores, fixando a meta física global em 42.900 (quarenta e dois mil e novecentas) oportunidades de capacitação, contemplando cursos presenciais, semi-presenciais e a distância.

Assim, prevê-se a capacitação de 17.589 servidores das áreas meio e gerencial; 9.009 servidores da área de fiscalização, arrecadação, cobrança e procuradoria; 11.154 servidores da área de benefícios previdenciários e 5.148 servidores lotados nas Agências da Previdência Social.

Os recursos estão consignados na Lei Orçamentária Anual nº 10.837, de janeiro de 2004.

QUESTIONAMENTO nº 05

O Acordo de Cooperação Técnica foi homologado pela Agência Brasileira de Cooperação Técnica, cuja cópia assinada segue em anexo.

AVALIAÇÃO SFC

Conforme os fatos descritos, observa-se que a implementação da Universidade Corporativa da Previdência fez parte de um Acordo de Cooperação Técnica assinado entre o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e a UNESCO em a que essência de maior relevância refreia-se ao Programa de Melhoria do Atendimento na Previdência Social - PMA, com o empreendimento da ordem, inicial, de R\$ 57.571.929,31, o que já foi objeto de apreciação por parte dessa Secretaria Federal de Controle Interno, e encontra-se na esfera do Tribunal de Conta da União, por ter em seu objetivo subcontratações visando a terceirização de mão-de-obra.

No que diz respeito ao investimento realizado pelo Instituto na implantação da UNIPREV, sob a intermediação da UNESCO, não foi possível tecer qualquer comentário tendo em vista não ter sido disponibilizada qualquer informação, até o término dos trabalhos de auditoria, que possibilitasse avaliar os custos unitários do empreendimento no decorrer do período, bem como os resultados qualitativos alcançados.

A análise do Relatório Final, apresentado pelo Instituto à UNESCO, observa-se uma despesa total de R\$ 4.597.110,17 a título de "Taxa Administrativa". Valor este, que inclui os serviços de subcontratação, ou seja, visou cobrir todo custo operacional do Acordo de Cooperação. Portanto, resta-nos o questionamento

quanto aos motivos de subcontratação envolvendo a UNESCO, quando a contratação poderia ter sido feita diretamente, economizando-se, dessa forma, as denominadas "taxas administrativas".

Outra situação constatada diz respeito aos termos estipulados no Acordo, no qual o INSS transferiu, antecipadamente, os recursos previstos no Cronograma de Desembolso em favor da UNESCO, mediante depósito em conta corrente da Organização mantida no Brasil, o que contraria o disposto no artigo 38 do Decreto nº 93.872/86 e na alínea "c" do inciso II do artigo 65 da Lei nº 8.666/93. Além disso, os eventuais saldos de recursos são restituídos ao INSS a posteriori, num prazo de até 45 dias. Ou seja, os recursos do erário são administrados integralmente pela UNESCO, sendo inclusive contabilizados em moeda norte-americana e gerenciados de acordo com as normas e procedimentos financeiros daquele Organismo Internacional e não segundo legislação federal brasileira.

Sobre a matéria esta SFC já se pronunciou, conforme Nota/DSPAS/SFC/MF nº 20, de 8.8.2000, na qual concluiu-se que houve antecipação de pagamento sem a contraprestação dos serviços, art.65, inciso II, alínea "c" da Lei 8.666/93, uma vez que o Acordo Básico refere-se em sua essência a subcontratação de Recursos Humanos; e infringência do artigo 89 da Lei 8.666/93, por frustrar o princípio constitucional da isonomia, como mencionado anteriormente o assunto encontra-se na esfera do Tribunal de Contas da União - TCU. Em consequência, foi instaurado Processo Administrativo Disciplinar, sendo os envolvidos responsabilizados pelos danos causados ao erário.

No que tange a utilização do Acordo de Cooperação Técnica para a implementação da UNIPREV, em razão dos fatos mencionados, há necessidade de se determinar o alcance, os custos, utilização dos equipamento, efetividade, o retorno qualitativo e quantitativo do investimento, que não foi possível devido ausência de informações.

RECOMENDAÇÃO

Que sejam encaminhadas todas as informações e documentos solicitados para que esta SFC faça uma avaliação quanto a eficácia, eficiência, economicidade e efetividade da implementação do projeto.

9.2 SUBÁREA - INDENIZAÇÕES

9.2.1 ASSUNTO - INDENIZAÇÕES JUDICIAIS

9.2.1.1 CONSTATAÇÃO:

Pagamento de rubricas em cumprimento a decisões judiciais sem o respectivo cadastro no SICAJ

A Portaria MPO nº 17, de 6.2.2001, implantou o Sistema de Cadastro de Ações Judiciais - SICAJ, para que todo cumprimento de decisões judiciais fossem efetuadas com base nas informações cadastradas no citado sistema. Com base no dispositivo realizamos levantamento na Folha de Pagamento do mês de maio/2003, mantida pelo INSS e constatamos um grande número de sentenças judiciais pagas a servidores ativos, inativos e instituidores de pensão sem os respectivos registros no SICAJ.

Diante do fato anteriormente descrito, emitimos a Solicitação de Auditoria - SA nº 137636-17, de 3.12.2003, com a finalidade de obtermos os esclarecimentos sobre a existência na folha e pagamento do Instituto, em todo o território nacional, sentenças judiciais sem os registros no SICAJ.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Em resposta o Coordenador-Geral de Administração de Recursos Humanos, pelo Ofício/INSS/CGARH nº 01, de 2 de janeiro de 2004, esclareceu que as ações judiciais identificadas referem-se a PCCS, 26,05% (AC nº 725/89), Bial e Qüinqüênio, com as seguintes ocorrências:

Relativo ao PCCS

a) Em cumprimento as Decisões nºs .367 e 026/2002 - TCU - Plenária foi expedido o MEMORANDO CIRCULAR CONJUNTO/INSS/01.200.2/01.300.3/nº 11, de 21.11.2002, às Procuradorias Federais, Subprocuradoria-Geral, Procuradorias do Tribunais e Unidades de recursos Humanos, contendo recomendações para revisões dos processos de acompanhamento de ações de pessoal que geraram a criação de rubrica de pagamento da parcela Adiantamento do PCCS, confrontando com a Lei 8.460/92, com o objetivo de se verificar se tal pagamento judicial importa em duplo pagamento;

b) Foi interposto pedido de reexame pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social - CNTSS, e Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência do Serviço Público Federal no Estado de Santa Catarina - SINDPREV/SC, contra as decisões nº 26/2002 - TCU - Plenário, Sessão de 30.01.2002, Ata nº 02/2002 e 1367/2002 - TCU - Plenário, Sessão de 16.10.2002, Ata nº 38/2002, o qual foi concedido efeito suspensivo sobre a condenação original, nos termos do artigo 48 c/c o artigo da Lei nº 8443/92, não tendo ainda o recurso sido apreciado pelo competente Colegiado dessa casa;

c) Em razão do efeito suspensivo dado ao recurso interposto pelos Sindicatos, foi expedido o Memorando Circular Conjunto INSS nº 01/2003, suspendendo as orientações contidas no citado MEMORANDO CIRCULAR CONJUNTO INSS/Nº 11/2002, até decisão do TCU;

d) Cabe esclarecer que com a edição da MP nº146, de 11.12.2003, que reestrutura a Carreira Previdenciária, foi dada a opção ao servidor para receber administrativamente o PCCS, renunciando à parcela de valores incorporadas à remuneração por decisão judicial administrativa ou judicial, dando precedência ao adiantamento pecuniário previsto na Lei 7.686, de 02.12.88, que vencerem após o início da vigência dos efeitos financeiros do Termo de Opção, conforme parágrafo 2º do art. 3º da mesma MP.

Bial/Qüinqüênio

Em relação a estas vantagens estão sendo processados, pela Procuradoria Federais especializadas deste Instituto, trabalhos de revisão dos processos de acompanhamento de ações que geraram a criação de rubrica de pagamento, nos termos MEMORANDO CIRCULAR CONJUNTO/INSS/01.200.2/01.300.3 nº 11, de 21.11.2002, para só após a conclusão destas revisões, ser processado o devido cadastramento no SICAJ, se for o caso de permanência da referida da referida vantagem.

Em relação aos 26,05% (AC nº 725/89)

A AC nº 725/89, encontra-se devidamente cadastrada no SICAJ sob o nº 10730, gerando, portanto em folha normal (SICAJ) para os servidores realmente beneficiários nesta ação.

Cabe esclarecer existem muitos servidores que fazem parte da AC nº 725/89 mas, que estão amparadas por outros Mandados de Segurança. Estes

continuam recebendo pela ação em questão, até que se conclua o processo para implantação no SICAJ.

Os Mandados de Segurança mencionados acima são: MS/Nº 2002.72.00.001708-8 - cadastrado no SICAJ sob o nº 10321 - são beneficiários neste MS todos os servidores lotados em Florianópolis/SC; MS/Nº 2002.72.01.000677-4 - cadastrado no SICAJ sob o nº 9464 - são beneficiários neste MS todos os servidores lotados em Joinville/SC; MS/Nº 2002.72.02.001038-5 - cadastrado no SICAJ sob o nº 9370.

Estes 3 (três) MS, ainda não estão gerando pagamento pelo SICAJ, uma vez, que ainda não foi concluído o processo de inclusão de todos os beneficiários nas respectivas ações. O que está sendo processando pelo SRH/INSS/SC.

AValiação DA SFC:

Conforme informações apresentadas pela área de Recursos Humanos do INSS, estão sendo adotadas as medidas cabíveis com vistas a proceder as revisões nos processos de pagamento de sentenças judiciais para posterior cadastramento no SICAJ.

RECOMENDAÇÃO:

Recomendamos que todas as sentenças judiciais identificadas sejam registradas no sistema SICAJ, para fins de cumprimento do que determina a PT/MPO nº 17, de 06.02.2001, sob pena de aplicação de sanções previstas no art. 8º do citado dispositivo.

9.2.2 ASSUNTO - AJUDA DE CUSTO

9.2.2.1 CONSTATAÇÃO:

Pagamento indevido de Ajuda de custo.

Por intermédio da Nota Técnica nº 569/DSPAS/SFC/CGU-PR, de 1.7.2003, foi avaliada na Gerência-Executiva de Recursos Humanos da Diretoria Colegiada do INSS, no período de 16 a 25.06.2003, as concessões de Ajuda de Custo concedidas no período de janeiro a maio/2003 aos servidores mandados servir em nova sede, para o exercício de cargo/função de confiança ou de remoção ex-offício, de modo a aferir se as despesas despendidas guardaram consonância com o que dispõe o Decreto nº 4.004/2001, objetivando contribuir efetivamente para eliminar os possíveis desvios detectados e proporcionar melhores condições para se avaliar os procedimentos e as concessões de Ajuda de Custo.

Em análise aos registros de consulta do SIAFI, verificou-se que a Diretoria Colegiada do INSS despendeu até o mês de maio/03 a importância de R\$ 144.454,57, com a concessão de Ajuda de Custo.

Com a finalidade de verificar os servidores que perceberam a citada indenização, para fins de solicitação e análise dos processos de concessões, foram realizadas pesquisas no SIAPE, identificados os seguintes nomes:

Matrícula	Nome	Motivo da concessão
0147569	VANESSA MIRNA BARBOSA GUEDES	Remoção por nomeação em Cargo Confiança
0244312	PAULO MARCILIO DOS SANTOS	Remoção ex-offício
0259870	EVA ALVES MARINHO	Remoção ex-offício
0484090	MMARIA ELIANE B. DE O. BRAGA	Remoção ex-offício

0878874	SHEYLA MACHADO	Remoção ex-offício
0882226	ADÉLIA MARTINS DA MATTA	Remoção por exoneração do Cargo Confiança
0900052	SORAYA APARECIDA FERREIRA	Remoção por nomeação Cargo de Confiança
0903309	MARIA ALICE DE SOUZA NOGUEIRA	Remoção por exoneração do Cargo Confiança
0910740	PAULO EDUARDO CIRINO	Processo não foi fornecido.
0927600	MAURO DA SILVEIRA ROCHA	Remoção por exoneração do Cargo Confiança
0929286	VANDERLEY JOSE MACANEIRO	Remoção por nomeação em Cargo Confiança
0935832	VALDIR MOYSES SIMAO	Remoção por exoneração do Cargo Confiança
0938021	VALERIA NICOLASSA S. DAS NEVES	Remoção por nomeação em Cargo Confiança
0940333	ROGERIO PETRI	Remoção por nomeação Cargo de Confiança
0954921	LUIS HENRIQUE FANAN	Remoção por exoneração do Cargo Confiança
1068092	WILSON DE CASTRO JUNIOR	Remoção por exoneração do Cargo Confiança
1154564	PAULO CESAR ZUMPARO	Remoção por exoneração do Cargo Confiança
1216738	GUILHERME FERNANDO SCANDELAI	Remoção por exoneração do Cargo Confiança
1219441	JOAO ERNESTO ARAGONES VIANNA	Remoção por nomeação Cargo de Confiança
1286992	CLAUDIO MAIA	Remoção por nomeação Cargo de Confiança
1334236	FABIO LUIS ORLANDO DA SILVA	Remoção por nomeação Cargo de Confiança
1372866	TAITI INENAMI	Remoção por nomeação Cargo de Confiança
3309604	ANGELA SILVA FERNANDES	Remoção por exoneração do cargo Confiança
6259866	TANIA MARIA ANTUNES	Remoção ex-offício
8926000	JUDITH IZABEL IZE VAZ	Remoção por exoneração de Cargo Confiança

Destaca-se que, de posse dos processos de concessão de ajuda de custo aos servidores anteriormente relacionados procedeu-se análise ao cumprimento do rito documental exigido para concessão da indenização, nos casos de nomeação e de exoneração de cargos/funções, bem como das remoções ex-offício dos servidores do INSS, destacando-se o que segue:

- a) ausência dos bilhetes de passagem do servidor e de seus dependentes, quando da nomeação ou da exoneração, bem como nos casos de remoção ex-offício;
- b) ausência da documentação exigida pela legislação para concessão de ajuda de custo, quando da exoneração do servidor do cargo/função de confiança; e
- c) ausência da declaração de escolaridade dos filhos, visando verificar se ocorreu, de fato, mudança domiciliar dos dependentes.

Ainda com relação às documentações a serem inseridas ao processo de concessão, com vistas a possibilitar análise por parte da Unidade de Recursos Humanos, julga-se pertinente que passe a constar dos autos as seguintes informações:

- a) o endereço residencial do servidor na localidade para aonde foi removido, para o exercício de cargo/função de confiança, caso não seja modificado no cadastro do SIAPE;
- b) nos casos de remoção de ofício, a localização para onde irá o servidor, indicando a necessidade em função do quantitativo ideal e do existente, para justificar o ato, uma vez que as análises até hoje realizadas nesses casos, não deixam claro se a remoção ocorreu de fato por interesse da Administração ou por questões particulares, o que não geraria ônus ao Instituto;
- c) que nos processos de concessão de Ajuda de Custo, em decorrência da remoção de ofício, seja instruído de modo a conter as peças principais sobre a remoção, ou mesmo que ocorra a apensação dos processos, com a finalidade de possibilitar a análise pelas Unidades de Recursos Humanos e pelos órgãos de Controle Interno, quanto a regularidade do Ato;
- d) declaração assinada pelo servidor, de que o cônjuge trabalha ou não em órgão da Administração Pública Federal, com vistas a atender o contido no art. 6º, do Decreto nº 4.004, 08 de novembro de 2001; e
- e) que nos processos de concessão de Ajuda de Custo, no momento da identificação do servidor removido para o exercício de cargo/função de confiança, conste a mudança da sede da localidade de origem para a de destino, como também, quando da exoneração, a informação sobre a concessão da indenização inicial, quando da vinda para o exercício do cargo/função de confiança.

A Ajuda de Custo é um direito assegurado pelo art. 53 da Lei nº 8.112/90, regulamentado pelo Decreto nº 4.004/2001, destinada a compensar as despesas de viagem, mudança e instalação do servidor que, no interesse do serviço, passe a ter exercício em nova sede, com mudança de domicílio em caráter permanente.

Com o objetivo de resguardar esse direito e para que não venha a se tornar uma despesa considerada imprópria, faz-se necessário, além dos ritos documentais exigidos, a solicitação de outros documentos, conforme mencionado nesta **Nota Técnica**, para assegurar o mérito do pagamento por parte das áreas de Recursos Humanos, com a finalidade de eliminar situações em que comprometam a lisura do ato, motivada por agentes externos à citada área.

A finalidade de se estabelecer maior rigor à concessão de Ajuda de Custo está associada ao fato de terem sido verificadas nos processos de solicitação do pagamento da indenização falhas na instrução processual, conforme mencionado anteriormente, que permitiram a ocorrência de situações indesejáveis, como de dúvida quanto ao direito do recebimento da concessão e até a possibilidade de pagamento indevido, conforme a seguir comentado:

a) **SERVIDOR mat. 1.154.564**

a.1) *Proc. 35000.0001629/2001-14 - Trata da ajuda de custo, face a remoção do servidor da cidade de Juatuba/MG para Brasília, para o exercício da FG-2 - Supervisor, na Diretoria Colegiada, conforme PT/INSS/1.752, publicada no DOU de 14.05.2001, permanecendo na função de 14.05 a 09.08.2001 - valor da indenização paga R\$ 22.044,12.*

a.2) *De 09.08.2001 a 24.04.02, exerceu o cargo de DAS-101.2, Chefe de Divisão na Diretoria Colegiada.*

a.3) Proc. 35000.001400/2002-97 - Indenização paga ao servidor pela remoção de Juatuba/MG para Brasília, para o exercício do cargo em comissão DAS-101.4, de Coordenador-Geral de Cobrança na Diretoria Colegiada, conforme PT/MPAS/GM nº 510, publicada no DOU de 31.05.2002, permanecendo no cargo no período de 31.05.2002 a 03.04.2003. - Valor da indenização R\$ 14.658,08.

a.4) Proc. 35000.000519/2003-23 - Concessão da Ajuda de Custo em decorrência da remoção de Brasília para Juatuba/MG, face a exoneração do cargo de Coordenador-Geral de Cobrança, DAS-101.4, conforme PT/MPS/GM nº 316, publicada no DOU de 04.04.2003 - Valor da indenização R\$ 7.376,68 mais transporte R\$ 140,00 (60% de R\$ 234,00 - Passagem aérea).

a.5) Conforme observa-se na movimentação funcional do servidor, paira dúvida quanto ao pagamento da Ajuda de Custo, na nomeação para o DAS-101.4, em 31.05.2002, por ter ocorrido 37 (trinta e sete) dias após a exoneração do cargo de DAS-101.2, em 24.04.2002, pelos seguintes motivos:

a.5.1) quando do retorno, face a exoneração do DAS-101.2, para a localidade de origem, Juatuba/MG, o servidor teria direito ao recebimento da indenização, o que não ocorreu, levando-se a indagar: o servidor retornou a sua origem? Se retornou por que não solicitou a indenização?

a.5.2) os registros funcionais do servidor no SIAPE, indicaram no período em que esteve em exercício na Diretoria Colegiada do INSS, o endereço de Alameda Quarismeira - Juatuba/MG.

a.5.3) a Unidade Pagadora no SIAPE, por onde o servidor recebia sua remuneração, conforme fichas financeiras, constou como onerando centro de custo da Diretoria Colegiada, no período corrido de 14.05.2001 a 04.04.2003.

a.5.4) no período em que esteve em exercício em Brasília, o servidor não requereu auxílio moradia ou residência funcional do Instituto, o que teria direito em razão de sua condição funcional.

a.5.5) Diante dos fatos, compete à Gerência-Executiva de Recursos Humanos da Diretoria Colegiada do INSS, proceder o levantamento da situação em que o servidor esteve no período em que permaneceu em Brasília, com vistas a esclarecer os fatos, se o pagamento da Ajuda de Custo foi devido ou não.

b) SERVIDOR mat. 1.216.738

b.1) Proc. 35000.002635/2002-04 - Refere-se a indenização paga ao servidor pela remoção de São José do Rio Preto/SP para Brasília, para o exercício do cargo em comissão de Coordenador-Geral de Arrecadação, DAS 101.4, conforme PT/MPAS/GM nº 1.230, publicada no DOU de 25.11.2002 - Valor pago de R\$ 17.191,91.

b.2) Proc. 35000.000528/2003-14 - Indenização paga referente remoção de Brasília para São José do Rio Preto/SP, face a exoneração do cargo em comissão de DAS-101.4, de Coordenador-Geral de Arrecadação, conforme PT/MPS/GM nº 351, publicada no DOU de 09.04.2003 - Valor pago de R\$ 7.191,91 mais transporte de R\$ 295,26 (40% de R\$ 738,15).

b.3) Conforme verifica-se nas informações anteriormente transcritas o servidor esteve em exercício no cargo em comissão DAS-101.4, de 25.11.2002 até a 09.04.2003.

b.4) Cabe registrar que o servidor foi admitido no INSS em 29.12.1997, no cargo efetivo de Auditor Fiscal da Previdência Social, por intermédio do concurso público referente ao Edital nº 13-FCP/INSS, de 20.11.1997, para suprir as vagas abertas para o Distrito Federal.

b.5) Registra-se, ainda, que o Edital nº 1 - FCP/INSS, de 14.04.1997, de abertura de inscrições e do estabelecimento de normas para o concurso, fixou o que segue:

"subitem 11.7. Os candidatos nomeados serão empossados, a critério da Administração, na Unidade da Federação a cujas vagas concorreram ou em Brasília - DF.

(...)

subitem 11.10. Em nenhuma hipótese, será efetuado o remanejamento de vagas entre Unidades da Federação ou aproveitamento de candidato fora da Unidade da Federação à qual tenha optado a concorrer."

b.6) Verificou-se que em 21.03.2001 foi deferido o pedido de remoção, **por motivos particulares**, para São José do Rio Preto/SP, conforme Processo nº 35000.000956/2001-87, o que não foi concretizado face o impedimento do servidor por estar exercendo o cargo em comissão de DAS-101.2, na Diretoria Colegiada do INSS.

b.7) Com vistas a ordenar a situação funcional do servidor em termos de localização e exercício de encargos exercidos, desde sua admissão no Instituto, extraiu-se do SIAPE as seguintes posições:

- de 29.12.1997 a 21.09.2000 - lotado na Diretoria de Arrecadação;
- de 22.09.2000 a 20.10.2002 - DAS- 101.2 - Diretoria Colegiada;
- de 21.10.2002 a 21.11.2002 - DAS- 101.3 - Diretoria Colegiada;
- de 25.11.2002 a 09.04.2003 - DAS-101.4 - Diretoria Colegiada.

b.8) A ficha financeira extraída do SIAPE registra que o servidor desde a sua admissão até a data de exoneração do cargo em comissão de DAS 101.4 recebeu pelo código da UPAG de Brasília (Diretoria Colegiada), e no cadastro funcional consta que o endereço residencial do servidor em questão está localizado no Distrito Federal (Q. 1503, Bl. "B", Ap. 404 - Cruzeiro Novo) .

b.9) Diante do fatos observa-se que o servidor encontrava-se em Brasília, quando da nomeação para o cargo DAS-101.4, portanto não tendo direito ao recebimento das indenizações de Ajuda de Custo concedidas. Dessa forma, a Gerência-Executiva de Recursos Humanos da Diretoria Colegiada deverá providenciar a restituição da importância paga indevidamente de R\$ 14.679,08 (R\$ 7.191,91 cada, mais R\$ 295,26, correspondente ao transporte em veículo próprio), referente as remoções pelo trajeto de São José do Rio Preto x Brasília x São José do Rio Preto.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR

Através do Ofício/INSS/DRH/CGARH(10.300.3) nº 1.243, de 7.10.03, o Coordenador-Geral de Administração de Recursos Humanos prestou os seguintes esclarecimentos:

- 1) Em relação à recomendação de alínea "a", informamos que esta CGARH/RHDC, vem envidando esforços com vistas a implementação das rotinas e procedimentos elencados nos itens 5, 6, 8, 9 da referida Nota Técnica.
- 2) No que diz respeito ao servidor matrícula 1.154.564, especificamente no tocante à recomendação no subitem 9.a (9.a.5.5), sobre o período em

que permaneceu nesta cidade de Brasília, em particular quando da exoneração do cargo em comissão de Chefe de Divisão da Diretoria Colegiada, DAS-101.2 (24/04/2002) e da nomeação para o Cargo de Coordenador-Geral de Cobrança da Diretoria de Arrecadação, DAS-101.4 (31/05/2002) e no que concerne à recomendação de alínea "b", quanto a restituição da importância paga ao servidor matrícula 1.216.738, informamos que os referidos servidores enviaram a esta Gerência os expedientes de fls. 13 a 19 e de 22 a 24, apresentando suas contra-razões sustentando que fizeram os respectivos deslocamentos em função das nomeações e exonerações questionadas.

Desta forma, considerando os elementos novos trazidos à colocação pelos interessados, entendemos pela necessidade de reexame da questão por parte desta Secretaria federal de Controle, acerca do qual esta Coordenação de Administração de Recursos Humanos fica no aguardo da conseqüente manifestação, para a adoção das providências que se fizerem necessárias."

O Coordenador-Geral de Recursos Humanos cientificou os servidores, pela CARTA/INSS/DRH/CGARH/RHD(01.300.3)/Nº 57, DE 22.8.03 e por meio do MEMORANDO/INSS/DRH/CGARH/RHD(01.300.3)/Nº 417, DE 13.8.03, À Seção de Recursos Humanos da Gerência Executiva/INSS de São José do Rio Preto (21.336.3), ambas correspondências com o intuito de assegurar os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa.

Em correspondência datada de 23.9.03, o servidor Paulo Cesar Zumpano, em resposta a Carta anteriormente mencionada, apresentou as seguintes ponderações:

"1. Segundo notícia em referência, com suporte na Nota Técnica nº 569/2003/DSPAS/SFC/CGU/PR, paira dúvida acerca do pagamento de Ajuda de Custo relativa ao processo nº 35000.001400/2002-97, decorrente da minha nomeação para o cargo de Coordenador-Geral de Cobrança/DC, DAS - 101.4, em 31/05/2002, razão pela qual a CGARH solicita a comprovação do meu deslocamento para Juatuba/MG, por ocasião da exoneração do cargo em comissão DAS - 101.2, da Diretoria de Arrecadação/DC, em 24/04/2002.

1.1. Solicita, ainda, o esclarecimento acerca dos motivos justificadores do não requerimento da indenização (ajuda e custo), quando do mencionado deslocamento.

2. Inicialmente, cumpre-me esclarecer que a exoneração do cargo em comissão DAS-101.2, da Diretoria de Arrecadação/DC, em 24/04/2002, FOI EFETUADA **A PEDIDO**, conforme faz prova a inclusa cópia do expediente publicado no Diário Oficial da União de 24 de abril de 2.002, Seção 2, p. 21.

2.1. Nesta hipótese, tendo havido **exoneração a pedido**, não cabe o pagamento de ajuda de custo, passagens e despesas com transporte de móveis, utensílios e aparelhos.

2.2. Assim sendo, logo após a minha exoneração a pedido, providenciei o transporte de meus pertences, às minhas expensas, conforme faz prova o incluso recibo de pagamento de carreto.

(...)

4. Em relação à avaliação da SFC (itens 9.a.5.1 a 9.a.5.4), tenho as seguintes considerações a aduzir:

9.a.5.1. Conforme explicitado no itens anteriores, a exoneração foi a pedido e, sendo desta forma, desta forma, descabe o pagamento da indenização, que só é devida na exoneração ex officio;

9.a.5.2. Mantive o endereço da Alameda Quaresma, 563, tendo em vista a evidente provisoriedade do cargo em comissão, restando claro que o conceito de domicílio constante da lei, bem como da doutrina e da jurisprudência é aquele em que a pessoa natural (física) se estabelece

com **ânimo definitivo**. Na vertente hipótese, como é público e notório, o cargo de Chefe de Divisão da antiga DIRAR é, inequivocamente, de caráter precário e temporário.

O novel Código Civil estabelece, em seu art. 70, "in verbis";

"Art. 70. O domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência **com ânimo definitivo**." (Grifei)

9.a.5.3 No que tange à alegação de que no período em que estive em Brasília, minha remuneração constou como onerando o centro de custo da Diretoria Colegiada, entende que a providência não estava afeta ao servidor e sim ao setor de RH competente.

9.a.5.4. Finalmente, em relação à ausência de requerimento de auxílio moradia, por ocasião de minha nomeação para o FG-2, em 14/05/2001 e, posteriormente, para o cargo DAS 101.2, em 09/08/2001, fui informado de que estes cargos (DAS 101.2) não geram direito à percepção de auxílio, razão pela qual não foi requerido. Acrescente-se, por pertinente, que durante o exercício do cargo de Coordenador-Geral de Cobrança, DAS 101.4 (31/05/2002 a 03/04/2003), exerci esse direito e recebi o auxílio-moradia.

AValiação DA SFC

Com relação a concessão de ajuda de custo e auxílio moradia pagos ao servidor, **mat. 1.154.564**, quando da nomeação para o exercício do DAS-101.4, destacamos o que segue:

- a) procede a afirmativa do servidor quando cita que não fazia jus a indenização uma vez que sua exoneração foi "a pedido", consequentemente as indagações formuladas no subitem "a.5.1", anteriormente mencionada, originaram-se de um engano na análise documental;
- b) no que se refere a indagação do subitem "a.5.4", foi formulada no sentido de obter do servidor, no período em que recebeu o auxílio moradia a confirmação do endereço, sendo que as informações constantes das documentações analisadas geraram dúvidas, conforme a saber:
 - b.1) em análise as OB's pagas, verificou-se no histórico tratar-se de "ressarcimento de despesa com hospedagem no apartamento 111 do Bloco "C" da SQN 403, nos valores a seguir demonstrados:

AP nº	Valor	OB nº
01.001.5/ 1916 /2002	1.600,00	2002OB005134
01.001.5/ 2245 /2002	1.600,00	2002OB005995
01.001.5/ 2750 /2002	1.600,00	2002OB007292
01.001.5/ S N° /2002	1.600,00	2002OB008542
01.001.5/ 3669 /2002	1.600,00	2002OB009838
01.001.5/ 0156 /2003	1.600,00	2003OB000611
01.001.5/ 0433 /2003	1.800,00	2003OB000626
01.001.5/ 0896 /2003	1.380,00	2003OB001351

b.2) no histórico da 2003OB000626, no valor de R\$ 1.800,00, verifica-se que o ressarcimento do auxílio moradia referiu-se a hospedagem, no mês de fevereiro/2003, no GARVEY PARCK HOTEL e no mês seguinte ao endereço do apartamento 111 Bloco "C" da SQN 403.

b.3) em análise ao processo nº 35000.001329/2002-42, que concedeu ao servidor o auxílio moradia, encontra-se o contrato de locação assinado pelo servidor, como locatário e o Locador Mercantil

Distribuidora de Alimentos Ltda., representado pela ELJADO Imobiliária e Engenharia Ltda. No contrato, consta de seu objeto tratar-se de imóvel situado na SQN 403 Bloco "C" Ap. 111, MOBILIADO, de utilização COMERCIAL/RESIDENCIAL, este último grafado a caneta, com vigência de 12 (doze) meses, com início em 01.06.2002 a 31.05.2003, no valor de R\$ 1.600,00.

Em contato com a ELJADO Imobiliária e Engenharia Ltda., obtivemos a informação que o endereço refere-se a CLN 403, Bloco "C", Ap. 111, e não SQN 403, como constou do contrato.

Em pesquisa de mercado junto a outras imobiliárias para verificação da faixa de preço com imóvel de mesmas características, fomos informado que em média o aluguel gira em torno de R\$ 380,00 a R\$ 400,00, e mobiliado, podendo alcançar a R\$ 600,00, inclusive faixa de preço ofertado pela mesma Imobiliária, locatária do imóvel.

Em razão das constatações citadas no presente Relatório, mantemos o entendimento dado pela Nota Técnica nº 569/DSPAS/SFC/CGU-PR, de 1.7.2003, no sentido de ser instaurado o processo administrativo disciplinar, para apurar responsabilidade pelo fato de ser apresentado para fins de restituição dos valores de auxílio moradia, recibos com o preço condizente com o de mercado.

No quer diz respeito a concessão de ajuda de custo paga ao servidor **matrícula 1.216.738**, quando de sua nomeação para o DAS-101.4, em 25.11.2002, 4 (quatro) dias após sua exoneração do DAS-101-3, em 21.11.2002, destacamos as justificativas apresentadas pelo servidor por intermédio da Carta datada de 29.08.2003:

"Em atendimento ao disposto no Memorando/INSS/CGARH/RHDC(01.300.3) nº 417, de 13.08.2003, esclareço que, como citado na NT fui removido a pedido para Gex de São José de Rio Preto em 21 de março de 2001, por meio da Portaria INSS/DIRADM nº 88, não tendo sido concretizada a remoção em virtude de, à época, estar exercendo cargo comissionado.

Quando fui informado de que seria exonerado do DAS 101.3, como de fato fui em 21/11/2002, tomei todas as providências para meu deslocamento para São José do Rio Preto-SP. Na verdade, tomei as providências para voltar a residir na cidade de Pirangi-SP, próxima a São José do Rio Preto, juntamente com meus pais, que são meus dependentes, declarados na Declaração Anual de Imposto de Renda PF.

Entende-se por "providências" desfazer-me de móveis e apartamento que mantinha alugado.

Apenas para citar um exemplo estou anexando cópia do certificado de Registro e Licenciamento de Veículo, Kadet, placa BK5895, de minha propriedade, onde consta o endereço Avenida da Saúde, 345, - Pirangi-SP, onde resido com meus pais atualmente e para onde já havia providenciado o registro.

Assim, quando fui convidado a assumir o cargo de Coordenador-Geral de Arrecadação, DAS 101.4, tive que, novamente, alugar apartamento e providenciar móveis e utensílios.

Devo destacar que todas essas nomeações e exonerações foram efetuadas no interesse da administração, nunca a pedido.

O fato de constar como fonte pagadora sempre a UPAG de Brasília (Diretoria Colegiada) e não ter havido mudança de endereço no SIAPE não significa que não tive os despêndios mencionados. O fato de o tempo ter sido suficientes para que essas providências formais fossem tomadas não significa que não tomei as providências de fato e que não tenha arcado com os custos decorrentes.

Resta informar que não tenho como apresentar passagens haja visto possuir automóvel com o qual providenciei minha remoção e novamente o retorno. Vale ressaltar que da data que fui informado que seria exonerado do DAS 101.3 até a data da exoneração, por problemas administrativos que não são de minha competência, decorreram vários dias, período suficiente para que eu providenciasse minha remoção de fato, como havia pedido na remoção autorizada em 21/03/2001.

A minha nomeação para o DAS 101.4 foi quase em seguida em virtude de já existir pesquisa efetuada para a nomeação do DAS 101.3, já que fiquei apenas um mês nessa condição.

Para finalizar nem a Lei 8.112/90, nem tampouco o decreto 4.004/2001, referem-se a prazo para que esse direito possa ser exercido e, repetindo, todas as nomeações e exonerações foram efetuadas no interesse da administração, ou seja, para assumir cargos de confiança já que meu desejo de remoção estava consolidado desde 21/03/2001, como confirmado pela NT.

Assim, não posso concordar com a devolução das importâncias mencionadas na NT já que tive que arcar com todos os custos para as quais a ajuda de custo é um direito assegurado pela Lei nº 8.112/90."

AVALIAÇÃO DA SFC

Diante da justificativa apresentada pelo servidor, existe dúvida quanto à sua remoção e o direito a percepção da indenização, face a proximidade entre as datas de exoneração e nomeação para o DAS-101.4, ter ocorrido em 4 dias.

Dessa forma mantemos a recomendação constante da Nota/Técnica nº 569/DSPAS/SFC/CGU-PR, de 1.7.2003, com vistas a proceder a instauração de processo administrativo disciplinar para fins de apurar a responsabilidade do servidor pelo ato cometido, face todo o exposto no presente relatório.

RECOMENDAÇÃO

Mantemos as recomendações constantes do relatório de Auditoria de forma que sejam observadas as demandas de recursos humanos das áreas finalísticas, bem como sejam estabelecidos controles mais eficazes sobre a comprovação da mudança de domicílio.

Diante do exposto, observa-se a necessidade de implementação de ações para melhorar os mecanismos de controle no processo de concessão de indenização de ajuda de custo, bem como adotar de imediato a regularização das situações apontadas.

Assim sendo, recomendamos a instauração de processo administrativo disciplinar para apuração dos fatos constantes do presente Relatório, com relação aos servidores matrículas nº 1.154.564, com relação as comprovações apresentadas para fins de ressarcimento do auxílio moradia e nº 1.216.738 pelo recebimento de importância de Ajuda de Custo.

9.3 SUBÁREA - SEGURIDADE SOCIAL

9.3.1 ASSUNTO - APOSENTADORIAS

9.3.1.1 CONSTATAÇÃO:

Falhas nos cadastros dos servidores no Sistema SIAPE provocando falhas nas providências automáticas do sistema

Em consulta ao cadastro dos servidores ativos do INSS, no SIAPE, identificamos servidores com a idade-limite de permanência no serviço público

federal, como ativo, extrapolada, posição em Outubro/2003, contrariando o que dispõe os artigos nºs 186 e 187 da Lei nº 8.112/90, com conforme a seguir demonstrado:

Mat.	Nome	UF	Data Nascimento	Idade
0948514	Délio José de Souza Almeida	AL	13.02.1930	73
0759492	Antônio Benedicto Pinguelli	RJ	11.11.1930	72
0368202	Ceres babo Vieira	RJ	26.10.1930	72
0608605	Dalmo Cruz Silva	RJ	22.10.1932	70
0911670	Maria Luiza da Cunha Ramos	RJ	17.02.1933	70
0657331	José Ramão Camargo Arrussul	RS	17.12.1932	70
0928963	Mauriliano Pereira Costa	SC	25.04.1933	70
0948801	Dalvo Crivelenti Moura	SP	01.05.1931	72

Com relação ao assunto em questão, emitimos a Solicitação de Auditoria - SA nº 137636.15, de 03.12.2003, com o objetivo de obter os esclarecimentos sobre a ocorrência anteriormente identificadas.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR

O Gestor por intermédio dos Ofícios CGARH/DIRRH/INSS nºs 02 e 08, de 05 e 09 de janeiro de 2004, respectivamente, esclareceu o que segue:

Ofício CGARH/DIRRH/INSS nº 02, de 05 de janeiro de 2004

Mat.	Nome	UF	Data Nascimento	Justificativas
0948514	Délio José de Souza Almeida	AL	13.02.1930	Alterada no SIAPECad a data de nascimento para 13.02.1950.
0608605	Dalmo Cruz Silva	RJ	22.10.1932	Portaria de aposentadoria não publicada em virtude exigências feitas pela AGU constantes do processo nº 35301.004815/2003-17.
0911670	Maria Luiza da Cunha Ramos	RJ	17.02.1933	Declarada aposentada compulsoriamente por meio da Portaria/INSS/GEXPTP nº 62, de 30.07.2003.

Ofício CGARH/DIRRH/INSS nº 08, de 09 de janeiro de 2004

Mat.	Nome	UF	Data Nascimento	Justificativas
0759492	Antônio Benedicto Pinguelli	RJ	11.11.1930	PDV, excluído em 08.01.97.
0368202	Ceres babo Vieira	RJ	26.10.1930	Demissão - art. 132, Lei nº 8.112.90, em 03.09.93.
0657331	José Ramão Camargo Arrussul	RS	17.12.1932	Demissão em 01.11.93.
0928963	Mauriliano Pereira Costa	SC	25.04.1933	PDV, excluído 24.12.96
0948801	Dalvo Crivelenti Moura	SP	01.05.1931	PDV, excluído em 10.12.96

AValiação DA SFC:

Conforme informações apresentada pela Área de Recursos Humanos do INSS, foram providenciados os acertos nos respectivos cadastros no sistemas SIAPE.

RECOMENDAÇÃO

Recomendamos à Coordenação-Geral de Recursos Humanos do INSS, adotar providências no sentido de estabelecer periodicidade de monitoramento dos registros cadastrais constantes do SIAPE, com a finalidade de manter essa base de informações fidedigna.

9.3.1.2 CONSTATAÇÃO:

Ausência de informações e/ou informações incorretas para análise de Processos de Aposentadoria na Coordenação-Geral de Administração de Recursos Humanos-CGARH/INSS

A Coordenação-Geral de Auditoria dos Programas das Áreas de Pessoal e Benefícios desta SFC/CGU-PR, elaborou a Nota Técnica nº 328 /DPPES/SFC/CGU-PR, datada de 31 de março 2004, versando sobre o resultado dos exames nos processos de aposentadorias da Coordenação-Geral de Administração de Recursos Humanos do Instituto Nacional de Seguro Social - INSS, em atendimento à Instrução Normativa TCU nº 044/2002 e na forma definida pela Portaria SFC nº 013/2003. Os trabalhos foram realizados na sede do INSS, conforme Ofício nº 6.152/DPPES/DP/SFC/CGU-PR, de 23/03/2004.

Ficou evidenciada a existência de apenas 11 processos lançados no sistema SISACnet, que ainda não haviam recebido Parecer do Controle Interno, especificados a seguir:

QTDE	Nº PROCESSO	TIPO DE ATO	SIAPÉ	NOME DO SERVIDOR
01	35000.001085/2003-89	Aposentadoria	0879066	Ana Maria da Silva
02	35000.000031/2003-04	Aposentadoria	0986641	Ângela Fernandes Leal
03	35000.011056/2000-57	Aposentadoria	0878747	João Paulo Marcondes Cruz Martins
04	35000.001259/2003-11	Aposentadoria	0893859	Lindamir Sutir Fernandes
05	35000.000178/2003-96	Aposentadoria	0877570	Maria de Fátima de Souza
06	35000.000841/2003-52	Aposentadoria	5274247	Maria de Lourdes Bezerra
07	35000.007016/1997-51	Aposentadoria	6220226	Maria de Lourdes Soares Carvalho
08	35000.001565/2003-40	Aposentadoria	0877648	Marileide Honório da Silva Barros
09	35000.000567/2003-11	Aposentadoria	0221695	Norma da Glória Pereira
10	35000.001865/2001-69	Aposentadoria	0878746	Rozane Ziegelmann
11	35000.001769/2003-81	Aposentadoria	0245029	Sandra Maria Vicente Ladeira

Da análise dos referidos processos apresentados pela Unidade, constatou-se as inconsistências a seguir relacionadas, cujas diligências constam dos respectivos processos:

- a) Falta da Declaração de não acumulação de cargos, emprego, funções públicas e proventos;
- b) incorreções nos atos no SISACnet;
- c) incorreção no fundamento legal de Abonos Provisórios;
- d) anexar portaria de designação e dispensa de funções comissionadas e/ou correlações das funções;
- e) anexar cópia de Sentença Judicial.

Cabe destacar, que dos processos analisados, a totalidade das fichas de concessão no sistema SISAC continha algum campo preenchido incorretamente, merecendo, desta forma, maior atenção por parte dos responsáveis que operacionalizam o referido sistema.

A referida Nota Técnica foi encaminhada ao Coordenação-Geral de Administração de recursos Humanos, por meio do Ofício nº 6700/DPPES/DP/SFC/CGU-PR, de 31.3.2004, para adoção das providências a seguir relacionadas, com prazo para atendimento até 30.4.2004.

- a) atendimento das diligências e recomendações formuladas; dos processos relacionados no quadro, e

b) fornecimento de uma estimativa do quantitativo de processos de concessão de aposentadoria e pensão, devidamente lançados no SISAC, ainda não submetidos ao Controle Interno, objetivando o planejamento de futuros trabalhos.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

O gestor ainda não atendeu ao contido no Ofício nº 6700/DPPES/DP/SFC/CGU-PR, de 31.3.2004, com prazo para atendimento até 30.4.2004

AValiação DA SFC:

O assunto permanece PENDENTE aguardando a manifestação do Gestor.

RECOMENDAÇÃO:

Ratificamos as recomendações contidas na NT 328/DPPES/SFC/CGU-PR no que concerne ao:

a)atendimento das diligências e recomendações formuladas; dos processos relacionados no quadro, e

b)fornecimento de uma estimativa do quantitativo de processos de concessão de aposentadoria e pensão, devidamente lançados no SISAC, ainda não submetidos ao Controle Interno, objetivando o planejamento de futuros trabalhos.

9.3.2 ASSUNTO - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

9.3.2.1 CONSTATAÇÃO:

Acumulações de cargos indevidas

Com base no cruzamento de dados realizado entre o cadastro do SIAPE e os constantes do Cadastro Nacional de Informações - CNIS, nas Gerências Executivas do INSS, no estado do Maranhão/MA, foram encontrados servidores com mais de um vínculo empregatício, conforme relação a seguir.

Cruzamento de Informações entre SIAPE (INSS) com o Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS

ACUMULAÇÃO DE CARGOS

Matrícula SIAPE	Nome	Vínculos (CNIS)	Data de Admissão
0948878	AGESIGILDO MATOS SILVA	INSS	19.10.1982
		Gov. do Estado do Maranhão	03.05.1994
0251285	ANTÔNIO ALFREDO SOARES FONSECA	INSS	10.02.1988
		Companhia de Limpeza e Serv. Urbano	02.05.1997
0889473	ABDON DE ANDRADE ROCHA	INSS	21.10.1982
		Prefeitura Municipal de Tutoia	Não informada
0889476	BENIGNO DE ANDRADE ROCHA	INSS	30.05.1985
		Cia. Energética do Maranhão	30.12.1983
0889236	CELSON HENRIQUE SALES NAPOLEÃO	INSS	10.03.1983
		Gerência de Desenv. Reg. de Barra do Corda	24.05.1994
0889875	EMANUEL COELHO DINIZ	INSS	02.01.1985
		Gerência de Estado de Segurança Pública	24.05.1994
		Colégio PAX	07.03.1983

0889974	EUDES RAULINDO SARAIVA O	INSS	01.05.1990
		Construtora Gentil Calixto Ltda.	01.12.1982

Diante das ocorrências, emitimos a Solicitação de Auditoria nº 139816.05, solicitando providências no sentido de determinar a apuração com base no que determina o § 2º do art. 118, da Lei nº 8.112/90.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR

Inicialmente, por intermédio do Ofício nº 303 INSS/DCGAB, de 24.3.04, solicitou a prorrogação do prazo de atendimento da SA nº 139816.05, por vinte dias, a contar da data do citado expediente.

AValiação DA SFC:

O assunto encontra-se PENDENTE de informação sobre os fatos apontados.

RECOMENDAÇÃO:

Adotar providências para esclarecer e regularizar os fatos apontados, e encaminhar a esta SFC os resultados das providências para avaliação e acompanhamento.

9.3.2.2 CONSTATAÇÃO:

Repasse de contribuições de encargos patronais e de participantes não guardam conformidade entre os sistemas SIAFI e SIAPE.

Com base no Convênio de Adesão nº 01/95 assinado entre a Fundação de Seguridade Social - GEAP e o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, com a finalidade de prestar aos servidores ativos, inativos e pensionistas do Instituto e seus dependentes, os planos solidários de assistência à saúde e assistência social; planos de benefícios e auxílios complementares ou suplementares à seguridade social do funcionário público federal ou da previdência social oficial, plano de pecúlio facultativo e em outros programas administrados pela fundação.

A cláusula Segunda do referido instrumento prevê que a adesão do Instituto em cada tipo de plano e/ou programa administrado pela Fundação será feita através de Termos Aditivos ao Convênio de Adesão, nos quais deverão estar pactuados os direitos e deveres de cada uma das partes e especificadas as fontes de custeio.

O Instituto Nacional do Seguro Social - INSS é patrocinador do Plano de Saúde e de Assistência Social, contribui mensalmente com a importância de R\$ 30,00 por beneficiário inscrito no referido plano, conforme cláusula sexta, do Convênio de Adesão. No que tange ao Programa de Previdência (Plano de Pecúlio Facultativo - PPF e de Aposentadoria por Invalidez Acidentária), o Instituto repassa à GEAP os valores descontados de cada participante, que de acordo com a cláusula quarta do Segundo Termo Aditivo ao citado Convênio de Adesão, deverão ser creditados até o sétimo dia subsequente ao dia do pagamento dos servidores ativos, inativos e pensionistas.

Cabe registrar, que o participante optante pelos Planos abrangidos pelo Convênio, contribui com 6,84% (seis inteiros e oitenta e quatro centésimos por cento), descontado da remuneração, mediante arrecadação em folha de pagamento.

No exercício de 2003, fonte SIAFI, o INSS contribuiu como patrocinador da Fundação com a importância de R\$ 70.729.974,55 e efetuou o repasse da importância de R\$ 146.434.237,46 (SIAFI), relativas as demais parcelas (Pecúlio - R\$ 25.122.112,98, Plano de Saúde - R\$ 92.986.888,08, Participação - R\$ 28.325.236,40) relativas as participações dos servidores (ativos e inativos) e pensionistas.

Com o objetivo de verificar se os repasses vêm ocorrendo de acordo com o estabelecido em cláusula do Convênio, emitimos a Solicitação de Auditoria nº 139816.11, dirigida à Fundação, indagando o que segue:

- Tendo em vista a relação existente entre essa Fundação e o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, por força do Convênio de Adesão nº 01/95, indagamos no que diz respeito as cláusulas de "Contribuição dos Participantes" e da "Patrocinadora", INSS, se os recursos vêm sendo repassados conforme instrumento vigente de adesão ou encontra-se em atraso com esses encargos.

- Outro aspecto se refere a existência de ações ordinárias movidas por essa Fundação contra o INSS, com relação a dívidas dos Programas Previdencial e Assistencial, informando caso exista, separadamente as informações de cada um dos programas.

Face a divergência do valor total transferido à GEAP, exercício de 2003, constante no SIAFI (R\$ 70.729.974,55) com os demonstrativos apresentados pela Fundação (R\$ 70.738.922,90), emitimos a Solicitação de Auditoria nº 139816-061, de 07.04.2004, ao INSS, para que informasse as seguintes questões:

Face o disposto no convênio de Adesão assinado com a GEAP, no qual esse Instituto como Patrocinador contribui mensalmente com a importância de R\$ 30,00 por participante, conforme cláusula sexta, informar:

- a) valor creditado à GEAP, no exercício de 2003, referente a contribuição como patrocinador;
- b) valor repassado à Fundação relativo as participações devidas pelos servidores participantes;
- c) como é realizado o controle para determinar os valores levados a crédito da Fundação, devidos por esse Instituto, referente a importância de R\$ 30,00 por participante; e
- d) o número de servidores filiados à GEAP, mês a mês de Janeiro a Dezembro de 2003.

Esclarecemos que as solicitações constantes dos itens "a" e "b", prende-se ao fato de termos verificado divergência entre os valores constantes do SIAFI e os informados pela Fundação.

Com o intuito de obtermos o parecer da Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social - MPS, em cumprimento a legislação aplicável às entidades fechadas de previdência privada, sobre o Balanço encerrado em 2003, emitimos a Solicitação de Auditoria nº 139816-060, de 07.04.2004.

Em Resposta o Secretário de Previdência Complementar, pelo Ofício nº 760/DECON/SPC, de 30.04.2004, encaminhou a Análise Técnica nº 32/DECON/SPC, de 26.04.2004, do Departamento de Contabilidade daquela Secretaria, com as seguintes informações:

"(...)

1 - DÍVIDAS DO PATROCINADOR INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS PARA COM A GEAP

1.1 Dívida Previdencial contratada

De acordo com as notas explicativas às demonstrações contábeis/2003 a dívida previdencial, já contratada, do INSS para com a GEAP monta em R\$ 51.073 mil, ao final do exercício de 2003, os quais se referem ao saldo da dívida histórica do instituto pertinente ao Fundo de Pecúlio Facultativo - FPF, que surgiu quando da transformação da GEAP em entidade fechada de previdência complementar, quando o patrimônio pertencente à

Fundação não foi repassado pelo INSS. As citadas notas explicativas destacam, ainda, que o INSS renegociou seus débitos junto à GEAP, mediante audiência de conciliação firmada em 30/03/1995, relativa ao processo nº 92.7068-0. Este contrato estipula período de amortização de 157 (cento e cinquenta e sete) meses consecutivos, sendo a atualização do saldo devedor pela variação média do INPC e IGP-DI. Ao final do exercício de 2003 restavam 53 (cinquenta e três parcelas) a serem amortizadas.

1.2 Dívida Previdencial relativa a Contribuições em Atraso

Ao final do exercício de 2003 a GEAP possuía o montante de R\$ 2.146 mil registrados como Contribuições em Atraso do INSS. De acordo com as notas explicativas às demonstrações contábeis/2003 este montante corresponde ao valor principal e encargos incidentes sobre contribuições em atraso do patrocinador. Destaca, ainda, que a GEAP move ações em curso e as medidas que estão sendo tomadas são suficientes para que a regularização das dívidas se efetive.

1.3 Dívida Assistencial Contratada

A exemplo do item 1.1 acima, as notas explicativas às demonstrações contábeis/2003 registram que a dívida assistencial contratada do INSS para com a GEAP, pertinente ao Fundo Assistencial Patronal - FAP, surgiu quando da transformação da mesma em entidade fechada de previdência complementar, ocorrida em 1990, ocasião em que o patrimônio pertencente à Fundação não foi repassado pelo INSS. A renegociação deste débito junto à GEAP ocorreu mediante audiência de conciliação firmada em 30/03/1995, relativa ao processo nº 92.7068-0. O período de amortização dessa dívida é o mesmo estipulado para a dívida previdencial contratada - 157 (cento e cinquenta e sete) meses consecutivos - sendo a atualização do saldo devedor pela variação da média do INPC e IGP-DI. Ao final do exercício de 2003 o saldo desta conta era de R\$ 14.598 mil e restavam 53 (cinquenta e três) parcelas a serem amortizadas.

1.4 Contribuições Assistenciais em Atraso União (INAMPS)

De acordo com as mencionadas notas explicativas, a GEAP move ação contra a União, relativa aos encargos incidentes as contribuições pagas em atraso do patrocinador ex-INAMPS no período de 1990 até 1993, os quais perfazem o montante de R\$ 127.208 mil ao final do exercício de 2003. A referida ação se encontra em fase final de definição pelo Tribunal Regional Federal, onde as últimas decisões têm sido favoráveis à Fundação. Segundo os advogados da GEAP, no próximo exercício a entidade poderá ter o processo transitado em julgado.

1.5 Contribuições Assistenciais em atraso INSS

Em dezembro/2003, a GEAP possuía o montante de R\$ 10.785 mil registrados como contribuições assistenciais em atraso devidas pelo INSS. De acordo com as notas explicativas às demonstrações contábeis/2003, a Fundação move ações ordinárias contra o patrocinador, sendo entendimento de sua assessoria jurídica que as negociações em curso e as medidas que estão sendo adotadas são suficientes para que a regularização das dívidas se efetive.

1.6 Participação nos Custos dos Serviços Assistenciais

A título de participação nos custos dos serviços assistenciais a GEAP mantinha registrado o montante de R\$ 10.643 mil a receber do INSS. A este respeito as notas explicativas às demonstrações contábeis/2003 destacam que este valor corresponde ao montante cobrado aos participantes, obedecendo aos percentuais e valores estabelecidos na Resolução/GEAP/CONDEL nº 035, de 21/11/2002. As citadas notas explicativas esclarecem, ainda, que esses percentuais e valores são incidentes sobre os serviços médicos, odontológicos e hospitalares prestados aos assistidos.

1.7 Quadro Resumo das Dívidas do INSS para com a GEAP

Em R\$ mil

DISCRIMINAÇÃO	VALORES EM DEZEMBRO/2003
Dívida Previdencial	53.219
Contratada	51.073
Contribuições em Atraso	2.146
Dívida Assistencial	163.225
Contratada	14.589
Contribuições em Atraso União (INAMPS)	127.208
Contribuições em atraso INSS	10.785
Participação Custos Serviços Assistenciais	10.643

Fonte: Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis encerradas ao final do exercício de 2003.

Com relação à regularidade das contribuições e pagamentos do INSS para a GEAP, a entidade informou a esta SPC, por meio do expediente CARTA/GEAP/DIREX/DIAF/Nº 054/2004, de 23/04/2004, cópia anexa, que os pagamento das consignações de contribuições e participações descontadas dos servidores estão sendo efetuadas dentro dos prazos estipulados. Destaca, ainda, que em relação aos pagamentos de responsabilidade do INSS tem-se verificado constantes atrasos nos 03 (três) últimos anos. As providências adotadas por esta Fundação acerca do descumprimento dos prazos de repasses acordados no convênio vigente são efetuadas por meio de cobrança administrativa, em primeira fase, e., em seguida, cobrança judicial.

2. CESSÃO DE PESSOAL E DE BENS DO INSS PARA A GEAP

2.1 Imóvel do INSS alugado pela GEAP

A GEAP informou por meio do expediente citado acima que até agosto/2002 possuía um imóvel alugado do INSS, situado no SAS Quadra 04 Bloco "O" Asa Sul - Brasília - DF, tendo sido pago pelo aluguel o montante de R\$ 61.769,20 (sessenta e um mil, setecentos e sessenta e nove reais e vinte centavos) naquele exercício.

2.2 Despesas com Pessoal Cedido do INSS para a GEAP

Em R\$

DISCRIMINAÇÃO	EXERCÍCIO 2002	EXERCÍCIO 2003
Reembolso da GEAP para o INSS	240.431,06	202.11,08
Remuneração Servidores Cedidos	426.844,39	731.727,79
TOTAL	667.275,45	933.838,87

Fonte: CARTA/GEAP/DIREX/DIAFIN/Nº 054, DE 23/04/2004, encaminhado pela GEAP a esta SPC.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Em resposta, a Diretoria Executiva da GEAP, por intermédio da Carta nº 169, de 24.03.04, prestou os seguintes esclarecimentos:

- "a) os pagamentos das consignações de contribuição e participação descontados dos servidores estão sendo efetuados dentro dos prazos estipulados;
- b) os pagamentos do per capita de responsabilidade da patrocinadora foram efetuados nas datas constantes do demonstrativo abaixo:

Competência	Valor	Data Pagamento	Data Vencimento	Dias de atraso
01/2003	5.964.210,00	14/02/2003	13/02/2003	1
02/2003	5.950.320,00	26/03/2003	14/03/2003	12

03/2003	5.935.980,00	17/04/2003	11/04/2003	6
04/2003	5.893.560,00	13/05/2003	14/05/2003	1
05/2003	5.873.940,00	20/06/2003	12/06/2003	8
06/2003	5.880.180,00	30/07/2003	11/07/2003	19
07/2003	5.894.520,00	15/08/2003	13/08/2003	2
08/2003	5.901.872,90	15/09/2003	11/09/2003	4
08/2003	5.877.480,00	03/10/2003	13/10/2003	10
10/2003	5.865.090,00	02/12/2003	13/11/2003	19
11/2003	5.855.310,00	22/12/2003	13/12/2003	9
12/2003	5.846.460,00	09/01/2004	14/01/2004	5
Total	70.738.922,90	-x-	-x-	-x-

c) Nesta data, a GEAP possui dois processos judiciais (Processos nºs 19973400008544-6 e 199734000034493-9) cobrando do INSS correção monetária por atraso nos pagamento, cujos montantes atualizados (cálculo GEAP) atingem as cifras abaixo discriminadas:

- Programa Assistencial: R\$ 8.045.064,60
- Programa Previdencial: R\$ 2.169.984,69

O Chefe de Gabinete do Diretor-Presidente, em atendimento a Solicitação de Auditoria nº 139816-061, encaminhou os seguintes esclarecimentos:

"(...)

2. A fim de atender aos itens constantes da referida Solicitação de Auditoria, anexamos Demonstrativo do Valores Despendidos com a GEAP, mês a mês, no exercício de 2003, sendo que:

- os valores discriminados na coluna denominada "Previdência (30658" referem-se a rubrica pecúlio;
- as colunas Plano "Plano de Saúde (30657) e Participação (31000)" correspondem, respectivamente, à participação do servidor nas rubricas GEAP-mensalidade, percentual de 6,84% sobre a remuneração e GEAP-Participação.

3. Quanto ao controle dos valores despendidos pelo INSS quanto à contribuição da Previdência, esclarecemos que é realizado o confronto dos dados disponíveis no SIAPE com as informações encaminhadas pela GEAP, em meio magnético.

4. Informamos, ainda, que em relação aos valores discriminados quanto à contribuição da Previdência, do Plano de Saúde e da Participação são os constantes do SIAPE.

DEMONSTRATIVOS DOS VALORES DESPENDIDOS COM A GEAP - EXERCÍCIO 2003

GEAP - Valores em R\$								
MÊS	PATROCINADORA		PREVIDÊNCIA (30658)		PLANO SAÚDE	PARTICIPAÇÃO		TOTAL
	*QUANT.	VALOR	QUANT.	VALOR	VALOR	QUANT	VALOR	
JANEIRO	198.807	5.964.210,00	37.166	2.017.773,50	7.765.472,35	40.418	2.196.288,97	17.943.744,82
FEVEREIRO	198.344	5.950.320,00	37.081	2.010.255,38	7.710.026,88	40.726	2.257.897,77	17.928.500,03
MARÇO	197.866	5.935.980,00	37.611	2.025.189,15	7.694.420,87	39.327	2.179.384,64	17.834.974,66
ABRIL	196.462	5.893.560,00	36.992	2.002.064,97	7.659.573,68	40.069	2.299.668,76	17.854.867,41
MAIO	195.798	5.873.940,00	36.952	1.998.701,09	7.652.652,68	40.178	2.343.166,30	17.868.460,07
JUNHO	196.006	5.880.180,00	36.913	2.167.893,42	7.640.770,53	14.549	2.385.488,36	18.074.332,31
JULHO	196.484	5.894.520,00	36.875	2.164.258,26	7.650.804,91	41.763	2.468.255,03	18.177.838,20
AGOSTO	196.705	5.901.150,00	36.750	2.163.526,54	7.915.236,65	39.887	2.367.610,08	18.347.523,27
SETEMBRO	195.916	5.877.480,00	36.668	2.157.043,76	7.873.488,65	41.481	2.519.869,32	18.427.881,73
OUTUBRO	195.503	5.865.090,00	36.615	2.150.931,97	7.860.331,25	39.800	2.331.893,70	18.208.246,92
NOVEMBRO	195.177	5.855.310,00	36.502	2.143.519,74	7.841.919,70	41.758	2.544.783,00	18.385.532,44
DEZEMBRO	194.882	5.846.460,00	36.443	2.139.338,60	7.819.769,44	41.071	2.440.267,24	18.245.835,28
TOTAL	-	70.738.200,00	-	25.140.496,38	93.084.467,59	-	28.334.573,17	217.297.737,14

(*) A quantidade de participantes de responsabilidade da Patrocinadora está composto de servidores e de dependentes.

AVALIAÇÃO DA SFC

Conforme evidenciado, as informações financeiras constantes no SAIFI diferem das demonstradas pelo INSS (base SIAPE), em R\$ 134.248,03, conforme a seguir identificadas:

Contribuição Patrocinadora (R\$ 30,00)	Previdência (Pecúlio)
R\$ 70.738.200,00 - INSS (Base SIAPE)	R\$ 25.140.496,38 - INSS (Base SIAPE)
R\$ 70.729.974,55 - SIAFI	R\$ 25.122.112,98 - SIAFI
R\$ 8.225,45 - Diferença	R\$ 18.383,40 - Diferença
Plano de Saúde	Participação
R\$ 93.084.467,59 - INSS (Base SIAPE)	R\$ 28.334.573,17 - INSS (Base SIAPE)
R\$ 92.986.888,08 - SIAFI	R\$ 28.325.236,40 - SIAFI
R\$ 97.579,51 - Diferença	R\$ 9.336,77 - Diferença

RECOMENDAÇÃO:

Recomendamos que o INSS adote providências entre as áreas responsáveis, de modo que as parcelas de contribuições e as dos repasses efetuados à GEAP guardem conformidade entre os sistemas SIAFI e SIAPE.

9.4 SUBÁREA - REGIME DISCIPLINAR

9.4.1 ASSUNTO - INFRINGÊNCIAS AO REGIME DISCIPLINAR

9.4.1.1 CONSTATAÇÃO:

Alteração de carga horária de 40 h para 30 h semanais em desacordo com os dispositivos legais.

Em razão do INSS estar adotando em todas as suas Unidades a jornada de trabalho de 30 h semanais e seus servidores assinando frequências e recebendo suas remunerações correspondentes a 40 horas semanais, sem qualquer respaldo que assegure tal medida, tendo em vista o que dispõe o artigo 19 da Lei nº 8.112/90 ("O ocupante de cargo de provimento efetivo fica sujeito a 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, salvo quando a lei estabelecer duração diversa."), solicitamos à Direção do Instituto, providências no sentido de adequar a jornada de trabalho ao cumprimento estabelecido em Lei.

Por intermédio do Ofício nº 427 INSS/DCGAB, de 9.4.2003, o Chefe de Gabinete do Diretor-Presidente, informou que com a finalidade de regularizar a questão da carga horária, constituiu Comissão para definir os limites mínimos e máximos de horas semanais, visto tratar-se de Órgão cuja a atividade principal está relacionada diretamente ao atendimento ao público, com base no disposto no artigo 3º do Decreto nº 4.836, de 9.9.2003.

Em 16.12.2003, emitimos a Solicitação de Auditoria nº 137636.29, com finalidade que fossem encaminhados os resultados da Comissão instituída para estabelecer a carga horária de trabalho dos servidores daquele Instituto. Em resposta por meio do Ofício/INSS/CGARH nº 07, de 6.1.2004, o Coordenador-Geral de Recursos Humanos do INSS, encaminhou a Resolução INSS/DC nº 142, de 13.11.2003, disciplinando o funcionamento de horário de trabalho.

A citada Resolução disciplina o funcionamento e o horário de trabalho do Instituto, fixando o horário de atendimento das 7 às 19 horas, ininterruptos de segunda a sexta-feira, conforme disposto no item 1 do dispositivo anteriormente mencionado.

No item 2, do citado ato, estabelece que o atendimento ao público nas Unidades de execução das linhas finalísticas deverá ser estabelecido em turnos.

No entanto, o item 4 da Resolução engloba de forma generalizada todas as atividades desenvolvidas pelo Instituto (Órgão Central e Gerências Executivas) em desacordo com o que disciplina o artigo 19 da Lei nº 8.112/90 e o artigo 3º do Decreto nº 1.590, de 10.8.1995, alterado pelo Decreto nº 4.836, de 9.9.2003, quando estabeleceu que será de 6 (seis) horas diárias, com carga horária semanal de 30 (trinta horas) a jornada de trabalho dos ocupantes de cargos e provimentos efetivos do Instituto.

Face o exposto, emitimos a Solicitação de Auditoria nº 139816.09, solicitando justificativas para inclusão das atividades administrativas (meios) nessa carga horária, uma vez que não têm as características de atendimento ao público, clientela previdenciária, e estar em desacordo com as legislações supracitadas.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

O Chefe de Gabinete do Diretor-Presidente do INSS, por intermédio do Ofício nº 329, de 30.3.2004, encaminhou Nota Técnica PFE- INSS/CGMADM/DPP nº 496, de 28.10.2003, emitido pela Chefia da Divisão de Patrimônio Imobiliário e Pessoal, se posicionando Juridicamente sobre a minuta de Resolução de funcionamento e horário de trabalho no INSS, proferindo o seguinte entendimento:

"(...)

2. A Lei nº 8.112/90 dispõe em seu artigo 19:

Art. 19. Os servidores cumprirão jornada de trabalho fixada em razão das atribuições pertinentes aos respectivos cargos, respeitada a duração máxima do trabalho semanal de quarenta horas e observados os limites mínimo e máximo de seis horas e oito horas diárias, respectivamente. (Redação dada pela Lei nº 8.270, de 17.12.91)

§ 1º O ocupante de cargo em comissão ou função de confiança submete-se a regime de integral dedicação ao serviço, observado o disposto no art. 120, podendo ser convocado sempre que houver interesse da Administração. (Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica a duração de trabalho estabelecida em leis especiais. (Parágrafo incluído pela Lei nº 8.270, de 17.12.91)

3. Como visto , a lei somente fixou a duração máxima da jornada semanal de trabalho, não havendo restrição a que a regulamentação deste dispositivo legal fixasse a jornada de trabalho em período diverso do de quarenta horas semanais.

4. Tal disciplina adveio com o Decreto nº 1.590 de 10.08.95, que dispôs sobre a jornada de trabalho dos servidores da Administração Pública Federal direta, das autarquias e das fundações públicas federais, com alterações trazidas pelo Decreto nº 4.836 de 09.09.2003.

5. O artigo 3º do Decreto nº 1.590/95, com redação trazida pelo Decreto nº 4.836/2003, facultou ao dirigente máximo do órgão público a flexibilização da jornada de trabalho, autorizando os servidores a cumprir jornada de trabalho de seis horas diárias e carga horária de trinta horas semanais.

6. Assim, há que se asseverar que, em princípio, exige amparo legal para a expedição da Resolução ora apresentada.

7. Registro, todavia, restrições à redação de dois dispositivos da minuta, que, à primeira vista, careciam de amparo legal.

8. São eles: o item 5 que dispõe sobre a jornada de trabalho dos ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança e o item 6.1., que dispõe sobre horário especial ao servidor estudante.

(...)

21. Uma vez atendidas as recomendações acima, concluímos pela inexistência de óbice jurídico-formal à Minuta de Resolução apresentada, que dispõe sobre o funcionamento e horário de trabalho no INSS."

AVALIAÇÃO DA SFC:

Apesar do pronunciamento jurídico-formal apresentado pelo Órgão Jurídico do INSS, entendemos que deva ser reavaliada a jornada de trabalho cumprida pelos servidores ocupantes de cargos e provimentos efetivos do INSS de modo a desvincular do contexto da Resolução editada, as atividades consideradas como de atendimento ao público daquelas vinculadas as atividades administrativas e normativas da Instituição por não estarem diretamente ligadas ao atendimento ao público, clientela previdenciária, adequando-a aos preceitos dispostos no artigo 3º do Decreto nº 1.590, de 10.08.1995, alterado pelo Decreto nº 4.836, de 9.9.2003, que dispõe:

"Art. 3º Quando os serviços exigirem atividades contínuas de regime de turnos ou escalas, em período igual ou superior a doze horas ininterruptas, em função de atendimento ao público ou trabalho no período noturno, é facultado ao dirigente máximo do órgão ou da entidade autorizar os servidores a cumprir jornada de trabalho de seis horas diárias e carga horária de trinta horas semanais, devendo-se, neste caso, dispensar o intervalo para refeições. (Redação dada pelo Decreto nº 4.836, de 9.9.2003) (Grifo nosso)"

§ 1º Entende-se por período noturno aquele que ultrapassar às vinte e uma horas. (Redação dada pelo Decreto nº 4.836, de 9.9.2003)

*§ 2º Os dirigentes máximos dos órgãos ou entidades que autorizarem a flexibilização da jornada de trabalho a que se refere o **caput** deste artigo deverão determinar a afixação, nas suas dependências, em local visível e de grande circulação de usuários dos serviços, de quadro, permanentemente atualizado, com a escala nominal dos servidores que trabalharem neste regime, constando dias e horários dos seus expedientes. (Redação dada pelo Decreto nº 4.836, de 9.9.2003)*

RECOMENDAÇÃO:

Recomendamos adoção de medidas por parte do Instituto de modo a disciplinar adequadamente o horário de funcionamento e da jornada de trabalho dos servidores ocupantes de cargos e provimentos efetivos do INSS, e a distinção entre as atividades internas (administrativas e normativas) das externas (de atendimento ao público), de modo a suprir as demandas de recursos humanos existentes nas Agências da Previdência Social e assegurar ao cumprimento da legislação que facultada ao dirigente máximo do órgão ou da entidade autorizar os servidores a cumprir jornada de trabalho de seis horas diárias nessa situação, desde que haja atividades contínuas de regime de turnos ou escalas, em período igual ou superior a doze horas ininterruptas, em função de atendimento ao público ou trabalho no período noturno.

9.4.2 ASSUNTO - PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR**9.4.2.1 COMENTÁRIO:****Ausência de Processo Administrativo Disciplinar-PAD a cargo da PGF/AGU**

Foi citado no Relatório de Auditoria de Gestão nº 117146/2003(item 9.4.1.1), na área Gestão de Recursos Humanos, no item referente a PROCESSOS DISCIPLINARES, as seguintes informações:

"A Corregedoria da Auditoria-Geral encaminhou, no decorrer do exercício de 2002, 71 (setenta e um) Processos Administrativos Disciplinares - PAD à Procuradoria Federal Especializada/INSS e à Procuradoria-Geral Federal/AGU, para adoção de providências dessas áreas.

Com a finalidade de maiores informações quanto aos resultados efetivos dos processos em questão, emitimos a S.A nº 117146-12, de 28/02/2003.

JUSTIFICATIVA: Em resposta, foram apresentadas informações sobre o andamento dos processos em referência, por meio do Ofício nº 365/INSS/DCGAB, de 01/04/2003, as quais especificamos a seguir:

Processo/Documento	Encaminhamento/Situação	Data
35000.00291/2002-91	Procuradoria-Geral do INSS/Arquivado	04.02.2003
35000.00428/2002-15	Procuradoria do INSS no DF/vistas dos autos	24.01.2003
35366.004694/2000-27	Proc. do INSS em Taubaté/Ciência da decisão	22/11/2002
35204.016733/1999-68	CI/PT/AGU/PGF nº 66/2003 (Recife)	13.03.2003
35000.007905/1998-27	PGF - para julgamento	25.02.2003
35232.000576/2001-18	CI/PT/AGU/PGF nº 205/2002 (Natal)	23.12.2002
35232.001929/2000/62	CI/PT/AGU/PGF nº 329/2002 (Natal)	06/01/2003
35013.000062/2001-46	CI/PT/AGU/PGF nº 34/2003 (Salvador)	21.02.2003
35000.033664/1993-85	PGF - para julgamento	10/03/2003
35000.004050/1997-83	CI/PT/AGU/PGF nº 52/2003 (Rio de Janeiro)	28.02.2003
35000.002198/1999-45	CI/PT/AGU/PGF nº 306/2002 (Belem)	10.12.2002
35183.006274/2000-04	CI/PT/AGU/PGF nº 304/2002 (Curitiba)	11.12.2002
35183.012043/1996-18	CI/PT/AGU/PGF nº 330/2002 (Curitiba)	13.01.2003
35000.009380/2000-32	Procuradoria - Geral do INSS - Arquivamento	20.02.2003
35378.000862/2001-01	PGF - para julgamento	25.02.2003
35000.008859/1995-02	PGF	31.07.2002
35000.002225/1999-16	PGF - para julgamento	-
37280.001766/2002-92	PGF - para julgamento	-
37280.001369/2002-11	CI/PT/AGU/PGF nº 68/2003 (Rio de Janeiro)	17.03.2003
35000.004694/1999-98	Procuradoria-Geral do INSS - indicação de CI	27.01.2003
35000.000159/2002-89	Procuradoria-Geral do INSS - indicação de CI	23.08.2002
35000.001370/1994-75	Procuradoria-Geral do INSS - indicação de CI	21.02.2003
00400.001448/2003-99	Procuradoria-Geral do INSS - indicação de CI	19.02.2003
35239.002031/2000-04	Procuradoria-Geral do INSS - em análise	10.03.2003
35393.004949/1998-92	Procuradoria-Geral do INSS - em análise	28.02.2003
35301.143250/1994-03	PGF	29.07.2002
35000.005052/1998-25	PGF	29.07.2002
37280.001374/2002-23	PGF	30.09.2002
37280.000921/2002-53	PGF	30.09.2002
35331.006388/1989-36	PGF	30.09.2002
37280.001757/2001-31	PGF	10.01.2003
35301.006411/2001-17	PGF	17.10.2002
35301.006412/2001-80	PGF	17.10.2002
COMANDO 4836103 - Of.135/2002	PGF	19.07.2002
35346.000491/2000-08	PGF	19.07.2002
35000.003262/2001-74	PGF	31.01.2003

Processo/Documento	Encaminhamento/Situação	Data
35000.010907/2000-17	PGF	31.01.2003
35366.000480/2001-62	PGF	08.10.2002
35239.001947/2002-73	PGF	17.10.2002
35000.009380/1999-27	PGF	11.11.2002
35000.008191/1997-57	PGF	25.11.2002
37284.000799/2001-02	PGF	03.12.2002
30000.007274/1987-61	PGF	24.07.2002
35204.009392/2002-04	PGF	19.07.2002
35097.002943/2002-56	PGF	19.07.2002
37284.004732/2002-10	PGF	13.09.2002
35460.000546/2002-06	PGF	25.09.2002
COMANDO 6272105 - Of. n° 260/02	PGF	26.07.2002
COMANDO 7499116 - Of. n° 406/02	PGF	07.11.2002
COMANDO 1073882 - RT/PCCS	PGF	08.11.2002
35000.008595/94-43 (COMANDO 5637519)	PGF	08.11.2002
37280.000404/2002-30	Coord. Geral da Dívida Ativa/PG	07.01.2003
35301.007105/1999-20	Setor de Falências e Concordatas da Dív. Ativa/RJ	14.01.2003
COMANDO 6569443 - Of. n° 297/02	Procuradoria do INSS/DF	15.08.2002
35000.009802/1998-65	Seção do Contencioso Judicial em João Pessoa	10.01.2003
35204.001100/2000-33	Coord. Geral do Contencioso Judicial/PG	30.01.2002
35000.003030/1999-01	Chefia de Gabinete/DC	20.11.2002
35000.009278/1996-98	Divisão de Corregedoria/RJ	13.11.2002
35000.000797/1994-74	Procuradoria - Geral do INSS - Arquivado	25.11.2002
37280.003146/2001-18	Divisão de Corregedoria/RJ	09.09.2002
35301.162815/1994-99	Corregedoria - Auditoria - Geral	26.02.2003
31.00.037988/1998-38	Divisão de Corregedoria/RJ	19.12.2002
35301.111235/1992-90	Divisão de Corregedoria/RJ	14.02.2003
35000.008859/1995-02	Repres. Auditoria em Santa Catarina	03.05.2002
35366.000801/2000-93	Procuradoria - Geral do INSS - Arquivado	27.11.2002
35000.003160/2001-02	Corregedoria - Auditoria - Geral	16.01.2003
35069.000257/1996-77 (COMANDO 7729767)	PGF	27.11.2002
35366.001960/2002-01	Corregedoria - Auditoria - Geral	10.03.2003
35000.002787/1999-04	Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística	28.02.2003
35000.002255/2001-73	Chefe de Gabinete/DC	26.02.2003
35000.008096/2000-01 (solicitado pelo n° 35069.008096/2000-01)	Procuradoria - Geral do INSS - em análise	10.03.2002

Quanto aos Processos Administrativos Disciplinares encaminhados à PGF/AGU, o INSS esclareceu que solicitou informações sobre o andamento dos mesmos junto à PGF, obtendo em resposta que estão em fase de apreciação por aquele Órgão Jurídico, conforme Ofício/PGF/PFE/PG-INSS/n° 048, de 17/03/03 e Ofício n° 517/INSS/DCGAB, de 29/04/03.

Esclarecemos que em relação ao processo administrativo disciplinar referente aos contratos: 1) INSS e BRADIV, que visava contratação de serviços de divisórias para a implantação do Programa de Melhoria do Atendimento - PMA); 2) INSS, CEF e Prefeitura de São Paulo - Parque do Povo, que trata do acordo de desapropriação de imóvel do INSS; o senhor

Procurador Geral Federal da AGU determinou o arquivamento do processo em relação aos procuradores, restando, tão-somente, o julgamento em relação aos demais servidores do Instituto.

AVALIAÇÃO DA SFC: Diante do exposto, verifica-se que as questões tratadas nos processos em referência encontram-se PENDENTES de atendimento”.

Dos 71 Processos Administrativos Disciplinares - PAD, obtivemos informações sobre o PAD nº 35000.003160/2001-02 - INSS, CEF e Prefeitura de São Paulo (Parque do Povo), que trata de irregularidades na celebração do Acordo de Desapropriação Indireta nº 482.340 de imóvel do INSS, no município de São Paulo, com indícios de envolvimento de Procuradores Federais. O citado processo foi encaminhado à AGU, para adoção de providências daquele Órgão Jurídico.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Em resposta ao Aviso nº 536/CGU-PR de 11.8.2003, a AGU apresentou o Parecer nº 140/PGF/SRPL/2003, de 15.7.2003, concluindo que:

“(...) No parecer nº 00115/2003, exarado pelo Corregedor-Geral do Instituto Nacional do Seguro Social, (fls. 773/798), as mencionadas possíveis irregularidades foram detalhadas, salientando-se a necessidade de instauração de procedimento disciplinar, com os seguintes objetivos:

h) apurar a responsabilidade funcional pela assinatura do acordo celebrado em 10 de dezembro de 1996, uma vez que há manifesta infringência ao teor da Lei nº 8.197, de 27 de junho de 1991;

i) averiguar quem assessorou ou então Presidente do INSS na celebração do acordo, tendo em vista que segundo provas testemunhais colhidas nos autos, o mesmo afirmou em inúmeras oportunidades que só celebrou o acordo, porque recebeu informações acerca da sua legalidade, e não consta do presente processo, nem de seus anexos, nenhum documento neste sentido, pertinente à celebração do acordo;

j) averiguar se efetivamente houve prejuízo ao patrimônio da Autarquia Previdenciária, tendo em vista que existem inúmeros documentos e testemunhos, onde há referência a valores de avaliação do imóvel, muitos superiores ao que consta do acordo;

k) apurar qual a justificativa legal para que se tenha determinado a desistência do recurso junto ao CONDEPHATI, e eventual responsabilidade funcional, ante os seguintes argumentos da Procuradoria em São Paulo;

l) apurar a denúncia de que a Equipe da Ações Cíveis e Criminais da Procuradoria em São Paulo foi afastada do acompanhamento da Ação de Desapropriação nº 482.340 e todos os procedimentos administrativos correlatos, em face do posicionamento favorável a realização das transações acima aludidas;

m) averiguar quais as justificativas para que a Comissão Especial de Licitação, tenha adotado medidas visando a manutenção do acordo celebrado em evidente inobservância ao art. 1º e 5º da Lei nº 8.197, de 1992;

n) afastar ou confirmar se foram infringidos os arts. 4º, 5º, 10, e III e IV e, caput do art. 11 da Lei nº 8.429, de 1992.

Nestes Termos, opinamos, com fulcro no art. 168 da Lei nº 8.112, de 1990, e em acolhimento às conclusões da Comissão Processante, pela instauração, com respaldo no art. 143 do Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União, de processo administrativo disciplinar para a apuração das irregularidades narradas, mediante a nomeação de nova Comissão Processante portaria conjunta do Procurador-Geral Federal e do Presidente do INSS”.

Em 25.5.2004 o INSS encaminhou a esta Secretaria a relação de processos, para instauração de PAD, do ano de 2003 encaminhados à PGF/AGU: 37280.001726/2002-41; 35000.001792/2003-75; 35000.001726/2003-03; 35000.001302/2003-31; 31000.037988/1988-38; 35000.011167/1996-60; 35097.002048/2002-69; 37280.001373/2002-

89; 00400.001448/2003-99; 37280.001757/2001-31; 35070.000308/88-48; 35000.003270/01-01; 35346.006814/93-59; e 35092.000665/02-33.

AVALIAÇÃO DA SFC:

O assunto encontra-se PENDENTE, aguardando determinações provenientes da AGU, devendo ser agilizada a instauração de nova Comissão Processante para a regularização dessa questão, conforme sugerido no Parecer nº 140/PGF/SRPL/2003. Quanto aos demais PAD há necessidade de informações sobre o andamento dos mesmos.

9.4.2.2 INFORMAÇÃO:

O Relatório de Atividades da Corregedoria-Geral do INSS relativo ao exercício de 2003 registra que foram instaurados 686 Processos Administrativos Disciplinares - PAD, mais 144 remanescentes de 2002, perfazendo um total de 830 Processos.

Constata-se ainda no Relatório a entrada de 614 processos disciplinares na Corregedoria durante o exercício de 2003.

Informou que 52 PAD encontram-se para julgamento na Consultoria Jurídica do Ministério da Previdência Social e 40 na sede da Corregedoria.

Foram aplicadas 246 penalidades, assim especificadas: 73 advertências; 105 suspensões; 62 demissões; 05 cassações de aposentadorias; e 01 destituição de cargo. Com relação ao exercício anterior, houve um incremento de 22% no total das punições.

Existe a informação no Relatório em epígrafe que está sendo implementado um Sistema de Acompanhamento de Processos Disciplinares que irá possibilitar, via *intraprev*, o acompanhamento não somente das fases, mas dos atos processuais, tais como depoimentos e interrogatórios que terão acesso restrito, visando dar maior celeridade e diminuição nas nulidades existentes.

AVALIAÇÃO DA SFC:

Tendo em vista os resultados apresentados pela Corregedoria-Geral no seu Relatório de Atividades, observamos o esforço da unidade na instauração dos Processos Administrativos Disciplinares envolvendo servidores do INSS.

9.4.2.3 INFORMAÇÃO:

O INSS encaminhou por meio do Ofício nº448/INSS/DCGAB, de 30.4.2004, documentação proveniente da Corregedoria-Geral, conforme Memorando INSS/CORREG nº 0019 de 14.4.2004, apresentando informações sobre os seguintes processos administrativos disciplinares:

<p>44000002941/98-02, apenso ao 35000.000220/2002-98</p>	<p>PAD nº 44000002941/98-02, apenso ao nº 35000.000220/2002-98 Assunto: Apurar irregularidades ocorridas na celebração do Convênio entre o MPS, INSS e o CETEAD - Centro Educacional de Tecnologia e Administração, sendo envolvidos Paulo Roberto Tannus Freitas e Crésio de Matos Rolim.</p> <p>A Consultoria Jurídica do MPS instaurou o PAD nº 44000002941/98-02 e, mediante o Parecer/CJ/PMS nº3210/2003, de 16.12.2003, concluiu: a) que seja reaberto o processo administrativo contra o ex-Diretor Administrativo comissionado, Paulo Roberto Tannus de Freitas, pois apesar de ter sido afastada a acusação de errônea execução orçamentária, cabe que se apure a qualidade do sistema implantado pelo CETEAD, para averiguação de sua responsabilidade quanto</p>
--	--

<p>Revisão Processual nº 4400003021/03-11</p> <p>Portaria CORRSAL nº 32, de 5.4.2004</p>	<p>a má avaliação de tal sistema.</p> <p>b) A aplicação da pena de cessação de aposentadoria ao indiciado Crésio de Matos Rolim, ex-Diretor Presidente do INSS, aposentado, por incorrer no disposto no inciso VIII, artigo 10, da Lei nº 8.429/92, c/c inciso 134, observando-se o disposto no artigo 136, todos da Lei nº 8.112, de 11/12/1990.</p> <p>Revisão Processual nº 4400003021/03-11</p> <p>Assunto: O processo em referência trata da Revisão Processual do PAD nº 44000002941/98-02, apenso ao nº 35000.000220/2002-98, sobre a cassação da aposentadoria de Crésio de Matos Rolim.</p> <p>De acordo com o Parecer/CJ/MPS nº 3220/2003, de 14.1.2004, "as provas contra o requerente foram exaustivamente analisadas nos autos do processo que culminaram com a cassação de sua aposentadoria, não havendo o que se revisar, mesmo porque ausentes os requisitos autorizadores para tal". "Destarte, ausentes os requisitos ensejadores da revisão disciplinar, opina-se pelo encaminhamento dos presentes autos aos Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Previdência Social com a sugestão de que o pedido de revisão seja julgado improcedente".</p> <p>A cassação da aposentadoria ocorreu mediante Portaria/MPS nº 1.769, de 22/12/2003, publicada no DOU de 24.12.03.</p> <p>Em atendimento a SANº 139816-058, de 7.4.2004, à Corregedoria por meio do Ofício/INSS/CORREG nº 0028, de 14.4.2004, informou sobre a instauração de Sindicância Administrativa conforme Portaria CORRSAL nº 32, de 5.4.2004, para apurar os fatos relacionados ao proc.35013.001034/2004-99, referente à manutenção do pagamento da aposentadoria ao Sr. Crésio de Matos Rolim, após a cassação, dez./2003.</p> <p>A Corregedoria-Geral/INSS informou também sobre a emissão do Parecer CORREG/INSS nº 0009/B/2004 de 25/03/2004, sugerindo a realização de Auditoria, a fim de que seja apurada a qualidade dos sistemas implantados pelo CETEAD, em razão da irregular celebração do convênio com o mesmo, para, só então, sendo o caso, que seja instaurado o regular procedimento apuratório de sua responsabilidade pela má avaliação da implantação do sistema SIGS.</p> <p>Ante o exposto, sugere-se o encaminhamento dos autos ao Grupo de Trabalho de Implementação de Auditoria em Tecnologia da Informação da Auditoria-Geral para que se proceda a realização de Auditoria.</p>
<p>35301047352/91</p>	<p>PAD 35301.047352/91 - NILSON FORNY VIANA - publicado no BS nº 84 de 7.5.1998 - arquivado</p> <p>Assunto: Apurar irregularidades na contratação de empresa para aquisição de equipamentos de combate de incêndio.</p> <p>Conclusão: Constatada a culpabilidade do servidor Nilson Forny Viana (...), porém os autos foram arquivados pelo Sr. Superintendente Estadual - RJ, em 7.5.1998, em razão do servidor acusado não mais pertencer aos quadros funcionais da Instituição (...).</p>
<p>35301.065486/92-86 apenso ao 35301.094147/92-34</p>	<p>PAD 35301.065486/92-86 apenso ao 35301.094147/92-34</p> <p>Assunto: - Aplicação de penalidades aos servidores</p> <p>Conclusão: informamos que, na verdade, se trata de processo apenso ao PAD 35301.094147/92-34, o qual foi instaurado pela PT/INSS/SERJ/Nº 421, de 16.8.2003 (...) e culminou com a aplicação de penalidade dos servidores Nilson Forny Vianna (demissão), Adelino Francisco Pacheco (demissão), Itamar Neves da Silva (demissão) e Jussara Pessoa Salema Garção Ribeiro (advertência).</p>
<p>35001.004484/90 e 35001.009752/92</p>	<p>PAD nºs 35001.004484/90 e 35001.009752/92</p> <p>Assunto: relativos à empresa JF Serviços de Vigilância em Alagoas</p> <p>Conclusão: informamos que foi solicitado, à Gerência Executiva do INSS em Maceió, o encaminhamento dos autos à Corregedoria-Geral, para fins de análise</p>
<p>35301.009111/99-01</p>	<p>PAD 35301.009111/99-01</p> <p>Assunto: Trata de irregularidade no pagamento de precatório, RT 303/90 2ª JCJ/Petrópolis/RJ, com suposto envolvimento de Procurador Federal</p> <p>O processo foi instaurado e obteve julgamento antes da publicação da citada Lei nº 10.480/2002. O procedimento disciplinar foi instaurado na forma de sindicância, por meio da PT/INSS/AUDITORIA REGIONAL/nº 161, de 8.5.2000, a fim de apurar possível irregularidade por parte dos Procuradores Federais Zaratrusta Sannur Sondhal, Carlos Eduardo Nunes e Meire Monteiro, em razão de perda de prazo na Reclamação Trabalhista 303, que tramitava na 2ª JCJ de Petrópolis-RJ. A sindicância foi concluída em 6.6.2000 (...), com a proposta de arquivamento do feito. Tal sugestão foi acolhida pela Procuradoria Geral/INSS em seu Despacho/DCPES/nº 243/2001 (...). Após, os autos foram encaminhados à Corregedoria Regional-RJ, que exarou o Despacho Decisório nº 00029/2002, publicado no BSL nº 180, de 19.9.2002, determinado o "arquivamento do feito".</p>
<p>35059.019899/93-06</p>	<p>Assunto: PAD referente à imóvel do INSS no Espírito Santo instaurado por meio da Portaria INSS/CORREG REGIONAL/RJ/ES nº 464 em 20.10.2003.</p>

apenso 35059001163/01-09	
35000005539/00-86 35000004900/98-05	Assunto: PADS 35000.005539/00-86 e 35000.004900/98-05 - IRREGULARIDADE NA CONTRATAÇÃO DAS EMPRESAS COMP LINE E NOVADATA Conclusão: O primeiro, que trata de irregularidades relativas à contratação da empresa COMP LINE , foi instaurado sob o nº 35000.000454/03-16, por meio da PT/INSS/CORREG/nº 101, de 6.2.2004, publicada no BS/INSS/DG/nº 27, de 9.2.2004 e atualmente encontra-se em fase de instrução. O segundo, referente à empresa NOVADATA , foi primeiramente instaurado em 19.6.2002, porém após análise dos autos, a Consultoria Jurídica/MPS, determinou a anulação parcial do feito para a realização de perícia técnica (cópia Parecer/CJ/nº 3.172/2003 - anexo IV). Por essa razão, o procedimento disciplinar foi reaberto em 16.2.2004, pela PT/INSS/CORREG/nº 00118, publicada no BS/INSS/DG/nº 32, de 16.2.2004.

10. ÁREA - GESTÃO DO SUPRIMENTO DE BENS/SERVIÇOS

10.1. SUBÁREA - PROCESSOS LICITATÓRIOS

10.1.1. ASSUNTO - FORMALIZAÇÃO LEGAL

10.1.1.1. INFORMAÇÃO:

Com o objetivo de comprovar a observância das exigências legais para composição dos processos licitatórios ocorridos na Unidade, durante o período objeto dos exames, foi selecionada uma amostra do universo de 40 processos de contratos firmados pelo INSS, e, vigentes no exercício de 2003, utilizando-se como critério a materialidade. Desses, foram eleitos os Contratos com valores iguais ou superiores a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais). Da seleção, excluíram-se contratos firmados com fornecedores exclusivos (ECT, CEB, SERPRO, BANCO DO BRASIL e IMPRENSA NACIONAL).

Dessa forma, foram examinados 17 processos, conforme tabela a seguir relacionada:

EMPRESA	OBJETO	PROCESSO	VALOR
CSU CARDSISTEM S/A	TELEMARKETING	35.00000.5351/00-92	7.724.942,85
RADIOBRAS	PUBLICIDADE LEGAL	35.00000.0499/03-91	3.000.000,00
CONFIANÇA	MUDANÇAS	35.00000.1179/00-05	4.804.940,40
VOETUR	CARGA/ENCOMENDA	35.00000.1179/00-05	1.217.007,00
ITAUTEC	QUIOSQUES	35.00000.6643/99-28	13.639.980,36
SPHAERA TURISMO	PASSAGEM AÉREA	35.00000.0817/02-32	14.318.520,00
MONEY TURISMO	PASSAGEM INTERNACIONAL	35.00000.0817/02-32	384.000,00
EXPRESSO 21	LOCAÇÃO DE VIATURAS	35.00000.1274/03-51	601.320,00
ZEPIM	SERVIÇO DE VIGILÂNCIA	35.00000.1266/03-13	1.198.098,36
MANCHESTER	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	35.00000.0331/04-66	328.756,80
CEF	INFORMAÇÕES SOCIAIS	35.00000.5735/98-28	97.440.000,00
EMBRATEL	PREVPHONE	35.00000.0876/98-72	8.400.000,00
AEUDF	CAPACITAÇÃO	35.00000.0811/02-65	200.000,00
EMP.DE GESTÃO DA INF.	COPEIRAGEM E GARÇOM	35.00000.1366/03-31	266.843,76
DATAPREV	SERVIÇO DE INFORMÁTICA	35.00000.0110/04-98	374.221.012,76
TYPE	REPROGRAFIA	35.00000.3065/01-73	750.000,00
UNISYS	LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS	35.00000.9136/00-51	8.851.569,60
NOVADATA	LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS	35.00000.9136/00-51	987.360,00
MICROSENS	LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS	35.00000.9136/00-51	2.583.168,00
PROCOMP	LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS	35.00000.9136/00-51	412.339,20
PROCOMP	LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS	35.00000.0728/02-96	30.644.876,00
PROCOMP	LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS	35.00000.0728/02-96	7.791.615,40
TN INDUSTRIAL	LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS	35.00000.0728/02-96	1.649.088,00
NOVADATA	LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS	35.00000.0728/02-96	6.140.128,80
TOTAL			587.555.567,29

Excluindo-se os processos não analisados (fornecedores exclusivos e contratos analisados na auditoria de acompanhamento) que totalizam R\$ 65.043.385,68, observa-se que de um somatório de R\$ 594.288.218,65, referentes ao valor total

contratado pelo INSS e vigente em 2003, R\$ 587.555.567,29 foram analisados por esta equipe de auditoria, ou 98,86% do total.

10.1.1.2 CONSTATAÇÃO:

Ausência de pesquisa de preços e definição clara do objeto - RADIOBRÁS

A presente análise refere-se ao Processo nº 35.000.000.499/2003-91, que trata do Contrato nº 20/2003, de 25/04/2003, publicado no DOU em 27/06/2003, firmado entre o Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS e a Empresa Brasileira de Comunicação S.A - RADIOBRAS. O referido acordo apresenta como objeto a contratação da RADIOBRAS para fins de prestação de serviços de Publicidade Legal ao INSS e foi realizado com fulcro no Inciso VIII, do artigo 24 da Lei nº 8.666/93, Decretos nº 2.004/96 e 4.799/03, Leis nº 6.650/79 e 4.680/65, e Instrução Normativa/SICOM nº 8 de 05/11/1996. Com relação aos recursos financeiros, foram alocados R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) para uma vigência inicial de 12 meses.

JUSTIFICATIVA:

Com o intuito de elucidar as situações verificadas durante a análise processual, esta SFC emitiu em 30.04.2004 a Solicitação de Auditoria nº 139816-090, na qual foi questionada a ausência de pesquisa de preços na contratação da RADIOBRAS para prestação de serviços de publicidade legal ao INSS.

Em resposta, o Gestor informou por meio do Ofício nº 511/INSS/DCAPOIO a seguinte situação:

"Conforme Memo 027 do Serviço de Administração de Contratos/CGAPOIO em 05/05/2004 temos a informar que em princípio o preço praticado no contrato nº 020/2003 é aquele praticado pelos jornais de grande e média circulação em todo o país, conforme preço de mercado, aprovados e acertados pela RADIOBRAS e a Assessoria de Comunicação Social do MPS, conforme estabelecido no Projeto Básico aprovado pelo Chefe de Assessoria de Comunicação Social.

Ressaltamos que a justificativa do preço contratado, como estabelecido no artigo 26, Parágrafo Único, Inciso III, da lei nº 8.666/93, se faz pela juntada no processo dos Pedidos de Inserção RADIOBRAS e das Notas Fiscais/Faturas emitidas pela Empresa, demonstrando o preço do serviço executado pela RADIOBRAS.

Acrescentamos que a RADIOBRAS apresentou ao INSS, por ocasião da elaboração do 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 020/2003, relação de descontos gerais de todos os veículos, demonstrando que os preços praticados no presente instrumento contratual são menores que os conseguidos no mercado se a Autarquia efetuasse contratação direta com os responsáveis pela veiculação das matérias.

Vale salientar que de acordo com o Decreto nº 4.799, de 04.08.2003, a RADIOBRAS é o único veículo autorizado a efetuar publicidade de matéria de Órgãos Públicos na mídia."

AValiação DA SFC:

Ao examinarmos as normas pertinentes ao assunto, deparamo-nos com as seguintes situações:

Decreto nº 4.799, de 04/08/2003:

"Art. 9º Toda ação publicitária realizada pelo Poder Executivo Federal será executada por intermédio de agência de propaganda, com exceção da publicidade legal veiculada nos órgãos oficiais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

(...)

§ 2º A publicidade legal não enquadrada no caput deste artigo será distribuída pela Radiobrás - Empresa Brasileira de Comunicação S.A., nos termos da lei, ou, mediante delegação desta, pela agência de propaganda contratada por órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo Federal, observadas as instruções da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica."

Instrução Normativa/SECOM nº 8, de 05/11/1996:

"Da Distribuição da Publicidade Legal

1. Toda a publicidade legal dos órgãos, entidades e sociedades que integram o Sistema de Comunicação Social do Poder Executivo Federal (SICOM) será distribuída aos veículos de divulgação pela Radiobrás - Empresa Brasileira de Comunicação S.A.

(...)

4. A Radiobrás poderá, ouvida a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República - SECOM, delegar a prestação do serviço de distribuição de publicidade legal à agência de propaganda contratada, na forma da lei, por órgão, entidade ou sociedade integrante do SICOM."

Percebe-se que em nenhum dos normativos acima descritos consta referência à pesquisa de mercado, o que acaba tornando-se conflitante com a Lei das Licitações, conforme podemos observar a seguir:

"Artigo 24: É dispensável a Licitação:

(...)

VIII - para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integre a Administração Pública e que tenha sido criado para esse fim específico em data anterior à vigência desta Lei, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado;" (grifo nosso)

A incoerência surge em função do Decreto nº 4.799/2003 e da IN/SECOM nº 8/1996 não mencionarem a necessidade de o preço acordado ser compatível com o mercado. Com isso, a contratação acaba não guardando conformidade com a Lei nº 8.666/93.

Examinando-se os princípios fundamentais da lei das Licitações, cabe-nos frisar o que preceitua seu artigo 3º:

"A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos." (grifo nosso)

A norma é auto-explicativa e apresenta-se como critério basilar das negociações efetuadas pela Administração Pública para com terceiros: a seleção da proposta mais vantajosa. Entretanto, no Contrato firmado entre o INSS e a RADIOBRAS, são considerados tão somente os critérios legais quanto à obrigatoriedade da contratação da estatal para a realização de serviços de publicidade legal. Não consta do processo análise mercadológica, por meio de pesquisa de preços, atestando ser os custos expostos os mais vantajosos. Além disso, não há no Projeto Básico um detalhamento dos custos envolvidos, de maneira a possibilitar a efetiva quantificação dos mesmos e posterior controle. É informado um custo anual estimando o que não permite que se faça uma análise mais aprofundada de sua validade. O tema é abordado na Lei das Licitações da seguinte forma:

"Art. 7º As licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços obedecerão ao disposto neste artigo e, em particular, à seguinte sequência:

(...)

§ 2º As obras e os serviços somente poderão ser licitados quando:

(...)

II - existir orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários;

(...)

§ 4º É vedada, ainda, a inclusão, no objeto da licitação, de fornecimento de materiais e serviços sem previsão de quantidades ou cujos quantitativos não correspondam às previsões reais do projeto básico ou executivo." (grifo nosso)

Percebe-se que o legislador preocupou-se em fornecer subsídios à Administração para que a mesma tivesse um amplo controle do produto a ser adquirido. Entretanto, no contrato em análise, o produto não é especificado de forma quantitativa. É notória a relevância da publicidade dos atos administrativos para o país, sendo inclusive um dos princípios constitucionais da Administração Pública, todavia deve-se primar também pela busca da eficiência nos atos públicos, sendo a economicidade um dos alicerces desse princípio.

Tendo em vista a diversidade de empresas inseridas no mercado publicitário, a exclusividade na contratação da RADIOBRAS para a prestação de serviços de publicidade legal não se justifica. Somente com a devida pesquisa de mercado, atestando ser da RADIOBRAS a melhor proposta oferecida à Administração, é que o erário estaria resguardado pelos princípios da economicidade, eficiência e isonomia.

Sobre a questão, o Tribunal de Contas da União já possui entendimento firmado, conforme observa-se na Decisão Plenário nº 426/2002 transcrita a seguir:

"O Tribunal Pleno, diante das razões expostas pelo relator, DECIDE:

8.1 conhecer desta representação por preencher os requisitos de admissibilidade previstos no artigo 213 do regimento Interno c/c o artigo 69, inciso VII, da Resolução TCU nº 136/2000, para, no mérito, julgá-la improcedente, pois a publicidade legal da Universidade Federal de Santa Maria só poderá ser feita por intermédio da Radiobrás - Empresa Brasileira de Comunicação S.A - se o preço oferecido for compatível com os vigentes no mercado, conforme dispõe o Parágrafo 2º do artigo 25 da lei nº 8.666/93.

8.2 determinar à Universidade Federal de Santa Maria que a divulgação em jornais e revistas de sua publicidade legal seja intermediada pela Radiobrás - Empresa Brasileira de Comunicação S.A - , nos termos dos artigos 6º, Parágrafo 1º, da lei nº 6.650/79 e 13, Parágrafo 2º, do Decreto nº 2.004/96, desde que seus preços estejam compatíveis com os vigentes no mercado, sob pena de responsabilidade solidária pelo dano causado ao erário, conforme dispõe o Parágrafo 2º do artigo 25 da lei nº 8.666/93, conforme já decidiu o tribunal na Decisão nº 538/99 - Plenário (Ata nº 36/99, DOU de 02/09/1999);" (grifo nosso)

Além das situações expostas, o referido contrato não se enquadra em nenhum dos regimes de execução legalmente previstos no inciso II do artigo 10, combinado com o inciso VIII do artigo 6º da lei nº 8.666/93, conforme podemos observar a seguir:

"Art. 10. As obras e serviços poderão ser executados nas seguintes formas:

(...)

II - execução indireta, nos seguintes regimes:

a) empreitada por preço global;

b) empreitada por preço unitário;

c) (VETADO)

d) tarefa;

e) empreitada integral."

Portanto, cabe-nos sugerir que quando da renovação do Contrato com a RADIOBRAS, seja realizada pesquisa de preço, em observância ao que preceitua o Artigo 24, Inciso VIII da Lei nº 8.666/93, com o intuito de adequar os custos envolvidos aos ofertados no mercado e ainda que seja reformulado o objeto, de maneira a possibilitar uma mensuração mais efetiva dos serviços envolvidos e de sua quantificação, em conformidade com o Artigo 7º, Parágrafo 4º da Lei nº 8.666/93.

RECOMENDAÇÃO:

Recomendamos que quando da renovação do Contrato com a RADIOBRAS, seja realizada pesquisa de preço, em observância ao que preceitua o Artigo 24, Inciso VIII da lei nº 8.666/93, com o intuito de adequar os custos envolvidos aos ofertados no mercado.

Recomendamos, também, que seja reformulado o objeto, de maneira a possibilitar uma mensuração mais efetiva dos serviços envolvidos e de sua quantificação, em conformidade com o Artigo 7º, Parágrafo 4º da Lei nº 8.666/93.

10.1.1.3 CONSTATAÇÃO:

Irregularidades e impropriedades apontadas no Relatório de Auditoria Extraordinária/INSS/AUDGER/CGAGIN Nº 01/2003

Atendendo à Solicitação de Auditoria nº 139816-084, de 27.4.2004, a Auditoria-Geral/INSS por meio do Ofício INSS/AUDGER nº 051, de 5.5.2004, encaminhou a esta SFC/CGU-PR o resultado consolidado da Auditoria Extraordinária CGAGIN nº 01/2003, constituída pela Portaria INSS/AUDGER nº 89/2003, de 29.9.2003, realizada com o objetivo de auditar os processos de aquisição e contratação de serviços formalizados e gerenciados no âmbito da Coordenação-Geral de Apoio à Diretoria Colegiada/INSS, referentes ao período de junho/2000 a maio/2003.

Foi levantado um universo de 147 processos, representando recursos na ordem de R\$ 333.369.121,77 (trezentos e trinta e três milhões, trezentos e sessenta e nove mil, cento e vinte e um reais e setenta e sete centavos). Destes, verificou-se que existem 48 processos de aquisição de materiais e contratação de serviços continuados, envolvendo R\$ 61.437.380,32 (sessenta e um milhões, quatrocentos e trinta e sete mil, trezentos e oitenta reais e trinta e dois centavos). Observou-se, também, que os demais processos tratam de contratação de serviços públicos, despesas de exercícios anteriores, reconhecimento de dívida, aquisição de periódicos, ressarcimentos e reembolsos, e pagamento de taxas extras de imóveis.

Como amostra, foram selecionados 17 processos (11,5%) do total, envolvendo R\$ 53.476.627,63 (cinquenta e três milhões, quatrocentos e setenta e seis mil, seiscentos e vinte e sete reais e sessenta e três centavos) ou 16% do total de recursos, conforme tabela a seguir:

Processo	Fornecedor	Objeto	Modalidade	Valor (R\$)
35000000728/2002-96	PROCOMP	Locação de equipamentos de informática	Pregão	2.347.004,10

3500001890/2002-96	Editora Alterosa	Aquisição de cartões magnéticos	Pregão	1.036.800,00
35000000817/2002-32	Sphaera Turismo	Passagens Aéreas	Pregão	7.659.078,90
35000001485/2001-98	Servicon	Serviço de Copeira e Garçon	Pregão	273.532,84
35000000157/2001-83	Zepim Segurança	Serviço de vigilância	Pregão	651.394,58
35000001304/2001-41	Money Turismo	Fornecimento de passagem aérea	Pregão	5.053.865,10
35000005351/2000-92	CSU - Card System	Serviço de atendimento telemarketing	Concorrência	2.400.352,00
35000009182/2000-79 35000009136/2000-51 35000002949/1999-04	Unisys Brasil	Serviço de atendimento ao público e locação de equipamento de informática	Concorrência	15.152.067,00
35000004163/2000-47	Temar Transportes	Serviço de transporte	Tomada de preços	327.952,99
35000011179/2000-05	Confiança Mudanças	Transporte aéreo e rodoviário	Pregão	5.153.919,61
35000006643/1999-28	Itautec	Quiosque PREVFÁCIL	Concorrência	5.725.490,20
35000000078/1997-51	Selecta Segurança	Vigilância desarmada	Concorrência	2.112.216,63
35000004244/1996-99	Dimetal	Construção de escada de emergência	Tomada de preços	359.773,66
35000003065/2001-73	Type Máquinas e Serv.	Serviço de repografia	Pregão	537.405,81
35000002787/1999-04	Banking Solutions	Q-Matic Sistema Gerencial de Informações	Inexigibilidade	4.685.774,21
TOTAL				53.476.627,63

Da amostra inicialmente selecionada foram analisados 13 processos, totalizando R\$ 27.062.008,44 (vinte e sete milhões, sessenta e dois mil e oito reais e quarenta e quatro centavos), o equivalente a 8% do total de recursos contratados pelo INSS no período em exame (06/2000 a 05/2003).

De acordo com o Relatório Final de Auditoria Extraordinária/CGAGIN nº 01, de 18/12/2003, foram encontradas irregularidades nas áreas: patrimonial, logística e despesas de exercícios anteriores. Dentre as falhas formais e materiais detectadas, algumas foram classificadas como de "natureza grave", resultando, inclusive, no indicativo de instauração de procedimento disciplinar, com vistas à apuração de responsabilidade, conforme disposto nos artigos 82 e 83 da Lei nº 8.666/93.

Dentre as principais constatações feitas pela Equipe de Auditoria Extraordinária/ CGAGIN destacam-se:

INFRAÇÕES COMETIDAS NA ÁREA PATRIMONIAL - OBRAS E REFORMAS

IRREGULARIDADE	DISPOSITIVO LEGAL INFRINGIDO
Planejamento deficiente	Art. 37, CF modificado pela EC 19/98 e art. 3º da Lei nº 8.666/93
Irregularidades na documentação essencial do edital	Art. 47 da Lei nº 8.666/93
Inexistência de projeto básico aprovado pela autoridade competente	Art. 7º, I e § 2º da Lei nº 8.666/93
Subcontratação de serviços sem expressa autorização	Inciso VI, do art. 78, da Lei nº 8.666/93
Ausência de manifestação da autoridade competente quanto a fatos retardadores do início das obras	Art. 8º, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93
Ausência de designação de fiscal da obra	Art. 67 da Lei nº 8.666/93
Alteração do prazo contratual e permuta de serviços, sem termo aditivo	Art. 60 da Lei nº 8.666/93
Termo aditivo ao contrato extinto	Art. 60 da Lei nº 8.666/93
Pagamento em desacordo com o	Art. 58 e 60 da Lei nº 4.320/64

cronograma físico-financeiro	
Ineficácia no acompanhamento e fiscalização do contrato	Art. 67, § 1º, da Lei nº 8.666/93
Recebimento definitivo fora do prazo contratual	Art. 77 da Lei nº 8.666/93

INFRAÇÕES COMETIDAS NA ÁREA DE LOGÍSTICA

IRREGULARIDADE	DISPOSITIVO LEGAL INFRINGIDO
Planejamento e gerenciamento deficiente	Art. 37 da CF modificado pela EC 19/98 e art. 3º da Lei nº 8.666/93
Inexistência de plano de trabalho e projeto básico	Art. 7º, I e § 2º da Lei nº 8.666/93
Plano de trabalho sem a devida instrução e/ou com informação insuficiente	Incisos II e III, do Decreto nº 2.271, de 7.7.1997
Projeto básico sem aprovação	Art. 7º, I, da Lei nº 8.666/93
Inadequação do tipo de licitação adotado, que deveria ser do tipo Técnica e Preço	Art. 45, § 4º da Lei nº 8.666/93, c/c Lei nº 8.248, de 23.10.1991 e alterações posteriores, na forma do Decreto nº 1.070, de 2.3.1994
Valor estimado da despesa apontado sem objetividade	Princípio da eficiência – art. 37 da CF modificado pela EC 19/98 e art. 3º da Lei nº 8.666/93
Irregularidades na informação sobre a disponibilidade orçamentária	Art. 37 da CF modificado pela EC 19/98 e art. 3º da Lei nº 8.666/93
Inexistência de orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição dos custos unitários no termo de referência	Art. 8º, inciso II, do Decreto nº 3.555/2000
Inexistência de informação sobre disponibilidade orçamentária	Art. 7º, § 2º, da Lei nº 8.666/93
Modificação no edital sem aprovação da Procuradoria	Art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93
Designação de pessoa que não é servidor para compor equipe de apoio ao pregoeiro	Art. 51, da Lei nº 8.666/93, ou art. 8, inciso III, alínea “d”, do Decreto nº 3.555/2000
Violação aos princípios da isonomia, da impessoalidade e da igualdade na licitação	Art. 37 da CF modificado pela EC 19/98, art. 3º da Lei nº 8.666/93 e art. 2º da Lei nº 9.784/99
Restrição ao caráter competitivo da licitação	Art. 3º, da Lei nº 8.666/93
Afronta aos princípios da razoabilidade, moralidade, interesse público e eficiência	Art. 37 da CF modificado pela EC 19/98, art. 3º da Lei nº 8.666/93 e art. 2º da Lei nº 9.784/99
Posicionamento ambíguo face às imprecisões nas especificações do edital	Princípio da eficácia – Art. 37 da CF modificado pela EC 19/98, art. 3º da Lei nº 8.666/93 e art. 2º da Lei nº 9.784/99
Ausência de parecer técnico em atos essenciais	Princípio da objetividade – art. 3º da Lei nº 8.666/93 e art. 2º da Lei nº 9.784/99
Afronta ao princípio da publicidade	Art. 37 da CF modificado pela EC 19/98, art. 3º da Lei nº 8.666/93 ou art. 20, do Decreto nº 3.555/2000
Autorização de despesa em valor inferior ao valor contratado	Art. 58 e 60, da Lei nº 4.320/1964
Licitação sem adjudicação do objeto à licitante vencedora	Art. 38, inciso VII, da Lei nº 8.666/93 ou inciso V, art. 9º do Decreto nº 3.555/2000
Chamamento para assinatura do contrato, antes da homologação da	Art. 56, da Lei nº 8.666/93

licitação	
Assinatura do contrato sem prévio recolhimento de caução	Art. 56, da Lei nº 8.666/93
Exigência de recolhimento de caução não previsto no edital	Art. 54, inciso XI, da Lei nº 8.666/93
Ato administrativo praticado no domingo	Art. 23, da Lei nº 9.784/1999
Extrato do contrato não foi publicado no DOU	Art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93
Termo de rescisão contratual intempestivo	Art. 77 e 78, da Lei nº 8.666/93
Alteração essencial ao contrato inicial mediante termo aditivo	Art. 54, § 1º, da Lei nº 8.666/93
Retroatividade da vigência do contrato.	Art. 124, do Código Civil de 2002, correspondente ao Art. 116, do Código Civil de 1916
Retroatividade de Reajuste do Contrato	Art. 124, do Código Civil de 2002, correspondente ao Art. 116, do Código Civil de 1916
Omissão do órgão que não notifica decisão ao peticinário	Art. 49, da Lei nº 9.784/99
Negligência no impulso oficial do processo administrativo.	Art. 49, da Lei nº 9.784/99
Violação ao princípio da segregação funcional	Art. 37 da CF e artigo 3º da Lei nº 8.666/93 ou Artigo 20, do Decreto nº 3.555/00
Serviços realizados e pagos sem cobertura contratual	Art. 60, parágrafo único da Lei nº 8.666/93
Pagamentos realizados sem declaração de aceite dos serviços	Inciso III § 2º, artigo 63, da Lei nº 4.320/64
Realização antecipada de pagamento	Artigo 63, da Lei 4.320/64
Valores faturados e pagos a maior	Artigo 62 a 65, da Lei nº 4.320/64
Dispensa indevida de aplicação de multa por inexecução parcial do contrato	Art. 86, Lei nº 8.666/93
Violação ao princípio do contraditório e ampla defesa	Alíneas "c" e "e", inciso I, do artigo 109, da Lei nº 8.666/93
Descumprimento de prazo legal para notificar decisão ao licitante	§ 4º do artigo 109, da Lei nº 8.666/93
Inexecução parcial do contrato	Artigo 66 da Lei nº 8.666/93
Ineficiência na Fiscalização da execução do contrato	Artigo 66, da Lei nº 8.666/93
Aplicação de penalidade por não cumprimento de obrigação não prevista no edital e contrato	Artigo 54, inciso XI, Lei nº 8.666/93
Irregularidades na formalização dos autos	Artigo 22 e 23 da Lei nº 9.784/99

INFRAÇÕES COMETIDAS NA LIQUIDAÇÃO DE DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

IRREGULARIDADE	DISPOSITIVO LEGAL INFRINGIDO
Pagamento não aprovado pelo ordenador da despesa	Artigo 64 da Lei nº 4.320/64
Inexistência de parecer conclusivo da contabilidade	Artigo 16 da Orientação Interna DIROFL nº 08/02
Inexistência de parecer conclusivo da procuradoria	Artigo 19 da Orientação Interna DIROFL nº 08/02
Pagamento realizado sem consulta ao SICAF	Subitem 8.8 da Instrução Normativa MARE nº 05/95

Atraso injustificado no pagamento aos serviços prestados	Artigo 66 da Lei nº 8.666/93
Responsável pelas informações não identificado	Artigo 3º da Orientação Interna DIROFL nº 08/02

RECOMENDAÇÃO:

Diante das ocorrências apontadas no Relatório de Auditoria Extraordinária/INSS/AUDGER/CGAGIN nº 01/2003, recomendamos a adoção de medidas visando a regularização das questões, e o monitoramento da implementação de ações corretivas e disciplinares, por parte da Auditoria-Geral do INSS, encaminhando os resultados a esta SFC, para conhecimento e acompanhamento.

10.1.2 ASSUNTO - OPORTUNIDADE DA LICITAÇÃO**10.1.2.1 CONSTATAÇÃO:****Contratação inadequada de fornecimento de veículos com motorista para atender a Diretoria Colegiada do INSS.**

A presente análise refere-se ao Processo nº 35000.001274/2003-51, que trata do Contrato nº 30/2003, de 22.10.2003, publicado no DOU em 8.12.2003, firmado entre o Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS e a Empresa EXPRESSO 21 COM.LTDA. O referido instrumento apresenta como objeto a contratação de serviços de transporte envolvendo o fornecimento de veículos com motorista para atender a Diretoria Colegiada do INSS em Brasília-DF e unidades a ela vinculadas. Para uma vigência de 12 meses foi estimado um preço global de R\$ 601.320,00. O certame foi realizado sob a modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sendo o objeto especificado da seguinte forma:

Postos de Serviços:

Posto de Serviço Parâmetro A1 - Serviço de transporte envolvendo motorista, veículo tipo executivo, no máximo com 2 anos de uso, cor preta, com quatro portas, capacidade para quatro passageiros, além do motorista, com potência de, no mínimo, 110 CV, com ar condicionado, para transporte de autoridades, equipados com todos os itens de segurança exigidos pelo CONTRAN.

Posto de Serviço Parâmetro A2 - Serviço de transporte envolvendo motorista, veículo tipo executivo, 0 Km (zero quilômetro), cor preta, com quatro portas, capacidade para quatro passageiros, além do motorista, com potência de, no mínimo, 110 CV, com ar condicionado, para transporte de autoridades, equipados com todos os itens de segurança exigidos pelo CONTRAN.

Posto de Serviço Parâmetro B - Serviço de transporte envolvendo motorista, veículo tipo popular, 0 Km (zero quilômetro), cor preta, com quatro portas, capacidade para quatro passageiros, além do motorista, com potência de, no mínimo, 55 CV, com ar condicionado, para transporte de servidores a serviço do INSS, equipados com todos os itens de segurança exigidos pelo CONTRAN.

Posto de Serviço Parâmetro C - Serviço de transporte envolvendo motorista, veículo tipo Van Furgão, no máximo com 3 anos de uso, movida a Diesel, para transporte de pequenas cargas, equipados com todos os itens de segurança exigidos pelo CONTRAN.

Estimativa de Preços e da Demanda de Serviços:

Veículo	Quantidade	Km rodados mensal	Preço unitário Km rodado	Preço mensal (R\$)
---------	------------	-------------------	--------------------------	--------------------

		(estimativa)	(estimado)	
A1	9	1500	2,50	33.750,00
A2	1	800	3,30	2.640,00
B	2	2000	1,90	7.600,00
C	1	1600	3,50	5.600,00
Preço Global Mensal				49.590,00

Apesar da Planilha especificar um custo estimado de R\$ 49.590,00, a melhor proposta oferecida à Administração foi de R\$ 50.110,00 mensais.

Com objetivo de esclarecer os fins que levaram o INSS à celebração desse contrato, esta SFC emitiu em 20.4.2004 a Solicitação de Auditoria nº 139816-63, onde questionou-se:

1. Justificar a utilização de 9 veículos tipo A1 com exclusividade por cargos inferiores a DAS-6:
2. Informar se nos casos de transporte de servidores ao aeroporto a ajuda de custo correspondente está sendo devolvida.
3. Justificar as situações encontradas nas Planilhas de Controle de Serviços Prestados, nas quais os endereços iniciais (primeira viagem feita pela manhã) correspondem aos endereços finais (última viagem feita a noite) em zonas residenciais.

JUSTIFICATIVA:

Em resposta, o Gestor apresentou em 30.4.2004 a seguinte justificativa:

"Com relação à utilização de veículos tipo "A1", com características de uso semelhantes ao de representação aos cargos inferiores a DAS-6, esta medida foi adotada de acordo com determinação do Sr. Diretor de Orçamento, Finanças e Logística, através do Memorando-Circular nº 30/INSS/DIROFL de 28/04/2003, em anexo.

No tocante ao item 2, o ressarcimento ainda não foi realizado. A partir do momento que tomamos conhecimento da SA nº 139816-063, demos início ao procedimento visando levantarmos os veículos que realizaram aquele percurso com os respectivos usuários.

Quanto ao item 3, o destino das viagens realizadas era de total responsabilidade do usuário do veículo, em consonância com o teor do Memorando-Circular supracitado."

AValiação DA SFC:

Ao examinarmos as normas pertinentes ao assunto, deparamo-nos com as seguintes situações:

Decreto nº 99.188/90:

"Art.4º São veículos de serviço:

(...)

III - os destinados ao transporte pessoal, quando em serviço, dos titulares dos seguintes cargos:

de natureza Especial;

de Direção e Assessoramento Superiores, Nível 6;

de Chefe de Gabinete de Ministro de Estado e dos titulares dos órgãos essenciais da Presidência da República." (grifo nosso)

Instrução Normativa/MARE nº 9, de 26/08/1994

"8. Da utilização e característica dos veículos**8.4 Do uso dos órgãos/entidades****8.4.7 Grupo IV/G - Serviços de transporte pessoal**

Características - Automóvel, modelo básico, podendo eventualmente ser equipado com opcionais de modelo a contemplar aspectos relacionados a segurança, motor de potência compatível com o serviço a realizar. Usuário/Utilização - Destinado ao transporte de pessoal, quando em serviço, dos Titulares de cargo de Natureza Especial; De Direção e Acessoramento Superiores Nível - 6; de Chefe de Gabinete de Ministro de Estado e dos Chefes de Gabinete dos Titulares dos órgãos essenciais da Presidência da República." (Grifo nosso)

Ao interpretarmos as normas acima descritas, percebemos que a destinação de veículos para transporte de autoridades não contempla servidores com cargos inferiores a DAS Nível 6. Entretanto, apesar de no INSS em Brasília apenas o Diretor-Presidente possuir cargo deste nível, no Contrato nº 30/2003 são locados 10 veículos para transporte de autoridades.

Ao analisarmos as fichas de Controle de quilometragem, deparamo-nos com situações como as a seguir apresentada:

DATA	PLACA	VEÍCULO	PERCURSO	KM RODADOS	CUSTO (R\$)
20/01/2004	KEK 7884	SANTANA	BSB-GOIÂNIA-BSB	525	1.354,50
18/11/2003	KEM 8653	SANTANA	BSB-GOIÂNIA-BSB	490	1.264,20
12/12/2003	KEK 7884	SANTANA	PIRENOPOLIS-BSB	525	1.354,50
08/12/2003	JGI 6998	SANTANA	LUGARES DIVERSOS - FORMOSA/GO	201	518,58
09/12/2003	JGI 6998	SANTANA	FORMOSA/GO-BSB	231	595,98
02/01/2004	KEK 7924	SANTANA	VIAGEM INSS	330	851,40
TOTAL				2.302	5.939,16

• AMOSTRA REFERENTE AOS MESES DE NOV/03 A JAN/04

Ao compararmos os custos auferidos com estas viagens com os que seriam despendidos se fossem utilizados os veículos do tipo Popular B, encontramos uma diferença de R\$ 1.795,56. Além disso, em vistoria in loco realizada na garagem do INSS em Brasília, esta equipe de auditoria constatou a existência do veículo tipo "kadett ipanema", placa JYH 4172, com 4 portas e ar condicionado (padrão similar aos veículos alugados pelo contrato) de propriedade do INSS, em perfeitas condições para utilização em viagens.

Outra situação constatada nos controles de rodagem dos veículos alugados é a ausência do nome do servidor que está utilizando o mesmo e da justificativa para sua utilização.

Conforme as tabelas dos demonstrativos de faturamento, constantes no processo, a utilização dos serviços nos meses de outubro de 2003 a fevereiro de 2004 apresenta a seguinte situação:

Veículo: Executivo A1

Quantidade: 9

Mês	Qtd/Km/Mês	Valor Km (R\$)	Valor Total (R\$)
Out/2003 (10 dias)	6.164	2,58	15.903,12
Nov/2003	14.240	2,58	36.739,20
Dez/2003	14.240	2,58	36.739,20
Jan/2004	14.202	2,58	36.641,16
Fev/2004	14.294	2,58	36.878,52

De acordo com o projeto técnico e com a proposta da empresa vencedora, havia sido estimado 13.500 km mensais para os veículos Executivo A1, o que, salvo o mês de outubro, não se realizou.

Veículo: Executivo A2

Quantidade: 1

Mês	Qtd/Km/Mês	Valor Km (R\$)	Valor Total (R\$)
Out/2003 (10 dias)	273	3,50	955,50
Nov/2003	636	3,50	2.226,00
Dez/2003	636	3,50	2.226,00
Jan/2004	526	3,50	1.841,00
Fev/2004	667	3,50	2.334,50

Veículo: Popular B

Quantidade: 2

Mês	Qtd/Km/Mês	Valor Km (R\$)	Valor Total (R\$)
Out/2003 (10 dias)	987	1,80	1.776,60
Nov/2003	3518	1,80	6.332,40
Dez/2003	3518	1,80	6.332,40
Jan/2004	4328	1,80	7.790,40
Fev/2004	2895	1,80	5.211,00

Veículo: Furgão C

Quantidade: 1

Mês	Qtd/Km/Mês	Valor Km (R\$)	Valor Total (R\$)
Out/2003 (10 dias)	481	3,30	1.587,30
Nov/2003	1487	3,30	4.907,10
Dez/2003	1487	3,30	4.907,10
Jan/2004	844	3,30	2.785,20
Fev/2004	2147	3,30	7.085,10

Como podemos perceber, os meses de Novembro e Dezembro de 2003 apresentam valores exatamente iguais (NF nº 165 de 28/11/2003 e NF nº 172 de 9/12/2003), isto ocorreu em função da necessidade de fechamento do exercício financeiro, sendo a diferença cobrada em separado.

Em visita à garagem do INSS no Setor de Autarquias Sul em Brasília, esta equipe de auditoria constatou que além dos carros locados, objeto deste contrato, existem 7 carros oficiais disponíveis para utilização. Mesmo com esse efetivo, fomos informado que o mesmo não é suficiente para atender à demanda do Instituto. Portanto, a locação de veículos do tipo "popular" ao custo de R\$ 1,80 o km rodado é justificável, tendo em vista tratar-se de uma necessidade efetiva do INSS para o desempenho de sua missão institucional. Porém, a locação de 9 carros modelo Santana, padrão executivo, a um custo de R\$ 2,58 por km rodado para "transporte de autoridades" não apresenta nenhuma justificativa. Conforme estipulado no Decreto nº 99.188/90 e na IN MARE nº 9, de 26/08/1994 a utilização de veículos exclusivos não abrange titulares de cargos nível DAS-5, portanto não há embasamento legal para este procedimento e, sob o ponto de vista da economicidade, a disponibilização de veículos exclusivamente para o transporte de membros da Diretoria Colegiada onera os cofres públicos injustificadamente.

RECOMENDAÇÃO:

Que seja feita uma reavaliação da utilização dos veículos padrão A1 objeto deste contrato, no sentido de adequá-la ao Artigo 4º, III do Decreto nº 99.188/90 e Artigo 8º da Instrução Normativa/MARE nº 9, de 26/08/1994.

Que sejam aprimorados os mecanismos de controle de utilização dos veículos padrão A1, B e C, de modo a constar na planilha de utilização do veículo a justificativa/necessidade para utilização do mesmo, o nome do servidor a ser transportado e o percurso a ser desenvolvido.

Que esse Instituto Nacional do Seguro Social atente, também, para a economicidade dos serviços prestados, evitando a utilização dos veículos do tipo A1 para viagens, transportes de servidores ao aeroporto (em desacordo com o Artigo 9º do Decreto nº 343/1991) e a locais fora dos pertinentes à execução de suas atribuições funcionais.

10.1.3 ASSUNTO - ANÁLISE DA EFICÁCIA E EFICIÊNCIA

10.1.3.1 INFORMAÇÃO:

PROCESSO: 35.000.011179/2000-05

PREGÃO Nº 002/2001

OBJETO: Contratação de empresa(s) especializada(s) na prestação de serviços de transporte de cargas e encomendas por via aérea e rodoviária, de bens do INSS, bem como mudanças de servidores em todo o território nacional: de Brasília - DF para todos os Estados da Federação e vice-versa; dos Estados para os Estados e dos Municípios para os Municípios, conforme Anexo I do Edital.

CONTRATO Nº 062/2002

EMPRESA: Confiança Mudanças e Transportes Ltda. - Ref. Item 01 do Edital - Contratação de serviços de cargas por via rodoviária - Preços Unitários: por m³ e por m³/Km.

CONTRATO Nº 063/2002

EMPRESA: VOETUR Cargas e Encomendas Ltda. - Ref. Item 02 e 03 do Edital - Contratação de serviços de cargas por via aérea - Preços Unitários: por Kg e por Kg/Km.

Por meio da SA nº 139816-054, de 06.4.2004, com relação ao Processo nº 35.000.0011179/2000-05, solicitou-se justificar as seguintes situações em relação ao contrato firmado entre o INSS e a empresa CONFIANÇA:

*Quais os critérios adotados pelo responsável pela vistoria "in loco" para medição dos volumes a serem transportados?
Como é feito o controle/conferência dos itens transportados, tendo em vista que não consta do processo as informações a seguir:
Justificativa da necessidade do transporte;
Relação dos bens transportados;
Demonstrativo do cálculo dos volumes transportados;
Nome dos responsáveis pela medição/vistoria na saída e conferência/atesto na entrega.*

JUSTIFICATIVA DO GESTOR

A Coordenação-Geral de Apoio à Diretoria Colegiada do INSS, por meio de documento assinado pelo Chefe de Serviços de Atividades Gerais, datado de 07/04/2004, apresentou as seguintes justificativas:

"Em atenção à solicitação de Auditoria nº 139816-064, adotamos uma rotina administrativa que subsidia e responde à análise efetuada pela Secretaria Federal de Controle Interno, no tocante ao processo 35000.00111787/2000-05, contrato formalizado entre o INSS e a empresa Confiança. Juntamos aos autos toda a documentação arquivada em pastas nesse serviço e que comprovam os critérios adotados pelo responsável pela vistoria "in loco" para medição dos volumes que foram transportados, a metodologia de como é feito o controle/conferência dos itens transportados e que

retratam as informações solicitadas pela Secretaria Federal de Controle Interno, a saber:

Justificativa da necessidade do transporte;

Relação dos bens transportados;

Demonstrativo do cálculo dos volumes transportados;

Nome dos responsáveis pela medição/vistoria na saída e conferência/atesto na entrega.

A título de esclarecimentos, apresentamos as seguintes considerações:

O responsável pela vistoria "in loco" efetua a reunião dos volumes que são transportados e faz a medição cúbica, acompanhado de um servidor designado pela direção do INSS, conforme comprova os documentos juntados ao processo;

O controle/conferência dos itens transportados é feito pelo servidor do INSS responsável pela mudança, cujo quantitativo é reduzido ao inventário de bens, para ser analisado e ratificado pelo fiscal do contrato, quando da apresentação da fatura de prestação de serviços;

A justificativa da necessidade de transporte é feita pelo interessado (servidor removido de uma jurisdição para outra) ou pelo servidor responsável por determinar o transporte dos volumes, desde que haja amparo legal.

A relação de bens transportados se constitui no inventário que é assinado pelo interessado pelo transporte;

O demonstrativo do cálculo dos volumes é apresentado em forma de fatura, multiplicando-se o número de metros cúbicos que serão transportados pelo valor constante do contrato, em relação ao local de origem e destino;

O responsável pela medição/vistoria na saída e conferência/atesto na entrega é o servidor responsável pelo transporte, em caso de mudança ou servidor do INSS designado, quando se tratar de bens da União."

AVALIAÇÃO DA SFC:

Com base na análise das justificativas apresentadas pelo gestor e documentação constante do processo, esta equipe de auditoria sugere que sejam adotadas providências no sentido de aprimorar os controles de medição dos volumes dos bens mobiliários a serem transportados (evitando-se depender, exclusivamente, das estimativas realizadas pela empresa contratada).

10.1.3.2 INFORMAÇÃO:

O Instituto Nacional do Seguro Social - INSS objetivando a locação de equipamentos de informática para suprir a demanda, em âmbito nacional, realizou o Pregão nº 06/2002, para vigência de 48 meses no valor estimado de R\$ 48.409.440,00.

O Órgão Jurídico do Instituto, quando da análise e Parecer das minutas dos instrumentos da licitação (edital e contrato), dentre outros aspectos formais observados, destacou que fossem apresentadas as justificativas e razões para locação ao invés de aquisição.

O Serviço de Suprimentos e Material, em 17.07.2002, juntou aos autos do processo cópia de parte da Ata da 2ª Reunião Ordinária, na qual destaca a apreciação da proposta formulada pelo Diretor de Orçamento, Finanças e Logística do INSS, com o seguinte teor:

"...apresentou proposta de contrato de locação de equipamentos de informática, com manutenção corretiva e fornecimento de todas as peças de reposição e suporte técnico necessário, em substituição ao Contrato nº 33/99, cujo prazo de vigência tem vencimento previsto para a presente data (16.05.02). Esclareceu que a idéia inicial era que esse Contrato pudesse ser renovado por um período de dezoito meses, mas que, submetido

à apreciação da Procuradoria-Geral do INSS, o aditamento não foi recomendado.

Informou que a DOFL tentou negociar com o atual fornecedor (UNISYS) a compra do acervo existente, não obtendo êxito no acordo devido aos altos preços cobrados, restando ao Instituto a opção de realizar a licitação para locação dos equipamentos a serem retirados. Apresentou comparativo das duas alternativas (nova licitação ou compra de equipamentos), mostrando as vantagens e desvantagens de cada uma, considerando também as avaliações feitas pela área técnica, concluindo por ser a opção da licitação a mais vantajosa para o INSS. (...)”

Segundo autos do processo participaram do Pregão, 12 (doze) empresas do ramo de informática, sendo homologado, por itens, conforme a seguir demonstrado:

Empresa	Item	Valor
Novadata Sistemas e Computadores S/A	01	5.034.937,44
	02	1.105.191,36
Procomp Ind. Eletrônica Ltda.	03	24.515.904,00
	04	3.923.673,60
	05	199.862,40
	06	3.668.078,40
TN Industrial S/A	07	1.649.088,00
TOTAL		40.096.735,2

Os itens referentes aos equipamentos de informática locados, adjudicados às empresas especificadas anteriormente, estão compostos da seguinte forma:

Empresa	CTº nº	Item	Especificação	Qtd.	Preço Unitário (R\$)	Valor Mensal (R\$)	Valor Anual (R\$)
Novadata	59/02	01	Est. Trab. Multimida	871	120,43	104.894,53	5.034.937,44
		02	Est. Trab. Mult Webcam	182	126,51	23.024,82	1.105.191,36
Procomp	56/02	03	Estação de Trabalho	4.292	119,00	510.748,00	24.515.904,00
	57/02	04	Servidor Multimídia	110	743,12	81.743,20	3.923.673,60
		05	Servidor WEB	4	1.040,95	4.163,80	199.862,40
		06	Serv. Banco de Dados	70	1.091,69	76.418,30	3.668.078,40
TN	58/08	07	Imp. Lase Mon. 10 Ppm	818	42,00	34.356,00	1.649.088,00
TOTAL				6.347	-	835.348,65	40.096.735,2

Os contratos nºs 56, 57, 58 e 59 foram assinados em 09.10.2002, posteriormente, em 24.10.2002, surgiu a necessidade de aumento do quantitativo de equipamentos locados no item 03, com a empresa Procomp, em 25% do quantitativo inicial, isto é, mais 1.073 equipamentos, passando de 4.292 para 5.365 equipamentos, elevando o valor mensal do contrato em R\$ 127.687,00, isto é de R\$ 510.748,00 para R\$ 638.435,00.

10.1.3.3 INFORMAÇÃO:

PROCESSO: 35.000.000817/2002-32
PREGÃO Nº 04/2002

CONTRATO Nº 053/2002

EMPRESA: SPHAERA Turismo e Representações Ltda.

OBJETO: Prestação de serviço de fornecimento de passagens aéreas nacionais por empresa(s) especializada(s) do ramo, de acordo com a especificação do Anexo I do Edital.

O Contrato nº 053, datado de 30/08/2002, teve seu extrato publicado no D.O.U. de 3.9.2002.

Recursos Envolvidos: valor estimado mensal de R\$ 1.193.210,00 e anual de R\$ 14.318.520,00.

Percentual de Desconto (concedido em passagens aéreas nacionais): 24,97%. De conformidade com o subitem 4.5 do Edital de Pregão nº 04/2002:

"4.5 A proposta de preços deverá conter ainda:

4.5.2 Especificação clara e completa dos serviços ofertados e o percentual de descontos oferecido sobre o volume de vendas, excluídas as taxas de embarque;

4.5.3 compromisso de instalar terminal, com, no mínimo 04 (quatro) operadores na sede do INSS em Brasília, para funcionamento durante o horário compreendido entre 08:00 e 20:00;

4.5.4 instalar uma linha telefônica de propriedade da licitante, bem como disponibilizar um promotor de venda 24 (vinte e quatro) horas do Sistema BIP;"

Com referência à exigência de que trata o subitem 4.5.3 do Edital do Pregão acima mencionado, verificou-se o seu atendimento de acordo com o que consta da Proposta da empresa SPHAERA, fl. 253 do processo, e que a empresa se utiliza de uma sala no 3º andar do Edifício do INSS situado no SAS- Quadra 2 - Bloco "O"- Brasília - DF.

O Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 53/2002, que foi datado de 29.8.2003 e teve seu extrato publicado no D.O.U. de 30.8.2003, alterou o percentual de desconto para 27% (vinte e sete por cento) e prorrogou a vigência deste para o período de 30.8.2003 a 29.8.2004, ressaltando, no entanto, que poderá ser rescindido a qualquer tempo.

Verificou-se constar, às fls. 410 a 421 do Processo, um Recurso Administrativo, datado de 5.4.2002, interposto pela empresa MONEY Turismo Ltda., pertinente à fase de classificação das propostas do certame licitatório, alegando que o desconto de 24,97%, concedido pela empresa Sphaera, apresentava características de inexequibilidade, uma vez que a remuneração máxima e/ou a "margem de manobra" autorizada pela agência consolidadora (no caso Interline Turismo) à consolidada (Sphaera), que revendia os seus bilhetes, era de apenas 10% (dez por cento). O referido recurso, no entanto, não foi acatado.

AValiação DA SFC:

Constatou-se que está sendo utilizada, a partir de 29.8.2001, uma "PLANILHA DE DESCONTOS - COMPANHIAS AÉREAS NACIONAIS, REGIONAIS E TÁXI AÉREO", com variações de desconto (repasse ao órgão/entidade) de 0% a 27%, de acordo com o desconto de tarifa concedido pela companhia aérea (variável de 0% a 62%).

A metodologia de desconto que está sendo utilizada atualmente, no entanto, não foi claramente explicitada ou prevista no Edital do Pregão nº 04/2002, o qual somente faz referência ao "percentual de descontos oferecido sobre o volume de vendas", dando margem à interpretação de que seria um percentual incidente linearmente sobre todo o valor faturado, excetuando-se, apenas, a taxa de embarque.

Razão pela qual seria recomendável que fosse realizado novo procedimento licitatório, elaborando-se, previamente no edital, uma melhor definição da forma de desconto a ser adotada, evitando-se, assim, a possibilidade de inobservância dos princípios da isonomia e da vinculação ao instrumento convocatório da licitação e de eventual inexequibilidade da proposta vencedora do certame.

CONTRATO Nº 054/2002

EMPRESA: MONEY Turismo Ltda. - CNPJ: 37.979.739/0001-05.

OBJETO: Prestação de serviço de fornecimento de passagens aéreas internacionais, por empresa(s) especializada(s) do ramo, de acordo com a especificação do Anexo I do Edital.

O Contrato nº 054, datado de 30/08/2002, teve seu extrato publicado no D.O.U. de 3.9.2002 e retificação do mesmo em 4.9.200.

Recursos Envolvidos: valor estimado mensal de R\$ 32.000,00 e anual de R\$ 384.000,00.

Percentual de Desconto (concedido em passagens aéreas internacionais): 31,00%.

O Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 54/2002, que foi datado de 29.8.2003, manteve o percentual de desconto em 31% (trinta e um por cento) e prorrogou a vigência deste para o período de 30.8.2003 a 29.8.2004, ressalvando, no entanto, que poderá ser rescindido a qualquer tempo.

10.2 SUBÁREA - CONVÊNIOS DE OBRAS E SERVIÇOS

10.2.1 ASSUNTO - FORMALIZAÇÃO LEGAL

10.2.1.1 CONSTATAÇÃO:

Irregularidades na formalização do Convênio de Cooperação Sócio-Educativa nº 01/96.

Convênio de Cooperação Sócio-Educativa nº 01/96, assinado em 12.11.96, entre o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e a Inspetoria São João Bosco - Centro Salesiano do Menor - CESAM, publicado no DOU de 25.11.96, Processos n.º 35000.004136/96-16, com vigência por tempo indeterminado, para o desenvolvimento do Projeto Mensageiro-Mirim.

Segundo o Projeto, o Convênio visa a prestação de serviços de Mensageiros-Mirins nas cidades de Brasília/DF, Goiânia/GO, Belo Horizonte/MG, Rio de Janeiro/RJ e Vitória/ES, com as seguintes necessidades:

- 30 (trinta) mensageiros para o Distrito Federal;
- 40 (quarenta) mensageiros para cidade do Rio de Janeiro;
- 40 (quarenta) mensageiros para Goiânia/GO;
- 40 (quarenta) mensageiros para Belo Horizonte/MG; e
- 30 (trinta) mensageiros para Vitória/ES.

A cláusula quinta do instrumento, estipula o pagamento de um salário mínimo para cada treinando, acrescido dos demais encargos conforme discriminado a seguir:

Encargos	
INSS	20,00%
Terceiros (SESC/SESI)	5,20%
SAT	2,00%
FGTS	8,00%
Indenização FGTS (40%x8%)	3,20%
Férias	8,33%
Adicional de Férias (33,33x8,33%)	2,77%
Aviso Prévio	4,16%
Licença Médica	0,72%
PIS	1,00%

Décimo terceiro (1/12 avos)	8,34%
Taxa de Absorção/Desp. Indireta	56,17%
	119,89%

Em 02.02.1998, foi editado o primeiro Termo Aditivo ao Convênio, elevando o quantitativo de adolescente em 25%, isto é, de 180 para 225. De acordo com as informações constantes dos autos dos processos, atualmente estão sendo empregados 210 Mensageiros Mirins.

Conforme registros no SIAFI, desde o início da execução do Convênio, foram despendidos a importância de R\$ 5.748.015,26, conforme a seguir discriminados:

Exercício	Valores pagos (R\$)
1996	9.801,96
1997	399.161,72
1998	695.275,82
1999	855.420,63
2000	917.161,03
2001	927.90,50
2002	1.150.515,86
2003	859.830,37
(*)2004	859.830,37
Total	5.748.015,26

(*) Valor pago até o mês de Fevereiro/04

A Coordenadora-Geral de Apoio à Diretoria Colegiada, em 10.11.03, apresentou diversos questionamentos sobre a celebração do Convênio, solicitando à Procuradoria Federal Especializada que se manifestasse quanto a legalidade do instrumento. A análise procedida pelo Órgão Jurídico resultou na NOTA TÉCNICA/PFE-INSS/CGMADM/DLC nº 578/2003, concluindo pelo o que segue:

"A cláusula primeira do convênio prevê a contratação de 180 (cento e oitenta) estagiários sem, entretanto, especificar a correta distribuição dos mesmos, entre setores diferentes, exceto aos referentes à Vitória/ES, conforme documento juntado em fls. 88 e 89. Perguntou-se: Há possibilidade legal de ser mantido convênio abrangendo tais localidades? 10. Entendo tratar-se de discricionariedade da Administração Pública a manutenção ou não das localidades referidas como beneficiárias do convênio ora em análise.

11. A celebração de convênio deve proceder de razões que a justifiquem, nos termos do art. 2º da IN nº 01/97.

12. No caso em análise, necessário o controle dos locais e setores em que serão distribuídos os estagiários, no desígnio como fundamentar a justificativa da necessidade e interesse da Administração Pública, na continuidade do convênio.

13. Assim, a possibilidade legal de manutenção do convênio abrangendo tais localidades, neste tocante, inclui-se na justificativa do convênio, o que consiste no âmbito de discricionariedade da Administração.

(...)

b) Ressaltando-se que o convênio foi firmado há sete anos, questionou-se acerca da "possibilidade legal de ser mantido desta forma, ou seja, por tempo indeterminado", consoante cláusula quarta que prevê a celebração por tempo indeterminado.

(...)

20. Aliás, não se pode imaginar um convênio com prazo indeterminado, isto é, sem metas determinadas a cumprir, uma vez que o art. 116, § 1º, inciso VI, da Lei de Licitações, disciplina expressamente a necessidade de "previsão de início e fim da execução do objeto, bem assim da conclusão das etapas ou fases programadas".

(...)

22. Nesse sentido, concluiu-se que os convênios, independentemente da natureza de seu objeto, deverão possuir prazo de vigência determinado, consoante o estabelecido nos art. 57, § 3º, e 116, § 1º, VI, da Lei nº 8.666/93.

23. (...) sabendo-se tratar-se de convênio com ônus para o INSS, pertinente que se adote ..., a necessidade de estipulação de prazo, até mesmo para fins de controle e fiscalização do convênio.

(...)

c) Diante da cláusula sexta que prevê a contribuição mensal do INSS com o valor equivalente a 01 (um) salário mínimo, acrescido dos demais encargos, os quais estão demonstrados através de índices relativos a cobrança de encargos sociais/taxas de despesas indiretas. Pergunta-se se há base legal para a cobrança de tais encargos de "estagiários".

26. A questão, mais uma vez, envolve a diferenciação entre contrato e convênio.

(...)

29. Como se vê, no convênio não há que se falar em prestação e contraprestação, mas em união de esforços. Desconfigura o convênio a obtenção, por uma das partes, de vantagem que exceda o limite do interesse na execução do objeto. Nesse caso, não será hipótese de convênio, mas do contrato, obrigatoriamente precedido de licitação, salvo se for o caso de dispensa ou inexigência, nos termos da Lei (art. 2º).

30. A obtenção de vantagem econômica, ainda que indireta, desnatura o convênio, exigindo, em regra, a realização de certame licitatório. Sempre que a operação envolver uma contraprestação, não necessariamente em espécie, podendo até resultar em um benefício ou uma vantagem, estaremos diante de um contrato e não de um convênio.

31. Com efeito, a legalidade da cobrança de tais "encargos sociais" condiciona-se à demonstração de que o ônus está efetivamente sendo revertido para o convênio, sem se aferir a obtenção de lucro ou quaisquer vantagens econômicas.

(...)

d) O Primeiro Termo Aditivo, datado de 02/02/1998 previu o acréscimo de 25% no quantitativo de estagiários, significando 45 (quarenta e cinco) a mais. Observou-se, entretanto que a análise pela Procuradoria (fls. 310/311), à época, foi da minuta que previa tão somente o acréscimo de 27 (vinte e sete) novos estagiários. A dúvida é se "a quantidade proposta neste caso pode ser diferente da inicialmente apresentada na minuta submetida à Procuradoria."

(...)

37. Por conseguinte, o objeto contido inicialmente no convênio não pode ser alterado, sob pena de desvirtuar sua finalidade, obstando o atingimento do interesse público originários.

(...)

39. Por outro lado, na esteira do até agora delineado, seu art. 8º, III, veda, expressamente, a inclusão, no instrumento que formaliza a relação, de cláusulas que possibilitem o aditamento do convênio para fins de modificar o objeto e as metas, assim entendida a "modificação, ainda que parcial, da finalidade definida no correspondente plano de trabalho, configurando mudança no objeto (lato sensu), mesmo que não haja alteração da classificação econômica da despesa" (art. 15, § 1º).

40. Diante do exposto, conclui-se que é possível alterar os termos de um convênio, desde que mantido o objeto predeterminado e a finalidade pelo qual ele foi firmado, respeitadas as regras estabelecidas pela respectiva esfera de governo.

41. No caso em análise, a alteração requerida e formalizada, à época, era de natureza quantitativa, sem contudo, alterar qualitativamente o objeto inicialmente proposto, portanto, viável.

42. No tocante à divergência entre a alteração inicialmente proposta e submetida à Procuradoria e aquela realmente efetivada, independentemente dos reflexos jurídicos formados, trata-se de mais uma irregularidade apontada na execução do convênio, pelo que, pertinente sua revisão, também nesse aspecto.

(...)

e) Questiona-se, ainda, se o documento juntado em fls. 901-905, referente à isenção no desconto de 11% da Previdência Social, continua válido até a presente data.

44. O documento juntado em fls. 902-905, a que se refere a questão, é uma decisão judicial concessiva de liminar em Mandado de Segurança impetrado pela conveniente contra ato do INSS, no desígnio de se abster o Instituto da retenção de 11% nas faturas, de contribuição para a Previdência.

45. Após consulta da movimentação processual (autos nº 1999.38.00.007690-4, 5ª Vara Federal - Seção Judiciária de Minas Gerais), conclui-se que a liminar foi confirmada em sentença que julgou procedente o pedido, em 29/02/2000. Retornados os autos à origem, foram os mesmos arquivados em 02/04/2002.

46. Outrossim, o documento a que se refere a dúvida continua válido eis dele decorreu decisão judicial transitada em julgado.

47. Frise que esta manifestação fundamenta-se na consulta on-line do site da Justiça Federal, conforma movimentação processual anexa. Não se adentrou no mérito da questão, o que envolveria a análise do processo judicial e respectiva decisões, a cargo as PFE/INSS de Belo Horizonte/MG.

"Conclusão:

Por todo o exposto e, considerando os demais apontamentos do item 03 supra, no que tange à execução do convênio, tendo-se em vista tratar-se de convênio antigo que apresenta diversas irregularidades e, tratando-se, ainda, de convênio com ônus para o INSS, sugiro:

-que a Administração denuncie o convênio, apurando, inclusive, a responsabilidade pelas irregularidades apontadas;

-que a Administração reveja a justificativa do convênio, de maneira a identificar o interesse público no objeto do convênio;

-se, presente a necessidade e o interesse da Administração no objeto que seja elaborado novo convênio, com fixação precisa do objeto, sua execução delimitada no lugar e no tempo, assim como fixação de prazo determinado e demais requisitos necessários a serem analisados em momento oportuno."

O assunto em questão foi tratado na Ata da reunião Extraordinária nº 33, de 18.12.2003, conforme a seguir transcrito:

"Desenvolvimento do Assunto: A Coordenação-Geral de Apoio explicou que avaliou o Convênio; que a Procuradoria Federal Especializada também analisou e devolveu; que após a análise da PFE, ela mandou para a Diretoria de Recursos Humanos conhecer a conclusão daquela Procuradoria. O Diretor de Orçamento, Finanças e Logística Substituto disse que deve ser cumprido o que a PFE concluiu. A Diretora de Recursos Humanos pediu que a matéria seja passada para sua área; que se isso acontecer, vai administrar de acordo com a normatização e seguir o que a PFE manda. Sugeriu, ainda, que não haja suspensão do pagamento, considerando que se trata de menores carentes; que passe para a PFE analisar a possibilidade de manter o Convênio e, depois, para a Diretoria de Recursos Humanos.

Deliberação: Por sugestão do Diretor- Presidente, foi deliberado:

será efetuado o pagamento, pois o serviço prestado é importante;

o novo Convênio ficará na gestão da DIRRH; a situação do novo Convênio deverá ser regularizada em até noventa dias."

Em 06.02.2004, a Coordenadora-Geral de Apoio à Diretoria Colegiada, por intermédio do ofício nº 115/INSS/CGAPOIO, comunicou ao Delegado da Província São João Bosco, sobre a decisão de rescindir o Convênio, face a denuncia apresentada por

interesse da administração, concedendo o prazo de 30 (trinta) dias para término das atividades.

Posteriormente, pelo Ofício 195/INSS/DCAPOIO, de 02.03.2004, prorrogou por mais 60 (sessenta) dias, a contar de 11.02.2004, o término das atividades.

Pelo expediente datado de 3.3.2004, a Diretoria da Inspeção São João Bosco - Centro Salesiano do Menor - CESAM, cientificou ao INSS que os adolescente prestadores de serviços, estariam em Aviso Prévio de 1º a 23 de março de 2004.

A Diretora de Recursos Humanos, em 23.3.2004, pelo Ofício INSS/DIRRH nº 290, de 23.3.2004, comunicou a citada Inspeção para desconsiderar os Ofícios nº 115/INSS/CGAPOIO, que tratava da rescisão do Convênio por oferta de denúncia e o Ofício 195/INSS/DCAPOIO, que prorrogou por mais sessenta dias a decisão de rescisão do Convênio, para informar que está realizando estudos da viabilidade de formalização de novo Convênio, e que os serviços continuariam a serem prestados pelo anteriormente assinado.

Diante do exposto emitimos a Solicitação de Auditoria nº 139816-073, de 19.4.2004, indagando o que segue:

"Tendo em vista o instrumento assinado entre esse Instituto e a Inspeção São João Bosco - Centro Salesiano do Menor, em 12.11.96, ter sido denunciado por interesse dessa Administração, conforme determinação do Órgão Jurídico, e posteriormente, ter sido aquele CESAM, cientificado da decisão de formalizar um novo instrumento com a finalidade de continuar a prestação dos serviços de Mensageiros- Mirins, informar quais as providências que serão adotadas em razão dos fatos que seguem:

o instrumento utilizado para a execução das despesas com a prestação de serviços não se coadunam com a modalidade administrativa de convênio, mas sim como contrato, uma vez que não está pautado na mútua cooperação e no interesse recíproco, mas sim na contraprestação de serviços (art. 48 do Decreto nº 93.872/86 c/c o inciso I, do § 1º do art. 1º da IN/STN nº 01/97);

O Projeto Mensageiro-Mirim implementado por esse Instituto, pelas suas características de atender adolescente trabalhador, com faixa etária de maior de quatorze anos e menor de dezoito, com duração estabelecida de 2 (dois) anos de permanência, está inserido ao Programa de Aprendiz (Lei nº 10.097/2000, art. 428 e 429 da CLT) e, por gerar vínculo empregatício por tempo determinado, junto ao CESAM, não podem, conseqüentemente, ser considerados como estagiários, sendo estes regidos pela Lei nº 6.494/77; o instrumento denominado de Convênio 01/96, conforme despacho do Órgão Jurídico desse Instituto, fls. 2278, do processo suprarreferenciado, requereu ações administrativas, dessa forma em que fase as mesmas se encontram."

JUSTIFICATIVA:

Em resposta à Solicitação de Auditoria, a Diretora de Recursos Humanos do INSS, pelo Ofício INSS/DIRRH nº 194, de 30 de abril de 2004, informou o que segue:

"Em atenção à Solicitação de Auditoria nº 139816-073, de 19- 04-2004, mediante a qual a Equipe Auditoria dessa Coordenação- Geral formaliza pedido de informações a respeito das providências que serão adotadas em relação ao Convênio 01/96, firmado em 12-11-1996, entre este Instituto e a Inspeção São João Bosco - Centro Salesiano do Menor, informo a Vossas Senhorias que, diante das irregularidades apontadas pela Procuradoria Federal especializada junto a este INSS, encaminhamos consulta ao Ministério do Trabalho e Emprego, por intermédio da Delegacia Regional do Trabalho, a fim de obtermos relação das instituições existentes no âmbito

do Distrito federal que estão credenciadas a fornecer menores-aprendizes para a realização de novo projeto. De posse da mencionada relação, enviamos correspondências às instituições credenciadas para que apresentassem suas propostas, as quais ainda não foram recebidas. No aguardo, comunicamos a Vossas Senhorias que tão logo apresentadas as propostas, estaremos analisando o procedimento a ser adotado, visando às peculiaridades regionais."

AVALIAÇÃO DA SFC:

Conforme informações transcritas, o Gestor atendeu parcialmente as indagações formuladas pela Solicitação de Auditoria, uma vez que não informou as providências adotadas com relação as recomendações proferidas pela Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS.

No que diz respeito ao projeto concebido pelo INSS, denominado Mensageiro-Mirim, pelas características de seu atendimento e finalidade está voltado a atingir ao adolescente trabalhador, maior de quatorze e menor de dezoito anos, que estejam cursando o Ensino Fundamental ou Médio e inscritos em um Programa de aprendizagem, desenvolvido sob orientação de entidade qualificada em formação técnico profissional metódica.

O Programa Menor Aprendiz, criado pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e atualizada pela Lei 10.097, de 19/12/2000, refere-se a aprendizagem profissional de modo a proporcionar uma formação técnico-profissional metódica, voltada para jovens entre 14 e 18 anos de idade.

Os programas de aprendizagem são desenvolvidos articulando ações de qualificação e de inserção profissional do jovem, que deve estar matriculado e freqüentar o ensino regular.

Sobre o assunto, a Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE disciplina por meio da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 26, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2001, que as Escolas Técnicas de Educação e as entidades sem fins lucrativos poderão atender a demanda dos estabelecimentos por formação-técnico profissional se verificada, junto aos Serviços Nacionais de Aprendizagem, inexistência de cursos ou insuficiência de oferta de vagas, em face do disposto no art. 430, inciso I, da CLT.

O INSS com o intento de implementar o Projeto Mensageiro-Mirim, buscou parceria com a Inspetoria São João Bosco - Centro Salesiano do Menor - CESAM, que segundo seu Estatuto, dispõe tratar-se de uma sociedade civil, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, educativo, cultural, de assistência social e de promoção humana, que tem por objetivo o ensino em seus vários graus o amparo a juventude.

No que tange ao instrumento assinado, a modalidade Administrativa utilizada pelo o INSS para consecução do Projeto de Mensageiro-Mirim, não coaduna com Convênio, inicialmente por não ser O Instituto contemplado em seu Orçamento com a natureza de despesa de Transferência, o que caracteriza a execução descentralizada de um Programa de Trabalho. Outro aspecto, diz respeito ao Convênio 01/96, ter sido classificado como Contrato, na modalidade de Aplicação Direta, conta 33903701 - Locação de Mão-de-Obra - Apoio Administrativo Operacional, denotando claramente tratar-se de prestação de serviços.

O instrumento pactuado entre o INSS e o ISJB-CESAM, por não estar pautado na mútua cooperação e no interesse recíproco e, sim na contraprestação de serviços, contrariam o disposto na IN/STN nº 01, de 15.01.97 e os § 1 e 2 do art. 12 da Lei nº 4.320/64, que definem conceitos de despesas de custeio e transferências correntes, uma vez que em convênio, conforme sua própria concepção, não ocorrem contraprestação de serviços, somente transferências de recursos objetivando a mútua cooperação, não

cabendo, portanto, a utilização da modalidade de Aplicação Direta, o que caracteriza contratação de serviços suscetíveis de licitação.

Não obstante o Órgão Jurídico do Instituto ter se manifestado contrário a continuidade do Convênio nº 1/96, determinando, inclusive a denuncia do citado instrumento, por interesse da Administração, face irregularidades em sua execução, sugeriu se comprovada a necessidade dos serviços, formulasse novo Instrumento.

Cabe registrar a observância ao princípio da "legalidade", o qual explicita a subordinação da atividade administrativa à Lei, cabendo ao administrador público a sua submissão, agindo naquilo em que a lei autorize, de forma prévia e expressa. (Direito Administrativo) No que diz respeito a formalização de um Convênio, Acordos ou Ajustes, o art. 48º do Decreto nº 93.872/86, define com clareza a sua concepção:

"art. 48 - Os serviços de interesse recíproco dos órgãos e entidades da administração federal e de outras entidades públicas ou organizações particulares, poderão ser executados sob o regime de mútua cooperação, mediante convênio, acordo ou ajuste.

Parágrafo único - Quando os participantes tenham interesse diversos e opostos, isto é, quando se desejar, de um lado, o objeto do acordo ou ajuste, e de outro lado a contraprestação correspondente, ou seja, o preço, o acordo ou ajuste constitui contrato".

RECOMENDAÇÃO:

Adoção de medidas, caso persista a necessidade do desenvolvimento do Projeto Mensageiro-Mirim, pertencente ao Programa de Menor Aprendiz, de geração do primeiro emprego a jovens adolescentes, integrante da política do Governo Federal, no sentido de formalizar a contratação dos serviços pela modalidade administrativa de Contrato, observando no Estatuto da Entidade se está voltada à realização de interesse público ou social.

Que o INSS observe as orientações emanadas pelo Órgão Jurídico do Instituto, quando da edição de um novo instrumento, no que tange às necessidades, abrangência e o quantitativo de jovens adolescentes a serem inseridos para a consecução do Projeto, obedecendo os limites e as peculiaridades que regem essas contratações, previstas em Lei.

Que o INSS adote providências no sentido de instaurar os procedimentos administrativos cabíveis, em função das recomendações proferidas pelo Órgão Jurídico desse Instituto.

CONCLUSÃO

Em face dos exames realizados, bem como da avaliação da gestão efetuada, no período a que se refere o presente processo constatamos que os atos e fatos da gestão do INSS, conforme evidenciado nos itens 4.1.1.1 a 4.1.1.6, 4.1.2.1 a 4.1.2.11, 4.2.3.1, 4.2.5.1, 4.2.6.1, 5.1.1.1, 5.2.1.2, 5.2.1.3, 6.1.3.1, 8.1.1.1, 8.1.1.2, 8.2.1.1, 8.2.2.1, 9.1.3.1, 9.1.4.1, 9.2.1.1, 9.2.2.1, 9.3.1.1, 9.3.1.2, 9.3.2.1, 9.3.2.2, 9.4.1.1, 9.4.2.1, 10.1.1.2, 10.1.1.3, 10.1.2.1 e 10.2.1.1, deste relatório, apresenta deficiências gerenciais extremamente relevantes que comprometem a atuação eficaz da Unidade. Tal fato impõe aos seus gestores ações imediatas no sentido de que os desvios identificados sejam corrigidos, ações estas que proporcionarão ao Instituto a adequada estrutura para o exercício de suas atribuições regimentais.

Ressaltamos que o INSS deverá encaminhar a esta Secretaria Federal de Controle Interno os resultados das medidas implementadas, com vistas à solução dos problemas evidenciados e que a permanência dos fatos citados no exercício de 2004 poderão ensejar certificação de irregularidade na auditoria de avaliação da gestão do mesmo.

Desta forma, possibilita-se, a emissão do componente Certificado de Auditoria, opinando pela regularidade com ressalva, anexo a este Relatório.

BRASILIA (DF), 21 de maio de 2004.

NOME CARGO ASSINATURA

FRANCISCO ALVES MOREIRA AFC

MARCIA MARIA PACHECO MOREIRA AFC

ANA MARIA ALVES FERREIRA AFC

JOAO CARLOS LUIZ CATALDI TFC

JOSE DE RIBAMAR BARBOSA SILVA AFC

JOSE DORISMAR ARRAIS DE LAVOR AFC

LENI LOPES DE AZEVEDO TFC

MILTON MARCELO FERNANDES FERREIRA AFC

VALQUIRIA GOMES LUMBA AFC

VICTOR ALVES DE SOUSA TFC